



CONGRESSO NACIONAL

ORÇAMENTO DA UNIÃO

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019

PROJETO DE LEI Nº 27, DE 2018 - CN
MENSAGEM Nº 483, DE 2018

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

VOLUME I

TEXTO DO PROJETO DE LEI
QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS
DETALHAMENTO DA RECEITA
LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

VOLUME 1

Texto da Lei Orçamentária	3
Anexo I - Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categoria Econômica e Origem	13
Anexo II - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por Órgão Orçamentário	15
Anexo III - Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimento	17
Anexo IV - Despesa do Orçamento de Investimento	19
Anexo V - Autorizações Específicas de que trata o Art.169 da Constituição, relativas a Despesas de Pessoal e Encargos Sociais	21
Anexo VI - Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves, indicados pelo Tribunal de Contas da União - TCU	25
Receita e Despesa do Orçamento Fiscal por Categoria Econômica	29
Receita e Despesa do Orçamento da Seguridade Social por Categoria Econômica	31
Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categoria Econômica	33
Resumo Geral da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	37
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária	39
Resumo das Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categorias Econômicas e Grupo de Natureza de Despesa	127
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa	129
Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção	247
Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função Detalhada e Subfunção	251
Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa	261
Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal por Grupo de Natureza de Despesa	263
Fontes de Recursos do Orçamento da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa	265
Fontes de Recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa	267
Legenda das Fontes	269
Quadro 8A - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	273
Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212) por Programa, Fonte e Órgão	275
Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)	277
Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central	323
Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão e Unidade Orçamentária	325
Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social	327
Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário	331
Despesa com tecnologia da informação	347
Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera	367
Legislação da Receita e da Despesa	385

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a receita da União para o exercício financeiro de 2019 no montante de R\$ 3.382.224.021.819,00 (três trilhões, trezentos e oitenta e dois bilhões, duzentos e vinte e quatro milhões, vinte e um mil, oitocentos e dezenove reais) e fixa a despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição:

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Pública Federal direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público; e

III - o Orçamento de Investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é R\$ 3.262.209.303.823,00 (três trilhões, duzentos e sessenta e dois bilhões, duzentos e nove milhões, trezentos e três mil, oitocentos e vinte e três reais), incluindo a proveniente da emissão de títulos destinada ao refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa, em observância ao disposto no art. 5º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, na forma detalhada nos Anexos a que se referem os incisos I e VIII do art. 10 desta Lei e assim distribuída:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 1.750.831.718.583,00 (um trilhão, setecentos e cinquenta bilhões, oitocentos e trinta e um milhões, setecentos e dezoito mil e quinhentos e oitenta e três reais), excluída a receita de que trata o inciso III deste artigo;

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 752.704.591.914,00 (setecentos e cinquenta e dois bilhões, setecentos e quatro milhões, quinhentos e noventa e um mil, novecentos e quatorze reais); e

III - Refinanciamento da dívida pública federal: R\$ 758.672.993.326,00 (setecentos e cinquenta e oito bilhões, seiscentos e setenta e dois milhões, novecentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e seis reais), constantes do Orçamento Fiscal.

Parágrafo único. O valor a que se refere o inciso I deste artigo inclui, com fundamento no art. 21 da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 (LDO-2019), R\$ 248.915.621.661,00 (duzentos e quarenta e oito bilhões, novecentos e quinze milhões, seiscentos e vinte e um mil, seiscentos e sessenta e um reais) referentes a operações de crédito cuja realização depende da aprovação de créditos adicionais por maioria absoluta do Congresso Nacional, nos termos do art. 167, inciso III, da Constituição.

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 3º A despesa total fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é R\$ 3.262.209.303.823,00 (três trilhões, duzentos e sessenta e dois bilhões, duzentos e nove milhões, trezentos e três mil, oitocentos e vinte e três reais), incluindo a relativa ao refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa, em observância ao disposto no art. 5º, § 2º, da LRF, na forma detalhada entre os órgãos orçamentários no Anexo II desta Lei e assim distribuída:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 1.447.297.511.550,00 (um trilhão, quatrocentos e quarenta e sete bilhões, duzentos e noventa e sete milhões, quinhentos e onze mil, quinhentos e cinquenta reais), excluídas as despesas de que trata o inciso III;

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 1.056.238.798.947,00 (um trilhão, cinquenta e seis bilhões, duzentos e trinta e oito milhões, setecentos e noventa e oito mil, novecentos e quarenta e sete reais); e

III - Refinanciamento da dívida pública federal: R\$ 758.672.993.326,00 (setecentos e cinquenta e oito bilhões, seiscentos e setenta e dois milhões, novecentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e seis reais), constantes do Orçamento Fiscal.

§ 1º Do montante fixado no inciso II deste artigo, a parcela de R\$ 303.534.207.033,00 (trezentos e três bilhões, quinhentos e trinta e quatro milhões, duzentos e sete mil, trinta e três reais) será custeada com recursos do Orçamento Fiscal.

§ 2º O valor a que se referem os incisos I e II deste artigo inclui R\$ 248.915.621.661,00 (duzentos e quarenta e oito bilhões, novecentos e quinze milhões, seiscentos e vinte e um mil, seiscentos e sessenta e um reais) referentes a despesas específicas que, com fundamento no art. 21 da LDO-2019, devem ser suportadas por operações de crédito cuja realização depende da aprovação de créditos adicionais por maioria absoluta do Congresso Nacional, nos termos do art. 167, inciso III, da Constituição, assim distribuídos:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 10.659.226.074,00 (dez bilhões, seiscentos e cinquenta e nove milhões, duzentos e vinte e seis mil, setenta e quatro reais); e

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 238.256.395.587,00 (duzentos e trinta e oito bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, trezentos e noventa e cinco mil, quinhentos e oitenta e sete reais).

Seção III

Da Autorização para a Abertura de Créditos Suplementares

Art. 4º Fica autorizada a abertura de créditos suplementares para o aumento de dotações fixadas por esta Lei, desde que compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida na Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 - LDO-2019, e com os limites de despesas primárias de que tratam os arts. 107, 110 e 111 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e que sejam observados o disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF e as seguintes condições:

I - suplementação de dotações classificadas com “RP 0” destinadas:

a) à Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações consignadas a essas despesas;
2. anulação de dotações classificadas com “RP 1” e “RP 2”, até o limite de 20% (vinte por cento);
3. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 12 da LDO-2019; e
4. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

b) ao serviço da dívida, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018;
2. anulação de dotações consignadas ao GND 2 ou GND 6;
3. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 12 da LDO-2019;
4. excesso de arrecadação de participações e dividendos pagos por entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta;
5. excesso de arrecadação oriundo da transferência do resultado positivo do Banco Central do Brasil; e
6. operações de créditos realizadas por meio da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional.

c) à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos e à Formação e Administração de Estoques Reguladores e Estratégicos de Produtos Agropecuários, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações que lhes tenham sido consignadas;

d) às transferências aos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos termos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com recursos provenientes de:

1. anulação de dotações que lhes tenham sido consignadas; e
2. excesso de arrecadação ou **superavit** financeiro de recursos relativos a fontes que tenham vinculação constitucional ou legal.

e) a cada subtítulo, exceto os que possam ser suplementados com fundamento nas demais alíneas deste inciso, até o limite de 20% (vinte por cento) do respectivo valor, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações, limitada a 20% (vinte por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação;

2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 12 da LDO-2019; e

3. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 1964.

II - suplementação de dotações classificadas com “RP 1”, destinadas:

a) a despesas constantes de item do Quadro 9 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central, exceto as que possam ser suplementadas com fundamento nas demais alíneas deste inciso, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de 20% (vinte por cento) das dotações consignadas em “RP 1”;

2. anulação de dotações classificadas com “RP 2” e “RP 3”;

3. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 12 da LDO-2019; e

4. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 1964.

b) às transferências constitucionais ou legais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; às despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT; e ao complemento da atualização monetária do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, com recursos provenientes de:

1. anulação de dotações que lhes tenham sido consignadas; e

2. excesso de arrecadação ou **superavit** financeiro de receitas que tenham vinculação constitucional ou legal.

c) aos grupos de natureza de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações consignadas a esses grupos no âmbito do mesmo subtítulo objeto da suplementação; e

2. remanejamento de dotações destinadas à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos e à Formação e Administração de Estoques Reguladores e Estratégicos de Produtos Agropecuários.

d) a despesas decorrentes de variação cambial, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; e

2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 12 da LDO-2019.

III - suplementação de dotações classificadas com “RP 2” destinadas:

a) às contribuições, anuidades e integralizações de cotas, constantes dos programas “0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais” e “0913 - Operações Especiais - Participação do Brasil em Organismos Financeiros Internacionais”, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a:

1. subtítulos das referidas ações; e

2. grupos de natureza de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras” de outros subtítulos, até o limite de 20% (vinte por cento) da soma dessas dotações, no âmbito de cada subtítulo.

b) ao projeto de Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe, no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações que lhes tenham sido consignadas, na mesma ou em outra unidade orçamentária;

c) às despesas abrangidas pela subfunção defesa civil, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações consignadas a ações compreendidas nessa subfunção; e

2. anulação de dotações, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação.

d) aos grupos de natureza de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de:

1. dotações consignadas a esses grupos no âmbito do mesmo subtítulo objeto da suplementação;

2. até 50% (cinquenta por cento) das dotações consignadas a esses grupos na Fundação Joaquim Nabuco, no Instituto Nacional de Educação de Surdos, no Instituto Benjamin Constant, no Colégio Pedro II, nas Instituições Federais de Ensino Superior, nos Hospitais Universitários, na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e nas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, integrantes do Ministério da Educação, devendo o remanejamento ocorrer no âmbito de cada unidade orçamentária; e

3. até 30% (trinta por cento) das dotações consignadas a esses grupos no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, nas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, assim definidas no art. 2º, inciso V, da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e nas instituições de pesquisa integrantes da administração direta do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, devendo o remanejamento ocorrer no âmbito de cada unidade orçamentária.

e) a despesas decorrentes de variação cambial, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; e

2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 12 da LDO-2019.

f) a despesas com operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), no âmbito do Ministério da Defesa, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações classificadas com “RP 2” e “RP 3”;

2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 12 da LDO-2019; e

3. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 1964;

g) às ações e serviços públicos de saúde, identificadas nesta Lei com “IU 6”, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações classificadas com “RP 2” destinadas a essas despesas;

h) à ação "218Y - Despesas Judiciais da União, de suas Autarquias e Fundações Públicas", no âmbito da Advocacia-Geral da União, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações orçamentárias, limitada a 20% (vinte por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; e

i) a cada subtítulo, exceto os constantes das demais alíneas deste inciso quando a alteração implicar acréscimo, até o limite de 20% (vinte por cento) do respectivo valor, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações, limitada a 20% (vinte por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação;

2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 12 da LDO-2019; e

3. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - suplementação de dotações classificadas com “RP 3” destinadas:

a) a cada subtítulo, mediante o remanejamento de até 20% (vinte por cento) do montante das dotações consignadas ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC;

b) aos grupos de natureza de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas a esses grupos, no âmbito do mesmo subtítulo objeto da suplementação;

c) a despesas decorrentes de variação cambial, exceto para as situações previstas na alínea “d” deste inciso, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; e

2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no § 2º do art. 12 da LDO-2019.

d) a subtítulos aos quais tenham sido alocadas receitas de operações de crédito previstas nesta Lei, mediante a utilização de recursos decorrentes da variação cambial incidente sobre os valores alocados; e

e) a cada subtítulo, até o limite de 20% (vinte por cento) do respectivo valor, mediante a utilização de recursos provenientes de:

1. anulação de dotações classificadas com “RP 2”, limitada a 20% (vinte por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação;

2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto § 2º do art. 12 da LDO-2019; e

3. **superavit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 1964; e

V - suplementação para a recomposição das dotações dos subtítulos integrantes desta Lei até o limite dos valores que constam do respectivo Projeto, mediante a anulação de dotações, limitado o cancelamento, no caso de emenda não impositiva, a 40% (quarenta por cento) do valor acrescido em cada subtítulo.

§ 1º Considera-se compatível com a obtenção da meta de resultado primário fixada na LDO-2019 a abertura de crédito suplementar relativo a despesas primárias cujo aumento tenha sido previsto no relatório de avaliação de receitas e despesas primárias elaborado em cumprimento ao art. 9º da LRF e à LDO-2019, observado o detalhamento dos itens do Quadro 9, integrante desta Lei, sem prejuízo do cumprimento dos limites de despesas primárias de que trata o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º Em observância aos limites de despesas primárias, estabelecidos de acordo com o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e à meta de resultado primário constante da LDO-2019, a abertura de crédito suplementar para o atendimento de despesas primárias, que ampliem os referidos limites ou impactem o cumprimento da aludida meta, impõe o cancelamento de despesas primárias em valor correspondente, que deverá constar de anexo específico do ato de abertura do crédito, observados os limites previstos neste artigo, sem prejuízo das demais condições estabelecidas.

§ 3º Os limites de que tratam as alíneas “e” do inciso I e “i” do inciso III do **caput** deste artigo poderão ser ampliados em até dez pontos percentuais, quando o remanejamento ocorrer entre ações do mesmo programa no âmbito de cada órgão orçamentário.

§ 4º A autorização de que trata este artigo fica condicionada à publicação, até o dia 15 de dezembro de 2019, do ato de abertura do crédito suplementar, exceto para as despesas previstas nos incisos I, alíneas “a” e “b”, II e III, alíneas “c” e “f”, do **caput** deste artigo, em que a publicação poderá ocorrer até 31 de dezembro de 2019.

§ 5º Na abertura dos créditos de que trata este artigo, poderá ser incluído grupo de natureza de despesa, desde que compatível com a finalidade da ação orçamentária correspondente.

§ 6º Somente poderão ser cancelados valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas individuais e de bancada estadual, classificadas respectivamente com “RP 6” e “RP 7”, quando cumulativamente:

I - houver solicitação ou concordância do autor da emenda ou indicação do Poder Legislativo;

II - destinarem recursos à suplementação de programação constante desta Lei, classificadas com o mesmo RP, que tenha sido incluída ou tenha sofrido acréscimo em decorrência de emenda apresentada pelo autor referido no inciso I deste parágrafo;

III - houver impedimento técnico ou legal que impeça a execução da despesa, ou o cancelamento possibilitar o remanejamento entre grupos de natureza de despesa no âmbito da mesma emenda; e

IV - não houver redução do montante de recursos orçamentários destinados nesta Lei, por autor, a ações e serviços públicos de saúde.

§ 7º Se não houver deliberação no prazo legal sobre o projeto de lei de crédito adicional a que se refere o inciso III do § 14 do art. 166 da Constituição, as programações nele oferecidas como cancelamento poderão ser remanejadas nos termos do § 6º deste artigo, devendo a solicitação a que se refere o inciso I desse parágrafo ocorrer até 30 de novembro de 2019.

§ 8º Os remanejamentos decorrentes do disposto nos §§ 6º e 7º deverão possibilitar a identificação da emenda e do respectivo autor quando da execução das programações objeto de suplementação.

§ 9º A necessidade de suplementação e a possibilidade de anulação de dotações classificadas com “RP 1” deverão ser previamente demonstradas no relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, elaborado em cumprimento ao art. 9º da LRF e à LDO-2019, na forma do Quadro 9 integrante desta Lei.

§ 10. A exigência de demonstração a que se refere o § 9º aplica-se somente quando houver alteração de valor em relação aos detalhamentos constantes do Quadro mencionado no mesmo parágrafo.

§ 11. A exigência de cancelamento de despesas primárias a que se refere o § 2º não se aplica à abertura de crédito de que trata o inciso II, alínea “b”, item “2”, do **caput** deste artigo quando se destinar à transferência aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de receitas que tenham vinculação constitucional ou legal.

§ 12. Os limites de suplementação e de anulação de dotações constantes deste artigo devem ser calculados em relação aos valores e classificações inicialmente fixados nesta Lei.

§ 13. A autorização de que trata este artigo não se aplica às dotações constantes desta Lei à conta da fonte de recursos 944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - Condicionados.

CAPÍTULO III

DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Seção I

Das Fontes de Financiamento

Art. 5º As fontes de recursos para financiamento das despesas do Orçamento de Investimento somam R\$ 120.014.717.996,00 (cento e vinte bilhões, quatorze milhões, setecentos e dezessete mil, novecentos e noventa e seis reais), conforme especificadas no Anexo III desta Lei.

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 6º A despesa do Orçamento de Investimento é fixada em R\$ 120.014.717.996,00 (cento e vinte bilhões, quatorze milhões, setecentos e dezessete mil, novecentos e noventa e seis reais), cuja distribuição por órgão orçamentário consta do Anexo IV desta Lei.

Seção III

Da Autorização para a Abertura de Créditos Suplementares

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, desde que compatíveis com a meta de resultado primário estabelecida na LDO-2019, destinados a:

I - suplementação de subtítulo, exceto os relativos às programações de que trata o inciso IV deste artigo, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor constante desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes de geração própria, anulação de dotações da mesma empresa ou aporte da empresa controladora;

II - suplementação de despesas relativas a ações em execução no exercício de 2019, mediante a utilização, em favor da correspondente empresa e da respectiva programação, de saldo de recursos do Tesouro Nacional repassados em exercícios anteriores ou inscritos em restos a pagar no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

III - suplementação ou ajuste de despesas que tenham correspondência com dotações consignadas em créditos suplementares ou especiais abertos no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

IV - suplementação de programações contempladas no PAC, mediante a utilização de recursos provenientes de geração própria ou de anulação de dotações desse Programa, no âmbito da mesma empresa.

§ 1º O limite de que trata o inciso I do **caput** não se aplica quando a suplementação correr à conta de anulação de dotações de subtítulos integrantes da mesma ação no âmbito da mesma empresa.

§ 2º No caso de empresas não consideradas na meta de resultado primário nos termos do art. 2º, § 1º, da LDO-2019, as suplementações de que tratam os incisos I e IV do **caput** deste artigo também poderão ser realizadas mediante a utilização de fontes de financiamento relativas a recursos para aumento do patrimônio líquido, operações de crédito de longo prazo e outros recursos de longo prazo.

§ 3º A autorização de que trata este artigo fica condicionada à publicação, até 15 de dezembro de 2019, do ato de abertura do crédito suplementar.

CAPÍTULO IV

DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E EMISSÃO DE TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA

Art. 8º Em cumprimento ao disposto no art. 32, § 1º, inciso I, da LRF, ficam autorizadas, exceto no que se refere ao § 1º deste artigo, as operações de crédito incluídas nesta Lei para o atendimento das despesas que, de acordo com a legislação vigente, possam ser financiadas com essa receita, sem prejuízo do que estabelece o art. 52, inciso V, da Constituição, incluindo a emissão de:

I - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional; e

II - até 27.623.774 (vinte e sete milhões, seiscentos e vinte e três mil, setecentos e setenta e quatro) Títulos da Dívida Agrária para atender ao programa de reforma agrária no exercício

de 2019, nos termos do § 4º do art. 184 da Constituição, vedada a emissão com prazos decorridos ou inferiores a 2 (dois) anos.

§ 1º A realização da receita de operação de crédito por emissão de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional classificada nesta Lei com a fonte de recursos 944 fica condicionada à aprovação de projetos de lei de abertura de créditos suplementares ou especiais por maioria absoluta do Congresso Nacional, de acordo com o inciso III do art. 167 da Constituição e o art. 21 da LDO-2019.

§ 2º Até a abertura dos créditos a que se refere o § 1º, não se aplica à mencionada fonte de recursos a autorização constante da alínea “a” do inciso III do § 1º do art. 45 da LDO-2019.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9. Integram esta Lei os seguintes Anexos, incluindo os mencionados nos arts. 2º, 3º, 5º e 6º desta Lei:

I - receita estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica, discriminadas segundo a origem dos recursos;

II - distribuição da despesa fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por órgão orçamentário;

III - discriminação das fontes de financiamento do Orçamento de Investimento;

IV - distribuição da despesa fixada no Orçamento de Investimento, por órgão orçamentário;

V - autorizações específicas de que trata o art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, relativas a despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - relação dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, informada pelo Tribunal de Contas da União;

VII - quadros orçamentários consolidados;

VIII - discriminação das receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IX - discriminação da legislação da receita e da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

X - programa de trabalho das unidades orçamentárias e detalhamento dos créditos orçamentários dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

XI - programa de trabalho das unidades orçamentárias e detalhamento dos créditos orçamentários do Orçamento de Investimento.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

**Anexo I - Receita dos Orçamentos Fiscal e da
Seguridade Social por Categoria Econômica e Origem**

Valores em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.658.610.787.122
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	523.163.417.680
Contribuições	888.236.560.188
Receita Patrimonial	120.475.694.822
Receita Agropecuária	19.784.580
Receita Industrial	1.614.444.911
Receita de Serviços	54.354.350.772
Transferências Correntes	847.022.011
Outras Receitas Correntes (*)	69.899.512.158
2. RECEITAS DE CAPITAL	844.925.523.375
Operações de Crédito (*)	665.356.758.119
Alienação de Bens	1.548.814.470
Amortização de Empréstimos	45.076.727.481
Transferências de Capital	58.741.380
Outras Receitas de Capital	132.884.481.925
SUBTOTAL (1 + 2)	2.503.536.310.497
3. REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	758.672.993.326
TOTAL	3.262.209.303.823

(*) Exclusive Refinanciamento da Dívida Pública Federal

**Anexo II - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da
Seguridade Social, por Órgão Orçamentário**

Valores em R\$ 1,00

Discriminação	Tesouro (A)	Outras Fontes (B)	Total C = (A + B)	(%)			
				C/D	C/E	C/F	C/G
CÂMARA DOS DEPUTADOS	6.311.259.832		6.311.259.832	0,42	0,35	0,34	0,19
SENADO FEDERAL	4.501.795.516		4.501.795.516	0,30	0,25	0,24	0,14
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	2.233.179.976		2.233.179.976	0,15	0,12	0,12	0,07
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	778.625.817		778.625.817	0,05	0,04	0,04	0,02
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.644.751.462		1.644.751.462	0,11	0,09	0,09	0,05
JUSTIÇA FEDERAL	12.855.991.338		12.855.991.338	0,86	0,72	0,70	0,39
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	593.613.268		593.613.268	0,04	0,03	0,03	0,02
JUSTIÇA ELEITORAL	8.603.604.228		8.603.604.228	0,57	0,48	0,47	0,26
JUSTIÇA DO TRABALHO	22.184.838.196		22.184.838.196	1,48	1,24	1,21	0,68
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	3.013.451.132		3.013.451.132	0,20	0,17	0,16	0,09
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	231.178.608		231.178.608	0,02	0,01	0,01	0,01
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	7.042.778.691	143.895.960	7.186.674.651	0,48	0,40	0,39	0,22
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	11.706.105.012	196.253.622	11.902.358.634	0,79	0,67	0,65	0,36
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES	14.335.104.501	1.003.971.029	15.339.075.530	1,02	0,86	0,83	0,47
MINISTÉRIO DA FAZENDA	29.376.091.356	565.006.829	29.941.098.185	1,99	1,67	1,63	0,92
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	121.482.302.959	1.468.888.298	122.951.191.257	8,19	6,87	6,68	3,77
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS	2.877.773.015	576.109.144	3.453.882.159	0,23	0,19	0,19	0,11
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	623.143.689		623.143.689	0,04	0,03	0,03	0,02
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	2.030.442.898	33.290	2.030.476.188	0,14	0,11	0,11	0,06
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	9.799.795.694	196.978.178	9.996.773.872	0,67	0,56	0,54	0,31
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	7.054.210.355		7.054.210.355	0,47	0,39	0,38	0,22
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	3.684.723.306	170.738	3.684.894.044	0,25	0,21	0,20	0,11
MINISTÉRIO DA SAÚDE	132.760.089.824	33.316.643	132.793.406.467	8,85	7,42	7,22	4,07
MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	1.081.525.721		1.081.525.721	0,07	0,06	0,06	0,03
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL	18.334.028.280	1.617.263.858	19.951.292.138	1,33	1,12	1,08	0,61
MINISTÉRIO DO TRABALHO	89.753.369.910	4.629.886	89.757.999.796	5,98	5,02	4,88	2,75
MINISTÉRIO DA CULTURA	2.815.846.522	6.812.962	2.822.659.484	0,19	0,16	0,15	0,09
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	3.529.295.019	268.067.959	3.797.362.978	0,25	0,21	0,21	0,12
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO	6.996.663.455	190.755.259	7.187.418.714	0,48	0,40	0,39	0,22
MINISTÉRIO DO ESPORTE	1.147.885.505		1.147.885.505	0,08	0,06	0,06	0,04
MINISTÉRIO DA DEFESA	101.071.367.459	6.645.419.335	107.716.786.794	7,18	6,02	5,85	3,30
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	5.612.009.435	52.901.123	5.664.910.558	0,38	0,32	0,31	0,17
MINISTÉRIO DO TURISMO	915.174.124	2.086.114	917.260.238	0,06	0,05	0,05	0,03
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	506.515.967.041	1.740.337.362	508.256.304.403	33,86	28,40	27,62	15,58
MINISTÉRIO DAS CIDADES	9.263.971.865	365.279.664	9.629.251.529	0,64	0,54	0,52	0,30
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	97.974.013		97.974.013	0,01	0,01	0,01	
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	18.907.385		18.907.385				
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	3.807.195.551		3.807.195.551	0,25	0,21	0,21	0,12
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	53.592.194.475	1.261.142.026	54.853.336.501	3,65	3,07	2,98	1,68
MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS	470.777.401		470.777.401	0,03	0,03	0,03	0,01
MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA	15.712.904.285		15.712.904.285	1,05	0,88	0,85	0,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	9.349.986.714		9.349.986.714	0,62	0,52	0,51	0,29
PROGRAMAÇÕES CONDICIONADAS À APROVAÇÃO LEGISLATIVA PREVISTA NO INCISO III DO ART. 167 DA CONSTITUIÇÃO	248.915.621.661		248.915.621.661	16,58	13,91	13,53	7,63
SUBTOTAL (D)	1.484.727.516.494	16.339.319.279	1.501.066.835.773	100,00	83,89	81,58	46,01
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	288.276.762.736		288.276.762.736		16,11	15,67	8,84
SUBTOTAL (E)	1.773.004.279.230	16.339.319.279	1.789.343.598.509		100,00	97,24	54,85
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	47.123.883.677	3.588.666.163	50.712.549.840			2,76	1,55
SUBTOTAL (F)	1.820.128.162.907	19.927.985.442	1.840.056.148.349			100,00	56,41
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	1.422.153.155.474		1.422.153.155.474				43,59
TOTAL (G)	3.242.281.318.381	19.927.985.442	3.262.209.303.823				100,00

Anexo III - Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimento

Valores em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECURSOS PRÓPRIOS	114.076.094.013
GERAÇÃO PRÓPRIA	114.076.094.013
RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.995.767.851
TESOURO	3.526.223.246
CONTROLADORA	191.098.210
OUTRAS FONTES	278.446.395
OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	1.872.856.132
EXTERNAS	94.360.000
INTERNAS	1.778.496.132
OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	70.000.000
OUTRAS FONTES	70.000.000
TOTAL	120.014.717.996

Anexo IV - Despesa do Orçamento de Investimento

		Valores em R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO		VALOR
22000 -	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	61.935.700
24000 -	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES	2.032.651.894
25000 -	MINISTÉRIO DA FAZENDA	6.160.855.158
32000 -	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	109.024.627.902
36000 -	MINISTÉRIO DA SAÚDE	485.982.560
39000 -	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL	980.563.832
47000 -	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO	67.950.950
52000 -	MINISTÉRIO DA DEFESA	1.200.150.000
TOTAL		120.014.717.996

ANEXO V

AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO, E O ART. 101, INCISO IV, DA LDO-2019, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS PARA 2019

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CRIAÇÃO	PROVIMENTO						
		QTDE	DESPESA					
			NO EXERCÍCIO (5)			ANUALIZADA		
			PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL	PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL

I. CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTOS DE CARGOS E FUNÇÕES, exceto reposição (1):

1. Poder Legislativo	127	257	43.134.562	3.273.409	46.407.971	66.948.467	6.439.172	73.387.639
1.1. Câmara dos Deputados	127	197	31.110.730	2.735.199	33.845.929	44.961.079	5.470.398	50.431.477
1.1.1. Cargos e funções vagos	-	70	11.520.335	2.735.199	14.255.534	23.589.739	5.470.398	29.060.137
1.1.2. Resolução 1/2007	127	127	19.590.395		19.590.395	21.371.340		21.371.340
1.2. Senado Federal	-	40	9.000.176	376.763	9.376.939	15.795.684	645.880	16.441.564
1.2.1. Cargos e funções vagos	-	40	9.000.176	376.763	9.376.939	15.795.684	645.880	16.441.564
1.3. Tribunal de Contas da União	-	20	3.023.656	161.447	3.185.103	6.191.704	322.894	6.514.598
1.3.1. Cargos e funções vagos	-	20	3.023.656	161.447	3.185.103	6.191.704	322.894	6.514.598
2. Poder Judiciário	1.047	1.926	175.875.127	17.434.173	193.309.300	251.167.395	25.979.743	277.147.138
2.1. Supremo Tribunal Federal	-	38	4.053.900	485.570	4.539.470	5.032.734	589.180	5.621.914
2.1.1. Cargos e funções vagos	-	38	4.053.900	485.570	4.539.470	5.032.734	589.180	5.621.914
2.2. Superior Tribunal de Justiça	-	50	3.378.513	403.675	3.782.188	6.922.412	807.349	7.729.761
2.2.1. Cargos e funções vagos	-	50	3.378.513	403.675	3.782.188	6.922.412	807.349	7.729.761
2.3. Justiça Federal	625	300	30.000.000	5.600.000	35.600.000	61.421.303	10.400.000	71.821.303
2.3.1. Cargos e funções vagos	-	300	30.000.000	5.600.000	35.600.000	61.421.303	10.400.000	71.821.303
2.3.2. PL nº 2.783, de 2011 (4)	625		-	-	-	-	-	-
2.4. Justiça Militar da União	-	30	2.367.091	276.842	2.643.933	4.157.097	474.586	4.631.683
2.4.1. Cargos e funções vagos	-	30	2.367.091	276.842	2.643.933	4.157.097	474.586	4.631.683
2.5. Justiça Eleitoral	370	870	29.384.167	2.286.005	31.670.172	54.488.704	4.572.009	59.060.713
2.5.1. Cargos e funções vagos	-	860	28.384.167	2.286.005	30.670.172	53.488.704	4.572.009	58.060.713
2.5.2. PLC 93, de 2017 - TRE São Paulo	370	10	1.000.000	-	1.000.000	1.000.000	-	1.000.000
2.5. Justiça do Trabalho	52	632	106.141.192	8.299.921	114.441.113	118.581.265	9.054.459	127.635.724
2.5.1. Cargos e funções vagos	-	632	106.141.192	8.299.921	114.441.113	118.581.265	9.054.459	127.635.724
2.5.2. PLC 112, de 2017 - TRT 22ª Região (4)	52	-	-	-	-	-	-	-
2.7. Conselho Nacional de Justiça	-	6	550.264	82.160	632.424	563.880	82.160	646.040
2.7.1. Cargos e funções vagos	-	6	550.264	82.160	632.424	563.880	82.160	646.040
3. Ministério Público da União e Conselho Nacional do Ministério Público	-	12	712.265	-	712.265	821.584	-	821.584
3.1. Escola Superior do Ministério Público da União	-	10	494.958	-	494.958	604.277	-	604.277
3.1.1. Lei nº 13.032, de 2014	-	10	494.958	-	494.958	604.277	-	604.277

3.2. Conselho Nacional do Ministério Público da União	-	2	217.307	-	217.307	217.307	-	217.307
3.1.1. Cargos e funções vagos	-	2	217.307	-	217.307	217.307	-	217.307
4. Defensoria Pública da União	1.582	455	35.403.181	92.291	35.495.472	37.712.125	158.195	37.870.320
4.1. Defensoria Pública da União	1.582	455	35.403.181	92.291	35.495.472	37.712.125	158.195	37.870.320
4.1.1. Cargos e funções vagos	-	10	1.963.598	92.291	2.055.889	3.446.353	158.195	3.604.548
4.1.1. PL nº 7.922, de 2014 - Criação de cargos efetivos	811	-	-	-	-	-	-	-
4.1.2. PL nº 7.923, de 2014 - Criação de cargos e funções comissionadas	771	445	33.439.583	-	33.439.583	34.265.772	-	34.265.772
5. Poder Executivo	2.095	40.723	2.558.846.396	426.475.478	2.985.321.874	3.170.030.151	514.313.409	3.684.343.560
5.1. Criação e provimentos de cargos e funções, exclusive substituição de terceirizados - Civis	2.095	36.147	2.199.779.995	404.942.934	2.604.722.929	2.777.100.071	491.434.504	3.268.534.575
5.1.1. Cargos e funções vagos	-	11.493	418.620.429	63.999.364	482.619.793	783.587.612	119.184.849	902.772.461
5.1.2. Banco de Professor-Equivalente e Quadro de Referência dos Cargos de Técnico-Administrativos em Educação (2)	-	22.559	1.699.818.970	332.301.983	2.032.120.953	1.913.997.488	364.272.806	2.278.270.294
5.1.3. Lei nº 13.634, de 20 de março de 2018 - UF Catalão/GO	353	353	12.373.322	1.416.948	13.790.270	12.144.218	1.307.953	13.452.171
5.1.4. Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018 - UF Delta do Parnaíba/PI	400	400	13.575.747	1.399.406	14.975.153	13.342.432	1.291.759	14.634.191
5.1.5. Lei nº 13.637, de 20 de março de 2018 - UF Rondonópolis/MT	394	394	14.060.344	1.574.388	15.634.732	13.787.645	1.453.280	15.240.925
5.1.6. Lei nº 13.635, de 20 de março de 2018 - UF Jataí/GO	299	299	9.874.159	577.275	10.451.434	9.773.624	532.869	10.306.493
5.1.7. Lei nº 13.651, de 11 de abril de 2018 - UF Agreste de Pernambuco/PE	623	623	29.698.647	3.673.570	33.372.217	28.708.675	3.390.988	32.099.663
5.1.8. Medida Provisória nº 844, de 6 de julho de 2018 - Agência Nacional de Águas	26	26	1.758.377	-	1.758.377	1.758.377	-	1.758.377
5.2. Provimentos de cargos efetivos - Substituição de Terceirizados (3)	-	230	14.569.852	3.000.756	17.570.608	18.553.907	3.713.939	22.267.846
5.2.1. Cargos e funções vagos	-	230	14.569.852	3.000.756	17.570.608	18.553.907	3.713.939	22.267.846
5.3. Fixação de efetivos - Militares	-	2.320	168.208.304	-	168.208.304	172.478.207	-	172.478.207
5.3.1. Fixação de Efetivos - Aeronáutica, Exército e Marinha	-	2.320	168.208.304	-	168.208.304	172.478.207	-	172.478.207
5.4. Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF	-	2.026	176.288.245	18.531.788	194.820.033	201.897.966	19.164.966	221.062.932
5.4.1. Fixação de Efetivos - CBMDF	-	379	25.260.541	-	25.260.541	31.354.001	-	31.354.001
5.4.2. Fixação de Efetivos - PMDF	-	947	68.094.065	-	68.094.065	84.776.725	-	84.776.725
5.4.3. Fixação de Efetivos - PCDF	-	700	82.933.639	18.531.788	101.465.427	85.767.240	19.164.966	104.932.206
TOTAL DO ITEM I	4.851	43.373	2.813.971.531	447.275.351	3.261.246.882	3.526.679.722	546.890.519	4.073.570.241
TOTAL DO ITEM I (Exclusive Substituição de Terceirizados)	4.851	43.143	2.799.401.679	444.274.595	3.243.676.274	3.508.125.815	543.176.580	4.051.302.395

II. ALTERAÇÃO DE ESTRUTURA DE CARREIRAS E AUMENTO DE REMUNERAÇÃO:

1. Poder Executivo	50.000.000	-	50.000.000	50.000.000	-	50.000.000
1.1. Anteprojeto de Lei - Reestruturação das carreiras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra	50.000.000	-	50.000.000	50.000.000	-	50.000.000
TOTAL DO ITEM II	50.000.000	-	50.000.000	50.000.000	-	50.000.000
TOTAL GERAL (ITEM I + ITEM II)	2.863.971.531	447.275.351	3.311.246.882	3.576.679.722	546.890.519	4.123.570.241
TOTAL GERAL (Exclusive Substituição de Terceirizados)	2.849.401.679	444.274.595	3.293.676.274	3.558.125.815	543.176.580	4.101.302.395

(1) Para fins de reposição, considera-se exclusivamente o preenchimento de cargos efetivos e cargos/funções comissionadas ocupadas em março de 2018, cujas despesas compunham a base de projeção para definição dos limites de "Pessoal e Encargos Sociais" para 2019 e que venham a vagar *a posteriori*, não gerando, impacto orçamentário. Neste contexto, excluem-se as vagas originadas de aposentadorias e falecimentos que acarretem pagamento de pensões, por se tratarem de mera reclassificação orçamentária, ou seja, não geram economia em termos de impactos orçamentários.

(2) Limite físico e financeiro destinado a provimentos de cargos efetivos que compõem o Banco de Professor-Equivalente e o Quadro de Referência dos Cargos de Técnico-Administrativos em Educação, nos termos dos Decretos nºs 7.232, de 19 de julho de 2010; 7.311 e 7.312, ambos de 22 de setembro de 2010; 7.485, de 18 de maio de 2011 e 8.260, de 29 de maio de 2014.

(3) Os recursos orçamentários para o provimento de cargos efetivos mediante a substituição de pessoal terceirizado serão oriundos de remanejamento de "Outras Despesas Correntes" para "Pessoal e Encargos Sociais", não acarretando acréscimo de despesas.

(4) Refere-se a Projeto de Lei de ratificação da criação de cargos e funções comissionadas efetivada por ato administrativo, cujas despesas já vêm compondo a folha de pagamento do Órgão ao longo dos últimos anos, não implicando em acréscimos de despesas.

(5) Detalhamento das programações orçamentárias em nível de Esfera/Órgão/Unidade/Funcional Programática/Ação/Subtítulo:

Esfera/Órgão/Unidade/Funcional Programática/Ação/Localizador de Gasto	VALOR
Reserva de Contingência Fiscal - Primária / Recursos para o Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição	2.863.971.531
10.01101.99.999.0999.0Z01.0001 - Câmara dos Deputados	31.110.730
10.02101.99.999.0999.0Z01.0001 - Senado Federal	9.000.176
10.03101.99.999.0999.0Z01.0001 - Tribunal de Contas da União	3.023.656
10.10101.99.999.0999.0Z01.0001 - Supremo Tribunal Federal	4.053.900
10.11101.99.999.0999.0Z01.0001 - Superior Tribunal de Justiça	3.378.513
10.12101.99.999.0999.0Z01.0001 - Justiça Federal de Primeiro Grau	30.000.000
10.13101.99.999.0999.0Z01.0001 - Justiça Militar da União	2.367.091
10.14101.99.999.0999.0Z01.0001 - Justiça Eleitoral	29.384.167
10.15126.99.999.0999.0Z01.0001 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho	106.141.192
10.17101.99.999.0999.0Z01.0001 - Conselho Nacional de Justiça	550.264
10.29101.99.999.0999.0Z01.0001 - Defensoria Pública da União	35.403.181
10.34101.99.999.0999.0Z01.0001 - Ministério Público Federal	494.958
10.59101.99.999.0999.0Z01.0001 - Conselho Nacional do Ministério Público	217.307
10.20201.99.999.0999.0Z01.0001 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	50.000.000
10.26101.99.999.0999.0Z01.0001 - Ministério da Educação	1.791.338.690
10.36901.99.999.0999.0Z01.0001 - Fundo Nacional da Saúde	34.468.380
10.71102.99.999.0999.0Z01.0001 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	556.751.081
10.73901.28.845.0903.00NR.0053 - Fundo Constitucional do Distrito Federal	176.288.245
Reserva de Contingência - Financeira / CPSS Decorrente do Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição	447.275.351
10.01101.99.999.0999.0Z00.0001 - Câmara dos Deputados	2.735.199
10.02101.99.999.0999.0Z00.0001 - Senado Federal	376.763
10.03101.99.999.0999.0Z00.0001 - Tribunal de Contas da União	161.447
10.10101.99.999.0999.0Z00.0001 - Supremo Tribunal Federal	485.570
10.11101.99.999.0999.0Z00.0001 - Superior Tribunal de Justiça	403.675
10.12101.99.999.0999.0Z00.0001 - Justiça Federal de Primeiro Grau	5.600.000
10.13101.99.999.0999.0Z00.0001 - Justiça Militar da União	276.842
10.14101.99.999.0999.0Z00.0001 - Justiça Eleitoral	2.286.005

10.15126.99.999.0999.0Z00.0001 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho	8.299.921
10.17101.99.999.0999.0Z00.0001 - Conselho Nacional de Justiça	82.160
10.29101.99.999.0999.0Z00.0001 - Defensoria Pública da União	92.291
10.26101.99.999.0999.0Z00.0001 - Ministério da Educação	343.515.059
10.36901.99.999.0999.0Z00.0001 - Fundo Nacional da Saúde	6.795.433
10.71102.99.999.0999.0Z00.0001 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	57.633.198
10.73901.28.846.0903.09HB.0053 - Fundo Constitucional do Distrito Federal	18.531.788
Total Geral	3.311.246.882
Despesas Primárias	2.863.971.531
Despesas Financeiras	447.275.351

ANEXO VI
SUBTÍTULOS RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS
DE IRREGULARIDADES GRAVES - IGP - 2019

UF	Programa de Trabalho	Subtítulo	Objeto	Descrição do Objeto
39000			Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	
39207			VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A	
39250			Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT	
74918			Recursos sob supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - Min	
			Integração Nacional	

NE

26.783.2087.11ZT.0020 / 2016 - FERROVIA TRANSNORDESTINA - PARTICIPACAO DA UNIAO - EF-232
 26.783.2087.00Q4.0020 / 2017 - PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - TRANSNORDESTINA LOGISTICA
 26.783.2087.00Q4.0020 / 2018 - PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - TRANSNORDESTINA LOGISTICA
 28.846.2029.0355.0001 / 2017 - FINANCIAMENTO DE PROJETOS DO SETOR PRODUTIVO NO ÂMBITO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (MP Nº 2.156-5, DE 24 DE AGOSTO DE 2001)
 28.846.2029.0355.0001 / 2018 - FINANCIAMENTO DE PROJETOS DO SETOR PRODUTIVO NO ÂMBITO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (MP Nº 2.156-5, DE 24 DE AGOSTO DE 2001)
 28.846.2029.0355.0001 / 2019 - FINANCIAMENTO DE PROJETOS DO SETOR PRODUTIVO NO ÂMBITO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - FDNE (LEI COMPLEMENTAR Nº 125, DE 3 DE JANEIRO DE 2007)

Obra / Serviço: Aplicação de recursos federais de várias origens na Ferrovia Transnordestina **% EXECUTADO:**

Acordo de Acionistas Transnordestina Logística S.A	Acordo de Acionistas pactuado entre a Valec, o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndespar), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Transnordestina Logística S.A. (TLSA), em 20 de setembro de 2013
--	--

Valor R\$: **Data Base:** 20/9/2013

- Índícios de irregularidades apontados nos Acórdãos nº 1659/2017–TCU-Plenário, nº 1408/2017–TCU-Plenário, nº 67/2017–TCU-Plenário, nº 2532/2017–TCU-Plenário e nº 2533/2017–TCU-Plenário

Empreendimento	Ferrovia Transnordestina (Malha II)
----------------	-------------------------------------

Valor R\$: **Data Base:** 20/9/2013

- Índícios de irregularidades apontados nos Acórdãos nº 1659/2017–TCU-Plenário, nº 1408/2017–TCU-Plenário, nº 67/2017–TCU-Plenário, nº 2532/2017–TCU-Plenário e nº 2533/2017–TCU-Plenário

39250 Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

RJ

26.846.2126.0007.0030 / 2015 RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA BR-040 - RIO DE JANEIRO/RJ - JUIZ DE FORA/MG NA REGIÃO SUDESTE
 26.846.2126.0007.0030 / 2014 RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA BR-040 - RIO DE JANEIRO/RJ - JUIZ DE FORA/MG NA REGIÃO SUDESTE
 26.782.2087.15PB.0030 / 2017 PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NA CONSTRUÇÃO DA NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS DA BR-040/RJ - CON CER - NA REGIÃO SUDESTE
 26.782.2087.15PB.0030 / 2019 PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NA CONSTRUÇÃO DA NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS DA BR-040/RJ - CON CER - NA REGIÃO SUDESTE

Obra / Serviço: Obras de construção da BR-040/RJ **% EXECUTADO:** 35,1

Termo Aditivo 12/2014 ao Contrato de Concessão PG-138/95-00	Obras de implantação de novo trecho da BR-040-RJ para a subida da Serra de Petrópolis.
---	--

Valor R\$: 291.244.036,80 **Data Base:** 1/4/1995

- Projeto básico e executivo desatualizados e deficientes
- Sobrepreço no Fluxo de Caixa Marginal decorrente de superestimativa de alíquota de IRPJ e CSSL e da base de cálculo do IRPJ e CSSL
- Sobrepreço no orçamento da obra

RS

ANEXO VI
SUBTÍTULOS RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS
DE IRREGULARIDADES GRAVES - IGP - 2019

UF	Programa de Trabalho	Subtítulo	Objeto	Descrição do Objeto
26.846.2126.00P5.0043/2016	RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA BR-290/RS - OSÓRIO - PORTO ALEGRE - ENTRONCAMENTO BR-116/RS (ENTRADA P/ GUAÍBA) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL			
Obra / Serviço:	Obras de ampliação de capacidade da BR-290/RS			% EXECUTADO: 88,1
	Termo Aditivo 13 ao Contrato PG-016/97-00			Termo Aditivo 13 ao Contrato PG-016/97-00, que inseriu conjunto de obras na BR-290/RS - Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre/Concepa
Valor R\$:	241.686.367,00	Data Base:	1/12/2015	
	- Superfaturamento no cálculo da remuneração das obras.			
	- Superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado e de quantitativos inadequados.			

39252 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

BA

26.782.2075.13X7.0029/2014 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO NA BR-116/BA
 26.782.2075.13X7.0029/2015 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO NA BR-116/BA
 26.782.2087.13X7.0029/2016 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO NA BR-116/BA
 26.782.2087.13X7.0029/2017 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO NA BR-116/BA
 26.782.2087.13X7.0029/2018 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO NA BR-116/BA
 26.782.2087.13X7.0029/2019 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - DIVISA PE/BA (IBÓ) - FEIRA DE SANTANA - NA BR-116/BA

Obra / Serviço:	Adequação de Trecho Rodoviário na BR-116/BA			% EXECUTADO: 9
	Contrato SR-05/00878/2014			Contratação integrada dos projetos básico e executivo de engenharia e execução das obras de duplicação, implantação de vias laterais, adequação de capacidade, restauração com melhoramentos e obras-de-arte especiais na Rodovia BR 116/BA, Lote 05
Valor R\$:	275.000.000,00	Data Base:	1/9/2013	
	- Projeto executivo de pavimentação em desconformidade com as premissas do instrumento convocatório.			
	- Projeto executivo de geometria em desconformidade com as premissas do instrumento convocatório.			
	- Projeto executivo de obras complementares e de concepção das passarelas em desconformidade com as premissas do instrumento convocatório			

53101 Ministério da Integração Nacional

AL

18.544.2084.10CT.0027 / 2019 - CONSTRUÇÃO DO CANAL ADUTOR DO SERTÃO ALAGOANO NO ESTADO DE ALAGOAS
 18.544.2084.10CT.0027 / 2018 - CONSTRUÇÃO DO CANAL ADUTOR DO SERTÃO ALAGOANO NO ESTADO DE ALAGOAS
 18.544.2084.10CT.0027 / 2017 - CONSTRUÇÃO DO CANAL ADUTOR DO SERTÃO ALAGOANO NO ESTADO DE ALAGOAS
 18.544.2051.10CT.0027 / 2015 - CONSTRUÇÃO DO CANAL ADUTOR DO SERTÃO ALAGOANO NO ESTADO DE ALAGOAS

Obra / Serviço:	Canal adutor do sertão alagoano			% EXECUTADO: 76,4
	Contrato 58/2010			Execução das obras e serviços de Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano, entre o km 123,4 e o km 150,00, correspondendo ao Trecho 5
Valor R\$:	447.034.870,74	Data Base:	30/6/2010	
	- Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado.			

PB

ANEXO VI
SUBTÍTULOS RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS
DE IRREGULARIDADES GRAVES - IGP - 2019

UF	Programa de Trabalho	Subtítulo	Objeto	Descrição do Objeto
			18.544.2084.12G7.0025 / 2019 - CONSTRUÇÃO DO CANAL ADUTOR VERTENTE LITORÂNEA COM 112,5 KM NO ESTADO DA PARAÍBA NO ESTADO DA PARAÍBA	
			18.544.2084.12G7.0025 / 2018 - CONSTRUÇÃO DO CANAL ADUTOR VERTENTE LITORÂNEA COM 112,5 KM NO ESTADO DA PARAÍBA NO ESTADO DA PARAÍBA	
			18.544.2084.12G7.0025 / 2017 - CONSTRUÇÃO DO CANAL ADUTOR VERTENTE LITORÂNEA COM 112,5 KM NO ESTADO DA PARAÍBA NO ESTADO DA PARAÍBA	
			18.544.2051.12G7.0025 / 2012 - CONSTRUÇÃO DO CANAL ADUTOR VERTENTE LITORÂNEA COM 112,5 KM NO ESTADO DA PARAÍBA	
			18.544.1036.12G7.0025 / 2011 - CONSTRUÇÃO DO CANAL ADUTOR VERTENTE LITORÂNEA COM 112,5 KM NO ESTADO DA PARAÍBA NO ESTADO DA PARAÍBA	
Obra / Serviço:		Canal Adutor Vertente Litorânea	% EXECUTADO: 44,1	
		Contrato 6/2011	Execução das obras do Canal para Integração das Vertentes Paraibana, Lote 3, km 81 + 860 ao km 112 + 443	
Valor R\$:		200.571.955,55	Data Base: 1/6/2010	
		- Projeto básico deficiente		

56101 Ministério das Cidades

SP

15.453.2048.10SS.0001 / 2018 APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO - NACIONAL
 15.453.2048.10SS.0001 / 2019 APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO - NACIONAL

Obra / Serviço:		Corredor de ônibus - Aricanduva - SP	% EXECUTADO: 1,32	
		Edital 030120130	Contratação de empresas pré-qualificadas no procedimento de pré-qualificação 003/2012, para a elaboração de projetos executivos e a execução das obras do empreendimento 3 - Corredor Leste Aricanduva.	
Valor R\$:		123.668.326,50	Data Base: 21/8/2013	
		- Restrição a competitividade da licitação decorrente de adoção indevida de pré-qualificação e de critérios inadequados de habilitação e julgamento.		
		Edital Pré-Qual n. 3/2012	Pré-qualificação de empresas para participação na concorrência para a elaboração de projetos executivos e execução das obras do Empreendimento 3 - Corredor Leste - Aricanduva.	
Valor R\$:		121.874.000,00	Data Base: 2/5/2012	
		- Restrição a competitividade da licitação decorrente de adoção indevida de pré-qualificação e de critérios inadequados de habilitação e julgamento.		

15.453.2048.10SS.0001 / 2018 APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO - NACIONAL
 15.453.2048.10SS.0001 / 2019 APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO - NACIONAL

Obra / Serviço:		Corredor de Ônibus - Capão Redondo-Vila Sônia - SP	% EXECUTADO: 1,87	
		Contrato 046/Siurb/2016	Elaboração de projetos executivos e execução das obras do empreendimento 5 - Sistema Viário de Apoio - Corredor Capão Redondo / Campo Limpo / Vila Sônia, integrante do programa de mobilidade urbana	
Valor R\$:		213.174.405,41	Data Base: 1/2/2013	
		- Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado e duplicidade		
		Edital 32120130	Contratação de empresas pré-qualificadas no procedimento de pré-qualificação 005/2012, para a elaboração de projetos executivos e a execução das obras do empreendimento 5 - Corredor CR/CL/VS	
Valor R\$:		218.697.104,77	Data Base: 23/11/2012	
		- Restrição a competitividade da licitação decorrente de adoção indevida de pré-qualificação e de critérios inadequados de habilitação e julgamento.		

ANEXO VI
SUBTÍTULOS RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS
DE IRREGULARIDADES GRAVES - IGP - 2019

UF	Programa de Trabalho	Subtítulo	Objeto	Descrição do Objeto
			Edital Pré-Qual n. 5/2012	Pré-qualificação de empresas para participação na concorrência para a elaboração de projetos executivos e execução das obras do Empreendimento 5 - Corredor CR/CL/VS
			Valor R\$: 174.733.000,00	Data Base: 2/5/2012
			-	Restrição a competitividade da licitação decorrente de adoção indevida de pré-qualificação e de critérios inadequados de habilitação e julgamento.
15.453.2048.10SS.0001 / 2015 APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO - NACIONAL 15.453.2048.10SS.0001 / 2016 APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO - NACIONAL 15.453.2048.10SS.0001 / 2017 APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO - NACIONAL 15.453.2048.10SS.0001 / 2018 APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO - NACIONAL 15.453.2048.10SS.0001 / 2019 APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO - NACIONAL				
	Obra / Serviço:	Corredor de ônibus - SP - Radial Leste - Trecho 1		% EXECUTADO: 0
			Contrato 043/SIURB/13	EXECUÇÃO DE OBRAS DO PROGRAMA DE MOBILIDADE URBANA, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS E EXECUÇÃO DAS OBRAS DO EMPREENDIMENTO 1 - CORREDOR LESTE - RADIAL 1
			Valor R\$: 438.978.639,75	Data Base: 1/2/2013
			-	Sobrepço decorrente de preços excessivos frente ao mercado.
			Edital 01/2012	Edital de Pré-qualificação para o Corredor Leste Radial 1 - Trecho 1
			Valor R\$: 333.596.000,00	Data Base: 10/5/2012
			-	Restrição a competitividade da licitação decorrente de critérios inadequados de habilitação e julgamento.
			-	Restrição a competitividade da licitação decorrente de adoção indevida de pré-qualificação.
15.453.2048.10SS.0001 / 2015 APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO - NACIONAL 15.453.2048.10SS.0001 / 2016 APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO - NACIONAL 15.453.2048.10SS.0001 / 2017 APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO - NACIONAL 15.453.2048.10SS.0001 / 2018 APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO - NACIONAL 15.453.2048.10SS.0001 / 2019 APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO - NACIONAL				
	Obra / Serviço:	Corredor de ônibus - SP - Radial Leste - Trecho 2		% EXECUTADO: 0
			Edital 002/2012	Edital de Pré-qualificação 02/2012 - Corredor de Ônibus Radial Leste - trecho 2
			Valor R\$: 151.484.000,00	Data Base: 2/5/2012
			-	Restrição a competitividade da licitação decorrente de adoção indevida de pré-qualificação e de critérios inadequados de habilitação e julgamento.
TO				
15.453.2048.10SS.0001 / 2016 APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO NACIONAL 15.453.2048.10SS.0001 / 2017 APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO NACIONAL 15.453.2048.10SS.0001 / 2018 APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO NACIONAL 15.453.2048.10SS.0001 / 2019 APOIO A SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO - NACIONAL				
	Obra / Serviço:	BRT de Palmas/TO		% EXECUTADO: 0
			Edital 1/2015	Regularização ambiental, projeto básico, projeto executivo e execução das obras de implantação do corredor de transporte BRT e do sistema inteligente de transporte, na região sul de Palmas/TO.
			Valor R\$: 0,00	Data Base:
			-	Estudo de viabilidade técnica econômica e ambiental deficiente.

ANEXO VI
SUBTÍTULOS RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS
DE IRREGULARIDADES GRAVES - IGP - 2019

UF	Programa de Trabalho	Subtítulo	Objeto	Descrição do Objeto
			Termo de compromisso 683171	Transferência de recursos financeiros da União para a execução de Reestruturação do Sistema de Transporte na Cidade de Palmas com a implantação de 15,45 km de corredor exclusivo de BRT na região sul de Palmas, no Município de Palmas/TO, no âmbito do Progr
			Valor R\$: 0,00	Data Base:
			-	Estudo de viabilidade técnica econômica e ambiental deficiente.

Quadro 1A

Receita e Despesa do Orçamento Fiscal por Categoria Econômica

LDO-2019, Anexo I, Inciso I

Valores em R\$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Receita		Despesa	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	905.692.355.481	Despesas Correntes	1.003.301.634.345
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</i>	522.793.619.041	<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	216.445.627.173
<i>Contribuições</i>	185.859.592.034	<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	378.896.007.187
<i>Receita Patrimonial</i>	112.593.529.939	<i>Outras Despesas Correntes</i>	407.959.999.985
<i>Receita Agropecuária</i>	19.784.580		
<i>Receita Industrial</i>	1.482.964.769		
<i>Receita de Serviços</i>	41.010.064.146		
<i>Transferências Correntes</i>	816.426.694		
<i>Outras Receitas Correntes</i>	41.116.374.278		
Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	250.712.985		
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias</i>	1.489.567		
<i>Contribuições - Operações Intraorçamentárias</i>	76.602		
<i>Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias</i>	3.232.224		
<i>Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias</i>	131.192.484		
<i>Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias</i>	17.608.474		
<i>Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias</i>	97.113.634		
Déficit do Orçamento Corrente - Fiscal	97.358.565.879		
Total:	1.003.301.634.345	Total:	1.003.301.634.345
		Déficit do Orçamento Corrente - Fiscal	97.358.565.879
Receitas de Capital	1.597.189.277.749	Despesas de Capital	1.169.518.964.511
<i>Operações de Crédito</i>	1.417.657.385.751	<i>Investimentos</i>	30.567.202.162
<i>Alienação de Bens</i>	1.511.941.212	<i>Inversões Financeiras</i>	93.012.658.193
<i>Amortização de Empréstimos</i>	45.076.727.481	<i>Amortização da Dívida</i>	1.045.939.104.156
<i>Transferências de Capital</i>	58.741.380	Transferência para o Orçamento da Seguridade Social	303.534.207.033
<i>Outras Receitas de Capital</i>	132.884.481.925	Reservas	33.149.906.020
Receitas de Capital - Operações Intraorçamentárias	6.372.365.694	<i>Outras</i>	23.799.919.306
<i>Operações de Crédito - Operações Intraorçamentárias</i>	6.372.365.694	<i>Contingência</i>	9.349.986.714
Total:	1.603.561.643.443	Total:	1.603.561.643.443

Resumo

Receitas Correntes	905.692.355.481	Despesas Correntes	1.003.301.634.345
Receitas Correntes Intraorçamentárias	250.712.985	Reservas	33.149.906.020
Receitas de Capital	1.597.189.277.749	Despesas de Capital	1.169.518.964.511
Receitas de Capital Intraorçamentárias	6.372.365.694	Transferência para o Orçamento da Seguridade Social	303.534.207.033
Total	2.509.504.711.909	Total	2.509.504.711.909

Quadro 1B
Receita e Despesa do Orçamento da Seguridade Social por
Categoria Econômica

LDO-2019, Anexo I, Inciso I

Valores em R\$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Receita		Despesa	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	720.928.780.805	Despesas Correntes	1.050.331.744.252
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</i>	368.299.206	<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	133.989.751.569
<i>Contribuições</i>	680.631.024.883	<i>Outras Despesas Correntes</i>	916.341.992.683
<i>Receita Patrimonial</i>	7.878.932.659		
<i>Receita Industrial</i>	287.658		
<i>Receita de Serviços</i>	13.316.107.206		
<i>Transferências Correntes</i>	30.595.317		
<i>Outras Receitas Correntes</i>	18.703.533.876		
Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	31.738.937.851		
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias</i>	9.866		
<i>Contribuições - Operações Intraorçamentárias</i>	21.745.866.669		
<i>Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias</i>	10.570.946		
<i>Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias</i>	9.982.490.370		
Déficit do Orçamento Corrente - Seguridade Social	297.664.025.596		
Total:	1.050.331.744.252	Total:	1.050.331.744.252
		Déficit do Orçamento Corrente - Seguridade Social	297.664.025.596
Receitas de Capital	36.873.258	Despesas de Capital	5.643.454.761
<i>Alienação de Bens</i>	36.873.258	<i>Investimentos</i>	5.632.510.921
Transferência do Orçamento Fiscal	303.534.207.033	<i>Inversões Financeiras</i>	10.943.840
		Reservas	263.599.934
		<i>Outras</i>	263.599.934
Total:	303.571.080.291	Total:	303.571.080.291
Resumo			
Receitas Correntes	720.928.780.805	Despesas de Capital	5.643.454.761
Receitas Correntes Intraorçamentárias	31.738.937.851	Reservas	263.599.934
Receitas de Capital	36.873.258	Despesas Correntes	1.050.331.744.252
Transferência do Orçamento Fiscal	303.534.207.033		
Total	1.056.238.798.947	Total	1.056.238.798.947

Quadro 1C
Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categoria Econômica

LDO-2019, Anexo I, Inciso I

Valores em R\$ 1,00

Recursos de Todas as Fontes

Receita		Despesa	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	1.626.621.136.286	Despesas Correntes	2.053.633.378.597
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</i>	523.161.918.247	<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	350.435.378.742
<i>Contribuições</i>	866.490.616.917	<i>Juros e Encargos da Dívida</i>	378.896.007.187
<i>Receita Patrimonial</i>	120.472.462.598	<i>Outras Despesas Correntes</i>	1.324.301.992.668
<i>Receita Agropecuária</i>	19.784.580		
<i>Receita Industrial</i>	1.483.252.427		
<i>Receita de Serviços</i>	54.326.171.352		
<i>Transferências Correntes</i>	847.022.011		
<i>Outras Receitas Correntes</i>	59.819.908.154		
Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	31.989.650.836		
<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias</i>	1.499.433		
<i>Contribuições - Operações Intraorçamentárias</i>	21.745.943.271		
<i>Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias</i>	3.232.224		
<i>Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias</i>	131.192.484		
<i>Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias</i>	28.179.420		
<i>Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias</i>	10.079.604.004		
Déficit do Orçamento Corrente	395.022.591.475		
Total:	2.053.633.378.597	Total:	2.053.633.378.597
		Déficit do Orçamento Corrente	395.022.591.475
Receitas de Capital	1.597.226.151.007	Despesas de Capital	1.175.162.419.272
<i>Operações de Crédito</i>	1.417.657.385.751	<i>Investimentos</i>	36.199.713.083
<i>Alienação de Bens</i>	1.548.814.470	<i>Inversões Financeiras</i>	93.023.602.033
<i>Amortização de Empréstimos</i>	45.076.727.481	<i>Amortização da Dívida</i>	1.045.939.104.156
<i>Transferências de Capital</i>	58.741.380	Reservas	33.413.505.954
<i>Outras Receitas de Capital</i>	132.884.481.925	<i>Outras</i>	24.063.519.240
Receitas de Capital - Operações Intraorçamentárias	6.372.365.694	<i>Contingência</i>	9.349.986.714
<i>Operações de Crédito - Operações Intraorçamentárias</i>	6.372.365.694		
Total:	1.603.598.516.701	Total:	1.603.598.516.701
Resumo			
Receitas Correntes	1.626.621.136.286	Despesas Correntes	2.053.633.378.597
Receitas Correntes Intraorçamentárias	31.989.650.836	Despesas de Capital	1.175.162.419.272
Receitas de Capital	1.597.226.151.007	Reservas	33.413.505.954
Receitas de Capital - Operações Intraorçamentárias	6.372.365.694		
Total	3.262.209.303.823	Total	3.262.209.303.823

Quadro 2
Resumo Geral da Receita dos Orçamentos Fiscal e da
Seguridade Social

LDO-2019, Anexo I, Inciso II

Valores em R\$ 1,00

Código	Categoria Econômica e Origem	Fiscal	Seguridade	Total
1.0.0.0.00.0.0	Receitas Correntes	905.646.569.013	720.928.578.759	1.626.575.147.772
1.1.0.0.00.0.0	<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</i>	534.488.478.966	373.128.639	534.861.607.605
1.2.0.0.00.0.0	<i>Contribuições</i>	191.528.923.964	692.970.562.242	884.499.486.206
1.3.0.0.00.0.0	<i>Receita Patrimonial</i>	112.703.069.035	7.879.060.185	120.582.129.220
1.4.0.0.00.0.0	<i>Receita Agropecuária</i>	19.803.112		19.803.112
1.5.0.0.00.0.0	<i>Receita Industrial</i>	1.482.964.769	287.658	1.483.252.427
1.6.0.0.00.0.0	<i>Receita de Serviços</i>	41.112.765.633	13.316.110.185	54.428.875.818
1.7.0.0.00.0.0	<i>Transferências Correntes</i>	816.426.694	30.595.317	847.022.011
1.9.0.0.00.0.0	<i>Outras Receitas Correntes</i>	23.494.136.840	6.358.834.533	29.852.971.373
2.0.0.0.00.0.0	Receitas de Capital	1.597.235.064.217	37.075.304	1.597.272.139.521
2.1.0.0.00.0.0	<i>Operações de Crédito</i>	1.417.657.385.751		1.417.657.385.751
2.2.0.0.00.0.0	<i>Alienação de Bens</i>	1.512.510.841	37.075.304	1.549.586.145
2.3.0.0.00.0.0	<i>Amortização de Empréstimos</i>	45.121.944.320		45.121.944.320
2.4.0.0.00.0.0	<i>Transferências de Capital</i>	58.741.380		58.741.380
2.9.0.0.00.0.0	<i>Outras Receitas de Capital</i>	132.884.481.925		132.884.481.925
7.0.0.0.00.0.0	Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	250.712.985	31.738.937.851	31.989.650.836
7.1.0.0.00.0.0	<i>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias</i>	1.799.901	9.866	1.809.767
7.2.0.0.00.0.0	<i>Contribuições - Operações Intraorçamentárias</i>	83.935	21.754.485.880	21.754.569.815
7.3.0.0.00.0.0	<i>Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias</i>	3.232.224		3.232.224
7.5.0.0.00.0.0	<i>Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias</i>	131.192.484		131.192.484
7.6.0.0.00.0.0	<i>Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias</i>	17.608.474	10.570.946	28.179.420
7.9.0.0.00.0.0	<i>Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias</i>	96.795.967	9.973.871.159	10.070.667.126
8.0.0.0.00.0.0	Receitas de Capital - Operações Intraorçamentárias	6.372.365.694	0	6.372.365.694
8.1.0.0.00.0.0	<i>Operações de Crédito - Operações Intraorçamentárias</i>	6.372.365.694		6.372.365.694
	TOTAL	2.509.504.711.909	752.704.591.914	3.262.209.303.823

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
01.000	Câmara dos Deputados	64.431.109
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	8.964.025
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	104.918
180	Recursos Próprios Financeiros	55.362.166
01.901	Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	64.431.109
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	8.964.025
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.426.727
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	8.474
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	394.833
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	592.632
	1922.06.11 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	5.540.334
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	1.025
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	104.918
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	104.918
180	Recursos Próprios Financeiros	55.362.166
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	55.362.166
02.000	Senado Federal	9.106.088
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	9.106.088
02.101	Senado Federal	9.106.088
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	9.106.088
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	16.944
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1.345.725
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	964.225
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	259.603
	1630.02.11 Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Principal	2.248.211
	1630.02.12 Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Multas e Juros	2.979
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	579.214
	1922.06.11 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	2.397.719
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	104.218
	7310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.088.234
	7500.00.11 Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	99.016
03.000	Tribunal de Contas da União	10.000.000
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	10.000.000
03.101	Tribunal de Contas da União	10.000.000
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	10.000.000
	1360.01.11 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	10.000.000
10.000	Supremo Tribunal Federal	1.812.179
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	105.039
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	197.842
175	Taxas por Serviços Públicos	1.509.298

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
10.101	Supremo Tribunal Federal	1.812.179
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	105.039
	<i>1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	<i>105.039</i>
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	197.842
	<i>2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal</i>	<i>197.842</i>
175	Taxas por Serviços Públicos	1.509.298
	<i>1923.02.11 Ressarcimento de Custos - Principal</i>	<i>1.509.298</i>
11.000	Superior Tribunal de Justiça	1.392.442
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	132.257
175	Taxas por Serviços Públicos	1.260.185
11.101	Superior Tribunal de Justiça	1.392.442
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	132.257
	<i>1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	<i>132.257</i>
175	Taxas por Serviços Públicos	1.260.185
	<i>1923.02.11 Ressarcimento de Custos - Principal</i>	<i>1.260.185</i>
12.000	Justiça Federal	100.012.922
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	12.922
181	Recursos de Convênios	100.000.000
12.101	Justiça Federal de Primeiro Grau	71.638.132
181	Recursos de Convênios	71.638.132
	<i>1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal</i>	<i>71.638.132</i>
12.102	Tribunal Regional Federal da 1a. Região	4.883.427
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	12.922
	<i>1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	<i>12.922</i>
181	Recursos de Convênios	4.870.505
	<i>1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal</i>	<i>4.870.505</i>
12.103	Tribunal Regional Federal da 2a. Região	3.203.000
181	Recursos de Convênios	3.203.000
	<i>1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal</i>	<i>3.203.000</i>
12.104	Tribunal Regional Federal da 3a. Região	6.042.288
181	Recursos de Convênios	6.042.288
	<i>1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal</i>	<i>6.042.288</i>
12.105	Tribunal Regional Federal da 4a. Região	9.246.075
181	Recursos de Convênios	9.246.075
	<i>1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal</i>	<i>9.246.075</i>
12.106	Tribunal Regional Federal da 5a. Região	5.000.000
181	Recursos de Convênios	5.000.000
	<i>1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal</i>	<i>5.000.000</i>
13.000	Justiça Militar da União	632.332
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	632.332

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
13.101	Justiça Militar da União	632.332
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	632.332
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	137.107
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	35.058
	1921.99.11 Outras Indenizações - Principal	460.167
14.000	Justiça Eleitoral	117.699.817
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	117.699.817
14.901	Fundo Partidário	117.699.817
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	117.699.817
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	79.573.333
	1910.01.12 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	132.639
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	32.107.215
	1910.01.14 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	5.886.630
15.000	Justiça do Trabalho	518.934.267
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	12.330.379
181	Recursos de Convênios	506.603.888
15.101	Tribunal Superior do Trabalho	1.074.836
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.074.836
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.063.523
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.421
	1921.01.11 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	9.892
15.102	Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro	39.788.030
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	941.510
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	941.510
181	Recursos de Convênios	38.846.520
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	38.846.520
15.103	Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo	52.493.213
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.648.513
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.648.513
181	Recursos de Convênios	50.844.700
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	50.844.700
15.104	Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais	22.166.711
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	713.549
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	713.549
181	Recursos de Convênios	21.453.162
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	21.453.162
15.105	Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul	27.226.174
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	258.474
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	258.474
181	Recursos de Convênios	26.967.700
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	26.967.700
15.106	Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia	250.285.374

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	285.374
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	285.374
181	Recursos de Convênios	250.000.000
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	250.000.000
15.107	Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco	13.017.491
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.366.625
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	321.861
	1360.01.11 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	1.044.764
181	Recursos de Convênios	11.650.866
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	11.650.866
15.108	Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará	4.389.546
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	221.857
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	221.857
181	Recursos de Convênios	4.167.689
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	4.167.689
15.109	Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá	2.692.015
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	181.729
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	181.729
181	Recursos de Convênios	2.510.286
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	2.510.286
15.110	Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná	27.006.389
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	355.727
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	355.727
181	Recursos de Convênios	26.650.662
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	26.650.662
15.111	Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins	11.673.759
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	696.476
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	696.476
181	Recursos de Convênios	10.977.283
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	10.977.283
15.112	Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima	4.545.931
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.209.661
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.209.661
181	Recursos de Convênios	3.336.270
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	3.336.270
15.113	Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina	4.248.076
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	54.065
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	54.065
181	Recursos de Convênios	4.194.011
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	4.194.011
15.114	Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba	1.219.289
181	Recursos de Convênios	1.219.289
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades -	1.219.289

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	<i>Principal</i>	
15.115	Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre	3.632.193
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	53.144
	<i>1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	<i>53.144</i>
181	Recursos de Convênios	3.579.049
	<i>1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal</i>	<i>3.579.049</i>
15.116	Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP	22.899.940
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	613.128
	<i>1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	<i>613.128</i>
181	Recursos de Convênios	22.286.812
	<i>1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal</i>	<i>22.286.812</i>
15.117	Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão	1.535.912
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	71.639
	<i>1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	<i>71.639</i>
181	Recursos de Convênios	1.464.273
	<i>2410.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal</i>	<i>1.464.273</i>
15.118	Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo	10.110.099
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	69.086
	<i>1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	<i>69.086</i>
181	Recursos de Convênios	10.041.013
	<i>1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal</i>	<i>10.041.013</i>
15.119	Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás	3.007.223
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.067.208
	<i>1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	<i>1.067.208</i>
181	Recursos de Convênios	1.940.015
	<i>1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal</i>	<i>1.940.015</i>
15.120	Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas	2.050.856
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	320.386
	<i>1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	<i>320.386</i>
181	Recursos de Convênios	1.730.470
	<i>1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal</i>	<i>1.730.470</i>
15.121	Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe	5.935.307
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	183.238
	<i>1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	<i>183.238</i>
181	Recursos de Convênios	5.752.069
	<i>1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal</i>	<i>5.752.069</i>
15.122	Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte	3.961.220
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	239.009
	<i>1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	<i>239.009</i>
181	Recursos de Convênios	3.722.211
	<i>1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal</i>	<i>3.722.211</i>
15.123	Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí	554.918
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	47.887

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
181	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	47.887
	Recursos de Convênios	507.031
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	507.031
15.124	Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso	1.928.379
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	393.869
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	393.869
181	Recursos de Convênios	1.534.510
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	1.534.510
15.125	Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul	1.491.386
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	263.389
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	263.389
181	Recursos de Convênios	1.227.997
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	1.227.997
16.000	Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	53.596.752
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.792.374
180	Recursos Próprios Financeiros	12.957.435
181	Recursos de Convênios	38.846.943
16.101	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	53.596.752
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.792.374
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	470.478
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	750.445
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	450.728
	7310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	120.723
180	Recursos Próprios Financeiros	12.957.435
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	12.957.435
181	Recursos de Convênios	38.846.943
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	38.846.943
20.000	Presidência da República	1.896.733.667
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	34.200.000
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	203.594.006
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	347.406
164	Títulos da Dívida Agrária	18.437.374
172	Outras Contribuições Econômicas	105.697.390
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	44.865.460
176	Outras Contribuições Sociais	1.345.696.071
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	56.941.764
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	14.845.885
280	Recursos Próprios Financeiros	72.108.311
20.118	Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	116.339
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	116.339
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	116.339
20.124	Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca	5.327.629
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas	5.327.629

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	Provenientes de Processos Judiciais	
	1121.05.11 Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal	5.327.629
20.129	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	34.547.406
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	34.200.000
	2122.00.11 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	34.200.000
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	347.406
	2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal	347.406
20.201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	1.421.872.214
164	Títulos da Dívida Agrária	18.437.374
	2111.00.31 Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal	18.437.374
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	39.537.831
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	39.537.831
176	Outras Contribuições Sociais	1.345.696.071
	1219.08.11 Contribuição Industrial Rural - Principal	267.489.169
	1219.08.12 Contribuição Industrial Rural - Multas e Juros	4.569.730
	1219.08.13 Contribuição Industrial Rural - Dívida Ativa	17.632.743
	1219.08.14 Contribuição Industrial Rural - Dívida Ativa - Multas e Juros	13.368.911
	1219.09.11 Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal	1.042.635.518
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	3.471.392
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	20.288
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	24.436
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	3.426.668
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	14.729.546
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	973.723
	2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal	13.755.823
20.204	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	250.000
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	250.000
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	250.000
20.415	Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	230.512.668
172	Outras Contribuições Econômicas	105.697.390
	1220.10.11 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	105.619.449
	1220.10.12 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Multas e Juros	59.183
	7220.10.11 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	18.758
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	53.220.372
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	53.134.293
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	86.079
280	Recursos Próprios Financeiros	71.594.906
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	71.594.906
20.416	Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL	513.405
280	Recursos Próprios Financeiros	513.405
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	513.405

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
20.927	Fundo de Imprensa Nacional	203.594.006
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	203.594.006
	1500.00.11 <i>Receita Industrial - Principal</i>	84.640.621
	7500.00.11 <i>Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias</i>	118.953.385
22.000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.694.703.266
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	100.000
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	32.608.037
160	Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.400.000.000
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.069.792
172	Outras Contribuições Econômicas	512.744
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	7.500.605
176	Outras Contribuições Sociais	10.163.639
180	Recursos Próprios Financeiros	45.000.000
181	Recursos de Convênios	1.494.827
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	175.236.718
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	14.831.636
280	Recursos Próprios Financeiros	2.685.372
281	Recursos de Convênios	3.499.896
22.101	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta	53.033.219
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	100.000
	2122.00.11 <i>Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal</i>	100.000
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	32.191.612
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	53.534
	1400.00.11 <i>Receita Agropecuária - Principal</i>	210.260
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	69.040
	1910.01.11 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Principal</i>	31.410.293
	1990.99.12 <i>Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros</i>	434.745
	7610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias</i>	13.740
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.069.792
	2213.00.11 <i>Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal</i>	1.069.792
172	Outras Contribuições Econômicas	512.744
	1220.03.11 <i>Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal</i>	463.083
	1220.03.12 <i>Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Multas e Juros</i>	4.969
	1220.03.13 <i>Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa</i>	11.848
	1220.03.14 <i>Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa - Multas e Juros</i>	32.844
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	7.500.605
	1121.01.11 <i>Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal</i>	7.464.290
	1910.01.11 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Principal</i>	36.315
176	Outras Contribuições Sociais	10.163.639
	1219.09.11 <i>Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal</i>	10.163.639
	Recursos de Convênios	1.494.827

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
181	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	545.400
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	949.427
22.202	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	43.285.930
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	32.523.259
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.834.556
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	10.812
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	9.696.022
	1400.00.12 Receita Agropecuária - Multas e Juros	18.532
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	95.385
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.160.572
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	11.817.967
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	793.465
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	19.673
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	303.820
	1922.06.11 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	5.288.185
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	128.982
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	1.348.741
	1990.99.12 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	6.547
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	4.661.921
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	4.234.528
	2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal	427.393
280	Recursos Próprios Financeiros	2.600.854
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.600.854
281	Recursos de Convênios	3.499.896
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	1.465.109
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	384.855
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	820.630
	2410.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	480.000
	2420.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	5.860
	2440.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	343.442
22.211	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	1.552.967.692
160	Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.400.000.000
	2212.01.11 Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal	1.400.000.000
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	142.713.459
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	7.188.136
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	4.354
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	26.566.930
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.046.528
	1922.06.11 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	11.866.239
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	29.728
	1990.99.12 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	4.060
	7310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.484
	7922.99.11 Outras Restituições - Principal - Operações Intraorçamentárias	96.000.000

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	10.169.715
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	148.358
	2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal	10.021.357
280	Recursos Próprios Financeiros	84.518
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	84.518
22.906	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	45.416.425
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	416.425
	1990.99.14 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	114.185
	2212.04.13 Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Dívida Ativa	302.240
180	Recursos Próprios Financeiros	45.000.000
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	45.000.000
24.000	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	10.167.268.374
129	Recursos de Concessões e Permissões	128.684
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	106.268.709
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	60.113.240
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	74.595.374
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.297.217.307
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	5.998.619
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	34.984.284
172	Outras Contribuições Econômicas	4.371.099.337
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	4.981.200
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	2.319.826.078
180	Recursos Próprios Financeiros	876.611.528
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	11.472.985
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	823.924.001
280	Recursos Próprios Financeiros	166.067.328
281	Recursos de Convênios	13.979.700
24.101	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta	50.881.229
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	47.954.169
	1344.02.11 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	47.532.294
	1344.02.13 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	421.875
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.927.060
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	460.600
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	624.085
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	1.827.617
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.425
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	12.333
24.201	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	28.227.842
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	588.698
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	268.352
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	251.755
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	68.591
280	Recursos Próprios Financeiros	13.659.444

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
281	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal Recursos de Convênios	13.659.444 13.979.700
24.204	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal Comissão Nacional de Energia Nuclear	13.979.700 138.478.627
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	4.981.200
250	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal Recursos Próprios Não-Financeiros	4.981.200 127.669.246
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.418
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	118.601.613
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	24.699
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	465.343
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	1.480.557
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	16.288
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	139.699
	7500.00.11 Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	6.915.403
	7610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.050
	7610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal - Operações Intraorçamentárias	16.176
280	Recursos Próprios Financeiros	5.828.181
24.206	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB	5.828.181 676.809.744
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	665.100.138
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	661.284.679
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	4.215
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	4.092
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	3.807.152
280	Recursos Próprios Financeiros	11.709.606
24.207	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP	11.709.606 23.749.529
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	23.749.529
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	23.749.529
24.209	Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC	6.322.061
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	6.322.061
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	6.322.061
24.211	Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	1.941.919.887
172	Outras Contribuições Econômicas	2.710.190
	1220.10.11 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	2.708.191
	1220.10.12 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Multas e Juros	1.518
	7220.10.11 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	481
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	1.937.065.998
	1121.02.11 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Principal	89.238.841
	1121.02.13 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Dívida Ativa	3.980
	1121.02.14 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Dívida Ativa - Multas e Juros	6.332
	1121.02.21 Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Principal	1.531.295.872
	1121.02.23 Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Dívida	4.313

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	Ativa	
1333.00.11	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Principal	222.622.744
1333.00.12	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Multas e Juros	19.349
1333.00.31	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Principal	15.898.732
1333.00.41	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal	11.735.733
1333.00.42	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Multas e Juros	17.899
1333.00.91	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Principal	16.384.754
1333.00.92	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Multas e Juros	3.348
1610.03.11	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	644.412
1910.02.11	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Principal	49.101.430
1910.02.12	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Multas e Juros	65.646
1910.02.13	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Dívida Ativa	493
7333.00.41	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal - Operações Intraorçamentárias	22.120
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	494.329
1910.09.11	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	494.329
280	Recursos Próprios Financeiros	1.649.370
1321.00.11	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.649.370
24.901	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	5.650.816.431
129	Recursos de Concessões e Permissões	8.766
1922.01.11	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	8.766
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	106.268.709
1345.03.11	Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	39.540.997
1345.03.21	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	66.727.712
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	60.113.240
1220.05.11	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	60.088.859
1220.05.13	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	11.275
1220.05.14	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa - Multas e Juros	13.106
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	26.641.205
1344.02.11	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	26.406.830
1344.02.13	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	234.375
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.297.217.307
1341.03.31	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	1.297.217.307
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	3.071.559
1310.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.071.559
172	Outras Contribuições Econômicas	3.254.691.441

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1220.06.11 Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	463.010.149
	1220.06.12 Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Multas e Juros	2.704
	1220.07.11 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	2.534.768.165
	1220.07.12 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Multas e Juros	6.182.761
	1220.07.13 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	12.038.724
	1220.07.14 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa - Multas e Juros	14.930.434
	1220.09.21 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal	84.070.772
	1220.11.11 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	50.504.173
	1220.11.21 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal	89.183.559
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	14.719.691
	1333.00.41 Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal	14.669.667
	1333.00.42 Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Multas e Juros	22.374
	7333.00.41 Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal - Operações Intraorçamentárias	27.650
180	Recursos Próprios Financeiros	876.611.528
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	517.792.101
	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	358.819.427
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	11.472.985
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	11.472.985
24.906	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	1.145.574.925
129	Recursos de Concessões e Permissões	119.918
	1333.00.61 Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal	119.918
172	Outras Contribuições Econômicas	777.414.618
	1220.09.11 Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal	777.414.618
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	368.040.389
	1333.00.11 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Principal	247.358.605
	1333.00.12 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Multas e Juros	21.498
	1333.00.31 Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Principal	17.665.258
	1333.00.41 Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal	29.339.333
	1333.00.42 Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Multas e Juros	44.747
	1333.00.91 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Principal	18.205.282
	1333.00.92 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Multas e Juros	3.721
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	716.014

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1910.02.11 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Principal	54.557.146
	1910.02.12 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Multas e Juros	72.939
	1910.02.13 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Dívida Ativa	548
	7333.00.41 Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal - Operações Intraorçamentárias	55.298
24.907	Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTEL	504.488.099
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	34.984.284
	2300.06.11 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	34.984.284
172	Outras Contribuições Econômicas	336.283.088
	1220.09.21 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal	336.283.088
280	Recursos Próprios Financeiros	133.220.727
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	133.220.727
25.000	Ministério da Fazenda	14.370.456.627
117	Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil	330.150
132	Recursos destinados ao FUNDAF	9.524.237.208
139	Alienação de Bens Apreendidos	119.221.964
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	5.409.796
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.187.772.478
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.153.142.531
175	Taxas por Serviços Públicos	154.399.550
180	Recursos Próprios Financeiros	958.219.410
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	702.716.711
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	539.065.127
280	Recursos Próprios Financeiros	25.941.702
25.101	Ministério da Fazenda - Administração Direta	11.222.364
117	Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil	330.150
	1990.04.11 Contribuição ao Montepio Civil - Principal	330.150
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	5.409.796
	2122.00.11 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	5.409.796
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	5.482.418
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	5.482.418
25.103	Secretaria da Receita Federal do Brasil	9.590.676.370
132	Recursos destinados ao FUNDAF	7.784.832.109
	1111.01.12 Imposto sobre a Importação - Multas e Juros	96.317.094
	1111.01.17 Imposto sobre a Importação - Multas da Dívida Ativa	6.188.936
	1111.02.12 Imposto sobre a Exportação - Multas e Juros	3.270.686
	1111.02.17 Imposto sobre a Exportação - Multas da Dívida Ativa	482.300
	1112.01.22 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas e Juros	3.720.210
	1112.01.27 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas da Dívida Ativa	109.409
	1113.01.12 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	702.551.077
	1113.01.17 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas	99.734.764

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	da Dívida Ativa	
1113.02.12	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	1.312.290.526
1113.02.17	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	155.689.047
1113.03.12	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	417.209.396
1113.03.17	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	18.353.810
1114.01.12	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	2.126.755
1114.01.42	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	4.666.727
1114.01.52	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	258.546.190
1114.01.57	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	17.975.974
1115.01.22	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas e Juros	67.393.687
1115.01.27	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas da Dívida Ativa	487.118
1211.00.02	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Multas e Juros	1.747.365.169
1212.00.02	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Multas e Juros	668.293.528
1213.00.02	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Multas e Juros	788.778.769
1220.02.11	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal	184.378.153
1220.05.12	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Multas e Juros	523.560
1220.08.22	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Multas e Juros	958.810
1220.08.27	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Multas da Dívida Ativa	82.026
1910.01.11	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.001.356.705
1910.09.11	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	92.710
1990.99.12	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	225.724.789
7113.03.12	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	157.390
7114.01.52	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	707
7210.09.12	Contribuições para os Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	6.087
139	Alienação de Bens Apreendidos	119.221.964
1930.02.11	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	119.029.801
1930.02.12	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Multas e Juros	192.163
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.014.673.439
1610.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.014.673.439
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	517.211.668
1121.01.11	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	517.211.668
175	Taxas por Serviços Públicos	154.399.550
1122.01.11	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	154.399.550

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
180	Recursos Próprios Financeiros	337.640
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	337.640
25.104	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	2.442.166.586
132	Recursos destinados ao FUNDAF	1.739.405.099
	1111.01.18 Imposto sobre a Importação - Juros da Dívida Ativa	19.400.323
	1111.02.18 Imposto sobre a Exportação - Juros da Dívida Ativa	8.706.884
	1112.01.28 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Convencionais - Juros da Dívida Ativa	333.663
	1113.01.18 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	191.427.012
	1113.02.18 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	345.535.303
	1113.03.18 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	101.597.147
	1114.01.58 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	76.428.041
	1115.01.28 Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Juros da Dívida Ativa	1.086.066
	1211.00.08 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Juros da Dívida Ativa	625.321.513
	1212.00.08 Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Juros da Dívida Ativa	168.816.969
	1213.00.08 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Juros da Dívida Ativa	199.767.845
	1220.08.28 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Juros da Dívida Ativa	984.333
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	44.776
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	44.776
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	702.716.711
	1990.12.11 Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal	702.716.711
25.201	Banco Central do Brasil	538.056.189
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	538.056.189
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	24.876
	1322.00.11 Dividendos - Principal	4.057.693
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	249.007.987
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	9.893.137
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	228.412.269
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	2.871.718
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	14.022.977
	1990.99.13 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	5.803.476
	1990.99.14 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	23.962.056
25.203	Comissão de Valores Mobiliários	422.758.309
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	422.129.755
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	331.971.282
	1121.01.12 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	38.974
	1121.01.13 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	6.301.918
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	65.030.697
	1910.01.12 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	145.759
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida	18.641.125

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	Ativa	
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	196.054
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	158.601
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.711
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	24.549
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	10.193
280	Recursos Próprios Financeiros	432.500
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	432.500
25.206	Superintendência Nacional de Previdência Complementar	43.454.243
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	43.454.243
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	43.388.324
	1121.01.12 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	13.082
	1910.10.13 Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Dívida Ativa	52.837
25.208	Superintendência de Seguros Privados	191.186.533
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	164.864.447
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	158.901.494
	1121.01.12 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	224.756
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	5.531.450
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	206.747
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	812.884
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	781.812
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	31.072
280	Recursos Próprios Financeiros	25.509.202
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	25.481.466
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	27.736
25.903	Fundo de Compensação e Variações Salariais	1.129.739.769
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	171.857.999
	1640.02.11 Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal	85.261.341
	1640.02.12 Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Multas e Juros	85.432.355
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	1.164.303
180	Recursos Próprios Financeiros	957.881.770
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	848.237.365
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	109.644.405
25.913	Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento	1.196.264
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.196.264
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	28.996
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	596.017
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	571.251
26.000	Ministério da Educação	21.894.413.001
108	Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	10.001.656.167
113	Contribuição do Salário-Educação	8.648.885.605
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.178.329.785

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	33.000.000
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	24.262.560
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	539.390.586
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.232.464.739
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	2.174.147
280	Recursos Próprios Financeiros	54.095.615
281	Recursos de Convênios	46.182.058
293	Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação	132.831.218
296	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	1.140.521
26.101	Ministério da Educação - Administração Direta	11.719.376.538
108	Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	10.001.656.167
1341.02.21	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	712.460.621
1341.03.11	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	73.914.654
1341.03.21	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	1.423.010.880
1341.04.21	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	7.534.615.012
1500.00.11	Receita Industrial - Principal	257.655.000
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.178.329.785
1341.02.41	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	392.776.595
1341.03.41	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	785.553.190
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	539.390.586
1922.12.11	Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal	539.390.586
26.201	Colégio Pedro II	6.233.140
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	5.984.941
1310.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	67.507
1310.02.11	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	29.879
1610.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	53.723
1610.02.11	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	5.822.000
1910.09.11	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	11.832
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	248.199
2213.00.11	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	248.199
26.230	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	814.254
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	814.254

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	298.662
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	32.400
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	403.252
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	4.800
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	75.140
26.231	Universidade Federal de Alagoas	2.423.640
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.423.640
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	626.703
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	964.766
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	669.973
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	20.540
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	141.658
26.232	Universidade Federal da Bahia	27.999.882
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	27.667.207
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.964.042
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	22.231.449
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.144.760
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	198.022
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	7.904
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	40.688
	7610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal - Operações Intraorçamentárias	80.342
280	Recursos Próprios Financeiros	43.138
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	43.138
281	Recursos de Convênios	289.537
	1730.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	289.537
26.233	Universidade Federal do Ceará	7.900.931
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	7.900.931
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.637.189
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	4.196.978
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	192.371
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	17.493
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	35.325
	1990.99.12 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	29.137
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.792.438
26.234	Universidade Federal do Espírito Santo	17.326.439
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	16.610.997
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.009.343
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.512
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	104.700
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	13.396.822
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	480.352
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	388.546
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	221.038

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
263	1922.99.11 Outras Restituições - Principal Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	8.684 300.000
280	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal Recursos Próprios Financeiros	300.000 415.442
26.235	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal Universidade Federal de Goiás	415.442 26.009.020
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	26.009.020
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.381.483
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	17.964.117
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.845.750
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	160.000
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	27.988
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	3.629.682
26.236	Universidade Federal Fluminense	24.489.458
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	24.489.458
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.820.696
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	2.728
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	39.100
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	6.320.224
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.198.250
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	312.504
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	11.519.678
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	267.319
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.959
26.237	Universidade Federal de Juiz de Fora	134.201.939
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	129.118.125
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	681.094
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	20.433
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	124.803.124
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.186.468
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	94.073
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	58.633
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	274.300
280	Recursos Próprios Financeiros	5.083.814
26.238	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal Universidade Federal de Minas Gerais	5.083.814 46.912.844
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	45.383.443
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	9.532.364
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	2.216
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	144.000
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	20.000
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	276.475
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	29.042.252
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.630.410
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização -	1.592.651

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	<i>Principal</i>	
	1610.04.11 <i>Serviços de Informação e Tecnologia - Principal</i>	13.162
	1690.99.11 <i>Outros Serviços - Principal</i>	1.928
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	64.781
	1922.99.11 <i>Outras Restituições - Principal</i>	34.378
	1990.99.11 <i>Outras Receitas - Primárias - Principal</i>	2.393
	1990.99.12 <i>Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros</i>	2.867
	7310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias</i>	5.307
	7610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias</i>	18.259
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	279.401
	2213.00.11 <i>Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal</i>	279.401
280	Recursos Próprios Financeiros	1.250.000
	1321.00.11 <i>Remuneração de Depósitos Bancários - Principal</i>	1.250.000
26.239	Universidade Federal do Pará	23.604.724
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	16.299.240
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	250.974
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	13.036.729
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	2.076.900
	1610.04.11 <i>Serviços de Informação e Tecnologia - Principal</i>	58.169
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	17.492
	7610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias</i>	858.976
280	Recursos Próprios Financeiros	1.548.599
	1321.00.11 <i>Remuneração de Depósitos Bancários - Principal</i>	1.548.599
281	Recursos de Convênios	5.756.885
	1720.00.11 <i>Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal</i>	4.945.197
	1740.00.11 <i>Transferências de Instituições Privadas - Principal</i>	105.944
	2420.00.11 <i>Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal</i>	675.000
	2440.00.11 <i>Transferências de Instituições Privadas - Principal</i>	30.744
26.240	Universidade Federal da Paraíba	4.872.438
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	4.872.438
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	1.113.981
	1400.00.11 <i>Receita Agropecuária - Principal</i>	195.600
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	3.562.857
26.241	Universidade Federal do Paraná	41.092.310
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	31.477.563
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	6.454.756
	1500.00.11 <i>Receita Industrial - Principal</i>	19.087
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	14.473.435
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	2.762.000
	1610.04.11 <i>Serviços de Informação e Tecnologia - Principal</i>	116.785
	1690.99.11 <i>Outros Serviços - Principal</i>	1.015.738
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	24.322
	1922.99.11 <i>Outras Restituições - Principal</i>	336.670
	1990.99.11 <i>Outras Receitas - Primárias - Principal</i>	6.273.394
	7610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias</i>	1.376

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
280	Recursos Próprios Financeiros	3.159.000
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.159.000
281	Recursos de Convênios	6.455.747
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	6.455.747
26.242	Universidade Federal de Pernambuco	13.969.533
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	12.495.707
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.370.283
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	100.995
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	6.514.948
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.450.840
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	482.314
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	231.000
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	6.885
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	316.197
	7310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	188.893
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	833.352
280	Recursos Próprios Financeiros	8.061
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	8.061
281	Recursos de Convênios	1.465.765
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	465.405
	1730.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	1.000.360
26.243	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	30.471.145
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	25.539.772
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.939.512
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	4.501
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	16.734.129
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.271.953
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	26.586
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	192.301
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	4.621
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	131.312
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	106.360
	7310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	158.436
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.970.061
280	Recursos Próprios Financeiros	4.931.373
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.931.373
26.244	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	35.642.518
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	29.917.649
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.435.262
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	207.430
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	15.000
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	25.000.000
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	700.000
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	379.274

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	161.873
	7610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.018.810
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	41.080
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	41.080
280	Recursos Próprios Financeiros	5.683.789
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.683.789
26.245	Universidade Federal do Rio de Janeiro	34.357.451
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	34.357.451
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	25.318.740
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	3.096.386
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.411.118
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	440.688
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	461.501
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.629.018
26.246	Universidade Federal de Santa Catarina	36.243.638
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	35.111.020
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.740.811
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	9.090
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	1.178.300
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	504.700
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	20.267.960
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	6.320.000
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	30.805
	1921.99.11 Outras Indenizações - Principal	86.069
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	1.601.657
	1990.99.12 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	371.628
280	Recursos Próprios Financeiros	1.132.618
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.132.618
26.247	Universidade Federal de Santa Maria	5.668.107
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	4.693.655
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.182.667
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	3.510.988
280	Recursos Próprios Financeiros	974.452
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	974.452
26.248	Universidade Federal Rural de Pernambuco	2.636.580
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.289.426
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	534.593
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	8.914
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	369.420
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.373.400
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	3.099
280	Recursos Próprios Financeiros	125.931
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	125.931
281	Recursos de Convênios	221.223
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	7.040

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
26.249	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	214.183 2.995.770
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.995.770
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.875.625
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	3.157
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	35.724
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	591.360
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	446.015
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	9.885
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	34.004
26.250	Fundação Universidade Federal de Roraima	1.549.458
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.549.458
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	175.079
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	30.625
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.172.307
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	40.015
	1921.01.11 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	5.100
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	126.332
26.251	Fundação Universidade Federal do Tocantins	4.334.589
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	4.334.589
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	61.476
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.414.818
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.707.415
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	12.773
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	138.107
26.252	Universidade Federal de Campina Grande	1.334.210
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.334.210
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	513.255
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	4.277
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	187.969
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	232.463
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	396.246
26.253	Universidade Federal Rural da Amazônia	676.157
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	580.660
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	75.487
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	358.104
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	147.069
280	Recursos Próprios Financeiros	95.497
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	95.497
26.254	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	960.879
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	960.879
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	167.680
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	80.000

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	707.165
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	6.034
26.255	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	1.887.378
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.887.378
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	52.814
	1400.00.11 <i>Receita Agropecuária - Principal</i>	163.660
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	261.912
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	1.408.992
26.256	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	5.158.058
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.964.117
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	843.993
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	332.624
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	787.500
281	Recursos de Convênios	3.193.941
	1710.00.11 <i>Transferências da União e de suas Entidades - Principal</i>	3.193.941
26.257	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	8.956.944
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	8.956.944
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	1.174.898
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	4.062.021
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	3.686.250
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	33.775
26.258	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	8.323.565
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	6.696.505
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	329.204
	1400.00.11 <i>Receita Agropecuária - Principal</i>	307.544
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	5.644.540
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	351.379
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	24.258
	1922.99.11 <i>Outras Restituições - Principal</i>	36.702
	1990.99.11 <i>Outras Receitas - Primárias - Principal</i>	2.878
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	86.762
	2213.00.11 <i>Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal</i>	86.762
280	Recursos Próprios Financeiros	1.540.298
	1321.00.11 <i>Remuneração de Depósitos Bancários - Principal</i>	1.540.298
26.260	Universidade Federal de Alfenas	1.638.091
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.638.091
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	1.381.748
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	245.740
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	10.603
26.261	Universidade Federal de Itajubá	966.631
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	966.631
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	187.758
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais -</i>	182.829

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	<i>Principal</i>	
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	139.453
	1610.04.11 <i>Serviços de Informação e Tecnologia - Principal</i>	403.644
	1690.99.11 <i>Outros Serviços - Principal</i>	52.947
26.262	Universidade Federal de São Paulo	10.720.741
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	10.720.741
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	1.398.967
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	6.005.513
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	3.316.261
26.263	Universidade Federal de Lavras	8.108.517
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	8.108.517
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	440.782
	1310.01.12 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros</i>	3.141
	1400.00.11 <i>Receita Agropecuária - Principal</i>	501.454
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	2.328.046
	1610.01.12 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros</i>	89.672
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	2.812.505
	1610.04.11 <i>Serviços de Informação e Tecnologia - Principal</i>	1.932.917
26.264	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	1.094.989
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.094.989
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	83.398
	1310.02.11 <i>Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal</i>	19.025
	1400.00.11 <i>Receita Agropecuária - Principal</i>	20.955
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	800.398
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	85.770
	1610.04.11 <i>Serviços de Informação e Tecnologia - Principal</i>	72.600
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	12.843
26.266	Fundação Universidade Federal do Pampa	567.319
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	567.319
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	171.597
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	395.722
26.267	Universidade Federal da Integração Latino Americana	248.349
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	69.400
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	69.400
280	Recursos Próprios Financeiros	1.349
	1321.00.11 <i>Remuneração de Depósitos Bancários - Principal</i>	1.349
281	Recursos de Convênios	177.600
	1720.00.11 <i>Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal</i>	177.600
26.268	Fundação Universidade Federal de Rondônia	100.745
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	95.192
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	94.003
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	1.189
280	Recursos Próprios Financeiros	5.553
	1321.00.11 <i>Remuneração de Depósitos Bancários - Principal</i>	5.553

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
26.269	Fundação Universidade do Rio de Janeiro	807.694
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	807.694
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	205.738
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	404.273
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	160.348
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	37.335
26.270	Fundação Universidade do Amazonas	18.605.221
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	5.738.408
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	559.715
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	42.717
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.731.645
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.401.775
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	2.556
280	Recursos Próprios Financeiros	2.004.950
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.004.950
281	Recursos de Convênios	10.861.863
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	100.000
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	3.128.492
	1730.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	1.792.663
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	3.601.151
	2420.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	534.550
	2430.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	206.000
	2440.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	1.499.007
26.271	Fundação Universidade de Brasília	103.512.021
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	101.401.721
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	43.447.065
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	72.327
	1390.00.11 Demais Receitas Patrimoniais - Principal	6.399.582
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	50.420.476
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	223.830
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	362.922
	1922.06.11 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	230.008
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	134.833
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	87.027
	7610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal - Operações Intraorçamentárias	23.651
280	Recursos Próprios Financeiros	2.110.300
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.110.300
26.272	Fundação Universidade Federal do Maranhão	13.422.040
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	8.736.879
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	818.779
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	5.508.929
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.693.758

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	36.231
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	679.182
280	Recursos Próprios Financeiros	888.320
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	888.320
281	Recursos de Convênios	3.796.841
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	3.796.841
26.273	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	8.217.593
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.733.084
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	240.814
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	9.056
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.312.594
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	170.620
280	Recursos Próprios Financeiros	1.428.284
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.428.284
281	Recursos de Convênios	4.056.225
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	952.826
	1730.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	453.399
	2430.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	2.650.000
26.274	Universidade Federal de Uberlândia	11.261.355
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	9.280.467
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	532.563
	1322.00.11 Dividendos - Principal	32.171
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.065.234
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	6.000.003
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	39.970
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	610.526
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	193.548
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	193.548
280	Recursos Próprios Financeiros	1.536.840
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.536.840
281	Recursos de Convênios	250.500
	1730.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	250.500
26.275	Fundação Universidade Federal do Acre	996.230
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	996.230
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	293.604
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	414.000
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	204.000
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	74.772
	1922.06.11 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	9.854
26.276	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	9.275.728
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	9.275.728
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	747.013

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.528.207
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	5.378.299
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	79.001
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	240.096
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	5.359
	7310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	297.753
26.277	Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	8.401.448
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	4.982.818
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	885.972
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	18.012
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	3.516.325
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	239.530
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	322.979
281	Recursos de Convênios	3.418.630
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	2.998.630
	1730.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	420.000
26.278	Fundação Universidade Federal de Pelotas	3.082.876
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.943.160
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	405.751
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	20.328
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	803.958
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	718.142
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	4.517
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	212.720
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	762.800
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	3.600
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	7.536
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	1.688
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.120
280	Recursos Próprios Financeiros	31.716
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	31.716
281	Recursos de Convênios	108.000
	1730.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	108.000
26.279	Fundação Universidade Federal do Piauí	11.642.168
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	11.642.168
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	340.728
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	5.512.880
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.153.000
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	202.232
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	3.285
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	254.664
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	1.167.360
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	8.019

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
26.280	Fundação Universidade Federal de São Carlos	6.871.042
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	6.871.042
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	300.166
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	5.663.676
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	907.200
26.281	Fundação Universidade Federal de Sergipe	3.372.133
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	3.372.133
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	711.369
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.120.787
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	432.205
	1990.99.12 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	107.772
26.282	Fundação Universidade Federal de Viçosa	10.967.788
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	9.912.988
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	521.000
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	5.166
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	8.986.522
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	279.000
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	101.941
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	19.359
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	59.800
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	59.800
280	Recursos Próprios Financeiros	995.000
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	995.000
26.283	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	29.284.801
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	28.907.831
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	896.253
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.919.429
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	421.000
	1630.02.11 Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Principal	24.600.000
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	71.149
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	109.785
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	109.785
280	Recursos Próprios Financeiros	5.585
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.585
281	Recursos de Convênios	261.600
	1730.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	261.600
26.284	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	1.553.515
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	959.770
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	294.285
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	72.000
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	490.950

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	94.271
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	8.264
280	Recursos Próprios Financeiros	593.745
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	593.745
26.285	Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	964.467
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	436.855
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	167.163
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	108.270
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	161.422
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	295.508
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	295.508
280	Recursos Próprios Financeiros	232.104
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	232.104
26.286	Fundação Universidade Federal do Amapá	1.504.344
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.216.212
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	186.212
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	142.500
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	887.500
280	Recursos Próprios Financeiros	288.132
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	288.132
26.290	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	189.121.710
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	24.262.560
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	24.262.560
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	164.859.150
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	18.000
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	633.240
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	164.000.000
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	207.910
26.291	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	54.089.286
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	41.397.058
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.959
	1922.02.11 Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	1.017.753
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	35.951.326
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	4.426.020
280	Recursos Próprios Financeiros	12.692.228
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	12.692.228
26.292	Fundação Joaquim Nabuco	491.321
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	491.321
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.000
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	489.321
26.294	Hospital de Clínicas de Porto Alegre	80.076.573
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	76.675.230

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.480.787
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	4.810.342
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	62.522.276
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	204.725
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	168.481
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	834.466
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	251.142
	7630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.403.011
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	13.510
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	13.510
280	Recursos Próprios Financeiros	1.571.464
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.571.464
281	Recursos de Convênios	1.675.848
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	1.675.848
296	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	140.521
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	135.284
	1770.00.11 Transferências de Pessoas Físicas - Principal	5.237
26.298	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	8.822.010.994
113	Contribuição do Salário-Educação	8.648.885.605
	1219.04.11 Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	8.534.889.728
	1219.04.12 Contribuição Social do Salário-Educação - Multas e Juros	13.836.978
	1219.04.13 Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa	65.214.377
	1219.04.14 Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa - Multas e Juros	34.944.522
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	33.000.000
	2122.00.11 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	33.000.000
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	7.294.171
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	7.273.528
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	20.643
293	Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação	132.831.218
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	132.831.218
26.350	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	3.693.407
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	3.693.407
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	308.000
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	140.000
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	702.945
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.144.000
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	321.986
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	76.476
26.351	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	706.499
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	706.499
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	53.371
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	136.030
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	3.791
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	312.600

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	177.990
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	21.074
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	1.643
26.352	Fundação Universidade Federal do ABC	1.752.582
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.752.582
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	557.872
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	932.041
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	209.125
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	35.805
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	17.739
26.358	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes	119.705
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	119.705
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	11.320
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	108.385
26.359	Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia	986.620
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	986.620
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	432.956
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	549.855
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	3.809
26.364	Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes	6.979.720
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	6.549.784
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	4.932
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	6.474.304
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	70.548
280	Recursos Próprios Financeiros	429.936
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	429.936
26.365	Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás	18.239
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	18.239
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	18.239
26.366	Hospital Universitário Antonio Pedro	488.649
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	488.649
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	192.708
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	6.761
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	289.180
26.369	Hospital Universitário João de Barros Barreto	665.232
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	650.510
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	66.100
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	389.250
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	195.160
280	Recursos Próprios Financeiros	14.722
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	14.722
26.372	Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná	20.006.800
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	20.006.800
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	192.880
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	19.813.920

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
26.373	Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco	185.156
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	185.156
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	131.092
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	54.064
26.385	Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados	11.837.724
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	11.807.724
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	79.800
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	45.540
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	11.255.597
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	420.263
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	6.524
281	Recursos de Convênios	30.000
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	30.000
26.386	Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago	2.034.117
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.034.117
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	178.542
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	52.500
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	1.800.000
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	3.075
26.389	Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro	7.316.805
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	6.934.715
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	210.000
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	6.703.438
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	19.997
	1921.99.11 Outras Indenizações - Principal	1.280
280	Recursos Próprios Financeiros	382.090
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	382.090
26.392	Hospital Universitário Getúlio Vargas	111.653
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	111.653
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	41.800
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	66.295
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	3.558
26.394	Hospital Universitário da Fundação Universidade do Maranhão	22.388
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	22.388
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	22.388
26.396	Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia	8.954.599
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	8.652.945
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	8.652.945
280	Recursos Próprios Financeiros	301.654
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	301.654
26.398	Hospital das Clínicas da Fundação Universidade Federal de Pelotas	118.260
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	118.260
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	118.260
26.402	Instituto Federal de Alagoas	1.466.175
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.466.175
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	101.004
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	4.400

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	55.055
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	8.119
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.268.080
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	29.517
26.403	Instituto Federal do Amazonas	131.637
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	131.637
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	76.471
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	23.422
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	4.689
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	27.055
26.404	Instituto Federal Baiano	1.031.137
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.031.137
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	34.486
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	18.392
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	704.357
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	105.003
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	152.799
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	10.107
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	5.993
26.405	Instituto Federal do Ceará	3.842.636
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	3.842.636
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	254.741
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	3.520
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	222.229
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	384.845
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.910.000
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	65.800
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.501
26.406	Instituto Federal do Espírito Santo	6.633.618
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	4.621.618
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	886.216
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	11.140
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	595.530
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	672.664
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.389.365
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.020.000
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	46.703
281	Recursos de Convênios	2.012.000
	2410.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	2.012.000
26.407	Instituto Federal Goiano	850.055
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	850.055
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	4.138
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	441.668
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	23.512
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais -	190.102

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	<i>Principal</i>	
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	185.940
26.408	1610.04.11 <i>Serviços de Informação e Tecnologia - Principal</i>	4.695
	Instituto Federal do Maranhão	3.191.933
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	3.191.933
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	329.459
	1400.00.11 <i>Receita Agropecuária - Principal</i>	26.740
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	143.626
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	2.687.750
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	2.470
	1990.99.11 <i>Outras Receitas - Primárias - Principal</i>	1.888
26.409	Instituto Federal de Minas Gerais	3.513.759
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	3.030.559
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	308.482
	1310.02.11 <i>Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal</i>	23.939
	1400.00.11 <i>Receita Agropecuária - Principal</i>	411.320
	1500.00.11 <i>Receita Industrial - Principal</i>	507.799
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	1.327.872
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	422.000
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	26.336
	1922.99.11 <i>Outras Restituições - Principal</i>	2.811
281	Recursos de Convênios	483.200
	1730.00.11 <i>Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal</i>	483.200
26.410	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	2.157.234
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.134.734
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	4.844
	1310.02.11 <i>Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal</i>	68.593
	1400.00.11 <i>Receita Agropecuária - Principal</i>	237.120
	1500.00.11 <i>Receita Industrial - Principal</i>	288.000
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	180.000
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	1.348.000
	1610.04.11 <i>Serviços de Informação e Tecnologia - Principal</i>	3.960
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	1.436
	1922.99.11 <i>Outras Restituições - Principal</i>	2.781
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	22.500
	2213.00.11 <i>Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal</i>	22.500
26.411	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	5.727.315
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	5.688.436
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	201.208
	1400.00.11 <i>Receita Agropecuária - Principal</i>	514.599
	1500.00.11 <i>Receita Industrial - Principal</i>	664.657
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	741.531
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	3.566.441
280	Recursos Próprios Financeiros	38.879

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
26.412	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	38.879 3.790.638
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	3.766.584
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	55.359
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	108.669
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	899.368
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	1.330.188
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	241.224
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	890.772
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	231.615
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	3.074
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	6.315
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	24.054
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	24.054
26.413	Instituto Federal do Triângulo Mineiro	898.704
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	898.704
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.400
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	19.139
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	216.597
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	25.000
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	31.843
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	588.725
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	15.000
26.414	Instituto Federal do Mato Grosso	3.498.698
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.942.835
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.130.561
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	35.609
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	400.000
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.258.057
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	28.451
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	46.157
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	44.000
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	500.000
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	500.000
280	Recursos Próprios Financeiros	55.863
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	55.863
26.415	Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	150.812
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	150.812
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	59.880
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	90.932
26.416	Instituto Federal do Pará	3.452.473
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	3.452.473
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	164.703
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	34.745
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais -	998.025

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	<i>Principal</i>	
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	2.175.800
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	79.200
26.417	Instituto Federal da Paraíba	4.492.440
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	4.492.440
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	121.787
	1400.00.11 <i>Receita Agropecuária - Principal</i>	10.535
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	31.491
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	4.318.227
	1610.04.11 <i>Serviços de Informação e Tecnologia - Principal</i>	5.598
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	4.802
26.418	Instituto Federal de Pernambuco	1.746.889
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.746.889
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	268.552
	1400.00.11 <i>Receita Agropecuária - Principal</i>	89.379
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	87.800
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	1.299.950
	1922.99.11 <i>Outras Restituições - Principal</i>	1.208
26.419	Instituto Federal do Rio Grande do Sul	909.287
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	909.287
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	139.154
	1400.00.11 <i>Receita Agropecuária - Principal</i>	409.088
	1500.00.11 <i>Receita Industrial - Principal</i>	19.200
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	196.514
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	125.994
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	19.337
26.420	Instituto Federal Farroupilha	1.575.411
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.575.411
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	174.768
	1400.00.11 <i>Receita Agropecuária - Principal</i>	227.300
	1500.00.11 <i>Receita Industrial - Principal</i>	142.500
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	162.883
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	803.840
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	54.527
	1922.99.11 <i>Outras Restituições - Principal</i>	7.752
	7610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias</i>	1.841
26.421	Instituto Federal de Rondônia	478.399
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	376.192
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	53.918
	1400.00.11 <i>Receita Agropecuária - Principal</i>	52.629
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	201.125
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	39.505
	1990.99.11 <i>Outras Receitas - Primárias - Principal</i>	29.015
280	Recursos Próprios Financeiros	102.207
	1321.00.11 <i>Remuneração de Depósitos Bancários - Principal</i>	102.207

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
26.422	Instituto Federal Catarinense	1.368.825
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.368.825
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	151.027
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	235.161
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	914.857
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	65.000
	1990.99.12 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	2.780
26.423	Instituto Federal de Sergipe	219.833
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	219.833
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	110.895
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	8.253
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.915
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	96.111
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.659
26.424	Instituto Federal do Tocantins	1.054.961
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.049.874
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	57.537
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	137.736
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	38.189
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	366.134
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	447.925
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.353
280	Recursos Próprios Financeiros	5.087
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.087
26.425	Instituto Federal do Acre	12.937
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	12.937
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	4.812
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	6.085
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.040
26.426	Instituto Federal do Amapá	798.448
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	798.448
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	23.884
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	9.676
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	764.888
26.427	Instituto Federal da Bahia	1.348.227
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.342.970
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	604.015
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.102
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	9.622
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	728.231
280	Recursos Próprios Financeiros	5.257
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.257
26.428	Instituto Federal de Brasília	68.208
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	68.208

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	24.306
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	28.988
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.523
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.712
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	2.783
	1990.99.12 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	8.896
26.429	Instituto Federal de Goiás	1.653.222
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.653.222
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	255.180
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	29.319
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	982.591
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	386.132
26.430	Instituto Federal do Sertão Pernambucano	491.594
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	491.594
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	97.806
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	36.180
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	105.608
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	252.000
26.431	Instituto Federal do Piauí	1.034.536
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.034.536
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	896.426
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	136.751
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.359
26.432	Instituto Federal do Paraná	5.125.701
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	4.407.776
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	143.959
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.033
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.500.000
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.850.000
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	180.000
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.112
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	700.000
	1990.99.12 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	31.672
280	Recursos Próprios Financeiros	206.090
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	206.090
281	Recursos de Convênios	511.835
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	260.100
	1730.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	190.600
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	61.135
26.433	Instituto Federal do Rio de Janeiro	1.906.211
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.670.593
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	43.734
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.245
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito	40.114

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	<i>de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal</i>	
	1400.00.11 <i>Receita Agropecuária - Principal</i>	482.476
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	15.024
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	1.088.000
281	Recursos de Convênios	235.618
	1710.00.11 <i>Transferências da União e de suas Entidades - Principal</i>	214.618
	2410.00.11 <i>Transferências da União e de suas Entidades - Principal</i>	21.000
26.434	Instituto Federal Fluminense	3.190.241
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	3.190.241
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	287.537
	1400.00.11 <i>Receita Agropecuária - Principal</i>	185.895
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	8.474
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	2.684.188
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	24.147
26.435	Instituto Federal do Rio Grande do Norte	4.029.140
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	4.029.140
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	665.804
	1310.01.12 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros</i>	3.728
	1400.00.11 <i>Receita Agropecuária - Principal</i>	67.781
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	3.249.000
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	14.091
	1922.99.11 <i>Outras Restituições - Principal</i>	28.736
26.436	Instituto Federal Sul-rio-grandense	1.620.399
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.620.399
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	221.248
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	24.463
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	1.366.080
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	8.608
26.437	Instituto Federal de Roraima	253.375
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	253.375
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	33.736
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	204.171
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	15.468
26.438	Instituto Federal de Santa Catarina	1.470.689
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.470.689
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	19.922
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	109.767
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	1.341.000
26.439	Instituto Federal de São Paulo	1.575.542
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.575.542
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	197.738
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	84.543
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos -</i>	1.163.572

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	<i>Principal</i>	
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	129.689
26.440	Universidade Federal da Fronteira Sul	883.549
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	871.755
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	80.732
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	93.438
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	265.690
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	181.700
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	250.195
280	Recursos Próprios Financeiros	11.794
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	11.794
26.441	Universidade Federal do Oeste do Pará	2.181.047
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.110.618
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.003.252
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	45.842
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	61.524
280	Recursos Próprios Financeiros	70.429
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	70.429
296	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	1.000.000
	2440.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	1.000.000
26.442	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	1.051.929
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.051.929
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	103.217
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	798.232
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	150.480
26.443	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	48.120.393
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	46.072.094
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	231.725
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	86.172
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	10.080.400
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	35.112.934
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	520.570
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	40.293
280	Recursos Próprios Financeiros	2.048.299
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.048.299
26.447	Universidade Federal do Oeste da Bahia	399.942
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	383.362
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	36.999
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	346.363
280	Recursos Próprios Financeiros	16.580
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	16.580
26.448	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	1.097.257
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	148.911
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	38.795

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	16.104
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	29.400
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	64.612
280	Recursos Próprios Financeiros	29.146
	1321.00.11 <i>Remuneração de Depósitos Bancários - Principal</i>	29.146
281	Recursos de Convênios	919.200
	1720.00.11 <i>Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal</i>	919.200
26.449	Universidade Federal do Cariri	648.887
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	648.887
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	29.677
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	482.500
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	136.710
26.450	Universidade Federal do Sul da Bahia	242.036
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	242.036
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	157.418
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	84.618
26.452	Universidade Federal de Catalão	603.200
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	603.200
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	222.000
	1310.01.12 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros</i>	1.200
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	370.000
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	10.000
26.453	Universidade Federal de Jataí	642.800
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	642.800
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	255.600
	1310.01.12 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros</i>	1.200
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	380.000
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	6.000
26.454	Universidade Federal de Rondonópolis	92.380
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	92.380
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	92.380
26.455	Universidade Federal do Delta do Parnaíba	1.799.253
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.799.253
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	50.509
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	179.144
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	1.569.600
26.456	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	2.489.567
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.489.567
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	15.767
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	2.473.800
28.000	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	1.898.331.217
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	39.109.298

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	809.696.915
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	473.415.860
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	422.633.854
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	94.363
280	Recursos Próprios Financeiros	153.380.927
28.101	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - Administração Direta	512.525.158
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	39.109.298
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	39.109.298
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	473.415.860
	1990.05.11 Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal	471.460.566
	1990.05.12 Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Multas e Juros	1.483.166
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	472.128
28.202	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro	723.523.953
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	623.986.045
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	374.482.713
	1121.01.13 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	7.730.192
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	165.948.148
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	75.081.246
	7121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	743.746
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.628.033
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	440.361
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.163.532
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	18.166
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	5.974
280	Recursos Próprios Financeiros	96.909.875
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	96.909.875
28.203	Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	474.196.054
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	419.986.449
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	35.002
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.320.566
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	417.504.432
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	8.609
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	7.024
	1990.99.13 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	9.551
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	5.170
	7610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.096.095
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	15.058
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	15.058
280	Recursos Próprios Financeiros	54.194.547
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	54.135.067

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	<i>2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal</i>	59.480
28.233	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	188.086.052
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	185.710.870
	<i>1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal</i>	185.680.575
	<i>1121.01.13 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa</i>	30.295
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	19.372
	<i>1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	19.372
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	79.305
	<i>2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal</i>	79.305
280	Recursos Próprios Financeiros	2.276.505
	<i>1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal</i>	2.276.505
30.000	Ministério da Justiça	790.850.671
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	99.529
139	Alienação de Bens Apreendidos	14.861.766
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	55.322.743
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	716.942.858
180	Recursos Próprios Financeiros	3.590.485
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	33.290
30.101	Ministério da Justiça - Administração Direta	124.556
180	Recursos Próprios Financeiros	124.556
	<i>1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal</i>	124.556
30.103	Arquivo Nacional	192.661
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	192.661
	<i>1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	192.661
30.202	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	33.290
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	33.290
	<i>1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	8.143
	<i>1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal</i>	25.147
30.211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	28.815.000
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	28.815.000
	<i>1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	28.815.000
30.905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos	714.234.529
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	99.529
	<i>1219.01.11 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal</i>	84.839
	<i>1219.01.12 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Multas e Juros</i>	14.690
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	70.202
	<i>1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal</i>	70.202
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	710.598.869
	<i>1910.04.11 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal</i>	679.809.939
	<i>1910.04.12 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Multas e Juros</i>	30.750.544
	<i>1990.99.14 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros</i>	38.386

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
180	Recursos Próprios Financeiros	3.465.929
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.465.929
30.912	Fundo Nacional Antidrogas	47.450.635
139	Alienação de Bens Apreendidos	14.861.766
	1930.02.21 Alienação de Bens e Mercadorias Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins - Principal	14.861.766
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	26.244.880
	1930.02.11 Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	26.153.806
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	91.074
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	6.343.989
	1121.03.11 Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	5.832.512
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	511.477
32.000	Ministério de Minas e Energia	4.748.178.732
129	Recursos de Concessões e Permissões	370.208.883
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	79.701.532
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	186.488.433
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	2.145.304.755
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	1.000.000
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	24.043.558
172	Outras Contribuições Econômicas	231.506.426
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	747.967.730
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	764.979.237
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	196.722.495
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	181.941
280	Recursos Próprios Financeiros	73.742
32.101	Ministério de Minas e Energia - Administração Direta	658.047.229
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	79.701.532
	1345.03.11 Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	29.655.748
	1345.03.21 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	50.045.784
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	321.795.713
	1341.04.11 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	3.425.414
	1341.04.31 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	318.370.299
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	1.000.000
	2122.00.11 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	1.000.000
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	24.043.558
	1990.10.11 Reserva Global de Reversão - Principal	24.043.558
172	Outras Contribuições Econômicas	231.506.426
	1220.06.11 Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	231.505.074
	1220.06.12 Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Multas e Juros	1.352

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
32.202	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	324.794.255
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	321.795.713
	1341.04.11 <i>Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal</i>	3.425.414
	1341.04.31 <i>Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal</i>	318.370.299
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.742.859
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	2.732.373
	1610.04.11 <i>Serviços de Informação e Tecnologia - Principal</i>	10.486
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	181.941
	2213.00.11 <i>Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal</i>	181.941
280	Recursos Próprios Financeiros	73.742
	1321.00.11 <i>Remuneração de Depósitos Bancários - Principal</i>	73.742
32.265	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	2.075.357.621
129	Recursos de Concessões e Permissões	279.647.281
	1341.01.21 <i>Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal</i>	279.647.281
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.501.713.329
	1341.04.11 <i>Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal</i>	15.985.267
	1341.04.31 <i>Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal</i>	1.485.728.062
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	105.401.091
	1910.01.11 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Principal</i>	38.323.342
	1910.01.12 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros</i>	4.166.577
	1910.01.13 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa</i>	55.106.267
	1910.01.14 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros</i>	7.804.905
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	188.595.920
	1610.04.11 <i>Serviços de Informação e Tecnologia - Principal</i>	171.535.151
	1610.04.12 <i>Serviços de Informação e Tecnologia - Multas e Juros</i>	17.060.769
32.266	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	1.364.245.706
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	599.266.469
	1121.01.11 <i>Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal</i>	416.962.320
	1910.05.11 <i>Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica - Principal</i>	181.176.490
	1910.05.12 <i>Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica - Multas e Juros</i>	78.183
	1910.05.13 <i>Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica - Dívida Ativa</i>	1.049.476
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	764.979.237
	1310.02.11 <i>Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal</i>	764.979.237

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
32.314	Empresa de Pesquisa Energética - EPE	5.000.000
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	5.000.000
	1610.02.11 <i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	2.000.000
	1922.99.11 <i>Outras Restituições - Principal</i>	3.000.000
32.396	Agência Nacional de Mineração	320.733.921
129	Recursos de Concessões e Permissões	90.561.602
	1344.01.11 <i>Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal</i>	85.379.127
	1344.01.13 <i>Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Dívida Ativa</i>	5.172.997
	1344.01.14 <i>Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Dívida Ativa - Multas e Juros</i>	9.478
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	186.488.433
	1344.02.11 <i>Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal</i>	184.847.809
	1344.02.13 <i>Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa</i>	1.640.624
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	43.300.170
	1121.01.11 <i>Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal</i>	21.465.765
	1910.01.11 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Principal</i>	15.618.253
	1910.01.13 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa</i>	6.215.019
	1910.01.14 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros</i>	1.133
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	383.716
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	113.149
	1610.03.13 <i>Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Dívida Ativa</i>	45.081
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	3.748
	1921.99.11 <i>Outras Indenizações - Principal</i>	2.197
	1930.02.11 <i>Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal</i>	219.541
34.000	Ministério Público da União	567.699
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	567.699
34.101	Ministério Público Federal	542.750
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	542.750
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	542.750
34.103	Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	18.728
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	18.728
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	18.728
34.105	Escola Superior do Ministério Público da União	6.221
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	6.221
	1990.99.11 <i>Outras Receitas - Primárias - Principal</i>	6.221
35.000	Ministério das Relações Exteriores	225.636.277
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	4.156.683
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	221.308.856
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	170.738
35.101	Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta	225.465.539
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	4.156.683
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	140.324

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	4.016.359
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	221.308.856
	1121.01.11 <i>Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal</i>	221.308.856
35.201	Fundação Alexandre de Gusmão	170.738
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	170.738
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	170.738
36.000	Ministério da Saúde	4.350.986.724
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	7.515.858
136	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	700.479.208
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	392.776.595
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	200.396.264
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	857.926.954
180	Recursos Próprios Financeiros	9.757.515
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	2.148.025.117
195	Doações de Entidades Internacionais	792.570
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	11.396.124
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	716.173
280	Recursos Próprios Financeiros	20.062.712
281	Recursos de Convênios	1.141.634
36.201	Fundação Oswaldo Cruz	15.985.136
195	Doações de Entidades Internacionais	792.570
	1740.00.11 <i>Transferências de Instituições Privadas - Principal</i>	792.570
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	8.486.347
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	1.375.895
	1500.00.11 <i>Receita Industrial - Principal</i>	287.658
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	275.080
	1610.03.11 <i>Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal</i>	18.141
	1610.04.11 <i>Serviços de Informação e Tecnologia - Principal</i>	704.241
	1630.01.11 <i>Serviços de Atendimento à Saúde - Principal</i>	5.151.477
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	19.634
	1922.99.11 <i>Outras Restituições - Principal</i>	161.191
	7610.04.11 <i>Serviços de Informação e Tecnologia - Principal - Operações Intraorçamentárias</i>	493.030
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	165.185
	2213.00.11 <i>Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal</i>	165.185
280	Recursos Próprios Financeiros	5.399.400
	1321.00.11 <i>Remuneração de Depósitos Bancários - Principal</i>	5.399.400
281	Recursos de Convênios	1.141.634
	1720.00.11 <i>Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal</i>	1.141.634
36.210	Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO	4.787.726
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.694.993
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	390.669
	1610.04.11 <i>Serviços de Informação e Tecnologia - Principal</i>	9.674
	1630.01.11 <i>Serviços de Atendimento à Saúde - Principal</i>	23.486

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	772.022
	1922.06.11 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	1.499.142
280	Recursos Próprios Financeiros	2.092.733
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.092.733
36.211	Fundação Nacional de Saúde	2.636.796
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	47.851
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	24.308
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	23.543
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	550.988
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	550.988
280	Recursos Próprios Financeiros	2.037.957
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.037.957
36.212	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	305.996.484
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	297.579.913
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	278.658.946
	1121.01.12 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	1.838
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	18.779.084
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	122.996
	7121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	4.341
	7910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal - Operações Intraorçamentárias	12.708
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	17.222
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	17.222
280	Recursos Próprios Financeiros	8.399.349
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	8.399.349
36.213	Agência Nacional de Saúde Suplementar	562.630.025
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	560.347.041
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	46.251.936
	1121.01.12 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	106.015
	1121.01.13 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	4.601.640
	1121.01.14 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	106.858
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	455.174.538
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	54.100.529
	7121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	5.525
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	149.711
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	149.711
280	Recursos Próprios Financeiros	2.133.273
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.133.273
36.901	Fundo Nacional de Saúde	3.458.950.557
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	7.515.858
	1217.06.11 Contribuição sobre Concursos de Prognóstico - Modalidade Futebol - Principal	7.515.858

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
136	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	700.479.208
	1923.01.11 <i>Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência a Saúde - Principal</i>	700.479.208
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	392.776.595
	1341.02.41 <i>Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal</i>	130.925.532
	1341.03.41 <i>Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal</i>	261.851.063
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	200.396.264
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	233.762
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	3.980
	1630.01.11 <i>Serviços de Atendimento à Saúde - Principal</i>	144.750
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	314.821
	1922.99.11 <i>Outras Restituições - Principal</i>	197.647.388
	1990.99.13 <i>Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa</i>	1.355.561
	1990.99.14 <i>Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros</i>	696.002
180	Recursos Próprios Financeiros	9.757.515
	1321.00.11 <i>Remuneração de Depósitos Bancários - Principal</i>	9.757.515
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	2.148.025.117
	1990.08.11 <i>Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal</i>	2.148.025.117
39.000	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	6.377.279.620
129	Recursos de Concessões e Permissões	1.578.779.371
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	801.442.934
176	Outras Contribuições Sociais	166.075.797
180	Recursos Próprios Financeiros	1.479.503.785
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	734.213.875
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	242.581.701
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.875.052
280	Recursos Próprios Financeiros	1.372.807.105
39.101	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta	1.465.339
129	Recursos de Concessões e Permissões	1.465.339
	1332.01.21 <i>Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios - Principal</i>	1.465.339
39.207	VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	2.156.383
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.156.383
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	2.156.383
39.250	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	547.824.537
129	Recursos de Concessões e Permissões	203.869.894
	1331.01.11 <i>Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal</i>	3.546.463
	1331.02.11 <i>Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal</i>	200.323.431

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	152.105.663
	1121.01.11 <i>Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal</i>	672.190
	1910.01.11 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Principal</i>	133.612.102
	1910.01.12 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros</i>	10.276
	1910.01.13 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa</i>	17.811.095
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	191.848.980
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	588.177
	1610.03.11 <i>Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal</i>	172.407.364
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	18.853.439
39.251	Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	11.689.211
129	Recursos de Concessões e Permissões	5.101.150
	1332.03.11 <i>Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal</i>	5.101.150
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	6.588.061
	1910.01.11 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Principal</i>	5.996.275
	1910.01.12 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros</i>	591.786
39.252	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	621.613.716
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	571.193.907
	1910.01.11 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Principal</i>	570.775.185
	1910.01.12 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros</i>	10.204
	1910.01.13 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa</i>	408.518
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	48.544.757
	1310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	27.644.027
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	18.530.872
	1910.09.11 <i>Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	2.004.386
	1921.99.11 <i>Outras Indenizações - Principal</i>	338.220
	7310.01.11 <i>Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias</i>	27.252
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.875.052
	2213.00.11 <i>Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal</i>	1.875.052
39.254	Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	351.460.958
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	71.555.303
	1121.01.11 <i>Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal</i>	32.712.635
	1121.01.13 <i>Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa</i>	6.658
	1910.01.11 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Principal</i>	34.653.567
	1910.01.12 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros</i>	1.087
	1910.01.13 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa</i>	4.155.384
	1910.01.14 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros</i>	25.972
176	Outras Contribuições Sociais	166.075.797
	1219.05.11 <i>Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal</i>	166.075.797
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	31.581

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	19.108
	1990.99.13 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	7.264
	1990.99.14 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	5.209
280	Recursos Próprios Financeiros	113.798.277
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	113.798.277
39.901	Fundo da Marinha Mercante - FMM	1.479.503.785
180	Recursos Próprios Financeiros	1.479.503.785
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	477.838.071
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	567.795.259
	1922.01.21 Restituição de Convênios - Financeiras - Principal	384.232.150
	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	49.638.305
39.902	Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	3.158.800.071
129	Recursos de Concessões e Permissões	1.165.577.368
	1332.04.11 Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal	1.165.577.368
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	734.213.875
	1620.04.31 Parcela da Tarifa de Embarque Internacional - Principal	734.213.875
280	Recursos Próprios Financeiros	1.259.008.828
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.259.008.828
39.904	Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário	202.765.620
129	Recursos de Concessões e Permissões	202.765.620
	1332.02.11 Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - Principal	202.765.620
40.000	Ministério do Trabalho	85.019.394.227
140	Contribuições para os Programas PIS/PASEP	49.475.657.013
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	40.300.146
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	738.674.280
180	Recursos Próprios Financeiros	30.539.282.012
181	Recursos de Convênios	31.500.000
184	Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	4.189.350.890
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	131.207
280	Recursos Próprios Financeiros	4.498.679
40.101	Ministério do Trabalho - Administração Direta	4.872.010.355
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	651.159.465
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	2.828.165
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	351.617.395
	1910.01.12 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	13.057
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	237.714.423
	1910.01.14 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	58.986.425
181	Recursos de Convênios	31.500.000
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	31.500.000
184	Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	4.189.350.890
	1219.03.11 Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem	4.150.891.784

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	<i>Justa Causa - Principal</i>	
	1219.03.21 <i>Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal</i>	38.459.106
40.203	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho	4.629.886
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	131.207
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	131.207
280	Recursos Próprios Financeiros	4.498.679
	1321.00.11 <i>Remuneração de Depósitos Bancários - Principal</i>	4.498.679
40.901	Fundo de Amparo ao Trabalhador	80.142.753.986
140	Contribuições para os Programas PIS/PASEP	49.475.657.013
	1212.00.01 <i>Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Principal</i>	48.778.885.870
	1212.00.02 <i>Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Multas e Juros</i>	341.894.632
	1212.00.03 <i>Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Dívida Ativa</i>	244.647.661
	1212.00.07 <i>Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Multas da Dívida Ativa</i>	38.617.085
	1922.07.11 <i>Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal</i>	71.549.370
	7210.09.11 <i>Contribuições para os Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Principal - Operações Intraorçamentárias</i>	59.281
	7210.09.12 <i>Contribuições para os Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias</i>	3.114
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	40.300.146
	1910.01.11 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Principal</i>	1.106.070
	1922.02.11 <i>Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal</i>	39.194.076
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	87.514.815
	1910.03.11 <i>Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal</i>	87.514.815
180	Recursos Próprios Financeiros	30.539.282.012
	1321.00.11 <i>Remuneração de Depósitos Bancários - Principal</i>	2.928.270.887
	1321.00.21 <i>Remuneração de Depósitos Especiais - Principal</i>	1.111.902.541
	1321.00.31 <i>Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal</i>	57.132.004
	1640.03.11 <i>Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal</i>	11.162.369.858
	2990.00.11 <i>Demais Receitas de Capital - Principal</i>	15.279.606.722
42.000	Ministério da Cultura	1.423.278.239
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	509.239.269
120	Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	9.353.380
130	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	821.324.287
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	23.072.801
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	2.743.227
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	36.804.039

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
180	Recursos Próprios Financeiros	9.820.365
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	4.107.909
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	6.812.962
42.101	Ministério da Cultura - Administração Direta	435.900
180	Recursos Próprios Financeiros	435.900
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	435.900
42.201	Fundação Casa de Rui Barbosa	30.438
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	30.438
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	10.797
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	19.641
42.202	Fundação Biblioteca Nacional - BN	1.071.038
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.071.038
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.035.766
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	35.272
42.204	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	1.433.818
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	237.861
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	226.872
	1910.01.12 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	6.741
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	4.248
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.195.957
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	793.905
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	323.728
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	78.324
42.205	Fundação Nacional de Artes	124.345
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	124.345
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	124.345
42.206	Agência Nacional do Cinema	2.505.366
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	2.505.366
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	2.437.789
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	67.577
42.207	Instituto Brasileiro de Museus	4.391.184
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	4.391.184
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	193.120
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	137.845
	1350.02.11 Direito de Uso de Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal	4.597
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	4.040.597
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	15.025
42.902	Fundo Nacional de Cultura	1.413.286.150
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	509.239.269
	1219.01.11 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	254.517
	1219.01.12	

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	<i>Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Multas e Juros</i>	44.070
1391.01.11	<i>Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal</i>	6.242.667
1391.01.21	<i>Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal</i>	1.262.673
1391.01.41	<i>Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal</i>	501.435.342
120	Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	9.353.380
1219.07.11	<i>Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal</i>	9.353.380
130	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	821.324.287
1220.04.11	<i>Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal</i>	820.678.830
1220.04.12	<i>Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Multas e Juros</i>	3.233
1220.04.13	<i>Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Dívida Ativa</i>	642.224
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	23.072.801
1922.10.11	<i>Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal</i>	19.416.844
1922.99.11	<i>Outras Restituições - Principal</i>	3.653.568
1990.99.11	<i>Outras Receitas - Primárias - Principal</i>	2.389
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	36.804.039
1333.00.11	<i>Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Principal</i>	24.735.861
1333.00.12	<i>Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Multas e Juros</i>	2.150
1333.00.31	<i>Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Principal</i>	1.766.526
1333.00.41	<i>Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal</i>	2.933.933
1333.00.42	<i>Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Multas e Juros</i>	4.475
1333.00.91	<i>Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Principal</i>	1.820.528
1333.00.92	<i>Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Multas e Juros</i>	372
1610.03.11	<i>Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal</i>	71.601
1910.02.11	<i>Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Principal</i>	5.455.714
1910.02.12	<i>Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Multas e Juros</i>	7.294
1910.02.13	<i>Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Dívida Ativa</i>	55
7333.00.41	<i>Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal - Operações Intraorçamentárias</i>	5.530
180	Recursos Próprios Financeiros	9.384.465
1321.00.11	<i>Remuneração de Depósitos Bancários - Principal</i>	9.384.465
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	4.107.909
1922.10.21	<i>Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal</i>	4.107.909
44.000	Ministério do Meio Ambiente	1.705.516.175
116	Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	81.533.121
129	Recursos de Concessões e Permissões	6.903.930

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	79.701.532
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	5.328.241
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	536.326.189
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	10.000.000
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	3.100
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	488.063.740
183	Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	200.183.137
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	224.069.029
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	19.930
280	Recursos Próprios Financeiros	35.214.226
296	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	38.170.000
44.101	Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta	616.027.721
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	79.701.532
	1345.03.11 Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	29.655.748
	1345.03.21 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	50.045.784
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	536.326.189
	1341.04.11 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	5.709.024
	1341.04.31 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	530.617.165
44.102	Serviço Florestal Brasileiro - SFB	14.302.944
129	Recursos de Concessões e Permissões	4.297.618
	1346.01.11 Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal	2.994.462
	1346.01.21 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	1.263.591
	1346.01.22 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	39.565
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	10.000.000
	2122.00.11 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	10.000.000
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	3.100
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	3.100
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.226
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	2.226
44.201	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	586.966.747
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	5.328.241
	1344.02.11 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	5.281.366
	1344.02.13 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	46.875
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	432.366.889
	1121.04.11 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	215.033.148
	1121.04.13 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Dívida Ativa	8.839.834
	1121.05.11 Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal	5.327.629

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	22.374.081
	1910.06.11 Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	180.792.197
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	111.101.617
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	33.111
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	3.663
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	106.717.990
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	2.020.324
	1930.02.11 Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	78.369
	1990.99.12 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	72.437
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.175.723
296	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	38.170.000
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	38.170.000
44.205	Agência Nacional de Águas - ANA	282.155.357
116	Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	81.533.121
	1345.01.11 Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal	81.527.524
	1345.01.12 Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Multas e Juros	5.597
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	439.099
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	434.376
	1910.01.12 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	4.723
183	Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	200.183.137
	1345.03.21 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	200.183.137
44.206	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ	7.309.713
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	7.289.783
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.264.068
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	74.255
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	5.920.982
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	30.478
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	19.930
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	19.930
44.207	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	111.747.238
129	Recursos de Concessões e Permissões	2.606.312
	1346.01.21 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	2.527.183
	1346.01.22 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	79.129
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	3.468.046
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	796.403
	1910.06.11 Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	2.671.643
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	105.672.880
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	9.879.772

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	18.603.931
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	45.682
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	75.819.114
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	635.560
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	688.821
44.901	Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA	51.792.229
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	51.789.706
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	5.792.377
	1910.06.11 Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	45.866.105
	1910.06.21 Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal	131.224
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	2.523
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	2.523
44.902	Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	35.214.226
280	Recursos Próprios Financeiros	35.214.226
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	5.875.184
	2300.06.11 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	29.339.042
47.000	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	324.487.211
133	Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	85.693.695
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	2.085.460
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	6.932.483
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	39.020.314
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.311.638
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.594.279
280	Recursos Próprios Financeiros	187.849.342
47.101	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta	133.731.952
133	Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	85.693.695
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	146.280
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	57.084
	1310.01.21 Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal	12.624.013
	1310.01.22 Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Multas e Juros	24.868.847
	1310.01.23 Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	1.377.064
	1310.02.12 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e Juros	6.703
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	34.400.171
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	53.705
	1921.02.12 Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Multas e Juros	6.080
	1990.99.14 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	12.153.748
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	2.085.460
	2122.00.11 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	2.085.460
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	6.932.483
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.704.939

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	7310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.227.544
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	39.020.314
	2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal	39.020.314
47.204	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	4.847
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	4.847
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	4.847
47.205	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	5.401.401
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	457.191
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	160.414
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	199.188
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	85.397
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	12.192
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.594.279
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	1.594.279
280	Recursos Próprios Financeiros	3.349.931
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.349.931
47.210	Fundação Escola Nacional de Administração Pública	849.600
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	849.600
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	61.200
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	788.400
47.908	Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	184.499.411
280	Recursos Próprios Financeiros	184.499.411
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	170.385.784
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	14.079.333
	1640.01.12 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Multas e Juros	34.294
51.000	Ministério do Esporte	439.670.375
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	439.670.375
51.101	Ministério do Esporte - Administração Direta	439.670.375
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	439.670.375
	1391.01.21 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	12.626.726
	1391.01.41 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	422.442.103
	1391.01.61 Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	4.601.546
52.000	Ministério da Defesa	12.774.483.153
123	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	2.301.453.102
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	38.071.718
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.845.917.133
149	Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	1.674.734.969
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	13.231.903
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	53.513.504
175	Taxas por Serviços Públicos	3.021.526

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
176	Outras Contribuições Sociais	121.396.129
180	Recursos Próprios Financeiros	5.851.785
181	Recursos de Convênios	71.872.049
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	5.567.279.625
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	15.360.233
280	Recursos Próprios Financeiros	1.053.228.854
281	Recursos de Convênios	9.550.623
52.101	Ministério da Defesa - Administração Direta	2.499.604.522
123	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	2.301.453.102
	<i>1219.11.11 Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal</i>	<i>2.301.453.102</i>
149	Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	183.151.420
	<i>2122.00.11 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal</i>	<i>183.151.420</i>
181	Recursos de Convênios	15.000.000
	<i>1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal</i>	<i>10.000.000</i>
	<i>2410.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal</i>	<i>5.000.000</i>
52.111	Comando da Aeronáutica	1.157.511.151
149	Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	1.157.511.151
	<i>2122.00.11 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal</i>	<i>1.157.511.151</i>
52.121	Comando do Exército	61.376.567
180	Recursos Próprios Financeiros	4.504.518
	<i>1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal</i>	<i>4.504.518</i>
181	Recursos de Convênios	56.872.049
	<i>1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal</i>	<i>13.452.545</i>
	<i>1730.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal</i>	<i>600.000</i>
	<i>2420.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal</i>	<i>21.419.504</i>
	<i>2430.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal</i>	<i>21.400.000</i>
52.131	Comando da Marinha	2.179.989.531
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.845.917.133
	<i>1341.02.31 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal</i>	<i>1.067.586.749</i>
	<i>1341.03.31 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal</i>	<i>778.330.384</i>
149	Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	334.072.398
	<i>2122.00.11 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal</i>	<i>334.072.398</i>
52.211	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	7.709.236
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.668.334
	<i>1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	<i>1.667.326</i>
	<i>1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	<i>1.008</i>
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do	41.401

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	Patrimônio Público	
	2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal	41.401
280	Recursos Próprios Financeiros	5.999.501
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.294.572
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	1.203.611
	2300.06.11 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	33.318
	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	468.000
52.221	Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	83.868.446
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	74.116.572
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	924.445
	1322.00.11 Dividendos - Principal	767.935
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	67.143.333
	1921.99.11 Outras Indenizações - Principal	56.179
	7500.00.11 Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	5.224.680
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	2.170.576
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	64.225
	2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal	2.106.351
280	Recursos Próprios Financeiros	7.581.298
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	7.581.298
52.222	Fundação Osório	136.793
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	136.793
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	133.728
	1921.99.11 Outras Indenizações - Principal	3.065
52.232	Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	39.240.000
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	5.200.000
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	5.200.000
280	Recursos Próprios Financeiros	34.040.000
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	840.000
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	33.200.000
52.901	Fundo do Ministério da Defesa	3.196.443
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.561.949
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.270.773
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	291.176
280	Recursos Próprios Financeiros	1.634.494
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.634.494
52.902	Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	13.815.390
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	13.231.903
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.691.363
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	313.357
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	23.272
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	946.196
	1630.02.11 Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Principal	6.710.872
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	16.807
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	1.030.036
	7630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.500.000

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
180	Recursos Próprios Financeiros	583.487
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	583.487
52.903	Fundo do Serviço Militar	9.199.182
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	5.492.641
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	5.492.641
175	Taxas por Serviços Públicos	2.942.761
	1122.01.11 Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	2.942.761
180	Recursos Próprios Financeiros	763.780
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	763.780
52.911	Fundo Aeronáutico	3.790.389.369
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	3.947.382
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	3.947.382
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	3.111.298.928
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	93.637.383
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	211.022
	1350.04.11 Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida - Principal	8.560
	1360.01.11 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	66.675.087
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	40.445.366
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	10.738.682
	1620.01.11 Serviços de Navegação - Principal	2.597.756.248
	1620.02.11 Serviços de Transporte - Principal	1.405
	1620.04.11 Tarifa Aeroportuária - Principal	203.018
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	27.916.247
	1630.02.21 Serviços de Assistência Médico-Hospitalar do Militar - Principal	244.734.412
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	15.625.423
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	13.204.020
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	12.124
	7630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias	129.931
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	2.906.736
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	2.906.736
280	Recursos Próprios Financeiros	663.040.700
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	663.040.700
281	Recursos de Convênios	9.195.623
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	9.195.623
52.921	Fundo do Exército	1.861.156.358
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	39.044.459
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	38.093.160
	1121.01.12 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	939.538
	7121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	11.761
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.710.330.324
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	128.265.601
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	54.510
	1360.01.11 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos -	188.009.671

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	Principal	
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	58.282.824
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	16.286.287
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	14.323.745
	1620.02.11 Serviços de Transporte - Principal	340.703
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	78.169.451
	1630.02.21 Serviços de Assistência Médico-Hospitalar do Militar - Principal	1.195.195.587
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	2.385.691
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	256.591
	1921.99.11 Outras Indenizações - Principal	19.958.530
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	505.874
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	2.495.702
	7630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias	5.793.832
	7921.99.11 Outras Indenizações - Principal - Operações Intraorçamentárias	5.725
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	9.453.768
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	9.453.768
280	Recursos Próprios Financeiros	102.327.807
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	102.327.807
52.931	Fundo Naval	826.021.682
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	8.015.098
	1220.05.11 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	8.011.848
	1220.05.13 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	1.503
	1220.05.14 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.747
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	5.029.022
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	5.029.022
175	Taxas por Serviços Públicos	78.765
	1122.01.11 Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	78.765
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	661.746.300
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	30.967.630
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	2.210
	1360.01.11 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	99.908.804
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	44.897
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	16.584.753
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	11.066.410
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	14.984.619
	1620.01.11 Serviços de Navegação - Principal	105.766.253
	1620.03.11 Serviços Portuários - Principal	480.735
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	54.027.299
	1630.02.21 Serviços de Assistência Médico-Hospitalar do Militar - Principal	322.198.343
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	140.315
	1921.03.11 Indenização por Sinistro - Principal	1.241.947
	1921.99.11 Outras Indenizações - Principal	2.513.920

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	1.818.165
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	787.752
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	688.076
	2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal	99.676
280	Recursos Próprios Financeiros	150.009.745
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	150.009.745
281	Recursos de Convênios	355.000
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	355.000
52.932	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	241.268.483
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	30.056.620
	1220.05.11 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	30.044.430
	1220.05.13 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	5.637
	1220.05.14 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa - Multas e Juros	6.553
176	Outras Contribuições Sociais	121.396.129
	1219.06.11 Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal	121.396.129
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.220.425
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.220.425
280	Recursos Próprios Financeiros	88.595.309
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	88.595.309
53.000	Ministério da Integração Nacional	60.071.845
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	4.500.000
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	14.352
180	Recursos Próprios Financeiros	2.656.370
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	16.244.670
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	7.458.524
280	Recursos Próprios Financeiros	29.197.929
53.101	Ministério da Integração Nacional - Administração Direta	7.156.370
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	4.500.000
	2122.00.11 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	4.500.000
180	Recursos Próprios Financeiros	2.656.370
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.656.370
53.201	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	15.769.110
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	4.723.545
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	328.281
	1322.00.11 Dividendos - Principal	337.621
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	3.855.346
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	170.519
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	31.778
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	5.419.699
	2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal	5.152.310

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
280	2220.00.12 Alienação de Bens Imóveis - Multas e Juros Recursos Próprios Financeiros	267.389 5.625.866
53.202	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	5.625.866 12.216.143
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	8.764.984
280	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal Recursos Próprios Financeiros	8.764.984 3.451.159
53.203	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal 1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	3.443.530 7.629 18.681.122
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	134.484
280	1922.06.11 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal Recursos Próprios Financeiros	134.484 18.546.638
53.204	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal 1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	14.561.880 3.984.758 4.674.834
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	14.352
250	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal Recursos Próprios Não-Financeiros	14.352 2.621.657
263	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal 1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros 1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal 1500.00.11 Receita Industrial - Principal 1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal 1922.99.11 Outras Restituições - Principal Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.770.642 3.883 67.897 3.708 726.278 49.249 2.038.825
53.207	2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	2.038.825 1.574.266
280	Recursos Próprios Financeiros	1.574.266
54.000	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal Ministério do Turismo	1.574.266 2.113.820
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	27.706
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.303.680
280	Recursos Próprios Financeiros	782.434
54.101	Ministério do Turismo - Administração Direta	512.142
280	Recursos Próprios Financeiros	512.142
54.201	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo	512.142 1.601.678
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	27.706
250	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa Recursos Próprios Não-Financeiros	27.706 1.303.680
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.303.680

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
280	Recursos Próprios Financeiros	270.292
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	270.292
55.000	Ministério do Desenvolvimento Social	423.256.026.714
139	Alienação de Bens Apreendidos	79.481.309
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.206.537.456
154	Recursos do Regime Geral de Previdência Social	408.631.890.153
180	Recursos Próprios Financeiros	1.623.919.190
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	9.973.858.451
194	Doações para o Combate à Fome	2.793
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.729.555.347
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	167.045
280	Recursos Próprios Financeiros	10.614.970
55.101	Ministério do Desenvolvimento Social - Administração Direta	50.465.918
180	Recursos Próprios Financeiros	50.463.125
	1321.00.31 Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	50.463.125
194	Doações para o Combate à Fome	2.793
	1780.00.11 Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal	2.793
55.201	Instituto Nacional do Seguro Social	1.740.337.362
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.729.555.347
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.770.097
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	126.412
	1360.01.11 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	1.656.984.080
	1360.01.12 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Multas e Juros	1.114
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	13.262.484
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.576.990
	1921.01.11 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	28.011
	1923.03.11 Reversão de Garantias - Principal	15.155
	1923.99.11 Outros Ressarcimentos - Principal	39.494
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	174.626
	1990.99.12 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	51.576.884
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	167.045
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	167.045
280	Recursos Próprios Financeiros	10.614.970
	1321.00.31 Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	10.614.970
55.901	Fundo Nacional de Assistência Social	102.919.275
139	Alienação de Bens Apreendidos	79.481.309
	1930.02.11 Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	79.353.200
	1930.02.12 Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Multas e Juros	128.109
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	18.697
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	18.697
180	Recursos Próprios Financeiros	23.419.269
	1321.00.31 Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	23.419.269

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
55.902	Fundo do Regime Geral de Previdência Social	421.362.304.159
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.206.518.759
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	8.058.912
	1322.00.11 Dividendos - Principal	27.290.495
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	42.953
	1921.01.11 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	2.796
	1922.06.11 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	1.106.549.206
	1922.06.12 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Multas e Juros	21.162.371
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	7.233.450
	2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal	35.976.530
	2220.00.12 Alienação de Bens Imóveis - Multas e Juros	202.046
154	Recursos do Regime Geral de Previdência Social	408.631.890.153
	1214.00.01 Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	398.470.922.973
	1214.00.02 Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros	1.457.945.728
	1214.00.03 Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa	6.795.212.329
	1214.00.04 Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros	461.261.819
	1219.99.11 Outras Contribuições Sociais - Principal	215.384.461
	1219.99.12 Outras Contribuições Sociais - Multas e Juros	9.515.027
	1219.99.13 Outras Contribuições Sociais - Dívida Ativa	21.956.224
	1219.99.14 Outras Contribuições Sociais - Dívida Ativa - Multas e Juros	7.357.920
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	24.348.490
	1910.11.11 Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal	120.516.126
	1922.03.11 Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	1.023.794.160
	1923.04.11 Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	17.862.353
	1990.99.14 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	5.812.543
180	Recursos Próprios Financeiros	1.550.036.796
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.217.519.157
	1321.00.31 Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	332.517.639
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	9.973.858.451
	7990.02.11 Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias	9.973.858.451
56.000	Ministério das Cidades	1.417.956.841
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	67.585.676
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	517.393.203
180	Recursos Próprios Financeiros	229.028.841
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	238.669.457
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	357.968.172
280	Recursos Próprios Financeiros	6.616.292
281	Recursos de Convênios	695.200
56.201	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB	163.636.280
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	158.028.359
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.354.067

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	33.358
	1620.02.11 Serviços de Transporte - Principal	152.518.372
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	122.562
280	Recursos Próprios Financeiros	5.607.921
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.607.921
56.202	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	201.643.384
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	199.939.813
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	7.420.522
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	29.829
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	358.136
	1620.02.11 Serviços de Transporte - Principal	190.456.197
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	59.718
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	1.597.262
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	18.149
280	Recursos Próprios Financeiros	1.008.371
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.008.371
281	Recursos de Convênios	695.200
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	695.200
56.901	Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	921.925.860
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	67.585.676
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	65.825.744
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	1.759.932
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	517.393.203
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	517.215.280
	1910.01.12 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	112.946
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	64.977
180	Recursos Próprios Financeiros	98.277.524
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	98.277.524
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	238.669.457
	1990.08.11 Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal	238.669.457
56.902	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	130.751.317
180	Recursos Próprios Financeiros	130.751.317
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	130.751.317
63.000	Advocacia-Geral da União	1.242.953
181	Recursos de Convênios	1.242.953
63.101	Advocacia-Geral da União	1.242.953
181	Recursos de Convênios	1.242.953
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	1.242.953
71.000	Encargos Financeiros da União	583.338.816.875
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	9.744.001.167
143	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	4.989.565.245
144	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	414.263.768.859

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	302.440.059
152	Resultado do Banco Central	26.365.000.000
171	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB	242.470.907
173	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	22.498.898.961
180	Recursos Próprios Financeiros	4.392.901.613
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	549.490.621
188	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	91.239.875.203
197	Dividendos da União	7.489.262.214
280	Recursos Próprios Financeiros	1.261.142.026
71.101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	567.088.841.389
143	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	4.989.565.245
	<i>2121.00.21 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo - Principal</i>	<i>4.989.565.245</i>
144	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	414.263.768.859
	<i>2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal</i>	<i>409.187.519.484</i>
	<i>2121.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo - Principal</i>	<i>5.076.249.375</i>
152	Resultado do Banco Central	26.365.000.000
	<i>2920.00.21 Resultado do Banco Central - Demais Operações - Principal</i>	<i>26.365.000.000</i>
171	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB	242.470.907
	<i>1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal</i>	<i>242.470.907</i>
173	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	22.498.898.961
	<i>1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal</i>	<i>13.251.489.517</i>
	<i>2300.03.11 Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal</i>	<i>9.247.409.444</i>
188	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	91.239.875.203
	<i>2930.00.11 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal</i>	<i>91.239.875.203</i>
197	Dividendos da União	7.489.262.214
	<i>1321.00.61 Juros sobre o Capital Próprio - Principal</i>	<i>6.490.937.028</i>
	<i>1322.00.11 Dividendos - Principal</i>	<i>804.037.661</i>
	<i>1322.00.12 Dividendos - Multas e Juros</i>	<i>20.661</i>
	<i>1323.00.11 Participações - Principal</i>	<i>194.266.864</i>
71.901	Fundo Contingente da Extinta RFFSA - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	291.835.621
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	291.835.621
	<i>1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal</i>	<i>291.835.621</i>
71.903	Fundo Social - FS	11.262.798.193
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	9.744.001.167
	<i>1341.02.21 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal</i>	<i>712.460.621</i>
	<i>1341.03.11 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em</i>	<i>73.914.654</i>

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	
1341.03.21	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	1.423.010.880
1341.04.21	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	7.534.615.012
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	257.655.000
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	257.655.000
280	Recursos Próprios Financeiros	1.261.142.026
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.261.142.026
71.904	Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Recursos sob Supervisão do M.do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	452.661.456
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	222.044.978
	1640.02.11 Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal	222.005.662
	1640.02.12 Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Multas e Juros	39.316
180	Recursos Próprios Financeiros	230.616.478
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	214.032.788
	1321.00.51 Juros de Títulos de Renda - Principal	16.583.690
71.905	Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	4.242.680.216
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	80.395.081
	1640.02.11 Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal	79.883.000
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	512.081
180	Recursos Próprios Financeiros	4.162.285.135
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.359.586.461
	1321.00.51 Juros de Títulos de Renda - Principal	1.802.698.674
73.000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	268.164.803.418
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	207.662.300.759
102	Transferência do Imposto Territorial Rural	1.363.899.309
106	Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal	20.821.950
111	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	822.993.281
113	Contribuição do Salário-Educação	12.973.328.408
119	Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	35.158.970
123	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	193.864.512
129	Recursos de Concessões e Permissões	2.606.311
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.391.045.959
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	2.397.708.434
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	39.875.940.192
156	Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	140.349.019
169	Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	172.777.693
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	112.008.621
73.104	Recursos sob Supervisão do Ministério de Minas e Energia	44.664.694.585
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.391.045.959
	1345.03.11 Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	889.672.429
	1345.03.21 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas -	1.501.373.530

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	<i>Principal</i>	
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	2.397.708.434
	1344.02.11 <i>Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal</i>	2.376.614.693
	1344.02.13 <i>Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa</i>	21.093.741
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	39.875.940.192
	1341.02.11 <i>Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal</i>	663.290.274
	1341.02.21 <i>Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal</i>	5.699.684.969
	1341.02.31 <i>Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal</i>	4.270.346.996
	1341.02.41 <i>Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal</i>	2.094.808.506
	1341.03.11 <i>Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal</i>	443.487.925
	1341.03.21 <i>Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal</i>	4.269.032.639
	1341.03.31 <i>Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal</i>	3.113.321.535
	1341.03.41 <i>Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal</i>	1.571.106.380
	1341.04.11 <i>Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal</i>	28.545.120
	1341.04.21 <i>Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal</i>	15.069.230.023
	1341.04.31 <i>Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal</i>	2.653.085.825
73.107	Recursos sob Supervisão do Ministério da Educação	12.973.328.408
113	Contribuição do Salário-Educação	12.973.328.408
	1219.04.11 <i>Contribuição Social do Salário-Educação - Principal</i>	12.802.334.592
	1219.04.12 <i>Contribuição Social do Salário-Educação - Multas e Juros</i>	20.755.467
	1219.04.13 <i>Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa</i>	97.821.566
	1219.04.14 <i>Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa - Multas e Juros</i>	52.416.783
73.108	Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	209.884.352.319
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	207.662.300.759
	1113.01.11 <i>Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF -</i>	14.992.626.920

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	Principal	
1113.01.12	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	633.673.520
1113.01.13	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	416.641.150
1113.01.17	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	89.956.846
1113.01.18	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	172.659.657
1113.02.11	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	59.897.655.927
1113.02.12	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	1.183.634.592
1113.02.13	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	1.091.582.298
1113.02.17	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	140.425.416
1113.02.18	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	311.659.292
1113.03.11	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	47.797.951.854
1113.03.12	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	376.306.515
1113.03.13	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	135.992.052
1113.03.17	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	16.554.416
1113.03.18	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	91.636.643
1113.03.21	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	25.961.877.692
1113.03.31	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	14.113.314.529
1113.03.41	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	5.401.164.226
1114.01.11	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	2.651.049.750
1114.01.12	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	2.904.836
1114.01.21	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	2.046.108.617
1114.01.31	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	2.767.534.070
1114.01.41	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	11.852.906.774
1114.01.42	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	6.374.064
1114.01.51	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	14.837.645.570
1114.01.52	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	353.136.259
1114.01.53	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	190.109.219
1114.01.57	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	24.552.551
1114.01.58	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	104.389.519
7113.03.12	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	141.961
7113.03.31	IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	14.594
7113.03.41	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	118.464

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	- Operações Intraorçamentárias	
	7114.01.52 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	966
102	Transferência do Imposto Territorial Rural	1.363.899.309
	1112.01.11 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal	1.217.176.068
	1112.01.12 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas e Juros	74.939.068
	1112.01.21 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal	67.620.892
	1112.01.22 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas e Juros	3.720.209
	1112.01.27 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas da Dívida Ativa	109.409
	1112.01.28 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Juros da Dívida Ativa	333.663
111	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	822.993.281
	1220.08.11 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação - Principal	163.633.698
	1220.08.21 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal	658.208.437
	1220.08.22 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Multas e Juros	391.626
	1220.08.23 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Dívida Ativa	323.965
	1220.08.27 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Multas da Dívida Ativa	33.503
	1220.08.28 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Juros da Dívida Ativa	402.052
119	Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	35.158.970
	1115.01.11 Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Ouro - Principal	35.158.970
73.111	Recursos sob Supervisão do Ministério do Meio Ambiente	2.606.311
129	Recursos de Concessões e Permissões	2.606.311
	1346.01.21 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	2.527.182
	1346.01.22 Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	79.129
73.113	Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	136.713.708
123	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	24.705.087
	1219.11.11 Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	24.705.087
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	112.008.621
	1310.01.21 Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	100.992.106
	1310.01.23 Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	11.016.515
73.901	Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF	503.108.087
106	Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal	20.821.950
	1216.01.11 Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal	11.444.497
	1216.02.11 Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal	9.377.453
123	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	169.159.425
	1219.11.11 Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das	169.159.425

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	<i>Forças Armadas - Principal</i>	
156	Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	140.349.019
	<i>1215.01.11 CPSS do Servidor Civil Ativo - Principal</i>	<i>86.353.664</i>
	<i>1215.01.21 CPSS do Servidor Civil Inativo - Principal</i>	<i>53.995.355</i>
169	Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	172.777.693
	<i>7215.02.11 CPSS Patronal - Principal - Operações Intraorçamentárias</i>	<i>172.777.693</i>
74.000	Operações Oficiais de Crédito	29.549.167.112
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	13.137.486.470
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	1.905.589.690
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	127.500.000
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.703.852
160	Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.363.659.941
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	14.947.283
180	Recursos Próprios Financeiros	9.036.997.901
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	402.021.038
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.806.608
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	4.380.000
280	Recursos Próprios Financeiros	3.553.074.329
74.101	Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda	1.363.659.941
160	Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.363.659.941
	<i>1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal</i>	<i>28.611.615</i>
	<i>2300.05.11 Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal</i>	<i>1.335.048.326</i>
74.102	Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	127.500.000
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	127.500.000
	<i>2122.00.11 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal</i>	<i>127.500.000</i>
74.201	Recursos sob Supervisão da Superintendência de Seguros Privados/SUSEP - Ministério da Fazenda	5.670.000
280	Recursos Próprios Financeiros	5.670.000
	<i>1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal</i>	<i>5.670.000</i>
74.203	Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA-Presidência da República	7.723.993
280	Recursos Próprios Financeiros	7.723.993
	<i>2300.06.11 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal</i>	<i>7.723.993</i>
74.204	Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	264.860.524
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.773.146
	<i>1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal</i>	<i>294.613</i>
	<i>1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal</i>	<i>1.478.533</i>
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	4.380.000
	<i>2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal</i>	<i>4.380.000</i>
280	Recursos Próprios Financeiros	258.707.378
	<i>1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal</i>	<i>11.200.000</i>
	<i>1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros -</i>	<i>43.507.378</i>

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	<i>Principal</i>	
	2300.06.11 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	204.000.000
74.205	Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	2.500.000
280	Recursos Próprios Financeiros	2.500.000
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.500.000
74.901	Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé - MAPA	5.227.790.894
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	1.703.852
	2212.04.11 Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal	1.703.852
180	Recursos Próprios Financeiros	5.226.087.042
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	334.951.349
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	242.195.069
	1990.99.23 Outras Receitas - Financeiras - Dívida Ativa	28.343.613
	2300.06.11 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	4.620.597.011
74.902	Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES - Min. da Educação	2.322.451.676
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	402.021.038
	1930.04.11 Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal	402.021.038
280	Recursos Próprios Financeiros	1.920.430.638
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	115.028.768
	1321.00.51 Juros de Títulos de Renda - Principal	952.458
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	620.858.681
	2300.80.11 Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal	1.183.590.731
74.904	Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante/FMM - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	5.480.146.096
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	1.905.589.690
	1220.05.11 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	1.904.816.837
	1220.05.13 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	357.408
	1220.05.14 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa - Multas e Juros	415.445
180	Recursos Próprios Financeiros	3.574.556.406
	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	3.574.556.406
74.906	Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra - Presidência da República	236.354.453
180	Recursos Próprios Financeiros	236.354.453
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	45.728.360
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	51.542.179
	1990.99.23 Outras Receitas - Financeiras - Dívida Ativa	43.458.810
	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	95.625.104
74.908	Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR - Ministério do Turismo	166.679.795
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	33.462
	1322.00.11 Dividendos - Principal	33.462
280	Recursos Próprios Financeiros	166.646.333
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	35.793.851
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros -	8.301.062

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	Principal	
74.913	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	122.551.420
	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	2.627.497.293
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	2.627.497.293
	1113.01.11 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	195.556.003
	1113.01.12 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	8.265.307
	1113.01.13 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	5.434.450
	1113.01.17 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	1.173.350
	1113.01.18 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	2.252.082
	1113.02.11 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	781.273.773
	1113.02.12 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	15.438.712
	1113.02.13 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	14.238.030
	1113.02.17 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	1.831.636
	1113.02.18 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	4.065.121
	1113.03.11 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	623.451.546
	1113.03.12 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	4.908.346
	1113.03.13 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	1.773.809
	1113.03.17 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	215.927
	1113.03.18 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	1.195.261
	1113.03.21 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	338.633.187
	1113.03.31 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	184.086.711
	1113.03.41 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	70.449.968
	1114.01.11 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	28.404.104
	1114.01.12 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	31.123
	1114.01.21 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	21.922.592
	1114.01.31 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	29.652.151
	1114.01.41 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	126.995.430
	1114.01.42 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	68.294
	1114.01.51 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	158.974.774
	1114.01.52 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	3.783.603
	1114.01.53 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	2.036.884
	1114.01.57 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	263.063

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1114.01.58 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	1.118.459
	7113.03.12 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	1.852
	7113.03.31 IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	190
	7113.03.41 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.545
	7114.01.52 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	10
74.914	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	2.627.497.293
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	2.627.497.293
	1113.01.11 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	195.556.003
	1113.01.12 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	8.265.307
	1113.01.13 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	5.434.450
	1113.01.17 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	1.173.350
	1113.01.18 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	2.252.082
	1113.02.11 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	781.273.773
	1113.02.12 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	15.438.712
	1113.02.13 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	14.238.030
	1113.02.17 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	1.831.636
	1113.02.18 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	4.065.121
	1113.03.11 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	623.451.546
	1113.03.12 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	4.908.346
	1113.03.13 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	1.773.809
	1113.03.17 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	215.927
	1113.03.18 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	1.195.261
	1113.03.21 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	338.633.187
	1113.03.31 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	184.086.711
	1113.03.41 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	70.449.968
	1114.01.11 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	28.404.104
	1114.01.12 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	31.123
	1114.01.21 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	21.922.592
	1114.01.31 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	29.652.151
	1114.01.41 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	126.995.430
	1114.01.42 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI -	68.294

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	Vinculados à Importação - Multas e Juros	
1114.01.51	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	158.974.774
1114.01.52	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	3.783.603
1114.01.53	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	2.036.884
1114.01.57	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	263.063
1114.01.58	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	1.118.459
7113.03.12	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	1.852
7113.03.31	IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	190
7113.03.41	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.545
7114.01.52	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	10
74.915	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	7.882.491.884
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	7.882.491.884
1113.01.11	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	586.668.010
1113.01.12	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	24.795.920
1113.01.13	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	16.303.349
1113.01.17	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	3.520.050
1113.01.18	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	6.756.247
1113.02.11	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	2.343.821.319
1113.02.12	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	46.316.136
1113.02.13	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	42.714.090
1113.02.17	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	5.494.908
1113.02.18	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	12.195.364
1113.03.11	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.870.354.638
1113.03.12	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	14.725.038
1113.03.13	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	5.321.428
1113.03.17	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	647.781
1113.03.18	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	3.585.782
1113.03.21	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	1.015.899.562
1113.03.31	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	552.260.134
1113.03.41	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	211.349.904
1114.01.11	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	85.212.313

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1114.01.12 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	93.370
	1114.01.21 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	65.767.777
	1114.01.31 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	88.956.452
	1114.01.41 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	380.986.289
	1114.01.42 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	204.881
	1114.01.51 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	476.924.322
	1114.01.52 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	11.350.808
	1114.01.53 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	6.110.653
	1114.01.57 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	789.189
	1114.01.58 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	3.355.377
	7113.03.12 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	5.555
	7113.03.31 IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	571
	7113.03.41 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	4.636
	7114.01.52 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	31
74.917	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA - Min Integração Nacional	395.502.456
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	4.609.100
	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	4.478.097
	2300.07.12 Amortização de Financiamentos - Multas e Juros	131.003
280	Recursos Próprios Financeiros	390.893.356
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	85.135.847
	1321.00.51 Juros de Títulos de Renda - Principal	3.093.281
	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	294.061.706
	2300.07.12 Amortização de Financiamentos - Multas e Juros	8.602.522
74.918	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - Min Integração Nacional	650.268.577
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	7.929.599
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	1.598.630
	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	5.783.719
	2300.07.12 Amortização de Financiamentos - Multas e Juros	547.250
280	Recursos Próprios Financeiros	642.338.978
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	121.628.620
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	104.976.725
	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	379.797.569
	2300.07.12 Amortização de Financiamentos - Multas e Juros	35.936.064
74.919	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - Min Integração Nacional	160.572.237
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	2.408.584
	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	2.408.584
280	Recursos Próprios Financeiros	158.163.653
	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	158.163.653

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
75.000	Dívida Pública Federal	794.793.773.131
143	Titulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Publica Federal	753.683.428.081
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	266.400.000
159	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos	40.843.945.050
75.101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	794.793.773.131
143	Titulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Publica Federal	753.683.428.081
	2111.00.21 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal	747.311.062.387
	8111.00.21 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias	6.372.365.694
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	266.400.000
	2122.00.11 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	266.400.000
159	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos	40.843.945.050
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	17.476.355.188
	2300.02.11 Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal	83.735.554
	2300.03.11 Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal	262.309.548
	2300.05.11 Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal	6.023.993
	2300.06.11 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	23.015.520.767
81.000	Ministério dos Direitos Humanos	174.697.859
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	2.246.917
180	Recursos Próprios Financeiros	10.791.344
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	134.847.647
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	26.811.951
81.101	Ministério dos Direitos Humanos - Administração Direta	134.847.647
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	134.847.647
	1922.12.11 Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal	134.847.647
81.901	Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA	25.330.543
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	2.246.917
	1217.06.11 Contribuição sobre Concursos de Prognóstico - Modalidade Futebol - Principal	2.147.388
	1219.01.11 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	84.839
	1219.01.12 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Multas e Juros	14.690
180	Recursos Próprios Financeiros	5.962.868
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.962.868
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	17.120.758
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	16.000.000
	1770.00.11 Transferências de Pessoas Físicas - Principal	1.120.758
81.902	Fundo Nacional do Idoso - FNI	14.519.669
180	Recursos Próprios Financeiros	4.828.476

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
196	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.828.476
	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	9.691.193
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	9.594.696
	1770.00.11 Transferências de Pessoas Físicas - Principal	96.497
82.000	Ministério da Segurança Pública	3.532.263.109
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	1.838.954.335
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	52.600.829
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.491.512.926
180	Recursos Próprios Financeiros	125.864.969
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	23.330.050
82.102	Departamento de Polícia Federal	792.152.414
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	236.406
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	179.116
	1921.99.11 Outras Indenizações - Principal	48.491
	1990.99.13 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	5.513
	1990.99.14 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.286
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	768.585.958
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	704.247.617
	1121.01.13 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	110.337
	1121.01.14 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	792.708
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	63.435.296
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	23.330.050
	1121.03.11 Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	23.330.050
82.103	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	732.710.059
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	27.298.174
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	17.980.451
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	8.645.321
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	672.402
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	705.411.885
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	705.405.450
	1910.01.12 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	6.435
82.901	Fundo Penitenciário Nacional	351.238.428
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	182.792.127
	1219.01.11 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	254.517
	1219.01.12 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Multas e Juros	44.070
	1391.01.11 Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	3.371.040
	1391.01.21 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	1.262.673
	1391.01.41 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	171.724.432
	1391.01.61 Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	6.135.395

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	25.066.249
	1610.01.11 <i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	5.162
	1930.01.11 <i>Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público - Principal</i>	19.792.366
	1990.99.11 <i>Outras Receitas - Primárias - Principal</i>	3.798.126
	1990.99.12 <i>Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros</i>	15.383
	1990.99.13 <i>Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa</i>	1.170.621
	1990.99.14 <i>Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros</i>	284.591
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	17.515.083
	1910.01.11 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Principal</i>	3.405.485
	1910.01.12 <i>Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros</i>	7.274
	1910.08.11 <i>Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal</i>	14.102.324
180	Recursos Próprios Financeiros	125.864.969
	1321.00.11 <i>Remuneração de Depósitos Bancários - Principal</i>	125.864.969
82.902	Fundo Nacional de Segurança Pública	1.656.162.208
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	1.656.162.208
	1391.01.11 <i>Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal</i>	20.808.888
	1391.01.21 <i>Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal</i>	14.508.107
	1391.01.41 <i>Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal</i>	1.590.168.240
	1391.01.61 <i>Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal</i>	30.676.973
90.000	Reserva de Contingência	499.768.468
142	<i>Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</i>	499.768.468
90.000	Reserva de Contingência	499.768.468
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	499.768.468
	1343.02.41 <i>Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal</i>	499.768.468
93.000	Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	248.915.621.661
944	<i>Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS</i>	248.915.621.661
93.102	Recursos sob Supervisão do Fundo do Regime Geral da Previdência Social	201.705.263.179
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	201.705.263.179
	2111.00.11 <i>Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal</i>	201.705.263.179
93.103	Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Assistência Social	30.000.000.000
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	30.000.000.000
	2111.00.11 <i>Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal</i>	30.000.000.000
93.104	Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda	6.756.004.000
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	6.756.004.000
	2111.00.11 <i>Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional -</i>	6.756.004.000

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	<i>Mercado Interno - Principal</i>	
93.105	Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	3.903.222.074
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	3.903.222.074
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	3.903.222.074
93.106	Recursos sob Supervisão do Ministério do Desenvolvimento Social	6.551.132.408
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	6.551.132.408
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	6.551.132.408
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
100	Recursos Ordinários	448.420.969.060
	1111.01.11 Imposto sobre a Importação - Principal	46.920.338.028
	1111.01.13 Imposto sobre a Importação - Dívida Ativa	15.066.860
	1111.02.11 Imposto sobre a Exportação - Principal	16.753.752
	1111.02.13 Imposto sobre a Exportação - Dívida Ativa	476.059
	1112.01.21 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal	67.620.893
	1113.01.11 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	16.622.260.281
	1113.01.13 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	461.928.231
	1113.02.11 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	66.408.270.702
	1113.02.13 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	1.210.232.548
	1113.03.11 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	52.993.381.402
	1113.03.13 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	150.773.798
	1113.03.21 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	28.783.820.919
	1113.03.31 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	15.647.370.457
	1113.03.41 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	5.988.247.294
	1114.01.11 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	1.940.947.138
	1114.01.21 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	1.498.043.808
	1114.01.31 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	2.026.230.302
	1114.01.41 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	8.678.021.032
	1114.01.51 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	10.863.276.221
	1114.01.53 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	139.187.105
	1115.01.21 Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal	39.609.963.024
	1115.01.23 Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Dívida Ativa	4.880.373
	1119.01.13 Outros Impostos - Dívida Ativa	217.120
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	1.481.385.408
	1121.01.13 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	8.049.019
	1121.02.11 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Principal	38.245.217
	1121.02.13 Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Dívida Ativa	1.706

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
1121.02.21	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Principal	656.269.659
1121.02.23	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Dívida Ativa	1.848
1121.03.11	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	12.498.241
1121.04.11	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	92.157.063
1121.04.13	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Dívida Ativa	3.788.500
1121.05.11	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal	4.566.539
1122.01.11	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	67.466.176
1122.02.11	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	245.585.680
1122.02.13	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa	370.782
1211.00.01	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal	78.191.487.506
1211.00.03	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Dívida Ativa	427.166.366
1212.00.01	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Principal	20.905.236.802
1212.00.03	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Dívida Ativa	104.848.997
1213.00.01	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal	21.807.052.246
1213.00.03	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Dívida Ativa	315.869.890
1216.01.11	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal	4.904.784
1216.02.11	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal	4.018.909
1217.01.11	Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal	21.275.008
1217.02.11	Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal	2.882.681
1217.04.11	Contribuição sobre Loterias de Números - Principal	892.280.149
1217.06.11	Contribuição sobre Concursos de Prognóstico - Modalidade Futebol - Principal	5.982.010
1219.01.11	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	290.877
1219.03.11	Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal	1.778.953.622
1219.03.21	Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal	16.482.474
1219.05.11	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal	71.175.341
1219.06.11	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal	52.026.913
1219.07.11	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal	4.008.592
1219.08.11	Contribuição Industrial Rural - Principal	114.638.216
1219.08.13	Contribuição Industrial Rural - Dívida Ativa	7.556.890
1219.09.11	Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal	451.199.639
1219.11.11	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	1.069.421.835
1220.02.11	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal	79.019.209
1220.03.11	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal	198.464
1220.03.13	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa	5.077
1220.04.11	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal	351.719.498

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
1220.04.13	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Dívida Ativa	275.239
1220.05.11	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	858.412.274
1220.05.13	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	161.067
1220.06.11	Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	297.649.381
1220.07.11	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	1.086.329.215
1220.07.13	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	5.159.454
1220.08.11	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação - Principal	120.186.130
1220.08.21	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal	483.442.749
1220.08.23	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Dívida Ativa	237.947
1220.09.11	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal	333.177.694
1220.09.21	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal	180.151.654
1220.10.11	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	46.426.131
1220.11.11	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	21.644.645
1220.11.21	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal	38.221.526
1310.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	40.432.483
1310.01.12	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	35.026
1310.01.21	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	391.344.413
1310.01.23	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	42.688.994
1310.99.11	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	16.196.863
1360.01.11	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	1.157.391.851
1610.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.042.666
1610.04.11	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	4.727.356
1910.01.11	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	7.796.095
1910.07.11	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal	10.045.920
1910.09.11	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	36.179.973
1921.02.11	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal	4.016.662
1921.99.11	Outras Indenizações - Principal	83.346.514
1922.06.11	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	1.459.337.243
1922.12.11	Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal	2.022.714.699
1922.99.11	Outras Restituições - Principal	122.823.198
1923.02.11	Ressarcimento de Custos - Principal	69.840.428
1930.02.11	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	4.019.139
1990.06.11	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal	19.446.163
1990.09.11	Prestação de Contas Eleitorais - Principal	3.534.158
1990.99.11	Outras Receitas - Primárias - Principal	9.197.835.826
1990.99.12	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	229.846.588
1990.99.13	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	280.298.001
1990.99.14	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	405.824.045

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
	7113.03.31 IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	16.182
	7113.03.41 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	131.341
	7121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	328.019
	7122.02.11 Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias	35.035
	7210.09.11 Contribuições para os Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Principal - Operações Intraorçamentárias	25.405
	7220.10.11 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.246
	7922.06.11 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal - Operações Intraorçamentárias	790.242
111	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	1.409.022.593
	1220.08.11 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação - Principal	280.434.304
	1220.08.21 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal	1.128.033.080
	1220.08.23 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Dívida Ativa	555.209
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	2.142.649.731
	1217.01.11 Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal	49.641.684
	1217.02.11 Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal	6.726.257
	1217.04.11 Contribuição sobre Loterias de Números - Principal	2.081.987.014
	1217.06.11 Contribuição sobre Concursos de Prognóstico - Modalidade Futebol - Principal	4.294.776
127	Custas Judiciais	574.584.517
	1122.02.11 Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	573.033.252
	1122.02.12 Emolumentos e Custas Judiciais - Multa e Juros	261.522
	1122.02.13 Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa	865.157
	1122.02.14 Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa - Multa e Juros	342.838
	7122.02.11 Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias	81.748
151	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas	52.071.995.720
	1213.00.01 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal	50.883.121.906
	1213.00.02 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Multas e Juros	345.985.442
	1213.00.03 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Dívida Ativa	737.029.743
	1213.00.07 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Multas da Dívida Ativa	103.271.287
	1922.03.11 Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	2.563.245
	1922.04.11 Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal	24.097
153	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	184.575.062.009
	1211.00.01 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal	182.446.804.180
	1211.00.02 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Multas e Juros	893.086.592
	1211.00.03 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Dívida Ativa	996.721.522
	1211.00.07 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Multas da Dívida Ativa	133.449.418
	1922.03.11 Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	105.000.297
156	Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	14.540.207.433
	1215.01.11 CPSS do Servidor Civil Ativo - Principal	10.621.905.039

Quadro 3
Receitas de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade
Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso III

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
	1215.01.12 CPSS do Servidor Civil Ativo - Multas e Juros	1.633.991
	1215.01.21 CPSS do Servidor Civil Inativo - Principal	2.793.983.168
	1215.01.31 CPSS do Servidor Civil Pensionistas - Principal	723.471.602
	1215.01.41 CPSS do Servidor Civil Ativo, por sentença judicial - Principal	191.762.685
	1215.01.51 CPSS do Servidor Civil Inativo, por sentença judicial - Principal	194.489.922
	1215.01.61 CPSS do Servidor Civil Pensionista, por sentença judicial - Principal	12.961.026
162	Recursos Primários para Amortização da Dívida Pública	6.965.041
	1921.02.12 Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Multas e Juros	3.044
	2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal	6.961.997
169	Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	21.581.670.750
	7215.02.11 CPSS Patronal - Principal - Operações Intraorçamentárias	21.062.649.638
	7215.02.12 CPSS Patronal - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	8.617.343
	7215.02.21 CPSS Patronal, por sentença judicial - Principal - Operações Intraorçamentárias	510.403.769
929	Recursos de Concessões e Permissões - CONDICIONADOS	12.200.000.000
	1345.02.11 Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica - Principal	12.200.000.000
TOTAL		3.262.209.303.823

Quadro 4

Resumo das Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categorias Econômicas e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso IV

Valores em R\$ 1,00

Categoria Econômica e Grupo de Despesa	Orçamento Fiscal		
	Recursos do Tesouro	Rec. de Outras Fontes	Total
Despesas Correntes	997.006.543.485	6.295.090.860	1.003.301.634.345
Juros e Encargos da Dívida	378.891.993.983	4.013.204	378.896.007.187
Pessoal e Encargos Sociais	215.704.467.698	741.159.475	216.445.627.173
Outras Despesas Correntes	402.410.081.804	5.549.918.181	407.959.999.985
Despesas de Capital	1.163.223.074.425	6.295.890.086	1.169.518.964.511
Investimentos	29.342.067.738	1.225.134.424	30.567.202.162
Amortização da Dívida	1.045.923.350.584	15.753.572	1.045.939.104.156
Inversões Financeiras	87.957.656.103	5.055.002.090	93.012.658.193
Reservas	29.739.629.462	3.410.276.558	33.149.906.020
Contingência	9.349.986.714	0	9.349.986.714
Outras	20.389.642.748	3.410.276.558	23.799.919.306
TOTAL	2.189.969.247.372	16.001.257.504	2.205.970.504.876

Categoria Econômica e Grupo de Despesa	Orçamento da Seguridade Social		
	Recursos do Tesouro	Rec. de Outras Fontes	Total
Despesas Correntes	1.046.484.060.212	3.847.684.040	1.050.331.744.252
Outras Despesas Correntes	912.794.308.643	3.547.684.040	916.341.992.683
Pessoal e Encargos Sociais	133.689.751.569	300.000.000	133.989.751.569
Despesas de Capital	5.564.410.863	79.043.898	5.643.454.761
Inversões Financeiras	10.943.840	0	10.943.840
Investimentos	5.553.467.023	79.043.898	5.632.510.921
Reservas	263.599.934	0	263.599.934
Outras	263.599.934	0	263.599.934
TOTAL	1.052.312.071.009	3.926.727.938	1.056.238.798.947

Categoria Econômica e Grupo de Despesa	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		
	Recursos do Tesouro	Rec. de Outras Fontes	Total
Despesas Correntes	2.043.490.603.697	10.142.774.900	2.053.633.378.597
Pessoal e Encargos Sociais	349.394.219.267	1.041.159.475	350.435.378.742
Juros e Encargos da Dívida	378.891.993.983	4.013.204	378.896.007.187
Outras Despesas Correntes	1.315.204.390.447	9.097.602.221	1.324.301.992.668
Despesas de Capital	1.168.787.485.288	6.374.933.984	1.175.162.419.272
Investimentos	34.895.534.761	1.304.178.322	36.199.713.083
Inversões Financeiras	87.968.599.943	5.055.002.090	93.023.602.033
Amortização da Dívida	1.045.923.350.584	15.753.572	1.045.939.104.156
Reservas	30.003.229.396	3.410.276.558	33.413.505.954
Contingência	9.349.986.714	0	9.349.986.714
Outras	20.653.242.682	3.410.276.558	24.063.519.240
TOTAL	3.242.281.318.381	19.927.985.442	3.262.209.303.823

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
PODER LEGISLATIVO	8.011.174.115	5.035.061.209	13.046.235.324
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.013.650.487	4.709.099.488	10.722.749.975
100 - Recursos Ordinários	6.013.650.487	161.248.868	6.174.899.355
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		3.440.822.228	3.440.822.228
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		430.284.048	430.284.048
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		676.744.344	676.744.344
3 - Outras Despesas Correntes	1.788.573.413	322.450.956	2.111.024.369
100 - Recursos Ordinários	1.770.647.453	313.199.766	2.083.847.219
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	13.425.960	2.251.190	15.677.150
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.500.000	7.000.000	11.500.000
4 - Investimentos	208.950.215	3.510.765	212.460.980
100 - Recursos Ordinários	152.590.168	3.510.765	156.100.933
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	12.392.963		12.392.963
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	104.918		104.918
180 - Recursos Próprios Financeiros	43.862.166		43.862.166
01000 - Câmara dos Deputados	4.280.673.690	2.030.586.142	6.311.259.832
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.128.168.550	1.905.064.912	5.033.233.462
100 - Recursos Ordinários	3.128.168.550	139.300.000	3.267.468.550
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.285.539.957	1.285.539.957
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		187.578.284	187.578.284
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		292.646.671	292.646.671
3 - Outras Despesas Correntes	1.000.200.594	122.138.230	1.122.338.824
100 - Recursos Ordinários	995.700.594	115.138.230	1.110.838.824
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.500.000	7.000.000	11.500.000
4 - Investimentos	152.304.546	3.383.000	155.687.546
100 - Recursos Ordinários	99.373.437	3.383.000	102.756.437
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	8.964.025		8.964.025
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	104.918		104.918
180 - Recursos Próprios Financeiros	43.862.166		43.862.166
01101 - Câmara dos Deputados	4.223.242.581	2.023.586.142	6.246.828.723
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.128.168.550	1.905.064.912	5.033.233.462
100 - Recursos Ordinários	3.128.168.550	139.300.000	3.267.468.550
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.285.539.957	1.285.539.957
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		187.578.284	187.578.284
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		292.646.671	292.646.671
3 - Outras Despesas Correntes	995.700.594	115.138.230	1.110.838.824
100 - Recursos Ordinários	995.700.594	115.138.230	1.110.838.824
4 - Investimentos	99.373.437	3.383.000	102.756.437
100 - Recursos Ordinários	99.373.437	3.383.000	102.756.437
01901 - Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	57.431.109	7.000.000	64.431.109
3 - Outras Despesas Correntes	4.500.000	7.000.000	11.500.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.500.000	7.000.000	11.500.000
4 - Investimentos	52.931.109		52.931.109
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	8.964.025		8.964.025
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	104.918		104.918
180 - Recursos Próprios Financeiros	43.862.166		43.862.166
02000 - Senado Federal	2.257.192.548	2.244.602.968	4.501.795.516
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.713.068.575	2.077.872.337	3.790.940.912
100 - Recursos Ordinários	1.713.068.575	21.948.868	1.735.017.443
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.741.993.147	1.741.993.147
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		118.605.721	118.605.721
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		195.324.601	195.324.601
3 - Outras Despesas Correntes	510.429.639	166.602.866	677.032.505
100 - Recursos Ordinários	507.003.679	164.351.676	671.355.355

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.425.960	2.251.190	5.677.150
4 - Investimentos	33.694.334	127.765	33.822.099
100 - Recursos Ordinários	30.265.396	127.765	30.393.161
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.428.938		3.428.938
02101 - Senado Federal	2.257.192.548	2.244.602.968	4.501.795.516
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.713.068.575	2.077.872.337	3.790.940.912
100 - Recursos Ordinários	1.713.068.575	21.948.868	1.735.017.443
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.741.993.147	1.741.993.147
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		118.605.721	118.605.721
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		195.324.601	195.324.601
3 - Outras Despesas Correntes	510.429.639	166.602.866	677.032.505
100 - Recursos Ordinários	507.003.679	164.351.676	671.355.355
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.425.960	2.251.190	5.677.150
4 - Investimentos	33.694.334	127.765	33.822.099
100 - Recursos Ordinários	30.265.396	127.765	30.393.161
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.428.938		3.428.938
03000 - Tribunal de Contas da União	1.473.307.877	759.872.099	2.233.179.976
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.172.413.362	726.162.239	1.898.575.601
100 - Recursos Ordinários	1.172.413.362		1.172.413.362
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		413.289.124	413.289.124
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		124.100.043	124.100.043
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		188.773.072	188.773.072
3 - Outras Despesas Correntes	277.943.180	33.709.860	311.653.040
100 - Recursos Ordinários	267.943.180	33.709.860	301.653.040
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	10.000.000		10.000.000
4 - Investimentos	22.951.335		22.951.335
100 - Recursos Ordinários	22.951.335		22.951.335
03101 - Tribunal de Contas da União	1.473.307.877	759.872.099	2.233.179.976
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.172.413.362	726.162.239	1.898.575.601
100 - Recursos Ordinários	1.172.413.362		1.172.413.362
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		413.289.124	413.289.124
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		124.100.043	124.100.043
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		188.773.072	188.773.072
3 - Outras Despesas Correntes	277.943.180	33.709.860	311.653.040
100 - Recursos Ordinários	267.943.180	33.709.860	301.653.040
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	10.000.000		10.000.000
4 - Investimentos	22.951.335		22.951.335
100 - Recursos Ordinários	22.951.335		22.951.335

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
PODER JUDICIÁRIO	40.618.849.900	9.287.204.149	49.906.054.049
1 - Pessoal e Encargos Sociais	31.451.965.366	8.391.310.576	39.843.275.942
100 - Recursos Ordinários	31.451.965.366	586.549.471	32.038.514.837
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		566.834.204	566.834.204
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.908.357.538	2.908.357.538
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.329.569.363	4.329.569.363
3 - Outras Despesas Correntes	7.439.392.902	895.454.758	8.334.847.660
100 - Recursos Ordinários	6.986.440.208	895.454.758	7.881.894.966
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	14.741.914		14.741.914
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	117.699.817		117.699.817
175 - Taxas por Serviços Públicos	2.769.483		2.769.483
180 - Recursos Próprios Financeiros	12.957.435		12.957.435
181 - Recursos de Convênios	304.784.045		304.784.045
4 - Investimentos	876.907.115	438.815	877.345.930
100 - Recursos Ordinários	785.779.098	438.815	786.217.913
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	263.389		263.389
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	197.842		197.842
181 - Recursos de Convênios	90.666.786		90.666.786
5 - Inversões Financeiras	276.000.000		276.000.000
100 - Recursos Ordinários	26.000.000		26.000.000
181 - Recursos de Convênios	250.000.000		250.000.000
9 - Reserva de Contingência	574.584.517		574.584.517
127 - Custas Judiciais	574.584.517		574.584.517
10000 - Supremo Tribunal Federal	607.091.462	171.534.355	778.625.817
1 - Pessoal e Encargos Sociais	346.461.948	155.411.347	501.873.295
100 - Recursos Ordinários	346.461.948	46.013.508	392.475.456
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		33.056.702	33.056.702
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		76.341.137	76.341.137
3 - Outras Despesas Correntes	192.885.118	15.881.808	208.766.926
100 - Recursos Ordinários	191.270.781	15.881.808	207.152.589
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	105.039		105.039
175 - Taxas por Serviços Públicos	1.509.298		1.509.298
4 - Investimentos	38.339.336	241.200	38.580.536
100 - Recursos Ordinários	38.141.494	241.200	38.382.694
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	197.842		197.842
9 - Reserva de Contingência	29.405.060		29.405.060
127 - Custas Judiciais	29.405.060		29.405.060
10101 - Supremo Tribunal Federal	607.091.462	171.534.355	778.625.817
1 - Pessoal e Encargos Sociais	346.461.948	155.411.347	501.873.295
100 - Recursos Ordinários	346.461.948	46.013.508	392.475.456
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		33.056.702	33.056.702
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		76.341.137	76.341.137
3 - Outras Despesas Correntes	192.885.118	15.881.808	208.766.926
100 - Recursos Ordinários	191.270.781	15.881.808	207.152.589
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	105.039		105.039
175 - Taxas por Serviços Públicos	1.509.298		1.509.298
4 - Investimentos	38.339.336	241.200	38.580.536
100 - Recursos Ordinários	38.141.494	241.200	38.382.694
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	197.842		197.842
9 - Reserva de Contingência	29.405.060		29.405.060
127 - Custas Judiciais	29.405.060		29.405.060
11000 - Superior Tribunal de Justiça	1.217.298.834	427.452.628	1.644.751.462
1 - Pessoal e Encargos Sociais	889.100.835	367.377.400	1.256.478.235
100 - Recursos Ordinários	889.100.835	26.693.290	915.794.125
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		77.085.918	77.085.918

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		81.343.619	81.343.619
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		182.254.573	182.254.573
3 - Outras Despesas Correntes	284.483.221	59.897.613	344.380.834
100 - Recursos Ordinários	283.090.779	59.897.613	342.988.392
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	132.257		132.257
175 - Taxas por Serviços Públicos	1.260.185		1.260.185
4 - Investimentos	12.481.117	177.615	12.658.732
100 - Recursos Ordinários	12.481.117	177.615	12.658.732
9 - Reserva de Contingência	31.233.661		31.233.661
127 - Custas Judiciais	31.233.661		31.233.661
11101 - Superior Tribunal de Justiça	1.217.298.834	427.452.628	1.644.751.462
1 - Pessoal e Encargos Sociais	889.100.835	367.377.400	1.256.478.235
100 - Recursos Ordinários	889.100.835	26.693.290	915.794.125
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		77.085.918	77.085.918
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		81.343.619	81.343.619
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		182.254.573	182.254.573
3 - Outras Despesas Correntes	284.483.221	59.897.613	344.380.834
100 - Recursos Ordinários	283.090.779	59.897.613	342.988.392
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	132.257		132.257
175 - Taxas por Serviços Públicos	1.260.185		1.260.185
4 - Investimentos	12.481.117	177.615	12.658.732
100 - Recursos Ordinários	12.481.117	177.615	12.658.732
9 - Reserva de Contingência	31.233.661		31.233.661
127 - Custas Judiciais	31.233.661		31.233.661
12000 - Justiça Federal	11.149.077.944	1.706.913.394	12.855.991.338
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.042.115.431	1.489.098.430	10.531.213.861
100 - Recursos Ordinários	9.042.115.431		9.042.115.431
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		809.297.372	809.297.372
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		679.801.058	679.801.058
3 - Outras Despesas Correntes	1.796.949.355	217.799.964	2.014.749.319
100 - Recursos Ordinários	1.726.953.939	217.799.964	1.944.753.903
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	12.922		12.922
181 - Recursos de Convênios	69.982.494		69.982.494
4 - Investimentos	158.216.511	15.000	158.231.511
100 - Recursos Ordinários	128.199.005	15.000	128.214.005
181 - Recursos de Convênios	30.017.506		30.017.506
9 - Reserva de Contingência	151.796.647		151.796.647
127 - Custas Judiciais	151.796.647		151.796.647
12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau	9.277.997.657	1.284.656.450	10.562.654.107
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.576.115.431	1.108.498.430	8.684.613.861
100 - Recursos Ordinários	7.576.115.431		7.576.115.431
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		665.407.533	665.407.533
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		443.090.897	443.090.897
3 - Outras Despesas Correntes	1.452.937.818	176.158.020	1.629.095.838
100 - Recursos Ordinários	1.401.608.631	176.158.020	1.577.766.651
181 - Recursos de Convênios	51.329.187		51.329.187
4 - Investimentos	97.147.761		97.147.761
100 - Recursos Ordinários	76.838.816		76.838.816
181 - Recursos de Convênios	20.308.945		20.308.945
9 - Reserva de Contingência	151.796.647		151.796.647
127 - Custas Judiciais	151.796.647		151.796.647
12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região	402.290.642	85.286.970	487.577.612
1 - Pessoal e Encargos Sociais	281.300.000	75.300.000	356.600.000
100 - Recursos Ordinários	281.300.000		281.300.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.097.898	27.097.898
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		48.202.102	48.202.102

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	89.404.759	9.986.970	99.391.729
100 - Recursos Ordinários	84.521.332	9.986.970	94.508.302
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	12.922		12.922
181 - Recursos de Convênios	4.870.505		4.870.505
4 - Investimentos	31.585.883		31.585.883
100 - Recursos Ordinários	31.585.883		31.585.883
12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região	381.536.355	83.006.100	464.542.455
1 - Pessoal e Encargos Sociais	300.400.000	75.900.000	376.300.000
100 - Recursos Ordinários	300.400.000		300.400.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		28.452.793	28.452.793
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		47.447.207	47.447.207
3 - Outras Despesas Correntes	72.252.355	7.106.100	79.358.455
100 - Recursos Ordinários	69.550.355	7.106.100	76.656.455
181 - Recursos de Convênios	2.702.000		2.702.000
4 - Investimentos	8.884.000		8.884.000
100 - Recursos Ordinários	8.383.000		8.383.000
181 - Recursos de Convênios	501.000		501.000
12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região	558.586.168	125.477.784	684.063.952
1 - Pessoal e Encargos Sociais	465.600.000	112.800.000	578.400.000
100 - Recursos Ordinários	465.600.000		465.600.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		46.879.364	46.879.364
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		65.920.636	65.920.636
3 - Outras Despesas Correntes	84.495.745	12.662.784	97.158.529
100 - Recursos Ordinários	80.692.618	12.662.784	93.355.402
181 - Recursos de Convênios	3.803.127		3.803.127
4 - Investimentos	8.490.423	15.000	8.505.423
100 - Recursos Ordinários	6.251.262	15.000	6.266.262
181 - Recursos de Convênios	2.239.161		2.239.161
12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região	312.315.168	89.654.070	401.969.238
1 - Pessoal e Encargos Sociais	259.900.000	82.500.000	342.400.000
100 - Recursos Ordinários	259.900.000		259.900.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		26.555.940	26.555.940
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		55.944.060	55.944.060
3 - Outras Despesas Correntes	50.446.768	7.154.070	57.600.838
100 - Recursos Ordinários	43.169.093	7.154.070	50.323.163
181 - Recursos de Convênios	7.277.675		7.277.675
4 - Investimentos	1.968.400		1.968.400
181 - Recursos de Convênios	1.968.400		1.968.400
12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região	216.351.954	38.832.020	255.183.974
1 - Pessoal e Encargos Sociais	158.800.000	34.100.000	192.900.000
100 - Recursos Ordinários	158.800.000		158.800.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.903.844	14.903.844
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.196.156	19.196.156
3 - Outras Despesas Correntes	47.411.910	4.732.020	52.143.930
100 - Recursos Ordinários	47.411.910	4.732.020	52.143.930
4 - Investimentos	10.140.044		10.140.044
100 - Recursos Ordinários	5.140.044		5.140.044
181 - Recursos de Convênios	5.000.000		5.000.000
13000 - Justiça Militar da União	358.959.182	234.654.086	593.613.268
1 - Pessoal e Encargos Sociais	247.345.716	218.106.626	465.452.342
100 - Recursos Ordinários	247.345.716	17.767.898	265.113.614
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		76.318.355	76.318.355
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.471.962	27.471.962
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		96.548.411	96.548.411
3 - Outras Despesas Correntes	94.899.058	16.542.460	111.441.518
100 - Recursos Ordinários	94.266.726	16.542.460	110.809.186

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	632.332		632.332
4 - Investimentos	5.692.970	5.000	5.697.970
100 - Recursos Ordinários	5.692.970	5.000	5.697.970
9 - Reserva de Contingência	11.021.438		11.021.438
127 - Custas Judiciais	11.021.438		11.021.438
13101 - Justiça Militar da União	358.959.182	234.654.086	593.613.268
1 - Pessoal e Encargos Sociais	247.345.716	218.106.626	465.452.342
100 - Recursos Ordinários	247.345.716	17.767.898	265.113.614
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		76.318.355	76.318.355
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.471.962	27.471.962
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		96.548.411	96.548.411
3 - Outras Despesas Correntes	94.899.058	16.542.460	111.441.518
100 - Recursos Ordinários	94.266.726	16.542.460	110.809.186
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	632.332		632.332
4 - Investimentos	5.692.970	5.000	5.697.970
100 - Recursos Ordinários	5.692.970	5.000	5.697.970
9 - Reserva de Contingência	11.021.438		11.021.438
127 - Custas Judiciais	11.021.438		11.021.438
14000 - Justiça Eleitoral	7.510.803.679	1.092.800.549	8.603.604.228
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.864.263.662	971.100.196	5.835.363.858
100 - Recursos Ordinários	4.864.263.662		4.864.263.662
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		438.346.069	438.346.069
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		532.754.127	532.754.127
3 - Outras Despesas Correntes	2.206.739.983	121.700.353	2.328.440.336
100 - Recursos Ordinários	2.089.040.166	121.700.353	2.210.740.519
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	117.699.817		117.699.817
4 - Investimentos	312.877.534		312.877.534
100 - Recursos Ordinários	312.877.534		312.877.534
9 - Reserva de Contingência	126.922.500		126.922.500
127 - Custas Judiciais	126.922.500		126.922.500
14101 - Tribunal Superior Eleitoral	1.882.257.816	75.202.436	1.957.460.252
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.070.049.621	59.603.531	1.129.653.152
100 - Recursos Ordinários	1.070.049.621		1.070.049.621
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		59.603.531	59.603.531
3 - Outras Despesas Correntes	414.406.672	15.598.905	430.005.577
100 - Recursos Ordinários	414.406.672	15.598.905	430.005.577
4 - Investimentos	270.879.023		270.879.023
100 - Recursos Ordinários	270.879.023		270.879.023
9 - Reserva de Contingência	126.922.500		126.922.500
127 - Custas Judiciais	126.922.500		126.922.500
14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre	51.341.822	5.992.532	57.334.354
1 - Pessoal e Encargos Sociais	33.873.389	4.952.792	38.826.181
100 - Recursos Ordinários	33.873.389		33.873.389
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.113.210	3.113.210
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.839.582	1.839.582
3 - Outras Despesas Correntes	9.747.243	1.039.740	10.786.983
100 - Recursos Ordinários	9.747.243	1.039.740	10.786.983
4 - Investimentos	7.721.190		7.721.190
100 - Recursos Ordinários	7.721.190		7.721.190
14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	100.455.150	11.824.136	112.279.286
1 - Pessoal e Encargos Sociais	82.583.283	9.605.336	92.188.619
100 - Recursos Ordinários	82.583.283		82.583.283
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.916.448	7.916.448
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.688.888	1.688.888
3 - Outras Despesas Correntes	17.374.465	2.218.800	19.593.265

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
100 - Recursos Ordinários	17.374.465	2.218.800	19.593.265
4 - Investimentos	497.402		497.402
100 - Recursos Ordinários	497.402		497.402
14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	115.749.060	12.678.127	128.427.187
1 - Pessoal e Encargos Sociais	89.381.515	9.695.647	99.077.162
100 - Recursos Ordinários	89.381.515		89.381.515
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.183.294	8.183.294
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.512.353	1.512.353
3 - Outras Despesas Correntes	25.580.335	2.982.480	28.562.815
100 - Recursos Ordinários	25.580.335	2.982.480	28.562.815
4 - Investimentos	787.210		787.210
100 - Recursos Ordinários	787.210		787.210
14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	291.948.968	55.145.533	347.094.501
1 - Pessoal e Encargos Sociais	235.878.781	51.247.153	287.125.934
100 - Recursos Ordinários	235.878.781		235.878.781
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.415.110	22.415.110
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		28.832.043	28.832.043
3 - Outras Despesas Correntes	53.658.762	3.898.380	57.557.142
100 - Recursos Ordinários	53.658.762	3.898.380	57.557.142
4 - Investimentos	2.411.425		2.411.425
100 - Recursos Ordinários	2.411.425		2.411.425
14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	198.285.447	40.038.288	238.323.735
1 - Pessoal e Encargos Sociais	159.045.406	36.201.828	195.247.234
100 - Recursos Ordinários	159.045.406		159.045.406
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.121.305	15.121.305
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		21.080.523	21.080.523
3 - Outras Despesas Correntes	28.444.649	3.836.460	32.281.109
100 - Recursos Ordinários	28.444.649	3.836.460	32.281.109
4 - Investimentos	10.795.392		10.795.392
100 - Recursos Ordinários	10.795.392		10.795.392
14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	79.256.602	22.713.713	101.970.315
1 - Pessoal e Encargos Sociais	57.801.778	20.613.593	78.415.371
100 - Recursos Ordinários	57.801.778		57.801.778
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.664.852	6.664.852
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.948.741	13.948.741
3 - Outras Despesas Correntes	21.137.217	2.100.120	23.237.337
100 - Recursos Ordinários	21.137.217	2.100.120	23.237.337
4 - Investimentos	317.607		317.607
100 - Recursos Ordinários	317.607		317.607
14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	112.415.563	15.233.628	127.649.191
1 - Pessoal e Encargos Sociais	87.069.572	13.357.968	100.427.540
100 - Recursos Ordinários	87.069.572		87.069.572
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.361.192	8.361.192
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.996.776	4.996.776
3 - Outras Despesas Correntes	23.037.914	1.875.660	24.913.574
100 - Recursos Ordinários	23.037.914	1.875.660	24.913.574
4 - Investimentos	2.308.077		2.308.077
100 - Recursos Ordinários	2.308.077		2.308.077
14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	169.145.183	25.262.903	194.408.086
1 - Pessoal e Encargos Sociais	136.256.765	21.359.363	157.616.128
100 - Recursos Ordinários	136.256.765		136.256.765
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.541.788	12.541.788
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.817.575	8.817.575
3 - Outras Despesas Correntes	31.374.187	3.903.540	35.277.727

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
100 - Recursos Ordinários	31.374.187	3.903.540	35.277.727
4 - Investimentos	1.514.231		1.514.231
100 - Recursos Ordinários	1.514.231		1.514.231
14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	161.608.149	20.671.089	182.279.238
1 - Pessoal e Encargos Sociais	127.555.168	17.600.037	145.155.205
100 - Recursos Ordinários	127.555.168		127.555.168
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.652.299	11.652.299
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.947.738	5.947.738
3 - Outras Despesas Correntes	32.686.905	3.071.052	35.757.957
100 - Recursos Ordinários	32.686.905	3.071.052	35.757.957
4 - Investimentos	1.366.076		1.366.076
100 - Recursos Ordinários	1.366.076		1.366.076
14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso	110.646.450	16.483.854	127.130.304
1 - Pessoal e Encargos Sociais	83.280.426	14.422.434	97.702.860
100 - Recursos Ordinários	83.280.426		83.280.426
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.560.652	7.560.652
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.861.782	6.861.782
3 - Outras Despesas Correntes	27.110.924	2.061.420	29.172.344
100 - Recursos Ordinários	27.110.924	2.061.420	29.172.344
4 - Investimentos	255.100		255.100
100 - Recursos Ordinários	255.100		255.100
14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	95.231.853	17.906.521	113.138.374
1 - Pessoal e Encargos Sociais	75.377.331	15.873.481	91.250.812
100 - Recursos Ordinários	75.377.331		75.377.331
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.938.010	6.938.010
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.935.471	8.935.471
3 - Outras Despesas Correntes	18.658.109	2.033.040	20.691.149
100 - Recursos Ordinários	18.658.109	2.033.040	20.691.149
4 - Investimentos	1.196.413		1.196.413
100 - Recursos Ordinários	1.196.413		1.196.413
14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	499.242.028	112.618.913	611.860.941
1 - Pessoal e Encargos Sociais	420.189.877	99.793.733	519.983.610
100 - Recursos Ordinários	420.189.877		420.189.877
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		40.738.574	40.738.574
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		59.055.159	59.055.159
3 - Outras Despesas Correntes	78.652.151	12.825.180	91.477.331
100 - Recursos Ordinários	78.652.151	12.825.180	91.477.331
4 - Investimentos	400.000		400.000
100 - Recursos Ordinários	400.000		400.000
14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará	160.358.702	28.516.657	188.875.359
1 - Pessoal e Encargos Sociais	124.149.453	24.107.437	148.256.890
100 - Recursos Ordinários	124.149.453		124.149.453
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.296.504	11.296.504
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.810.933	12.810.933
3 - Outras Despesas Correntes	35.955.491	4.409.220	40.364.711
100 - Recursos Ordinários	35.955.491	4.409.220	40.364.711
4 - Investimentos	253.758		253.758
100 - Recursos Ordinários	253.758		253.758
14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	129.401.347	21.039.207	150.440.554
1 - Pessoal e Encargos Sociais	105.317.985	17.855.487	123.173.472
100 - Recursos Ordinários	105.317.985		105.317.985
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.051.220	10.051.220
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.804.267	7.804.267
3 - Outras Despesas Correntes	23.715.494	3.183.720	26.899.214

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
100 - Recursos Ordinários	23.715.494	3.183.720	26.899.214
4 - Investimentos	367.868		367.868
100 - Recursos Ordinários	367.868		367.868
14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	255.855.652	53.465.277	309.320.929
1 - Pessoal e Encargos Sociais	210.785.836	47.771.217	258.557.053
100 - Recursos Ordinários	210.785.836		210.785.836
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.568.747	19.568.747
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		28.202.470	28.202.470
3 - Outras Despesas Correntes	42.662.131	5.694.060	48.356.191
100 - Recursos Ordinários	42.662.131	5.694.060	48.356.191
4 - Investimentos	2.407.685		2.407.685
100 - Recursos Ordinários	2.407.685		2.407.685
14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	223.813.520	49.132.015	272.945.535
1 - Pessoal e Encargos Sociais	181.350.594	43.969.435	225.320.029
100 - Recursos Ordinários	181.350.594		181.350.594
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		17.543.541	17.543.541
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		26.425.894	26.425.894
3 - Outras Despesas Correntes	41.544.004	5.162.580	46.706.584
100 - Recursos Ordinários	41.544.004	5.162.580	46.706.584
4 - Investimentos	918.922		918.922
100 - Recursos Ordinários	918.922		918.922
14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	137.484.692	24.978.828	162.463.520
1 - Pessoal e Encargos Sociais	111.332.858	21.410.688	132.743.546
100 - Recursos Ordinários	111.332.858		111.332.858
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.407.016	10.407.016
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.003.672	11.003.672
3 - Outras Despesas Correntes	25.535.262	3.568.140	29.103.402
100 - Recursos Ordinários	25.535.262	3.568.140	29.103.402
4 - Investimentos	616.572		616.572
100 - Recursos Ordinários	616.572		616.572
14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	363.378.755	152.923.628	516.302.383
1 - Pessoal e Encargos Sociais	296.184.143	144.868.256	441.052.399
100 - Recursos Ordinários	296.184.143		296.184.143
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		41.843.461	41.843.461
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		103.024.795	103.024.795
3 - Outras Despesas Correntes	63.441.186	8.055.372	71.496.558
100 - Recursos Ordinários	63.441.186	8.055.372	71.496.558
4 - Investimentos	3.753.426		3.753.426
100 - Recursos Ordinários	3.753.426		3.753.426
14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	120.077.616	26.276.584	146.354.200
1 - Pessoal e Encargos Sociais	96.099.947	23.438.584	119.538.531
100 - Recursos Ordinários	96.099.947		96.099.947
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.222.381	9.222.381
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.216.203	14.216.203
3 - Outras Despesas Correntes	23.491.559	2.838.000	26.329.559
100 - Recursos Ordinários	23.491.559	2.838.000	26.329.559
4 - Investimentos	486.110		486.110
100 - Recursos Ordinários	486.110		486.110
14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	247.503.070	58.689.402	306.192.472
1 - Pessoal e Encargos Sociais	206.257.666	53.885.442	260.143.108
100 - Recursos Ordinários	206.257.666		206.257.666
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		20.445.630	20.445.630
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		33.439.812	33.439.812
3 - Outras Despesas Correntes	40.367.076	4.803.960	45.171.036

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
100 - Recursos Ordinários	40.367.076	4.803.960	45.171.036
4 - Investimentos	878.328		878.328
100 - Recursos Ordinários	878.328		878.328
14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	73.453.580	8.327.555	81.781.135
1 - Pessoal e Encargos Sociais	56.692.039	6.795.035	63.487.074
100 - Recursos Ordinários	56.692.039		56.692.039
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.981.136	4.981.136
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.813.899	1.813.899
3 - Outras Despesas Correntes	16.274.049	1.532.520	17.806.569
100 - Recursos Ordinários	16.274.049	1.532.520	17.806.569
4 - Investimentos	487.492		487.492
100 - Recursos Ordinários	487.492		487.492
14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	162.275.396	38.769.541	201.044.937
1 - Pessoal e Encargos Sociais	130.378.156	35.038.861	165.417.017
100 - Recursos Ordinários	130.378.156		130.378.156
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.926.548	12.926.548
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.112.313	22.112.313
3 - Outras Despesas Correntes	31.202.415	3.730.680	34.933.095
100 - Recursos Ordinários	31.202.415	3.730.680	34.933.095
4 - Investimentos	694.825		694.825
100 - Recursos Ordinários	694.825		694.825
14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	590.020.531	170.783.783	760.804.314
1 - Pessoal e Encargos Sociais	493.750.360	155.259.923	649.010.283
100 - Recursos Ordinários	493.750.360		493.750.360
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		53.540.366	53.540.366
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		101.719.557	101.719.557
3 - Outras Despesas Correntes	95.818.797	15.523.860	111.342.657
100 - Recursos Ordinários	95.818.797	15.523.860	111.342.657
4 - Investimentos	451.374		451.374
100 - Recursos Ordinários	451.374		451.374
14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	77.453.440	13.586.576	91.040.016
1 - Pessoal e Encargos Sociais	63.530.194	11.891.516	75.421.710
100 - Recursos Ordinários	63.530.194		63.530.194
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.781.675	5.781.675
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.109.841	6.109.841
3 - Outras Despesas Correntes	13.479.394	1.695.060	15.174.454
100 - Recursos Ordinários	13.479.394	1.695.060	15.174.454
4 - Investimentos	443.852		443.852
100 - Recursos Ordinários	443.852		443.852
14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	81.040.724	6.635.926	87.676.650
1 - Pessoal e Encargos Sociais	58.954.980	4.982.146	63.937.126
100 - Recursos Ordinários	58.954.980		58.954.980
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.982.146	4.982.146
3 - Outras Despesas Correntes	21.935.744	1.653.780	23.589.524
100 - Recursos Ordinários	21.935.744	1.653.780	23.589.524
4 - Investimentos	150.000		150.000
100 - Recursos Ordinários	150.000		150.000
14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	46.101.089	4.922.223	51.023.312
1 - Pessoal e Encargos Sociais	36.718.952	3.755.999	40.474.951
100 - Recursos Ordinários	36.718.952		36.718.952
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.202.159	3.202.159
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		553.840	553.840
3 - Outras Despesas Correntes	9.000.139	1.166.224	10.166.363
100 - Recursos Ordinários	9.000.139	1.166.224	10.166.363
4 - Investimentos	381.998		381.998

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
100 - Recursos Ordinários	381.998		381.998
14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	47.250.914	2.981.674	50.232.588
1 - Pessoal e Encargos Sociais	34.417.587	1.743.274	36.160.861
100 - Recursos Ordinários	34.417.587		34.417.587
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.743.274	1.743.274
3 - Outras Despesas Correntes	12.697.149	1.238.400	13.935.549
100 - Recursos Ordinários	12.697.149	1.238.400	13.935.549
4 - Investimentos	136.178		136.178
100 - Recursos Ordinários	136.178		136.178
14901 - Fundo Partidário	927.750.560		927.750.560
3 - Outras Despesas Correntes	927.750.560		927.750.560
100 - Recursos Ordinários	810.050.743		810.050.743
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	117.699.817		117.699.817
15000 - Justiça do Trabalho	17.094.742.774	5.090.095.422	22.184.838.196
1 - Pessoal e Encargos Sociais	13.866.273.158	4.694.760.926	18.561.034.084
100 - Recursos Ordinários	13.866.273.158	496.074.775	14.362.347.933
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		413.429.931	413.429.931
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.306.666.758	1.306.666.758
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.478.589.462	2.478.589.462
3 - Outras Despesas Correntes	2.449.196.872	395.334.496	2.844.531.368
100 - Recursos Ordinários	2.233.588.274	395.334.496	2.628.922.770
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	12.066.990		12.066.990
181 - Recursos de Convênios	203.541.608		203.541.608
4 - Investimentos	304.307.710		304.307.710
100 - Recursos Ordinários	250.982.041		250.982.041
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	263.389		263.389
181 - Recursos de Convênios	53.062.280		53.062.280
5 - Inversões Financeiras	276.000.000		276.000.000
100 - Recursos Ordinários	26.000.000		26.000.000
181 - Recursos de Convênios	250.000.000		250.000.000
9 - Reserva de Contingência	198.965.034		198.965.034
127 - Custas Judiciais	198.965.034		198.965.034
15101 - Tribunal Superior do Trabalho	2.158.263.341	329.970.890	2.488.234.231
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.640.653.625	283.993.889	1.924.647.514
100 - Recursos Ordinários	1.640.653.625		1.640.653.625
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		177.946.508	177.946.508
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		106.047.381	106.047.381
3 - Outras Despesas Correntes	248.600.845	45.977.001	294.577.846
100 - Recursos Ordinários	247.526.009	45.977.001	293.503.010
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.074.836		1.074.836
4 - Investimentos	70.043.837		70.043.837
100 - Recursos Ordinários	70.043.837		70.043.837
9 - Reserva de Contingência	198.965.034		198.965.034
127 - Custas Judiciais	198.965.034		198.965.034
15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro	1.272.239.969	651.209.964	1.923.449.933
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.064.625.069	618.973.577	1.683.598.646
100 - Recursos Ordinários	1.064.625.069	56.294.296	1.120.919.365
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		128.569.151	128.569.151
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		105.962.104	105.962.104
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		328.148.026	328.148.026
3 - Outras Despesas Correntes	203.192.052	32.236.387	235.428.439
100 - Recursos Ordinários	163.904.022	32.236.387	196.140.409
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	941.510		941.510
181 - Recursos de Convênios	38.346.520		38.346.520
4 - Investimentos	4.422.848		4.422.848

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
100 - Recursos Ordinários	3.922.848		3.922.848
181 - Recursos de Convênios	500.000		500.000
15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo	1.888.421.900	652.717.204	2.541.139.104
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.541.239.784	606.696.160	2.147.935.944
100 - Recursos Ordinários	1.541.239.784	2.769.167	1.544.008.951
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		113.999.977	113.999.977
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		153.765.629	153.765.629
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		336.161.387	336.161.387
3 - Outras Despesas Correntes	324.352.630	46.021.044	370.373.674
100 - Recursos Ordinários	294.688.903	46.021.044	340.709.947
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.648.513		1.648.513
181 - Recursos de Convênios	28.015.214		28.015.214
4 - Investimentos	22.829.486		22.829.486
181 - Recursos de Convênios	22.829.486		22.829.486
15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais	1.261.263.249	547.475.504	1.808.738.753
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.053.665.996	520.443.848	1.574.109.844
100 - Recursos Ordinários	1.053.665.996	40.413.806	1.094.079.802
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		81.618.578	81.618.578
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		114.969.439	114.969.439
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		283.442.025	283.442.025
3 - Outras Despesas Correntes	190.829.337	27.031.656	217.860.993
100 - Recursos Ordinários	168.662.626	27.031.656	195.694.282
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	713.549		713.549
181 - Recursos de Convênios	21.453.162		21.453.162
4 - Investimentos	3.767.916		3.767.916
100 - Recursos Ordinários	3.767.916		3.767.916
5 - Inversões Financeiras	13.000.000		13.000.000
100 - Recursos Ordinários	13.000.000		13.000.000
15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul	1.115.660.670	499.465.958	1.615.126.628
1 - Pessoal e Encargos Sociais	930.090.276	475.123.214	1.405.213.490
100 - Recursos Ordinários	930.090.276	26.287.842	956.378.118
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		89.242.225	89.242.225
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		101.763.108	101.763.108
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		257.830.039	257.830.039
3 - Outras Despesas Correntes	170.744.348	24.342.744	195.087.092
100 - Recursos Ordinários	148.318.174	24.342.744	172.660.918
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	258.474		258.474
181 - Recursos de Convênios	22.167.700		22.167.700
4 - Investimentos	14.826.046		14.826.046
100 - Recursos Ordinários	10.026.046		10.026.046
181 - Recursos de Convênios	4.800.000		4.800.000
15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia	1.010.682.595	292.572.300	1.303.254.895
1 - Pessoal e Encargos Sociais	644.428.499	268.572.972	913.001.471
100 - Recursos Ordinários	644.428.499	55.224.756	699.653.255
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		65.332.306	65.332.306
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		148.015.910	148.015.910
3 - Outras Despesas Correntes	113.642.483	23.999.328	137.641.811
100 - Recursos Ordinários	113.357.109	23.999.328	137.356.437
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	285.374		285.374
4 - Investimentos	2.611.613		2.611.613
100 - Recursos Ordinários	2.611.613		2.611.613
5 - Inversões Financeiras	250.000.000		250.000.000
181 - Recursos de Convênios	250.000.000		250.000.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco	584.936.367	205.098.020	790.034.387
1 - Pessoal e Encargos Sociais	499.959.169	189.063.320	689.022.489
100 - Recursos Ordinários	499.959.169	33.995.326	533.954.495
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		49.771.369	49.771.369
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		105.296.625	105.296.625
3 - Outras Despesas Correntes	82.860.681	16.034.700	98.895.381
100 - Recursos Ordinários	71.890.341	16.034.700	87.925.041
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.366.625		1.366.625
181 - Recursos de Convênios	9.603.715		9.603.715
4 - Investimentos	2.116.517		2.116.517
100 - Recursos Ordinários	69.366		69.366
181 - Recursos de Convênios	2.047.151		2.047.151
15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará	311.574.186	103.863.911	415.438.097
1 - Pessoal e Encargos Sociais	264.797.486	96.136.811	360.934.297
100 - Recursos Ordinários	264.797.486	16.052.888	280.850.374
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		26.263.628	26.263.628
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		53.820.295	53.820.295
3 - Outras Despesas Correntes	45.418.582	7.727.100	53.145.682
100 - Recursos Ordinários	41.029.036	7.727.100	48.756.136
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	221.857		221.857
181 - Recursos de Convênios	4.167.689		4.167.689
4 - Investimentos	1.358.118		1.358.118
100 - Recursos Ordinários	1.358.118		1.358.118
15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá	422.144.985	170.222.553	592.367.538
1 - Pessoal e Encargos Sociais	361.800.860	157.936.593	519.737.453
100 - Recursos Ordinários	361.800.860	39.859.728	401.660.588
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		32.699.326	32.699.326
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		85.377.539	85.377.539
3 - Outras Despesas Correntes	59.223.009	12.285.960	71.508.969
100 - Recursos Ordinários	56.530.994	12.285.960	68.816.954
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	181.729		181.729
181 - Recursos de Convênios	2.510.286		2.510.286
4 - Investimentos	1.121.116		1.121.116
100 - Recursos Ordinários	1.121.116		1.121.116
15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná	831.984.081	218.311.036	1.050.295.117
1 - Pessoal e Encargos Sociais	687.601.666	198.250.000	885.851.666
100 - Recursos Ordinários	687.601.666	18.000.535	705.602.201
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		65.858.802	65.858.802
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		114.390.663	114.390.663
3 - Outras Despesas Correntes	118.838.441	20.061.036	138.899.477
100 - Recursos Ordinários	110.292.052	20.061.036	130.353.088
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	355.727		355.727
181 - Recursos de Convênios	8.190.662		8.190.662
4 - Investimentos	25.543.974		25.543.974
100 - Recursos Ordinários	7.083.974		7.083.974
181 - Recursos de Convênios	18.460.000		18.460.000
15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins	395.781.835	180.428.244	576.210.079
1 - Pessoal e Encargos Sociais	319.311.532	168.851.784	488.163.316
100 - Recursos Ordinários	319.311.532	47.420.927	366.732.459
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		31.236.164	31.236.164
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		90.194.693	90.194.693
3 - Outras Despesas Correntes	76.217.571	11.576.460	87.794.031
100 - Recursos Ordinários	64.543.812	11.576.460	76.120.272
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	696.476		696.476

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
181 - Recursos de Convênios	10.977.283		10.977.283
4 - Investimentos	252.732		252.732
100 - Recursos Ordinários	252.732		252.732
15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima	322.026.890	145.152.271	467.179.161
1 - Pessoal e Encargos Sociais	263.057.559	138.274.915	401.332.474
100 - Recursos Ordinários	263.057.559	39.389.907	302.447.466
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		25.148.795	25.148.795
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		73.736.213	73.736.213
3 - Outras Despesas Correntes	53.424.331	6.877.356	60.301.687
100 - Recursos Ordinários	48.878.400	6.877.356	55.755.756
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.209.661		1.209.661
181 - Recursos de Convênios	3.336.270		3.336.270
4 - Investimentos	5.545.000		5.545.000
100 - Recursos Ordinários	5.545.000		5.545.000
15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina	517.919.060	243.087.831	761.006.891
1 - Pessoal e Encargos Sociais	435.967.366	228.890.091	664.857.457
100 - Recursos Ordinários	435.967.366	63.767.197	499.734.563
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		42.741.741	42.741.741
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		122.381.153	122.381.153
3 - Outras Despesas Correntes	78.633.517	14.197.740	92.831.257
100 - Recursos Ordinários	74.385.441	14.197.740	88.583.181
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	54.065		54.065
181 - Recursos de Convênios	4.194.011		4.194.011
4 - Investimentos	3.318.177		3.318.177
100 - Recursos Ordinários	3.318.177		3.318.177
15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba	323.113.537	99.495.772	422.609.309
1 - Pessoal e Encargos Sociais	282.256.650	92.687.152	374.943.802
100 - Recursos Ordinários	282.256.650	11.588.894	293.845.544
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		28.332.822	28.332.822
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		52.765.436	52.765.436
3 - Outras Despesas Correntes	40.480.933	6.808.620	47.289.553
100 - Recursos Ordinários	39.261.644	6.808.620	46.070.264
181 - Recursos de Convênios	1.219.289		1.219.289
4 - Investimentos	375.954		375.954
100 - Recursos Ordinários	375.954		375.954
15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre	276.925.315	70.600.332	347.525.647
1 - Pessoal e Encargos Sociais	223.874.933	60.788.592	284.663.525
100 - Recursos Ordinários	223.874.933	5.239.583	229.114.516
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		20.410.786	20.410.786
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		35.138.223	35.138.223
3 - Outras Despesas Correntes	39.574.765	9.811.740	49.386.505
100 - Recursos Ordinários	35.942.572	9.811.740	45.754.312
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	53.144		53.144
181 - Recursos de Convênios	3.579.049		3.579.049
4 - Investimentos	475.617		475.617
100 - Recursos Ordinários	475.617		475.617
5 - Inversões Financeiras	13.000.000		13.000.000
100 - Recursos Ordinários	13.000.000		13.000.000
15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP	1.216.420.565	356.573.231	1.572.993.796
1 - Pessoal e Encargos Sociais	994.527.099	317.349.491	1.311.876.590
100 - Recursos Ordinários	994.527.099	39.769.923	1.034.297.022
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		96.937.661	96.937.661
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		180.641.907	180.641.907

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	217.610.123	39.223.740	256.833.863
100 - Recursos Ordinários	197.085.578	39.223.740	236.309.318
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	613.128		613.128
181 - Recursos de Convênios	19.911.417		19.911.417
4 - Investimentos	4.283.343		4.283.343
100 - Recursos Ordinários	1.907.948		1.907.948
181 - Recursos de Convênios	2.375.395		2.375.395
15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão	191.212.403	26.788.854	218.001.257
1 - Pessoal e Encargos Sociais	156.940.667	22.813.074	179.753.741
100 - Recursos Ordinários	156.940.667		156.940.667
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.682.340	15.682.340
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.130.734	7.130.734
3 - Outras Despesas Correntes	32.623.804	3.975.780	36.599.584
100 - Recursos Ordinários	31.087.892	3.975.780	35.063.672
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	71.639		71.639
181 - Recursos de Convênios	1.464.273		1.464.273
4 - Investimentos	1.647.932		1.647.932
100 - Recursos Ordinários	1.647.932		1.647.932
15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo	277.638.176	42.738.780	320.376.956
1 - Pessoal e Encargos Sociais	208.513.741	36.435.000	244.948.741
100 - Recursos Ordinários	208.513.741		208.513.741
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		20.546.380	20.546.380
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.888.620	15.888.620
3 - Outras Despesas Correntes	37.237.549	6.303.780	43.541.329
100 - Recursos Ordinários	27.127.450	6.303.780	33.431.230
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	69.086		69.086
181 - Recursos de Convênios	10.041.013		10.041.013
4 - Investimentos	31.886.886		31.886.886
100 - Recursos Ordinários	31.886.886		31.886.886
15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás	470.766.069	69.006.687	539.772.756
1 - Pessoal e Encargos Sociais	370.902.951	58.052.691	428.955.642
100 - Recursos Ordinários	370.902.951		370.902.951
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		35.054.641	35.054.641
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.998.050	22.998.050
3 - Outras Despesas Correntes	65.830.857	10.953.996	76.784.853
100 - Recursos Ordinários	62.823.634	10.953.996	73.777.630
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.067.208		1.067.208
181 - Recursos de Convênios	1.940.015		1.940.015
4 - Investimentos	34.032.261		34.032.261
100 - Recursos Ordinários	34.032.261		34.032.261
15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas	195.337.111	29.349.470	224.686.581
1 - Pessoal e Encargos Sociais	162.662.185	23.606.390	186.268.575
100 - Recursos Ordinários	162.662.185		162.662.185
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.766.202	15.766.202
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.840.188	7.840.188
3 - Outras Despesas Correntes	31.439.561	5.743.080	37.182.641
100 - Recursos Ordinários	29.388.705	5.743.080	35.131.785
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	320.386		320.386
181 - Recursos de Convênios	1.730.470		1.730.470
4 - Investimentos	1.235.365		1.235.365
100 - Recursos Ordinários	1.235.365		1.235.365
15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe	153.007.633	24.648.304	177.655.937
1 - Pessoal e Encargos Sociais	123.978.701	21.833.524	145.812.225
100 - Recursos Ordinários	123.978.701		123.978.701

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.327.828	12.327.828
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.505.696	9.505.696
3 - Outras Despesas Correntes	26.831.355	2.814.780	29.646.135
100 - Recursos Ordinários	22.946.296	2.814.780	25.761.076
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	183.238		183.238
181 - Recursos de Convênios	3.701.821		3.701.821
4 - Investimentos	2.197.577		2.197.577
100 - Recursos Ordinários	147.329		147.329
181 - Recursos de Convênios	2.050.248		2.050.248
15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte	228.654.316	51.550.484	280.204.800
1 - Pessoal e Encargos Sociais	194.870.596	44.150.000	239.020.596
100 - Recursos Ordinários	194.870.596		194.870.596
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.456.164	19.456.164
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		24.693.836	24.693.836
3 - Outras Despesas Correntes	33.500.521	7.400.484	40.901.005
100 - Recursos Ordinários	29.539.301	7.400.484	36.939.785
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	239.009		239.009
181 - Recursos de Convênios	3.722.211		3.722.211
4 - Investimentos	283.199		283.199
100 - Recursos Ordinários	283.199		283.199
15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí	125.683.150	13.840.380	139.523.530
1 - Pessoal e Encargos Sociais	105.303.370	10.200.000	115.503.370
100 - Recursos Ordinários	105.303.370		105.303.370
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.200.000	10.200.000
3 - Outras Despesas Correntes	19.333.084	3.640.380	22.973.464
100 - Recursos Ordinários	18.778.166	3.640.380	22.418.546
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	47.887		47.887
181 - Recursos de Convênios	507.031		507.031
4 - Investimentos	1.046.696		1.046.696
100 - Recursos Ordinários	1.046.696		1.046.696
15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso	275.640.907	35.043.667	310.684.574
1 - Pessoal e Encargos Sociais	226.877.265	29.276.803	256.154.068
100 - Recursos Ordinários	226.877.265		226.877.265
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		21.888.185	21.888.185
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.388.618	7.388.618
3 - Outras Despesas Correntes	42.252.295	5.766.864	48.019.159
100 - Recursos Ordinários	40.323.916	5.766.864	46.090.780
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	393.869		393.869
181 - Recursos de Convênios	1.534.510		1.534.510
4 - Investimentos	6.511.347		6.511.347
100 - Recursos Ordinários	6.511.347		6.511.347
15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul	201.245.642	30.883.775	232.129.417
1 - Pessoal e Encargos Sociais	168.209.692	26.361.035	194.570.727
100 - Recursos Ordinários	168.209.692		168.209.692
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.604.830	16.604.830
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.756.205	9.756.205
3 - Outras Despesas Correntes	32.582.997	4.522.740	37.105.737
100 - Recursos Ordinários	31.355.000	4.522.740	35.877.740
181 - Recursos de Convênios	1.227.997		1.227.997
4 - Investimentos	452.953		452.953
100 - Recursos Ordinários	189.564		189.564
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	263.389		263.389
15126 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho	1.066.198.822		1.066.198.822
1 - Pessoal e Encargos Sociais	940.156.421		940.156.421

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
100 - Recursos Ordinários	940.156.421		940.156.421
3 - Outras Despesas Correntes	63.921.201		63.921.201
100 - Recursos Ordinários	63.921.201		63.921.201
4 - Investimentos	62.121.200		62.121.200
100 - Recursos Ordinários	62.121.200		62.121.200
16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.453.512.059	559.939.073	3.013.451.132
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.113.858.758	495.298.091	2.609.156.849
100 - Recursos Ordinários	2.113.858.758		2.113.858.758
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		212.017.496	212.017.496
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		283.280.595	283.280.595
3 - Outras Despesas Correntes	306.826.124	64.640.982	371.467.106
100 - Recursos Ordinários	260.816.372	64.640.982	325.457.354
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.792.374		1.792.374
180 - Recursos Próprios Financeiros	12.957.435		12.957.435
181 - Recursos de Convênios	31.259.943		31.259.943
4 - Investimentos	7.587.000		7.587.000
181 - Recursos de Convênios	7.587.000		7.587.000
9 - Reserva de Contingência	25.240.177		25.240.177
127 - Custas Judiciais	25.240.177		25.240.177
16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal	2.441.813.329	559.939.073	3.001.752.402
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.113.858.758	495.298.091	2.609.156.849
100 - Recursos Ordinários	2.113.858.758		2.113.858.758
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		212.017.496	212.017.496
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		283.280.595	283.280.595
3 - Outras Despesas Correntes	295.127.394	64.640.982	359.768.376
100 - Recursos Ordinários	249.117.642	64.640.982	313.758.624
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.792.374		1.792.374
180 - Recursos Próprios Financeiros	12.957.435		12.957.435
181 - Recursos de Convênios	31.259.943		31.259.943
4 - Investimentos	7.587.000		7.587.000
181 - Recursos de Convênios	7.587.000		7.587.000
9 - Reserva de Contingência	25.240.177		25.240.177
127 - Custas Judiciais	25.240.177		25.240.177
16103 - Justiça da Infância e da Juventude	11.698.730		11.698.730
3 - Outras Despesas Correntes	11.698.730		11.698.730
100 - Recursos Ordinários	11.698.730		11.698.730
17000 - Conselho Nacional de Justiça	227.363.966	3.814.642	231.178.608
1 - Pessoal e Encargos Sociais	82.545.858	157.560	82.703.418
100 - Recursos Ordinários	82.545.858		82.545.858
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		157.560	157.560
3 - Outras Despesas Correntes	107.413.171	3.657.082	111.070.253
100 - Recursos Ordinários	107.413.171	3.657.082	111.070.253
4 - Investimentos	37.404.937		37.404.937
100 - Recursos Ordinários	37.404.937		37.404.937
17101 - Conselho Nacional de Justiça	227.363.966	3.814.642	231.178.608
1 - Pessoal e Encargos Sociais	82.545.858	157.560	82.703.418
100 - Recursos Ordinários	82.545.858		82.545.858
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		157.560	157.560
3 - Outras Despesas Correntes	107.413.171	3.657.082	111.070.253
100 - Recursos Ordinários	107.413.171	3.657.082	111.070.253
4 - Investimentos	37.404.937		37.404.937
100 - Recursos Ordinários	37.404.937		37.404.937

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
PODER EXECUTIVO	322.180.781.477	795.039.491.990	1.117.220.273.467
1 - Pessoal e Encargos Sociais	148.694.198.492	112.946.877.838	261.641.076.330
100 - Recursos Ordinários	138.604.772.177	12.525.397.086	151.130.169.263
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		2.301.453.102	2.301.453.102
129 - Recursos de Concessões e Permissões	128.624.537		128.624.537
132 - Recursos destinados ao FUNDAP	7.123.057.487		7.123.057.487
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	264.307.284	67.812.234	332.119.518
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		28.847.010.133	28.847.010.133
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		41.562.784.890	41.562.784.890
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.494.227.845	10.494.227.845
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.942.410.345	15.942.410.345
172 - Outras Contribuições Econômicas	33.407.580		33.407.580
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	969.955.132	519.291.505	1.489.246.637
176 - Outras Contribuições Sociais	449.396.231	386.490.698	835.886.929
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	329.518.589		329.518.589
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	50.000.000		50.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	658.272.027	300.000.000	958.272.027
280 - Recursos Próprios Financeiros	82.887.448		82.887.448
2 - Juros e Encargos da Dívida	663.819.513		663.819.513
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	659.806.309		659.806.309
280 - Recursos Próprios Financeiros	4.013.204		4.013.204
3 - Outras Despesas Correntes	86.294.763.903	676.205.840.291	762.500.604.194
100 - Recursos Ordinários	47.645.219.862	7.705.485.664	55.350.705.526
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	9.339.832.691		9.339.832.691
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	4.712.854		4.712.854
113 - Contribuição do Salário-Educação	4.083.492.594	4.154.693.011	8.238.185.605
116 - Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	81.533.121		81.533.121
117 - Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil		330.150	330.150
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	578.464.785	2.150.165.589	2.728.630.374
129 - Recursos de Concessões e Permissões	102.020.877		102.020.877
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	15.246.432		15.246.432
132 - Recursos destinados ao FUNDAP	1.682.392.088	9.499.843	1.691.891.931
133 - Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	48.726.370		48.726.370
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	91.295.288		91.295.288
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	5.998.826		5.998.826
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas		700.479.208	700.479.208
139 - Alienação de Bens Apreendidos	7.430.883	79.481.309	86.912.192
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP		29.714.013.956	29.714.013.956
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	41.574.371		41.574.371
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	805.564.293	417.978.383	1.223.542.676
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	470.779.339	8.448.867.592	8.919.646.931
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	85.133.046		85.133.046
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	572.401.603		572.401.603
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.164.581.611	1.461.842.033	2.626.423.644
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		21.263.119.473	21.263.119.473
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		137.378.370.332	137.378.370.332
154 - Recursos do Regime Geral de Previdência Social		408.631.890.153	408.631.890.153
172 - Outras Contribuições Econômicas	262.780.659		262.780.659
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	3.993.637.801	449.656.624	4.443.294.425
175 - Taxas por Serviços Públicos	157.392.311		157.392.311
176 - Outras Contribuições Sociais	335.350.022	20.175.348	355.525.370
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	1.482.119.233		1.482.119.233

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
180_Recursos Próprios Financeiros	1.380.174.093	32.158.228.587	33.538.402.680
181_Recursos de Convênios	58.265.733		58.265.733
183_Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	195.393.137		195.393.137
184_Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	4.189.350.890		4.189.350.890
186_Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.216.598.454	12.336.171.668	13.552.770.122
188_Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	647.882.455	5.564.229.758	6.212.112.213
195_Doações de Entidades Internacionais		792.570	792.570
196_Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		12.685.000	12.685.000
250_Recursos Próprios Não-Financeiros	4.321.038.183	3.510.108.110	7.831.146.293
280_Recursos Próprios Financeiros	1.034.011.080	34.728.448	1.068.739.528
281_Recursos de Convênios	55.537.700	2.847.482	58.385.182
293_Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação	102.831.218		102.831.218
296_Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	36.000.000		36.000.000
4 - Investimentos	29.298.360.824	5.617.230.087	34.915.590.911
100_Recursos Ordinários	15.411.185.819	984.817.756	16.396.003.575
108_Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	661.823.476		661.823.476
111_Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	1.404.309.739		1.404.309.739
113_Contribuição do Salário-Educação	410.700.000		410.700.000
118_Receitas de Concursos de Prognósticos	401.182.792		401.182.792
129_Recursos de Concessões e Permissões	5.574.754		5.574.754
132_Recursos destinados ao FUNDAF	66.578.036		66.578.036
134_Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	9.723.500		9.723.500
135_Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	3.570.737		3.570.737
139_Alienação de Bens Apreendidos	119.221.964		119.221.964
141_Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	5.728.569		5.728.569
142_Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	631.943.693		631.943.693
148_Operações de Crédito Externas - em Moeda	5.162.210		5.162.210
149_Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	1.102.333.366		1.102.333.366
150_Recursos Próprios Não-Financeiros	60.159.676		60.159.676
151_Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		1.961.866.114	1.961.866.114
153_Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		452.446.000	452.446.000
163_Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	6.239.498		6.239.498
172_Outras Contribuições Econômicas	137.343.523		137.343.523
174_Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.010.942.856	38.818.230	1.049.761.086
176_Outras Contribuições Sociais	33.815.500		33.815.500
178_Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	105.650.184		105.650.184
180_Recursos Próprios Financeiros	112.909.318	18.313.617	131.222.935
181_Recursos de Convênios	47.844.096		47.844.096
183_Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	4.790.000		4.790.000
186_Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	202.609.124	261.900	202.871.024
188_Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	6.111.883.970	2.081.344.779	8.193.228.749
194_Doações para o Combate à Fome		2.793	2.793
196_Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		315.000	315.000
250_Recursos Próprios Não-Financeiros	1.045.502.008	75.593.281	1.121.095.289
263_Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	39.480.125	2.612.697	42.092.822
280_Recursos Próprios Financeiros	90.673.362	697.399	91.370.761
281_Recursos de Convênios	16.308.929		16.308.929
293_Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação	30.000.000		30.000.000
296_Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	3.170.000	140.521	3.310.521
5 - Inversões Financeiras	35.768.557.658	5.943.840	35.774.501.498
100_Recursos Ordinários	10.215.538.421	5.943.840	10.221.482.261

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
129_Recursos de Concessões e Permissões	693.588.341		693.588.341
130_Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	650.000.000		650.000.000
140_Contribuições para os Programas PIS/PASEP	19.761.643.057		19.761.643.057
142_Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.845.917.133		1.845.917.133
160_Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.400.000.000		1.400.000.000
164_Títulos da Dívida Agrária	18.437.374		18.437.374
176_Outras Contribuições Sociais	3.382.081		3.382.081
178_Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	350.000.000		350.000.000
180_Recursos Próprios Financeiros	1.007.842		1.007.842
186_Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	101.947.758		101.947.758
188_Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	121.401.750		121.401.750
250_Recursos Próprios Não-Financeiros	5.230.000		5.230.000
280_Recursos Próprios Financeiros	200.463.901		200.463.901
929_Recursos de Concessões e Permissões - CONDICIONADOS	400.000.000		400.000.000
6 - Amortização da Dívida	1.712.236.356		1.712.236.356
143_Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	1.696.482.784		1.696.482.784
280_Recursos Próprios Financeiros	15.753.572		15.753.572
9 - Reserva de Contingência	19.748.844.731	263.599.934	20.012.444.665
100_Recursos Ordinários	10.000.000		10.000.000
118_Receitas de Concursos de Prognósticos	1.781.315.931	2.246.917	1.783.562.848
120_Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	9.353.380		9.353.380
129_Recursos de Concessões e Permissões	1.026.212.359		1.026.212.359
130_Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	104.577.855		104.577.855
132_Recursos destinados ao FUNDAP	642.709.754		642.709.754
133_Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	36.967.325		36.967.325
134_Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	164.652.985		164.652.985
135_Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	88.615.395		88.615.395
139_Alienação de Bens Apreendidos		7.430.883	7.430.883
141_Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	219.109.108		219.109.108
142_Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	3.375.163.549		3.375.163.549
150_Recursos Próprios Não-Financeiros	144.563.242		144.563.242
163_Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	34.198.014		34.198.014
166_Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	34.984.284		34.984.284
172_Outras Contribuições Econômicas	3.063.336.165		3.063.336.165
174_Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.467.360.554	232.318.839	1.699.679.393
175_Taxas por Serviços Públicos	28.765		28.765
176_Outras Contribuições Sociais	414.721.756		414.721.756
178_Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	418.860.700		418.860.700
180_Recursos Próprios Financeiros	1.740.716.660	7.791.344	1.748.508.004
186_Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.561.120.392		1.561.120.392
196_Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		13.811.951	13.811.951
250_Recursos Próprios Não-Financeiros	1.690.103.272		1.690.103.272
263_Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	17.226.386		17.226.386
280_Recursos Próprios Financeiros	1.702.591.900		1.702.591.900
281_Recursos de Convênios	355.000		355.000
20000 - Presidência da República	6.115.185.200	1.071.489.451	7.186.674.651
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.728.572.841	1.017.554.875	2.746.127.716
100 - Recursos Ordinários	1.089.986.679	39.678.367	1.129.665.046
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	16.025.288	67.812.234	83.837.522
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		193.593.071	193.593.071
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		115.989.794	115.989.794
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		213.990.711	213.990.711
172 - Outras Contribuições Econômicas	30.697.390		30.697.390

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	38.657.831		38.657.831
176 - Outras Contribuições Sociais	449.396.231	386.490.698	835.886.929
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	50.000.000		50.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	20.214.516		20.214.516
280 - Recursos Próprios Financeiros	33.594.906		33.594.906
3 - Outras Despesas Correntes	1.809.581.832	53.934.576	1.863.516.408
100 - Recursos Ordinários	1.295.102.593	32.382.964	1.327.485.557
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	34.200.000		34.200.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	45.015.183	1.376.264	46.391.447
172 - Outras Contribuições Econômicas	70.000.000		70.000.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	6.207.629		6.207.629
176 - Outras Contribuições Sociais	276.559.022	20.175.348	296.734.370
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	13.734.000		13.734.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	34.250.000		34.250.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	34.513.405		34.513.405
4 - Investimentos	264.726.143		264.726.143
100 - Recursos Ordinários	166.937.746		166.937.746
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.500.000		5.500.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	347.406		347.406
172 - Outras Contribuições Econômicas	5.000.000		5.000.000
176 - Outras Contribuições Sociais	33.065.500		33.065.500
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	41.372.911		41.372.911
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.477.248		2.477.248
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	6.025.332		6.025.332
280 - Recursos Próprios Financeiros	4.000.000		4.000.000
5 - Inversões Financeiras	2.058.991.603		2.058.991.603
100 - Recursos Ordinários	2.037.172.148		2.037.172.148
164 - Títulos da Dívida Agrária	18.437.374		18.437.374
176 - Outras Contribuições Sociais	3.382.081		3.382.081
9 - Reserva de Contingência	253.312.781		253.312.781
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	67.865.037		67.865.037
176 - Outras Contribuições Sociais	176.627.191		176.627.191
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	8.820.553		8.820.553
20101 - Presidência da República	646.696.126	6.817.872	653.513.998
1 - Pessoal e Encargos Sociais	282.086.060	113.100	282.199.160
100 - Recursos Ordinários	282.086.060		282.086.060
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		113.100	113.100
3 - Outras Despesas Correntes	332.990.763	6.704.772	339.695.535
100 - Recursos Ordinários	331.440.763	6.704.772	338.145.535
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.550.000		1.550.000
4 - Investimentos	31.619.303		31.619.303
100 - Recursos Ordinários	31.419.303		31.419.303
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	200.000		200.000
20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	345.696.883	295.333.455	641.030.338
1 - Pessoal e Encargos Sociais	249.254.188	290.948.775	540.202.963
100 - Recursos Ordinários	249.254.188		249.254.188
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		193.593.071	193.593.071
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		34.426.529	34.426.529
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		62.929.175	62.929.175
3 - Outras Despesas Correntes	75.757.096	4.384.680	80.141.776
100 - Recursos Ordinários	75.507.096	4.384.680	79.891.776
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	250.000		250.000
4 - Investimentos	20.685.599		20.685.599
100 - Recursos Ordinários	20.069.260		20.069.260
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	500.000		500.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	116.339		116.339
20124 - Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca	73.316.076	783.592	74.099.668
1 - Pessoal e Encargos Sociais	23.488.843	1.000	23.489.843
100 - Recursos Ordinários	23.488.843		23.488.843
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.000	1.000
3 - Outras Despesas Correntes	42.739.286	782.592	43.521.878
100 - Recursos Ordinários	35.911.657	782.592	36.694.249
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	5.327.629		5.327.629
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.500.000		1.500.000
4 - Investimentos	7.087.947		7.087.947
100 - Recursos Ordinários	4.807.947		4.807.947
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.280.000		2.280.000
20129 - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	828.889.812	13.601.648	842.491.460
1 - Pessoal e Encargos Sociais	54.696.878	13.130.000	67.826.878
100 - Recursos Ordinários	54.696.878	5.772.250	60.469.128
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.819.736	2.819.736
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.538.014	4.538.014
3 - Outras Despesas Correntes	699.732.762	471.648	700.204.410
100 - Recursos Ordinários	663.358.762	471.648	663.830.410
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	34.200.000		34.200.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.174.000		2.174.000
4 - Investimentos	66.333.866		66.333.866
100 - Recursos Ordinários	50.305.936		50.305.936
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	347.406		347.406
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	15.680.524		15.680.524
5 - Inversões Financeiras	8.126.306		8.126.306
100 - Recursos Ordinários	8.126.306		8.126.306
20201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	3.332.659.280	612.813.368	3.945.472.648
1 - Pessoal e Encargos Sociais	643.394.775	592.163.000	1.235.557.775
100 - Recursos Ordinários	103.346.569		103.346.569
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		73.282.275	73.282.275
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		132.390.027	132.390.027
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	38.657.831		38.657.831
176 - Outras Contribuições Sociais	449.396.231	386.490.698	835.886.929
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	50.000.000		50.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.994.144		1.994.144
3 - Outras Despesas Correntes	390.287.336	20.650.368	410.937.704
100 - Recursos Ordinários	106.088.314	475.020	106.563.334
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	880.000		880.000
176 - Outras Contribuições Sociais	276.559.022	20.175.348	296.734.370
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	6.760.000		6.760.000
4 - Investimentos	62.664.128		62.664.128
100 - Recursos Ordinários	1.000.000		1.000.000
176 - Outras Contribuições Sociais	33.065.500		33.065.500
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	21.212.387		21.212.387
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.477.248		1.477.248
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	5.908.993		5.908.993
5 - Inversões Financeiras	2.050.865.297		2.050.865.297
100 - Recursos Ordinários	2.029.045.842		2.029.045.842
164 - Títulos da Dívida Agrária	18.437.374		18.437.374

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
176 - Outras Contribuições Sociais	3.382.081		3.382.081
9 - Reserva de Contingência	185.447.744		185.447.744
176 - Outras Contribuições Sociais	176.627.191		176.627.191
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	8.820.553		8.820.553
20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	26.463.606	16.240	26.479.846
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.575.432	13.000	6.588.432
100 - Recursos Ordinários	6.575.432		6.575.432
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	12.953.174	3.240	12.956.414
100 - Recursos Ordinários	12.703.174	3.240	12.706.414
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	250.000		250.000
4 - Investimentos	6.935.000		6.935.000
100 - Recursos Ordinários	6.935.000		6.935.000
20415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	598.550.862	18.537.636	617.088.498
1 - Pessoal e Encargos Sociais	399.576.061		399.576.061
100 - Recursos Ordinários	317.063.393		317.063.393
172 - Outras Contribuições Econômicas	30.697.390		30.697.390
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	18.220.372		18.220.372
280 - Recursos Próprios Financeiros	33.594.906		33.594.906
3 - Outras Despesas Correntes	187.382.001	18.537.636	205.919.637
100 - Recursos Ordinários	47.882.001	18.537.636	66.419.637
172 - Outras Contribuições Econômicas	70.000.000		70.000.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.500.000		1.500.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	34.000.000		34.000.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	34.000.000		34.000.000
4 - Investimentos	11.592.800		11.592.800
100 - Recursos Ordinários	92.800		92.800
172 - Outras Contribuições Econômicas	5.000.000		5.000.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.500.000		1.500.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.000.000		1.000.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	4.000.000		4.000.000
20416 - Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL	116.047.811	335.244	116.383.055
1 - Pessoal e Encargos Sociais	41.523.672		41.523.672
100 - Recursos Ordinários	41.523.672		41.523.672
3 - Outras Despesas Correntes	22.216.639	335.244	22.551.883
100 - Recursos Ordinários	21.703.234	335.244	22.038.478
280 - Recursos Próprios Financeiros	513.405		513.405
4 - Investimentos	52.307.500		52.307.500
100 - Recursos Ordinários	52.307.500		52.307.500
20927 - Fundo de Imprensa Nacional	146.864.744	123.250.396	270.115.140
1 - Pessoal e Encargos Sociais	27.976.932	121.186.000	149.162.932
100 - Recursos Ordinários	11.951.644	33.906.117	45.857.761
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	16.025.288	67.812.234	83.837.522
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.334.154	5.334.154
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.133.495	14.133.495
3 - Outras Despesas Correntes	45.522.775	2.064.396	47.587.171
100 - Recursos Ordinários	507.592	688.132	1.195.724
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	45.015.183	1.376.264	46.391.447
4 - Investimentos	5.500.000		5.500.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.500.000		5.500.000
9 - Reserva de Contingência	67.865.037		67.865.037
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	67.865.037		67.865.037
22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	9.786.000.836	2.116.357.798	11.902.358.634
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.902.687.904	1.973.439.000	7.876.126.904
100 - Recursos Ordinários	5.848.122.873		5.848.122.873
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		1.165.262.466	1.165.262.466

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		211.047.526	211.047.526
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		206.507.261	206.507.261
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		390.621.747	390.621.747
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	54.565.031		54.565.031
3 - Outras Despesas Correntes	1.623.036.459	142.918.798	1.765.955.257
100 - Recursos Ordinários	1.394.598.704	142.918.798	1.537.517.502
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	100.000		100.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	28.077.979		28.077.979
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	7.500.605		7.500.605
180 - Recursos Próprios Financeiros	12.663.695		12.663.695
181 - Recursos de Convênios	1.494.827		1.494.827
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	59.009.114		59.009.114
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	114.235.569		114.235.569
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.685.372		2.685.372
281 - Recursos de Convênios	2.670.594		2.670.594
4 - Investimentos	809.376.917		809.376.917
100 - Recursos Ordinários	202.418.321		202.418.321
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.530.058		4.530.058
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.069.792		1.069.792
180 - Recursos Próprios Financeiros	518.965		518.965
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	587.148.558		587.148.558
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	6.436.118		6.436.118
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	6.425.803		6.425.803
281 - Recursos de Convênios	829.302		829.302
5 - Inversões Financeiras	1.400.000.000		1.400.000.000
160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.400.000.000		1.400.000.000
9 - Reserva de Contingência	50.899.556		50.899.556
172 - Outras Contribuições Econômicas	512.744		512.744
176 - Outras Contribuições Sociais	10.163.639		10.163.639
180 - Recursos Próprios Financeiros	31.817.340		31.817.340
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	8.405.833		8.405.833
22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta	3.493.616.264	1.997.429.928	5.491.046.192
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.728.209.498	1.973.439.000	3.701.648.498
100 - Recursos Ordinários	1.728.209.498		1.728.209.498
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		1.165.262.466	1.165.262.466
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		211.047.526	211.047.526
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		206.507.261	206.507.261
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		390.621.747	390.621.747
3 - Outras Despesas Correntes	1.024.525.500	23.990.928	1.048.516.428
100 - Recursos Ordinários	933.772.404	23.990.928	957.763.332
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	100.000		100.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	27.963.794		27.963.794
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	7.500.605		7.500.605
181 - Recursos de Convênios	1.494.827		1.494.827
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	53.693.870		53.693.870
4 - Investimentos	730.204.883		730.204.883
100 - Recursos Ordinários	151.233.233		151.233.233
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.227.818		4.227.818
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.069.792		1.069.792
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	573.674.040		573.674.040
9 - Reserva de Contingência	10.676.383		10.676.383
172 - Outras Contribuições Econômicas	512.744		512.744
176 - Outras Contribuições Sociais	10.163.639		10.163.639

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	3.564.793.671	69.579.087	3.634.372.758
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.076.814.759		3.076.814.759
100 - Recursos Ordinários	3.076.814.759		3.076.814.759
3 - Outras Despesas Correntes	418.078.083	69.579.087	487.657.170
100 - Recursos Ordinários	375.368.132	69.579.087	444.947.219
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	4.915.244		4.915.244
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	32.523.259		32.523.259
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.600.854		2.600.854
281 - Recursos de Convênios	2.670.594		2.670.594
4 - Investimentos	69.900.829		69.900.829
100 - Recursos Ordinários	51.185.088		51.185.088
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	13.224.518		13.224.518
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	4.661.921		4.661.921
281 - Recursos de Convênios	829.302		829.302
22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	2.682.174.476	49.348.783	2.731.523.259
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.097.663.647		1.097.663.647
100 - Recursos Ordinários	1.043.098.616		1.043.098.616
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	54.565.031		54.565.031
3 - Outras Despesas Correntes	167.654.996	49.348.783	217.003.779
100 - Recursos Ordinários	85.458.168	49.348.783	134.806.951
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	400.000		400.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	81.712.310		81.712.310
280 - Recursos Próprios Financeiros	84.518		84.518
4 - Investimentos	8.450.000		8.450.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	250.000		250.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	6.436.118		6.436.118
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.763.882		1.763.882
5 - Inversões Financeiras	1.400.000.000		1.400.000.000
160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.400.000.000		1.400.000.000
9 - Reserva de Contingência	8.405.833		8.405.833
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	8.405.833		8.405.833
22906 - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	45.416.425		45.416.425
3 - Outras Despesas Correntes	12.777.880		12.777.880
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	114.185		114.185
180 - Recursos Próprios Financeiros	12.663.695		12.663.695
4 - Investimentos	821.205		821.205
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	302.240		302.240
180 - Recursos Próprios Financeiros	518.965		518.965
9 - Reserva de Contingência	31.817.340		31.817.340
180 - Recursos Próprios Financeiros	31.817.340		31.817.340
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	13.388.273.119	1.950.802.411	15.339.075.530
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.530.187.712	1.885.843.193	4.416.030.905
100 - Recursos Ordinários	2.525.333.823	271.831.370	2.797.165.193
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.097.928.811	1.097.928.811
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		183.698.192	183.698.192
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		332.384.820	332.384.820
172 - Outras Contribuições Econômicas	2.710.190		2.710.190
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	494.329		494.329
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.649.370		1.649.370
3 - Outras Despesas Correntes	3.616.166.618	64.959.218	3.681.125.836
100 - Recursos Ordinários	1.047.956.668	64.959.218	1.112.915.886
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	10.093.754		10.093.754
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	2.447.026		2.447.026
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	2.955.305		2.955.305

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
142 - <i>Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</i>	96.425.637		96.425.637
150 - <i>Recursos Próprios Não-Financeiros</i>	2.950.223		2.950.223
172 - <i>Outras Contribuições Econômicas</i>	192.780.659		192.780.659
174 - <i>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	4.981.200		4.981.200
178 - <i>Fundo de Fiscalização das Telecomunicações</i>	1.482.119.233		1.482.119.233
180 - <i>Recursos Próprios Financeiros</i>	349.296.335		349.296.335
188 - <i>Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional</i>	18.720.000		18.720.000
250 - <i>Recursos Próprios Não-Financeiros</i>	366.423.091		366.423.091
280 - <i>Recursos Próprios Financeiros</i>	25.037.787		25.037.787
281 - <i>Recursos de Convênios</i>	13.979.700		13.979.700
4 - Investimentos	681.006.513		681.006.513
100 - <i>Recursos Ordinários</i>	334.747.588		334.747.588
134 - <i>Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos</i>	7.673.502		7.673.502
135 - <i>Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante</i>	2.972.537		2.972.537
141 - <i>Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais</i>	1.324.116		1.324.116
142 - <i>Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</i>	68.198.918		68.198.918
172 - <i>Outras Contribuições Econômicas</i>	132.343.523		132.343.523
178 - <i>Fundo de Fiscalização das Telecomunicações</i>	105.550.184		105.550.184
180 - <i>Recursos Próprios Financeiros</i>	173.502		173.502
188 - <i>Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional</i>	6.950.774		6.950.774
250 - <i>Recursos Próprios Não-Financeiros</i>	14.912.425		14.912.425
280 - <i>Recursos Próprios Financeiros</i>	6.159.444		6.159.444
5 - Inversões Financeiras	1.351.007.842		1.351.007.842
100 - <i>Recursos Ordinários</i>	1.000.000.000		1.000.000.000
178 - <i>Fundo de Fiscalização das Telecomunicações</i>	350.000.000		350.000.000
180 - <i>Recursos Próprios Financeiros</i>	1.007.842		1.007.842
9 - Reserva de Contingência	5.209.904.434		5.209.904.434
129 - <i>Recursos de Concessões e Permissões</i>	128.684		128.684
134 - <i>Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos</i>	88.501.453		88.501.453
135 - <i>Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante</i>	54.693.677		54.693.677
141 - <i>Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais</i>	70.315.953		70.315.953
142 - <i>Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</i>	1.132.592.752		1.132.592.752
150 - <i>Recursos Próprios Não-Financeiros</i>	3.048.396		3.048.396
166 - <i>Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada</i>	34.984.284		34.984.284
172 - <i>Outras Contribuições Econômicas</i>	2.831.316.995		2.831.316.995
178 - <i>Fundo de Fiscalização das Telecomunicações</i>	382.156.661		382.156.661
180 - <i>Recursos Próprios Financeiros</i>	25.377.711		25.377.711
186 - <i>Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas</i>	11.472.985		11.472.985
250 - <i>Recursos Próprios Não-Financeiros</i>	442.094.156		442.094.156
280 - <i>Recursos Próprios Financeiros</i>	133.220.727		133.220.727
24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta	3.488.377.833	1.440.824.812	4.929.202.645
1 - Pessoal e Encargos Sociais	785.200.683	1.424.332.000	2.209.532.683
100 - <i>Recursos Ordinários</i>	785.200.683		785.200.683
153 - <i>Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS</i>		1.097.928.811	1.097.928.811
156 - <i>Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		104.379.458	104.379.458
169 - <i>Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		222.023.731	222.023.731
3 - Outras Despesas Correntes	1.114.567.695	16.492.812	1.131.060.507
100 - <i>Recursos Ordinários</i>	314.579.905	16.492.812	331.072.717
141 - <i>Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais</i>	100.000		100.000
150 - <i>Recursos Próprios Não-Financeiros</i>	2.927.060		2.927.060
178 - <i>Fundo de Fiscalização das Telecomunicações</i>	778.740.730		778.740.730
188 - <i>Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional</i>	18.220.000		18.220.000
	190.755.286		190.755.286

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
4 - Investimentos			
100 - Recursos Ordinários	105.412.259		105.412.259
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	78.692.253		78.692.253
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	6.650.774		6.650.774
5 - Inversões Financeiras	1.350.000.000		1.350.000.000
100 - Recursos Ordinários	1.000.000.000		1.000.000.000
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	350.000.000		350.000.000
9 - Reserva de Contingência	47.854.169		47.854.169
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	47.854.169		47.854.169
24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	1.104.871.308	123.488.376	1.228.359.684
1 - Pessoal e Encargos Sociais	98.484.449	121.446.000	219.930.449
100 - Recursos Ordinários	98.484.449	84.290.420	182.774.869
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.882.824	12.882.824
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		24.272.756	24.272.756
3 - Outras Despesas Correntes	963.116.453	2.042.376	965.158.829
100 - Recursos Ordinários	389.015.040	2.042.376	391.057.416
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	551.533.015		551.533.015
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	500.000		500.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	588.698		588.698
280 - Recursos Próprios Financeiros	7.500.000		7.500.000
281 - Recursos de Convênios	13.979.700		13.979.700
4 - Investimentos	43.270.406		43.270.406
100 - Recursos Ordinários	37.110.962		37.110.962
280 - Recursos Próprios Financeiros	6.159.444		6.159.444
24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear	703.728.034	332.207.092	1.035.935.126
1 - Pessoal e Encargos Sociais	461.611.004	323.908.000	785.519.004
100 - Recursos Ordinários	461.611.004	187.540.950	649.151.954
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		50.278.717	50.278.717
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		86.088.333	86.088.333
3 - Outras Despesas Correntes	227.592.073	8.299.092	235.891.165
100 - Recursos Ordinários	91.356.806	8.299.092	99.655.898
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	4.981.200		4.981.200
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	125.425.886		125.425.886
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.828.181		5.828.181
4 - Investimentos	14.524.957		14.524.957
100 - Recursos Ordinários	12.281.597		12.281.597
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.243.360		2.243.360
24205 - Agência Espacial Brasileira	181.024.529	548.901	181.573.430
1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.291.590	401.193	14.692.783
100 - Recursos Ordinários	14.291.590		14.291.590
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		401.193	401.193
3 - Outras Despesas Correntes	93.059.962	147.708	93.207.670
100 - Recursos Ordinários	93.059.962	147.708	93.207.670
4 - Investimentos	73.672.977		73.672.977
100 - Recursos Ordinários	73.372.977		73.372.977
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	300.000		300.000
24206 - Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB	1.227.695.369	17.162.126	1.244.857.495
1 - Pessoal e Encargos Sociais	377.347.122		377.347.122
100 - Recursos Ordinários	377.347.122		377.347.122
3 - Outras Despesas Correntes	304.287.526	17.162.126	321.449.652
100 - Recursos Ordinários	76.656.003	17.162.126	93.818.129
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	215.921.917		215.921.917
280 - Recursos Próprios Financeiros	11.709.606		11.709.606
4 - Investimentos	103.966.565		103.966.565
100 - Recursos Ordinários	96.882.500		96.882.500
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	7.084.065		7.084.065

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
9 - Reserva de Contingência	442.094.156		442.094.156
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	442.094.156		442.094.156
24207 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP	433.305.856	14.478.216	447.784.072
1 - Pessoal e Encargos Sociais	360.467.474		360.467.474
100 - Recursos Ordinários	360.467.474		360.467.474
3 - Outras Despesas Correntes	61.841.089	14.478.216	76.319.305
100 - Recursos Ordinários	43.676.560	14.478.216	58.154.776
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	18.164.529		18.164.529
4 - Investimentos	10.997.293		10.997.293
100 - Recursos Ordinários	5.412.293		5.412.293
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.585.000		5.585.000
24209 - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC	87.803.159	1.732.248	89.535.407
1 - Pessoal e Encargos Sociais	47.650.291		47.650.291
100 - Recursos Ordinários	47.650.291		47.650.291
3 - Outras Despesas Correntes	35.877.868	1.732.248	37.610.116
100 - Recursos Ordinários	29.555.807	1.732.248	31.288.055
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	6.322.061		6.322.061
4 - Investimentos	4.275.000		4.275.000
100 - Recursos Ordinários	4.275.000		4.275.000
24211 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	573.291.684	20.360.640	593.652.324
1 - Pessoal e Encargos Sociais	385.135.099	15.756.000	400.891.099
100 - Recursos Ordinários	380.281.210		380.281.210
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.756.000	15.756.000
172 - Outras Contribuições Econômicas	2.710.190		2.710.190
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	494.329		494.329
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.649.370		1.649.370
3 - Outras Despesas Correntes	161.298.654	4.604.640	165.903.294
100 - Recursos Ordinários	10.056.585	4.604.640	14.661.225
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	151.242.069		151.242.069
4 - Investimentos	26.857.931		26.857.931
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	26.857.931		26.857.931
24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	4.238.112.323		4.238.112.323
3 - Outras Despesas Correntes	637.525.300		637.525.300
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	10.093.754		10.093.754
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	2.447.026		2.447.026
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	2.855.305		2.855.305
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	96.425.637		96.425.637
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	23.163		23.163
172 - Outras Contribuições Econômicas	175.780.661		175.780.661
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	603.419		603.419
180 - Recursos Próprios Financeiros	349.296.335		349.296.335
4 - Investimentos	212.636.098		212.636.098
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	7.673.502		7.673.502
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	2.972.537		2.972.537
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	1.324.116		1.324.116
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	68.198.918		68.198.918
172 - Outras Contribuições Econômicas	132.293.523		132.293.523
180 - Recursos Próprios Financeiros	173.502		173.502
5 - Inversões Financeiras	1.007.842		1.007.842
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.007.842		1.007.842
9 - Reserva de Contingência	3.386.943.083		3.386.943.083
129 - Recursos de Concessões e Permissões	8.766		8.766
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	88.501.453		88.501.453
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	54.693.677		54.693.677

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
141 - <i>Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais</i>	22.461.784		22.461.784
142 - <i>Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</i>	1.132.592.752		1.132.592.752
150 - <i>Recursos Próprios Não-Financeiros</i>	3.048.396		3.048.396
172 - <i>Outras Contribuições Econômicas</i>	2.034.669.287		2.034.669.287
178 - <i>Fundo de Fiscalização das Telecomunicações</i>	14.116.272		14.116.272
180 - <i>Recursos Próprios Financeiros</i>	25.377.711		25.377.711
186 - <i>Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas</i>	11.472.985		11.472.985
24906 - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	1.145.574.925		1.145.574.925
3 - <i>Outras Despesas Correntes</i>	61.281		61.281
172 - <i>Outras Contribuições Econômicas</i>	61.281		61.281
9 - <i>Reserva de Contingência</i>	1.145.513.644		1.145.513.644
129 - <i>Recursos de Concessões e Permissões</i>	119.918		119.918
172 - <i>Outras Contribuições Econômicas</i>	777.353.337		777.353.337
178 - <i>Fundo de Fiscalização das Telecomunicações</i>	368.040.389		368.040.389
24907 - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTEL	204.488.099		204.488.099
3 - <i>Outras Despesas Correntes</i>	16.938.717		16.938.717
172 - <i>Outras Contribuições Econômicas</i>	16.938.717		16.938.717
4 - <i>Investimentos</i>	50.000		50.000
172 - <i>Outras Contribuições Econômicas</i>	50.000		50.000
9 - <i>Reserva de Contingência</i>	187.499.382		187.499.382
166 - <i>Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada</i>	34.984.284		34.984.284
172 - <i>Outras Contribuições Econômicas</i>	19.294.371		19.294.371
280 - <i>Recursos Próprios Financeiros</i>	133.220.727		133.220.727
25000 - Ministério da Fazenda	17.344.232.575	12.596.865.610	29.941.098.185
1 - <i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	10.564.083.458	11.731.852.468	22.295.935.926
100 - <i>Recursos Ordinários</i>	2.325.580.972	4.175.105	2.329.756.077
132 - <i>Recursos destinados ao FUNDAF</i>	7.123.057.487		7.123.057.487
150 - <i>Recursos Próprios Não-Financeiros</i>	242.770.730		242.770.730
151 - <i>Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas</i>		5.690.924.916	5.690.924.916
153 - <i>Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS</i>		2.415.972.929	2.415.972.929
156 - <i>Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		1.266.008.610	1.266.008.610
169 - <i>Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		2.267.372.981	2.267.372.981
174 - <i>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	400.551.578	87.397.927	487.949.505
186 - <i>Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas</i>	200.000.000		200.000.000
250 - <i>Recursos Próprios Não-Financeiros</i>	249.189.073		249.189.073
280 - <i>Recursos Próprios Financeiros</i>	22.933.618		22.933.618
3 - <i>Outras Despesas Correntes</i>	5.095.042.447	864.594.912	5.959.637.359
100 - <i>Recursos Ordinários</i>	714.219.759	829.813.537	1.544.033.296
117 - <i>Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil</i>		330.150	330.150
132 - <i>Recursos destinados ao FUNDAF</i>	1.682.392.088	9.499.843	1.691.891.931
148 - <i>Operações de Crédito Externas - em Moeda</i>	1.111.225		1.111.225
150 - <i>Recursos Próprios Não-Financeiros</i>	936.464.263		936.464.263
174 - <i>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	425.586.979	24.951.382	450.538.361
175 - <i>Taxas por Serviços Públicos</i>	154.399.550		154.399.550
180 - <i>Recursos Próprios Financeiros</i>	958.219.410		958.219.410
250 - <i>Recursos Próprios Não-Financeiros</i>	219.673.589		219.673.589
280 - <i>Recursos Próprios Financeiros</i>	2.975.584		2.975.584
4 - <i>Investimentos</i>	331.305.501	418.230	331.723.731
100 - <i>Recursos Ordinários</i>	56.572.749		56.572.749
132 - <i>Recursos destinados ao FUNDAF</i>	66.578.036		66.578.036
139 - <i>Alienação de Bens Apreendidos</i>	119.221.964		119.221.964
148 - <i>Operações de Crédito Externas - em Moeda</i>	4.298.571		4.298.571
150 - <i>Recursos Próprios Não-Financeiros</i>	8.492.709		8.492.709
174 - <i>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	5.985.061	418.230	6.403.291
250 - <i>Recursos Próprios Não-Financeiros</i>	70.156.411		70.156.411
9 - <i>Reserva de Contingência</i>	1.353.801.169		1.353.801.169

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	642.709.754		642.709.754
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	44.776		44.776
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	208.251.374		208.251.374
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	502.716.711		502.716.711
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	46.054		46.054
280 - Recursos Próprios Financeiros	32.500		32.500
25101 - Ministério da Fazenda - Administração Direta	1.779.808.384	2.306.563.462	4.086.371.846
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.095.262.650	1.635.998.000	2.731.260.650
100 - Recursos Ordinários	1.094.262.650		1.094.262.650
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.264.290.311	1.264.290.311
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		118.523.595	118.523.595
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		253.184.094	253.184.094
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.000.000		1.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	622.451.996	670.565.462	1.293.017.458
100 - Recursos Ordinários	619.030.771	670.235.312	1.289.266.083
117 - Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil		330.150	330.150
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	1.111.225		1.111.225
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	2.310.000		2.310.000
4 - Investimentos	61.431.320		61.431.320
100 - Recursos Ordinários	55.622.749		55.622.749
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	4.298.571		4.298.571
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.510.000		1.510.000
9 - Reserva de Contingência	662.418		662.418
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	662.418		662.418
25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil	9.615.623.567	8.162.956.668	17.778.580.235
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.826.047.804	8.110.704.000	14.936.751.804
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	6.441.065.406		6.441.065.406
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	242.770.730		242.770.730
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		5.690.924.916	5.690.924.916
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		834.045.708	834.045.708
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.585.733.376	1.585.733.376
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	142.211.668		142.211.668
3 - Outras Despesas Correntes	2.600.883.054	52.252.668	2.653.135.722
100 - Recursos Ordinários	30.800.000	46.399.865	77.199.865
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	1.276.935.864	5.852.803	1.282.788.667
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	763.410.000		763.410.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	375.000.000		375.000.000
175 - Taxas por Serviços Públicos	154.399.550		154.399.550
180 - Recursos Próprios Financeiros	337.640		337.640
4 - Investimentos	188.692.709		188.692.709
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	60.978.036		60.978.036
139 - Alienação de Bens Apreendidos	119.221.964		119.221.964
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	8.492.709		8.492.709
25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	2.438.699.554	135.207.040	2.573.906.594
1 - Pessoal e Encargos Sociais	881.992.081	131.560.000	1.013.552.081
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	681.992.081		681.992.081
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		96.954.247	96.954.247
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		34.605.753	34.605.753
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	200.000.000		200.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	405.636.232	3.647.040	409.283.272
100 - Recursos Ordinários	180.008		180.008

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	405.456.224	3.647.040	409.103.264
4 - Investimentos	5.600.000		5.600.000
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	5.600.000		5.600.000
9 - Reserva de Contingência	1.145.471.241		1.145.471.241
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	642.709.754		642.709.754
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	44.776		44.776
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	502.716.711		502.716.711
25201 - Banco Central do Brasil	1.807.069.955	1.792.342.496	3.599.412.451
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.473.821.872	1.679.327.000	3.153.148.872
100 - Recursos Ordinários	1.225.445.683		1.225.445.683
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.151.682.618	1.151.682.618
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		184.063.150	184.063.150
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		343.581.232	343.581.232
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	248.376.189		248.376.189
3 - Outras Despesas Correntes	263.091.672	113.015.496	376.107.168
100 - Recursos Ordinários	43.568.083	113.015.496	156.583.579
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	219.523.589		219.523.589
4 - Investimentos	70.156.411		70.156.411
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	70.156.411		70.156.411
25203 - Comissão de Valores Mobiliários	397.769.663	66.931.548	464.701.211
1 - Pessoal e Encargos Sociais	155.934.239	65.656.500	221.590.739
100 - Recursos Ordinários	987.595		987.595
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.774.971	15.774.971
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		24.938.689	24.938.689
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	154.946.644	24.942.840	179.889.484
3 - Outras Despesas Correntes	31.743.413	1.275.048	33.018.461
100 - Recursos Ordinários	241.647		241.647
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	30.951.766	1.275.048	32.226.814
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	150.000		150.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	400.000		400.000
4 - Investimentos	2.424.501		2.424.501
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	2.424.501		2.424.501
9 - Reserva de Contingência	207.667.510		207.667.510
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	207.588.956		207.588.956
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	46.054		46.054
280 - Recursos Próprios Financeiros	32.500		32.500
25206 - Superintendência Nacional de Previdência Complementar		48.942.348	48.942.348
1 - Pessoal e Encargos Sociais		25.887.968	25.887.968
100 - Recursos Ordinários		4.175.105	4.175.105
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.313.000	1.313.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		20.399.863	20.399.863
3 - Outras Despesas Correntes		22.636.150	22.636.150
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		22.636.150	22.636.150
4 - Investimentos		418.230	418.230
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		418.230	418.230
25208 - Superintendência de Seguros Privados	153.170.619	83.922.048	237.092.667
1 - Pessoal e Encargos Sociais	131.024.812	82.719.000	213.743.812
100 - Recursos Ordinários	4.885.044		4.885.044
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.333.939	15.333.939
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		25.329.837	25.329.837
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	102.393.266	42.055.224	144.448.490

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	812.884		812.884
280 - Recursos Próprios Financeiros	22.933.618		22.933.618
3 - Outras Despesas Correntes	20.095.247	1.203.048	21.298.295
100 - Recursos Ordinários	194.450	162.864	357.314
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	17.325.213	1.040.184	18.365.397
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.575.584		2.575.584
4 - Investimentos	2.050.560		2.050.560
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	2.050.560		2.050.560
25903 - Fundo de Compensação e Variações Salariais	1.129.739.769		1.129.739.769
3 - Outras Despesas Correntes	1.129.739.769		1.129.739.769
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	171.857.999		171.857.999
180 - Recursos Próprios Financeiros	957.881.770		957.881.770
25913 - Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento	22.351.064		22.351.064
3 - Outras Despesas Correntes	21.401.064		21.401.064
100 - Recursos Ordinários	20.204.800		20.204.800
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.196.264		1.196.264
4 - Investimentos	950.000		950.000
100 - Recursos Ordinários	950.000		950.000
26000 - Ministério da Educação	91.466.330.732	31.484.860.525	122.951.191.257
1 - Pessoal e Encargos Sociais	48.496.304.267	24.572.931.526	73.069.235.793
100 - Recursos Ordinários	48.496.304.267	8.512.477.795	57.008.782.062
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		6.400.884.667	6.400.884.667
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.380.993.403	4.380.993.403
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.278.575.661	5.278.575.661
3 - Outras Despesas Correntes	38.986.648.748	6.642.918.212	45.629.566.960
100 - Recursos Ordinários	22.769.860.502	2.069.801.076	24.839.661.578
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	9.339.832.691		9.339.832.691
113 - Contribuição do Salário-Educação	4.083.492.594	4.154.693.011	8.238.185.605
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluídos	605.613.792	25.201.788	630.815.580
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	470.779.339		470.779.339
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	33.000.000		33.000.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	24.262.560		24.262.560
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	335.131.462	200.000.000	535.131.462
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	228.922.442	5.476.000	234.398.442
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	922.253.855	181.989.723	1.104.243.578
280 - Recursos Próprios Financeiros	36.903.573	4.050.766	40.954.339
281 - Recursos de Convênios	33.764.720	1.705.848	35.470.568
293 - Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação	102.831.218		102.831.218
4 - Investimentos	3.981.907.751	269.010.787	4.250.918.538
100 - Recursos Ordinários	1.091.990.218	155.414.601	1.247.404.819
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	661.823.476		661.823.476
113 - Contribuição do Salário-Educação	410.700.000		410.700.000
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluídos	547.514.205		547.514.205
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	4.259.124		4.259.124
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.105.364.229	88.464.090	1.193.828.319
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	103.940.495	24.280.666	128.221.161
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	2.160.637	13.510	2.174.147
280 - Recursos Próprios Financeiros	12.443.877	697.399	13.141.276
281 - Recursos de Convênios	10.711.490		10.711.490
293 - Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação	30.000.000		30.000.000
296 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	1.000.000	140.521	1.140.521
5 - Inversões Financeiras	1.469.966		1.469.966

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
100 - Recursos Ordinários	1.469.966		1.469.966
26101 - Ministério da Educação - Administração Direta	10.913.302.936	867.721.572	11.781.024.508
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.975.090.122	223.730.000	9.198.820.122
100 - Recursos Ordinários	8.975.090.122		8.975.090.122
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		223.730.000	223.730.000
3 - Outras Despesas Correntes	1.257.735.627	643.991.572	1.901.727.199
100 - Recursos Ordinários	670.635.049	418.789.784	1.089.424.833
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	249.065.580	25.201.788	274.267.368
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	335.131.462	200.000.000	535.131.462
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.903.536		2.903.536
4 - Investimentos	680.477.187		680.477.187
100 - Recursos Ordinários	184.953.858		184.953.858
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	457.514.205		457.514.205
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	4.259.124		4.259.124
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	33.750.000		33.750.000
26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos	88.553.498	56.171.244	144.724.742
1 - Pessoal e Encargos Sociais	55.393.598	55.196.700	110.590.298
100 - Recursos Ordinários	55.393.598	35.118.874	90.512.472
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.218.067	7.218.067
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.859.759	12.859.759
3 - Outras Despesas Correntes	31.034.900	974.544	32.009.444
100 - Recursos Ordinários	31.034.900	974.544	32.009.444
4 - Investimentos	2.125.000		2.125.000
100 - Recursos Ordinários	2.125.000		2.125.000
26105 - Instituto Benjamin Constant	59.734.730	35.344.260	95.078.990
1 - Pessoal e Encargos Sociais	32.116.182	34.138.000	66.254.182
100 - Recursos Ordinários	32.116.182	22.463.783	54.579.965
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.146.652	4.146.652
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.527.565	7.527.565
3 - Outras Despesas Correntes	23.610.567	1.206.260	24.816.827
100 - Recursos Ordinários	23.410.567	1.206.260	24.616.827
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	200.000		200.000
4 - Investimentos	4.007.981		4.007.981
100 - Recursos Ordinários	1.852.181		1.852.181
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.155.800		2.155.800
26201 - Colégio Pedro II	424.259.117	274.478.872	698.737.989
1 - Pessoal e Encargos Sociais	331.695.844	270.478.000	602.173.844
100 - Recursos Ordinários	331.695.844	169.530.203	501.226.047
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		36.464.390	36.464.390
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		64.483.407	64.483.407
3 - Outras Despesas Correntes	85.351.153	4.000.872	89.352.025
100 - Recursos Ordinários	79.866.212	4.000.872	83.867.084
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	500.000		500.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.984.941		4.984.941
4 - Investimentos	7.212.120		7.212.120
100 - Recursos Ordinários	2.729.639		2.729.639
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	3.234.282		3.234.282
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.000.000		1.000.000
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	248.199		248.199
26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	187.300.208	3.477.512	190.777.720

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	133.560.013	1.430.000	134.990.013
100 - Recursos Ordinários	133.560.013		133.560.013
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.430.000	1.430.000
3 - Outras Despesas Correntes	46.429.170	2.047.512	48.476.682
100 - Recursos Ordinários	43.619.716	2.042.712	45.662.428
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.000		2.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	809.454	4.800	814.254
4 - Investimentos	7.311.025		7.311.025
100 - Recursos Ordinários	7.311.025		7.311.025
26231 - Universidade Federal de Alagoas	609.918.647	238.583.584	848.502.231
1 - Pessoal e Encargos Sociais	477.421.787	231.088.000	708.509.787
100 - Recursos Ordinários	477.421.787	93.350.812	570.772.599
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		53.147.249	53.147.249
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		84.589.939	84.589.939
3 - Outras Despesas Correntes	115.801.802	7.495.584	123.297.386
100 - Recursos Ordinários	102.982.509	7.495.584	110.478.093
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	10.495.653		10.495.653
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.323.640		2.323.640
4 - Investimentos	16.695.058		16.695.058
100 - Recursos Ordinários	11.106.971		11.106.971
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.928.087		2.928.087
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.560.000		2.560.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	100.000		100.000
26232 - Universidade Federal da Bahia	988.648.459	581.045.203	1.569.693.662
1 - Pessoal e Encargos Sociais	753.881.150	571.155.000	1.325.036.150
100 - Recursos Ordinários	753.881.150	334.481.577	1.088.362.727
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		87.040.600	87.040.600
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		149.632.823	149.632.823
3 - Outras Despesas Correntes	219.685.364	9.890.203	229.575.567
100 - Recursos Ordinários	165.462.339	9.890.203	175.352.542
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	26.784.292		26.784.292
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.460.387		2.460.387
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	24.645.671		24.645.671
280 - Recursos Próprios Financeiros	43.138		43.138
281 - Recursos de Convênios	289.537		289.537
4 - Investimentos	15.081.945		15.081.945
100 - Recursos Ordinários	10.510.409		10.510.409
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.550.000		1.550.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.021.536		3.021.536
26233 - Universidade Federal do Ceará	886.494.623	485.267.322	1.371.761.945
1 - Pessoal e Encargos Sociais	689.876.332	475.306.000	1.165.182.332
100 - Recursos Ordinários	689.876.332	261.146.959	951.023.291
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		79.781.821	79.781.821
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		134.377.220	134.377.220
3 - Outras Despesas Correntes	183.155.107	9.961.322	193.116.429
100 - Recursos Ordinários	138.040.854	9.961.322	148.002.176
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	36.793.322		36.793.322
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	620.000		620.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	7.700.931		7.700.931
4 - Investimentos	13.463.184		13.463.184
100 - Recursos Ordinários	8.199.090		8.199.090
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	4.314.094		4.314.094

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	750.000		750.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	200.000		200.000
26234 - Universidade Federal do Espírito Santo	671.659.571	269.782.263	941.441.834
1 - Pessoal e Encargos Sociais	533.787.555	261.287.000	795.074.555
100 - Recursos Ordinários	533.787.555	94.658.246	628.445.801
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		64.744.863	64.744.863
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		101.883.891	101.883.891
3 - Outras Despesas Correntes	124.693.293	8.495.263	133.188.556
100 - Recursos Ordinários	109.066.854	8.495.263	117.562.117
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	100.000		100.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	15.110.997		15.110.997
280 - Recursos Próprios Financeiros	415.442		415.442
4 - Investimentos	13.178.723		13.178.723
100 - Recursos Ordinários	6.556.946		6.556.946
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	3.371.777		3.371.777
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.450.000		1.450.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.500.000		1.500.000
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	300.000		300.000
26235 - Universidade Federal de Goiás	867.941.011	379.543.762	1.247.484.773
1 - Pessoal e Encargos Sociais	713.857.643	366.327.000	1.080.184.643
100 - Recursos Ordinários	713.857.643	138.874.151	852.731.794
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		88.140.821	88.140.821
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		139.312.028	139.312.028
3 - Outras Despesas Correntes	142.824.902	13.216.762	156.041.664
100 - Recursos Ordinários	105.047.622	13.216.762	118.264.384
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	12.053.742		12.053.742
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	564.518		564.518
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	25.159.020		25.159.020
4 - Investimentos	11.258.466		11.258.466
100 - Recursos Ordinários	4.516.095		4.516.095
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	4.231.984		4.231.984
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.660.387		1.660.387
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	850.000		850.000
26236 - Universidade Federal Fluminense	1.296.347.800	734.840.318	2.031.188.118
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.008.269.105	723.463.000	1.731.732.105
100 - Recursos Ordinários	1.008.269.105	69.890.315	1.078.159.420
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		333.119.021	333.119.021
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		119.079.086	119.079.086
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		201.374.578	201.374.578
3 - Outras Despesas Correntes	252.555.734	11.377.318	263.933.052
100 - Recursos Ordinários	187.377.432	11.377.318	198.754.750
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	34.984.844		34.984.844
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	6.004.000		6.004.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	24.189.458		24.189.458
4 - Investimentos	35.522.961		35.522.961
100 - Recursos Ordinários	5.523.440		5.523.440
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	29.699.521		29.699.521
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	300.000		300.000
26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora	755.719.134	210.981.132	966.700.266
1 - Pessoal e Encargos Sociais	495.235.672	200.889.000	696.124.672

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
100 - Recursos Ordinários	495.235.672	62.612.055	557.847.727
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		54.120.668	54.120.668
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		84.156.277	84.156.277
3 - Outras Despesas Correntes	243.421.186	10.092.132	253.513.318
100 - Recursos Ordinários	103.248.329	10.092.132	113.340.461
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	10.199.732		10.199.732
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	855.000		855.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	129.118.125		129.118.125
4 - Investimentos	17.062.276		17.062.276
100 - Recursos Ordinários	6.620.450		6.620.450
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	4.500.000		4.500.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	858.012		858.012
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.083.814		5.083.814
26238 - Universidade Federal de Minas Gerais	1.305.495.203	737.406.510	2.042.901.713
1 - Pessoal e Encargos Sociais	999.239.575	718.211.000	1.717.450.575
100 - Recursos Ordinários	999.239.575	398.345.931	1.397.585.506
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		118.956.874	118.956.874
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		200.908.195	200.908.195
3 - Outras Despesas Correntes	285.602.921	19.195.510	304.798.431
100 - Recursos Ordinários	242.410.478	19.195.510	261.605.988
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.190.000		1.190.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	40.752.443		40.752.443
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.250.000		1.250.000
4 - Investimentos	20.652.707		20.652.707
100 - Recursos Ordinários	8.410.730		8.410.730
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	5.911.576		5.911.576
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.420.000		1.420.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.631.000		4.631.000
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	279.401		279.401
26239 - Universidade Federal do Pará	1.012.622.618	356.137.892	1.368.760.510
1 - Pessoal e Encargos Sociais	769.060.981	347.945.000	1.117.005.981
100 - Recursos Ordinários	769.060.981	126.476.408	895.537.389
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		86.036.942	86.036.942
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		135.431.650	135.431.650
3 - Outras Despesas Correntes	233.021.853	8.192.892	241.214.745
100 - Recursos Ordinários	202.502.712	8.192.892	210.695.604
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	7.620.161		7.620.161
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	16.299.240		16.299.240
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.548.599		1.548.599
281 - Recursos de Convênios	5.051.141		5.051.141
4 - Investimentos	10.539.784		10.539.784
100 - Recursos Ordinários	3.670.780		3.670.780
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	5.663.260		5.663.260
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	500.000		500.000
281 - Recursos de Convênios	705.744		705.744
26240 - Universidade Federal da Paraíba	1.431.617.096	571.146.920	2.002.764.016
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.217.163.457	556.712.000	1.773.875.457
100 - Recursos Ordinários	1.217.163.457	286.339.626	1.503.503.083
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		101.789.758	101.789.758
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		168.582.616	168.582.616

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	200.771.761	14.434.920	215.206.681
100 - Recursos Ordinários	176.868.039	14.434.920	191.302.959
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	19.216.284		19.216.284
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	215.000		215.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.472.438		4.472.438
4 - Investimentos	13.681.878		13.681.878
100 - Recursos Ordinários	11.762.491		11.762.491
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.519.387		1.519.387
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	400.000		400.000
26241 - Universidade Federal do Paraná	1.064.282.382	531.172.551	1.595.454.933
1 - Pessoal e Encargos Sociais	817.875.258	517.322.000	1.335.197.258
100 - Recursos Ordinários	817.875.258	221.932.762	1.039.808.020
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		113.444.204	113.444.204
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		181.945.034	181.945.034
3 - Outras Despesas Correntes	225.179.595	13.850.551	239.030.146
100 - Recursos Ordinários	155.950.606	13.850.551	169.801.157
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	32.815.905		32.815.905
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	420.774		420.774
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	27.477.563		27.477.563
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.659.000		2.659.000
281 - Recursos de Convênios	5.855.747		5.855.747
4 - Investimentos	21.227.529		21.227.529
100 - Recursos Ordinários	15.467.529		15.467.529
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	660.000		660.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.000.000		4.000.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	500.000		500.000
281 - Recursos de Convênios	600.000		600.000
26242 - Universidade Federal de Pernambuco	1.106.233.775	464.414.188	1.570.647.963
1 - Pessoal e Encargos Sociais	878.718.670	451.672.000	1.330.390.670
100 - Recursos Ordinários	878.718.670	202.881.959	1.081.600.629
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		95.155.177	95.155.177
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		153.634.864	153.634.864
3 - Outras Despesas Correntes	214.287.689	12.742.188	227.029.877
100 - Recursos Ordinários	203.671.924	12.511.188	216.183.112
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	150.000		150.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	9.000.000	231.000	9.231.000
281 - Recursos de Convênios	1.465.765		1.465.765
4 - Investimentos	13.227.416		13.227.416
100 - Recursos Ordinários	4.923.556		4.923.556
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	4.831.092		4.831.092
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	200.000		200.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.264.707		3.264.707
280 - Recursos Próprios Financeiros	8.061		8.061
26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1.018.866.327	592.837.802	1.611.704.129
1 - Pessoal e Encargos Sociais	787.286.532	569.842.000	1.357.128.532
100 - Recursos Ordinários	787.286.532	325.467.373	1.112.753.905
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		90.362.323	90.362.323
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		154.012.304	154.012.304
3 - Outras Despesas Correntes	209.949.238	17.335.114	227.284.352
100 - Recursos Ordinários	190.177.161	17.335.114	207.512.275
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	600.000		600.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	18.400.000		18.400.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	772.077		772.077

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
4 - Investimentos	21.630.557	5.660.688	27.291.245
100 - Recursos Ordinários	4.890.756	5.660.688	10.551.444
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	4.340.733		4.340.733
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.100.000		1.100.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	7.139.772		7.139.772
280 - Recursos Próprios Financeiros	4.159.296		4.159.296
26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1.260.905.167	657.055.628	1.917.960.795
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.003.183.465	643.370.000	1.646.553.465
100 - Recursos Ordinários	1.003.183.465	335.816.580	1.339.000.045
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		115.539.218	115.539.218
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		192.014.202	192.014.202
3 - Outras Despesas Correntes	243.206.786	13.685.628	256.892.414
100 - Recursos Ordinários	212.605.348	13.685.628	226.290.976
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	24.917.649		24.917.649
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.683.789		5.683.789
4 - Investimentos	14.514.916		14.514.916
100 - Recursos Ordinários	8.973.836		8.973.836
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	500.000		500.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.000.000		5.000.000
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	41.080		41.080
26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro	2.177.766.142	1.138.163.548	3.315.929.690
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.646.763.401	1.121.302.000	2.768.065.401
100 - Recursos Ordinários	1.646.763.401		1.646.763.401
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		603.219.416	603.219.416
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		193.706.007	193.706.007
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		324.376.577	324.376.577
3 - Outras Despesas Correntes	459.649.133	16.861.548	476.510.681
100 - Recursos Ordinários	311.020.042	16.861.548	327.881.590
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	108.426.253		108.426.253
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	6.345.387		6.345.387
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	33.857.451		33.857.451
4 - Investimentos	71.353.608		71.353.608
100 - Recursos Ordinários	11.293.608		11.293.608
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	59.560.000		59.560.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	500.000		500.000
26246 - Universidade Federal de Santa Catarina	1.033.542.325	510.479.236	1.544.021.561
1 - Pessoal e Encargos Sociais	796.875.077	495.001.000	1.291.876.077
100 - Recursos Ordinários	796.875.077	249.203.406	1.046.078.483
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		92.811.149	92.811.149
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		152.986.445	152.986.445
3 - Outras Despesas Correntes	211.447.812	15.478.236	226.926.048
100 - Recursos Ordinários	175.854.174	15.478.236	191.332.410
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.350.000		2.350.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	32.111.020		32.111.020
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.132.618		1.132.618
4 - Investimentos	25.219.436		25.219.436
100 - Recursos Ordinários	3.314.983		3.314.983
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	4.904.453		4.904.453
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	14.000.000		14.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.000.000		3.000.000
26247 - Universidade Federal de Santa Maria	818.590.670	372.314.841	1.190.905.511
1 - Pessoal e Encargos Sociais	650.729.897	365.014.000	1.015.743.897

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
100 - Recursos Ordinários	650.729.897	176.950.062	827.679.959
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		71.348.890	71.348.890
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		116.715.048	116.715.048
3 - Outras Despesas Correntes	154.941.559	7.300.841	162.242.400
100 - Recursos Ordinários	126.248.436	7.300.841	133.549.277
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	24.025.016		24.025.016
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.693.655		3.693.655
280 - Recursos Próprios Financeiros	974.452		974.452
4 - Investimentos	12.919.214		12.919.214
100 - Recursos Ordinários	8.222.153		8.222.153
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	3.447.061		3.447.061
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	250.000		250.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.000.000		1.000.000
26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco	482.874.844	150.894.756	633.769.600
1 - Pessoal e Encargos Sociais	389.277.146	145.743.000	535.020.146
100 - Recursos Ordinários	389.277.146	21.494.651	410.771.797
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		49.485.169	49.485.169
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		74.763.180	74.763.180
3 - Outras Despesas Correntes	88.937.510	5.151.756	94.089.266
100 - Recursos Ordinários	85.800.930	5.151.756	90.952.686
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	500.000		500.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.289.426		2.289.426
280 - Recursos Próprios Financeiros	125.931		125.931
281 - Recursos de Convênios	221.223		221.223
4 - Investimentos	4.660.188		4.660.188
100 - Recursos Ordinários	4.660.188		4.660.188
26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	499.500.567	175.453.916	674.954.483
1 - Pessoal e Encargos Sociais	406.223.954	170.690.000	576.913.954
100 - Recursos Ordinários	406.223.954	59.342.531	465.566.485
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		43.361.124	43.361.124
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		67.986.345	67.986.345
3 - Outras Despesas Correntes	88.398.399	4.763.916	93.162.315
100 - Recursos Ordinários	84.702.629	4.763.916	89.466.545
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	700.000		700.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.995.770		2.995.770
4 - Investimentos	4.878.214		4.878.214
100 - Recursos Ordinários	1.193.135		1.193.135
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.235.079		2.235.079
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.450.000		1.450.000
26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima	213.249.059	21.619.624	234.868.683
1 - Pessoal e Encargos Sociais	153.816.344	19.727.500	173.543.844
100 - Recursos Ordinários	153.816.344		153.816.344
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.010.793	16.010.793
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.716.707	3.716.707
3 - Outras Despesas Correntes	47.635.165	1.892.124	49.527.289
100 - Recursos Ordinários	45.557.707	1.892.124	47.449.831
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	528.000		528.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.549.458		1.549.458
4 - Investimentos	11.797.550		11.797.550
100 - Recursos Ordinários	6.147.550		6.147.550
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		1.500.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	4.150.000		4.150.000
26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins	355.933.334	21.712.644	377.645.978
1 - Pessoal e Encargos Sociais	262.120.664	5.268.900	267.389.564
100 - Recursos Ordinários	262.120.664		262.120.664
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.268.900	5.268.900
3 - Outras Despesas Correntes	82.402.917	4.230.360	86.633.277
100 - Recursos Ordinários	74.303.936	4.230.360	78.534.296
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.614.392		2.614.392
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.150.000		1.150.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.334.589		4.334.589
4 - Investimentos	11.409.753	12.213.384	23.623.137
100 - Recursos Ordinários	9.171.267	7.213.384	16.384.651
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.238.486		2.238.486
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		5.000.000	5.000.000
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	526.419.394	184.578.706	710.998.100
1 - Pessoal e Encargos Sociais	415.312.149	153.971.922	569.284.071
100 - Recursos Ordinários	415.312.149	34.687.618	449.999.767
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		47.162.445	47.162.445
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		72.121.859	72.121.859
3 - Outras Despesas Correntes	104.951.503	5.606.784	110.558.287
100 - Recursos Ordinários	93.116.093	5.606.784	98.722.877
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	10.501.200		10.501.200
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.334.210		1.334.210
4 - Investimentos	6.155.742	25.000.000	31.155.742
100 - Recursos Ordinários	5.555.742		5.555.742
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	600.000	25.000.000	25.600.000
26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia	202.968.170	40.761.360	243.729.530
1 - Pessoal e Encargos Sociais	146.862.963	39.390.000	186.252.963
100 - Recursos Ordinários	146.862.963	1.620.041	148.483.004
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.163.761	15.163.761
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.606.198	22.606.198
3 - Outras Despesas Correntes	50.606.349	1.371.360	51.977.709
100 - Recursos Ordinários	49.270.192	1.371.360	50.641.552
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	660.000		660.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	580.660		580.660
280 - Recursos Próprios Financeiros	95.497		95.497
4 - Investimentos	5.498.858		5.498.858
100 - Recursos Ordinários	3.954.307		3.954.307
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.544.551		1.544.551
26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro	256.300.909	108.069.807	364.370.716
1 - Pessoal e Encargos Sociais	200.657.316	103.727.000	304.384.316
100 - Recursos Ordinários	200.657.316	46.974.228	247.631.544
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		21.689.269	21.689.269
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		35.063.503	35.063.503
3 - Outras Despesas Correntes	51.463.389	4.342.807	55.806.196
100 - Recursos Ordinários	50.857.510	4.342.807	55.200.317
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	605.879		605.879
4 - Investimentos	4.180.204		4.180.204
100 - Recursos Ordinários	3.825.204		3.825.204
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	355.000		355.000
26255 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	255.850.500	14.122.365	269.972.865

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	196.013.397	10.504.000	206.517.397
100 - Recursos Ordinários	196.013.397		196.013.397
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.504.000	10.504.000
3 - Outras Despesas Correntes	51.464.542	3.618.365	55.082.907
100 - Recursos Ordinários	47.577.164	3.618.365	51.195.529
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.000		2.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.887.378		1.887.378
4 - Investimentos	8.372.561		8.372.561
100 - Recursos Ordinários	6.172.561		6.172.561
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.200.000		2.200.000
26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	314.366.724	110.323.564	424.690.288
1 - Pessoal e Encargos Sociais	244.684.037	107.263.000	351.947.037
100 - Recursos Ordinários	244.684.037	34.417.241	279.101.278
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		28.476.102	28.476.102
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		44.369.657	44.369.657
3 - Outras Despesas Correntes	61.178.555	3.060.564	64.239.119
100 - Recursos Ordinários	59.123.582	3.060.564	62.184.146
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.964.117		1.964.117
281 - Recursos de Convênios	90.856		90.856
4 - Investimentos	8.504.132		8.504.132
100 - Recursos Ordinários	3.401.047		3.401.047
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.000.000		2.000.000
281 - Recursos de Convênios	3.103.085		3.103.085
26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	377.270.260	97.255.624	474.525.884
1 - Pessoal e Encargos Sociais	294.687.070	93.223.000	387.910.070
100 - Recursos Ordinários	294.687.070	19.988.625	314.675.695
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		28.987.465	28.987.465
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		44.246.910	44.246.910
3 - Outras Despesas Correntes	77.283.502	4.032.624	81.316.126
100 - Recursos Ordinários	68.326.558	4.032.624	72.359.182
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	200.000		200.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	8.756.944		8.756.944
4 - Investimentos	5.299.688		5.299.688
100 - Recursos Ordinários	3.689.009		3.689.009
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.410.679		1.410.679
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	200.000		200.000
26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná	885.728.292	118.060.656	1.003.788.948
1 - Pessoal e Encargos Sociais	707.911.751	106.353.000	814.264.751
100 - Recursos Ordinários	707.911.751		707.911.751
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		72.048.569	72.048.569
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		34.304.431	34.304.431
3 - Outras Despesas Correntes	157.991.921	11.707.656	169.699.577
100 - Recursos Ordinários	154.875.118	11.707.656	166.582.774
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	180.000		180.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.396.505		1.396.505
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.540.298		1.540.298
4 - Investimentos	19.824.620		19.824.620
100 - Recursos Ordinários	4.056.637		4.056.637
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	5.171.221		5.171.221
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	5.210.000		5.210.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.300.000		5.300.000
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	86.762		86.762

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
26260 - Universidade Federal de Alfenas	198.990.604	31.649.724	230.640.328
1 - Pessoal e Encargos Sociais	155.824.971	29.406.000	185.230.971
100 - Recursos Ordinários	155.824.971		155.824.971
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.121.305	15.121.305
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.284.695	14.284.695
3 - Outras Despesas Correntes	39.264.662	2.243.724	41.508.386
100 - Recursos Ordinários	37.626.571	2.243.724	39.870.295
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.638.091		1.638.091
4 - Investimentos	3.900.971		3.900.971
100 - Recursos Ordinários	2.400.971		2.400.971
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		1.500.000
26261 - Universidade Federal de Itajubá	184.118.842	51.711.700	235.830.542
1 - Pessoal e Encargos Sociais	136.523.657	48.841.000	185.364.657
100 - Recursos Ordinários	136.523.657	10.011.863	146.535.520
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.383.681	15.383.681
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		23.445.456	23.445.456
3 - Outras Despesas Correntes	39.846.211	2.870.700	42.716.911
100 - Recursos Ordinários	39.646.211	2.870.700	42.516.911
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	200.000		200.000
4 - Investimentos	7.748.974		7.748.974
100 - Recursos Ordinários	5.482.343		5.482.343
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		1.500.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	766.631		766.631
26262 - Universidade Federal de São Paulo	737.544.864	301.025.096	1.038.569.960
1 - Pessoal e Encargos Sociais	576.323.145	296.738.000	873.061.145
100 - Recursos Ordinários	576.323.145	122.212.057	698.535.202
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		67.245.930	67.245.930
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		107.280.013	107.280.013
3 - Outras Despesas Correntes	115.114.155	4.287.096	119.401.251
100 - Recursos Ordinários	103.793.414	4.287.096	108.080.510
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.220.000		1.220.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	10.100.741		10.100.741
4 - Investimentos	44.637.598		44.637.598
100 - Recursos Ordinários	3.233.226		3.233.226
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	3.194.372		3.194.372
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	37.590.000		37.590.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	620.000		620.000
5 - Inversões Financeiras	1.469.966		1.469.966
100 - Recursos Ordinários	1.469.966		1.469.966
26263 - Universidade Federal de Lavras	319.486.186	74.657.088	394.143.274
1 - Pessoal e Encargos Sociais	228.001.686	70.239.000	298.240.686
100 - Recursos Ordinários	228.001.686	5.466.719	233.468.405
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		25.938.431	25.938.431
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		38.833.850	38.833.850
3 - Outras Despesas Correntes	68.610.746	4.418.088	73.028.834
100 - Recursos Ordinários	62.829.029	4.418.088	67.247.117
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.781.717		5.781.717
4 - Investimentos	22.873.754		22.873.754
100 - Recursos Ordinários	18.869.043		18.869.043
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.477.911		1.477.911
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	200.000		200.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.326.800		2.326.800
26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido	251.617.997	38.583.336	290.201.333

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	191.524.187	35.451.000	226.975.187
100 - Recursos Ordinários	191.524.187		191.524.187
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		20.458.236	20.458.236
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.992.764	14.992.764
3 - Outras Despesas Correntes	52.020.638	3.132.336	55.152.974
100 - Recursos Ordinários	51.725.649	3.132.336	54.857.985
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	294.989		294.989
4 - Investimentos	8.073.172		8.073.172
100 - Recursos Ordinários	4.826.713		4.826.713
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.846.459		1.846.459
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	600.000		600.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	800.000		800.000
26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa	316.271.403	3.234.699	319.506.102
1 - Pessoal e Encargos Sociais	248.325.126	1.019.031	249.344.157
100 - Recursos Ordinários	248.325.126		248.325.126
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.019.031	1.019.031
3 - Outras Despesas Correntes	59.208.745	2.215.668	61.424.413
100 - Recursos Ordinários	57.441.426	2.215.668	59.657.094
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.000.000		1.000.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	200.000		200.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	567.319		567.319
4 - Investimentos	8.737.532		8.737.532
100 - Recursos Ordinários	7.237.532		7.237.532
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.000.000		1.000.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	500.000		500.000
26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana	165.561.069	1.636.783	167.197.852
1 - Pessoal e Encargos Sociais	115.985.225	32.071	116.017.296
100 - Recursos Ordinários	115.985.225		115.985.225
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		32.071	32.071
3 - Outras Despesas Correntes	46.075.844	1.604.712	47.680.556
100 - Recursos Ordinários	45.827.495	1.604.712	47.432.207
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	69.400		69.400
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.349		1.349
281 - Recursos de Convênios	177.600		177.600
4 - Investimentos	3.500.000		3.500.000
100 - Recursos Ordinários	1.500.000		1.500.000
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		1.500.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	500.000		500.000
26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia	241.498.017	45.793.176	287.291.193
1 - Pessoal e Encargos Sociais	190.934.354	43.329.000	234.263.354
100 - Recursos Ordinários	190.934.354		190.934.354
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		21.347.724	21.347.724
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		21.981.276	21.981.276
3 - Outras Despesas Correntes	46.363.663	2.464.176	48.827.839
100 - Recursos Ordinários	45.912.918	2.464.176	48.377.094
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	350.000		350.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	95.192		95.192
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.553		5.553
4 - Investimentos	4.200.000		4.200.000
100 - Recursos Ordinários	2.200.000		2.200.000
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.000.000		1.000.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.000.000		1.000.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro	326.662.434	101.648.752	428.311.186
1 - Pessoal e Encargos Sociais	244.518.235	100.048.000	344.566.235
100 - Recursos Ordinários	244.518.235	31.935.006	276.453.241
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		26.632.074	26.632.074
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		41.480.920	41.480.920
3 - Outras Despesas Correntes	78.581.411	1.600.752	80.182.163
100 - Recursos Ordinários	48.377.160	1.600.752	49.977.912
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	15.288.557		15.288.557
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	14.208.000		14.208.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	707.694		707.694
4 - Investimentos	3.562.788		3.562.788
100 - Recursos Ordinários	3.062.788		3.062.788
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	400.000		400.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	100.000		100.000
26270 - Fundação Universidade do Amazonas	580.130.166	144.788.458	724.918.624
1 - Pessoal e Encargos Sociais	407.642.804	139.958.000	547.600.804
100 - Recursos Ordinários	407.642.804	30.092.595	437.735.399
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		43.484.072	43.484.072
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		66.381.333	66.381.333
3 - Outras Despesas Correntes	144.983.798	4.830.458	149.814.256
100 - Recursos Ordinários	125.653.851	4.830.458	130.484.309
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.245.387		2.245.387
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.738.408		5.738.408
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.004.950		2.004.950
281 - Recursos de Convênios	9.341.202		9.341.202
4 - Investimentos	27.503.564		27.503.564
100 - Recursos Ordinários	3.567.903		3.567.903
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	20.000.000		20.000.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.415.000		2.415.000
281 - Recursos de Convênios	1.520.661		1.520.661
26271 - Fundação Universidade de Brasília	1.361.394.678	437.109.567	1.798.504.245
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.063.074.673	426.725.000	1.489.799.673
100 - Recursos Ordinários	1.063.074.673	114.019.786	1.177.094.459
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		123.069.015	123.069.015
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		189.636.199	189.636.199
3 - Outras Despesas Correntes	267.908.199	10.384.567	278.292.766
100 - Recursos Ordinários	166.994.357	10.384.567	177.378.924
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	16.001.821		16.001.821
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.400.000		1.400.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	81.401.721		81.401.721
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.110.300		2.110.300
4 - Investimentos	30.411.806		30.411.806
100 - Recursos Ordinários	8.211.806		8.211.806
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.200.000		2.200.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	20.000.000		20.000.000
26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão	571.406.273	206.289.000	777.695.273
1 - Pessoal e Encargos Sociais	436.863.362	200.889.000	637.752.362
100 - Recursos Ordinários	436.863.362	80.270.849	517.134.211
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		46.578.047	46.578.047
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		74.040.104	74.040.104
3 - Outras Despesas Correntes	126.462.155	5.400.000	131.862.155
100 - Recursos Ordinários	107.390.558	5.400.000	112.790.558

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	5.649.557		5.649.557
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	8.736.879		8.736.879
280 - Recursos Próprios Financeiros	888.320		888.320
281 - Recursos de Convênios	3.796.841		3.796.841
4 - Investimentos	8.080.756		8.080.756
100 - Recursos Ordinários	5.880.756		5.880.756
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.000		2.000.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	200.000		200.000
26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande	358.027.987	134.022.604	492.050.591
1 - Pessoal e Encargos Sociais	272.795.210	128.674.000	401.469.210
100 - Recursos Ordinários	272.795.210	53.428.698	326.223.908
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		28.974.327	28.974.327
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		46.270.975	46.270.975
3 - Outras Despesas Correntes	72.407.136	5.348.604	77.755.740
100 - Recursos Ordinários	68.067.827	5.348.604	73.416.431
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	200.000		200.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.733.084		2.733.084
281 - Recursos de Convênios	1.406.225		1.406.225
4 - Investimentos	12.825.641		12.825.641
100 - Recursos Ordinários	3.771.300		3.771.300
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	4.726.057		4.726.057
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	250.000		250.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.428.284		1.428.284
281 - Recursos de Convênios	2.650.000		2.650.000
26274 - Universidade Federal de Uberlândia	784.099.392	286.218.400	1.070.317.792
1 - Pessoal e Encargos Sociais	613.126.718	274.417.000	887.543.718
100 - Recursos Ordinários	613.126.718	102.392.584	715.519.302
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		66.726.530	66.726.530
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		105.297.886	105.297.886
3 - Outras Despesas Correntes	161.941.914	11.801.400	173.743.314
100 - Recursos Ordinários	123.141.437	11.801.400	134.942.837
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	28.232.670		28.232.670
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	8.780.467		8.780.467
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.536.840		1.536.840
281 - Recursos de Convênios	250.500		250.500
4 - Investimentos	9.030.760		9.030.760
100 - Recursos Ordinários	8.137.212		8.137.212
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	200.000		200.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	500.000		500.000
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	193.548		193.548
26275 - Fundação Universidade Federal do Acre	270.828.834	73.056.276	343.885.110
1 - Pessoal e Encargos Sociais	202.828.689	70.902.000	273.730.689
100 - Recursos Ordinários	202.828.689	15.865.858	218.694.547
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		21.763.513	21.763.513
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		33.272.629	33.272.629
3 - Outras Despesas Correntes	56.758.781	2.154.276	58.913.057
100 - Recursos Ordinários	54.162.164	2.154.276	56.316.440
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.900.387		1.900.387
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	696.230		696.230
4 - Investimentos	11.241.364		11.241.364
100 - Recursos Ordinários	7.791.364		7.791.364

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		1.500.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.650.000		1.650.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	300.000		300.000
26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	736.230.177	254.341.448	990.571.625
1 - Pessoal e Encargos Sociais	604.166.739	245.531.000	849.697.739
100 - Recursos Ordinários	604.166.739	84.592.208	688.758.947
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		62.702.089	62.702.089
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		98.236.703	98.236.703
3 - Outras Despesas Correntes	122.264.557	8.810.448	131.075.005
100 - Recursos Ordinários	112.988.829	8.810.448	121.799.277
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	9.275.728		9.275.728
4 - Investimentos	9.798.881		9.798.881
100 - Recursos Ordinários	9.798.881		9.798.881
26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	351.222.273	91.430.832	442.653.105
1 - Pessoal e Encargos Sociais	265.872.501	86.658.000	352.530.501
100 - Recursos Ordinários	265.872.501	16.121.455	281.993.956
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.996.632	27.996.632
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		42.539.913	42.539.913
3 - Outras Despesas Correntes	78.971.535	4.772.832	83.744.367
100 - Recursos Ordinários	71.035.087	4.772.832	75.807.919
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	135.000		135.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.382.818		4.382.818
281 - Recursos de Convênios	3.418.630		3.418.630
4 - Investimentos	6.378.237		6.378.237
100 - Recursos Ordinários	3.890.544		3.890.544
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.862.306		1.862.306
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	25.387		25.387
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	600.000		600.000
26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas	541.206.829	214.875.084	756.081.913
1 - Pessoal e Encargos Sociais	431.550.687	207.454.000	639.004.687
100 - Recursos Ordinários	431.550.687	86.100.106	517.650.793
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		46.730.812	46.730.812
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		74.623.082	74.623.082
3 - Outras Despesas Correntes	100.012.551	7.421.084	107.433.635
100 - Recursos Ordinários	93.872.557	7.421.084	101.293.641
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	3.061.118		3.061.118
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	250.000		250.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.743.160		2.743.160
280 - Recursos Próprios Financeiros	31.716		31.716
281 - Recursos de Convênios	54.000		54.000
4 - Investimentos	9.643.591		9.643.591
100 - Recursos Ordinários	9.389.591		9.389.591
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	200.000		200.000
281 - Recursos de Convênios	54.000		54.000
26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí	631.275.230	181.984.890	813.260.120
1 - Pessoal e Encargos Sociais	483.690.064	174.629.000	658.319.064
100 - Recursos Ordinários	483.690.064	47.143.381	530.833.445
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		50.157.333	50.157.333
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		77.328.286	77.328.286
3 - Outras Despesas Correntes	138.889.275	7.355.890	146.245.165
100 - Recursos Ordinários	115.556.348	7.355.890	122.912.238
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	14.490.759		14.490.759

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	200.000		200.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	8.642.168		8.642.168
4 - Investimentos	8.695.891		8.695.891
100 - Recursos Ordinários	5.195.891		5.195.891
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	500.000		500.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.000.000		3.000.000
26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos	493.058.022	142.171.700	635.229.722
1 - Pessoal e Encargos Sociais	408.673.592	135.239.000	543.912.592
100 - Recursos Ordinários	408.673.592	25.902.457	434.576.049
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		43.374.262	43.374.262
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		65.962.281	65.962.281
3 - Outras Despesas Correntes	80.080.775	6.932.700	87.013.475
100 - Recursos Ordinários	69.807.188	6.932.700	76.739.888
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	3.024.995		3.024.995
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	377.550		377.550
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	6.871.042		6.871.042
4 - Investimentos	4.303.655		4.303.655
100 - Recursos Ordinários	4.303.655		4.303.655
26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe	583.549.080	132.554.592	716.103.672
1 - Pessoal e Encargos Sociais	428.535.530	126.048.000	554.583.530
100 - Recursos Ordinários	428.535.530	15.779.410	444.314.940
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		43.998.461	43.998.461
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		66.270.129	66.270.129
3 - Outras Despesas Correntes	121.615.487	6.506.592	128.122.079
100 - Recursos Ordinários	115.943.354	6.506.592	122.449.946
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.000		2.000.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	300.000		300.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.372.133		3.372.133
4 - Investimentos	33.398.063		33.398.063
100 - Recursos Ordinários	7.834.383		7.834.383
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	3.643.680		3.643.680
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	21.920.000		21.920.000
26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa	612.214.117	303.871.981	916.086.098
1 - Pessoal e Encargos Sociais	482.576.885	284.921.000	767.497.885
100 - Recursos Ordinários	482.576.885	139.188.628	621.765.513
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		55.237.989	55.237.989
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		90.494.383	90.494.383
3 - Outras Despesas Correntes	113.696.093	18.950.981	132.647.074
100 - Recursos Ordinários	112.846.093	18.950.981	131.797.074
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	150.000		150.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	700.000		700.000
4 - Investimentos	15.941.139		15.941.139
100 - Recursos Ordinários	2.908.086		2.908.086
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.765.265		2.765.265
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	9.212.988		9.212.988
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	59.800		59.800
280 - Recursos Próprios Financeiros	995.000		995.000
26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	676.095.312	226.209.042	902.304.354
1 - Pessoal e Encargos Sociais	498.667.204	191.698.000	690.365.204
100 - Recursos Ordinários	498.667.204	56.413.184	555.080.388

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		53.068.729	53.068.729
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		82.216.087	82.216.087
3 - Outras Despesas Correntes	148.490.547	34.511.042	183.001.589
100 - Recursos Ordinários	132.380.664	9.911.042	142.291.706
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	6.614.867		6.614.867
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	5.920.000		5.920.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.307.831	24.600.000	27.907.831
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.585		5.585
281 - Recursos de Convênios	261.600		261.600
4 - Investimentos	28.937.561		28.937.561
100 - Recursos Ordinários	22.827.776		22.827.776
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	5.000.000		5.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.000.000		1.000.000
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	109.785		109.785
26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	126.129.676	19.333.332	145.463.008
1 - Pessoal e Encargos Sociais	85.795.139	18.450.900	104.246.039
100 - Recursos Ordinários	85.795.139		85.795.139
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.784.374	9.784.374
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.666.526	8.666.526
3 - Outras Despesas Correntes	36.634.537	882.432	37.516.969
100 - Recursos Ordinários	28.004.905	882.432	28.887.337
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	7.776.117		7.776.117
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	259.770		259.770
280 - Recursos Próprios Financeiros	593.745		593.745
4 - Investimentos	3.700.000		3.700.000
100 - Recursos Ordinários	3.000.000		3.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	700.000		700.000
26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	324.103.857	35.435.143	359.539.000
1 - Pessoal e Encargos Sociais	229.940.870	31.569.031	261.509.901
100 - Recursos Ordinários	229.940.870		229.940.870
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		24.905.678	24.905.678
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.663.353	6.663.353
3 - Outras Despesas Correntes	66.374.786	3.866.112	70.240.898
100 - Recursos Ordinários	62.187.516	3.866.112	66.053.628
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	3.752.791		3.752.791
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	100.000		100.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	218.427		218.427
280 - Recursos Próprios Financeiros	116.052		116.052
4 - Investimentos	27.788.201		27.788.201
100 - Recursos Ordinários	2.629.692		2.629.692
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		1.500.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	23.028.521		23.028.521
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	218.428		218.428
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	295.508		295.508
280 - Recursos Próprios Financeiros	116.052		116.052
26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá	302.934.416	9.278.932	312.213.348
1 - Pessoal e Encargos Sociais	143.988.573	7.105.000	151.093.573
100 - Recursos Ordinários	143.988.573		143.988.573
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.105.000	7.105.000
3 - Outras Despesas Correntes	41.486.542	2.173.932	43.660.474
100 - Recursos Ordinários	36.519.692	2.173.932	38.693.624

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	3.015.876		3.015.876
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	600.000		600.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.216.212		1.216.212
280 - Recursos Próprios Financeiros	134.762		134.762
4 - Investimentos	117.459.301		117.459.301
100 - Recursos Ordinários	12.105.931		12.105.931
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	105.200.000		105.200.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	153.370		153.370
26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	1.574.696.194	7.518.620	1.582.214.814
1 - Pessoal e Encargos Sociais	74.636.583	6.581.900	81.218.483
100 - Recursos Ordinários	74.636.583		74.636.583
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.581.900	6.581.900
3 - Outras Despesas Correntes	1.453.795.611	936.720	1.454.732.331
100 - Recursos Ordinários	344.773.901	936.720	345.710.621
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	923.000.000		923.000.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	24.262.560		24.262.560
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	161.759.150		161.759.150
4 - Investimentos	46.264.000		46.264.000
100 - Recursos Ordinários	43.164.000		43.164.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.100.000		3.100.000
26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	4.228.391.040	23.405.112	4.251.796.152
1 - Pessoal e Encargos Sociais	69.753.228	22.425.000	92.178.228
100 - Recursos Ordinários	69.753.228	2.253.024	72.006.252
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.064.441	8.064.441
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.107.535	12.107.535
3 - Outras Despesas Correntes	4.138.026.295	980.112	4.139.006.407
100 - Recursos Ordinários	1.605.053.236	980.112	1.606.033.348
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.478.883.773		2.478.883.773
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	41.397.058		41.397.058
280 - Recursos Próprios Financeiros	12.692.228		12.692.228
4 - Investimentos	20.611.517		20.611.517
100 - Recursos Ordinários	20.611.517		20.611.517
26292 - Fundação Joaquim Nabuco	86.438.223	53.511.496	139.949.719
1 - Pessoal e Encargos Sociais	51.627.115	52.549.900	104.177.015
100 - Recursos Ordinários	51.627.115	34.888.074	86.515.189
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.251.227	6.251.227
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.410.599	11.410.599
3 - Outras Despesas Correntes	32.227.108	961.596	33.188.704
100 - Recursos Ordinários	31.735.787	961.596	32.697.383
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	491.321		491.321
4 - Investimentos	2.584.000		2.584.000
100 - Recursos Ordinários	2.584.000		2.584.000
26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre		1.333.175.938	1.333.175.938
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.141.719.209	1.141.719.209
100 - Recursos Ordinários		23.843.976	23.843.976
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.117.875.233	1.117.875.233
3 - Outras Despesas Correntes		148.302.698	148.302.698
100 - Recursos Ordinários		81.380.156	81.380.156
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		63.675.230	63.675.230
280 - Recursos Próprios Financeiros		1.571.464	1.571.464
281 - Recursos de Convênios		1.675.848	1.675.848
4 - Investimentos		43.154.031	43.154.031
100 - Recursos Ordinários		30.000.000	30.000.000

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		13.000.000	13.000.000
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público		13.510	13.510
296 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		140.521	140.521
26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	23.469.512.081	4.220.760.115	27.690.272.196
1 - Pessoal e Encargos Sociais	95.013.012	64.392.900	159.405.912
100 - Recursos Ordinários	95.013.012	35.593.381	130.606.393
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.717.154	10.717.154
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.082.365	18.082.365
3 - Outras Despesas Correntes	21.630.592.390	4.156.367.215	25.786.959.605
100 - Recursos Ordinários	10.947.492.503	1.674.204	10.949.166.707
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	5.487.807.738		5.487.807.738
113 - Contribuição do Salário-Educação	4.083.492.594	4.154.693.011	8.238.185.605
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	356.548.212		356.548.212
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	470.779.339		470.779.339
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	33.000.000		33.000.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	141.346.615		141.346.615
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	7.294.171		7.294.171
293 - Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação	102.831.218		102.831.218
4 - Investimentos	1.743.906.679		1.743.906.679
100 - Recursos Ordinários	171.707.039		171.707.039
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	465.000.000		465.000.000
113 - Contribuição do Salário-Educação	410.700.000		410.700.000
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	90.000.000		90.000.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	576.499.640		576.499.640
293 - Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação	30.000.000		30.000.000
26350 - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	242.678.195	15.704.556	258.382.751
1 - Pessoal e Encargos Sociais	171.458.398	13.139.100	184.597.498
100 - Recursos Ordinários	171.458.398		171.458.398
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.139.100	13.139.100
3 - Outras Despesas Correntes	48.247.792	2.565.456	50.813.248
100 - Recursos Ordinários	41.667.846	2.565.456	44.233.302
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	5.321.417		5.321.417
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.258.529		1.258.529
4 - Investimentos	22.972.005		22.972.005
100 - Recursos Ordinários	19.037.127		19.037.127
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		1.500.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.434.878		2.434.878
26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	291.180.949	9.328.036	300.508.985
1 - Pessoal e Encargos Sociais	224.466.426	6.615.700	231.082.126
100 - Recursos Ordinários	224.466.426		224.466.426
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.615.700	6.615.700
3 - Outras Despesas Correntes	57.760.231	2.712.336	60.472.567
100 - Recursos Ordinários	56.910.231	2.712.336	59.622.567
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	250.000		250.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	600.000		600.000
4 - Investimentos	8.954.292		8.954.292
100 - Recursos Ordinários	6.672.576		6.672.576
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.744.830		1.744.830
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	430.387		430.387

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	106.499		106.499
26352 - Fundação Universidade Federal do ABC	296.988.109	4.844.500	301.832.609
1 - Pessoal e Encargos Sociais	223.952.781	2.626.000	226.578.781
100 - Recursos Ordinários	223.952.781		223.952.781
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.626.000	2.626.000
3 - Outras Despesas Correntes	63.973.943	2.218.500	66.192.443
100 - Recursos Ordinários	59.305.555	2.218.500	61.524.055
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.000		2.000.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.500.000		1.500.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.168.388		1.168.388
4 - Investimentos	9.061.385		9.061.385
100 - Recursos Ordinários	6.400.628		6.400.628
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.926.563		1.926.563
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	150.000		150.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	584.194		584.194
26358 - Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes		120.285.834	120.285.834
1 - Pessoal e Encargos Sociais		115.039.357	115.039.357
100 - Recursos Ordinários		90.059.584	90.059.584
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.924.048	9.924.048
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.055.725	15.055.725
3 - Outras Despesas Correntes		3.746.477	3.746.477
100 - Recursos Ordinários		3.626.772	3.626.772
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		119.705	119.705
4 - Investimentos		1.500.000	1.500.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		1.500.000	1.500.000
26359 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia		136.437.516	136.437.516
1 - Pessoal e Encargos Sociais		127.287.837	127.287.837
100 - Recursos Ordinários		119.395.537	119.395.537
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.892.300	7.892.300
3 - Outras Despesas Correntes		7.591.176	7.591.176
100 - Recursos Ordinários		7.163.059	7.163.059
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		428.117	428.117
4 - Investimentos		1.558.503	1.558.503
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		1.000.000	1.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		558.503	558.503
26362 - Hospital Universitário Walter Cantídio		155.828.603	155.828.603
1 - Pessoal e Encargos Sociais		150.284.738	150.284.738
100 - Recursos Ordinários		118.622.496	118.622.496
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.603.572	12.603.572
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.058.670	19.058.670
3 - Outras Despesas Correntes		5.543.865	5.543.865
100 - Recursos Ordinários		5.543.865	5.543.865
26363 - Maternidade-Escola Assis Chateaubriand		79.077.025	79.077.025
1 - Pessoal e Encargos Sociais		75.874.621	75.874.621
100 - Recursos Ordinários		59.915.581	59.915.581
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.328.347	6.328.347
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.630.693	9.630.693
3 - Outras Despesas Correntes		3.202.404	3.202.404
100 - Recursos Ordinários		3.202.404	3.202.404
26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes		125.622.966	125.622.966
1 - Pessoal e Encargos Sociais		113.607.007	113.607.007
100 - Recursos Ordinários		89.715.464	89.715.464

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.267.420	9.267.420
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.624.123	14.624.123
3 - Outras Despesas Correntes		11.586.023	11.586.023
100 - Recursos Ordinários		5.036.239	5.036.239
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		6.549.784	6.549.784
4 - Investimentos		429.936	429.936
280 - Recursos Próprios Financeiros		429.936	429.936
26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás		154.059.750	154.059.750
1 - Pessoal e Encargos Sociais		125.363.052	125.363.052
100 - Recursos Ordinários		121.424.052	121.424.052
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.939.000	3.939.000
3 - Outras Despesas Correntes		7.596.698	7.596.698
100 - Recursos Ordinários		7.578.459	7.578.459
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		18.239	18.239
4 - Investimentos		21.100.000	21.100.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		21.100.000	21.100.000
26366 - Hospital Universitário Antonio Pedro		224.223.550	224.223.550
1 - Pessoal e Encargos Sociais		209.847.295	209.847.295
100 - Recursos Ordinários		209.834.295	209.834.295
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes		13.226.255	13.226.255
100 - Recursos Ordinários		12.737.606	12.737.606
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		488.649	488.649
4 - Investimentos		1.150.000	1.150.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		1.150.000	1.150.000
26367 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora		54.019.285	54.019.285
1 - Pessoal e Encargos Sociais		51.142.548	51.142.548
100 - Recursos Ordinários		41.951.548	41.951.548
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.447.443	4.447.443
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.743.557	4.743.557
3 - Outras Despesas Correntes		2.676.737	2.676.737
100 - Recursos Ordinários		2.676.737	2.676.737
4 - Investimentos		200.000	200.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		200.000	200.000
26368 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais		273.553.494	273.553.494
1 - Pessoal e Encargos Sociais		259.152.707	259.152.707
100 - Recursos Ordinários		207.942.747	207.942.747
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.677.049	19.677.049
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		31.532.911	31.532.911
3 - Outras Despesas Correntes		14.400.787	14.400.787
100 - Recursos Ordinários		14.400.787	14.400.787
26369 - Hospital Universitário João de Barros Barreto		104.789.101	104.789.101
1 - Pessoal e Encargos Sociais		99.946.922	99.946.922
100 - Recursos Ordinários		89.442.922	89.442.922
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.784.374	9.784.374
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		719.626	719.626
3 - Outras Despesas Correntes		4.762.179	4.762.179
100 - Recursos Ordinários		4.176.947	4.176.947
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		570.510	570.510
280 - Recursos Próprios Financeiros		14.722	14.722
4 - Investimentos		80.000	80.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		80.000	80.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
26370 - Hospital Universitário Bettina Ferro Souza		16.408.165	16.408.165
1 - Pessoal e Encargos Sociais		15.599.387	15.599.387
100 - Recursos Ordinários		12.973.387	12.973.387
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.778.977	1.778.977
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		847.023	847.023
3 - Outras Despesas Correntes		808.778	808.778
100 - Recursos Ordinários		808.778	808.778
26371 - Hospital Universitário Lauro Wanderley		203.987.811	203.987.811
1 - Pessoal e Encargos Sociais		197.914.654	197.914.654
100 - Recursos Ordinários		159.267.251	159.267.251
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.915.273	14.915.273
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		23.732.130	23.732.130
3 - Outras Despesas Correntes		6.073.157	6.073.157
100 - Recursos Ordinários		6.073.157	6.073.157
26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná		241.624.884	241.624.884
1 - Pessoal e Encargos Sociais		207.753.469	207.753.469
100 - Recursos Ordinários		206.664.680	206.664.680
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.088.789	1.088.789
3 - Outras Despesas Correntes		29.471.415	29.471.415
100 - Recursos Ordinários		13.464.615	13.464.615
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		16.006.800	16.006.800
4 - Investimentos		4.400.000	4.400.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		400.000	400.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		4.000.000	4.000.000
26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco		236.706.147	236.706.147
1 - Pessoal e Encargos Sociais		225.291.495	225.291.495
100 - Recursos Ordinários		180.512.686	180.512.686
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		17.049.705	17.049.705
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.729.104	27.729.104
3 - Outras Despesas Correntes		11.394.644	11.394.644
100 - Recursos Ordinários		11.229.496	11.229.496
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		165.148	165.148
4 - Investimentos		20.008	20.008
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		20.008	20.008
26374 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte		134.160.077	134.160.077
1 - Pessoal e Encargos Sociais		128.140.787	128.140.787
100 - Recursos Ordinários		127.029.391	127.029.391
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.111.396	1.111.396
3 - Outras Despesas Correntes		6.019.290	6.019.290
100 - Recursos Ordinários		6.019.290	6.019.290
26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro		589.214.428	589.214.428
1 - Pessoal e Encargos Sociais		549.746.395	549.746.395
100 - Recursos Ordinários		84.032.000	84.032.000
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		460.462.395	460.462.395
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.252.000	5.252.000
3 - Outras Despesas Correntes		33.961.748	33.961.748
100 - Recursos Ordinários		32.185.748	32.185.748
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		1.776.000	1.776.000
4 - Investimentos		5.506.285	5.506.285
100 - Recursos Ordinários		3.521.898	3.521.898
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		1.984.387	1.984.387
26385 - Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados		68.955.182	68.955.182

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais		33.644.997	33.644.997
100 - Recursos Ordinários		33.397.737	33.397.737
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		247.260	247.260
3 - Outras Despesas Correntes		13.310.185	13.310.185
100 - Recursos Ordinários		3.472.461	3.472.461
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		9.807.724	9.807.724
281 - Recursos de Convênios		30.000	30.000
4 - Investimentos		22.000.000	22.000.000
100 - Recursos Ordinários		7.216.764	7.216.764
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		12.783.236	12.783.236
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		2.000.000	2.000.000
26386 - Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago		235.503.264	235.503.264
1 - Pessoal e Encargos Sociais		222.558.654	222.558.654
100 - Recursos Ordinários		177.299.822	177.299.822
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.010.722	18.010.722
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.248.110	27.248.110
3 - Outras Despesas Correntes		12.544.610	12.544.610
100 - Recursos Ordinários		10.910.493	10.910.493
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		1.634.117	1.634.117
4 - Investimentos		400.000	400.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		400.000	400.000
26387 - Hospital Universitário de Santa Maria		200.354.645	200.354.645
1 - Pessoal e Encargos Sociais		192.915.527	192.915.527
100 - Recursos Ordinários		154.950.797	154.950.797
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.204.202	15.204.202
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.760.528	22.760.528
3 - Outras Despesas Correntes		7.439.118	7.439.118
100 - Recursos Ordinários		7.439.118	7.439.118
26388 - Hospital Universitário Alcides Carneiro		81.192.488	81.192.488
1 - Pessoal e Encargos Sociais		76.556.287	76.556.287
100 - Recursos Ordinários		69.991.287	69.991.287
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.565.000	6.565.000
3 - Outras Despesas Correntes		4.636.201	4.636.201
100 - Recursos Ordinários		4.636.201	4.636.201
26389 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro		152.185.028	152.185.028
1 - Pessoal e Encargos Sociais		137.727.534	137.727.534
100 - Recursos Ordinários		137.714.534	137.714.534
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes		11.059.529	11.059.529
100 - Recursos Ordinários		6.140.689	6.140.689
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		1.000.000	1.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		3.804.213	3.804.213
280 - Recursos Próprios Financeiros		114.627	114.627
4 - Investimentos		3.397.965	3.397.965
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		3.130.502	3.130.502
280 - Recursos Próprios Financeiros		267.463	267.463
26391 - Hospital Universitário Gaffree e Guinle		166.247.038	166.247.038
1 - Pessoal e Encargos Sociais		129.453.048	129.453.048
100 - Recursos Ordinários		117.636.048	117.636.048
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.817.000	11.817.000
3 - Outras Despesas Correntes		12.075.625	12.075.625
100 - Recursos Ordinários		10.125.625	10.125.625
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		1.950.000	1.950.000
4 - Investimentos		24.718.365	24.718.365
100 - Recursos Ordinários		18.521.898	18.521.898

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		6.196.467	6.196.467
26392 - Hospital Universitário Getúlio Vargas		84.930.608	84.930.608
1 - Pessoal e Encargos Sociais		80.146.116	80.146.116
100 - Recursos Ordinários		63.758.598	63.758.598
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.417.313	6.417.313
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.970.205	9.970.205
3 - Outras Despesas Correntes		4.712.839	4.712.839
100 - Recursos Ordinários		4.672.839	4.672.839
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		40.000	40.000
4 - Investimentos		71.653	71.653
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		71.653	71.653
26393 - Hospital Universitário de Brasília		89.239.190	89.239.190
1 - Pessoal e Encargos Sociais		84.139.484	84.139.484
100 - Recursos Ordinários		82.980.781	82.980.781
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.158.703	1.158.703
3 - Outras Despesas Correntes		5.099.706	5.099.706
100 - Recursos Ordinários		5.099.706	5.099.706
26394 - Hospital Universitário da Fundação Universidade do Maranhão		90.042.044	90.042.044
1 - Pessoal e Encargos Sociais		74.644.964	74.644.964
100 - Recursos Ordinários		73.906.590	73.906.590
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		738.374	738.374
3 - Outras Despesas Correntes		5.397.080	5.397.080
100 - Recursos Ordinários		5.374.692	5.374.692
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		22.388	22.388
4 - Investimentos		10.000.000	10.000.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		10.000.000	10.000.000
26395 - Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr.		71.504.016	71.504.016
1 - Pessoal e Encargos Sociais		67.636.766	67.636.766
100 - Recursos Ordinários		55.801.566	55.801.566
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.226.420	6.226.420
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.608.780	5.608.780
3 - Outras Despesas Correntes		3.867.250	3.867.250
100 - Recursos Ordinários		3.867.250	3.867.250
26396 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia		316.699.771	316.699.771
1 - Pessoal e Encargos Sociais		276.761.322	276.761.322
100 - Recursos Ordinários		219.866.531	219.866.531
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.580.105	22.580.105
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		34.314.686	34.314.686
3 - Outras Despesas Correntes		38.738.449	38.738.449
100 - Recursos Ordinários		30.283.850	30.283.850
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		500.000	500.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		7.652.945	7.652.945
280 - Recursos Próprios Financeiros		301.654	301.654
4 - Investimentos		1.200.000	1.200.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		200.000	200.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		1.000.000	1.000.000
26397 - Hospital Júlio Muller		44.191.219	44.191.219
1 - Pessoal e Encargos Sociais		41.437.023	41.437.023
100 - Recursos Ordinários		41.424.023	41.424.023
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes		2.754.196	2.754.196
100 - Recursos Ordinários		2.754.196	2.754.196

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
26398 - Hospital das Clínicas da Fundação Universidade Federal de Pelotas		46.992.561	46.992.561
1 - Pessoal e Encargos Sociais		44.061.739	44.061.739
100 - Recursos Ordinários		43.603.697	43.603.697
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		458.042	458.042
3 - Outras Despesas Correntes		2.710.822	2.710.822
100 - Recursos Ordinários		2.612.562	2.612.562
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		98.260	98.260
4 - Investimentos		220.000	220.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		200.000	200.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		20.000	20.000
26399 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal do Piauí		12.097.401	12.097.401
1 - Pessoal e Encargos Sociais		4.766.849	4.766.849
100 - Recursos Ordinários		3.663.115	3.663.115
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		439.140	439.140
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		664.594	664.594
3 - Outras Despesas Correntes		289.199	289.199
100 - Recursos Ordinários		289.199	289.199
4 - Investimentos		7.041.353	7.041.353
100 - Recursos Ordinários		7.041.353	7.041.353
26400 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe		67.812.153	67.812.153
1 - Pessoal e Encargos Sociais		64.337.936	64.337.936
100 - Recursos Ordinários		56.437.836	56.437.836
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.226.420	6.226.420
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.673.680	1.673.680
3 - Outras Despesas Correntes		3.474.217	3.474.217
100 - Recursos Ordinários		3.474.217	3.474.217
26401 - Hospital Universitário Maria Pedrossian		44.457	44.457
1 - Pessoal e Encargos Sociais		39.457	39.457
100 - Recursos Ordinários		26.457	26.457
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.807	8.807
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.193	4.193
3 - Outras Despesas Correntes		5.000	5.000
100 - Recursos Ordinários		5.000	5.000
26402 - Instituto Federal de Alagoas	369.022.905	61.366.772	430.389.677
1 - Pessoal e Encargos Sociais	270.255.359	57.434.000	327.689.359
100 - Recursos Ordinários	270.255.359		270.255.359
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.574.144	27.574.144
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		29.859.856	29.859.856
3 - Outras Despesas Correntes	76.318.068	3.932.772	80.250.840
100 - Recursos Ordinários	75.145.218	3.932.772	79.077.990
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.172.850		1.172.850
4 - Investimentos	22.449.478		22.449.478
100 - Recursos Ordinários	5.519.520		5.519.520
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		2.000.923
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	14.635.710		14.635.710
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	293.325		293.325
26403 - Instituto Federal do Amazonas	360.263.934	38.641.956	398.905.890
1 - Pessoal e Encargos Sociais	255.042.150	35.841.000	290.883.150
100 - Recursos Ordinários	255.042.150		255.042.150
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		28.463.632	28.463.632
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.377.368	7.377.368
3 - Outras Despesas Correntes	73.721.784	2.800.956	76.522.740

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
100 - Recursos Ordinários	73.590.147	2.800.956	76.391.103
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	131.637		131.637
4 - Investimentos	31.500.000		31.500.000
100 - Recursos Ordinários	1.500.000		1.500.000
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	20.000.000		20.000.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	10.000.000		10.000.000
26404 - Instituto Federal Baiano	307.792.447	13.351.308	321.143.755
1 - Pessoal e Encargos Sociais	232.604.662	10.764.000	243.368.662
100 - Recursos Ordinários	232.604.662		232.604.662
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.764.000	10.764.000
3 - Outras Despesas Correntes	67.429.254	2.587.308	70.016.562
100 - Recursos Ordinários	66.198.117	2.587.308	68.785.425
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	200.000		200.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.031.137		1.031.137
4 - Investimentos	7.758.531		7.758.531
100 - Recursos Ordinários	5.757.608		5.757.608
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		2.000.923
26405 - Instituto Federal do Ceará	656.825.030	68.985.221	725.810.251
1 - Pessoal e Encargos Sociais	490.694.141	63.102.000	553.796.141
100 - Recursos Ordinários	490.694.141		490.694.141
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		49.811.356	49.811.356
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.290.644	13.290.644
3 - Outras Despesas Correntes	142.657.981	5.883.221	148.541.202
100 - Recursos Ordinários	138.615.345	5.883.221	144.498.566
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	200.000		200.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.842.636		3.842.636
4 - Investimentos	23.472.908		23.472.908
100 - Recursos Ordinários	11.962.521		11.962.521
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	11.510.387		11.510.387
26406 - Instituto Federal do Espírito Santo	583.407.444	90.918.640	674.326.084
1 - Pessoal e Encargos Sociais	447.033.968	84.292.000	531.325.968
100 - Recursos Ordinários	447.033.968		447.033.968
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		46.253.402	46.253.402
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		38.038.598	38.038.598
3 - Outras Despesas Correntes	104.309.761	6.626.640	110.936.401
100 - Recursos Ordinários	101.588.143	6.626.640	108.214.783
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	100.000		100.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.621.618		2.621.618
4 - Investimentos	32.063.715		32.063.715
100 - Recursos Ordinários	3.327.792		3.327.792
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		2.000.923
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	22.723.000		22.723.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.000.000		2.000.000
281 - Recursos de Convênios	2.012.000		2.012.000
26407 - Instituto Federal Goiano	296.175.390	24.481.120	320.656.510
1 - Pessoal e Encargos Sociais	219.420.025	21.268.000	240.688.025
100 - Recursos Ordinários	219.420.025		219.420.025
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		21.268.000	21.268.000
3 - Outras Despesas Correntes	68.128.904	3.213.120	71.342.024
100 - Recursos Ordinários	67.278.849	3.213.120	70.491.969
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	850.055		850.055
4 - Investimentos	8.626.461		8.626.461

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
100 - Recursos Ordinários	5.361.021		5.361.021
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		2.000.923
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.264.517		1.264.517
26408 - Instituto Federal do Maranhão	546.732.542	50.161.004	596.893.546
1 - Pessoal e Encargos Sociais	415.465.492	44.642.000	460.107.492
100 - Recursos Ordinários	415.465.492		415.465.492
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		44.642.000	44.642.000
3 - Outras Despesas Correntes	118.327.453	5.519.004	123.846.457
100 - Recursos Ordinários	118.027.453	5.519.004	123.546.457
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	300.000		300.000
4 - Investimentos	12.939.597		12.939.597
100 - Recursos Ordinários	7.746.741		7.746.741
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		2.000.923
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	300.000		300.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.891.933		2.891.933
26409 - Instituto Federal de Minas Gerais	358.082.518	41.874.236	399.956.754
1 - Pessoal e Encargos Sociais	277.241.113	37.154.000	314.395.113
100 - Recursos Ordinários	277.241.113		277.241.113
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		30.242.609	30.242.609
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.911.391	6.911.391
3 - Outras Despesas Correntes	73.831.869	4.720.236	78.552.105
100 - Recursos Ordinários	70.083.806	4.720.236	74.804.042
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	370.000		370.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.894.863		2.894.863
281 - Recursos de Convênios	483.200		483.200
4 - Investimentos	7.009.536		7.009.536
100 - Recursos Ordinários	6.873.840		6.873.840
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	135.696		135.696
26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	261.243.976	16.467.632	277.711.608
1 - Pessoal e Encargos Sociais	194.290.180	13.130.000	207.420.180
100 - Recursos Ordinários	194.290.180		194.290.180
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.130.000	13.130.000
3 - Outras Despesas Correntes	59.614.968	3.337.632	62.952.600
100 - Recursos Ordinários	57.758.134	3.337.632	61.095.766
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.856.834		1.856.834
4 - Investimentos	7.338.828		7.338.828
100 - Recursos Ordinários	2.612.505		2.612.505
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		2.000.923
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.425.000		2.425.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	277.900		277.900
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	22.500		22.500
26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	251.859.149	43.802.689	295.661.838
1 - Pessoal e Encargos Sociais	188.120.228	40.309.789	228.430.017
100 - Recursos Ordinários	188.120.228		188.120.228
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		20.458.236	20.458.236
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.851.553	19.851.553
3 - Outras Despesas Correntes	57.536.983	3.492.900	61.029.883
100 - Recursos Ordinários	51.809.668	3.492.900	55.302.568
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.688.436		5.688.436
280 - Recursos Próprios Financeiros	38.879		38.879
4 - Investimentos	6.201.938		6.201.938
100 - Recursos Ordinários	3.401.015		3.401.015

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		2.000.923
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	800.000		800.000
26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	244.354.703	34.847.520	279.202.223
1 - Pessoal e Encargos Sociais	177.192.173	31.902.000	209.094.173
100 - Recursos Ordinários	177.192.173		177.192.173
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.568.747	19.568.747
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.333.253	12.333.253
3 - Outras Despesas Correntes	61.433.743	2.945.520	64.379.263
100 - Recursos Ordinários	59.074.900	2.945.520	62.020.420
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.358.843		2.358.843
4 - Investimentos	5.728.787		5.728.787
100 - Recursos Ordinários	4.296.992		4.296.992
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.407.741		1.407.741
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	24.054		24.054
26413 - Instituto Federal do Triângulo Mineiro	217.203.005	25.749.236	242.952.241
1 - Pessoal e Encargos Sociais	172.244.115	22.841.000	195.085.115
100 - Recursos Ordinários	172.244.115		172.244.115
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.900.282	16.900.282
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.940.718	5.940.718
3 - Outras Despesas Correntes	40.386.341	2.908.236	43.294.577
100 - Recursos Ordinários	39.489.587	2.908.236	42.397.823
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	896.754		896.754
4 - Investimentos	4.572.549		4.572.549
100 - Recursos Ordinários	2.529.111		2.529.111
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.041.488		2.041.488
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.950		1.950
26414 - Instituto Federal do Mato Grosso	403.618.728	52.859.240	456.477.968
1 - Pessoal e Encargos Sociais	297.448.114	48.971.000	346.419.114
100 - Recursos Ordinários	297.448.114		297.448.114
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		32.911.075	32.911.075
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.059.925	16.059.925
3 - Outras Despesas Correntes	91.437.780	3.888.240	95.326.020
100 - Recursos Ordinários	89.379.068	3.888.240	93.267.308
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.002.849		2.002.849
280 - Recursos Próprios Financeiros	55.863		55.863
4 - Investimentos	14.732.834		14.732.834
100 - Recursos Ordinários	10.791.925		10.791.925
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		2.000.923
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	500.000		500.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	939.986		939.986
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	500.000		500.000
26415 - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	197.813.533	1.943.122	199.756.655
1 - Pessoal e Encargos Sociais	149.450.411	326.794	149.777.205
100 - Recursos Ordinários	149.450.411		149.450.411
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		326.794	326.794
3 - Outras Despesas Correntes	37.358.433	1.616.328	38.974.761
100 - Recursos Ordinários	37.257.621	1.616.328	38.873.949
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	100.812		100.812
4 - Investimentos	11.004.689		11.004.689
100 - Recursos Ordinários	10.954.689		10.954.689
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	50.000		50.000
26416 - Instituto Federal do Pará	394.220.032	55.053.900	449.273.932
	299.080.429	51.207.000	350.287.429

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais			
100 - Recursos Ordinários	299.080.429		299.080.429
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		33.800.563	33.800.563
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		17.406.437	17.406.437
3 - Outras Despesas Correntes	80.024.657	3.846.900	83.871.557
100 - Recursos Ordinários	77.486.377	3.846.900	81.333.277
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.538.280		2.538.280
4 - Investimentos	15.114.946		15.114.946
100 - Recursos Ordinários	6.549.831		6.549.831
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.922		2.000.922
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	5.650.000		5.650.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	914.193		914.193
26417 - Instituto Federal da Paraíba	460.852.136	69.609.584	530.461.720
1 - Pessoal e Encargos Sociais	365.503.851	64.337.000	429.840.851
100 - Recursos Ordinários	365.503.851		365.503.851
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		36.469.029	36.469.029
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.867.971	27.867.971
3 - Outras Despesas Correntes	82.831.974	5.272.584	88.104.558
100 - Recursos Ordinários	78.316.534	5.272.584	83.589.118
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	23.000		23.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.492.440		4.492.440
4 - Investimentos	12.516.311		12.516.311
100 - Recursos Ordinários	9.255.362		9.255.362
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.413.949		2.413.949
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	847.000		847.000
26418 - Instituto Federal de Pernambuco	432.583.781	101.383.796	533.967.577
1 - Pessoal e Encargos Sociais	337.853.671	95.849.000	433.702.671
100 - Recursos Ordinários	337.853.671	2.699.446	340.553.117
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		37.429.260	37.429.260
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		55.720.294	55.720.294
3 - Outras Despesas Correntes	89.344.523	5.534.796	94.879.319
100 - Recursos Ordinários	87.674.634	5.534.796	93.209.430
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.669.889		1.669.889
4 - Investimentos	5.385.587		5.385.587
100 - Recursos Ordinários	5.308.587		5.308.587
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	77.000		77.000
26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul	418.463.702	27.987.320	446.451.022
1 - Pessoal e Encargos Sociais	332.600.095	23.894.000	356.494.095
100 - Recursos Ordinários	332.600.095		332.600.095
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		23.894.000	23.894.000
3 - Outras Despesas Correntes	75.318.939	4.093.320	79.412.259
100 - Recursos Ordinários	73.959.943	4.093.320	78.053.263
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	550.000		550.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	808.996		808.996
4 - Investimentos	10.544.668		10.544.668
100 - Recursos Ordinários	7.917.377		7.917.377
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.527.000		2.527.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	100.291		100.291
26420 - Instituto Federal Farroupilha	285.176.154	15.482.852	300.659.006
1 - Pessoal e Encargos Sociais	216.462.162	13.520.000	229.982.162
100 - Recursos Ordinários	216.462.162		216.462.162
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.520.000	13.520.000
3 - Outras Despesas Correntes	61.137.338	1.962.852	63.100.190

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
100 - Recursos Ordinários	60.937.338	1.962.852	62.900.190
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	200.000		200.000
4 - Investimentos	7.576.654		7.576.654
100 - Recursos Ordinários	5.401.243		5.401.243
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	600.000		600.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.575.411		1.575.411
26421 - Instituto Federal de Rondônia	228.523.495	4.865.224	233.388.719
1 - Pessoal e Encargos Sociais	153.455.611	2.626.000	156.081.611
100 - Recursos Ordinários	153.455.611		153.455.611
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.626.000	2.626.000
3 - Outras Despesas Correntes	51.465.865	2.239.224	53.705.089
100 - Recursos Ordinários	50.987.466	2.239.224	53.226.690
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	376.192		376.192
280 - Recursos Próprios Financeiros	102.207		102.207
4 - Investimentos	23.602.019		23.602.019
100 - Recursos Ordinários	11.902.019		11.902.019
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	11.700.000		11.700.000
26422 - Instituto Federal Catarinense	366.396.813	20.758.276	387.155.089
1 - Pessoal e Encargos Sociais	279.267.494	17.329.000	296.596.494
100 - Recursos Ordinários	279.267.494		279.267.494
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		17.329.000	17.329.000
3 - Outras Despesas Correntes	76.824.903	3.429.276	80.254.179
100 - Recursos Ordinários	75.456.078	3.429.276	78.885.354
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.368.825		1.368.825
4 - Investimentos	10.304.416		10.304.416
100 - Recursos Ordinários	10.204.416		10.204.416
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	100.000		100.000
26423 - Instituto Federal de Sergipe	230.547.669	44.725.948	275.273.617
1 - Pessoal e Encargos Sociais	180.931.065	42.016.000	222.947.065
100 - Recursos Ordinários	180.931.065		180.931.065
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.568.747	19.568.747
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.447.253	22.447.253
3 - Outras Despesas Correntes	44.676.433	2.709.948	47.386.381
100 - Recursos Ordinários	44.456.600	2.709.948	47.166.548
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	219.833		219.833
4 - Investimentos	4.940.171		4.940.171
100 - Recursos Ordinários	4.640.171		4.640.171
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	300.000		300.000
26424 - Instituto Federal do Tocantins	235.431.684	5.540.180	240.971.864
1 - Pessoal e Encargos Sociais	178.313.402	2.681.900	180.995.302
100 - Recursos Ordinários	178.313.402		178.313.402
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.681.900	2.681.900
3 - Outras Despesas Correntes	53.016.256	2.858.280	55.874.536
100 - Recursos Ordinários	51.961.295	2.858.280	54.819.575
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.049.874		1.049.874
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.087		5.087
4 - Investimentos	4.102.026		4.102.026
100 - Recursos Ordinários	4.102.026		4.102.026
26425 - Instituto Federal do Acre	127.593.410	826.176	128.419.586
1 - Pessoal e Encargos Sociais	88.948.502	368.784	89.317.286
100 - Recursos Ordinários	88.948.502		88.948.502
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		368.784	368.784
3 - Outras Despesas Correntes	32.471.249	457.392	32.928.641
100 - Recursos Ordinários	24.208.312	457.392	24.665.704

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	8.250.000		8.250.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	12.937		12.937
4 - Investimentos	6.173.659		6.173.659
100 - Recursos Ordinários	2.772.736		2.772.736
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.000.923		1.000.923
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.400.000		2.400.000
26426 - Instituto Federal do Amapá	106.134.443	808.051	106.942.494
1 - Pessoal e Encargos Sociais	69.275.416	168.883	69.444.299
100 - Recursos Ordinários	69.275.416		69.275.416
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		168.883	168.883
3 - Outras Despesas Correntes	26.297.955	639.168	26.937.123
100 - Recursos Ordinários	24.499.507	639.168	25.138.675
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.000.000		1.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	798.448		798.448
4 - Investimentos	10.561.072		10.561.072
100 - Recursos Ordinários	8.561.072		8.561.072
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.000.000		2.000.000
26427 - Instituto Federal da Bahia	487.364.900	60.476.496	547.841.396
1 - Pessoal e Encargos Sociais	378.203.994	55.536.000	433.739.994
100 - Recursos Ordinários	378.203.994		378.203.994
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		41.805.960	41.805.960
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.730.040	13.730.040
3 - Outras Despesas Correntes	104.637.818	4.940.496	109.578.314
100 - Recursos Ordinários	102.389.591	4.940.496	107.330.087
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	900.000		900.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.342.970		1.342.970
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.257		5.257
4 - Investimentos	4.523.088		4.523.088
100 - Recursos Ordinários	2.322.165		2.322.165
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		2.000.923
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	200.000		200.000
26428 - Instituto Federal de Brasília	223.180.260	2.794.520	225.974.780
1 - Pessoal e Encargos Sociais	168.357.248	1.313.000	169.670.248
100 - Recursos Ordinários	168.357.248		168.357.248
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.313.000	1.313.000
3 - Outras Despesas Correntes	45.648.246	1.481.520	47.129.766
100 - Recursos Ordinários	45.580.038	1.481.520	47.061.558
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	68.208		68.208
4 - Investimentos	9.174.766		9.174.766
100 - Recursos Ordinários	6.053.069		6.053.069
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		2.000.923
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.120.774		1.120.774
26429 - Instituto Federal de Goiás	407.860.387	56.168.136	464.028.523
1 - Pessoal e Encargos Sociais	335.958.851	51.207.000	387.165.851
100 - Recursos Ordinários	335.958.851		335.958.851
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		36.469.029	36.469.029
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.737.971	14.737.971
3 - Outras Despesas Correntes	66.747.811	4.961.136	71.708.947
100 - Recursos Ordinários	65.094.589	4.961.136	70.055.725
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.653.222		1.653.222
4 - Investimentos	5.153.725		5.153.725
100 - Recursos Ordinários	3.889.208		3.889.208

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.264.517		1.264.517
26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano	172.656.071	10.091.380	182.747.451
1 - Pessoal e Encargos Sociais	132.838.454	7.883.200	140.721.654
100 - Recursos Ordinários	132.838.454		132.838.454
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.883.200	7.883.200
3 - Outras Despesas Correntes	34.845.608	2.208.180	37.053.788
100 - Recursos Ordinários	34.354.014	2.208.180	36.562.194
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	491.594		491.594
4 - Investimentos	4.972.009		4.972.009
100 - Recursos Ordinários	2.471.086		2.471.086
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		2.000.923
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	500.000		500.000
26431 - Instituto Federal do Piauí	385.090.347	45.708.272	430.798.619
1 - Pessoal e Encargos Sociais	300.117.842	40.430.000	340.547.842
100 - Recursos Ordinários	300.117.842		300.117.842
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		30.242.609	30.242.609
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.187.391	10.187.391
3 - Outras Despesas Correntes	79.972.821	5.278.272	85.251.093
100 - Recursos Ordinários	78.938.285	5.278.272	84.216.557
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.034.536		1.034.536
4 - Investimentos	4.999.684		4.999.684
100 - Recursos Ordinários	2.998.761		2.998.761
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		2.000.923
26432 - Instituto Federal do Paraná	392.550.465	8.030.364	400.580.829
1 - Pessoal e Encargos Sociais	299.037.730	3.939.000	302.976.730
100 - Recursos Ordinários	299.037.730		299.037.730
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.939.000	3.939.000
3 - Outras Despesas Correntes	82.731.382	4.091.364	86.822.746
100 - Recursos Ordinários	77.550.681	4.091.364	81.642.045
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	100.000		100.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.407.776		4.407.776
280 - Recursos Próprios Financeiros	206.090		206.090
281 - Recursos de Convênios	466.835		466.835
4 - Investimentos	10.781.353		10.781.353
100 - Recursos Ordinários	7.635.430		7.635.430
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		2.000.923
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.100.000		1.100.000
281 - Recursos de Convênios	45.000		45.000
26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro	398.578.906	51.767.676	450.346.582
1 - Pessoal e Encargos Sociais	298.548.303	49.101.000	347.649.303
100 - Recursos Ordinários	298.548.303		298.548.303
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		32.911.075	32.911.075
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.189.925	16.189.925
3 - Outras Despesas Correntes	65.048.139	2.666.676	67.714.815
100 - Recursos Ordinários	62.957.612	2.666.676	65.624.288
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	417.290		417.290
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.458.619		1.458.619
281 - Recursos de Convênios	214.618		214.618
4 - Investimentos	34.982.464		34.982.464
100 - Recursos Ordinários	1.848.567		1.848.567
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		2.000.923
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	30.900.000		30.900.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	211.974		211.974
281 - Recursos de Convênios	21.000		21.000
26434 - Instituto Federal Fluminense	345.379.971	71.962.208	417.342.179
1 - Pessoal e Encargos Sociais	260.549.769	68.276.000	328.825.769
100 - Recursos Ordinários	260.549.769		260.549.769
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		28.463.632	28.463.632
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		39.812.368	39.812.368
3 - Outras Despesas Correntes	77.669.159	3.686.208	81.355.367
100 - Recursos Ordinários	73.378.918	3.686.208	77.065.126
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.100.000		1.100.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.190.241		3.190.241
4 - Investimentos	7.161.043		7.161.043
100 - Recursos Ordinários	4.561.043		4.561.043
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.600.000		2.600.000
26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte	547.843.915	65.925.856	613.769.771
1 - Pessoal e Encargos Sociais	421.510.687	59.215.000	480.725.687
100 - Recursos Ordinários	421.510.687		421.510.687
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		42.695.448	42.695.448
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.519.552	16.519.552
3 - Outras Despesas Correntes	115.492.070	6.710.856	122.202.926
100 - Recursos Ordinários	113.992.070	6.710.856	120.702.926
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.500.000		1.500.000
4 - Investimentos	10.841.158		10.841.158
100 - Recursos Ordinários	5.411.095		5.411.095
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		2.000.923
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	900.000		900.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.529.140		2.529.140
26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense	374.340.390	63.249.284	437.589.674
1 - Pessoal e Encargos Sociais	297.513.601	59.130.500	356.644.101
100 - Recursos Ordinários	297.513.601		297.513.601
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		32.911.075	32.911.075
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		26.219.425	26.219.425
3 - Outras Despesas Correntes	69.764.264	4.118.784	73.883.048
100 - Recursos Ordinários	68.529.845	4.118.784	72.648.629
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	100.000		100.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.134.419		1.134.419
4 - Investimentos	7.062.525		7.062.525
100 - Recursos Ordinários	3.825.622		3.825.622
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		2.000.923
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	750.000		750.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	485.980		485.980
26437 - Instituto Federal de Roraima	124.637.210	14.476.588	139.113.798
1 - Pessoal e Encargos Sociais	91.531.237	13.156.000	104.687.237
100 - Recursos Ordinários	91.531.237		91.531.237
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.784.374	9.784.374
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.371.626	3.371.626
3 - Outras Despesas Correntes	25.687.825	1.320.588	27.008.413
100 - Recursos Ordinários	25.434.450	1.320.588	26.755.038
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	253.375		253.375
4 - Investimentos	7.418.148		7.418.148
100 - Recursos Ordinários	4.418.148		4.418.148
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	3.000.000		3.000.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
26438 - Instituto Federal de Santa Catarina	517.148.677	68.605.786	585.754.463
1 - Pessoal e Encargos Sociais	413.300.984	63.024.000	476.324.984
100 - Recursos Ordinários	413.300.984		413.300.984
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		40.026.983	40.026.983
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.997.017	22.997.017
3 - Outras Despesas Correntes	92.360.364	5.581.786	97.942.150
100 - Recursos Ordinários	90.889.675	5.581.786	96.471.461
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	200.000		200.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.270.689		1.270.689
4 - Investimentos	11.487.329		11.487.329
100 - Recursos Ordinários	9.286.406		9.286.406
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		2.000.923
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	200.000		200.000
26439 - Instituto Federal de São Paulo	848.592.478	63.878.960	912.471.438
1 - Pessoal e Encargos Sociais	669.699.955	56.849.000	726.548.955
100 - Recursos Ordinários	669.699.955		669.699.955
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		56.849.000	56.849.000
3 - Outras Despesas Correntes	155.859.282	7.029.960	162.889.242
100 - Recursos Ordinários	153.586.832	7.029.960	160.616.792
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.672.450		1.672.450
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	600.000		600.000
4 - Investimentos	23.033.241		23.033.241
100 - Recursos Ordinários	3.656.776		3.656.776
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.000.923		2.000.923
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	16.400.000		16.400.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	975.542		975.542
26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul	262.193.938	2.164.683	264.358.621
1 - Pessoal e Encargos Sociais	191.771.791	148.239	191.920.030
100 - Recursos Ordinários	191.771.791		191.771.791
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		148.239	148.239
3 - Outras Despesas Correntes	67.441.285	2.016.444	69.457.729
100 - Recursos Ordinários	64.687.736	2.016.444	66.704.180
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.870.000		1.870.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	871.755		871.755
280 - Recursos Próprios Financeiros	11.794		11.794
4 - Investimentos	2.980.862		2.980.862
100 - Recursos Ordinários	1.362.858		1.362.858
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.618.004		1.618.004
26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará	194.241.631	4.149.040	198.390.671
1 - Pessoal e Encargos Sociais	133.114.616	2.626.000	135.740.616
100 - Recursos Ordinários	133.114.616		133.114.616
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.626.000	2.626.000
3 - Outras Despesas Correntes	47.107.015	1.523.040	48.630.055
100 - Recursos Ordinários	45.625.968	1.523.040	47.149.008
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	300.000		300.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.110.618		1.110.618
280 - Recursos Próprios Financeiros	70.429		70.429
4 - Investimentos	14.020.000		14.020.000
100 - Recursos Ordinários	11.520.000		11.520.000
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		1.500.000
296 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	1.000.000		1.000.000
26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	137.644.685	1.753.576	139.398.261
1 - Pessoal e Encargos Sociais	90.168.842	818.116	90.986.958

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
100 - Recursos Ordinários	90.168.842		90.168.842
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		818.116	818.116
3 - Outras Despesas Correntes	44.275.843	935.460	45.211.303
100 - Recursos Ordinários	42.973.914	935.460	43.909.374
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	250.000		250.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.051.929		1.051.929
4 - Investimentos	3.200.000		3.200.000
100 - Recursos Ordinários	2.000.000		2.000.000
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.000.000		1.000.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	200.000		200.000
26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares		4.763.418.874	4.763.418.874
1 - Pessoal e Encargos Sociais		3.895.308.602	3.895.308.602
100 - Recursos Ordinários		9.100.000	9.100.000
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		3.886.208.602	3.886.208.602
3 - Outras Despesas Correntes		790.571.656	790.571.656
100 - Recursos Ordinários		742.451.263	742.451.263
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		46.072.094	46.072.094
280 - Recursos Próprios Financeiros		2.048.299	2.048.299
4 - Investimentos		77.538.616	77.538.616
100 - Recursos Ordinários		76.238.616	76.238.616
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		1.300.000	1.300.000
26444 - Maternidade Victor Ferreira do Amaral		3.648.771	3.648.771
1 - Pessoal e Encargos Sociais		3.466.030	3.466.030
100 - Recursos Ordinários		3.453.030	3.453.030
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes		182.741	182.741
100 - Recursos Ordinários		182.741	182.741
26445 - Hospital Universitário da UNIFESP		307.204.437	307.204.437
1 - Pessoal e Encargos Sociais		288.387.506	288.387.506
100 - Recursos Ordinários		288.374.506	288.374.506
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes		18.366.931	18.366.931
100 - Recursos Ordinários		18.116.931	18.116.931
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		250.000	250.000
4 - Investimentos		450.000	450.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		450.000	450.000
26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia	103.786.222	765.597	104.551.819
1 - Pessoal e Encargos Sociais	68.541.741	262.665	68.804.406
100 - Recursos Ordinários	68.541.741		68.541.741
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		262.665	262.665
3 - Outras Despesas Correntes	28.994.481	502.932	29.497.413
100 - Recursos Ordinários	27.994.539	502.932	28.497.471
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	600.000		600.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	383.362		383.362
280 - Recursos Próprios Financeiros	16.580		16.580
4 - Investimentos	6.250.000		6.250.000
100 - Recursos Ordinários	4.500.000		4.500.000
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		1.500.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	250.000		250.000
26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	122.343.920	1.061.767	123.405.687
1 - Pessoal e Encargos Sociais	84.416.852	176.527	84.593.379
100 - Recursos Ordinários	84.416.852		84.416.852

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		176.527	176.527
3 - Outras Despesas Correntes	28.367.754	885.240	29.252.994
100 - Recursos Ordinários	26.620.497	885.240	27.505.737
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	650.000		650.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	148.911		148.911
280 - Recursos Próprios Financeiros	29.146		29.146
281 - Recursos de Convênios	919.200		919.200
4 - Investimentos	9.559.314		9.559.314
100 - Recursos Ordinários	5.559.314		5.559.314
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	3.000.000		3.000.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.000.000		1.000.000
26449 - Universidade Federal do Cariri	119.003.840	1.501.062	120.504.902
1 - Pessoal e Encargos Sociais	75.118.574	452.946	75.571.520
100 - Recursos Ordinários	75.118.574		75.118.574
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		452.946	452.946
3 - Outras Despesas Correntes	34.870.237	1.048.116	35.918.353
100 - Recursos Ordinários	34.221.350	1.048.116	35.269.466
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	648.887		648.887
4 - Investimentos	9.015.029		9.015.029
100 - Recursos Ordinários	7.515.029		7.515.029
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		1.500.000
26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia	104.330.361	1.135.462	105.465.823
1 - Pessoal e Encargos Sociais	68.765.140	564.850	69.329.990
100 - Recursos Ordinários	68.765.140		68.765.140
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		564.850	564.850
3 - Outras Despesas Correntes	20.756.147	570.612	21.326.759
100 - Recursos Ordinários	20.514.111	570.612	21.084.723
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	242.036		242.036
4 - Investimentos	14.809.074		14.809.074
100 - Recursos Ordinários	13.909.074		13.909.074
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	900.000		900.000
26451 - Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco		265.860	265.860
1 - Pessoal e Encargos Sociais		39.457	39.457
100 - Recursos Ordinários		26.457	26.457
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.807	8.807
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.193	4.193
3 - Outras Despesas Correntes		226.403	226.403
100 - Recursos Ordinários		226.403	226.403
26452 - Universidade Federal de Catalão	27.765.878	296.824	28.062.702
1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.200.186	13.000	10.213.186
100 - Recursos Ordinários	10.200.186		10.200.186
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	15.775.692	283.824	16.059.516
100 - Recursos Ordinários	15.212.492	283.824	15.496.316
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	563.200		563.200
4 - Investimentos	1.790.000		1.790.000
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		1.500.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	250.000		250.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	40.000		40.000
26453 - Universidade Federal de Jataí	28.704.643	128.632	28.833.275
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.595.803	13.000	9.608.803
100 - Recursos Ordinários	9.595.803		9.595.803

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	17.308.840	115.632	17.424.472
100 - Recursos Ordinários	16.666.040	115.632	16.781.672
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	642.800		642.800
4 - Investimentos	1.800.000		1.800.000
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		1.500.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	300.000		300.000
26454 - Universidade Federal de Rondonópolis	36.250.028	328.360	36.578.388
1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.158.921	13.000	20.171.921
100 - Recursos Ordinários	20.158.921		20.158.921
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	14.591.107	315.360	14.906.467
100 - Recursos Ordinários	14.498.727	315.360	14.814.087
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	92.380		92.380
4 - Investimentos	1.500.000		1.500.000
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.500.000		1.500.000
26455 - Universidade Federal do Delta do Parnaíba	37.746.330	293.320	38.039.650
1 - Pessoal e Encargos Sociais	21.005.965	13.000	21.018.965
100 - Recursos Ordinários	21.005.965		21.005.965
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	14.740.365	280.320	15.020.685
100 - Recursos Ordinários	13.441.112	280.320	13.721.432
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.299.253		1.299.253
4 - Investimentos	2.000.000		2.000.000
100 - Recursos Ordinários	1.500.000		1.500.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	500.000		500.000
26456 - Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	140.970.638	748.840	141.719.478
1 - Pessoal e Encargos Sociais	124.777.876	13.000	124.790.876
100 - Recursos Ordinários	124.777.876		124.777.876
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	14.692.762	735.840	15.428.602
100 - Recursos Ordinários	12.203.195	735.840	12.939.035
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.489.567		2.489.567
4 - Investimentos	1.500.000		1.500.000
100 - Recursos Ordinários	1.500.000		1.500.000
28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	3.210.937.777	242.944.382	3.453.882.159
1 - Pessoal e Encargos Sociais	698.785.497	234.106.600	932.892.097
100 - Recursos Ordinários	269.453.728	50.510.025	319.963.753
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.511.266		5.511.266
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		73.776.458	73.776.458
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		94.396.671	94.396.671
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	75.552.776	15.423.446	90.976.222
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	129.518.589		129.518.589
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	218.749.138		218.749.138
3 - Outras Despesas Correntes	1.755.290.818	8.837.782	1.764.128.600
100 - Recursos Ordinários	1.035.224.475	4.740.466	1.039.964.941
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	26.069.573		26.069.573
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	524.837.229	1.319.148	526.156.377
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	80.885.975		80.885.975
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	870.000		870.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	85.127.061	2.778.168	87.905.229
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.276.505		2.276.505
4 - Investimentos	59.427.059		59.427.059
100 - Recursos Ordinários	20.029.119		20.029.119

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.685.660		2.685.660
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	17.541.053		17.541.053
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	7.950.000		7.950.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	6.550.000		6.550.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.576.864		4.576.864
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	94.363		94.363
9 - Reserva de Contingência	697.434.403		697.434.403
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.842.799		4.842.799
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	175.023.263		175.023.263
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	255.061.296		255.061.296
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	111.402.623		111.402.623
280 - Recursos Próprios Financeiros	151.104.422		151.104.422
28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - Administração Direta	677.522.495	27.095.268	704.617.763
1 - Pessoal e Encargos Sociais	199.938.861	25.057.500	224.996.361
100 - Recursos Ordinários	64.909.006		64.909.006
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.511.266		5.511.266
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		17.789.770	17.789.770
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.267.730	7.267.730
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	129.518.589		129.518.589
3 - Outras Despesas Correntes	189.019.009	2.037.768	191.056.777
100 - Recursos Ordinários	81.193.461	2.037.768	83.231.229
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	26.069.573		26.069.573
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	80.885.975		80.885.975
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	870.000		870.000
4 - Investimentos	28.660.530		28.660.530
100 - Recursos Ordinários	11.474.870		11.474.870
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.685.660		2.685.660
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	7.950.000		7.950.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	6.550.000		6.550.000
9 - Reserva de Contingência	259.904.095		259.904.095
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.842.799		4.842.799
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	255.061.296		255.061.296
28202 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro	937.681.583	90.687.998	1.028.369.581
1 - Pessoal e Encargos Sociais	203.308.310	87.985.300	291.293.610
100 - Recursos Ordinários	203.308.310	23.186.269	226.494.579
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		25.513.310	25.513.310
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		39.285.721	39.285.721
3 - Outras Despesas Correntes	463.345.932	2.702.698	466.048.630
100 - Recursos Ordinários	10.849.320	2.702.698	13.552.018
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	451.496.612		451.496.612
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.000.000		1.000.000
4 - Investimentos	16.029.730		16.029.730
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	16.029.730		16.029.730
9 - Reserva de Contingência	254.997.611		254.997.611
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	156.459.703		156.459.703
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.628.033		1.628.033
280 - Recursos Próprios Financeiros	96.909.875		96.909.875
28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	472.490.364	88.793.968	561.284.332
1 - Pessoal e Encargos Sociais	219.821.616	86.015.800	305.837.416
100 - Recursos Ordinários	1.072.478	27.323.756	28.396.234

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.953.275	22.953.275
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		35.738.769	35.738.769
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	218.749.138		218.749.138
3 - Outras Despesas Correntes	84.127.061	2.778.168	86.905.229
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	84.127.061	2.778.168	86.905.229
4 - Investimentos	4.572.550		4.572.550
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.557.492		4.557.492
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	15.058		15.058
9 - Reserva de Contingência	163.969.137		163.969.137
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	109.774.590		109.774.590
280 - Recursos Próprios Financeiros	54.194.547		54.194.547
28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	1.123.243.335	36.367.148	1.159.610.483
1 - Pessoal e Encargos Sociais	75.716.710	35.048.000	110.764.710
100 - Recursos Ordinários	163.934		163.934
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.520.103	7.520.103
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.104.451	12.104.451
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	75.552.776	15.423.446	90.976.222
3 - Outras Despesas Correntes	1.018.798.816	1.319.148	1.020.117.964
100 - Recursos Ordinários	943.181.694		943.181.694
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	73.340.617	1.319.148	74.659.765
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.276.505		2.276.505
4 - Investimentos	10.164.249		10.164.249
100 - Recursos Ordinários	8.554.249		8.554.249
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.511.323		1.511.323
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	19.372		19.372
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	79.305		79.305
9 - Reserva de Contingência	18.563.560		18.563.560
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	18.563.560		18.563.560
30000 - Ministério da Justiça	1.723.127.097	307.349.091	2.030.476.188
1 - Pessoal e Encargos Sociais	438.627.223	290.654.832	729.282.055
100 - Recursos Ordinários	438.627.223	51.481.972	490.109.195
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		118.615.595	118.615.595
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		44.490.965	44.490.965
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		76.066.300	76.066.300
3 - Outras Despesas Correntes	945.955.914	9.263.376	955.219.290
100 - Recursos Ordinários	427.405.352	9.263.376	436.668.728
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	99.529		99.529
139 - Alienação de Bens Apreendidos	7.430.883		7.430.883
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	52.987.743		52.987.743
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	431.342.858		431.342.858
180 - Recursos Próprios Financeiros	3.590.485		3.590.485
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	23.065.774		23.065.774
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	33.290		33.290
4 - Investimentos	336.543.960		336.543.960
100 - Recursos Ordinários	40.501.573		40.501.573
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.335.000		2.335.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	285.600.000		285.600.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	8.107.387		8.107.387
5 - Inversões Financeiras	2.000.000		2.000.000
100 - Recursos Ordinários	2.000.000		2.000.000
9 - Reserva de Contingência		7.430.883	7.430.883
139 - Alienação de Bens Apreendidos		7.430.883	7.430.883
30101 - Ministério da Justiça - Administração Direta	259.231.586	129.985.276	389.216.862

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	85.892.001	126.829.300	212.721.301
100 - Recursos Ordinários	85.892.001		85.892.001
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		99.951.498	99.951.498
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.360.440	8.360.440
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.517.362	18.517.362
3 - Outras Despesas Correntes	158.939.585	3.155.976	162.095.561
100 - Recursos Ordinários	155.815.029	3.155.976	158.971.005
180 - Recursos Próprios Financeiros	124.556		124.556
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	3.000.000		3.000.000
4 - Investimentos	14.400.000		14.400.000
100 - Recursos Ordinários	11.750.000		11.750.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.650.000		2.650.000
30103 - Arquivo Nacional	101.492.285	14.395.000	115.887.285
1 - Pessoal e Encargos Sociais	68.929.342	13.195.000	82.124.342
100 - Recursos Ordinários	68.929.342		68.929.342
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.336.931	5.336.931
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.858.069	7.858.069
3 - Outras Despesas Correntes	28.819.324	1.200.000	30.019.324
100 - Recursos Ordinários	28.626.663	1.200.000	29.826.663
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	192.661		192.661
4 - Investimentos	3.743.619		3.743.619
100 - Recursos Ordinários	3.743.619		3.743.619
30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI	458.648.210	154.725.332	613.373.542
1 - Pessoal e Encargos Sociais	272.445.468	149.942.000	422.387.468
100 - Recursos Ordinários	272.445.468	51.481.972	323.927.440
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		18.664.097	18.664.097
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		30.394.865	30.394.865
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		49.401.066	49.401.066
3 - Outras Despesas Correntes	167.181.408	4.783.332	171.964.740
100 - Recursos Ordinários	166.673.118	4.783.332	171.456.450
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	475.000		475.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	33.290		33.290
4 - Investimentos	17.021.334		17.021.334
100 - Recursos Ordinários	14.313.947		14.313.947
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.707.387		2.707.387
5 - Inversões Financeiras	2.000.000		2.000.000
100 - Recursos Ordinários	2.000.000		2.000.000
30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica	54.230.130	812.600	55.042.730
1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.360.412	688.532	12.048.944
100 - Recursos Ordinários	11.360.412		11.360.412
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		398.729	398.729
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		289.803	289.803
3 - Outras Despesas Correntes	35.540.711	124.068	35.664.779
100 - Recursos Ordinários	9.060.711	124.068	9.184.779
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	26.480.000		26.480.000
4 - Investimentos	7.329.007		7.329.007
100 - Recursos Ordinários	4.994.007		4.994.007
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.335.000		2.335.000
30905 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos	715.234.529		715.234.529
3 - Outras Despesas Correntes	429.184.529		429.184.529
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	99.529		99.529
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	70.202		70.202
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	424.998.869		424.998.869

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
180 - Recursos Próprios Financeiros	3.465.929		3.465.929
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	550.000		550.000
4 - Investimentos	286.050.000		286.050.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	285.600.000		285.600.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	450.000		450.000
30912 - Fundo Nacional Antidrogas	134.290.357	7.430.883	141.721.240
3 - Outras Despesas Correntes	126.290.357		126.290.357
100 - Recursos Ordinários	67.229.831		67.229.831
139 - Alienação de Bens Apreendidos	7.430.883		7.430.883
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	26.244.880		26.244.880
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	6.343.989		6.343.989
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	19.040.774		19.040.774
4 - Investimentos	8.000.000		8.000.000
100 - Recursos Ordinários	5.700.000		5.700.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.300.000		2.300.000
9 - Reserva de Contingência		7.430.883	7.430.883
139 - Alienação de Bens Apreendidos		7.430.883	7.430.883
32000 - Ministério de Minas e Energia	9.789.733.196	207.040.676	9.996.773.872
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.338.888.208	175.093.100	1.513.981.308
100 - Recursos Ordinários	1.338.888.208	9.732.074	1.348.620.282
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		85.281.003	85.281.003
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		40.212.201	40.212.201
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		39.867.822	39.867.822
2 - Juros e Encargos da Dívida	16.250		16.250
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	16.250		16.250
3 - Outras Despesas Correntes	1.725.852.539	31.947.576	1.757.800.115
100 - Recursos Ordinários	190.740.924	31.947.576	222.688.500
129 - Recursos de Concessões e Permissões	20.045.194		20.045.194
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	77.671.534		77.671.534
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	38.619.066		38.619.066
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	102.411.864		102.411.864
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	1.000.000		1.000.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	11.817.000		11.817.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	330.373.419		330.373.419
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	764.979.237		764.979.237
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	188.194.301		188.194.301
4 - Investimentos	81.908.404		81.908.404
100 - Recursos Ordinários	8.909.082		8.909.082
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.029.998		2.029.998
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	4.404.453		4.404.453
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	14.852.570		14.852.570
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	6.550.000		6.550.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	36.835.882		36.835.882
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	8.144.478		8.144.478
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	181.941		181.941
5 - Inversões Financeiras	3.503.000.000		3.503.000.000
100 - Recursos Ordinários	3.503.000.000		3.503.000.000
9 - Reserva de Contingência	3.140.067.795		3.140.067.795
129 - Recursos de Concessões e Permissões	350.163.689		350.163.689
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	143.464.914		143.464.914

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
142 - <i>Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</i>	2.028.040.321		2.028.040.321
150 - <i>Recursos Próprios Não-Financeiros</i>	5.676.558		5.676.558
172 - <i>Outras Contribuições Econômicas</i>	231.506.426		231.506.426
174 - <i>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	380.758.429		380.758.429
250 - <i>Recursos Próprios Não-Financeiros</i>	383.716		383.716
280 - <i>Recursos Próprios Financeiros</i>	73.742		73.742
32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta	4.356.079.270	105.650.487	4.461.729.757
1 - <i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	112.449.111	102.674.000	215.123.111
100 - <i>Recursos Ordinários</i>	112.449.111		112.449.111
153 - <i>Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS</i>		85.281.003	85.281.003
156 - <i>Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		4.903.387	4.903.387
169 - <i>Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		12.489.610	12.489.610
3 - <i>Outras Despesas Correntes</i>	171.336.304	2.976.487	174.312.791
100 - <i>Recursos Ordinários</i>	80.847.770	2.976.487	83.824.257
134 - <i>Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos</i>	77.671.534		77.671.534
148 - <i>Operações de Crédito Externas - em Moeda</i>	1.000.000		1.000.000
150 - <i>Recursos Próprios Não-Financeiros</i>	11.817.000		11.817.000
4 - <i>Investimentos</i>	10.315.158		10.315.158
100 - <i>Recursos Ordinários</i>	1.735.160		1.735.160
134 - <i>Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos</i>	2.029.998		2.029.998
150 - <i>Recursos Próprios Não-Financeiros</i>	6.550.000		6.550.000
5 - <i>Inversões Financeiras</i>	3.503.000.000		3.503.000.000
100 - <i>Recursos Ordinários</i>	3.503.000.000		3.503.000.000
9 - <i>Reserva de Contingência</i>	558.978.697		558.978.697
142 - <i>Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</i>	321.795.713		321.795.713
150 - <i>Recursos Próprios Não-Financeiros</i>	5.676.558		5.676.558
172 - <i>Outras Contribuições Econômicas</i>	231.506.426		231.506.426
32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	840.446.471	21.511.133	861.957.604
1 - <i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	491.248.508		491.248.508
100 - <i>Recursos Ordinários</i>	491.248.508		491.248.508
2 - <i>Juros e Encargos da Dívida</i>	16.250		16.250
144 - <i>Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações</i>	16.250		16.250
3 - <i>Outras Despesas Correntes</i>	129.242.181	21.511.133	150.753.314
100 - <i>Recursos Ordinários</i>	24.387.458	21.511.133	45.898.591
142 - <i>Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</i>	102.411.864		102.411.864
250 - <i>Recursos Próprios Não-Financeiros</i>	2.442.859		2.442.859
4 - <i>Investimentos</i>	15.334.511		15.334.511
142 - <i>Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</i>	14.852.570		14.852.570
250 - <i>Recursos Próprios Não-Financeiros</i>	300.000		300.000
263 - <i>Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público</i>	181.941		181.941
9 - <i>Reserva de Contingência</i>	204.605.021		204.605.021
142 - <i>Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</i>	204.531.279		204.531.279
280 - <i>Recursos Próprios Financeiros</i>	73.742		73.742
32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	2.304.860.518	16.344.436	2.321.204.954
1 - <i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	221.998.865	14.443.000	236.441.865
100 - <i>Recursos Ordinários</i>	221.998.865		221.998.865
156 - <i>Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público</i>		14.443.000	14.443.000
3 - <i>Outras Despesas Correntes</i>	199.562.060	1.901.436	201.463.496
100 - <i>Recursos Ordinários</i>	7.504.032	1.901.436	9.405.468
174 - <i>Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais</i>	11.306.586		11.306.586
250 - <i>Recursos Próprios Não-Financeiros</i>	180.751.442		180.751.442
4 - <i>Investimentos</i>	17.599.910		17.599.910

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	9.755.432		9.755.432
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	7.844.478		7.844.478
9 - Reserva de Contingência	1.865.699.683		1.865.699.683
129 - Recursos de Concessões e Permissões	279.647.281		279.647.281
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.501.713.329		1.501.713.329
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	84.339.073		84.339.073
32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	1.584.881.792	4.195.648	1.589.077.440
1 - Pessoal e Encargos Sociais	188.044.010	2.821.000	190.865.010
100 - Recursos Ordinários	188.044.010		188.044.010
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.821.000	2.821.000
3 - Outras Despesas Correntes	1.113.038.146	1.374.648	1.114.412.794
100 - Recursos Ordinários	28.992.076	1.374.648	30.366.724
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	319.066.833		319.066.833
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	764.979.237		764.979.237
4 - Investimentos	30.680.450		30.680.450
100 - Recursos Ordinários	3.600.000		3.600.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	27.080.450		27.080.450
9 - Reserva de Contingência	253.119.186		253.119.186
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	253.119.186		253.119.186
32314 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE	145.845.366	1.474.512	147.319.878
1 - Pessoal e Encargos Sociais	99.154.092		99.154.092
100 - Recursos Ordinários	99.154.092		99.154.092
3 - Outras Despesas Correntes	43.117.352	1.474.512	44.591.864
100 - Recursos Ordinários	38.117.352	1.474.512	39.591.864
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.000.000		5.000.000
4 - Investimentos	3.573.922		3.573.922
100 - Recursos Ordinários	3.573.922		3.573.922
32396 - Agência Nacional de Mineração	557.619.779	57.864.460	615.484.239
1 - Pessoal e Encargos Sociais	225.993.622	55.155.100	281.148.722
100 - Recursos Ordinários	225.993.622	9.732.074	235.725.696
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.044.814	18.044.814
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.378.212	27.378.212
3 - Outras Despesas Correntes	69.556.496	2.709.360	72.265.856
100 - Recursos Ordinários	10.892.236	2.709.360	13.601.596
129 - Recursos de Concessões e Permissões	20.045.194		20.045.194
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	38.619.066		38.619.066
4 - Investimentos	4.404.453		4.404.453
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	4.404.453		4.404.453
9 - Reserva de Contingência	257.665.208		257.665.208
129 - Recursos de Concessões e Permissões	70.516.408		70.516.408
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	143.464.914		143.464.914
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	43.300.170		43.300.170
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	383.716		383.716
35000 - Ministério das Relações Exteriores	3.170.774.521	514.119.523	3.684.894.044
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.168.717.258	376.846.327	1.545.563.585
100 - Recursos Ordinários	1.168.717.258		1.168.717.258
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		117.950.080	117.950.080
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		101.795.122	101.795.122
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		157.101.125	157.101.125
3 - Outras Despesas Correntes	1.914.595.263	137.273.196	2.051.868.459
100 - Recursos Ordinários	1.700.458.986	137.273.196	1.837.732.182
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.156.683		4.156.683

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	209.808.856		209.808.856
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	170.738		170.738
4 - Investimentos	85.087.000		85.087.000
100 - Recursos Ordinários	73.587.000		73.587.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	11.500.000		11.500.000
5 - Inversões Financeiras	2.375.000		2.375.000
100 - Recursos Ordinários	2.375.000		2.375.000
35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta	3.155.259.489	513.077.276	3.668.336.765
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.160.387.699	375.908.000	1.536.295.699
100 - Recursos Ordinários	1.160.387.699		1.160.387.699
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		117.950.080	117.950.080
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		100.934.802	100.934.802
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		157.023.118	157.023.118
3 - Outras Despesas Correntes	1.907.481.040	137.169.276	2.044.650.316
100 - Recursos Ordinários	1.693.515.501	137.169.276	1.830.684.777
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.156.683		4.156.683
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	209.808.856		209.808.856
4 - Investimentos	85.015.750		85.015.750
100 - Recursos Ordinários	73.515.750		73.515.750
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	11.500.000		11.500.000
5 - Inversões Financeiras	2.375.000		2.375.000
100 - Recursos Ordinários	2.375.000		2.375.000
35201 - Fundação Alexandre de Gusmão	15.515.032	1.042.247	16.557.279
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.329.559	938.327	9.267.886
100 - Recursos Ordinários	8.329.559		8.329.559
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		860.320	860.320
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		78.007	78.007
3 - Outras Despesas Correntes	7.114.223	103.920	7.218.143
100 - Recursos Ordinários	6.943.485	103.920	7.047.405
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	170.738		170.738
4 - Investimentos	71.250		71.250
100 - Recursos Ordinários	71.250		71.250
36000 - Ministério da Saúde		132.793.406.467	132.793.406.467
1 - Pessoal e Encargos Sociais		19.761.888.354	19.761.888.354
100 - Recursos Ordinários		216.121.846	216.121.846
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		16.211.076.673	16.211.076.673
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.094.727.227	1.094.727.227
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.988.625.772	1.988.625.772
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		251.336.836	251.336.836
3 - Outras Despesas Correntes		108.351.151.982	108.351.151.982
100 - Recursos Ordinários		760.612.722	760.612.722
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		7.515.858	7.515.858
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas		700.479.208	700.479.208
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Flúidos		392.776.595	392.776.595
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros		200.396.264	200.396.264
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		17.256.074.939	17.256.074.939
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		81.039.690.331	81.039.690.331
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		335.871.279	335.871.279
180 - Recursos Próprios Financeiros		9.757.515	9.757.515
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		2.148.025.117	2.148.025.117
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		5.466.559.114	5.466.559.114

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
195 - Doações de Entidades Internacionais		792.570	792.570
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		11.396.124	11.396.124
280 - Recursos Próprios Financeiros		20.062.712	20.062.712
281 - Recursos de Convênios		1.141.634	1.141.634
4 - Investimentos		4.443.750.003	4.443.750.003
100 - Recursos Ordinários		288.627.629	288.627.629
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		1.821.043.057	1.821.043.057
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		452.446.000	452.446.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		38.400.000	38.400.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		1.842.517.144	1.842.517.144
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público		716.173	716.173
5 - Inversões Financeiras		4.297.289	4.297.289
100 - Recursos Ordinários		4.297.289	4.297.289
9 - Reserva de Contingência		232.318.839	232.318.839
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		232.318.839	232.318.839
36201 - Fundação Oswaldo Cruz		4.373.379.664	4.373.379.664
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.452.486.348	1.452.486.348
100 - Recursos Ordinários		8.278.443	8.278.443
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		1.159.286.905	1.159.286.905
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		124.254.025	124.254.025
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		160.666.975	160.666.975
3 - Outras Despesas Correntes		2.551.799.136	2.551.799.136
100 - Recursos Ordinários		8.337.738	8.337.738
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		817.908.336	817.908.336
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.692.283.111	1.692.283.111
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		17.450.000	17.450.000
195 - Doações de Entidades Internacionais		792.570	792.570
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		8.486.347	8.486.347
280 - Recursos Próprios Financeiros		5.399.400	5.399.400
281 - Recursos de Convênios		1.141.634	1.141.634
4 - Investimentos		369.094.180	369.094.180
100 - Recursos Ordinários		1.000.000	1.000.000
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		290.984.000	290.984.000
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		70.000.000	70.000.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		6.944.995	6.944.995
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público		165.185	165.185
36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO		1.538.154.514	1.538.154.514
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.195.018.834	1.195.018.834
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		1.195.018.834	1.195.018.834
3 - Outras Despesas Correntes		316.379.253	316.379.253
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		311.591.527	311.591.527
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		2.694.993	2.694.993
280 - Recursos Próprios Financeiros		2.092.733	2.092.733
4 - Investimentos		26.756.427	26.756.427
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		26.756.427	26.756.427
36211 - Fundação Nacional de Saúde		3.111.496.017	3.111.496.017
1 - Pessoal e Encargos Sociais		2.090.760.062	2.090.760.062
100 - Recursos Ordinários		165.924.911	165.924.911
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		1.655.890.835	1.655.890.835
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		78.667.512	78.667.512

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		190.276.804	190.276.804
3 - Outras Despesas Correntes		353.100.539	353.100.539
100 - Recursos Ordinários		11.046.897	11.046.897
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		335.557.834	335.557.834
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		4.410.000	4.410.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		47.851	47.851
280 - Recursos Próprios Financeiros		2.037.957	2.037.957
4 - Investimentos		663.338.127	663.338.127
100 - Recursos Ordinários		71.221.652	71.221.652
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		164.791.730	164.791.730
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		294.388.200	294.388.200
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		132.385.557	132.385.557
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público		550.988	550.988
5 - Inversões Financeiras		4.297.289	4.297.289
100 - Recursos Ordinários		4.297.289	4.297.289
36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária		856.385.002	856.385.002
1 - Pessoal e Encargos Sociais		611.496.306	611.496.306
100 - Recursos Ordinários		542.081	542.081
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		425.037.952	425.037.952
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		49.584.344	49.584.344
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		75.141.650	75.141.650
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		61.190.279	61.190.279
3 - Outras Despesas Correntes		211.488.696	211.488.696
100 - Recursos Ordinários		82.491	82.491
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		202.989.634	202.989.634
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		17.222	17.222
280 - Recursos Próprios Financeiros		8.399.349	8.399.349
4 - Investimentos		33.400.000	33.400.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		33.400.000	33.400.000
36213 - Agência Nacional de Saúde Suplementar		590.045.717	590.045.717
1 - Pessoal e Encargos Sociais		195.586.555	195.586.555
100 - Recursos Ordinários		112.598	112.598
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.327.400	5.327.400
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		190.146.557	190.146.557
3 - Outras Despesas Correntes		157.140.323	157.140.323
100 - Recursos Ordinários		21.975.694	21.975.694
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		132.881.645	132.881.645
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		149.711	149.711
280 - Recursos Próprios Financeiros		2.133.273	2.133.273
4 - Investimentos		5.000.000	5.000.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		5.000.000	5.000.000
9 - Reserva de Contingência		232.318.839	232.318.839
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		232.318.839	232.318.839
36901 - Fundo Nacional de Saúde		122.323.945.553	122.323.945.553
1 - Pessoal e Encargos Sociais		14.216.540.249	14.216.540.249
100 - Recursos Ordinários		41.263.813	41.263.813
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		11.775.842.147	11.775.842.147
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		836.893.946	836.893.946
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.562.540.343	1.562.540.343

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes		104.761.244.035	104.761.244.035
100 - Recursos Ordinários		719.169.902	719.169.902
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		7.515.858	7.515.858
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas		700.479.208	700.479.208
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos		392.776.595	392.776.595
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros		200.396.264	200.396.264
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		15.791.017.242	15.791.017.242
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		79.347.407.220	79.347.407.220
180 - Recursos Próprios Financeiros		9.757.515	9.757.515
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		2.148.025.117	2.148.025.117
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		5.444.699.114	5.444.699.114
4 - Investimentos		3.346.161.269	3.346.161.269
100 - Recursos Ordinários		216.405.977	216.405.977
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		1.338.510.900	1.338.510.900
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		88.057.800	88.057.800
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		1.703.186.592	1.703.186.592
37000 - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	871.536.737	209.988.984	1.081.525.721
1 - Pessoal e Encargos Sociais	748.510.654	203.775.000	952.285.654
100 - Recursos Ordinários	748.510.654	6.311.975	754.822.629
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		79.329.892	79.329.892
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		118.133.133	118.133.133
3 - Outras Despesas Correntes	104.858.567	6.213.984	111.072.551
100 - Recursos Ordinários	104.858.567	6.213.984	111.072.551
4 - Investimentos	18.167.516		18.167.516
100 - Recursos Ordinários	18.167.516		18.167.516
37101 - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - Administração Direta	871.536.737	209.988.984	1.081.525.721
1 - Pessoal e Encargos Sociais	748.510.654	203.775.000	952.285.654
100 - Recursos Ordinários	748.510.654	6.311.975	754.822.629
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		79.329.892	79.329.892
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		118.133.133	118.133.133
3 - Outras Despesas Correntes	104.858.567	6.213.984	111.072.551
100 - Recursos Ordinários	104.858.567	6.213.984	111.072.551
4 - Investimentos	18.167.516		18.167.516
100 - Recursos Ordinários	18.167.516		18.167.516
39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	16.586.905.259	3.364.386.879	19.951.292.138
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.696.868.351	3.299.004.771	4.995.873.122
100 - Recursos Ordinários	1.529.017.653	8.385.246	1.537.402.899
129 - Recursos de Concessões e Permissões	128.624.537		128.624.537
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		2.717.428.459	2.717.428.459
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		196.285.560	196.285.560
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		376.905.506	376.905.506
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	20.092.947		20.092.947
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	31.581		31.581
280 - Recursos Próprios Financeiros	19.101.633		19.101.633
3 - Outras Despesas Correntes	1.913.933.944	65.382.108	1.979.316.052
100 - Recursos Ordinários	959.897.382	65.382.108	1.025.279.490
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	4.712.854		4.712.854
129 - Recursos de Concessões e Permissões	75.534.753		75.534.753
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	503.643.137		503.643.137
176 - Outras Contribuições Sociais	3.841.000		3.841.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	12.300.000		12.300.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	14.750.000		14.750.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	217.145.374		217.145.374
280 - Recursos Próprios Financeiros	122.109.444		122.109.444
4 - Investimentos	8.012.651.633		8.012.651.633
100 - Recursos Ordinários	5.714.460.424		5.714.460.424
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	1.404.309.739		1.404.309.739
129 - Recursos de Concessões e Permissões	5.111.754		5.111.754
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	277.706.850		277.706.850
180 - Recursos Próprios Financeiros	600.000		600.000
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	190.400.000		190.400.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	390.945.868		390.945.868
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	21.404.746		21.404.746
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.875.052		1.875.052
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.837.200		5.837.200
5 - Inversões Financeiras	1.193.281.719		1.193.281.719
100 - Recursos Ordinários	176.281.719		176.281.719
129 - Recursos de Concessões e Permissões	693.588.341		693.588.341
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	101.947.758		101.947.758
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	30.000.000		30.000.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	191.463.901		191.463.901
9 - Reserva de Contingência	3.770.169.612		3.770.169.612
129 - Recursos de Concessões e Permissões	675.919.986		675.919.986
176 - Outras Contribuições Sociais	162.234.797		162.234.797
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.466.603.785		1.466.603.785
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	427.116.117		427.116.117
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.000.000		4.000.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.034.294.927		1.034.294.927
39101 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta	997.815.508	3.125.425.032	4.123.240.540
1 - Pessoal e Encargos Sociais	232.176.472	3.080.298.000	3.312.474.472
100 - Recursos Ordinários	232.176.472		232.176.472
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		2.717.428.459	2.717.428.459
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		79.219.844	79.219.844
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		283.649.697	283.649.697
3 - Outras Despesas Correntes	255.766.927	45.127.032	300.893.959
100 - Recursos Ordinários	255.466.927	45.127.032	300.593.959
129 - Recursos de Concessões e Permissões	300.000		300.000
4 - Investimentos	329.167.609		329.167.609
100 - Recursos Ordinários	329.167.609		329.167.609
5 - Inversões Financeiras	179.539.161		179.539.161
100 - Recursos Ordinários	149.539.161		149.539.161
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	30.000.000		30.000.000
9 - Reserva de Contingência	1.165.339		1.165.339
129 - Recursos de Concessões e Permissões	1.165.339		1.165.339
39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	786.760.714	5.760.000	792.520.714
1 - Pessoal e Encargos Sociais	193.721.879		193.721.879
100 - Recursos Ordinários	193.721.879		193.721.879
3 - Outras Despesas Correntes	112.384.247	5.760.000	118.144.247
100 - Recursos Ordinários	110.227.864	5.760.000	115.987.864
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.156.383		2.156.383
4 - Investimentos	479.654.588		479.654.588
100 - Recursos Ordinários	478.654.588		478.654.588
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.000.000		1.000.000
5 - Inversões Financeiras	1.000.000		1.000.000
100 - Recursos Ordinários	1.000.000		1.000.000
39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	673.609.440	18.207.404	691.816.844

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	246.418.466	16.016.000	262.434.466
100 - Recursos Ordinários	117.793.929		117.793.929
129 - Recursos de Concessões e Permissões	128.624.537		128.624.537
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.016.000	16.016.000
3 - Outras Despesas Correntes	411.222.894	2.191.404	413.414.298
100 - Recursos Ordinários	7.590.974	2.191.404	9.782.378
129 - Recursos de Concessões e Permissões	70.133.603		70.133.603
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	150.592.720		150.592.720
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	182.905.597		182.905.597
4 - Investimentos	11.968.080		11.968.080
129 - Recursos de Concessões e Permissões	5.111.754		5.111.754
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.512.943		1.512.943
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	400.000		400.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.943.383		4.943.383
9 - Reserva de Contingência	4.000.000		4.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.000.000		4.000.000
39251 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	158.917.811	6.288.344	165.206.155
1 - Pessoal e Encargos Sociais	111.319.724	5.252.000	116.571.724
100 - Recursos Ordinários	111.319.724		111.319.724
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.252.000	5.252.000
3 - Outras Despesas Correntes	43.598.087	1.036.344	44.634.431
100 - Recursos Ordinários	31.908.876	1.036.344	32.945.220
129 - Recursos de Concessões e Permissões	5.101.150		5.101.150
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	6.588.061		6.588.061
4 - Investimentos	4.000.000		4.000.000
100 - Recursos Ordinários	4.000.000		4.000.000
39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	8.333.297.738	172.520.392	8.505.818.130
1 - Pessoal e Encargos Sociais	551.214.666	164.125.000	715.339.666
100 - Recursos Ordinários	551.214.666	8.385.246	559.599.912
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		62.483.945	62.483.945
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		93.255.809	93.255.809
3 - Outras Despesas Correntes	866.203.704	8.395.392	874.599.096
100 - Recursos Ordinários	534.407.456	8.395.392	542.802.848
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	4.712.854		4.712.854
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	295.000.000		295.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	32.083.394		32.083.394
4 - Investimentos	6.910.136.810		6.910.136.810
100 - Recursos Ordinários	4.841.750.881		4.841.750.881
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	1.404.309.739		1.404.309.739
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	276.193.907		276.193.907
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	369.545.868		369.545.868
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	16.461.363		16.461.363
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.875.052		1.875.052
5 - Inversões Financeiras	5.742.558		5.742.558
100 - Recursos Ordinários	5.742.558		5.742.558
39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	684.547.226	36.185.707	720.732.933
1 - Pessoal e Encargos Sociais	362.017.144	33.313.771	395.330.915
100 - Recursos Ordinários	322.790.983		322.790.983
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		33.313.771	33.313.771
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	20.092.947		20.092.947
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	31.581		31.581
280 - Recursos Próprios Financeiros	19.101.633		19.101.633
3 - Outras Despesas Correntes	154.458.085	2.871.936	157.330.021

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
100 - Recursos Ordinários	10.295.285	2.871.936	13.167.221
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	51.462.356		51.462.356
176 - Outras Contribuições Sociais	3.841.000		3.841.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	88.859.444		88.859.444
4 - Investimentos	5.837.200		5.837.200
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.837.200		5.837.200
9 - Reserva de Contingência	162.234.797		162.234.797
176 - Outras Contribuições Sociais	162.234.797		162.234.797
39901 - Fundo da Marinha Mercante - FMM	1.479.503.785		1.479.503.785
3 - Outras Despesas Correntes	12.300.000		12.300.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	12.300.000		12.300.000
4 - Investimentos	600.000		600.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	600.000		600.000
9 - Reserva de Contingência	1.466.603.785		1.466.603.785
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.466.603.785		1.466.603.785
39902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	3.269.687.417		3.269.687.417
3 - Outras Despesas Correntes	58.000.000		58.000.000
100 - Recursos Ordinários	10.000.000		10.000.000
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	14.750.000		14.750.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	33.250.000		33.250.000
4 - Investimentos	271.287.346		271.287.346
100 - Recursos Ordinários	60.887.346		60.887.346
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	190.400.000		190.400.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	20.000.000		20.000.000
5 - Inversões Financeiras	1.007.000.000		1.007.000.000
100 - Recursos Ordinários	20.000.000		20.000.000
129 - Recursos de Concessões e Permissões	693.588.341		693.588.341
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	101.947.758		101.947.758
280 - Recursos Próprios Financeiros	191.463.901		191.463.901
9 - Reserva de Contingência	1.933.400.071		1.933.400.071
129 - Recursos de Concessões e Permissões	471.989.027		471.989.027
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	427.116.117		427.116.117
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.034.294.927		1.034.294.927
39904 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário	202.765.620		202.765.620
9 - Reserva de Contingência	202.765.620		202.765.620
129 - Recursos de Concessões e Permissões	202.765.620		202.765.620
40000 - Ministério do Trabalho	27.465.674.531	62.292.325.265	89.757.999.796
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.511.202.852	1.865.167.000	3.376.369.852
100 - Recursos Ordinários	1.111.102.852	22.037.160	1.133.140.012
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.125.600.792	1.125.600.792
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		190.063.705	190.063.705
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		362.332.047	362.332.047
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	400.100.000	165.133.296	565.233.296
3 - Outras Despesas Correntes	6.178.905.436	60.405.284.648	66.584.190.084
100 - Recursos Ordinários	1.867.789.428	34.987.336	1.902.776.764
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP		29.714.013.956	29.714.013.956
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros		40.300.146	40.300.146
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	83.150.619	87.514.815	170.665.434
180 - Recursos Próprios Financeiros		30.520.968.395	30.520.968.395
181 - Recursos de Convênios	30.500.000		30.500.000
184 - Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	4.189.350.890		4.189.350.890
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	3.484.613	7.500.000	10.984.613
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	131.207		131.207
280 - Recursos Próprios Financeiros	4.498.679		4.498.679
4 - Investimentos	13.923.186	21.873.617	35.796.803

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
100 - Recursos Ordinários	8.107.636		8.107.636
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	2.775.550		2.775.550
180 - Recursos Próprios Financeiros		18.313.617	18.313.617
181 - Recursos de Convênios	1.000.000		1.000.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.040.000	3.560.000	5.600.000
5 - Inversões Financeiras	19.761.643.057		19.761.643.057
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP	19.761.643.057		19.761.643.057
40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta	7.631.979.218	1.860.851.700	9.492.830.918
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.460.485.886	1.827.090.000	3.287.575.886
100 - Recursos Ordinários	1.060.385.886		1.060.385.886
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.125.600.792	1.125.600.792
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		184.149.256	184.149.256
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		352.206.656	352.206.656
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	400.100.000	165.133.296	565.233.296
3 - Outras Despesas Correntes	6.157.935.896	33.761.700	6.191.697.596
100 - Recursos Ordinários	1.851.449.774	33.761.700	1.885.211.474
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	83.150.619		83.150.619
181 - Recursos de Convênios	30.500.000		30.500.000
184 - Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	4.189.350.890		4.189.350.890
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	3.484.613		3.484.613
4 - Investimentos	13.557.436		13.557.436
100 - Recursos Ordinários	7.741.886		7.741.886
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	2.775.550		2.775.550
181 - Recursos de Convênios	1.000.000		1.000.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.040.000		2.040.000
40203 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho	72.052.256	38.616.532	110.668.788
1 - Pessoal e Encargos Sociais	50.716.966	38.077.000	88.793.966
100 - Recursos Ordinários	50.716.966	22.037.160	72.754.126
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.914.449	5.914.449
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.125.391	10.125.391
3 - Outras Despesas Correntes	20.969.540	539.532	21.509.072
100 - Recursos Ordinários	16.339.654	539.532	16.879.186
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	131.207		131.207
280 - Recursos Próprios Financeiros	4.498.679		4.498.679
4 - Investimentos	365.750		365.750
100 - Recursos Ordinários	365.750		365.750
40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador	19.761.643.057	60.392.857.033	80.154.500.090
3 - Outras Despesas Correntes		60.370.983.416	60.370.983.416
100 - Recursos Ordinários		686.104	686.104
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP		29.714.013.956	29.714.013.956
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros		40.300.146	40.300.146
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		87.514.815	87.514.815
180 - Recursos Próprios Financeiros		30.520.968.395	30.520.968.395
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		7.500.000	7.500.000
4 - Investimentos		21.873.617	21.873.617
180 - Recursos Próprios Financeiros		18.313.617	18.313.617
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		3.560.000	3.560.000
5 - Inversões Financeiras	19.761.643.057		19.761.643.057
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP	19.761.643.057		19.761.643.057
42000 - Ministério da Cultura	2.620.121.796	202.537.688	2.822.659.484
1 - Pessoal e Encargos Sociais	475.968.714	194.602.100	670.570.814

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
100 - Recursos Ordinários	475.968.714	104.112.851	580.081.565
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		35.454.932	35.454.932
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		55.034.317	55.034.317
3 - Outras Despesas Correntes	643.479.446	7.935.588	651.415.034
100 - Recursos Ordinários	531.936.885	7.935.588	539.872.473
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	380.767		380.767
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	15.246.432		15.246.432
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	20.072.801		20.072.801
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	2.743.227		2.743.227
180 - Recursos Próprios Financeiros	3.935.900		3.935.900
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	62.350.472		62.350.472
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	6.812.962		6.812.962
4 - Investimentos	213.187.486		213.187.486
100 - Recursos Ordinários	178.101.551		178.101.551
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	4.200.000		4.200.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.000.000		3.000.000
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	100.000		100.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	27.785.935		27.785.935
5 - Inversões Financeiras	650.000.000		650.000.000
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	650.000.000		650.000.000
9 - Reserva de Contingência	637.486.150		637.486.150
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	477.658.502		477.658.502
120 - Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	9.353.380		9.353.380
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	104.577.855		104.577.855
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	36.704.039		36.704.039
180 - Recursos Próprios Financeiros	5.884.465		5.884.465
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	3.307.909		3.307.909
42101 - Ministério da Cultura - Administração Direta	276.346.593	36.706.352	313.052.945
1 - Pessoal e Encargos Sociais	85.592.669	35.504.300	121.096.969
100 - Recursos Ordinários	85.592.669	19.752.784	105.345.453
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.854.583	5.854.583
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.896.933	9.896.933
3 - Outras Despesas Correntes	163.916.536	1.202.052	165.118.588
100 - Recursos Ordinários	144.449.479	1.202.052	145.651.531
180 - Recursos Próprios Financeiros	435.900		435.900
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	19.031.157		19.031.157
4 - Investimentos	26.837.388		26.837.388
100 - Recursos Ordinários	15.982.227		15.982.227
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	10.855.161		10.855.161
42201 - Fundação Casa de Rui Barbosa	30.369.775	18.721.204	49.090.979
1 - Pessoal e Encargos Sociais	23.093.594	18.382.000	41.475.594
100 - Recursos Ordinários	23.093.594	10.435.654	33.529.248
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.941.949	2.941.949
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.004.397	5.004.397
3 - Outras Despesas Correntes	7.238.181	339.204	7.577.385
100 - Recursos Ordinários	7.207.743	339.204	7.546.947
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	30.438		30.438
4 - Investimentos	38.000		38.000
100 - Recursos Ordinários	38.000		38.000
42202 - Fundação Biblioteca Nacional - BN	78.692.977	26.107.424	104.800.401
1 - Pessoal e Encargos Sociais	43.985.635	25.286.300	69.271.935
100 - Recursos Ordinários	43.985.635	12.204.910	56.190.545
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.965.445	4.965.445

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.115.945	8.115.945
3 - Outras Despesas Correntes	34.612.342	821.124	35.433.466
100 - Recursos Ordinários	33.541.304	821.124	34.362.428
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.071.038		1.071.038
4 - Investimentos	95.000		95.000
100 - Recursos Ordinários	95.000		95.000
42203 - Fundação Cultural Palmares	22.781.481	1.479.736	24.261.217
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.758.253	1.358.500	9.116.753
100 - Recursos Ordinários	7.758.253	526.320	8.284.573
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		322.032	322.032
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		510.148	510.148
3 - Outras Despesas Correntes	14.687.246	121.236	14.808.482
100 - Recursos Ordinários	11.839.472	121.236	11.960.708
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.847.774		2.847.774
4 - Investimentos	335.982		335.982
100 - Recursos Ordinários	35.982		35.982
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	300.000		300.000
42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	438.813.437	78.085.580	516.899.017
1 - Pessoal e Encargos Sociais	127.724.113	74.906.000	202.630.113
100 - Recursos Ordinários	127.724.113	44.928.271	172.652.384
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.961.790	10.961.790
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.015.939	19.015.939
3 - Outras Despesas Correntes	152.838.938	3.179.580	156.018.518
100 - Recursos Ordinários	143.305.120	3.179.580	146.484.700
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	237.861		237.861
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	8.100.000		8.100.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.195.957		1.195.957
4 - Investimentos	158.250.386		158.250.386
100 - Recursos Ordinários	153.649.999		153.649.999
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	4.600.387		4.600.387
42205 - Fundação Nacional de Artes	97.613.473	25.767.860	123.381.333
1 - Pessoal e Encargos Sociais	29.300.572	24.947.000	54.247.572
100 - Recursos Ordinários	29.300.572	16.264.912	45.565.484
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.094.713	3.094.713
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.587.375	5.587.375
3 - Outras Despesas Correntes	63.802.901	820.860	64.623.761
100 - Recursos Ordinários	60.918.169	820.860	61.739.029
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.760.387		2.760.387
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	124.345		124.345
4 - Investimentos	4.510.000		4.510.000
100 - Recursos Ordinários	760.000		760.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	3.750.000		3.750.000
42206 - Agência Nacional do Cinema	151.537.431	1.715.636	153.253.067
1 - Pessoal e Encargos Sociais	96.104.729	1.088.000	97.192.729
100 - Recursos Ordinários	96.104.729		96.104.729
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.088.000	1.088.000
3 - Outras Despesas Correntes	49.400.202	627.636	50.027.838
100 - Recursos Ordinários	46.894.836	627.636	47.522.472
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	2.505.366		2.505.366
4 - Investimentos	6.032.500		6.032.500
100 - Recursos Ordinários	6.032.500		6.032.500

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
42207 - Instituto Brasileiro de Museus	152.788.938	13.953.896	166.742.834
1 - Pessoal e Encargos Sociais	62.409.149	13.130.000	75.539.149
100 - Recursos Ordinários	62.409.149		62.409.149
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.226.420	6.226.420
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.903.580	6.903.580
3 - Outras Despesas Correntes	88.671.946	823.896	89.495.842
100 - Recursos Ordinários	83.780.762	823.896	84.604.658
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	500.000		500.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.391.184		4.391.184
4 - Investimentos	1.707.843		1.707.843
100 - Recursos Ordinários	1.507.843		1.507.843
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	200.000		200.000
42902 - Fundo Nacional de Cultura	1.371.177.691		1.371.177.691
3 - Outras Despesas Correntes	68.311.154		68.311.154
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	380.767		380.767
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	15.246.432		15.246.432
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	20.072.801		20.072.801
180 - Recursos Próprios Financeiros	3.500.000		3.500.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	29.111.154		29.111.154
4 - Investimentos	15.380.387		15.380.387
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	4.200.000		4.200.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.000.000		3.000.000
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	100.000		100.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	8.080.387		8.080.387
5 - Inversões Financeiras	650.000.000		650.000.000
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	650.000.000		650.000.000
9 - Reserva de Contingência	637.486.150		637.486.150
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	477.658.502		477.658.502
120 - Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	9.353.380		9.353.380
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	104.577.855		104.577.855
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	36.704.039		36.704.039
180 - Recursos Próprios Financeiros	5.884.465		5.884.465
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	3.307.909		3.307.909
44000 - Ministério do Meio Ambiente	3.132.541.912	664.821.066	3.797.362.978
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.194.877.735	644.540.000	1.839.417.735
100 - Recursos Ordinários	1.152.877.735	346.368.121	1.499.245.856
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		127.447.273	127.447.273
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		170.724.606	170.724.606
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	35.000.000		35.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	7.000.000		7.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	1.134.976.537	20.281.066	1.155.257.603
100 - Recursos Ordinários	353.366.387	20.281.066	373.647.453
116 - Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	81.533.121		81.533.121
129 - Recursos de Concessões e Permissões	6.440.930		6.440.930
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	3.530.000		3.530.000
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.113.000		1.113.000
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	9.430.000		9.430.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.100		3.100
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	252.568.473		252.568.473
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	195.393.137		195.393.137
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.150.000		2.150.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	189.647.389		189.647.389

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
280 - Recursos Próprios Financeiros	3.801.000		3.801.000
296 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	36.000.000		36.000.000
4 - Investimentos	85.055.184		85.055.184
100 - Recursos Ordinários	60.550.082		60.550.082
129 - Recursos de Concessões e Permissões	463.000		463.000
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	20.000		20.000
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.378.000		1.378.000
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	570.000		570.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	3.618.672		3.618.672
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	4.790.000		4.790.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	3.900.000		3.900.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.567.500		5.567.500
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	19.930		19.930
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.008.000		2.008.000
296 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	2.170.000		2.170.000
5 - Inversões Financeiras	202.891.472		202.891.472
100 - Recursos Ordinários	202.891.472		202.891.472
9 - Reserva de Contingência	514.740.984		514.740.984
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	76.151.532		76.151.532
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	5.328.241		5.328.241
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	214.530.476		214.530.476
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	196.876.595		196.876.595
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	21.854.140		21.854.140
44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta	549.603.500	11.131.160	560.734.660
1 - Pessoal e Encargos Sociais	118.455.757	9.971.000	128.426.757
100 - Recursos Ordinários	118.455.757		118.455.757
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.971.000	9.971.000
3 - Outras Despesas Correntes	113.466.714	1.160.160	114.626.874
100 - Recursos Ordinários	108.636.714	1.160.160	109.796.874
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	3.530.000		3.530.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.300.000		1.300.000
4 - Investimentos	26.999.021		26.999.021
100 - Recursos Ordinários	24.129.021		24.129.021
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	20.000		20.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.850.000		2.850.000
9 - Reserva de Contingência	290.682.008		290.682.008
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	76.151.532		76.151.532
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	214.530.476		214.530.476
44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB	72.067.022	1.945.832	74.012.854
1 - Pessoal e Encargos Sociais	30.197.719	1.703.000	31.900.719
100 - Recursos Ordinários	30.197.719		30.197.719
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.703.000	1.703.000
3 - Outras Despesas Correntes	38.166.803	242.832	38.409.635
100 - Recursos Ordinários	24.896.859	242.832	25.139.691
129 - Recursos de Concessões e Permissões	3.834.618		3.834.618
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	9.430.000		9.430.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.100		3.100
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.226		2.226
4 - Investimentos	3.702.500		3.702.500
100 - Recursos Ordinários	2.669.500		2.669.500
129 - Recursos de Concessões e Permissões	463.000		463.000

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	570.000		570.000
44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	1.175.626.954	555.678.758	1.731.305.712
1 - Pessoal e Encargos Sociais	590.381.087	542.269.000	1.132.650.087
100 - Recursos Ordinários	548.381.087	340.226.257	888.607.344
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		72.959.333	72.959.333
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		129.083.410	129.083.410
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	35.000.000		35.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	7.000.000		7.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	388.652.063	13.409.758	402.061.821
100 - Recursos Ordinários	31.062.235	13.409.758	44.471.993
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	244.907.328		244.907.328
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	76.682.500		76.682.500
296 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	36.000.000		36.000.000
4 - Investimentos	16.560.857		16.560.857
100 - Recursos Ordinários	5.650.685		5.650.685
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	2.972.672		2.972.672
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	200.000		200.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.567.500		5.567.500
296 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	2.170.000		2.170.000
5 - Inversões Financeiras	3.366.200		3.366.200
100 - Recursos Ordinários	3.366.200		3.366.200
9 - Reserva de Contingência	176.666.747		176.666.747
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	5.328.241		5.328.241
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	149.486.889		149.486.889
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	21.851.617		21.851.617
44205 - Agência Nacional de Águas - ANA	406.103.602	3.387.004	409.490.606
1 - Pessoal e Encargos Sociais	100.449.036	2.626.000	103.075.036
100 - Recursos Ordinários	100.449.036		100.449.036
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.626.000	2.626.000
3 - Outras Despesas Correntes	298.951.746	761.004	299.712.750
100 - Recursos Ordinários	21.586.389	761.004	22.347.393
116 - Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	81.533.121		81.533.121
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	439.099		439.099
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	195.393.137		195.393.137
4 - Investimentos	6.702.820		6.702.820
100 - Recursos Ordinários	1.912.820		1.912.820
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	4.790.000		4.790.000
44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ	62.325.147	16.197.840	78.522.987
1 - Pessoal e Encargos Sociais	33.382.687	15.756.000	49.138.687
100 - Recursos Ordinários	33.382.687	6.141.864	39.524.551
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.718.911	3.718.911
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.895.225	5.895.225
3 - Outras Despesas Correntes	26.654.155	441.840	27.095.995
100 - Recursos Ordinários	19.264.372	441.840	19.706.212
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	100.000		100.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	7.289.783		7.289.783
4 - Investimentos	2.288.305		2.288.305
100 - Recursos Ordinários	2.168.375		2.168.375
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	100.000		100.000
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	19.930		19.930

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	806.723.458	76.480.472	883.203.930
1 - Pessoal e Encargos Sociais	322.011.449	72.215.000	394.226.449
100 - Recursos Ordinários	322.011.449		322.011.449
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		36.469.029	36.469.029
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		35.745.971	35.745.971
3 - Outras Despesas Correntes	260.417.056	4.265.472	264.682.528
100 - Recursos Ordinários	147.919.818	4.265.472	152.185.290
129 - Recursos de Concessões e Permissões	2.606.312		2.606.312
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	3.468.046		3.468.046
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	750.000		750.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	105.672.880		105.672.880
4 - Investimentos	24.769.681		24.769.681
100 - Recursos Ordinários	24.019.681		24.019.681
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	750.000		750.000
5 - Inversões Financeiras	199.525.272		199.525.272
100 - Recursos Ordinários	199.525.272		199.525.272
44901 - Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA	51.792.229		51.792.229
3 - Outras Despesas Correntes	3.754.000		3.754.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	3.754.000		3.754.000
4 - Investimentos	646.000		646.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	646.000		646.000
9 - Reserva de Contingência	47.392.229		47.392.229
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	47.389.706		47.389.706
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.523		2.523
44902 - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	8.300.000		8.300.000
3 - Outras Despesas Correntes	4.914.000		4.914.000
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.113.000		1.113.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	3.801.000		3.801.000
4 - Investimentos	3.386.000		3.386.000
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.378.000		1.378.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.008.000		2.008.000
47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	4.170.555.878	3.016.862.836	7.187.418.714
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.643.301.133	2.698.253.908	5.341.555.041
100 - Recursos Ordinários	2.643.301.133	439.812.327	3.083.113.460
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.493.148.786	1.493.148.786
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		271.306.176	271.306.176
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		493.986.619	493.986.619
3 - Outras Despesas Correntes	979.028.417	318.608.928	1.297.637.345
100 - Recursos Ordinários	893.142.174	318.608.928	1.211.751.102
133 - Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	48.726.370		48.726.370
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	1.791.821		1.791.821
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	6.932.483		6.932.483
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	21.000.000		21.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.311.638		1.311.638
280 - Recursos Próprios Financeiros	6.123.931		6.123.931
4 - Investimentos	210.835.578		210.835.578
100 - Recursos Ordinários	175.125.360		175.125.360
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	293.639		293.639
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	4.822.300		4.822.300
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	29.000.000		29.000.000
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.594.279		1.594.279
5 - Inversões Financeiras	74.500.000		74.500.000
100 - Recursos Ordinários	74.500.000		74.500.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
9 - Reserva de Contingência	262.890.750		262.890.750
100 - Recursos Ordinários	10.000.000		10.000.000
133 - Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	36.967.325		36.967.325
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	34.198.014		34.198.014
280 - Recursos Próprios Financeiros	181.725.411		181.725.411
47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta	2.169.210.298	1.480.772.856	3.649.983.154
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.455.026.072	1.186.168.944	2.641.195.016
100 - Recursos Ordinários	1.455.026.072	439.071.944	1.894.098.016
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		396.525.445	396.525.445
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		131.361.987	131.361.987
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		219.209.568	219.209.568
3 - Outras Despesas Correntes	515.388.948	294.603.912	809.992.860
100 - Recursos Ordinários	457.938.274	294.603.912	752.542.186
133 - Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	48.726.370		48.726.370
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	1.791.821		1.791.821
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	6.932.483		6.932.483
4 - Investimentos	43.129.939		43.129.939
100 - Recursos Ordinários	38.014.000		38.014.000
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	293.639		293.639
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	4.822.300		4.822.300
5 - Inversões Financeiras	74.500.000		74.500.000
100 - Recursos Ordinários	74.500.000		74.500.000
9 - Reserva de Contingência	81.165.339		81.165.339
100 - Recursos Ordinários	10.000.000		10.000.000
133 - Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	36.967.325		36.967.325
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	34.198.014		34.198.014
47204 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	195.884.577	203.715.456	399.600.033
1 - Pessoal e Encargos Sociais	131.017.406	201.669.000	332.686.406
100 - Recursos Ordinários	131.017.406		131.017.406
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		147.674.431	147.674.431
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.101.854	18.101.854
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		35.892.715	35.892.715
3 - Outras Despesas Correntes	62.867.171	2.046.456	64.913.627
100 - Recursos Ordinários	62.862.324	2.046.456	64.908.780
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.847		4.847
4 - Investimentos	2.000.000		2.000.000
100 - Recursos Ordinários	2.000.000		2.000.000
47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	1.567.892.623	1.326.888.172	2.894.780.795
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.031.947.628	1.305.162.664	2.337.110.292
100 - Recursos Ordinários	1.031.947.628		1.031.947.628
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		948.948.910	948.948.910
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		120.043.955	120.043.955
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		236.169.799	236.169.799
3 - Outras Despesas Correntes	373.184.356	21.725.508	394.909.864
100 - Recursos Ordinários	348.377.234	21.725.508	370.102.742
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	21.000.000		21.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	457.191		457.191
280 - Recursos Próprios Financeiros	3.349.931		3.349.931
4 - Investimentos	162.760.639		162.760.639
100 - Recursos Ordinários	132.166.360		132.166.360
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	29.000.000		29.000.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.594.279		1.594.279
47210 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública	53.068.969	5.486.352	58.555.321
1 - Pessoal e Encargos Sociais	25.310.027	5.253.300	30.563.327
100 - Recursos Ordinários	25.310.027	740.383	26.050.410
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.798.380	1.798.380
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.714.537	2.714.537
3 - Outras Despesas Correntes	24.813.942	233.052	25.046.994
100 - Recursos Ordinários	23.964.342	233.052	24.197.394
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	849.600		849.600
4 - Investimentos	2.945.000		2.945.000
100 - Recursos Ordinários	2.945.000		2.945.000
47908 - Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	184.499.411		184.499.411
3 - Outras Despesas Correntes	2.774.000		2.774.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.774.000		2.774.000
9 - Reserva de Contingência	181.725.411		181.725.411
280 - Recursos Próprios Financeiros	181.725.411		181.725.411
51000 - Ministério do Esporte	1.142.606.069	5.279.436	1.147.885.505
1 - Pessoal e Encargos Sociais	58.366.065	3.939.000	62.305.065
100 - Recursos Ordinários	58.366.065	1.535.465	59.901.530
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		929.729	929.729
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.473.806	1.473.806
3 - Outras Despesas Correntes	534.819.211	1.340.436	536.159.647
100 - Recursos Ordinários	292.970.517	1.340.436	294.310.953
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	171.305.107		171.305.107
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	70.543.587		70.543.587
4 - Investimentos	385.944.263		385.944.263
100 - Recursos Ordinários	24.437.500		24.437.500
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	104.888.738		104.888.738
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	256.618.025		256.618.025
9 - Reserva de Contingência	163.476.530		163.476.530
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	163.476.530		163.476.530
51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta	976.240.060	4.648.872	980.888.932
1 - Pessoal e Encargos Sociais	39.984.065	3.939.000	43.923.065
100 - Recursos Ordinários	39.984.065	1.535.465	41.519.530
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		929.729	929.729
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.473.806	1.473.806
3 - Outras Despesas Correntes	390.397.702	709.872	391.107.574
100 - Recursos Ordinários	148.549.008	709.872	149.258.880
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	171.305.107		171.305.107
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	70.543.587		70.543.587
4 - Investimentos	382.381.763		382.381.763
100 - Recursos Ordinários	20.875.000		20.875.000
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	104.888.738		104.888.738
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	256.618.025		256.618.025
9 - Reserva de Contingência	163.476.530		163.476.530
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	163.476.530		163.476.530
51205 - Autoridade de Governança do Legado Olímpico - AGLO	166.366.009	630.564	166.996.573
1 - Pessoal e Encargos Sociais	18.382.000		18.382.000
100 - Recursos Ordinários	18.382.000		18.382.000
3 - Outras Despesas Correntes	144.421.509	630.564	145.052.073
100 - Recursos Ordinários	144.421.509	630.564	145.052.073
4 - Investimentos	3.562.500		3.562.500
100 - Recursos Ordinários	3.562.500		3.562.500
52000 - Ministério da Defesa	79.763.488.403	27.953.298.391	107.716.786.794

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	56.375.175.561	24.762.452.211	81.137.627.772
100 - Recursos Ordinários	56.375.175.561	738.502.823	57.113.678.384
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		2.301.453.102	2.301.453.102
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		20.861.408.721	20.861.408.721
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		285.431.594	285.431.594
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		575.655.971	575.655.971
2 - Juros e Encargos da Dívida	652.976.447		652.976.447
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	648.963.243		648.963.243
280 - Recursos Próprios Financeiros	4.013.204		4.013.204
3 - Outras Despesas Correntes	10.200.593.808	3.064.495.894	13.265.089.702
100 - Recursos Ordinários	6.993.402.979	1.153.583.653	8.146.986.632
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	3.551.800		3.551.800
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	572.401.603		572.401.603
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros		13.231.903	13.231.903
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	18.294.242		18.294.242
175 - Taxas por Serviços Públicos	2.992.761		2.992.761
176 - Outras Contribuições Sociais	54.950.000		54.950.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	763.780	583.487	1.347.267
181 - Recursos de Convênios	25.937.321		25.937.321
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	22.881.548	2.864.774	25.746.322
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.732.579.440	1.894.232.077	3.626.811.517
280 - Recursos Próprios Financeiros	768.410.848		768.410.848
281 - Recursos de Convênios	4.427.486		4.427.486
4 - Investimentos	6.465.135.618	126.350.286	6.591.485.904
100 - Recursos Ordinários	4.110.350.476	77.256.000	4.187.606.476
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	598.200		598.200
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	1.102.333.366		1.102.333.366
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	10.087.533		10.087.533
176 - Outras Contribuições Sociais	750.000		750.000
181 - Recursos de Convênios	45.934.728		45.934.728
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	337.595.647	7.625.000	345.220.647
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	783.446.239	41.469.286	824.915.525
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	15.360.233		15.360.233
280 - Recursos Próprios Financeiros	53.911.059		53.911.059
281 - Recursos de Convênios	4.768.137		4.768.137
5 - Inversões Financeiras	2.915.270.000		2.915.270.000
100 - Recursos Ordinários	655.122.867		655.122.867
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.845.917.133		1.845.917.133
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.230.000		5.230.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	9.000.000		9.000.000
929 - Recursos de Concessões e Permissões - CONDICIONADOS	400.000.000		400.000.000
6 - Amortização da Dívida	1.712.236.356		1.712.236.356
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	1.696.482.784		1.696.482.784
280 - Recursos Próprios Financeiros	15.753.572		15.753.572
9 - Reserva de Contingência	1.442.100.613		1.442.100.613
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	33.921.718		33.921.718
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	25.131.729		25.131.729
175 - Taxas por Serviços Públicos	28.765		28.765
176 - Outras Contribuições Sociais	65.696.129		65.696.129
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.504.518		4.504.518
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.110.322.583		1.110.322.583
280 - Recursos Próprios Financeiros	202.140.171		202.140.171
281 - Recursos de Convênios	355.000		355.000
52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	5.491.730.102	17.507.344	5.509.237.446
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.343.351.417	15.757.300	4.359.108.717

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
100 - Recursos Ordinários	4.343.351.417	3.424.416	4.346.775.833
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.880.141	4.880.141
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.452.743	7.452.743
3 - Outras Despesas Correntes	484.090.166	1.750.044	485.840.210
100 - Recursos Ordinários	471.323.618	1.750.044	473.073.662
181 - Recursos de Convênios	8.400.000		8.400.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	4.366.548		4.366.548
4 - Investimentos	663.343.519		663.343.519
100 - Recursos Ordinários	196.237.613		196.237.613
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	183.151.420		183.151.420
181 - Recursos de Convênios	6.600.000		6.600.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	277.354.486		277.354.486
5 - Inversões Financeiras	945.000		945.000
100 - Recursos Ordinários	945.000		945.000
52111 - Comando da Aeronáutica	16.954.008.580	5.341.672.532	22.295.681.112
1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.390.892.460	5.158.234.060	17.549.126.520
100 - Recursos Ordinários	12.390.892.460	367.079.344	12.757.971.804
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		405.716.543	405.716.543
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		4.105.455.164	4.105.455.164
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		91.295.692	91.295.692
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		188.687.317	188.687.317
2 - Juros e Encargos da Dívida	362.697.208		362.697.208
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	362.697.208		362.697.208
3 - Outras Despesas Correntes	1.894.787.253	179.138.472	2.073.925.725
100 - Recursos Ordinários	1.320.555.650	179.138.472	1.499.694.122
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	572.401.603		572.401.603
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.830.000		1.830.000
4 - Investimentos	1.711.784.259	4.300.000	1.716.084.259
100 - Recursos Ordinários	1.121.924.711		1.121.924.711
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	585.109.548		585.109.548
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	4.750.000	4.300.000	9.050.000
5 - Inversões Financeiras	95.000		95.000
100 - Recursos Ordinários	95.000		95.000
6 - Amortização da Dívida	593.752.400		593.752.400
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	593.752.400		593.752.400
52121 - Comando do Exército	29.465.731.378	13.204.573.860	42.670.305.238
1 - Pessoal e Encargos Sociais	24.956.173.190	13.200.923.976	38.157.097.166
100 - Recursos Ordinários	24.956.173.190	62.405.976	25.018.579.166
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		1.333.315.066	1.333.315.066
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		11.518.833.936	11.518.833.936
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		93.913.659	93.913.659
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		192.455.339	192.455.339
3 - Outras Despesas Correntes	3.073.778.021	649.884	3.074.427.905
100 - Recursos Ordinários	3.052.785.700	649.884	3.053.435.584
181 - Recursos de Convênios	17.537.321		17.537.321
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	3.455.000		3.455.000
4 - Investimentos	1.431.275.649	3.000.000	1.434.275.649
100 - Recursos Ordinários	1.347.435.921		1.347.435.921
181 - Recursos de Convênios	39.334.728		39.334.728
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	44.505.000	3.000.000	47.505.000
9 - Reserva de Contingência	4.504.518		4.504.518

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.504.518		4.504.518
52131 - Comando da Marinha	21.616.551.298	6.502.723.565	28.119.274.863
1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.226.232.990	6.207.503.608	20.433.736.598
100 - Recursos Ordinários	14.226.232.990	161.334.027	14.387.567.017
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		562.421.493	562.421.493
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		5.237.119.621	5.237.119.621
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		80.924.787	80.924.787
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		165.703.680	165.703.680
2 - Juros e Encargos da Dívida	286.266.035		286.266.035
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	286.266.035		286.266.035
3 - Outras Despesas Correntes	1.385.442.691	264.438.957	1.649.881.648
100 - Recursos Ordinários	1.377.267.691	264.438.957	1.641.706.648
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	8.175.000		8.175.000
4 - Investimentos	1.715.879.198	30.781.000	1.746.660.198
100 - Recursos Ordinários	1.374.655.639	30.781.000	1.405.436.639
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	334.072.398		334.072.398
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	7.151.161		7.151.161
5 - Inversões Financeiras	2.900.000.000		2.900.000.000
100 - Recursos Ordinários	654.082.867		654.082.867
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.845.917.133		1.845.917.133
929 - Recursos de Concessões e Permissões - CONDICIONADOS	400.000.000		400.000.000
6 - Amortização da Dívida	1.102.730.384		1.102.730.384
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	1.102.730.384		1.102.730.384
52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	41.246.000		41.246.000
3 - Outras Despesas Correntes	14.941.000		14.941.000
100 - Recursos Ordinários	13.191.000		13.191.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.750.000		1.750.000
4 - Investimentos	26.305.000		26.305.000
100 - Recursos Ordinários	24.705.000		24.705.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.600.000		1.600.000
52211 - Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	9.129.123	142.545	9.271.668
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.336.375	142.545	1.478.920
100 - Recursos Ordinários	1.336.375	126.570	1.462.945
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.317	3.317
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.658	12.658
3 - Outras Despesas Correntes	2.833.512		2.833.512
100 - Recursos Ordinários	83.512		83.512
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	721.000		721.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.029.000		2.029.000
4 - Investimentos	250.000		250.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	41.363		41.363
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	41.401		41.401
280 - Recursos Próprios Financeiros	167.236		167.236
9 - Reserva de Contingência	4.709.236		4.709.236
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	905.971		905.971
280 - Recursos Próprios Financeiros	3.803.265		3.803.265
52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	242.347.978	2.048.196	244.396.174
1 - Pessoal e Encargos Sociais	123.229.435		123.229.435
100 - Recursos Ordinários	123.229.435		123.229.435
3 - Outras Despesas Correntes	106.003.025	2.048.196	108.051.221
100 - Recursos Ordinários	35.250.097	2.048.196	37.298.293
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	69.852.928		69.852.928
280 - Recursos Próprios Financeiros	900.000		900.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
4 - Investimentos	13.115.518		13.115.518
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.263.644		4.263.644
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	2.170.576		2.170.576
280 - Recursos Próprios Financeiros	6.681.298		6.681.298
52222 - Fundação Osório	19.010.894	5.403.068	24.413.962
1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.174.520	5.252.000	16.426.520
100 - Recursos Ordinários	11.174.520	2.701.316	13.875.836
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		960.281	960.281
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.590.403	1.590.403
3 - Outras Despesas Correntes	6.436.374	151.068	6.587.442
100 - Recursos Ordinários	6.299.581	151.068	6.450.649
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	136.793		136.793
4 - Investimentos	1.400.000		1.400.000
100 - Recursos Ordinários	500.000		500.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	900.000		900.000
52232 - Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	40.163.233	1.948.536	42.111.769
1 - Pessoal e Encargos Sociais	618.366	1.888.536	2.506.902
100 - Recursos Ordinários	618.366	1.518.988	2.137.354
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		111.389	111.389
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		258.159	258.159
2 - Juros e Encargos da Dívida	4.013.204		4.013.204
280 - Recursos Próprios Financeiros	4.013.204		4.013.204
3 - Outras Despesas Correntes	9.667.867	60.000	9.727.867
100 - Recursos Ordinários	304.867	60.000	364.867
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.300.000		4.300.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.063.000		5.063.000
4 - Investimentos	85.000		85.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	85.000		85.000
5 - Inversões Financeiras	9.000.000		9.000.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	9.000.000		9.000.000
6 - Amortização da Dívida	15.753.572		15.753.572
280 - Recursos Próprios Financeiros	15.753.572		15.753.572
9 - Reserva de Contingência	1.025.224		1.025.224
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	900.000		900.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	125.224		125.224
52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL	351.583.008	6.581.304	358.164.312
1 - Pessoal e Encargos Sociais	322.166.808		322.166.808
100 - Recursos Ordinários	322.166.808		322.166.808
3 - Outras Despesas Correntes	28.941.200	6.581.304	35.522.504
100 - Recursos Ordinários	28.941.200	6.581.304	35.522.504
4 - Investimentos	475.000		475.000
100 - Recursos Ordinários	475.000		475.000
52901 - Fundo do Ministério da Defesa	3.196.443		3.196.443
3 - Outras Despesas Correntes	3.146.443		3.146.443
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.561.949		1.561.949
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.584.494		1.584.494
4 - Investimentos	50.000		50.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	50.000		50.000
52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas		275.245.378	275.245.378
1 - Pessoal e Encargos Sociais		172.750.186	172.750.186
100 - Recursos Ordinários		139.912.186	139.912.186
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.342.328	13.342.328
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.495.672	19.495.672
3 - Outras Despesas Correntes		95.995.192	95.995.192
100 - Recursos Ordinários		79.315.028	79.315.028
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros		13.231.903	13.231.903

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
180 - Recursos Próprios Financeiros		583.487	583.487
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		2.864.774	2.864.774
4 - Investimentos		6.500.000	6.500.000
100 - Recursos Ordinários		6.175.000	6.175.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		325.000	325.000
52903 - Fundo do Serviço Militar	9.199.182		9.199.182
3 - Outras Despesas Correntes	7.045.205		7.045.205
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	3.338.664		3.338.664
175 - Taxas por Serviços Públicos	2.942.761		2.942.761
180 - Recursos Próprios Financeiros	763.780		763.780
4 - Investimentos	2.153.977		2.153.977
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	2.153.977		2.153.977
52911 - Fundo Aeronáutico	3.587.815.433	272.780.590	3.860.596.023
3 - Outras Despesas Correntes	1.892.356.438	252.179.503	2.144.535.941
100 - Recursos Ordinários	49.633.549		49.633.549
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.213.253.554	252.179.503	1.465.433.057
280 - Recursos Próprios Financeiros	625.041.849		625.041.849
281 - Recursos de Convênios	4.427.486		4.427.486
4 - Investimentos	730.114.029	20.601.087	750.715.116
100 - Recursos Ordinários	20.323.105		20.323.105
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	250.000		250.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	663.867.200	20.601.087	684.468.287
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	2.906.736		2.906.736
280 - Recursos Próprios Financeiros	37.998.851		37.998.851
281 - Recursos de Convênios	4.768.137		4.768.137
5 - Inversões Financeiras	5.230.000		5.230.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	5.230.000		5.230.000
9 - Reserva de Contingência	960.114.966		960.114.966
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	3.947.382		3.947.382
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	956.167.584		956.167.584
52921 - Fundo do Exército	812.524.993	1.939.956.585	2.752.481.578
3 - Outras Despesas Correntes	605.690.981	1.878.956.585	2.484.647.566
100 - Recursos Ordinários	218.496.385	619.450.700	837.947.085
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	14.455.578		14.455.578
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	357.739.018	1.259.505.885	1.617.244.903
280 - Recursos Próprios Financeiros	15.000.000		15.000.000
4 - Investimentos	62.011.691	61.000.000	123.011.691
100 - Recursos Ordinários	13.078.135	40.300.000	53.378.135
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	7.433.556		7.433.556
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	32.046.232	20.700.000	52.746.232
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	9.453.768		9.453.768
9 - Reserva de Contingência	144.822.321		144.822.321
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	17.155.325		17.155.325
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	40.339.189		40.339.189
280 - Recursos Próprios Financeiros	87.327.807		87.327.807
52931 - Fundo Naval	877.982.275	382.714.888	1.260.697.163
3 - Outras Despesas Correntes	622.541.832	382.546.689	1.005.088.521
100 - Recursos Ordinários	419.270.129		419.270.129
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	210.000		210.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	500.000		500.000
175 - Taxas por Serviços Públicos	50.000		50.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	3.305.000		3.305.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	85.014.198	382.546.689	467.560.887

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
280 - Recursos Próprios Financeiros	114.192.505		114.192.505
4 - Investimentos	105.634.578	168.199	105.802.777
100 - Recursos Ordinários	11.015.352		11.015.352
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	90.000		90.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	500.000		500.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.085.000		1.085.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	83.227.800	168.199	83.395.999
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	787.752		787.752
280 - Recursos Próprios Financeiros	8.928.674		8.928.674
9 - Reserva de Contingência	149.805.865		149.805.865
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	7.715.098		7.715.098
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	4.029.022		4.029.022
175 - Taxas por Serviços Públicos	28.765		28.765
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	110.789.414		110.789.414
280 - Recursos Próprios Financeiros	26.888.566		26.888.566
281 - Recursos de Convênios	355.000		355.000
52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	241.268.483		241.268.483
3 - Outras Despesas Correntes	62.891.800		62.891.800
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	3.341.800		3.341.800
176 - Outras Contribuições Sociais	54.950.000		54.950.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	4.600.000		4.600.000
4 - Investimentos	1.258.200		1.258.200
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	508.200		508.200
176 - Outras Contribuições Sociais	750.000		750.000
9 - Reserva de Contingência	177.118.483		177.118.483
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	26.206.620		26.206.620
176 - Outras Contribuições Sociais	65.696.129		65.696.129
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.220.425		1.220.425
280 - Recursos Próprios Financeiros	83.995.309		83.995.309
53000 - Ministério da Integração Nacional	5.016.682.438	648.228.120	5.664.910.558
1 - Pessoal e Encargos Sociais	816.920.032	569.351.536	1.386.271.568
100 - Recursos Ordinários	816.920.032		816.920.032
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		451.951.267	451.951.267
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		40.372.532	40.372.532
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		77.027.737	77.027.737
3 - Outras Despesas Correntes	1.428.040.988	20.394.283	1.448.435.271
100 - Recursos Ordinários	1.353.685.547	20.394.283	1.374.079.830
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	4.500.000		4.500.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	14.352		14.352
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.656.370		2.656.370
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	29.995.386		29.995.386
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	13.805.186		13.805.186
280 - Recursos Próprios Financeiros	23.384.147		23.384.147
4 - Investimentos	2.770.284.762	58.482.301	2.828.767.063
100 - Recursos Ordinários	1.667.305.865	56.766.332	1.724.072.197
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.088.983.076		1.088.983.076
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.439.484		2.439.484
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	5.742.555	1.715.969	7.458.524
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.813.782		5.813.782
5 - Inversões Financeiras	1.436.656		1.436.656
100 - Recursos Ordinários	1.436.656		1.436.656
53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta	2.828.814.102	6.337.876	2.835.151.978

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	69.696.025	5.293.600	74.989.625
100 - Recursos Ordinários	69.696.025		69.696.025
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.447.443	4.447.443
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		846.157	846.157
3 - Outras Despesas Correntes	1.019.303.348	1.044.276	1.020.347.624
100 - Recursos Ordinários	993.436.592	1.044.276	994.480.868
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	4.500.000		4.500.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.656.370		2.656.370
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	18.710.386		18.710.386
4 - Investimentos	1.739.814.729		1.739.814.729
100 - Recursos Ordinários	1.249.156.631		1.249.156.631
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	490.658.098		490.658.098
53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	1.218.450.753	70.038.385	1.288.489.138
1 - Pessoal e Encargos Sociais	472.842.709		472.842.709
100 - Recursos Ordinários	472.842.709		472.842.709
3 - Outras Despesas Correntes	266.550.983	11.556.084	278.107.067
100 - Recursos Ordinários	252.456.572	11.556.084	264.012.656
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	4.245.000		4.245.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.223.545		4.223.545
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.625.866		5.625.866
4 - Investimentos	479.057.061	58.482.301	537.539.362
100 - Recursos Ordinários	156.880.273	56.766.332	213.646.605
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	317.973.058		317.973.058
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	500.000		500.000
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	3.703.730	1.715.969	5.419.699
53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	182.181.874	5.027.136	187.209.010
1 - Pessoal e Encargos Sociais	34.535.502	3.939.000	38.474.502
100 - Recursos Ordinários	34.535.502		34.535.502
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.668.466	2.668.466
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.270.534	1.270.534
3 - Outras Despesas Correntes	18.681.824	1.088.136	19.769.960
100 - Recursos Ordinários	2.725.681	1.088.136	3.813.817
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	6.340.000		6.340.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	6.959.984		6.959.984
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.656.159		2.656.159
4 - Investimentos	128.964.548		128.964.548
100 - Recursos Ordinários	25.985.000		25.985.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	100.379.548		100.379.548
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.805.000		1.805.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	795.000		795.000
53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	71.649.697	5.118.116	76.767.813
1 - Pessoal e Encargos Sociais	38.844.604	4.706.936	43.551.540
100 - Recursos Ordinários	38.844.604		38.844.604
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.720.276	2.720.276
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.986.660	1.986.660
3 - Outras Despesas Correntes	17.645.706	411.180	18.056.886
100 - Recursos Ordinários	2.543.584	411.180	2.954.764
280 - Recursos Próprios Financeiros	15.102.122		15.102.122
4 - Investimentos	15.159.387		15.159.387
100 - Recursos Ordinários	190.000		190.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	11.390.387		11.390.387
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	134.484		134.484
280 - Recursos Próprios Financeiros	3.444.516		3.444.516

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	516.567.054	561.552.643	1.078.119.697
1 - Pessoal e Encargos Sociais	189.046.649	555.399.000	744.445.649
100 - Recursos Ordinários	189.046.649		189.046.649
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		451.951.267	451.951.267
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		30.523.347	30.523.347
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		72.924.386	72.924.386
3 - Outras Despesas Correntes	90.377.374	6.153.643	96.531.017
100 - Recursos Ordinários	87.241.365	6.153.643	93.395.008
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	14.352		14.352
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	500.000		500.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.621.657		2.621.657
4 - Investimentos	235.706.375		235.706.375
100 - Recursos Ordinários	150.260.113		150.260.113
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	83.407.437		83.407.437
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	2.038.825		2.038.825
5 - Inversões Financeiras	1.436.656		1.436.656
100 - Recursos Ordinários	1.436.656		1.436.656
53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	199.018.958	153.964	199.172.922
1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.954.543	13.000	11.967.543
100 - Recursos Ordinários	11.954.543		11.954.543
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	15.481.753	140.964	15.622.717
100 - Recursos Ordinários	15.281.753	140.964	15.422.717
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	200.000		200.000
4 - Investimentos	171.582.662		171.582.662
100 - Recursos Ordinários	84.833.848		84.833.848
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	85.174.548		85.174.548
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.574.266		1.574.266
54000 - Ministério do Turismo	893.694.056	23.566.182	917.260.238
1 - Pessoal e Encargos Sociais	52.502.860	22.555.494	75.058.354
100 - Recursos Ordinários	52.502.860	15.924.154	68.427.014
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.398.288	2.398.288
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.233.052	4.233.052
3 - Outras Despesas Correntes	290.265.499	1.010.688	291.276.187
100 - Recursos Ordinários	258.158.611	1.010.688	259.169.299
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	30.020.774		30.020.774
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.303.680		1.303.680
280 - Recursos Próprios Financeiros	782.434		782.434
4 - Investimentos	550.897.991		550.897.991
100 - Recursos Ordinários	330.974.021		330.974.021
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	219.923.970		219.923.970
9 - Reserva de Contingência	27.706		27.706
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	27.706		27.706
54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta	824.620.067	655.822	825.275.889
1 - Pessoal e Encargos Sociais	35.458.172	201.994	35.660.166
100 - Recursos Ordinários	35.458.172		35.458.172
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		201.994	201.994
3 - Outras Despesas Correntes	238.750.206	453.828	239.204.034
100 - Recursos Ordinários	208.217.290	453.828	208.671.118
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	30.020.774		30.020.774
280 - Recursos Próprios Financeiros	512.142		512.142
4 - Investimentos	550.411.689		550.411.689

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
100 - Recursos Ordinários	330.487.719		330.487.719
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	219.923.970		219.923.970
54201 - EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo	69.073.989	22.910.360	91.984.349
1 - Pessoal e Encargos Sociais	17.044.688	22.353.500	39.398.188
100 - Recursos Ordinários	17.044.688	15.924.154	32.968.842
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.196.294	2.196.294
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.233.052	4.233.052
3 - Outras Despesas Correntes	51.515.293	556.860	52.072.153
100 - Recursos Ordinários	49.941.321	556.860	50.498.181
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.303.680		1.303.680
280 - Recursos Próprios Financeiros	270.292		270.292
4 - Investimentos	486.302		486.302
100 - Recursos Ordinários	486.302		486.302
9 - Reserva de Contingência	27.706		27.706
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	27.706		27.706
55000 - Ministério do Desenvolvimento Social		508.256.304.403	508.256.304.403
1 - Pessoal e Encargos Sociais		12.203.286.828	12.203.286.828
100 - Recursos Ordinários		1.686.398.410	1.686.398.410
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		3.062.317.619	3.062.317.619
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		5.185.472.418	5.185.472.418
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		718.863.089	718.863.089
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.250.235.292	1.250.235.292
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		300.000.000	300.000.000
3 - Outras Despesas Correntes		495.772.698.430	495.772.698.430
100 - Recursos Ordinários		1.813.083.155	1.813.083.155
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		2.142.649.731	2.142.649.731
139 - Alienação de Bens Apreendidos		79.481.309	79.481.309
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações		8.448.867.592	8.448.867.592
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros		1.206.537.456	1.206.537.456
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		4.007.044.534	4.007.044.534
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		56.338.680.001	56.338.680.001
154 - Recursos do Regime Geral de Previdência Social		408.631.890.153	408.631.890.153
180 - Recursos Próprios Financeiros		1.623.919.190	1.623.919.190
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		9.973.858.451	9.973.858.451
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		76.359.870	76.359.870
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		1.419.712.018	1.419.712.018
280 - Recursos Próprios Financeiros		10.614.970	10.614.970
4 - Investimentos		278.672.594	278.672.594
100 - Recursos Ordinários		23.108.312	23.108.312
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		140.823.057	140.823.057
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		104.728.058	104.728.058
194 - Doações para o Combate à Fome		2.793	2.793
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		9.843.329	9.843.329
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público		167.045	167.045
5 - Inversões Financeiras		1.646.551	1.646.551
100 - Recursos Ordinários		1.646.551	1.646.551
55101 - Ministério do Desenvolvimento Social - Administração Direta		24.745.246.940	24.745.246.940
1 - Pessoal e Encargos Sociais		112.921.122	112.921.122
100 - Recursos Ordinários		110.295.122	110.295.122
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.626.000	2.626.000
3 - Outras Despesas Correntes		24.564.989.594	24.564.989.594
100 - Recursos Ordinários		12.897.347	12.897.347
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		2.142.649.731	2.142.649.731

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações		8.448.867.592	8.448.867.592
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		1.554.641.530	1.554.641.530
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		12.342.270.269	12.342.270.269
180 - Recursos Próprios Financeiros		50.463.125	50.463.125
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		13.200.000	13.200.000
4 - Investimentos		67.336.224	67.336.224
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		66.833.431	66.833.431
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		500.000	500.000
194 - Doações para o Combate à Fome		2.793	2.793
55201 - Instituto Nacional do Seguro Social		15.190.000.065	15.190.000.065
1 - Pessoal e Encargos Sociais		12.090.365.706	12.090.365.706
100 - Recursos Ordinários		1.576.103.288	1.576.103.288
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		3.062.317.619	3.062.317.619
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		5.185.472.418	5.185.472.418
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		716.237.089	716.237.089
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.250.235.292	1.250.235.292
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		300.000.000	300.000.000
3 - Outras Despesas Correntes		3.035.987.808	3.035.987.808
100 - Recursos Ordinários		687.264.774	687.264.774
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		918.396.046	918.396.046
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		1.419.712.018	1.419.712.018
280 - Recursos Próprios Financeiros		10.614.970	10.614.970
4 - Investimentos		62.000.000	62.000.000
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		51.989.626	51.989.626
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros		9.843.329	9.843.329
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público		167.045	167.045
5 - Inversões Financeiras		1.646.551	1.646.551
100 - Recursos Ordinários		1.646.551	1.646.551
55901 - Fundo Nacional de Assistência Social		32.174.387.837	32.174.387.837
3 - Outras Despesas Correntes		32.025.051.467	32.025.051.467
100 - Recursos Ordinários		1.112.921.034	1.112.921.034
139 - Alienação de Bens Apreendidos		79.481.309	79.481.309
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros		18.697	18.697
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		1.534.006.958	1.534.006.958
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		29.212.044.330	29.212.044.330
180 - Recursos Próprios Financeiros		23.419.269	23.419.269
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		63.159.870	63.159.870
4 - Investimentos		149.336.370	149.336.370
100 - Recursos Ordinários		23.108.312	23.108.312
151 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas		22.000.000	22.000.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		104.228.058	104.228.058
55902 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social		436.146.669.561	436.146.669.561
3 - Outras Despesas Correntes		436.146.669.561	436.146.669.561
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros		1.206.518.759	1.206.518.759
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		14.784.365.402	14.784.365.402
154 - Recursos do Regime Geral de Previdência Social		408.631.890.153	408.631.890.153
180 - Recursos Próprios Financeiros		1.550.036.796	1.550.036.796
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		9.973.858.451	9.973.858.451
56000 - Ministério das Cidades	9.185.465.142	443.786.387	9.629.251.529

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.082.305.361	403.715	1.082.709.076
100 - Recursos Ordinários	968.669.081		968.669.081
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		403.715	403.715
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	108.028.359		108.028.359
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.607.921		5.607.921
2 - Juros e Encargos da Dívida	10.826.816		10.826.816
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	10.826.816		10.826.816
3 - Outras Despesas Correntes	2.218.958.117	53.487.790	2.272.445.907
100 - Recursos Ordinários	1.873.719.434	53.487.790	1.927.207.224
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.500.000		4.500.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	93.094.525		93.094.525
180 - Recursos Próprios Financeiros	6.500.000		6.500.000
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	2.500.000		2.500.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	9.500.774		9.500.774
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	227.939.813		227.939.813
280 - Recursos Próprios Financeiros	508.371		508.371
281 - Recursos de Convênios	695.200		695.200
4 - Investimentos	2.292.601.853	389.894.882	2.682.496.735
100 - Recursos Ordinários	903.871.683	382.844.882	1.286.716.565
180 - Recursos Próprios Financeiros	16.000.000		16.000.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.350.230.170	7.050.000	1.357.280.170
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	22.000.000		22.000.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	500.000		500.000
5 - Inversões Financeiras	2.650.690.343		2.650.690.343
100 - Recursos Ordinários	2.559.288.593		2.559.288.593
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	91.401.750		91.401.750
9 - Reserva de Contingência	930.082.652		930.082.652
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	63.085.676		63.085.676
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	424.298.678		424.298.678
180 - Recursos Próprios Financeiros	206.528.841		206.528.841
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	236.169.457		236.169.457
56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta	6.374.658.747	391.440.897	6.766.099.644
1 - Pessoal e Encargos Sociais	52.721.986	403.715	53.125.701
100 - Recursos Ordinários	52.721.986		52.721.986
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		403.715	403.715
3 - Outras Despesas Correntes	1.643.197.915	1.142.300	1.644.340.215
100 - Recursos Ordinários	1.633.697.141	1.142.300	1.634.839.441
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	9.500.774		9.500.774
4 - Investimentos	2.028.048.503	389.894.882	2.417.943.385
100 - Recursos Ordinários	683.718.333	382.844.882	1.066.563.215
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.344.330.170	7.050.000	1.351.380.170
5 - Inversões Financeiras	2.650.690.343		2.650.690.343
100 - Recursos Ordinários	2.559.288.593		2.559.288.593
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	91.401.750		91.401.750
56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB	358.703.693	5.932.970	364.636.663
1 - Pessoal e Encargos Sociais	193.936.541		193.936.541
100 - Recursos Ordinários	180.300.261		180.300.261
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	8.028.359		8.028.359
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.607.921		5.607.921
3 - Outras Despesas Correntes	144.767.152	5.932.970	150.700.122
100 - Recursos Ordinários	14.767.152	5.932.970	20.700.122
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	130.000.000		130.000.000
4 - Investimentos	20.000.000		20.000.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	20.000.000		20.000.000
56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	1.187.525.525	46.412.520	1.233.938.045
1 - Pessoal e Encargos Sociais	835.646.834		835.646.834

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
100 - Recursos Ordinários	735.646.834		735.646.834
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	100.000.000		100.000.000
2 - Juros e Encargos da Dívida	10.826.816		10.826.816
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	10.826.816		10.826.816
3 - Outras Despesas Correntes	324.398.525	46.412.520	370.811.045
100 - Recursos Ordinários	225.255.141	46.412.520	271.667.661
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	97.939.813		97.939.813
280 - Recursos Próprios Financeiros	508.371		508.371
281 - Recursos de Convênios	695.200		695.200
4 - Investimentos	16.653.350		16.653.350
100 - Recursos Ordinários	14.153.350		14.153.350
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.000.000		2.000.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	500.000		500.000
56901 - Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	921.925.860		921.925.860
3 - Outras Despesas Correntes	100.094.525		100.094.525
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	4.500.000		4.500.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	93.094.525		93.094.525
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	2.500.000		2.500.000
9 - Reserva de Contingência	821.831.335		821.831.335
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	63.085.676		63.085.676
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	424.298.678		424.298.678
180 - Recursos Próprios Financeiros	98.277.524		98.277.524
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	236.169.457		236.169.457
56902 - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	342.651.317		342.651.317
3 - Outras Despesas Correntes	6.500.000		6.500.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	6.500.000		6.500.000
4 - Investimentos	227.900.000		227.900.000
100 - Recursos Ordinários	206.000.000		206.000.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	16.000.000		16.000.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	5.900.000		5.900.000
9 - Reserva de Contingência	108.251.317		108.251.317
180 - Recursos Próprios Financeiros	108.251.317		108.251.317
60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República	18.847.385	60.000	18.907.385
1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.042.384		11.042.384
100 - Recursos Ordinários	11.042.384		11.042.384
3 - Outras Despesas Correntes	6.619.145	60.000	6.679.145
100 - Recursos Ordinários	6.619.145	60.000	6.679.145
4 - Investimentos	1.185.856		1.185.856
100 - Recursos Ordinários	1.185.856		1.185.856
60101 - Gabinete da Vice-Presidência da República	18.847.385	60.000	18.907.385
1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.042.384		11.042.384
100 - Recursos Ordinários	11.042.384		11.042.384
3 - Outras Despesas Correntes	6.619.145	60.000	6.679.145
100 - Recursos Ordinários	6.619.145	60.000	6.679.145
4 - Investimentos	1.185.856		1.185.856
100 - Recursos Ordinários	1.185.856		1.185.856
63000 - Advocacia-Geral da União	3.124.106.095	683.089.456	3.807.195.551
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.613.063.589	664.378.000	3.277.441.589
100 - Recursos Ordinários	2.613.063.589		2.613.063.589
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		277.520.415	277.520.415
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		386.857.585	386.857.585
3 - Outras Despesas Correntes	494.220.709	18.711.456	512.932.165
100 - Recursos Ordinários	493.887.124	18.711.456	512.598.580
181 - Recursos de Convênios	333.585		333.585
4 - Investimentos	16.821.797		16.821.797
100 - Recursos Ordinários	15.912.429		15.912.429

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
181 - Recursos de Convênios	909.368		909.368
63101 - Advocacia-Geral da União	3.124.106.095	683.089.456	3.807.195.551
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.613.063.589	664.378.000	3.277.441.589
100 - Recursos Ordinários	2.613.063.589		2.613.063.589
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		277.520.415	277.520.415
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		386.857.585	386.857.585
3 - Outras Despesas Correntes	494.220.709	18.711.456	512.932.165
100 - Recursos Ordinários	493.887.124	18.711.456	512.598.580
181 - Recursos de Convênios	333.585		333.585
4 - Investimentos	16.821.797		16.821.797
100 - Recursos Ordinários	15.912.429		15.912.429
181 - Recursos de Convênios	909.368		909.368
81000 - Ministério dos Direitos Humanos	371.401.222	99.376.179	470.777.401
1 - Pessoal e Encargos Sociais	45.967.248	13.000	45.980.248
100 - Recursos Ordinários	45.967.248		45.967.248
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	175.150.500	46.735.580	221.886.080
100 - Recursos Ordinários	155.955.339	11.292.480	167.247.819
180 - Recursos Próprios Financeiros		3.000.000	3.000.000
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		14.288.100	14.288.100
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	19.195.161	5.470.000	24.665.161
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		12.685.000	12.685.000
4 - Investimentos	29.985.827	28.777.387	58.763.214
100 - Recursos Ordinários	10.640.827	800.000	11.440.827
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		261.900	261.900
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	19.345.000	27.400.487	46.745.487
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		315.000	315.000
9 - Reserva de Contingência	120.297.647	23.850.212	144.147.859
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		2.246.917	2.246.917
180 - Recursos Próprios Financeiros		7.791.344	7.791.344
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	120.297.647		120.297.647
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		13.811.951	13.811.951
81101 - Ministério dos Direitos Humanos - Administração Direta	371.401.222	59.025.967	430.427.189
1 - Pessoal e Encargos Sociais	45.967.248	13.000	45.980.248
100 - Recursos Ordinários	45.967.248		45.967.248
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.000	13.000
3 - Outras Despesas Correntes	175.150.500	31.050.580	206.201.080
100 - Recursos Ordinários	155.955.339	11.292.480	167.247.819
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		14.288.100	14.288.100
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	19.195.161	5.470.000	24.665.161
4 - Investimentos	29.985.827	27.962.387	57.948.214
100 - Recursos Ordinários	10.640.827	700.000	11.340.827
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		261.900	261.900
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	19.345.000	27.000.487	46.345.487
9 - Reserva de Contingência	120.297.647		120.297.647
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	120.297.647		120.297.647
81901 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA		25.330.543	25.330.543
3 - Outras Despesas Correntes		11.685.000	11.685.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		11.685.000	11.685.000
4 - Investimentos		315.000	315.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		315.000	315.000
9 - Reserva de Contingência		13.330.543	13.330.543
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		2.246.917	2.246.917
180 - Recursos Próprios Financeiros		5.962.868	5.962.868
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		5.120.758	5.120.758
81902 - Fundo Nacional do Idoso - FNI		15.019.669	15.019.669
3 - Outras Despesas Correntes		4.000.000	4.000.000
180 - Recursos Próprios Financeiros		3.000.000	3.000.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		1.000.000	1.000.000
4 - Investimentos		500.000	500.000
100 - Recursos Ordinários		100.000	100.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		400.000	400.000
9 - Reserva de Contingência		10.519.669	10.519.669
180 - Recursos Próprios Financeiros		1.828.476	1.828.476
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		8.691.193	8.691.193
82000 - Ministério da Segurança Pública	11.822.559.501	3.890.344.784	15.712.904.285
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.501.271.585	3.794.945.000	10.296.216.585
100 - Recursos Ordinários	6.501.271.585		6.501.271.585
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.803.929.224	1.803.929.224
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		760.208.712	760.208.712
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.230.807.064	1.230.807.064
3 - Outras Despesas Correntes	2.518.742.941	95.399.784	2.614.142.725
100 - Recursos Ordinários	930.262.380	95.399.784	1.025.662.164
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	406.679.382		406.679.382
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	25.534.580		25.534.580
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.075.227.891		1.075.227.891
180 - Recursos Próprios Financeiros	30.248.118		30.248.118
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	18.351.780		18.351.780
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	32.438.810		32.438.810
4 - Investimentos	1.600.393.026		1.600.393.026
100 - Recursos Ordinários	196.301.197		196.301.197
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	292.094.054		292.094.054
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	27.066.249		27.066.249
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	359.292.255		359.292.255
180 - Recursos Próprios Financeiros	95.616.851		95.616.851
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	630.022.420		630.022.420
9 - Reserva de Contingência	1.202.151.949		1.202.151.949
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	1.140.180.899		1.140.180.899
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	56.992.780		56.992.780
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	4.978.270		4.978.270
82101 - Ministério da Segurança Pública - Administração Direta	1.113.402.424	9.109.896	1.122.512.320
1 - Pessoal e Encargos Sociais	242.031.484	5.250.000	247.281.484
100 - Recursos Ordinários	242.031.484		242.031.484
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.250.000	5.250.000
3 - Outras Despesas Correntes	167.864.972	3.859.896	171.724.868
100 - Recursos Ordinários	136.567.162	3.859.896	140.427.058
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	31.297.810		31.297.810
4 - Investimentos	703.505.968		703.505.968
100 - Recursos Ordinários	156.742.025		156.742.025
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	546.763.943		546.763.943
82102 - Departamento de Polícia Federal	5.385.975.529	2.226.333.108	7.612.308.637

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.885.552.641	2.180.490.000	6.066.042.641
100 - Recursos Ordinários	3.885.552.641		3.885.552.641
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		963.695.189	963.695.189
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		466.092.516	466.092.516
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		750.702.295	750.702.295
3 - Outras Despesas Correntes	1.289.753.621	45.843.108	1.335.596.729
100 - Recursos Ordinários	688.517.798	45.843.108	734.360.906
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	236.406		236.406
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	582.647.637		582.647.637
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	18.351.780		18.351.780
4 - Investimentos	157.029.848		157.029.848
100 - Recursos Ordinários	19.602.676		19.602.676
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	137.277.172		137.277.172
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	150.000		150.000
9 - Reserva de Contingência	53.639.419		53.639.419
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	48.661.149		48.661.149
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	4.978.270		4.978.270
82103 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal	3.224.695.326	1.654.901.780	4.879.597.106
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.373.687.460	1.609.205.000	3.982.892.460
100 - Recursos Ordinários	2.373.687.460		2.373.687.460
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		840.234.035	840.234.035
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		288.866.196	288.866.196
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		480.104.769	480.104.769
3 - Outras Despesas Correntes	623.305.848	45.696.780	669.002.628
100 - Recursos Ordinários	105.177.420	45.696.780	150.874.200
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	25.298.174		25.298.174
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	492.580.254		492.580.254
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	250.000		250.000
4 - Investimentos	219.370.387		219.370.387
100 - Recursos Ordinários	2.300.000		2.300.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	2.000.000		2.000.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	204.500.000		204.500.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	10.570.387		10.570.387
9 - Reserva de Contingência	8.331.631		8.331.631
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	8.331.631		8.331.631
82901 - Fundo Penitenciário Nacional	353.428.815		353.428.815
3 - Outras Despesas Correntes	142.145.811		142.145.811
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	111.797.693		111.797.693
180 - Recursos Próprios Financeiros	30.248.118		30.248.118
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	100.000		100.000
4 - Investimentos	211.283.004		211.283.004
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	70.994.434		70.994.434
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	25.066.249		25.066.249
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	17.515.083		17.515.083
180 - Recursos Próprios Financeiros	95.616.851		95.616.851
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	2.090.387		2.090.387
82902 - Fundo Nacional de Segurança Pública	1.745.057.407		1.745.057.407
3 - Outras Despesas Correntes	295.672.689		295.672.689
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	294.881.689		294.881.689
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	791.000		791.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
4 - Investimentos	309.203.819		309.203.819
100 - Recursos Ordinários	17.656.496		17.656.496
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	221.099.620		221.099.620
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	70.447.703		70.447.703
9 - Reserva de Contingência	1.140.180.899		1.140.180.899
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	1.140.180.899		1.140.180.899

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
OUTROS ENCARGOS	<u>1.818.933.563.577</u>	<u>245.977.862.635</u>	<u>2.064.911.426.212</u>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	24.727.671.540	7.181.229.612	31.908.901.152
100 - Recursos Ordinários	24.720.785.754	4.921.383.388	29.642.169.142
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		193.864.512	193.864.512
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.173.804.355	1.173.804.355
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		344.560.650	344.560.650
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		547.616.707	547.616.707
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	6.885.786		6.885.786
2 - Juros e Encargos da Dívida	378.232.187.674		378.232.187.674
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	372.589.315.619		372.589.315.619
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	266.400.000		266.400.000
152 - Resultado do Banco Central	5.273.000.000		5.273.000.000
173 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	103.472.055		103.472.055
3 - Outras Despesas Correntes	311.169.674.022	238.780.301.769	549.949.975.791
100 - Recursos Ordinários	29.807.497.761	503.084.232	30.310.581.993
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	207.662.300.759		207.662.300.759
102 - Transferência do Imposto Territorial Rural	1.363.899.309		1.363.899.309
106 - Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal		20.821.950	20.821.950
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	822.993.281		822.993.281
113 - Contribuição do Salário-Educação	12.973.328.408		12.973.328.408
119 - Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	35.158.970		35.158.970
129 - Recursos de Concessões e Permissões	2.606.311		2.606.311
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	1.500.000		1.500.000
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.391.045.959		2.391.045.959
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	2.397.708.434		2.397.708.434
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	39.875.940.192		39.875.940.192
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	1.395.000.000		1.395.000.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	103.292.488		103.292.488
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.562.267.455		1.562.267.455
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	114.308.621		114.308.621
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.100.000		1.100.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	500.000		500.000
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	10.659.226.074	238.256.395.587	248.915.621.661
4 - Investimentos	132.571.948	11.331.254	143.903.202
100 - Recursos Ordinários	132.571.948	11.331.254	143.903.202
5 - Inversões Financeiras	56.968.100.535	5.000.000	56.973.100.535
100 - Recursos Ordinários	12.899.196.286	5.000.000	12.904.196.286
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	13.137.486.470		13.137.486.470
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	27.000.000		27.000.000
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	50.000.000		50.000.000
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	1.905.589.690		1.905.589.690
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	10.063.305.880		10.063.305.880
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	127.500.000		127.500.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.703.852		1.703.852
160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.363.659.941		1.363.659.941
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	14.947.283		14.947.283
172 - Outras Contribuições Econômicas	1.211.947.970		1.211.947.970
180 - Recursos Próprios Financeiros	9.381.381.331		9.381.381.331
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	659.676.038		659.676.038
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	100.000		100.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.806.608		1.806.608
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	4.380.000		4.380.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
280_Recursos Próprios Financeiros	4.843.121.581		4.843.121.581
929_Recursos de Concessões e Permissões - CONDICIONADOS	1.275.297.605		1.275.297.605
6 - Amortização da Dívida	1.044.226.867.800		1.044.226.867.800
100_Recursos Ordinários	86.156.256.286		86.156.256.286
143_Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	756.976.510.542		756.976.510.542
144_Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	30.700.000.000		30.700.000.000
152_Resultado do Banco Central	21.092.000.000		21.092.000.000
159_Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos	40.843.945.050		40.843.945.050
162_Recursos Primários para Amortização da Dívida Pública	6.965.041		6.965.041
171_Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB	242.470.907		242.470.907
173_Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	22.395.426.906		22.395.426.906
188_Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	67.799.328.459		67.799.328.459
197_Dividendos da União	7.489.262.214		7.489.262.214
929_Recursos de Concessões e Permissões - CONDICIONADOS	10.524.702.395		10.524.702.395
9 - Reserva de Contingência	3.476.490.058		3.476.490.058
150_Recursos Próprios Não-Financeiros	199.147.571		199.147.571
180_Recursos Próprios Financeiros	2.987.006.866		2.987.006.866
186_Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	290.335.621		290.335.621
71000 - Encargos Financeiros da União	54.680.754.037	172.582.464	54.853.336.501
1 - Pessoal e Encargos Sociais	13.075.981.032		13.075.981.032
100 - Recursos Ordinários	13.069.095.246		13.069.095.246
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	6.885.786		6.885.786
3 - Outras Despesas Correntes	24.761.350.046	172.582.464	24.933.932.510
100 - Recursos Ordinários	22.435.162.811	172.582.464	22.607.745.275
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	815.000.000		815.000.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	103.292.488		103.292.488
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.405.894.747		1.405.894.747
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.500.000		1.500.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	500.000		500.000
5 - Inversões Financeiras	13.366.932.901		13.366.932.901
100 - Recursos Ordinários	829.337.103		829.337.103
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	9.744.001.167		9.744.001.167
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	257.655.000		257.655.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.260.642.026		1.260.642.026
929 - Recursos de Concessões e Permissões - CONDICIONADOS	1.275.297.605		1.275.297.605
9 - Reserva de Contingência	3.476.490.058		3.476.490.058
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	199.147.571		199.147.571
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.987.006.866		2.987.006.866
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	290.335.621		290.335.621
71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	9.183.255.805		9.183.255.805
3 - Outras Despesas Correntes	9.181.355.805		9.181.355.805
100 - Recursos Ordinários	8.366.355.805		8.366.355.805
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	815.000.000		815.000.000
5 - Inversões Financeiras	1.900.000		1.900.000
100 - Recursos Ordinários	1.900.000		1.900.000
71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	10.138.633.900	172.582.464	10.311.216.364
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.700.197.737		7.700.197.737
100 - Recursos Ordinários	7.693.311.951		7.693.311.951
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	6.885.786		6.885.786
3 - Outras Despesas Correntes	1.148.138.558	172.582.464	1.320.721.022
100 - Recursos Ordinários	1.148.138.558	172.582.464	1.320.721.022
5 - Inversões Financeiras	1.290.297.605		1.290.297.605
100 - Recursos Ordinários	15.000.000		15.000.000

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
929 - Recursos de Concessões e Permissões - CONDICIONADOS	1.275.297.605		1.275.297.605
71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais	18.388.762.346		18.388.762.346
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.372.783.295		5.372.783.295
100 - Recursos Ordinários	5.372.783.295		5.372.783.295
3 - Outras Despesas Correntes	12.203.541.948		12.203.541.948
100 - Recursos Ordinários	12.203.541.948		12.203.541.948
5 - Inversões Financeiras	812.437.103		812.437.103
100 - Recursos Ordinários	812.437.103		812.437.103
71104 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	717.126.500		717.126.500
3 - Outras Despesas Correntes	717.126.500		717.126.500
100 - Recursos Ordinários	717.126.500		717.126.500
71901 - Fundo Contingente da Extinta RFFSA - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	294.835.621		294.835.621
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.000.000		3.000.000
100 - Recursos Ordinários	3.000.000		3.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	1.500.000		1.500.000
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.500.000		1.500.000
9 - Reserva de Contingência	290.335.621		290.335.621
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	290.335.621		290.335.621
71903 - Fundo Social - FS	11.262.798.193		11.262.798.193
3 - Outras Despesas Correntes	500.000		500.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	500.000		500.000
5 - Inversões Financeiras	11.262.298.193		11.262.298.193
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	9.744.001.167		9.744.001.167
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	257.655.000		257.655.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.260.642.026		1.260.642.026
71904 - Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Recursos sob Supervisão do M.do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	452.661.456		452.661.456
3 - Outras Despesas Correntes	41.142.488		41.142.488
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	41.142.488		41.142.488
9 - Reserva de Contingência	411.518.968		411.518.968
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	180.902.490		180.902.490
180 - Recursos Próprios Financeiros	230.616.478		230.616.478
71905 - Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	4.242.680.216		4.242.680.216
3 - Outras Despesas Correntes	1.468.044.747		1.468.044.747
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	62.150.000		62.150.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.405.894.747		1.405.894.747
9 - Reserva de Contingência	2.774.635.469		2.774.635.469
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	18.245.081		18.245.081
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.756.390.388		2.756.390.388
73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	280.732.878.152	7.543.884.584	288.276.762.736
1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.651.690.508	7.181.229.612	18.832.920.120
100 - Recursos Ordinários	11.651.690.508	4.921.383.388	16.573.073.896
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		193.864.512	193.864.512
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.173.804.355	1.173.804.355
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		344.560.650	344.560.650
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		547.616.707	547.616.707
3 - Outras Despesas Correntes	268.948.615.696	351.323.718	269.299.939.414
100 - Recursos Ordinários	1.311.625.452	330.501.768	1.642.127.220
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	207.662.300.759		207.662.300.759
102 - Transferência do Imposto Territorial Rural	1.363.899.309		1.363.899.309
106 - Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal		20.821.950	20.821.950
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	822.993.281		822.993.281

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
113 - Contribuição do Salário-Educação	12.973.328.408		12.973.328.408
119 - Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	35.158.970		35.158.970
129 - Recursos de Concessões e Permissões	2.606.311		2.606.311
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.391.045.959		2.391.045.959
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	2.397.708.434		2.397.708.434
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	39.875.940.192		39.875.940.192
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	112.008.621		112.008.621
4 - Investimentos	132.571.948	11.331.254	143.903.202
100 - Recursos Ordinários	132.571.948	11.331.254	143.903.202
73101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda		38.113.440	38.113.440
1 - Pessoal e Encargos Sociais		38.113.440	38.113.440
100 - Recursos Ordinários		38.113.440	38.113.440
73104 - Recursos sob Supervisão do Ministério de Minas e Energia	44.664.694.585		44.664.694.585
3 - Outras Despesas Correntes	44.664.694.585		44.664.694.585
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.391.045.959		2.391.045.959
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	2.397.708.434		2.397.708.434
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	39.875.940.192		39.875.940.192
73107 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Educação	12.973.328.408		12.973.328.408
3 - Outras Despesas Correntes	12.973.328.408		12.973.328.408
113 - Contribuição do Salário-Educação	12.973.328.408		12.973.328.408
73108 - Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	209.884.352.319		209.884.352.319
3 - Outras Despesas Correntes	209.884.352.319		209.884.352.319
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	207.662.300.759		207.662.300.759
102 - Transferência do Imposto Territorial Rural	1.363.899.309		1.363.899.309
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	822.993.281		822.993.281
119 - Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	35.158.970		35.158.970
73111 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Meio Ambiente	2.606.311		2.606.311
3 - Outras Despesas Correntes	2.606.311		2.606.311
129 - Recursos de Concessões e Permissões	2.606.311		2.606.311
73113 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	3.573.194.070	2.844.997.950	6.418.192.020
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.343.848.541	2.790.349.826	6.134.198.367
100 - Recursos Ordinários	3.343.848.541	1.012.789.739	4.356.638.280
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		24.705.087	24.705.087
153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		1.173.804.355	1.173.804.355
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		204.211.631	204.211.631
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		374.839.014	374.839.014
3 - Outras Despesas Correntes	229.345.529	54.648.124	283.993.653
100 - Recursos Ordinários	117.336.908	54.648.124	171.985.032
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	112.008.621		112.008.621
73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF	9.634.702.459	4.660.773.194	14.295.475.653
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.307.841.967	4.352.766.346	12.660.608.313
100 - Recursos Ordinários	8.307.841.967	3.870.480.209	12.178.322.176
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		169.159.425	169.159.425
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		140.349.019	140.349.019
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		172.777.693	172.777.693
3 - Outras Despesas Correntes	1.194.288.544	296.675.594	1.490.964.138
100 - Recursos Ordinários	1.194.288.544	275.853.644	1.470.142.188
106 - Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal		20.821.950	20.821.950
4 - Investimentos	132.571.948	11.331.254	143.903.202

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
100 - Recursos Ordinários	132.571.948	11.331.254	143.903.202
74000 - Operações Oficiais de Crédito	50.707.549.840	5.000.000	50.712.549.840
2 - Juros e Encargos da Dívida	282.300.000		282.300.000
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	282.300.000		282.300.000
3 - Outras Despesas Correntes	6.800.482.206		6.800.482.206
100 - Recursos Ordinários	6.060.709.498		6.060.709.498
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	1.500.000		1.500.000
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	580.000.000		580.000.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	156.372.708		156.372.708
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	800.000		800.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.100.000		1.100.000
5 - Inversões Financeiras	43.601.167.634	5.000.000	43.606.167.634
100 - Recursos Ordinários	12.069.859.183	5.000.000	12.074.859.183
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	13.137.486.470		13.137.486.470
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	27.000.000		27.000.000
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	50.000.000		50.000.000
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	1.905.589.690		1.905.589.690
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	319.304.713		319.304.713
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	127.500.000		127.500.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.703.852		1.703.852
160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.363.659.941		1.363.659.941
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	14.947.283		14.947.283
172 - Outras Contribuições Econômicas	1.211.947.970		1.211.947.970
180 - Recursos Próprios Financeiros	9.381.381.331		9.381.381.331
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	402.021.038		402.021.038
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	100.000		100.000
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.806.608		1.806.608
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	4.380.000		4.380.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	3.582.479.555		3.582.479.555
6 - Amortização da Dívida	23.600.000		23.600.000
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	23.600.000		23.600.000
74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda	8.570.416.950		8.570.416.950
2 - Juros e Encargos da Dívida	282.300.000		282.300.000
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	282.300.000		282.300.000
3 - Outras Despesas Correntes	5.780.416.950		5.780.416.950
100 - Recursos Ordinários	5.199.316.950		5.199.316.950
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	580.000.000		580.000.000
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.100.000		1.100.000
5 - Inversões Financeiras	2.484.100.000		2.484.100.000
100 - Recursos Ordinários	1.120.340.059		1.120.340.059
160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.363.659.941		1.363.659.941
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	100.000		100.000
6 - Amortização da Dívida	23.600.000		23.600.000
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	23.600.000		23.600.000
74102 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	127.500.000		127.500.000
5 - Inversões Financeiras	127.500.000		127.500.000
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	127.500.000		127.500.000
74201 - Recursos sob Supervisão da Superintendência de Seguros Privados/SUSEP - Ministério da Fazenda	5.670.000		5.670.000
5 - Inversões Financeiras	5.670.000		5.670.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	5.670.000		5.670.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
74202 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar/ANS - Ministério da Saúde		5.000.000	5.000.000
5 - Inversões Financeiras		5.000.000	5.000.000
100 - Recursos Ordinários		5.000.000	5.000.000
74203 - Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA- Presidência da República	266.000.000		266.000.000
5 - Inversões Financeiras	266.000.000		266.000.000
100 - Recursos Ordinários	258.276.007		258.276.007
280 - Recursos Próprios Financeiros	7.723.993		7.723.993
74204 - Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	264.860.524		264.860.524
5 - Inversões Financeiras	264.860.524		264.860.524
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.773.146		1.773.146
263 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	4.380.000		4.380.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	258.707.378		258.707.378
74205 - Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	2.500.000		2.500.000
5 - Inversões Financeiras	2.500.000		2.500.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	2.500.000		2.500.000
74901 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé - MAPA	5.227.790.894		5.227.790.894
3 - Outras Despesas Correntes	156.372.708		156.372.708
180 - Recursos Próprios Financeiros	156.372.708		156.372.708
5 - Inversões Financeiras	5.071.418.186		5.071.418.186
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	1.703.852		1.703.852
180 - Recursos Próprios Financeiros	5.069.714.334		5.069.714.334
74902 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES - Min. da Educação	13.811.441.794		13.811.441.794
3 - Outras Despesas Correntes	861.392.548		861.392.548
100 - Recursos Ordinários	861.392.548		861.392.548
5 - Inversões Financeiras	12.950.049.246		12.950.049.246
100 - Recursos Ordinários	10.627.597.570		10.627.597.570
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	402.021.038		402.021.038
280 - Recursos Próprios Financeiros	1.920.430.638		1.920.430.638
74904 - Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante/FMM - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	5.480.146.096		5.480.146.096
5 - Inversões Financeiras	5.480.146.096		5.480.146.096
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	1.905.589.690		1.905.589.690
180 - Recursos Próprios Financeiros	3.574.556.406		3.574.556.406
74905 - Recursos sob Sup. do Fundo p/ Desenv.Tecnol. das Telecomunic./FUNTTEL-M.Ciência,Tecnol.,Inov. e Comunicações	300.000.000		300.000.000
5 - Inversões Financeiras	300.000.000		300.000.000
172 - Outras Contribuições Econômicas	300.000.000		300.000.000
74906 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra - Presidência da República	300.000.000		300.000.000
5 - Inversões Financeiras	300.000.000		300.000.000
100 - Recursos Ordinários	63.645.547		63.645.547
180 - Recursos Próprios Financeiros	236.354.453		236.354.453
74908 - Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR - Ministério do Turismo	166.679.795		166.679.795
5 - Inversões Financeiras	166.679.795		166.679.795
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	33.462		33.462
280 - Recursos Próprios Financeiros	166.646.333		166.646.333
74910 - Recursos sob Sup. do Fundo Nac.de Desenv.Científico e Tecnológico/FNDCT-M.Ciência,Tecnol.,Inov. e Comunicações	1.412.704.108		1.412.704.108
5 - Inversões Financeiras	1.412.704.108		1.412.704.108
172 - Outras Contribuições Econômicas	911.947.970		911.947.970
180 - Recursos Próprios Financeiros	500.756.138		500.756.138

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
74912 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	79.300.000		79.300.000
3 - Outras Despesas Correntes	2.300.000		2.300.000
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	1.500.000		1.500.000
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	800.000		800.000
5 - Inversões Financeiras	77.000.000		77.000.000
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	27.000.000		27.000.000
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	50.000.000		50.000.000
74913 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	2.627.497.293		2.627.497.293
5 - Inversões Financeiras	2.627.497.293		2.627.497.293
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	2.627.497.293		2.627.497.293
74914 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	2.627.497.293		2.627.497.293
5 - Inversões Financeiras	2.627.497.293		2.627.497.293
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	2.627.497.293		2.627.497.293
74915 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	7.882.491.884		7.882.491.884
5 - Inversões Financeiras	7.882.491.884		7.882.491.884
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	7.882.491.884		7.882.491.884
74916 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima/FNMC - Ministério do Meio Ambiente	348.709.939		348.709.939
5 - Inversões Financeiras	348.709.939		348.709.939
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	319.304.713		319.304.713
280 - Recursos Próprios Financeiros	29.405.226		29.405.226
74917 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA - Min Integração Nacional	395.502.456		395.502.456
5 - Inversões Financeiras	395.502.456		395.502.456
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	4.609.100		4.609.100
280 - Recursos Próprios Financeiros	390.893.356		390.893.356
74918 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - Min Integração Nacional	650.268.577		650.268.577
5 - Inversões Financeiras	650.268.577		650.268.577
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	7.929.599		7.929.599
280 - Recursos Próprios Financeiros	642.338.978		642.338.978
74919 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - Min Integração Nacional	160.572.237		160.572.237
5 - Inversões Financeiras	160.572.237		160.572.237
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	2.408.584		2.408.584
280 - Recursos Próprios Financeiros	158.163.653		158.163.653
75000 - Dívida Pública Federal	1.422.153.155.474		1.422.153.155.474
2 - Juros e Encargos da Dívida	377.949.887.674		377.949.887.674
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	372.307.015.619		372.307.015.619
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	266.400.000		266.400.000
152 - Resultado do Banco Central	5.273.000.000		5.273.000.000
173 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	103.472.055		103.472.055
6 - Amortização da Dívida	1.044.203.267.800		1.044.203.267.800
100 - Recursos Ordinários	86.156.256.286		86.156.256.286
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	756.952.910.542		756.952.910.542
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	30.700.000.000		30.700.000.000
152 - Resultado do Banco Central	21.092.000.000		21.092.000.000
159 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos	40.843.945.050		40.843.945.050
162 - Recursos Primários para Amortização da Dívida Pública	6.965.041		6.965.041
171 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB	242.470.907		242.470.907

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
173 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	22.395.426.906		22.395.426.906
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	67.799.328.459		67.799.328.459
197 - Dividendos da União	7.489.262.214		7.489.262.214
929 - Recursos de Concessões e Permissões - CONDICIONADOS	10.524.702.395		10.524.702.395
75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	1.422.153.155.474		1.422.153.155.474
2 - Juros e Encargos da Dívida	377.949.887.674		377.949.887.674
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	372.307.015.619		372.307.015.619
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	266.400.000		266.400.000
152 - Resultado do Banco Central	5.273.000.000		5.273.000.000
173 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	103.472.055		103.472.055
6 - Amortização da Dívida	1.044.203.267.800		1.044.203.267.800
100 - Recursos Ordinários	86.156.256.286		86.156.256.286
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	756.952.910.542		756.952.910.542
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	30.700.000.000		30.700.000.000
152 - Resultado do Banco Central	21.092.000.000		21.092.000.000
159 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos	40.843.945.050		40.843.945.050
162 - Recursos Primários para Amortização da Dívida Pública	6.965.041		6.965.041
171 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB	242.470.907		242.470.907
173 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	22.395.426.906		22.395.426.906
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	67.799.328.459		67.799.328.459
197 - Dividendos da União	7.489.262.214		7.489.262.214
929 - Recursos de Concessões e Permissões - CONDICIONADOS	10.524.702.395		10.524.702.395
93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	10.659.226.074	238.256.395.587	248.915.621.661
3 - Outras Despesas Correntes	10.659.226.074	238.256.395.587	248.915.621.661
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	10.659.226.074	238.256.395.587	248.915.621.661
93102 - Recursos sob Supervisão do Fundo do Regime Geral da Previdência Social		201.705.263.179	201.705.263.179
3 - Outras Despesas Correntes		201.705.263.179	201.705.263.179
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		201.705.263.179	201.705.263.179
93103 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Assistência Social		30.000.000.000	30.000.000.000
3 - Outras Despesas Correntes		30.000.000.000	30.000.000.000
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		30.000.000.000	30.000.000.000
93104 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda	7.127.878.049		7.127.878.049
3 - Outras Despesas Correntes	7.127.878.049		7.127.878.049
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	7.127.878.049		7.127.878.049
93105 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	3.531.348.025		3.531.348.025
3 - Outras Despesas Correntes	3.531.348.025		3.531.348.025
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	3.531.348.025		3.531.348.025
93106 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Desenvolvimento Social		6.551.132.408	6.551.132.408
3 - Outras Despesas Correntes		6.551.132.408	6.551.132.408
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		6.551.132.408	6.551.132.408

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
MINISTÉRIO PÚBLICO	6.276.413.288	875.771.080	7.152.184.368
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.204.684.298	742.484.415	5.947.168.713
100 - Recursos Ordinários	5.204.684.298		5.204.684.298
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		484.376.731	484.376.731
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		258.107.684	258.107.684
3 - Outras Despesas Correntes	1.030.736.930	133.286.665	1.164.023.595
100 - Recursos Ordinários	1.030.169.231	133.286.665	1.163.455.896
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	567.699		567.699
4 - Investimentos	40.992.060		40.992.060
100 - Recursos Ordinários	35.492.060		35.492.060
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	5.500.000		5.500.000
34000 - Ministério Público da União	6.179.905.334	874.305.021	7.054.210.355
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.152.650.732	742.247.536	5.894.898.268
100 - Recursos Ordinários	5.152.650.732		5.152.650.732
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		484.139.852	484.139.852
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		258.107.684	258.107.684
3 - Outras Despesas Correntes	990.012.833	132.057.485	1.122.070.318
100 - Recursos Ordinários	989.445.134	132.057.485	1.121.502.619
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	567.699		567.699
4 - Investimentos	37.241.769		37.241.769
100 - Recursos Ordinários	31.741.769		31.741.769
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	5.500.000		5.500.000
34101 - Ministério Público Federal	3.632.701.538	496.702.025	4.129.403.563
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.996.324.946	411.712.021	3.408.036.967
100 - Recursos Ordinários	2.996.324.946		2.996.324.946
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		283.532.936	283.532.936
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		128.179.085	128.179.085
3 - Outras Despesas Correntes	624.195.064	84.990.004	709.185.068
100 - Recursos Ordinários	623.652.314	84.990.004	708.642.318
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	542.750		542.750
4 - Investimentos	12.181.528		12.181.528
100 - Recursos Ordinários	6.681.528		6.681.528
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	5.500.000		5.500.000
34102 - Ministério Público Militar	206.875.020	54.235.807	261.110.827
1 - Pessoal e Encargos Sociais	170.695.060	49.429.613	220.124.673
100 - Recursos Ordinários	170.695.060		170.695.060
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.352.718	16.352.718
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		33.076.895	33.076.895
3 - Outras Despesas Correntes	31.979.960	4.806.194	36.786.154
100 - Recursos Ordinários	31.979.960	4.806.194	36.786.154
4 - Investimentos	4.200.000		4.200.000
100 - Recursos Ordinários	4.200.000		4.200.000
34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	786.108.014	98.983.235	885.091.249
1 - Pessoal e Encargos Sociais	700.728.125	82.133.531	782.861.656
100 - Recursos Ordinários	700.728.125		700.728.125
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		64.770.489	64.770.489
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		17.363.042	17.363.042
3 - Outras Despesas Correntes	84.829.889	16.849.704	101.679.593
100 - Recursos Ordinários	84.811.161	16.849.704	101.660.865
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	18.728		18.728
4 - Investimentos	550.000		550.000
100 - Recursos Ordinários	550.000		550.000
34104 - Ministério Público do Trabalho	1.507.327.671	224.138.565	1.731.466.236
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.275.516.546	198.959.241	1.474.475.787

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
100 - Recursos Ordinários	1.275.516.546		1.275.516.546
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		119.470.579	119.470.579
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		79.488.662	79.488.662
3 - Outras Despesas Correntes	230.311.125	25.179.324	255.490.449
100 - Recursos Ordinários	230.311.125	25.179.324	255.490.449
4 - Investimentos	1.500.000		1.500.000
100 - Recursos Ordinários	1.500.000		1.500.000
34105 - Escola Superior do Ministério Público da União	46.893.091	245.389	47.138.480
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.386.055	13.130	9.399.185
100 - Recursos Ordinários	9.386.055		9.386.055
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.130	13.130
3 - Outras Despesas Correntes	18.696.795	232.259	18.929.054
100 - Recursos Ordinários	18.690.574	232.259	18.922.833
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	6.221		6.221
4 - Investimentos	18.810.241		18.810.241
100 - Recursos Ordinários	18.810.241		18.810.241
59000 - Conselho Nacional do Ministério Público	96.507.954	1.466.059	97.974.013
1 - Pessoal e Encargos Sociais	52.033.566	236.879	52.270.445
100 - Recursos Ordinários	52.033.566		52.033.566
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		236.879	236.879
3 - Outras Despesas Correntes	40.724.097	1.229.180	41.953.277
100 - Recursos Ordinários	40.724.097	1.229.180	41.953.277
4 - Investimentos	3.750.291		3.750.291
100 - Recursos Ordinários	3.750.291		3.750.291
59101 - Conselho Nacional do Ministério Público	96.507.954	1.466.059	97.974.013
1 - Pessoal e Encargos Sociais	52.033.566	236.879	52.270.445
100 - Recursos Ordinários	52.033.566		52.033.566
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		236.879	236.879
3 - Outras Despesas Correntes	40.724.097	1.229.180	41.953.277
100 - Recursos Ordinários	40.724.097	1.229.180	41.953.277
4 - Investimentos	3.750.291		3.750.291
100 - Recursos Ordinários	3.750.291		3.750.291

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
DEFENSORIA PÚBLICA	<u>599.735.805</u>	<u>23.407.884</u>	<u>623.143.689</u>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	353.456.990	18.749.640	372.206.630
100 - Recursos Ordinários	353.456.990		353.456.990
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.749.640	18.749.640
3 - Outras Despesas Correntes	236.858.815	4.658.244	241.517.059
100 - Recursos Ordinários	236.858.815	4.658.244	241.517.059
4 - Investimentos	9.420.000		9.420.000
100 - Recursos Ordinários	9.420.000		9.420.000
29000 - Defensoria Pública da União	599.735.805	23.407.884	623.143.689
1 - Pessoal e Encargos Sociais	353.456.990	18.749.640	372.206.630
100 - Recursos Ordinários	353.456.990		353.456.990
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.749.640	18.749.640
3 - Outras Despesas Correntes	236.858.815	4.658.244	241.517.059
100 - Recursos Ordinários	236.858.815	4.658.244	241.517.059
4 - Investimentos	9.420.000		9.420.000
100 - Recursos Ordinários	9.420.000		9.420.000
29101 - Defensoria Pública da União	599.735.805	23.407.884	623.143.689
1 - Pessoal e Encargos Sociais	353.456.990	18.749.640	372.206.630
100 - Recursos Ordinários	353.456.990		353.456.990
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.749.640	18.749.640
3 - Outras Despesas Correntes	236.858.815	4.658.244	241.517.059
100 - Recursos Ordinários	236.858.815	4.658.244	241.517.059
4 - Investimentos	9.420.000		9.420.000
100 - Recursos Ordinários	9.420.000		9.420.000

Quadro 5
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, Unidade Orçamentária, Fontes de Recursos e Grupos de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso V

Valores em R\$ 1,00

PODER / ÓRGÃO / UO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
GND/Fonte			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	<u>9.349.986.714</u>		<u>9.349.986.714</u>
9 - Reserva de Contingência	9.349.986.714		9.349.986.714
142 - <i>Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</i>	499.768.468		499.768.468
188 - <i>Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional</i>	8.850.218.246		8.850.218.246
90000 - Reserva de Contingência	9.349.986.714		9.349.986.714
9 - Reserva de Contingência	9.349.986.714		9.349.986.714
142 - <i>Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</i>	499.768.468		499.768.468
188 - <i>Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional</i>	8.850.218.246		8.850.218.246
90000 - Reserva de Contingência	9.349.986.714		9.349.986.714
9 - Reserva de Contingência	9.349.986.714		9.349.986.714
142 - <i>Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos</i>	499.768.468		499.768.468
188 - <i>Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional</i>	8.850.218.246		8.850.218.246
T O T A L	2.205.970.504.876	1.056.238.798.947	3.262.209.303.823

Quadro 6A
Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Função e Subfunção

LDO-2019, Anexo I, Inciso VI

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as fontes

Função		Fiscal	Seguridade	Total
01	Legislativa	7.962.055.438	325.411.443	8.287.466.881
02	Judiciária	36.181.226.023	895.405.090	37.076.631.113
03	Essencial à Justiça	7.462.769.634	156.640.105	7.619.409.739
04	Administração	30.182.775.287	380.884.116	30.563.659.403
05	Defesa Nacional	71.953.336.282	3.328.266.989	75.281.603.271
06	Segurança Pública	11.414.903.564	101.404.332	11.516.307.896
07	Relações Exteriores	3.170.774.521	137.273.196	3.308.047.717
08	Assistência Social	10.000.000	92.411.295.028	92.421.295.028
09	Previdência Social		734.889.523.977	734.889.523.977
10	Saúde		122.623.766.937	122.623.766.937
11	Trabalho	19.986.786.642	60.427.158.265	80.413.944.907
12	Educação	101.010.992.300	15.747.809.630	116.758.801.930
13	Cultura	2.061.713.929	7.935.588	2.069.649.517
14	Direitos da Cidadania	1.986.500.324	80.110.335	2.066.610.659
15	Urbanismo	4.395.155.744	27.185.508	4.422.341.252
16	Habitação	234.400.000		234.400.000
17	Saneamento		448.472.183	448.472.183
18	Gestão Ambiental	4.403.118.540	20.071.848	4.423.190.388
19	Ciência e Tecnologia	7.645.931.163	60.100.808	7.706.031.971
20	Agricultura	26.776.323.068	142.421.352	26.918.744.420
21	Organização Agrária	2.359.843.623	20.646.996	2.380.490.619
22	Indústria	2.360.070.595	32.778.900	2.392.849.495
23	Comércio e Serviços	4.884.221.568	1.010.688	4.885.232.256
24	Comunicações	1.527.517.435	4.604.640	1.532.122.075
25	Energia	2.210.223.995	7.709.544	2.217.933.539
26	Transporte	17.237.285.166	50.535.756	17.287.820.922
27	Desporto e Lazer	1.140.991.069	1.340.436	1.142.331.505
28	Encargos Especiais	1.786.113.138.548	23.604.171.510	1.809.717.310.058
99	Reserva de Contingência	51.298.450.418	304.863.747	51.603.314.165
Total		2.205.970.504.876	1.056.238.798.947	3.262.209.303.823

Quadro 6A
Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Função e Subfunção

LDO-2019, Anexo I, Inciso VI

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as fontes

Subfunção		Fiscal	Seguridade	Total
031	Ação Legislativa	1.196.437.029		1.196.437.029
032	Controle Externo	395.421.814		395.421.814
061	Ação Judiciária	2.536.521.051		2.536.521.051
062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	599.190.496		599.190.496
092	Representação Judicial e Extrajudicial	657.952.987	30.000.000	687.952.987
121	Planejamento e Orçamento	699.249.266	34.571.500	733.820.766
122	Administração Geral	146.427.471.929	15.399.881.565	161.827.353.494
123	Administração Financeira	908.431.554	246.655	908.678.209
124	Controle Interno	100.521.006	7.000.000	107.521.006
125	Normatização e Fiscalização	1.432.839.121	78.170.977	1.511.010.098
126	Tecnologia da Informação	2.641.819.500	1.276.534.934	3.918.354.434
127	Ordenamento Territorial	220.315.479		220.315.479
128	Formação de Recursos Humanos	329.421.872	1.231.499.531	1.560.921.403
129	Administração de Receitas	199.399.550		199.399.550
130	Administração de Concessões	8.860.074		8.860.074
131	Comunicação Social	466.776.753	347.046.000	813.822.753
151	Defesa Aérea	5.225.964.877		5.225.964.877
152	Defesa Naval	4.834.179.865		4.834.179.865
153	Defesa Terrestre	2.042.311.004		2.042.311.004
181	Policimento	2.481.892.513		2.481.892.513
182	Defesa Civil	887.257.800		887.257.800
183	Informação e Inteligência	90.810.019	136.937.457	227.747.476
211	Relações Diplomáticas	943.038.831		943.038.831
212	Cooperação Internacional	151.228.801	1.696.847	152.925.648
241	Assistência ao Idoso		25.770.663.941	25.770.663.941
242	Assistência ao Portador de Deficiência	10.000.000	33.448.510.876	33.458.510.876
243	Assistência à Criança e ao Adolescente	6.356.161	437.175.000	443.531.161
244	Assistência Comunitária	1.615.930.976	32.048.770.695	33.664.701.671
271	Previdência Básica	674.201	624.285.496.405	624.286.170.606
272	Previdência do Regime Estatutário	3.238.229	101.994.981.428	101.998.219.657
273	Previdência Complementar	114.000	1.374.891	1.488.891
274	Previdência Especial		161.248.868	161.248.868
301	Atenção Básica		32.472.837.721	32.472.837.721
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		66.439.909.006	66.439.909.006
303	Suporte Profilático e Terapêutico		13.631.995.906	13.631.995.906
304	Vigilância Sanitária		377.030.000	377.030.000
305	Vigilância Epidemiológica		8.115.475.661	8.115.475.661
306	Alimentação e Nutrição		4.533.434.256	4.533.434.256
331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	11.012.450.748	61.213.586.335	72.226.037.083
332	Relações de Trabalho		14.668.998	14.668.998
333	Empregabilidade	16.331.009	60.953.386	77.284.395
334	Fomento ao Trabalho	19.788.556.106	2.810.940	19.791.367.046
363	Ensino Profissional	12.678.269.384		12.678.269.384
364	Ensino Superior	34.277.596.249	772.950.648	35.050.546.897

Quadro 6A
Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Função e Subfunção

LDO-2019, Anexo I, Inciso VI

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as fontes

Subfunção		Fiscal	Seguridade	Total
365	Educação Infantil	125.528.128	7.320.000	132.848.128
366	Educação de Jovens e Adultos	75.751.659		75.751.659
368	Educação Básica	7.323.841.366		7.323.841.366
391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	263.247.884	8.280.000	271.527.884
392	Difusão Cultural	406.525.702		406.525.702
421	Custódia e Reintegração Social	308.158.035		308.158.035
422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.286.380.020	82.938.000	1.369.318.020
423	Assistência aos Povos Indígenas	40.641.757	1.357.850.000	1.398.491.757
451	Infra-Estrutura Urbana	1.688.664.470		1.688.664.470
452	Serviços Urbanos	99.494.525		99.494.525
453	Transportes Coletivos Urbanos	707.796.758		707.796.758
482	Habitação Urbana	515.360.524		515.360.524
511	Saneamento Básico Rural		266.401.661	266.401.661
512	Saneamento Básico Urbano	570.000	967.856.931	968.426.931
541	Preservação e Conservação Ambiental	621.321.923	17.231.000	638.552.923
542	Controle Ambiental	179.544.398		179.544.398
543	Recuperação de Áreas Degradadas	42.704.314		42.704.314
544	Recursos Hídricos	1.869.203.397		1.869.203.397
545	Meteorologia	31.250.650		31.250.650
571	Desenvolvimento Científico	2.293.424.338	547.394.194	2.840.818.532
572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	3.373.765.689	331.232.600	3.704.998.289
573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	478.449.586	56.970.000	535.419.586
605	Abastecimento	9.153.923.000		9.153.923.000
606	Extensão Rural	199.717.398		199.717.398
607	Irrigação	180.788.032		180.788.032
608	Promoção da Produção Agropecuária	10.473.712.414		10.473.712.414
609	Defesa Agropecuária	86.088.012		86.088.012
631	Reforma Agrária	731.412.759		731.412.759
661	Promoção Industrial	5.506.178.370		5.506.178.370
662	Produção Industrial	447.089.426		447.089.426
663	Mineração	58.730.274		58.730.274
664	Propriedade Industrial	1.700.000		1.700.000
665	Normalização e Qualidade	26.541.141	16.000.000	42.541.141
691	Promoção Comercial	925.794.516		925.794.516
693	Comércio Exterior	3.769.889.233		3.769.889.233
694	Serviços Financeiros	12.398.519.466		12.398.519.466
695	Turismo	927.300.815		927.300.815
722	Telecomunicações	216.266.501		216.266.501
752	Energia Elétrica	998.714.649		998.714.649
753	Combustíveis Minerais	132.305.025		132.305.025
754	Biocombustíveis	11.458.580		11.458.580
781	Transporte Aéreo	309.287.346		309.287.346
782	Transporte Rodoviário	7.039.143.397		7.039.143.397
783	Transporte Ferroviário	571.762.934		571.762.934

Quadro 6A
Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Função e Subfunção

LDO-2019, Anexo I, Inciso VI

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as fontes

Subfunção		Fiscal	Seguridade	Total
784	Transporte Hidroviário	595.542.518		595.542.518
811	Desporto de Rendimento	308.756.279		308.756.279
812	Desporto Comunitário	466.880.040		466.880.040
841	Refinanciamento da Dívida Interna	699.749.593.383		699.749.593.383
842	Refinanciamento da Dívida Externa	32.454.600.285		32.454.600.285
843	Serviço da Dívida Interna	601.394.844.301		601.394.844.301
844	Serviço da Dívida Externa	35.154.173.374		35.154.173.374
845	Outras Transferências	226.605.135.488	4.691.223.440	231.296.358.928
846	Outros Encargos Especiais	156.810.225.226	23.255.776.947	180.066.002.173
847	Transferências para a Educação Básica	70.164.938.447		70.164.938.447
999	Reserva de Contingência	51.481.036.870	304.863.747	51.785.900.617
Total		2.205.970.504.876	1.056.238.798.947	3.262.209.303.823

Quadro 6B

Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função Detalhada e Subfunção

LDO-2019, Anexo I, Inciso VI

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as fontes

Função/Subfunção	Fiscal	Seguridade	Total
01 Legislativa	7.962.055.438	325.411.443	8.287.466.881
031 Ação Legislativa	1.196.437.029		1.196.437.029
032 Controle Externo	254.084.688		254.084.688
122 Administração Geral	5.369.380.551		5.369.380.551
131 Comunicação Social	161.649.976		161.649.976
301 Atenção Básica		325.411.443	325.411.443
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	350.080.487		350.080.487
846 Outros Encargos Especiais	630.422.707		630.422.707
02 Judiciária	36.181.226.023	895.405.090	37.076.631.113
032 Controle Externo	101.428.645		101.428.645
061 Ação Judiciária	2.536.521.051		2.536.521.051
122 Administração Geral	27.510.182.997		27.510.182.997
126 Tecnologia da Informação	226.990.008		226.990.008
128 Formação de Recursos Humanos	17.155.587		17.155.587
131 Comunicação Social	48.394.408		48.394.408
301 Atenção Básica		895.405.090	895.405.090
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.444.757.052		1.444.757.052
846 Outros Encargos Especiais	4.295.796.275		4.295.796.275
03 Essencial à Justiça	7.462.769.634	156.640.105	7.619.409.739
032 Controle Externo	39.908.481		39.908.481
062 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	599.190.496		599.190.496
092 Representação Judicial e Extrajudicial	436.128.987		436.128.987
122 Administração Geral	4.581.098.306		4.581.098.306
125 Normatização e Fiscalização	6.500.000		6.500.000
126 Tecnologia da Informação	9.721.797		9.721.797
128 Formação de Recursos Humanos	19.406.736		19.406.736
131 Comunicação Social	38.394.246		38.394.246
301 Atenção Básica		156.640.105	156.640.105
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	333.714.768		333.714.768
422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	220.936.705		220.936.705
846 Outros Encargos Especiais	1.177.769.112		1.177.769.112
04 Administração	30.182.775.287	380.884.116	30.563.659.403
092 Representação Judicial e Extrajudicial	221.824.000		221.824.000
121 Planejamento e Orçamento	359.120.999		359.120.999
122 Administração Geral	22.882.949.940		22.882.949.940
123 Administração Financeira	46.239.006		46.239.006
124 Controle Interno	100.521.006		100.521.006
125 Normatização e Fiscalização	229.248.556		229.248.556
126 Tecnologia da Informação	2.078.832.213		2.078.832.213
127 Ordenamento Territorial	93.147.222		93.147.222
128 Formação de Recursos Humanos	13.624.416		13.624.416
129 Administração de Receitas	199.399.550		199.399.550
131 Comunicação Social	127.939.057		127.939.057
182 Defesa Civil	845.664		845.664
211 Relações Diplomáticas	245.260		245.260
271 Previdência Básica	674.201		674.201
272 Previdência do Regime Estatutário	3.238.229		3.238.229
273 Previdência Complementar	114.000		114.000

Quadro 6B

Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função Detalhada e Subfunção

LDO-2019, Anexo I, Inciso VI

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as fontes

Função/Subfunção	Fiscal	Seguridade	Total
301 Atenção Básica		380.884.116	380.884.116
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.051.564.913		1.051.564.913
364 Ensino Superior	32.774.623		32.774.623
391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	28.934.676		28.934.676
571 Desenvolvimento Científico	12.500.000		12.500.000
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	6.865.120		6.865.120
608 Promoção da Produção Agropecuária	23.756.974		23.756.974
662 Produção Industrial	49.478.400		49.478.400
722 Telecomunicações	36.000.000		36.000.000
846 Outros Encargos Especiais	2.582.937.262		2.582.937.262
05 Defesa Nacional	71.953.336.282	3.328.266.989	75.281.603.271
121 Planejamento e Orçamento	995.410		995.410
122 Administração Geral	53.436.687.668	139.717.186	53.576.404.854
125 Normatização e Fiscalização	68.679.134		68.679.134
126 Tecnologia da Informação	31.484.725		31.484.725
128 Formação de Recursos Humanos	144.229.362		144.229.362
131 Comunicação Social	1.745.465		1.745.465
151 Defesa Aérea	5.225.964.877		5.225.964.877
152 Defesa Naval	4.834.179.865		4.834.179.865
153 Defesa Terrestre	2.042.311.004		2.042.311.004
183 Informação e Inteligência	8.170.721		8.170.721
212 Cooperação Internacional	104.201.702		104.201.702
243 Assistência à Criança e ao Adolescente	6.356.161		6.356.161
244 Assistência Comunitária	323.756.780		323.756.780
301 Atenção Básica		3.096.306.025	3.096.306.025
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial		51.500.000	51.500.000
303 Suporte Profilático e Terapêutico		1.989.514	1.989.514
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	4.519.072.896	19.059.264	4.538.132.160
333 Empregabilidade	6.452.135		6.452.135
363 Ensino Profissional	64.815.000		64.815.000
364 Ensino Superior	13.398.117		13.398.117
366 Educação de Jovens e Adultos	1.735.387		1.735.387
368 Educação Básica	14.779.000		14.779.000
482 Habitação Urbana	298.360.524		298.360.524
542 Controle Ambiental	59.683.711		59.683.711
571 Desenvolvimento Científico	41.247.150		41.247.150
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	335.966.335		335.966.335
722 Telecomunicações	53.717.741		53.717.741
811 Desporto de Rendimento	10.117.500		10.117.500
846 Outros Encargos Especiais	305.227.912	19.695.000	324.922.912
06 Segurança Pública	11.414.903.564	101.404.332	11.516.307.896
122 Administração Geral	6.614.667.075		6.614.667.075
128 Formação de Recursos Humanos	18.675.786		18.675.786
181 Policiamento	2.481.892.513		2.481.892.513
182 Defesa Civil	886.412.136		886.412.136
183 Informação e Inteligência	82.639.298		82.639.298
301 Atenção Básica		101.404.332	101.404.332
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	207.237.953		207.237.953

Quadro 6B

Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função Detalhada e Subfunção

LDO-2019, Anexo I, Inciso VI

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as fontes

Função/Subfunção	Fiscal	Seguridade	Total
846 Outros Encargos Especiais	1.123.378.803		1.123.378.803
07 Relações Exteriores	3.170.774.521	137.273.196	3.308.047.717
122 Administração Geral	1.579.199.958		1.579.199.958
128 Formação de Recursos Humanos	4.220.850		4.220.850
211 Relações Diplomáticas	942.121.751		942.121.751
212 Cooperação Internacional	40.903.786		40.903.786
301 Atenção Básica		137.273.196	137.273.196
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	402.863.258		402.863.258
392 Difusão Cultural	35.169.743		35.169.743
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	8.297.131		8.297.131
691 Promoção Comercial	12.298.100		12.298.100
846 Outros Encargos Especiais	145.699.944		145.699.944
08 Assistência Social	10.000.000	92.411.295.028	92.421.295.028
121 Planejamento e Orçamento		8.715.500	8.715.500
122 Administração Geral		243.041.800	243.041.800
125 Normatização e Fiscalização		27.000.000	27.000.000
126 Tecnologia da Informação		65.479.999	65.479.999
128 Formação de Recursos Humanos		650.043	650.043
131 Comunicação Social		20.000.000	20.000.000
212 Cooperação Internacional		1.696.847	1.696.847
241 Assistência ao Idoso		25.770.663.941	25.770.663.941
242 Assistência ao Portador de Deficiência	10.000.000	33.441.380.389	33.451.380.389
243 Assistência à Criança e ao Adolescente		377.525.000	377.525.000
244 Assistência Comunitária		32.048.770.695	32.048.770.695
301 Atenção Básica		1.252.512	1.252.512
306 Alimentação e Nutrição		307.878.435	307.878.435
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador		5.728.867	5.728.867
365 Educação Infantil		7.320.000	7.320.000
511 Saneamento Básico Rural		75.000.000	75.000.000
846 Outros Encargos Especiais		9.191.000	9.191.000
09 Previdência Social		734.889.523.977	734.889.523.977
092 Representação Judicial e Extrajudicial		30.000.000	30.000.000
122 Administração Geral		5.062.172.540	5.062.172.540
125 Normatização e Fiscalização		5.836.977	5.836.977
126 Tecnologia da Informação		435.170.543	435.170.543
128 Formação de Recursos Humanos		18.802.343	18.802.343
183 Informação e Inteligência		136.937.457	136.937.457
271 Previdência Básica		624.285.496.405	624.285.496.405
272 Previdência do Regime Estatutário		101.994.981.428	101.994.981.428
273 Previdência Complementar		1.374.891	1.374.891
274 Previdência Especial		161.248.868	161.248.868
301 Atenção Básica		168.323.844	168.323.844
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador		256.419.303	256.419.303
665 Normalização e Qualidade		16.000.000	16.000.000
845 Outras Transferências		1.375.338.378	1.375.338.378
846 Outros Encargos Especiais		941.421.000	941.421.000
10 Saúde		122.623.766.937	122.623.766.937

Quadro 6B

Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função Detalhada e Subfunção

LDO-2019, Anexo I, Inciso VI

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as fontes

Função/Subfunção	Fiscal	Seguridade	Total
121 Planejamento e Orçamento		25.856.000	25.856.000
122 Administração Geral		9.632.094.369	9.632.094.369
124 Controle Interno		7.000.000	7.000.000
125 Normatização e Fiscalização		42.434.000	42.434.000
126 Tecnologia da Informação		580.781.635	580.781.635
128 Formação de Recursos Humanos		1.202.609.000	1.202.609.000
131 Comunicação Social		327.046.000	327.046.000
301 Atenção Básica		26.092.049.134	26.092.049.134
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial		57.417.374.843	57.417.374.843
303 Suporte Profilático e Terapêutico		13.630.006.392	13.630.006.392
304 Vigilância Sanitária		377.030.000	377.030.000
305 Vigilância Epidemiológica		8.115.475.661	8.115.475.661
306 Alimentação e Nutrição		70.862.810	70.862.810
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador		615.918.123	615.918.123
391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		8.280.000	8.280.000
422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		74.998.000	74.998.000
423 Assistência aos Povos Indígenas		1.357.850.000	1.357.850.000
511 Saneamento Básico Rural		191.401.661	191.401.661
512 Saneamento Básico Urbano		519.384.748	519.384.748
541 Preservação e Conservação Ambiental		17.231.000	17.231.000
571 Desenvolvimento Científico		544.516.995	544.516.995
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia		331.232.600	331.232.600
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		56.970.000	56.970.000
846 Outros Encargos Especiais		1.385.363.966	1.385.363.966
11 Trabalho	19.986.786.642	60.427.158.265	80.413.944.907
122 Administração Geral	59.421.676	282.110.000	341.531.676
123 Administração Financeira		246.655	246.655
125 Normatização e Fiscalização	71.072.273	2.900.000	73.972.273
126 Tecnologia da Informação		195.102.757	195.102.757
128 Formação de Recursos Humanos	1.644.057		1.644.057
301 Atenção Básica		34.301.232	34.301.232
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	54.942.765	59.831.187.098	59.886.129.863
332 Relações de Trabalho		14.668.998	14.668.998
333 Empregabilidade	1.154.100	60.953.386	62.107.486
334 Fomento ao Trabalho	19.788.556.106	2.810.940	19.791.367.046
571 Desenvolvimento Científico	2.117.665	2.877.199	4.994.864
846 Outros Encargos Especiais	7.878.000		7.878.000
12 Educação	101.010.992.300	15.747.809.630	116.758.801.930
122 Administração Geral	5.970.933.830	40.745.670	6.011.679.500
123 Administração Financeira	861.392.548		861.392.548
128 Formação de Recursos Humanos	85.010.841	9.438.145	94.448.986
131 Comunicação Social	30.330.000		30.330.000
301 Atenção Básica		701.854.780	701.854.780
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial		8.971.034.163	8.971.034.163
306 Alimentação e Nutrição		4.154.693.011	4.154.693.011
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.952.393.275	485.273.680	2.437.666.955
363 Ensino Profissional	12.605.604.384		12.605.604.384
364 Ensino Superior	34.231.423.509	772.950.648	35.004.374.157

Quadro 6B

Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função Detalhada e Subfunção

LDO-2019, Anexo I, Inciso VI

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as fontes

Função/Subfunção	Fiscal	Seguridade	Total
365 Educação Infantil	125.528.128		125.528.128
366 Educação de Jovens e Adultos	74.016.272		74.016.272
368 Educação Básica	7.309.062.366		7.309.062.366
571 Desenvolvimento Científico	352.102.214		352.102.214
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	397.919.378		397.919.378
694 Serviços Financeiros	12.398.519.466		12.398.519.466
846 Outros Encargos Especiais	7.478.721.200	611.819.533	8.090.540.733
847 Transferências para a Educação Básica	17.138.034.889		17.138.034.889
13 Cultura	2.061.713.929	7.935.588	2.069.649.517
122 Administração Geral	701.410.159		701.410.159
123 Administração Financeira	800.000		800.000
125 Normatização e Fiscalização	95.000		95.000
128 Formação de Recursos Humanos	2.809.045		2.809.045
131 Comunicação Social	3.995.000		3.995.000
301 Atenção Básica		7.935.588	7.935.588
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	25.887.058		25.887.058
391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	234.313.208		234.313.208
392 Difusão Cultural	371.355.959		371.355.959
571 Desenvolvimento Científico	8.590.000		8.590.000
691 Promoção Comercial	650.000.000		650.000.000
846 Outros Encargos Especiais	62.458.500		62.458.500
14 Direitos da Cidadania	1.986.500.324	80.110.335	2.066.610.659
122 Administração Geral	488.192.976		488.192.976
125 Normatização e Fiscalização	34.122.252		34.122.252
131 Comunicação Social	2.950.000		2.950.000
211 Relações Diplomáticas	237.500		237.500
242 Assistência ao Portador de Deficiência		7.130.487	7.130.487
243 Assistência à Criança e ao Adolescente		59.650.000	59.650.000
301 Atenção Básica		5.389.848	5.389.848
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	17.277.922		17.277.922
421 Custódia e Reintegração Social	308.158.035		308.158.035
422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.040.774.403	7.940.000	1.048.714.403
423 Assistência aos Povos Indígenas	40.641.757		40.641.757
846 Outros Encargos Especiais	54.145.479		54.145.479
15 Urbanismo	4.395.155.744	27.185.508	4.422.341.252
121 Planejamento e Orçamento	13.300.000		13.300.000
122 Administração Geral	980.232.837		980.232.837
127 Ordenamento Territorial	20.700.774		20.700.774
128 Formação de Recursos Humanos	2.853.250		2.853.250
131 Comunicação Social	3.556.350		3.556.350
244 Assistência Comunitária	824.133.554		824.133.554
301 Atenção Básica		27.185.508	27.185.508
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	67.444.226		67.444.226
451 Infra-Estrutura Urbana	1.671.264.470		1.671.264.470
452 Serviços Urbanos	99.494.525		99.494.525
453 Transportes Coletivos Urbanos	707.796.758		707.796.758
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	250.000		250.000
665 Normalização e Qualidade	190.000		190.000

Quadro 6B

Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função Detalhada e Subfunção

LDO-2019, Anexo I, Inciso VI

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as fontes

Função/Subfunção	Fiscal	Seguridade	Total
846 Outros Encargos Especiais	3.939.000		3.939.000
16 Habitação	234.400.000		234.400.000
451 Infra-Estrutura Urbana	17.400.000		17.400.000
482 Habitação Urbana	217.000.000		217.000.000
17 Saneamento		448.472.183	448.472.183
512 Saneamento Básico Urbano		448.472.183	448.472.183
18 Gestão Ambiental	4.403.118.540	20.071.848	4.423.190.388
122 Administração Geral	1.393.261.248		1.393.261.248
125 Normatização e Fiscalização	144.894.573		144.894.573
127 Ordenamento Territorial	380.000		380.000
128 Formação de Recursos Humanos	2.332.250		2.332.250
131 Comunicação Social	28.500		28.500
301 Atenção Básica		20.071.848	20.071.848
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	41.164.238		41.164.238
512 Saneamento Básico Urbano	570.000		570.000
541 Preservação e Conservação Ambiental	619.115.087		619.115.087
542 Controle Ambiental	114.692.199		114.692.199
543 Recuperação de Áreas Degradadas	27.418.500		27.418.500
544 Recursos Hídricos	1.864.959.477		1.864.959.477
571 Desenvolvimento Científico	3.133.000		3.133.000
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	1.717.468		1.717.468
607 Irrigação	380.000		380.000
846 Outros Encargos Especiais	189.072.000		189.072.000
19 Ciência e Tecnologia	7.645.931.163	60.100.808	7.706.031.971
121 Planejamento e Orçamento	10.000.000		10.000.000
122 Administração Geral	2.329.208.834		2.329.208.834
125 Normatização e Fiscalização	15.254.229		15.254.229
126 Tecnologia da Informação	67.324.176		67.324.176
128 Formação de Recursos Humanos	5.000.000		5.000.000
131 Comunicação Social	3.000.000		3.000.000
212 Cooperação Internacional	6.123.313		6.123.313
301 Atenção Básica		60.100.808	60.100.808
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	90.210.305		90.210.305
541 Preservação e Conservação Ambiental	715.335		715.335
542 Controle Ambiental	3.220.000		3.220.000
543 Recuperação de Áreas Degradadas	15.285.814		15.285.814
571 Desenvolvimento Científico	1.859.668.852		1.859.668.852
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	2.387.675.654		2.387.675.654
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	32.769.716		32.769.716
662 Produção Industrial	397.611.026		397.611.026
663 Mineração	24.740.381		24.740.381
691 Promoção Comercial	193.922.775		193.922.775
753 Combustíveis Minerais	8.619.744		8.619.744
846 Outros Encargos Especiais	195.581.009		195.581.009
20 Agricultura	26.776.323.068	142.421.352	26.918.744.420
122 Administração Geral	5.800.619.364		5.800.619.364
125 Normatização e Fiscalização	164.647.753		164.647.753

Quadro 6B

Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função Detalhada e Subfunção

LDO-2019, Anexo I, Inciso VI

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as fontes

Função/Subfunção	Fiscal	Seguridade	Total
131 Comunicação Social	11.995.000		11.995.000
211 Relações Diplomáticas	389.500		389.500
301 Atenção Básica		142.421.352	142.421.352
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	250.357.563		250.357.563
541 Preservação e Conservação Ambiental	1.491.501		1.491.501
545 Meteorologia	31.250.650		31.250.650
571 Desenvolvimento Científico	5.129.360		5.129.360
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	312.305.540		312.305.540
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	27.680.773		27.680.773
605 Abastecimento	9.153.923.000		9.153.923.000
606 Extensão Rural	6.600.000		6.600.000
607 Irrigação	180.408.032		180.408.032
608 Promoção da Produção Agropecuária	10.449.955.440		10.449.955.440
609 Defesa Agropecuária	86.088.012		86.088.012
665 Normalização e Qualidade	2.764.500		2.764.500
691 Promoção Comercial	20.045.000		20.045.000
846 Outros Encargos Especiais	251.589.864		251.589.864
999 Reserva de Contingência	19.082.216		19.082.216
21 Organização Agrária	2.359.843.623	20.646.996	2.380.490.619
122 Administração Geral	756.467.052		756.467.052
127 Ordenamento Territorial	68.609.375		68.609.375
131 Comunicação Social	500.000		500.000
244 Assistência Comunitária	468.040.642		468.040.642
301 Atenção Básica		20.646.996	20.646.996
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	35.895.894		35.895.894
363 Ensino Profissional	7.850.000		7.850.000
422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	788.503		788.503
606 Extensão Rural	193.117.398		193.117.398
631 Reforma Agrária	731.412.759		731.412.759
846 Outros Encargos Especiais	97.162.000		97.162.000
22 Indústria	2.360.070.595	32.778.900	2.392.849.495
122 Administração Geral	1.661.906.636		1.661.906.636
125 Normatização e Fiscalização	367.955.810		367.955.810
126 Tecnologia da Informação	8.706.509		8.706.509
127 Ordenamento Territorial	20.578.108		20.578.108
128 Formação de Recursos Humanos	1.249.162		1.249.162
211 Relações Diplomáticas	44.820		44.820
301 Atenção Básica		32.778.900	32.778.900
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	58.526.250		58.526.250
333 Empregabilidade	8.724.774		8.724.774
544 Recursos Hídricos	4.243.920		4.243.920
571 Desenvolvimento Científico	7.904.064		7.904.064
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	3.200.000		3.200.000
661 Promoção Industrial	24.532.274		24.532.274
663 Mineração	33.989.893		33.989.893
664 Propriedade Industrial	1.700.000		1.700.000
665 Normalização e Qualidade	18.098.375		18.098.375
693 Comércio Exterior	6.097.000		6.097.000

Quadro 6B

Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função Detalhada e Subfunção

LDO-2019, Anexo I, Inciso VI

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as fontes

Função/Subfunção	Fiscal	Seguridade	Total
846 Outros Encargos Especiais	132.613.000		132.613.000
23 Comércio e Serviços	4.884.221.568	1.010.688	4.885.232.256
122 Administração Geral	123.506.103		123.506.103
125 Normatização e Fiscalização	3.100.000		3.100.000
126 Tecnologia da Informação	4.950.000		4.950.000
131 Comunicação Social	48.751		48.751
301 Atenção Básica		1.010.688	1.010.688
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	3.115.126		3.115.126
571 Desenvolvimento Científico	1.032.033		1.032.033
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	2.568.160		2.568.160
691 Promoção Comercial	49.528.641		49.528.641
693 Comércio Exterior	3.763.792.233		3.763.792.233
695 Turismo	927.300.815		927.300.815
846 Outros Encargos Especiais	5.252.000		5.252.000
999 Reserva de Contingência	27.706		27.706
24 Comunicações	1.527.517.435	4.604.640	1.532.122.075
122 Administração Geral	869.178.119		869.178.119
125 Normatização e Fiscalização	31.510.570		31.510.570
126 Tecnologia da Informação	93.383.992		93.383.992
301 Atenção Básica		4.604.640	4.604.640
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	10.056.585		10.056.585
422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	23.880.409		23.880.409
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	316.500.000		316.500.000
722 Telecomunicações	126.548.760		126.548.760
846 Outros Encargos Especiais	56.459.000		56.459.000
25 Energia	2.210.223.995	7.709.544	2.217.933.539
121 Planejamento e Orçamento	4.438.863		4.438.863
122 Administração Geral	818.776.857		818.776.857
125 Normatização e Fiscalização	119.244.691		119.244.691
128 Formação de Recursos Humanos	5.710.530		5.710.530
130 Administração de Concessões	7.760.074		7.760.074
131 Comunicação Social	12.300.000		12.300.000
301 Atenção Básica		7.709.544	7.709.544
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	20.547.716		20.547.716
542 Controle Ambiental	1.948.488		1.948.488
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	14.500.000		14.500.000
665 Normalização e Qualidade	5.488.266		5.488.266
752 Energia Elétrica	998.714.649		998.714.649
753 Combustíveis Minerais	123.685.281		123.685.281
754 Biocombustíveis	11.458.580		11.458.580
846 Outros Encargos Especiais	65.650.000		65.650.000
26 Transporte	17.237.285.166	50.535.756	17.287.820.922
121 Planejamento e Orçamento	311.393.994		311.393.994
122 Administração Geral	2.309.091.677		2.309.091.677
125 Normatização e Fiscalização	176.514.280		176.514.280
126 Tecnologia da Informação	120.426.080		120.426.080
127 Ordenamento Territorial	16.900.000		16.900.000

Quadro 6B

Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função Detalhada e Subfunção

LDO-2019, Anexo I, Inciso VI

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as fontes

Função/Subfunção	Fiscal	Seguridade	Total
128 Formação de Recursos Humanos	5.500.000		5.500.000
130 Administração de Concessões	1.100.000		1.100.000
131 Comunicação Social	2.850.000		2.850.000
301 Atenção Básica		50.535.756	50.535.756
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	72.855.844		72.855.844
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	4.000.000		4.000.000
661 Promoção Industrial	5.481.646.096		5.481.646.096
781 Transporte Aéreo	309.287.346		309.287.346
782 Transporte Rodoviário	7.039.143.397		7.039.143.397
783 Transporte Ferroviário	571.762.934		571.762.934
784 Transporte Hidroviário	595.542.518		595.542.518
846 Outros Encargos Especiais	219.271.000		219.271.000
27 Desporto e Lazer	1.140.991.069	1.340.436	1.142.331.505
122 Administração Geral	191.098.066		191.098.066
131 Comunicação Social	17.100.000		17.100.000
301 Atenção Básica		1.340.436	1.340.436
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2.484.654		2.484.654
811 Desporto de Rendimento	298.638.779		298.638.779
812 Desporto Comunitário	466.880.040		466.880.040
846 Outros Encargos Especiais	1.313.000		1.313.000
999 Reserva de Contingência	163.476.530		163.476.530
28 Encargos Especiais	1.786.113.138.548	23.604.171.510	1.809.717.310.058
841 Refinanciamento da Dívida Interna	699.749.593.383		699.749.593.383
842 Refinanciamento da Dívida Externa	32.454.600.285		32.454.600.285
843 Serviço da Dívida Interna	601.394.844.301		601.394.844.301
844 Serviço da Dívida Externa	35.154.173.374		35.154.173.374
845 Outras Transferências	226.605.135.488	3.315.885.062	229.921.020.550
846 Outros Encargos Especiais	137.727.888.159	20.288.286.448	158.016.174.607
847 Transferências para a Educação Básica	53.026.903.558		53.026.903.558
99 Reserva de Contingência	51.298.450.418	304.863.747	51.603.314.165
999 Reserva de Contingência	51.298.450.418	304.863.747	51.603.314.165
Total	2.205.970.504.876	1.056.238.798.947	3.262.209.303.823

Recursos de todas as fontes

Quadro 6C

Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

LDO-2019, Anexo I, Inciso VI

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as fontes

Programa	Fiscal	Seguridade	Total
2125 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	7.173.006.136	97.364.532	7.270.370.668
2124 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	1.623.620.986	20.071.848	1.643.692.834
2050 Mudança do Clima	436.527.558		436.527.558
2052 Pesca e Aquicultura	42.690.942		42.690.942
0569 Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	9.833.816.995	217.794.960	10.051.611.955
0553 Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados	4.245.497.761	124.970.952	4.370.468.713
2076 Desenvolvimento e Promoção do Turismo	928.332.848		928.332.848
2019 Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais		30.084.689.999	30.084.689.999
0906 Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	35.154.173.374		35.154.173.374
2065 Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	78.260.241	1.408.450.000	1.486.710.241
0905 Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)	601.394.844.301		601.394.844.301
2049 Moradia Digna	4.456.233.302		4.456.233.302
0570 Gestão do Processo Eleitoral	6.180.407.260	121.636.905	6.302.044.165
2038 Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	762.650.182		762.650.182
2027 Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	1.261.657.935		1.261.657.935
2083 Qualidade Ambiental	142.279.304	1.980.000	144.259.304
0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista	15.539.641.381	394.976.985	15.934.618.366
0567 Prestação Jurisdicional no Distrito Federal	2.346.370.851	64.640.982	2.411.011.833
0550 Controle Externo	1.470.026.874	33.709.860	1.503.736.734
0999 Reserva de Contingência	51.360.739.223	291.533.204	51.652.272.427
2108 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	57.258.849.513	3.328.266.989	60.587.116.502
2017 Aviação Civil	373.237.346		373.237.346
2069 Segurança Alimentar e Nutricional	6.631.000	481.111.245	487.742.245
2085 Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social	134.290.357		134.290.357
2110 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	15.076.619.573	266.751.400	15.343.370.973
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	23.955.443.230	17.177.666.089	41.133.109.319
2111 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional	1.118.475.526	20.376.744	1.138.852.270
2109 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	47.669.174.252	10.079.800.482	57.748.974.734
2077 Agropecuária Sustentável	15.832.377.186		15.832.377.186
2130 Programa de Gestão e Manutenção da Advocacia-Geral da União	3.114.384.298	18.711.456	3.133.095.754
0566 Prestação Jurisdicional Militar	337.994.744	16.547.460	354.542.204
2066 Reforma Agrária e Governança Fundiária	762.039.831		762.039.831
2126 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	2.862.032.835	50.200.512	2.912.233.347
2046 Oceanos, Zona Costeira e Antártica	50.312.346		50.312.346
2112 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Segurança Pública	698.303.125	8.801.928	707.105.053
0907 Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna	699.749.593.383		699.749.593.383
2129 Prestação de Assistência Jurídica Gratuita pela Defensoria Pública da União	564.240.333	4.658.244	568.898.577
2131 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho	1.614.845.177	316.411.232	1.931.256.409
0551 Atuação Legislativa do Senado Federal	2.246.530.803	166.730.631	2.413.261.434
0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União		102.156.230.296	102.156.230.296
2086 Transporte Aquaviário	6.079.771.317		6.079.771.317
2081 Justiça, Cidadania e Segurança Pública	3.719.961.579		3.719.961.579
2128 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo	131.873.229	1.010.688	132.883.917
2058 Defesa Nacional	11.486.085.245		11.486.085.245
2078 Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	289.348.705		289.348.705
2035 Esporte, Cidadania e Desenvolvimento	765.518.819		765.518.819
2041 Geologia, Mineração e Transformação Mineral	51.765.055		51.765.055
2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	94.169.587	60.110.747.033	60.204.916.620
2044 Promoção dos Direitos da Juventude	18.563.100		18.563.100
2054 Planejamento Urbano	1.626.100.403		1.626.100.403
2024 Comércio Exterior	5.284.558.594		5.284.558.594
2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde		12.320.196.478	12.320.196.478
0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	276.589.142.703	4.660.773.194	281.249.915.897
2059 Política Nuclear	596.354.647		596.354.647
2105 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	6.314.561.791	142.421.352	6.456.983.143
2121 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	1.027.883.076	8.816.484	1.036.699.560
2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)		108.187.992.901	108.187.992.901
2025 Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	560.943.731		560.943.731
2056 Política Espacial	144.533.707		144.533.707
2118 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores	2.127.763.160	137.273.196	2.265.036.356
2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)		61.571.254.374	61.571.254.374
2012 Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar	4.586.792.040	35.650.000	4.622.442.040
2100 Aprimoramento do Ministério Público	95.237.253	1.229.180	96.466.433
2079 Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	401.101.141		401.101.141

Quadro 6C

Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

LDO-2019, Anexo I, Inciso VI

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as fontes

Programa	Fiscal	Seguridade	Total
2022 Combustíveis	60.809.256		60.809.256
2028 Defesa Agropecuária	249.325.265		249.325.265
2047 Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil	41.276.169		41.276.169
2134 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Direitos Humanos	119.850.592	645.312	120.495.904
2016 Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência	48.228.350		48.228.350
0565 Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal	561.951.407	16.123.008	578.074.415
9090 Reserva de Recursos			
2119 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	1.800.135.938	31.671.960	1.831.807.898
2080 Educação de qualidade para todos	40.394.524.425	5.675.329.148	46.069.853.573
2042 Pesquisa e Inovações para a Agropecuária	368.040.452		368.040.452
2048 Mobilidade Urbana e Trânsito	453.670.882		453.670.882
2039 Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente d	430.233.228		430.233.228
2029 Desenvolvimento Regional e Territorial	2.409.388.323		2.409.388.323
2061 Previdência Social	5.228.180	624.945.222.038	624.950.450.218
2101 Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República	2.414.691.652	53.519.556	2.468.211.208
2082 Política Externa	1.043.011.361		1.043.011.361
2107 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura	796.559.762	7.935.588	804.495.350
2133 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	771.015.731	6.213.984	777.229.715
2087 Transporte Terrestre	7.748.586.061		7.748.586.061
2123 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte	211.995.720	1.340.436	213.336.156
2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social		6.674.643.005	6.674.643.005
2062 Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	48.751	59.650.000	59.698.751
0908 Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Externa	32.454.600.285		32.454.600.285
2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	66.239.633	7.940.000	74.179.633
0913 Operações Especiais - Integralização de Cotas em Organismos Financeiros Internacionais	15.950.000		15.950.000
2063 Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	10.000.000	7.130.487	17.130.487
0911 Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros	717.126.500		717.126.500
2021 Ciência, Tecnologia e Inovação	2.620.396.435		2.620.396.435
2068 Saneamento Básico	11.586.031	969.480.072	981.066.103
2084 Recursos Hídricos	1.860.781.298		1.860.781.298
2116 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades	1.412.385.076	28.232.808	1.440.617.884
0581 Defesa da Ordem Jurídica	5.860.617.758	132.041.225	5.992.658.983
2106 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	3.141.663.063	64.705.448	3.206.368.511
0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	99.270.344.594	3.147.414.148	102.417.758.742
2040 Gestão de Riscos e de Desastres	990.171.095	113.276.859	1.103.447.954
0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	539.449.175	6.987.000	546.436.175
1389 Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	226.731.542	3.657.082	230.388.624
0902 Operações Especiais: Financiamentos com Retorno	46.984.010.625		46.984.010.625
0568 Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça	1.154.311.843	60.027.708	1.214.339.551
2135 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Segurança Pública	7.743.881.218	94.162.260	7.838.043.478
2033 Energia Elétrica	1.047.315.423		1.047.315.423
2053 Petróleo e Gás	50.982.501		50.982.501
2034 Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo	15.208.082		15.208.082
TOTAL	2.205.970.504.876	1.056.238.798.947	3.262.209.303.823

Quadro 7A
Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal por Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso VII

Valores em R\$ 1,00

Fonte	Recursos de todas as fontes							Total
	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	
100	206.349.315.072		87.476.833.330	16.527.039.093	23.140.734.707	86.156.256.286	10.000.000	419.660.178.488
101			207.662.300.759		13.137.486.470			220.799.787.229
102			1.363.899.309					1.363.899.309
108			9.339.832.691	661.823.476				10.001.656.167
111			827.706.135	1.404.309.739				2.232.015.874
113			17.056.821.002	410.700.000				17.467.521.002
116			81.533.121					81.533.121
118			578.464.785	401.182.792	27.000.000		1.781.315.931	2.787.963.508
119			35.158.970					35.158.970
120							9.353.380	9.353.380
127							574.584.517	574.584.517
129	128.624.537		104.627.188	5.574.754	693.588.341		1.026.212.359	1.958.627.179
130			16.746.432		700.000.000		104.577.855	821.324.287
132	7.123.057.487		1.682.392.088	66.578.036			642.709.754	9.514.737.365
133			48.726.370				36.967.325	85.693.695
134			2.482.341.247	9.723.500			164.652.985	2.656.717.732
135			5.998.826	3.570.737	1.905.589.690		88.615.395	2.003.774.648
139			7.430.883	119.221.964				126.652.847
140					19.761.643.057			19.761.643.057
141			2.439.282.805	5.728.569			219.109.108	2.664.120.482
142			40.681.504.485	631.943.693	11.909.223.013		3.874.932.017	57.097.603.208
143						758.672.993.326		758.672.993.326
144		373.249.121.928	1.865.779.339			30.700.000.000		405.814.901.267
148		266.400.000	85.133.046	5.162.210	127.500.000			484.195.256
149			572.401.603	1.102.333.366				1.674.734.969
150	264.307.284		1.296.609.672	72.816.028	1.703.852		343.710.813	1.979.147.649
152		5.273.000.000					21.092.000.000	26.365.000.000
159							40.843.945.050	40.843.945.050
160					2.763.659.941			2.763.659.941
162							6.965.041	6.965.041
163				6.542.258			34.198.014	40.740.272
164					18.437.374			18.437.374
166					14.947.283		34.984.284	49.931.567
171							242.470.907	242.470.907
172	33.407.580		262.780.659	137.343.523	1.211.947.970		3.063.336.165	4.708.815.897
173		103.472.055					22.395.426.906	22.498.898.961
174	969.955.132		4.111.337.618	1.010.942.856			1.467.360.554	7.559.596.160
175			160.161.794				28.765	160.190.559

Quadro 7A
Fontes de Recursos do Orçamento Fiscal por Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso VII

Valores em R\$ 1,00

Fonte	Recursos de todas as fontes							Total
	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	
176	449.396.231		335.350.022	33.815.500	3.382.081		414.721.756	1.236.665.590
178			1.482.119.233	105.650.184	350.000.000		418.860.700	2.356.630.117
180			2.959.898.983	156.771.484	9.382.389.173		4.727.723.526	17.226.783.166
181			363.049.778	138.510.882	250.000.000			751.560.660
183			195.393.137	4.790.000				200.183.137
184			4.189.350.890					4.189.350.890
186	329.518.589		1.330.907.075	202.609.124	761.623.796		1.851.456.013	4.476.114.597
188	56.885.786		648.982.455	6.117.383.970	121.501.750	67.799.328.459	8.850.218.246	83.594.300.666
197						7.489.262.214		7.489.262.214
250	658.272.027		4.321.038.183	1.045.502.008	7.036.608		1.690.103.272	7.721.952.098
263				39.480.125	4.380.000		17.226.386	61.086.511
280	82.887.448	4.013.204	1.034.511.080	90.673.362	5.043.585.482	15.753.572	1.702.591.900	7.974.016.048
281			55.537.700	16.308.929			355.000	72.201.629
293			102.831.218	30.000.000				132.831.218
296			36.000.000	3.170.000				39.170.000
929					1.675.297.605	10.524.702.395		12.200.000.000
944			10.659.226.074					10.659.226.074
Total	216.445.627.173	378.896.007.187	407.959.999.985	30.567.202.162	93.012.658.193	1.045.939.104.156	33.149.906.020	2.205.970.504.876

Quadro 7B
Fontes de Recursos do Orçamento da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso VII

Valores em R\$ 1,00

Fonte	1 - PES	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	9 - RES	Total
100	18.194.578.813	9.555.169.329	1.000.098.590	10.943.840		28.760.790.572
106		20.821.950				20.821.950
113		4.154.693.011				4.154.693.011
117		330.150				330.150
118		2.150.165.589			2.246.917	2.152.412.506
123	2.495.317.614					2.495.317.614
132		9.499.843				9.499.843
136		700.479.208				700.479.208
139		79.481.309			7.430.883	86.912.192
140		29.714.013.956				29.714.013.956
142		417.978.383				417.978.383
144		8.448.867.592				8.448.867.592
150	67.812.234	1.464.093.223				1.531.905.457
151	28.847.010.133	21.263.119.473	1.961.866.114			52.071.995.720
153	46.744.245.677	137.378.370.332	452.446.000			184.575.062.009
154		408.631.890.153				408.631.890.153
156	14.680.556.452					14.680.556.452
169	21.754.448.443					21.754.448.443
174	519.291.505	449.656.624	38.818.230		232.318.839	1.240.085.198
176	386.490.698	20.175.348				406.666.046
180		32.165.228.587	18.313.617		7.791.344	32.191.333.548
186		12.336.171.668	261.900			12.336.433.568
188		5.564.229.758	2.081.344.779		0	7.645.574.537
194			2.793			2.793
195		792.570				792.570
196		12.685.000	315.000		13.811.951	26.811.951
250	300.000.000	3.510.108.110	75.593.281			3.885.701.391
263			2.612.697			2.612.697
280		34.728.448	697.399			35.425.847
281		2.847.482				2.847.482
296			140.521			140.521
944		238.256.395.587				238.256.395.587
Total	133.989.751.569	916.341.992.683	5.632.510.921	10.943.840	263.599.934	1.056.238.798.947

Quadro 7C

Fontes de Recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso VII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as fontes

Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
100	224.543.893.885		97.032.002.659	17.527.137.683	23.151.678.547	86.156.256.286	10.000.000	448.420.969.060
101			207.662.300.759		13.137.486.470			220.799.787.229
102			1.363.899.309					1.363.899.309
106			20.821.950					20.821.950
108			9.339.832.691	661.823.476				10.001.656.167
111			827.706.135	1.404.309.739				2.232.015.874
113			21.211.514.013	410.700.000				21.622.214.013
116			81.533.121					81.533.121
117			330.150					330.150
118			2.728.630.374	401.182.792	27.000.000		1.783.562.848	4.940.376.014
119			35.158.970					35.158.970
120							9.353.380	9.353.380
123	2.495.317.614							2.495.317.614
127							574.584.517	574.584.517
129	128.624.537		104.627.188	5.574.754	693.588.341		1.026.212.359	1.958.627.179
130			16.746.432		700.000.000		104.577.855	821.324.287
132	7.123.057.487		1.691.891.931	66.578.036			642.709.754	9.524.237.208
133			48.726.370				36.967.325	85.693.695
134			2.482.341.247	9.723.500			164.652.985	2.656.717.732
135			5.998.826	3.570.737	1.905.589.690		88.615.395	2.003.774.648
136			700.479.208					700.479.208
139			86.912.192	119.221.964			7.430.883	213.565.039
140			29.714.013.956		19.761.643.057			49.475.657.013
141			2.439.282.805	5.728.569			219.109.108	2.664.120.482
142			41.099.482.868	631.943.693	11.909.223.013		3.874.932.017	57.515.581.591
143						758.672.993.326		758.672.993.326
144		373.249.121.928	10.314.646.931			30.700.000.000		414.263.768.859
148		266.400.000	85.133.046	5.162.210	127.500.000			484.195.256
149			572.401.603	1.102.333.366				1.674.734.969
150	332.119.518		2.760.702.895	72.816.028	1.703.852		343.710.813	3.511.053.106
151	28.847.010.133		21.263.119.473	1.961.866.114				52.071.995.720
152		5.273.000.000				21.092.000.000		26.365.000.000
153	46.744.245.677		137.378.370.332	452.446.000				184.575.062.009
154			408.631.890.153					408.631.890.153
156	14.680.556.452							14.680.556.452
159						40.843.945.050		40.843.945.050
160					2.763.659.941			2.763.659.941
162						6.965.041		6.965.041

Quadro 7C

Fontes de Recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2019, Anexo I, Inciso VII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as fontes

Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
163				6.542.258			34.198.014	40.740.272
164					18.437.374			18.437.374
166					14.947.283		34.984.284	49.931.567
169	21.754.448.443							21.754.448.443
171						242.470.907		242.470.907
172	33.407.580		262.780.659	137.343.523	1.211.947.970		3.063.336.165	4.708.815.897
173		103.472.055				22.395.426.906		22.498.898.961
174	1.489.246.637		4.560.994.242	1.049.761.086			1.699.679.393	8.799.681.358
175			160.161.794				28.765	160.190.559
176	835.886.929		355.525.370	33.815.500	3.382.081		414.721.756	1.643.331.636
178			1.482.119.233	105.650.184	350.000.000		418.860.700	2.356.630.117
180			35.125.127.570	175.085.101	9.382.389.173		4.735.514.870	49.418.116.714
181			363.049.778	138.510.882	250.000.000			751.560.660
183			195.393.137	4.790.000				200.183.137
184			4.189.350.890					4.189.350.890
186	329.518.589		13.667.078.743	202.871.024	761.623.796		1.851.456.013	16.812.548.165
188	56.885.786		6.213.212.213	8.198.728.749	121.501.750	67.799.328.459	8.850.218.246	91.239.875.203
194				2.793				2.793
195			792.570					792.570
196			12.685.000	315.000			13.811.951	26.811.951
197						7.489.262.214		7.489.262.214
250	958.272.027		7.831.146.293	1.121.095.289	7.036.608		1.690.103.272	11.607.653.489
263				42.092.822	4.380.000		17.226.386	63.699.208
280	82.887.448	4.013.204	1.069.239.528	91.370.761	5.043.585.482	15.753.572	1.702.591.900	8.009.441.895
281			58.385.182	16.308.929			355.000	75.049.111
293			102.831.218	30.000.000				132.831.218
296			36.000.000	3.310.521				39.310.521
929					1.675.297.605	10.524.702.395		12.200.000.000
944			248.915.621.661					248.915.621.661
Total	350.435.378.742	378.896.007.187	1.324.301.992.668	36.199.713.083	93.023.602.033	1.045.939.104.156	33.413.505.954	3.262.209.303.823

Legenda das Fontes

Ordem Numérica		Ordem Alfabética	
Fonte	Titulação	Titulação	Fonte
100	Recursos Ordinários	Alienação de Bens Apreendidos	139
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	141
102	Transferência do Imposto Territorial Rural	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	142
106	Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	134
108	Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	111
111	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	Contribuição do Salário-Educação	113
113	Contribuição do Salário-Educação	Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	156
116	Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	153
117	Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	123
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	130
119	Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal	106
120	Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	169
123	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas	151
127	Custas Judiciais	Contribuições para os Programas PIS/PASEP	140
129	Recursos de Concessões e Permissões	Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	120
130	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	184
132	Recursos destinados ao FUNDAF	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	135
133	Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	Custas Judiciais	127
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	Dividendos da União	197
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	Doações de Entidades Internacionais	195
136	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	196

Legenda das Fontes

Ordem Numérica		Ordem Alfabética	
Fonte	Titulação	Titulação	Fonte
139	Alienação de Bens Apreendidos	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	296
140	Contribuições para os Programas PIS/PASEP	Doações para o Combate à Fome	194
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	178
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	108
143	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	119
144	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	149
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	Operações de Crédito Externas - em Moeda	148
149	Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	Outras Contribuições Econômicas	172
150	Recursos Próprios Não-Financeiros	Outras Contribuições Sociais	176
151	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas	Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	183
152	Resultado do Banco Central	Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação	293
153	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	Receitas de Concursos de Prognósticos	118
154	Recursos do Regime Geral de Previdência Social	Recursos das Operações Oficiais de Crédito	160
156	Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB	171
159	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	173
160	Recursos das Operações Oficiais de Crédito	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos	159
162	Recursos Primários para Amortização da Dívida Pública	Recursos de Concessões e Permissões	129
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	Recursos de Concessões e Permissões - CONDICIONADOS	929
164	Títulos da Dívida Agrária	Recursos de Convênios	181
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	Recursos de Convênios	281
169	Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	116

Legenda das Fontes

Ordem Numérica		Ordem Alfabética	
Fonte	Titulação	Titulação	Fonte
171	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB	Recursos destinados ao FUNDAF	132
172	Outras Contribuições Econômicas	Recursos do Orçamento de Investimento	495
173	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	133
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	Recursos do Regime Geral de Previdência Social	154
175	Taxas por Serviços Públicos	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	166
176	Outras Contribuições Sociais	Recursos Ordinários	100
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil	117
180	Recursos Próprios Financeiros	Recursos Primários para Amortização da Dívida Pública	162
181	Recursos de Convênios	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	163
183	Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	263
184	Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	Recursos Próprios Financeiros	280
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	Recursos Próprios Financeiros	180
188	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	Recursos Próprios Não-Financeiros	250
194	Doações para o Combate à Fome	Recursos Próprios Não-Financeiros	150
195	Doações de Entidades Internacionais	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	136
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	186
197	Dividendos da União	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	188
250	Recursos Próprios Não-Financeiros	Resultado do Banco Central	152
263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	174
280	Recursos Próprios Financeiros	Taxas por Serviços Públicos	175
281	Recursos de Convênios	Títulos da Dívida Agrária	164

Legenda das Fontes

Ordem Numérica		Ordem Alfabética	
Fonte	Titulação	Titulação	Fonte
293	Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	144
296	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	944
495	Recursos do Orçamento de Investimento	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	143
929	Recursos de Concessões e Permissões - CONDICIONADOS	Transferência do Imposto Territorial Rural	102
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	101

Quadro 8A - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

R\$ 1,00

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Recursos de todas as fontes

Aplicação Mínima na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (art. 110, inciso II, do ADCT)

A) Aplicação Mínima na MDE em 2018	50.450.403.550
B) Percentual de Correção (IPCA acumulado de jul/2017 a jun/2018)	4,39%
C) Aplicação Mínima na MDE em 2019 [A * (1 + B)]	52.665.176.266

Despesas Programadas com MDE (Identificador de Uso - IU 8) por Subfunção e Fonte

Subfunção	Fonte 100(*)	Fonte 100(**)	Fonte 113	Outras Fontes Vinculadas à Educação(***)	Demais Fontes	Total
122 - Administração Geral	5.795.931.794			215.747.706		6.011.679.500
128 - Formação de Recursos Humanos	87.632.386			6.816.600		94.448.986
131 - Comunicação Social	30.330.000					30.330.000
301 - Atenção Básica	677.018.980			24.835.800		701.854.780
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.255.930.610			181.617.233	5.533.486.320	8.971.034.163
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2.437.666.955					2.437.666.955
363 - Ensino Profissional	11.219.508.256			685.857.221	203.811.032	12.109.176.509
364 - Ensino Superior	28.892.470.704			3.847.799.175	999.643.547	33.739.913.426
365 - Educação Infantil	95.000.000		30.000.000		528.128	125.528.128
366 - Educação de Jovens e Adultos	74.016.272					74.016.272
368 - Educação Básica	1.154.458.773		2.574.990.479	2.953.529.811	626.083.303	7.309.062.366
571 - Desenvolvimento Científico	187.102.214			165.000.000		352.102.214
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	356.522.320			41.397.058		397.919.378
846 - Outros Encargos Especiais	8.347.836.513					8.347.836.513
847 - Transferências para a Educação Básica	4.574.649.832	5.575.005.295	1.889.202.115	5.099.177.647		17.138.034.889
999 - Reserva de Contingência	3.485.167.981					3.485.167.981
Total	70.671.243.590	5.575.005.295	4.494.192.594	13.221.778.251	7.363.552.330	101.325.772.060

(*) Recursos destinados ao cumprimento da aplicação mínima na MDE.

(**) Recursos ordinários destinados à parcela excedente a 30% da complementação da União ao Fundeb, a qual, embora constitua MDE, não pode ser considerada para fins de cumprimento da aplicação mínima (art. 60, inciso VIII, do ADCT).

(***) As seguintes fontes foram consideradas: 108, 142, 148, 174, 186, 250, 263, 280, 281, 293, 296.

Quadro 8B

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212) por Programa, Fonte e Órgão

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

(Quadro Síntese)

Recursos de Todas as Fontes

PROGRAMA	VALOR
0901 . Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	808.825.560
0999 . Reserva de Contingência	3.485.167.981
2080 . Educação de qualidade para todos	39.282.803.785
2109 . Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	57.748.974.734
<hr/>	
FONTE	VALOR
100 . Recursos Ordinários	76.246.248.885
108 . Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	10.001.656.167
113 . Contribuição do Salário-Educação	4.494.192.594
142 . Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.178.329.785
144 . Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	470.779.339
148 . Operações de Crédito Externas - em Moeda	33.000.000
153 . Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	5.464.546.230
174 . Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	24.262.560
186 . Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	539.390.586
188 . Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	1.428.226.761
250 . Recursos Próprios Não-Financeiros	1.208.715.594
263 . Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	2.174.147
280 . Recursos Próprios Financeiros	54.095.615
281 . Recursos de Convênios	46.182.058
293 . Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação	132.831.218
296 . Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	1.140.521
<hr/>	
ÓRGÃO	VALOR
26 . Ministério da Educação	101.325.772.060
<hr/>	
TOTAL:	101.325.772.060

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
26	Ministério da Educação								101.325.772.060
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								808.825.560
	<i>Operações Especiais</i>								808.825.560
0901.0005	<i>Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)</i>	28 846							771.644.715
0901.0005. 0011	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Rondônia		F	3	1	90	8	100	478.704
			F	1	1	90	8	100	183.349
			F	1	1	90	8	100	295.355
0901.0005. 0013	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Amazonas		F	1	1	90	8	100	1.497.025
			F	3	1	90	8	100	1.488.913
			F	1	1	90	8	100	8.112
0901.0005. 0014	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Roraima		F	1	1	90	8	100	73.263
			F	1	1	90	8	100	73.263
0901.0005. 0015	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Pará		F	3	1	90	8	100	6.192.164
			F	1	1	90	8	100	1.504.008
0901.0005. 0017	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Tocantins		F	1	1	90	8	100	4.688.156
			F	1	1	90	8	100	18.561
			F	1	1	90	8	100	18.561
0901.0005. 0020	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Nordeste		F	1	1	90	8	100	705.976
			F	1	1	90	8	100	705.976
0901.0005. 0021	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Maranhão		F	1	1	90	8	100	179.785
			F	1	1	90	8	100	179.785
0901.0005. 0022	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Piauí		F	1	1	90	8	100	561.867
			F	1	1	90	8	100	561.867
0901.0005. 0023	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Ceará		F	1	1	90	8	100	17.330.525
			F	1	1	90	8	100	16.040.159
			F	3	1	90	8	100	1.290.366
0901.0005. 0024	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Norte		F	3	1	90	8	100	11.089.224
			F	1	1	90	8	100	1.876.568
			F	1	1	90	8	100	9.212.656
0901.0005. 0025	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Paraíba		F	1	1	90	8	100	379.587.127
			F	3	1	90	8	100	361.515.632
			F	3	1	90	8	100	18.071.495
0901.0005. 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco		F	1	1	90	8	100	49.226.165
			F	1	1	90	8	100	45.776.426
			F	3	1	90	8	100	3.449.739
0901.0005. 0027	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Alagoas		F	1	1	90	8	100	19.783.036
			F	1	1	90	8	100	19.665.491
			F	3	1	90	8	100	117.545
0901.0005. 0028	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Sergipe		F	1	1	90	8	100	1.548.132
			F	1	1	90	8	100	1.225.676
			F	3	1	90	8	100	322.456
0901.0005. 0029	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Bahia		F	1	1	90	8	100	16.571.282
			F	1	1	90	8	100	15.158.599
			F	3	1	90	8	100	1.412.683
0901.0005. 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais		F	1	1	90	8	100	19.638.239
			F	1	1	90	8	100	19.088.959
			F	3	1	90	8	100	549.280
0901.0005. 0032	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Espírito Santo		F	3	1	90	8	100	5.541.669
			F	3	1	90	8	100	222.516
			F	1	1	90	8	100	5.319.153
0901.0005. 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro		F	3	1	90	8	100	22.021.430
			F	3	1	90	8	100	6.279.686
			F	1	1	90	8	100	15.741.744
0901.0005. 0035	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo		F	3	1	90	8	100	10.548.054
			F	3	1	90	8	100	391.586
			F	1	1	90	8	100	8.686.502
			F	5	1	90	8	100	1.469.966
0901.0005. 0041	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Paraná		F	3	1	90	8	100	42.565.661
			F	1	1	90	8	100	4.266.563
			F	1	1	90	8	100	38.299.098
0901.0005. 0042	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Santa Catarina		F	1	1	90	8	100	16.610.024
			F	1	1	90	8	100	15.188.185
			F	3	1	90	8	100	1.421.839
0901.0005. 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul		F	1	1	90	8	100	96.692.961
			F	3	1	90	8	100	20.053.167
			F	1	1	90	8	100	76.639.794
0901.0005. 0051	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Mato Grosso		F	1	1	90	8	100	3.373.807
			F	1	1	90	8	100	3.373.807

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

		Recursos de todas as Fontes								
Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor	
0901.0005. 0052	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Goiás		F	3	1	90	8	100	8.950.030	
			F	1	1	90	8	100	310.689	
0901.0005. 0053	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal		F	1	1	90	8	100	8.639.341	
			F	3	1	90	8	100	34.395.310	
			F	1	1	90	8	100	11.313.784	
0901.0005. 0054	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Mato Grosso do Sul		F	3	1	90	8	100	23.081.526	
			F	1	1	90	8	100	6.464.694	
			F	3	1	90	8	100	5.439.076	
0901.0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	28 846							18.249.821	
0901.0005. 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul		S	3	1	90	8	100	18.249.821	
			S	1	1	90	8	100	2.982.847	
0901.0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	28 846							10.250.000	
0901.0022. 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional		S	1	1	90	8	100	15.266.974	
			S	3	1	90	8	100	10.150.000	
			S	1	1	90	8	100	9.100.000	
0901.0022. 0043	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - No Estado do Rio Grande do Sul		S	3	1	90	8	100	1.050.000	
			S	1	1	90	8	100	100.000	
0901.0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	28 846							100.000	
0901.0625. 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - No Estado do Rio Grande do Sul		S	1	1	90	8	100	8.681.024	
			S	3	1	90	8	100	8.681.024	
			S	1	1	90	8	100	8.477.002	
			S	3	1	90	8	100	204.022	
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação								57.748.974.734	
	Atividades								50.209.963.781	
2109.20RH	Gerenciamento das Políticas de Educação	12 122							205.909.145	
2109.20RH.0001	Gerenciamento das Políticas de Educação - Nacional		F	3	2	91	8	100	170.000.000	
	- Unidade apoiada (unidade): 11		F	3	2	90	8	186	1.000.000	
			F	3	2	90	8	100	44.296.350	
			F	3	2	91	8	186	74.609.414	
			F	3	2	90	8	100	94.236	
2109.20RH.0053	Gerenciamento das Políticas de Educação - No Distrito Federal		F	3	2	80	8	100	35.909.145	
	- Unidade apoiada (unidade): 1		F	3	2	91	8	100	50.000.000	
			F	3	2	80	8	100	4.046.400	
			F	3	2	80	8	100	4.000.000	
			F	3	2	90	8	250	3.750.000	
			F	3	2	90	8	100	22.072.745	
			F	4	2	90	8	250	2.000.000	
			F	4	2	90	8	100	40.000	
2109.20TP	Ativos Cíveis da União	12 122							5.038.396.236	
2109.20TP. 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional		F	1	1	90	8	100	4.822.642.167	
2109.20TP. 0020	Ativos Cíveis da União - Na Região Nordeste		F	1	1	90	8	100	4.822.642.167	
2109.20TP. 0026	Ativos Cíveis da União - No Estado de Pernambuco		F	1	1	90	8	100	17.295.973	
2109.20TP. 0051	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso		F	1	1	90	8	100	17.295.973	
2109.20TP. 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás		F	1	1	90	8	100	102.740.120	
2109.20TP. 0053	Ativos Cíveis da União - No Distrito Federal		F	1	1	90	8	100	102.740.120	
2109.20TP	Ativos Cíveis da União	12 302							16.598.533	
2109.20TP. 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional		F	1	1	90	8	100	16.598.533	
2109.20TP. 0013	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amazonas		F	1	1	90	8	100	16.299.860	
2109.20TP. 0015	Ativos Cíveis da União - No Estado do Pará		F	1	1	90	8	100	16.299.860	
2109.20TP. 0021	Ativos Cíveis da União - No Estado do Maranhão		F	1	1	90	8	100	62.819.583	
2109.20TP. 0022	Ativos Cíveis da União - No Estado do Piauí		F	1	1	90	8	100	62.819.583	
2109.20TP. 0023	Ativos Cíveis da União - No Estado do Ceará		F	1	1	90	8	100	8.230.668.674	
2109.20TP. 0024	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Norte		S	1	1	90	8	153	3.886.208.602	
2109.20TP. 0025	Ativos Cíveis da União - No Estado da Paraíba		S	1	1	90	8	100	3.886.208.602	
2109.20TP. 0026	Ativos Cíveis da União - No Estado de Pernambuco		S	1	1	90	8	100	47.283.416	
			S	1	1	90	8	100	47.283.416	
			S	1	1	90	8	100	85.347.309	
			S	1	1	90	8	100	85.347.309	
			S	1	1	90	8	100	62.089.590	
			S	1	1	90	8	100	62.089.590	
			S	1	1	90	8	100	2.813.716	
			S	1	1	90	8	100	2.813.716	
			S	1	1	90	8	100	141.323.959	
			S	1	1	90	8	100	141.323.959	
			S	1	1	90	8	100	106.021.391	
			S	1	1	90	8	100	106.021.391	
			S	1	1	90	8	100	171.666.941	
			S	1	1	90	8	100	171.666.941	
			S	1	1	90	8	100	117.248.952	
			S	1	1	90	8	100	117.248.952	

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2109.20TP. 0027	Ativos Cíveis da União - No Estado de Alagoas		S	1	1	90	8	100	70.286.857
2109.20TP. 0028	Ativos Cíveis da União - No Estado de Sergipe		S	1	1	90	8	100	70.286.857 47.246.836
2109.20TP. 0029	Ativos Cíveis da União - No Estado da Bahia		S	1	1	90	8	100	47.246.836 101.013.537
2109.20TP. 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais		S	1	1	90	8	100	101.013.537 467.033.111
2109.20TP. 0032	Ativos Cíveis da União - No Estado do Espírito Santo		S	1	1	90	8	100	467.033.111 62.370.107
2109.20TP. 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro		S	1	1	90	8	100	62.370.107 738.038.738
			S	1	1	90	8	100	277.576.343
2109.20TP. 0035	Ativos Cíveis da União - No Estado de São Paulo		S	1	1	90	8	153	460.462.395 242.419.506
			S	1	1	90	8	100	242.419.506
2109.20TP. 0041	Ativos Cíveis da União - No Estado do Paraná		S	1	1	90	8	100	176.684.310
2109.20TP. 0042	Ativos Cíveis da União - No Estado de Santa Catarina		S	1	1	90	8	100	176.684.310 142.608.654
2109.20TP. 0043	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Sul		S	1	1	90	8	100	142.608.654 1.330.991.092
			S	1	1	90	8	100	213.115.859
			S	1	1	90	8	153	1.117.875.233
2109.20TP. 0051	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso		S	1	1	90	8	100	34.859.023
			S	1	1	90	8	100	34.859.023
2109.20TP. 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás		S	1	1	90	8	100	101.729.052
			S	1	1	90	8	100	101.729.052
2109.20TP. 0053	Ativos Cíveis da União - No Distrito Federal		S	1	1	90	8	100	67.224.781
			S	1	1	90	8	100	67.224.781
2109.20TP. 0054	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul		S	1	1	90	8	100	28.159.194
			S	1	1	90	8	100	28.159.194
2109.20TP	Ativos Cíveis da União	12 363							9.143.439.463
2109.20TP. 0011	Ativos Cíveis da União - No Estado de Rondônia		F	1	1	90	8	100	128.508.611
			F	1	1	90	8	100	128.508.611
2109.20TP. 0012	Ativos Cíveis da União - No Estado do Acre		F	1	1	90	8	100	75.818.502
			F	1	1	90	8	100	75.818.502
2109.20TP. 0013	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amazonas		F	1	1	90	8	100	213.026.150
			F	1	1	90	8	100	213.026.150
2109.20TP. 0014	Ativos Cíveis da União - No Estado de Roraima		F	1	1	90	8	100	77.014.974
			F	1	1	90	8	100	77.014.974
2109.20TP. 0015	Ativos Cíveis da União - No Estado do Pará		F	1	1	90	8	100	249.186.429
			F	1	1	90	8	100	249.186.429
2109.20TP. 0016	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amapá		F	1	1	90	8	100	57.458.416
			F	1	1	90	8	100	57.458.416
2109.20TP. 0017	Ativos Cíveis da União - No Estado do Tocantins		F	1	1	90	8	100	149.408.841
			F	1	1	90	8	100	149.408.841
2109.20TP. 0021	Ativos Cíveis da União - No Estado do Maranhão		F	1	1	90	8	100	348.415.193
			F	1	1	90	8	100	348.415.193
2109.20TP. 0022	Ativos Cíveis da União - No Estado do Piauí		F	1	1	90	8	100	255.208.376
			F	1	1	90	8	100	255.208.376
2109.20TP. 0023	Ativos Cíveis da União - No Estado do Ceará		F	1	1	90	8	100	409.537.648
			F	1	1	90	8	100	409.537.648
2109.20TP. 0024	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Norte		F	1	1	90	8	100	357.917.806
			F	1	1	90	8	100	357.917.806
2109.20TP. 0025	Ativos Cíveis da União - No Estado da Paraíba		F	1	1	90	8	100	309.288.356
			F	1	1	90	8	100	309.288.356
2109.20TP. 0026	Ativos Cíveis da União - No Estado de Pernambuco		F	1	1	90	8	100	391.626.830
			F	1	1	90	8	100	391.626.830
2109.20TP. 0027	Ativos Cíveis da União - No Estado de Alagoas		F	1	1	90	8	100	227.337.109
			F	1	1	90	8	100	227.337.109
2109.20TP. 0028	Ativos Cíveis da União - No Estado de Sergipe		F	1	1	90	8	100	151.285.350
			F	1	1	90	8	100	151.285.350
2109.20TP. 0029	Ativos Cíveis da União - No Estado da Bahia		F	1	1	90	8	100	512.171.689
			F	1	1	90	8	100	512.171.689
2109.20TP. 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais		F	1	1	90	8	100	1.099.900.559
			F	1	1	90	8	100	1.099.900.559
2109.20TP. 0032	Ativos Cíveis da União - No Estado do Espírito Santo		F	1	1	90	8	100	376.458.519
			F	1	1	90	8	100	376.458.519
2109.20TP. 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro		F	1	1	90	8	100	672.064.066
			F	1	1	90	8	100	672.064.066
2109.20TP. 0035	Ativos Cíveis da União - No Estado de São Paulo		F	1	1	90	8	100	561.658.189
			F	1	1	90	8	100	561.658.189
2109.20TP. 0041	Ativos Cíveis da União - No Estado do Paraná		F	1	1	90	8	100	254.998.732
			F	1	1	90	8	100	254.998.732
2109.20TP. 0042	Ativos Cíveis da União - No Estado de Santa Catarina		F	1	1	90	8	100	580.040.272
			F	1	1	90	8	100	580.040.272

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

		Recursos de todas as Fontes								
Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor	
2109.20TP. 0043	Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio Grande do Sul		F	1	1	90	8	100	710.605.141	
2109.20TP. 0051	Ativos Cívicos da União - No Estado de Mato Grosso		F	1	1	90	8	100	710.605.141	
2109.20TP. 0052	Ativos Cívicos da União - No Estado de Goiás		F	1	1	90	8	100	248.637.148	
2109.20TP. 0053	Ativos Cívicos da União - No Distrito Federal		F	1	1	90	8	100	248.637.148	
2109.20TP. 0054	Ativos Cívicos da União - No Estado de Mato Grosso do Sul		F	1	1	90	8	100	459.304.224	
2109.20TP	<i>Ativos Cívicos da União</i>	12 364	F	1	1	90	8	100	459.304.224	
2109.20TP. 0011	Ativos Cívicos da União - No Estado de Rondônia		F	1	1	90	8	100	140.784.248	
2109.20TP. 0012	Ativos Cívicos da União - No Estado do Acre		F	1	1	90	8	100	140.784.248	
2109.20TP. 0013	Ativos Cívicos da União - No Estado do Amazonas		F	1	1	90	8	100	125.778.085	
2109.20TP. 0014	Ativos Cívicos da União - No Estado de Roraima		F	1	1	90	8	100	125.778.085	
2109.20TP. 0015	Ativos Cívicos da União - No Estado do Pará		F	1	1	90	8	100	22.863.247.009	
2109.20TP. 0016	Ativos Cívicos da União - No Estado do Amapá		F	1	1	90	8	100	22.863.247.009	
2109.20TP. 0017	Ativos Cívicos da União - No Estado do Tocantins		F	1	1	90	8	100	159.126.999	
2109.20TP. 0020	Ativos Cívicos da União - Na Região Nordeste		F	1	1	90	8	100	159.126.999	
2109.20TP. 0021	Ativos Cívicos da União - No Estado do Maranhão		F	1	1	90	8	100	171.316.689	
2109.20TP. 0022	Ativos Cívicos da União - No Estado do Piauí		F	1	1	90	8	100	171.316.689	
2109.20TP. 0023	Ativos Cívicos da União - No Estado do Ceará		F	1	1	90	8	100	343.249.663	
2109.20TP. 0024	Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio Grande do Norte		F	1	1	90	8	100	343.249.663	
2109.20TP. 0025	Ativos Cívicos da União - No Estado da Paraíba		F	1	1	90	8	100	130.182.344	
2109.20TP. 0026	Ativos Cívicos da União - No Estado de Pernambuco		F	1	1	90	8	100	130.182.344	
2109.20TP. 0027	Ativos Cívicos da União - No Estado de Alagoas		F	1	1	90	8	100	952.705.484	
2109.20TP. 0028	Ativos Cívicos da União - No Estado de Sergipe		F	1	1	90	8	100	952.705.484	
2109.20TP. 0029	Ativos Cívicos da União - No Estado da Bahia		F	1	1	90	8	100	120.354.573	
2109.20TP. 0031	Ativos Cívicos da União - No Estado de Minas Gerais		F	1	1	90	8	100	120.354.573	
2109.20TP. 0032	Ativos Cívicos da União - No Estado do Espírito Santo		F	1	1	90	8	100	221.417.664	
2109.20TP. 0033	Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio de Janeiro		F	1	1	90	8	100	221.417.664	
2109.20TP. 0035	Ativos Cívicos da União - No Estado de São Paulo		F	1	1	90	8	100	190.197.879	
2109.20TP. 0040	Ativos Cívicos da União - Na Região Sul		F	1	1	90	8	100	190.197.879	
2109.20TP. 0041	Ativos Cívicos da União - No Estado do Paraná		F	1	1	90	8	100	371.120.876	
2109.20TP. 0042	Ativos Cívicos da União - No Estado de Santa Catarina		F	1	1	90	8	100	371.120.876	
2109.20TP. 0043	Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio Grande do Sul		F	1	1	90	8	100	411.180.663	
2109.20TP. 0051	Ativos Cívicos da União - No Estado de Mato Grosso		F	1	1	90	8	100	411.180.663	
2109.20TP. 0052	Ativos Cívicos da União - No Estado de Goiás		F	1	1	90	8	100	638.413.240	
2109.20TP. 0053	Ativos Cívicos da União - No Distrito Federal		F	1	1	90	8	100	638.413.240	
2109.20TP. 0054	Ativos Cívicos da União - No Estado de Mato Grosso do Sul		F	1	1	90	8	100	819.171.944	
2109.20TP	<i>Ativos Cívicos da União</i>	12 368	F	1	1	90	8	100	819.171.944	
2109.20TP. 0033	Ativos Cívicos da União - No Estado do Rio de Janeiro		F	1	1	90	8	100	1.065.888.469	
2109.2000	<i>Administração da Unidade</i>	12 122	F	1	1	90	8	100	1.065.888.469	
2109.2000. 0026	Administração da Unidade - No Estado de Pernambuco		F	3	2	90	8	250	1.065.364.800	
			F	1	1	90	8	100	1.065.364.800	
			F	1	1	90	8	100	385.130.546	
			F	1	1	90	8	100	385.130.546	
			F	1	1	90	8	100	363.732.569	
			F	1	1	90	8	100	363.732.569	
			F	1	1	90	8	100	929.967.825	
			F	1	1	90	8	100	929.967.825	
			F	1	1	90	8	100	3.359.295.609	
			F	1	1	90	8	100	3.359.295.609	
			F	1	1	90	8	100	438.857.851	
			F	1	1	90	8	100	438.857.851	
			F	1	1	90	8	100	2.770.740.167	
			F	1	1	90	8	100	2.770.740.167	
			F	1	1	90	8	100	1.008.940.782	
			F	1	1	90	8	100	1.008.940.782	
			F	1	1	90	8	100	160.259.791	
			F	1	1	90	8	100	160.259.791	
			F	1	1	90	8	100	1.319.262.134	
			F	1	1	90	8	100	1.319.262.134	
			F	1	1	90	8	100	663.127.098	
			F	1	1	90	8	100	663.127.098	
			F	1	1	90	8	100	2.210.754.447	
			F	1	1	90	8	100	2.210.754.447	
			F	1	1	90	8	100	511.738.898	
			F	1	1	90	8	100	511.738.898	
			F	1	1	90	8	100	587.273.954	
			F	1	1	90	8	100	587.273.954	
			F	1	1	90	8	100	933.476.199	
			F	1	1	90	8	100	933.476.199	
			F	1	1	90	8	100	560.997.852	
			F	1	1	90	8	100	560.997.852	
			F	1	1	90	8	100	354.526.200	
			F	1	1	90	8	100	354.526.200	
			F	1	1	90	8	100	717.180.403	
			F	1	1	90	8	100	717.180.403	
			F	3	2	90	8	250	28.997.609	
			F	3	2	90	8	250	28.997.609	
									467.121	

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor		
2109.2000. 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal		F	3	2	91	8	250	2.600		
			F	3	2	90	8	100	25.251.334		
			F	3	2	91	8	100	692.554		
			F	4	2	90	8	100	2.584.000		
			688.182.794								
			F	3	2	91	8	100	17.303.357		
			F	3	2	90	8	280	12.692.228		
			F	3	2	90	8	250	7.312.171		
			F	3	2	91	8	186	1.706.160		
			F	3	2	90	8	186	134.034.716		
			F	3	2	90	8	100	442.378.187		
			F	4	2	90	8	100	68.496.851		
			F	4	2	90	8	186	4.259.124		
			2109.2000	Administração da Unidade	12 122						
2109.2000. 0001	Administração da Unidade - Nacional		S	3	2	90	8	100	35.665.270		
			S	3	2	90	8	250	5.080.400		
2109.2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	12 301								701.854.780	
2109.2004. 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional									42.969.720	
2109.2004. 0011	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia		S	3	1	90	8	100	42.969.720		
										4.703.400	
2109.2004. 0012	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre		S	3	1	90	8	100	4.703.400		
										2.611.668	
2109.2004. 0013	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas		S	3	1	90	8	100	2.611.668		
										8.536.800	
2109.2004. 0014	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima		S	3	1	90	8	100	8.536.800		
										3.212.712	
2109.2004. 0015	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará		S	3	1	90	8	100	3.212.712		
										16.587.360	
2109.2004. 0016	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá		S	3	1	90	8	100	16.587.360		
										2.813.100	
2109.2004. 0017	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins		S	3	1	90	8	100	2.813.100		
										7.088.640	
2109.2004. 0020	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste		S	3	1	90	8	100	7.088.640		
										3.263.292	
			S	3	1	90	8	250	4.800		
2109.2004. 0021	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão		S	3	1	90	8	100	3.258.492		
										12.187.044	
2109.2004. 0022	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí		S	3	1	90	8	100	12.187.044		
										12.658.296	
2109.2004. 0023	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará		S	3	1	90	8	100	12.658.296		
										19.034.952	
2109.2004. 0024	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte		S	3	1	90	8	100	19.034.952		
										28.865.652	
2109.2004. 0025	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba		S	3	1	90	8	100	28.865.652		
										28.123.608	
2109.2004. 0026	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco		S	3	1	90	8	100	28.123.608		
										30.597.612	
			S	3	1	90	8	250	231.000		
2109.2004. 0027	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas		S	3	1	90	8	100	30.366.612		
										11.650.692	
2109.2004. 0028	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe		S	3	1	90	8	100	11.650.692		
										10.083.876	
2109.2004. 0029	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia		S	3	1	90	8	100	10.083.876		
										22.721.244	
2109.2004. 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais		S	3	1	90	8	100	22.721.244		
										118.925.448	
			S	3	1	90	8	100	118.925.448		

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2109.2004. 0032	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo		S	3	1	90	8	100	16.277.160
2109.2004. 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro		S	3	1	90	8	100	16.277.160 54.560.256
2109.2004. 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo		S	3	1	90	8	100	54.560.256 22.171.512
2109.2004. 0040	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul		S	3	1	90	8	100	22.171.512 2.016.444
2109.2004. 0041	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná		S	3	1	90	8	100	2.016.444 34.350.948
2109.2004. 0042	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina		S	3	1	90	8	100	34.350.948 27.214.944
2109.2004. 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul		S	3	1	90	8	100	27.214.944 61.336.536
2109.2004. 0051	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso		S	3	1	90	8	100	61.336.536 13.413.828
2109.2004. 0052	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás		S	3	1	90	8	100	13.413.828 24.090.516
2109.2004. 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal		S	3	1	90	8	100	24.090.516 20.287.224
2109.2004. 0054	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul		S	3	1	90	8	100	20.287.224 39.500.296
2109.212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	12 331	S	3	1	90	8	250	24.600.000
2109.212B. 0011	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia		S	3	1	90	8	100	14.900.296 1.952.393.275
2109.212B. 0012	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre		F	3	1	90	8	100	16.630.180 14.047.001
2109.212B. 0013	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas		F	3	1	90	8	100	14.047.001 35.713.739
2109.212B. 0014	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima		F	3	1	90	8	100	35.713.739 13.269.736
2109.212B. 0015	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará		F	3	1	90	8	100	13.269.736 65.476.535
2109.212B. 0016	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá		F	3	1	90	8	100	65.476.535 11.433.615
2109.212B. 0017	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins		F	3	1	90	8	100	11.433.615 22.291.648
2109.212B. 0020	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste		F	3	1	90	8	100	22.291.648 11.902.145
2109.212B. 0021	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão		F	3	1	90	8	100	11.902.145 42.763.293
2109.212B. 0022	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí		F	3	1	90	8	100	42.763.293 34.766.879
2109.212B. 0023	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará		F	3	1	90	8	100	34.766.879 53.973.033
2109.212B. 0024	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte		F	3	1	90	8	100	53.973.033 62.253.116
2109.212B. 0025	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba		F	3	1	90	8	100	62.253.116 67.605.925
2109.212B. 0026	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco		F	3	1	90	8	100	67.605.925 79.372.656
2109.212B. 0027	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas		F	3	1	90	8	100	79.372.656 32.295.154

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	Dependentes - No Estado de Alagoas		F	3	1	90	8	100	32.295.154
2109.212B. 0028	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe		F	3	1	90	8	100	28.060.817
2109.212B. 0029	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia		F	3	1	90	8	100	28.060.817
									83.853.039
2109.212B. 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais		F	3	1	90	8	100	83.853.039
2109.212B. 0032	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo		F	3	1	90	8	100	234.103.879
									40.004.375
2109.212B. 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro		F	3	1	90	8	100	40.004.375
2109.212B. 0035	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo		F	3	1	90	8	100	230.237.909
									91.512.569
2109.212B. 0040	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul		F	3	1	90	8	100	91.512.569
2109.212B. 0041	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná		F	3	1	90	8	100	9.300.201
									76.589.538
2109.212B. 0042	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina		F	3	1	90	8	100	76.589.538
2109.212B. 0043	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul		F	3	1	90	8	100	63.615.690
									144.677.980
2109.212B. 0051	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso		F	3	1	90	8	100	144.677.980
2109.212B. 0052	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás		F	3	1	90	8	100	35.817.909
									52.199.920
2109.212B. 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal		F	3	1	90	8	100	52.199.920
2109.212B. 0054	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul		F	3	1	90	8	100	262.412.047
									262.412.047
2109.212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes	12 331	F	3	1	90	8	100	36.212.747
									485.273.680
2109.212B. 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional		S	3	1	90	8	100	265.380.663
2109.212B. 0013	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas		S	3	1	90	8	100	265.380.663
									3.284.597
2109.212B. 0015	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará		S	3	1	90	8	100	3.284.597
2109.212B. 0021	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão		S	3	1	90	8	100	4.211.027
									3.485.756
2109.212B. 0022	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí		S	3	1	90	8	100	3.485.756
									178.046
2109.212B. 0023	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará		S	3	1	90	8	100	178.046
									6.525.885
2109.212B. 0024	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte		S	3	1	90	8	100	6.525.885
2109.212B. 0025	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba		S	3	1	90	8	100	4.291.854
									7.900.038
2109.212B. 0026	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco		S	3	1	90	8	100	7.900.038
									8.165.735
2109.212B. 0027	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas		S	3	1	90	8	100	8.165.735
									3.403.239
2109.212B. 0028	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe		S	3	1	90	8	100	3.403.239
									2.134.413
			S	3	1	90	8	100	2.134.413

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2109.212B. 0029	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia								5.539.277
			S	3	1	90	8	100	5.539.277
2109.212B. 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais								25.041.630
			S	3	1	90	8	100	25.041.630
2109.212B. 0032	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo								3.806.174
			S	3	1	90	8	100	3.806.174
2109.212B. 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro								48.664.981
			S	3	1	90	8	100	48.664.981
2109.212B. 0035	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo								16.413.675
			S	3	1	90	8	100	16.413.675
2109.212B. 0041	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná								10.113.463
			S	3	1	90	8	100	10.113.463
2109.212B. 0042	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina								8.049.248
			S	3	1	90	8	100	8.049.248
2109.212B. 0043	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul								45.549.242
			S	3	1	90	8	100	45.549.242
2109.212B. 0051	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso								1.971.746
			S	3	1	90	8	100	1.971.746
2109.212B. 0052	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás								5.263.201
			S	3	1	90	8	100	5.263.201
2109.212B. 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal								3.583.918
			S	3	1	90	8	100	3.583.918
2109.212B. 0054	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul								2.315.872
			S	3	1	90	8	100	2.315.872
2109.212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	12 571							342.102.214
2109.212H. 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional								328.194.580
	- Atividade apoiada (unidade): 10		F	3	2	50	8	186	155.000.000
			F	3	2	50	8	100	173.194.580
2109.212H. 0024	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - No Estado do Rio Grande do Norte								10.000
	- Atividade apoiada (unidade): 1		F	3	2	50	8	100	10.000
2109.212H. 0053	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - No Distrito Federal								10.000.000
	- Atividade apoiada (unidade): 1		F	3	2	50	8	250	10.000.000
2109.212H. 7004	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - Implantação de Rede Ótica OPGW - No Estado da Bahia								3.897.634
	- Atividade apoiada (unidade): 1		F	3	2	50	8	100	3.897.634
2109.216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	12 122							9.448.046
2109.216H. 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional								180.000
	- Agente público beneficiado (unidade): 5		F	3	2	90	8	100	180.000
2109.216H. 0011	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Rondônia								300.000
	- Agente público beneficiado (unidade): 18		F	3	2	90	8	100	300.000
2109.216H. 0012	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Acre								39.600
	- Agente público beneficiado (unidade): 2		F	3	2	90	8	100	39.600
2109.216H. 0013	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Amazonas								300.000
	- Agente público beneficiado (unidade): 18		F	3	2	90	8	100	300.000
2109.216H. 0014	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Roraima								12.840
	- Agente público beneficiado (unidade): 1		F	3	2	90	8	100	12.840
2109.216H. 0015	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Pará								330.000
	- Agente público beneficiado (unidade): 19		F	3	2	90	8	100	330.000
2109.216H. 0016	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Amapá								9.206
	- Agente público beneficiado (unidade): 1		F	3	2	90	8	100	9.206
2109.216H. 0017	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Tocantins								10.000
	- Agente público beneficiado (unidade): 1		F	3	2	90	8	100	10.000
2109.216H. 0020	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na Região Nordeste								41.000
	- Agente público beneficiado (unidade): 2		F	3	2	90	8	100	41.000

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2109.216H. 0021	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Maranhão								200.000
	- Agente público beneficiado (unidade): 22		F	3	2	90	8	100	200.000
2109.216H. 0022	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Piauí								40.000
	- Agente público beneficiado (unidade): 40		F	3	2	90	8	100	40.000
2109.216H. 0023	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Ceará								125.000
	- Agente público beneficiado (unidade): 5		F	3	2	90	8	100	125.000
2109.216H. 0024	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio Grande do Norte								21.600
	- Agente público beneficiado (unidade): 1		F	3	2	90	8	100	21.600
2109.216H. 0025	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado da Paraíba								198.360
	- Agente público beneficiado (unidade): 15		F	3	2	90	8	100	198.360
2109.216H. 0026	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Pernambuco								240.400
	- Agente público beneficiado (unidade): 17		F	3	2	90	8	250	21.600
			F	3	2	90	8	100	218.800
2109.216H. 0027	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Alagoas								108.000
	- Agente público beneficiado (unidade): 6		F	3	2	90	8	100	108.000
2109.216H. 0028	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Sergipe								10.000
	- Agente público beneficiado (unidade): 1		F	3	2	90	8	100	10.000
2109.216H. 0029	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado da Bahia								622.217
	- Agente público beneficiado (unidade): 31		F	3	2	90	8	100	622.217
2109.216H. 0031	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Minas Gerais								1.404.083
	- Agente público beneficiado (unidade): 80		F	3	2	90	8	250	1.000
			F	3	2	90	8	100	1.403.083
2109.216H. 0032	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Espírito Santo								105.000
	- Agente público beneficiado (unidade): 11		F	3	2	90	8	100	105.000
2109.216H. 0033	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio de Janeiro								223.600
	- Agente público beneficiado (unidade): 15		F	3	2	90	8	100	223.600
2109.216H. 0035	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de São Paulo								393.200
	- Agente público beneficiado (unidade): 19		F	3	2	90	8	100	393.200
2109.216H. 0040	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na Região Sul								43.200
	- Agente público beneficiado (unidade): 3		F	3	2	90	8	100	43.200
2109.216H. 0041	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Paraná								392.935
	- Agente público beneficiado (unidade): 18		F	3	2	90	8	100	392.935
2109.216H. 0042	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Santa Catarina								428.800
	- Agente público beneficiado (unidade): 18		F	3	2	90	8	100	398.800
			F	3	2	90	8	250	30.000
2109.216H. 0043	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio Grande do Sul								857.000
	- Agente público beneficiado (unidade): 45		F	3	2	90	8	100	857.000
2109.216H. 0051	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Mato Grosso								90.000
	- Agente público beneficiado (unidade): 5		F	3	2	90	8	100	90.000
2109.216H. 0052	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Goiás								425.385
	- Agente público beneficiado (unidade): 15		F	3	2	90	8	100	425.385
2109.216H. 0053	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Distrito Federal								2.292.620
	- Agente público beneficiado (unidade): 103		F	3	2	90	8	100	2.292.620
2109.216H. 0054	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Mato Grosso do Sul								4.000
	- Agente público beneficiado (unidade): 1		F	3	2	90	8	100	4.000
2109.4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							84.000.841
2109.4572. 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional								2.500.000
	- Servidor capacitado (unidade): 8.913		F	3	2	90	8	142	2.500.000
2109.4572. 0011	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Rondônia								2.024.450
	- Servidor capacitado (unidade): 750		F	3	2	90	8	100	2.021.950
			F	3	2	91	8	100	2.500
2109.4572. 0012	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Acre								1.050.000
	- Servidor capacitado (unidade): 1.300		F	3	2	91	8	100	17.790
			F	3	2	90	8	100	1.032.210

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2109.4572. 0013	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Amazonas								1.626.000
	- Servidor capacitado (unidade): 420	F	3	2	90	8	100		1.623.000
		F	3	2	91	8	100		3.000
2109.4572. 0014	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Roraima								980.000
	- Servidor capacitado (unidade): 417	F	3	2	90	8	100		980.000
2109.4572. 0015	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Pará								3.137.779
	- Servidor capacitado (unidade): 3.020	F	3	2	90	8	100		3.056.334
		F	3	2	91	8	100		81.445
2109.4572. 0016	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Amapá								1.059.852
	- Servidor capacitado (unidade): 475	F	3	2	91	8	100		4.950
		F	3	2	90	8	100		1.054.902
2109.4572. 0017	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Tocantins								942.879
	- Servidor capacitado (unidade): 350	F	3	2	90	8	100		942.879
2109.4572. 0020	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Na Região Nordeste								680.100
	- Servidor capacitado (unidade): 750	F	3	2	90	8	250		100.000
		F	3	2	90	8	100		580.100
2109.4572. 0021	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Maranhão								2.772.930
	- Servidor capacitado (unidade): 1.260	F	3	2	90	8	100		2.766.930
		F	3	2	91	8	100		6.000
2109.4572. 0022	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Piauí								1.944.051
	- Servidor capacitado (unidade): 710	F	3	2	91	8	100		887.249
		F	3	2	90	8	250		500.000
		F	3	2	90	8	100		556.802
2109.4572. 0023	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Ceará								4.356.318
	- Servidor capacitado (unidade): 3.160	F	3	2	90	8	100		4.291.300
		F	3	2	91	8	100		65.018
2109.4572. 0024	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Norte								4.280.000
	- Servidor capacitado (unidade): 2.454	F	3	2	90	8	100		4.280.000
2109.4572. 0025	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Paraíba								2.966.108
	- Servidor capacitado (unidade): 2.700	F	3	2	90	8	100		2.847.440
		F	4	2	90	8	100		18.668
		F	3	2	90	8	250		100.000
2109.4572. 0026	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Pernambuco								3.307.568
	- Servidor capacitado (unidade): 3.920	F	3	2	90	8	100		3.221.821
		F	3	2	91	8	100		85.747
2109.4572. 0027	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Alagoas								1.370.000
	- Servidor capacitado (unidade): 1.200	F	3	2	91	8	100		70.000
		F	4	2	90	8	100		30.000
		F	3	2	90	8	100		1.270.000
2109.4572. 0028	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Sergipe								572.819
	- Servidor capacitado (unidade): 900	F	3	2	90	8	250		127.672
		F	3	2	90	8	100		417.819
		F	4	2	90	8	100		25.000
		F	3	2	91	8	250		2.328
2109.4572. 0029	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Bahia								2.004.297
	- Servidor capacitado (unidade): 2.563	F	3	2	90	8	100		1.850.297
		F	3	2	90	8	250		100.000
		F	3	2	91	8	100		54.000
2109.4572. 0031	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais								13.846.480
	- Servidor capacitado (unidade): 9.580	F	3	2	90	8	250		723.800
		F	3	2	90	8	100		12.968.365
		F	3	2	91	8	250		2.800
		F	3	2	91	8	100		151.515
2109.4572. 0032	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Espírito Santo								1.090.853
	- Servidor capacitado (unidade): 2.430	F	3	2	90	8	100		940.853
		F	3	2	90	8	250		150.000
2109.4572. 0033	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio de Janeiro								8.589.052
	- Servidor capacitado (unidade): 4.307	F	3	2	91	8	100		680.817
		F	3	2	90	8	100		7.908.235
2109.4572. 0035	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de São Paulo								1.920.000

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	- Servidor capacitado (unidade):		F	3	2	90	8	250	700.000
			F	3	2	90	8	100	1.220.000
2109.4572. 0040	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Na Região Sul								150.000
	- Servidor capacitado (unidade):		F	3	2	90	8	100	110.000
			F	3	2	91	8	100	40.000
2109.4572. 0041	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Paraná								1.534.193
	- Servidor capacitado (unidade):		F	4	2	90	8	100	10.040
			F	3	2	91	8	100	104.360
			F	3	2	90	8	100	1.419.793
2109.4572. 0042	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Santa Catarina								1.823.220
	- Servidor capacitado (unidade):		F	3	2	91	8	100	40.000
			F	3	2	90	8	250	165.000
			F	3	2	90	8	100	1.618.220
2109.4572. 0043	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Sul								5.310.548
	- Servidor capacitado (unidade):		F	3	2	91	8	100	125.990
			F	3	2	90	8	100	5.084.558
			F	4	2	90	8	100	100.000
2109.4572. 0051	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Mato Grosso								2.761.570
	- Servidor capacitado (unidade):		F	3	2	90	8	100	2.430.500
			F	3	2	91	8	100	31.070
			F	3	2	90	8	250	300.000
2109.4572. 0052	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Goiás								2.731.716
	- Servidor capacitado (unidade):		F	3	2	91	8	100	11.843
			F	3	2	90	8	100	2.719.873
2109.4572. 0053	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Distrito Federal								5.972.748
	- Servidor capacitado (unidade):		F	3	2	91	8	100	400.000
			F	3	2	90	8	100	5.572.748
2109.4572. 0054	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Mato Grosso do Sul								695.310
	- Servidor capacitado (unidade):		F	3	2	91	8	100	2.261
			F	3	2	90	8	100	693.049
2109.4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							9.438.145
2109.4572. 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional								8.093.145
	- Servidor capacitado (unidade):		S	3	2	90	8	100	8.093.145
2109.4572. 0026	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Pernambuco								45.000
	- Servidor capacitado (unidade):		S	3	2	90	8	250	45.000
2109.4572. 0041	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Paraná								100.000
	- Servidor capacitado (unidade):		S	3	2	90	8	250	100.000
2109.4572. 0043	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Sul								1.000.000
	- Servidor capacitado (unidade):		S	3	2	90	8	250	1.000.000
2109.4572. 0054	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Mato Grosso do Sul								200.000
	- Servidor capacitado (unidade):		S	3	2	90	8	250	200.000
2109.4641	Publicidade de Utilidade Pública	12 131							30.330.000
2109.4641. 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional								28.900.000
			F	3	2	90	8	100	28.900.000
2109.4641. 0042	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Santa Catarina								450.000
			F	3	2	90	8	100	450.000
2109.4641. 0043	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado do Rio Grande do Sul								200.000
			F	3	2	90	8	100	200.000
2109.4641. 0052	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Goiás								500.000
			F	3	2	90	8	100	500.000
2109.4641. 0054	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Mato Grosso do Sul								280.000
			F	3	2	90	8	100	280.000
2109.6294	Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável	12 128							1.010.000
2109.6294. 0026	Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável - No Estado de Pernambuco								1.010.000
	- Curso realizado (unidade):		F	3	2	91	8	100	52.230
			F	3	2	90	8	100	957.770
Operações Especiais									7.539.010.953
2109.09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	12 846							6.927.191.420
2109.09HB.0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional								746.815.904
			F	1	0	91	8	100	746.815.904
2109.09HB.0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime								56.459.000

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia		F	1	0	91	8	100	56.459.000
2109.09HB.0012	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Acre		F	1	0	91	8	100	44.642.000
2109.09HB.0013	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas		F	1	0	91	8	100	44.642.000
2109.09HB.0014	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima		F	1	0	91	8	100	105.040.000
2109.09HB.0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará		F	1	0	91	8	100	105.040.000
2109.09HB.0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá		F	1	0	91	8	100	38.077.000
2109.09HB.0017	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Tocantins		F	1	0	91	8	100	38.077.000
2109.09HB.0020	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Nordeste		F	1	0	91	8	100	225.836.000
2109.09HB.0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão		F	1	0	91	8	100	225.836.000
2109.09HB.0022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí		F	1	0	91	8	100	35.451.000
2109.09HB.0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará		F	1	0	91	8	100	35.451.000
2109.09HB.0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte		F	1	0	91	8	100	69.589.000
2109.09HB.0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba		F	1	0	91	8	100	69.589.000
2109.09HB.0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco		F	1	0	91	8	100	36.534.992
2109.09HB.0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas		F	1	0	91	8	100	36.534.992
2109.09HB.0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe		F	1	0	91	8	100	132.613.000
2109.09HB.0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia		F	1	0	91	8	100	132.613.000
2109.09HB.0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais		F	1	0	91	8	100	116.857.000
2109.09HB.0032	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Espírito Santo		F	1	0	91	8	100	116.857.000
2109.09HB.0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro		F	1	0	91	8	100	191.698.000
2109.09HB.0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo		F	1	0	91	8	100	191.698.000
2109.09HB.0040	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Sul		F	1	0	91	8	100	214.019.000
2109.09HB.0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná		F	1	0	91	8	100	214.019.000
2109.09HB.0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina		F	1	0	91	8	100	261.287.000
2109.09HB.0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul		F	1	0	91	8	100	261.287.000
2109.09HB.0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso		F	1	0	91	8	100	309.584.756
2109.09HB.0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul		F	1	0	91	8	100	309.584.756

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás		F	1	0	91	8	100	217.515.129
2109.09HB.0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal		F	1	0	91	8	100	242.905.000
2109.09HB.0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul		F	1	0	91	8	100	242.905.000
			F	1	0	91	8	100	127.361.000
2109.09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	12 846							611.819.533
2109.09HB.0013	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas		S	1	0	91	8	100	9.191.000
2109.09HB.0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará		S	1	0	91	8	100	17.069.000
2109.09HB.0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão		S	1	0	91	8	100	17.069.000
2109.09HB.0022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí		S	1	0	91	8	100	11.817.000
2109.09HB.0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará		S	1	0	91	8	100	11.817.000
2109.09HB.0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte		S	1	0	91	8	100	640.133
2109.09HB.0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba		S	1	0	91	8	100	640.133
2109.09HB.0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco		S	1	0	91	8	100	27.573.000
2109.09HB.0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas		S	1	0	91	8	100	27.573.000
2109.09HB.0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe		S	1	0	91	8	100	21.008.000
2109.09HB.0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia		S	1	0	91	8	100	21.008.000
2109.09HB.0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais		S	1	0	91	8	100	31.512.000
2109.09HB.0032	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Espírito Santo		S	1	0	91	8	100	31.512.000
2109.09HB.0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro		S	1	0	91	8	100	23.647.000
2109.09HB.0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo		S	1	0	91	8	100	23.647.000
2109.09HB.0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná		S	1	0	91	8	100	14.443.000
2109.09HB.0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina		S	1	0	91	8	100	14.443.000
2109.09HB.0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul		S	1	0	91	8	100	9.191.000
2109.09HB.0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso		S	1	0	91	8	100	9.191.000
2109.09HB.0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás		S	1	0	91	8	100	18.382.000
2109.09HB.0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal		S	1	0	91	8	100	18.382.000
2109.09HB.0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul		S	1	0	91	8	100	89.284.000
			S	1	0	91	8	100	89.284.000
			S	1	0	91	8	100	13.130.000
			S	1	0	91	8	100	13.130.000
			S	1	0	91	8	100	133.926.000
			S	1	0	91	8	100	133.926.000
			S	1	0	91	8	100	45.955.000
			S	1	0	91	8	100	45.955.000
			S	1	0	91	8	100	33.433.400
			S	1	0	91	8	100	33.433.400
			S	1	0	91	8	100	26.260.000
			S	1	0	91	8	100	26.260.000
			S	1	0	91	8	100	38.077.000
			S	1	0	91	8	100	38.077.000
			S	1	0	91	8	100	6.565.000
			S	1	0	91	8	100	6.565.000
			S	1	0	91	8	100	19.695.000
			S	1	0	91	8	100	19.695.000
			S	1	0	91	8	100	15.756.000
			S	1	0	91	8	100	15.756.000
			S	1	0	91	8	100	5.265.000
			S	1	0	91	8	100	5.265.000

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2080	Educação de qualidade para todos								39.282.803.785
	<i>Atividades</i>								14.492.931.942
2080.20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	12 364							495.622.369
2080.20GK.0001	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Nacional								161.824.363
	- Iniciativa apoiada (unidade): 3.108		F	3	2	50	8	100	1.080.246
			F	3	2	90	8	100	154.504.020
			F	3	6	50	8	188	100.000
			F	4	2	90	8	100	3.224.517
			F	3	6	90	8	188	1.150.000
			F	3	2	90	8	142	1.765.580
2080.20GK.0011	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Rondônia								600.844
	- Iniciativa apoiada (unidade): 2		F	3	6	90	8	188	350.000
			F	3	2	90	8	100	250.844
2080.20GK.0012	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Acre								4.462.387
	- Iniciativa apoiada (unidade): 5		F	3	6	90	8	188	1.250.387
			F	3	2	90	8	100	3.012.000
			F	4	6	90	8	188	200.000
2080.20GK.0013	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Amazonas								19.632.368
	- Iniciativa apoiada (unidade): 445		F	3	6	90	8	188	1.451.387
			F	4	2	90	8	100	58.332
			F	4	2	90	8	281	1.520.661
			F	3	2	90	8	281	9.341.202
			F	3	2	90	8	100	7.051.786
			F	4	6	90	8	188	209.000
2080.20GK.0014	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Roraima								1.636.800
	- Iniciativa apoiada (unidade): 93		F	3	2	90	8	100	1.636.800
2080.20GK.0015	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Pará								14.521.909
	- Iniciativa apoiada (unidade): 47		F	3	2	90	8	100	6.641.748
			F	3	6	90	8	188	7.880.161
2080.20GK.0016	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Amapá								3.257.483
	- Iniciativa apoiada (unidade): 166		F	4	6	90	8	188	200.000
			F	3	6	90	8	188	600.000
			F	4	2	90	8	100	22.000
			F	3	2	90	8	100	2.435.483
2080.20GK.0017	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Tocantins								99.840
	- Iniciativa apoiada (unidade): 1		F	3	2	90	8	100	99.840
2080.20GK.0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Nordeste								3.200.423
	- Iniciativa apoiada (unidade): 346		F	3	2	90	8	100	3.182.394
			F	4	2	90	8	100	18.029
2080.20GK.0021	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Maranhão								3.495.544
	- Iniciativa apoiada (unidade): 114		F	4	2	90	8	100	50.000
			F	3	2	90	8	250	1.500.000
			F	3	2	90	8	100	1.745.544
			F	4	6	90	8	188	200.000
2080.20GK.0022	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Piauí								5.551.467
	- Iniciativa apoiada (unidade): 894		F	3	2	90	8	100	5.051.467
			F	3	2	90	8	250	500.000
2080.20GK.0023	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Ceará								8.638.126
	- Iniciativa apoiada (unidade): 476		F	3	2	90	8	250	1.792.438
			F	3	2	90	8	100	5.925.688
			F	3	6	90	8	188	870.000
			F	4	2	90	8	100	50.000
2080.20GK.0024	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio Grande do Norte								2.378.298
	- Iniciativa apoiada (unidade): 1.855		F	3	2	91	8	100	34.165
			F	3	2	90	8	100	2.249.608
			F	4	2	90	8	100	94.525
2080.20GK.0025	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Paraíba								368.984
	- Iniciativa apoiada (unidade): 4		F	3	2	90	8	100	368.984
2080.20GK.0026	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Pernambuco								4.740.063
	- Iniciativa apoiada (unidade): 20		F	3	2	90	8	100	4.283.457
			F	4	2	90	8	100	69.965
			F	3	2	91	8	100	165.418
			F	3	2	90	8	281	221.223
2080.20GK.0027	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão -								198.453

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

		Recursos de todas as Fontes								
Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor	
	No Estado de Alagoas									
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	2	90	8	100	194.053	
2080.20GK.0028	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Sergipe		F	3	2	91	8	100	4.400	
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	2	90	8	100	187.014	
			F	4	2	90	8	100	30.000	
			F	3	2	90	8	250	700.000	
2080.20GK.0029	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Bahia								12.483.011	
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	2	90	8	250	600.000	
			F	3	2	90	8	100	9.132.184	
			F	3	6	90	8	188	1.310.387	
			F	4	2	90	8	100	760.440	
			F	3	2	91	8	100	80.000	
			F	4	6	90	8	188	600.000	
2080.20GK.0031	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Minas Gerais								116.461.343	
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	2	50	8	281	3.418.630	
			F	3	2	90	8	100	29.002.450	
			F	4	6	90	8	188	435.387	
			F	4	6	99	8	188	858.012	
			F	3	6	99	8	188	505.000	
			F	3	6	90	8	188	1.245.000	
			F	4	2	90	8	100	823.189	
			F	3	2	91	8	100	17.800	
			F	3	2	90	8	250	79.655.875	
			F	3	6	50	8	188	500.000	
2080.20GK.0032	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								14.018.549	
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	2	90	8	280	100.000	
			F	3	2	90	8	250	8.520.998	
			F	3	2	90	8	100	4.897.551	
			F	4	2	90	8	250	500.000	
2080.20GK.0033	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio de Janeiro								55.245.931	
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	2	90	8	100	37.235.239	
			F	4	6	90	8	188	750.000	
			F	4	2	90	8	100	102.692	
			F	3	6	90	8	188	17.058.000	
			F	3	6	99	8	188	100.000	
2080.20GK.0035	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de São Paulo								3.947.263	
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	4	6	90	8	188	490.000	
			F	3	6	90	8	188	200.000	
			F	3	2	91	8	100	6.400	
			F	4	2	90	8	100	26.342	
			F	3	6	50	8	188	1.100.000	
			F	3	2	90	8	100	2.124.521	
2080.20GK.0040	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Sul								820.270	
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	2	90	8	100	820.270	
2080.20GK.0041	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Paraná								9.372.012	
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	2	90	8	100	6.102.912	
			F	4	2	90	8	100	31.500	
			F	3	2	90	8	281	177.600	
			F	3	6	90	8	188	100.000	
			F	4	6	90	8	188	2.960.000	
2080.20GK.0042	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Santa Catarina								20.960.917	
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	2	90	8	250	14.417.600	
			F	3	6	90	8	188	450.000	
			F	3	2	90	8	100	6.062.317	
			F	3	2	91	8	250	31.000	
2080.20GK.0043	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio Grande do Sul								15.201.032	
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	2	91	8	250	20.000	
			F	3	6	90	8	188	520.000	
			F	3	2	91	8	100	90.000	
			F	4	6	90	8	188	250.000	
			F	4	2	90	8	100	200.000	
			F	3	2	90	8	250	1.780.000	
			F	3	2	90	8	100	12.341.032	
2080.20GK.0051	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Mato Grosso								96.000	
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	2	90	8	100	96.000	
2080.20GK.0052	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Goiás								2.684.327	

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	4	2	90	8	100	73.891
			F	3	6	50	8	188	100.000
			F	3	2	90	8	100	2.510.436
2080.20GK.0053	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Distrito Federal								2.420.000
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	6	90	8	188	300.000
			F	3	2	90	8	100	2.119.122
			F	3	2	91	8	100	878
2080.20GK.0054	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Mato Grosso do Sul								1.087.348
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	4	2	90	8	250	81.321
			F	4	2	90	8	100	38.257
			F	3	2	90	8	281	261.600
			F	3	2	90	8	250	681.170
			F	3	2	90	8	100	25.000
2080.20GK.0269	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Município de Belém - PA								400.000
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	6	90	8	188	400.000
2080.20GK.2261	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Município de Salvador - BA								100.000
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	6	90	8	188	100.000
2080.20GK.3365	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Município de Volta Redonda - RJ								200.000
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	6	90	8	188	200.000
2080.20GK.7050	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Colégio Brasileiro de Altos Estudos - No Estado do Rio de Janeiro								500.000
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	6	90	8	188	500.000
2080.20GK.7072	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Apoio à Pesquisa do Babaçu - No Estado do Piauí								400.000
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	6	90	8	188	200.000
			F	4	6	90	8	188	200.000
2080.20GK.7080	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Universidade da Cidadania - Fórum de Ciência e Cultura - No Município do Rio de Janeiro - RJ								900.000
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	6	90	8	188	900.000
2080.20GK.7084	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Instituto de Estudos Comparados de Administração de Conflitos (INCT-InEAC) - No Estado do Rio de Janeiro								600.000
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	6	90	8	188	600.000
2080.20GK.7086	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Campus de Alegre - No Estado do Espírito Santo								500.000
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	4	6	90	8	188	500.000
2080.20GK.7090	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Projeto de Atividades de Extensão - No Estado do Rio Grande do Sul								200.000
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	6	90	8	188	200.000
2080.20GK.7092	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Projeto Acessibilidade para Educação Nutricional, Esportiva e Combate à Obesidade Infantil - Campus de Curitiba - No Estado do Paraná								500.000
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	4	6	90	8	188	500.000
2080.20GK.7094	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Departamento de Segurança Pública da UFF - Niterói - RJ								500.000
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	6	90	8	188	500.000
2080.20GK.7098	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Instituto de Estudos Estratégicos - No Estado do Rio de Janeiro								500.000
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	6	90	8	188	250.000
			F	4	6	90	8	188	250.000
2080.20RG	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	12 363							258.864.582
2080.20RG.0011	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Rondônia								11.700.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	7	90	8	188	11.700.000
2080.20RG.0012	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Acre								1.000.923
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	2	90	8	108	1.000.923
2080.20RG.0013	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Amazonas								20.000.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	2	90	8	108	20.000.000
2080.20RG.0014	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Roraima								3.000.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	6	90	8	188	3.000.000
2080.20RG.0015	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Pará								7.250.922
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	7	90	8	188	5.000.000
			F	4	2	90	8	108	2.000.922
			F	4	6	90	8	188	250.000
2080.20RG.0016	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Amapá								6.668.055
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	6	90	8	188	2.000.000
			F	4	2	90	8	100	2.934.444

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2080.20RG.0021	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Maranhão		F	3	2	90	8	100	733.611
			F	3	6	90	8	188	1.000.000
									5.706.311
	- Projeto viabilizado (unidade): 29		F	4	2	90	8	108	2.000.923
			F	4	2	90	8	100	3.705.388
2080.20RG.0022	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Piauí								4.999.684
	- Projeto viabilizado (unidade): 6		F	4	2	90	8	100	2.998.761
			F	4	2	90	8	108	2.000.923
2080.20RG.0023	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Ceará								22.710.233
	- Projeto viabilizado (unidade): 2		F	3	2	90	8	100	4.241.930
			F	4	6	99	8	188	400.000
			F	4	2	90	8	100	8.068.303
			F	4	2	90	8	188	10.000.000
2080.20RG.0024	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte							2.900.923	
	- Projeto viabilizado (unidade): 30		F	4	2	90	8	108	2.000.923
			F	4	6	90	8	188	900.000
2080.20RG.0025	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba								2.713.949
	- Projeto viabilizado (unidade): 11		F	4	2	90	8	108	2.413.949
			F	4	6	90	8	188	300.000
2080.20RG.0026	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Pernambuco								4.972.009
	- Projeto viabilizado (unidade): 9		F	4	6	90	8	188	500.000
			F	4	2	90	8	108	2.000.923
			F	4	2	90	8	100	2.471.086
2080.20RG.0027	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Alagoas								16.636.633
	- Projeto viabilizado (unidade): 7		F	4	2	90	8	108	2.000.923
			F	4	6	90	8	188	500.000
			F	4	7	90	8	188	14.135.710
2080.20RG.0029	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia								6.424.011
	- Projeto viabilizado (unidade): 32		F	4	2	90	8	100	2.322.165
			F	4	2	90	8	108	4.001.846
			F	4	6	90	8	188	100.000
2080.20RG.0031	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais								9.979.013
	- Projeto viabilizado (unidade): 57		F	4	6	90	8	188	2.525.000
			F	4	2	90	8	108	7.454.013
2080.20RG.0032	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo								26.251.715
	- Projeto viabilizado (unidade): 50		F	3	6	90	8	188	100.000
			F	4	2	90	8	108	2.000.923
			F	4	7	90	8	188	15.000.000
			F	4	2	90	8	100	3.327.792
			F	4	6	90	8	188	5.823.000
2080.20RG.0033	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro								5.449.490
	- Projeto viabilizado (unidade): 20		F	4	2	90	8	108	2.000.923
			F	4	2	90	8	100	1.848.567
			F	4	6	90	8	188	1.600.000
2080.20RG.0035	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de São Paulo								18.117.699
	- Projeto viabilizado (unidade): 36		F	3	6	90	8	188	400.000
			F	4	7	90	8	188	10.000.000
			F	4	2	90	8	108	2.000.923
			F	4	6	99	8	188	350.000
			F	4	6	90	8	188	3.200.000
			F	4	2	90	8	100	2.166.776
2080.20RG.0041	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Paraná								2.000.923
	- Projeto viabilizado (unidade): 1		F	4	2	90	8	108	2.000.923
2080.20RG.0042	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina								5.471.202
	- Projeto viabilizado (unidade): 3		F	4	2	90	8	100	3.370.279
			F	4	6	90	8	188	100.000
			F	4	2	90	8	108	2.000.923
2080.20RG.0043	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul								3.500.923
	- Projeto viabilizado (unidade): 23		F	4	2	90	8	108	2.000.923
			F	4	6	90	8	188	1.500.000
2080.20RG.0051	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso								2.000.923
	- Projeto viabilizado (unidade): 5		F	4	2	90	8	108	2.000.923
2080.20RG.0052	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e								4.879.957

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	Tecnológica - No Estado de Goiás								
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	43	F		4	6	90	8	188	2.879.034
2080.20RG.0053	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Distrito Federal	F		4	2	90	8	108	2.000.923
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	3	F		4	2	90	8	108	2.000.923
2080.20RG.0166	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Rio Branco - AC	F		4	6	90	8	188	1.120.774
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	10	F		4	7	90	8	188	2.000.000
2080.20RG.0316	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Marabá - PA	F		3	7	90	8	188	8.000.000
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	1	F		4	6	90	8	188	400.000
2080.20RG.1002	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Aracati - CE	F		4	6	90	8	188	150.000
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	1	F		4	6	90	8	188	150.000
2080.20RG.1023	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Canindé - CE	F		4	6	90	8	188	150.000
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	1	F		4	6	90	8	188	150.000
2080.20RG.1034	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Cedro - CE	F		4	6	90	8	188	460.387
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	1	F		4	6	90	8	188	460.387
2080.20RG.1039	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Crateús - CE	F		4	6	90	8	188	350.000
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	1	F		4	6	90	8	188	350.000
2080.20RG.1392	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Campina Grande - PB	F		4	6	90	8	188	100.000
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	1	F		4	6	90	8	188	100.000
2080.20RG.3004	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Salinas - MG	F		4	6	90	8	188	500.000
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	2	F		4	6	90	8	188	500.000
2080.20RG.3211	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Cachoeiro de Itapemirim - ES	F		4	6	90	8	188	800.000
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	1	F		4	6	90	8	188	800.000
2080.20RG.3284	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Bom Jesus do Itabapoana - RJ	F		4	6	90	8	188	100.000
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	1	F		4	6	90	8	188	100.000
2080.20RG.3335	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Quissamã - RJ	F		4	6	90	8	188	300.000
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	1	F		4	6	90	8	188	300.000
2080.20RG.3343	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Santo Antônio de Pádua - RJ	F		3	6	90	8	188	400.000
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	1	F		3	6	90	8	188	400.000
2080.20RG.3362	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Valença - RJ	F		4	6	90	8	188	300.000
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	1	F		4	6	90	8	188	300.000
2080.20RG.4257	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Palmas - PR	F		4	6	90	8	188	100.000
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	1	F		4	6	90	8	188	100.000
2080.20RG.7154	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Campus Quissamã - No Estado do Rio de Janeiro	F		4	6	90	8	188	800.000
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	2	F		4	6	90	8	188	800.000
2080.20RG.7184	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Campus Valença - No Município de Valença - RJ	F		4	6	90	8	188	600.000
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	1	F		4	6	90	8	188	600.000
2080.20RG.7186	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Campus Caxias do Sul - No Município de Caxias do Sul - RS	F		4	6	90	8	188	1.000.000
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	1	F		4	6	90	8	188	800.000
2080.20RG.7188	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Campus Farroupilha - No Estado do Rio Grande do Sul	F		3	6	90	8	188	200.000
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	1	F		4	6	90	8	188	577.000
2080.20RG.7190	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Aquisição de Equipamentos para Laboratório e Sala Multimídia do Campus Nova Iguaçu - No Estado do Rio de Janeiro	F		4	6	90	8	188	500.000
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	1	F		4	6	90	8	188	500.000
2080.20RG.7192	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Instalação de Elevadores - Campus Petrópolis - No Estado do Rio de Janeiro	F		4	6	90	8	188	600.000
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	1	F		4	6	90	8	188	600.000
2080.20RG.7194	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Campus São Vicente - No Estado de Mato Grosso	F		4	6	90	8	188	500.000
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	1	F		4	6	90	8	188	500.000
2080.20RG.7196	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Campus Guarulhos - No Estado de São Paulo	F		4	6	90	8	188	600.000
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	1	F		4	6	90	8	188	400.000
2080.20RG.7198	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Campus Guarulhos - No Estado de São Paulo	F		3	6	90	8	188	200.000
	- Projeto viabilizado (unidade):								
	1	F		3	6	90	8	188	200.000

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	Tecnológica - Campus Boituva - No Estado de São Paulo								
2080.20RG.7200	- Projeto viabilizado (unidade): 1		F	4	6	90	8	188	200.000
	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Laboratório de Biologia Molecular (LABIMOL) do Hospital Veterinário do IFPB - Sousa - PB								270.000
	- Projeto viabilizado (unidade): 1.200		F	3	6	90	8	188	23.000
2080.20RG.7202	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Campus Vacaria - No Estado do Rio Grande do Sul		F	4	6	90	8	188	247.000
	- Projeto viabilizado (unidade): 1								300.000
2080.20RG.7204	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Campus Salinas - No Município de Salinas - MG		F	4	6	90	8	188	300.000
	- Projeto viabilizado (unidade): 1								200.000
2080.20RG.7206	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Campus Bagé - No Estado do Rio Grande do Sul		F	4	6	90	8	188	200.000
	- Projeto viabilizado (unidade): 1								250.000
2080.20RG.7208	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Reitoria em Manaus - No Estado do Amazonas		F	4	6	90	8	188	250.000
	- Projeto viabilizado (unidade): 16								10.000.000
2080.20RG.7210	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado do Rio de Janeiro		F	4	7	90	8	188	10.000.000
	- Projeto viabilizado (unidade): 1								30.000.000
2080.20RG.7214	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Reforma das Instalações e Aquisição de Mobiliários e Equipamentos - No Município de Cordeiro - RJ		F	4	7	90	8	188	30.000.000
	- Projeto viabilizado (unidade): 1								700.000
	- Projeto viabilizado (unidade): 1		F	3	6	90	8	188	500.000
2080.20RG.7216	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Campus São João de Meriti - No Município de São João de Meriti - RJ		F	4	6	90	8	188	200.000
	- Projeto viabilizado (unidade): 1								200.000
2080.20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	12 368							129.907.842
2080.20RI.0012	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Acre								574.060
	- Estudante matriculado (unidade): 550		F	3	2	90	8	100	474.060
			F	4	2	90	8	100	100.000
2080.20RI.0014	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Roraima								1.177.997
	- Estudante matriculado (unidade): 485		F	3	2	90	8	100	1.117.997
			F	3	2	90	8	250	50.000
			F	4	2	90	8	100	10.000
2080.20RI.0015	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Pará								1.130.915
	- Estudante matriculado (unidade): 1.600		F	4	2	90	8	100	113.091
			F	3	2	90	8	100	1.017.824
2080.20RI.0021	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Maranhão								413.260
	- Estudante matriculado (unidade): 734		F	3	2	90	8	100	355.995
			F	3	2	91	8	100	7.265
			F	4	2	90	8	100	50.000
2080.20RI.0024	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Norte								347.034
	- Estudante matriculado (unidade): 386		F	3	2	90	8	100	347.034
2080.20RI.0026	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Pernambuco								491.596
	- Estudante matriculado (unidade): 420		F	3	2	90	8	100	491.596
2080.20RI.0028	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Sergipe								470.598
	- Estudante matriculado (unidade): 430		F	4	2	90	8	100	100.000
			F	3	2	90	8	100	370.598
2080.20RI.0031	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Minas Gerais								3.459.980
	- Estudante matriculado (unidade): 3.399		F	4	2	90	8	100	225.558
			F	3	2	50	8	100	126.523
			F	3	2	90	8	100	3.107.542
			F	3	2	91	8	100	357
2080.20RI.0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro								116.071.806
	- Estudante matriculado (unidade): 18.771		F	3	2	90	8	250	4.984.941
			F	4	6	90	8	188	2.605.800
			F	3	2	91	8	100	315.216
			F	3	2	90	8	100	99.833.389
			F	4	2	90	8	100	6.834.261
			F	4	2	90	8	250	1.000.000
			F	3	6	90	8	188	250.000
			F	4	2	90	8	263	248.199
2080.20RI.0042	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Santa Catarina								1.139.289
	- Estudante matriculado (unidade): 1.157		F	4	2	90	8	100	180.580
			F	3	2	90	8	100	958.709

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2080.20RI. 0043	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul								743.050
	- Estudante matriculado (unidade): 736		F	3	2	90	8	100	743.050
2080.20RI. 0052	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Goiás								653.975
	- Estudante matriculado (unidade): 770		F	3	2	90	8	100	521.180
			F	4	2	90	8	100	130.795
			F	3	2	91	8	100	2.000
2080.20RI. 3341	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Município do Rio de Janeiro - RJ								174.282
	- Estudante matriculado (unidade): 1		F	4	6	90	8	188	174.282
2080.20RI. 7000	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - Campus Humaitá I - No Estado do Rio de Janeiro								600.000
	- Estudante matriculado (unidade): 2		F	3	6	90	8	188	150.000
			F	4	6	90	8	188	450.000
2080.20RI. 7012	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - Campus Niterói - No Estado do Rio de Janeiro								300.000
	- Estudante matriculado (unidade): 1		F	4	6	90	8	188	300.000
2080.20RI. 7014	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - Campus Realengo I - No Estado do Rio de Janeiro								1.060.000
	- Estudante matriculado (unidade): 3		F	4	6	90	8	188	910.000
			F	3	6	90	8	188	150.000
2080.20RI. 7016	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - Campus Tijuca I - No Estado do Rio de Janeiro								600.000
	- Estudante matriculado (unidade): 2		F	4	6	90	8	188	450.000
			F	3	6	90	8	188	150.000
2080.20RI. 7018	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - Campus São Cristóvão II - No Estado do Rio de Janeiro								500.000
	- Estudante matriculado (unidade): 1		F	4	6	90	8	188	500.000
2080.20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica	12 368							96.000.000
2080.20RJ. 0001	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica - Nacional								96.000.000
	- Projeto apoiado (unidade): 797		F	4	2	90	8	100	700.000
			F	3	2	50	8	100	1.945.732
			F	3	2	90	8	100	43.539.297
			F	3	2	40	8	100	60.000
			F	3	2	90	8	142	27.000.000
			F	3	2	30	8	100	22.650.000
			F	4	2	30	8	100	100.000
			F	3	2	91	8	100	4.971
2080.20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							4.594.646.777
2080.20RK.0011	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Rondônia								30.830.809
	- Estudante matriculado (unidade): 10.999		F	3	2	90	8	280	5.553
			F	3	2	91	8	100	2.500.000
			F	3	2	90	8	100	26.330.064
			F	4	2	90	8	100	1.900.000
			F	3	2	90	8	250	95.192
2080.20RK.0012	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre								35.342.834
	- Estudante matriculado (unidade): 11.384		F	3	2	90	8	100	27.223.703
			F	3	2	90	8	250	282.230
			F	3	2	91	8	100	1.713.167
			F	3	6	90	8	188	600.000
			F	4	6	90	8	188	200.000
			F	4	2	90	8	250	300.000
			F	4	2	90	8	100	5.023.734
2080.20RK.0013	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas								84.099.823
	- Estudante matriculado (unidade): 32.857		F	3	2	91	8	280	801.980
			F	3	2	91	8	100	4.106.627
			F	3	2	90	8	250	5.709.716
			F	3	2	91	8	250	28.692
			F	4	6	90	8	188	1.556.000
			F	3	2	90	8	100	66.740.267
			F	4	2	90	8	100	3.509.571
			F	3	2	90	8	280	1.202.970
			F	3	6	90	8	188	444.000
2080.20RK.0014	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima								27.626.127
	- Estudante matriculado (unidade): 8.898		F	4	2	90	8	100	400.000
			F	3	2	90	8	250	1.395.458
			F	3	2	90	8	100	23.452.669
			F	3	6	90	8	188	228.000
			F	4	6	90	8	188	2.150.000
2080.20RK.0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará								239.265.219
	- Estudante matriculado (unidade): 66.448		F	3	2	90	8	100	192.529.600
			F	4	2	90	8	100	18.817.863
			F	4	2	90	8	281	705.744
			F	3	2	90	8	281	5.051.141
			F	4	2	90	8	296	1.000.000

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

		Recursos de todas as Fontes									
Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor		
2080.20RK.0016	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá - Estudante matriculado (unidade): 9,810		F	3	2	90	8	250	17.990.518		
			F	3	2	91	8	100	1.455.828		
			F	3	2	90	8	280	1.714.525		
										31.805.320	
			F	3	2	90	8	280	134.762		
			F	3	2	91	8	250	54.813		
			F	3	2	91	8	100	1.453.546		
			F	4	6	90	8	188	1.700.000		
			F	3	2	90	8	250	1.161.399		
			F	3	2	90	8	100	18.731.554		
2080.20RK.0017	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins - Estudante matriculado (unidade): 19,097		F	4	2	90	8	100	8.415.876		
			F	4	2	90	8	100	153.370		
										47.934.369	
			F	3	6	90	8	188	1.150.000		
			F	3	2	91	8	100	2.214.177		
			F	3	2	90	8	250	4.334.589		
			F	3	2	90	8	100	40.235.603		
		2080.20RK.0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste - Estudante matriculado (unidade): 17,695								67.943.231
					F	4	2	90	8	250	500.000
					F	3	2	90	8	100	58.980.002
	F			4	2	90	8	100	4.598.761		
	F			3	2	90	8	250	2.008.707		
	F			3	2	91	8	100	1.855.761		
2080.20RK.0021	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão - Estudante matriculado (unidade): 28,300										80.035.260
					F	3	2	91	8	250	72.369
					F	3	2	91	8	100	4.596.209
					F	3	2	90	8	250	7.164.510
			F	3	2	90	8	280	888.320		
			F	3	2	90	8	100	59.183.373		
			F	4	2	90	8	100	4.333.638		
			F	3	2	90	8	281	3.796.841		
		2080.20RK.0022	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí - Estudante matriculado (unidade): 18,302								71.433.824
					F	4	6	90	8	188	300.000
	F			3	2	90	8	100	52.018.958		
	F			3	2	90	8	250	7.642.168		
	F			4	2	90	8	100	4.360.891		
	F			3	2	91	8	100	4.111.807		
	F			4	2	90	8	250	3.000.000		
2080.20RK.0023	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará - Estudante matriculado (unidade): 29,557										87.343.507
					F	4	2	90	8	250	200.000
					F	3	2	90	8	100	72.590.990
			F	4	2	90	8	100	8.149.090		
			F	3	2	91	8	100	619.009		
			F	3	2	90	8	250	5.784.418		
		2080.20RK.0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte - Estudante matriculado (unidade): 48,293								190.282.906
					F	3	2	91	8	100	359.155
					F	3	2	90	8	280	772.077
					F	4	2	90	8	280	4.159.296
	F			4	2	90	8	250	7.939.772		
	F			3	2	90	8	250	18.694.989		
	F			4	2	90	8	100	9.004.344		
	F			3	2	90	8	100	148.153.273		
	F			4	6	90	8	188	1.000.000		
	F			3	6	90	8	188	200.000		
2080.20RK.0025	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba - Estudante matriculado (unidade): 56,422								152.130.764		
			F	3	2	90	8	250	5.706.648		
			F	3	2	90	8	100	134.077.572		
			F	4	2	90	8	100	11.329.478		
			F	3	2	91	8	100	617.066		
			F	4	2	90	8	250	400.000		
		2080.20RK.0026	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco - Estudante matriculado (unidade): 57,383								214.344.951
					F	4	2	90	8	250	3.264.707
					F	4	2	90	8	100	10.950.014
					F	3	2	90	8	280	125.931
	F			4	2	90	8	280	8.061		
	F			3	6	90	8	188	500.000		
	F			3	2	91	8	100	1.906.032		
	F			3	2	90	8	250	13.646.095		
	F			3	2	90	8	100	182.478.346		
	F			3	2	90	8	281	1.465.765		
2080.20RK.0027	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Alagoas - Estudante matriculado (unidade): 35,000								63.686.373		
			F	4	2	90	8	250	100.000		
			F	3	2	90	8	100	58.242.794		
			F	4	2	90	8	100	2.995.703		
			F	3	2	91	8	100	24.236		

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

		Recursos de todas as Fontes								
Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor	
2080.20RK.0028	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Sergipe - Estudante matriculado (unidade): 29.566		F	3	2	91	8	250	100.000	
			F	3	2	90	8	250	2.223.640	
			F	3	2	91	8	100	6.145.716	
			F	4	2	90	8	100	1.039.602	
			F	3	2	90	8	250	2.422.133	
			F	3	2	90	8	100	60.691.730	
2080.20RK.0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia - Estudante matriculado (unidade): 58.252		F	3	6	99	8	188	300.000	
			F	3	6	99	8	188	177.833.107	
			F	4	2	90	8	250	3.128.035	
			F	3	2	90	8	280	43.138	
			F	3	2	91	8	250	1.315.717	
			F	3	2	91	8	100	1.688.331	
2080.20RK.0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais - Estudante matriculado (unidade): 193.487		F	3	2	90	8	281	289.537	
			F	3	2	90	8	281	289.537	
			F	4	2	90	8	100	28.784.167	
			F	4	2	90	8	100	28.784.167	
			F	4	6	90	8	188	250.000	
			F	3	2	90	8	250	23.329.954	
			F	3	6	90	8	188	1.000.000	
			F	3	2	90	8	100	118.004.228	
			F	3	2	90	8	100	761.187.230	
			F	3	2	91	8	100	18.451.601	
			F	4	2	90	8	250	9.179.431	
		2080.20RK.0032	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo - Estudante matriculado (unidade): 23.000		F	3	2	90	8	100
	F			3	6	90	8	188	700.000	
	F			3	2	90	8	281	250.500	
	F			3	2	91	8	250	731.378	
	F			3	2	90	8	250	108.741.710	
	F			3	2	50	8	100	5.796.134	
	F			4	6	90	8	188	960.000	
	F			3	2	50	8	250	3.640.632	
	F			4	2	90	8	100	46.372.260	
	F			3	2	90	8	280	2.902.704	
	F			4	2	90	8	280	5.083.814	
	F			4	2	90	8	263	472.949	
2080.20RK.0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro - Estudante matriculado (unidade): 171.254		F	4	6	99	8	188	250.000	
			F	3	2	91	8	280	188	
			F	4	2	90	8	263	472.949	
			F	4	2	90	8	263	472.949	
			F	3	2	90	8	100	64.626.241	
			F	3	2	90	8	100	394.280.489	
2080.20RK.0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo - Estudante matriculado (unidade): 72.918		F	4	2	90	8	100	20.242.838	
			F	3	2	90	8	100	304.817.290	
			F	4	6	99	8	188	200.000	
			F	3	2	90	8	250	61.750.373	
			F	3	6	90	8	188	2.370.000	
			F	4	2	90	8	250	900.000	
			F	3	6	99	8	188	200.000	
			F	4	6	90	8	188	860.000	
			F	3	2	91	8	100	2.939.988	
			F	3	2	91	8	100	208.838.700	
			F	4	2	90	8	100	4.303.655	
			F	3	2	90	8	250	17.708.629	
2080.20RK.0040	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul - Estudante matriculado (unidade): 9,340		F	3	2	91	8	100	5.340.635	
			F	3	2	90	8	100	144.876.198	
			F	3	6	99	8	188	200.000	
			F	3	2	91	8	250	142.033	
			F	3	6	90	8	188	1.397.550	
			F	4	6	90	8	188	4.250.000	
			F	4	2	90	8	250	620.000	
			F	4	7	90	8	188	30.000.000	
			F	3	2	90	8	100	43.102.280	
			F	3	2	91	8	250	750.000	
			F	3	2	90	8	250	121.755	
			F	3	2	90	8	280	11.794	
2080.20RK.0041	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná - Estudante matriculado (unidade): 68.335		F	4	2	90	8	100	1.362.858	
			F	3	2	91	8	100	604.259	
			F	3	2	50	8	250	18.030.781	
			F	4	2	90	8	281	600.000	

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

		Recursos de todas as Fontes								
Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor	
			F	3	2	90	8	281	5.355.747	
			F	4	2	90	8	280	500.000	
			F	3	2	91	8	100	496.642	
			F	4	2	90	8	263	86.762	
			F	3	2	91	8	250	2.100.000	
			F	4	2	90	8	100	15.383.208	
			F	3	2	90	8	280	4.200.647	
			F	3	2	50	8	100	500.000	
			F	3	6	90	8	188	420.774	
			F	3	2	90	8	250	8.812.687	
			F	3	2	90	8	100	228.233.339	
			F	3	2	50	8	281	500.000	
			F	4	2	90	8	250	9.300.000	
			F	4	6	90	8	188	860.000	
2080.20RK.0042	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina								126.889.556	
	- Estudante matriculado (unidade): 45.001		F	3	2	90	8	250	9.817.627	
			F	3	6	90	8	188	200.000	
			F	4	2	90	8	250	3.000.000	
			F	3	2	91	8	250	350.000	
			F	3	2	91	8	100	1.211.936	
			F	3	2	90	8	100	111.177.375	
			F	3	2	91	8	280	5.000	
			F	3	2	90	8	280	1.127.618	
2080.20RK.0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul								438.186.508	
	- Estudante matriculado (unidade): 101.446		F	3	2	91	8	100	18.765.798	
			F	3	2	90	8	100	339.193.670	
			F	3	2	90	8	280	7.283.702	
			F	3	2	91	8	250	365.736	
			F	3	2	50	8	250	6.000.000	
			F	4	2	90	8	281	2.704.000	
			F	4	2	90	8	250	6.900.000	
			F	4	2	90	8	100	36.023.112	
			F	3	2	90	8	250	18.020.901	
			F	4	2	90	8	263	41.080	
			F	3	2	90	8	281	1.460.225	
			F	4	2	90	8	280	1.428.284	
2080.20RK.0051	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso								104.156.285	
	- Estudante matriculado (unidade): 22.196		F	3	2	90	8	250	9.068.108	
			F	3	2	91	8	100	6.027.148	
			F	3	2	90	8	100	79.262.148	
			F	4	2	90	8	100	9.798.881	
2080.20RK.0052	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás								107.615.564	
	- Estudante matriculado (unidade): 29.686		F	4	6	90	8	188	300.000	
			F	3	2	90	8	100	74.587.059	
			F	3	6	90	8	188	464.518	
			F	3	2	90	8	250	25.553.924	
			F	3	2	91	8	250	760.000	
			F	4	2	90	8	250	890.000	
			F	4	2	90	8	100	4.311.409	
			F	3	2	91	8	100	748.654	
2080.20RK.0053	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal								196.772.814	
	- Estudante matriculado (unidade): 50.872		F	3	2	91	8	250	5.697.974	
			F	4	2	90	8	100	8.211.806	
			F	3	2	91	8	100	9.238.591	
			F	3	6	90	8	188	1.100.000	
			F	3	2	90	8	100	83.510.396	
			F	4	2	90	8	250	20.000.000	
			F	4	6	90	8	188	1.200.000	
			F	3	2	90	8	280	2.110.300	
			F	3	2	90	8	250	65.703.747	
2080.20RK.0054	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul								159.596.088	
	- Estudante matriculado (unidade): 54.453		F	4	2	90	8	263	109.785	
			F	3	2	90	8	280	5.585	
			F	4	2	90	8	250	3.353.557	
			F	3	2	90	8	250	3.789.190	
			F	4	2	90	8	100	22.667.165	
			F	4	2	90	8	188	5.000.000	
			F	3	2	91	8	100	6.030.980	
			F	3	2	90	8	188	5.100.000	
			F	3	2	90	8	100	113.539.826	
2080.20RK.2068	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Guanambi - BA								500.000	
	- Estudante matriculado (unidade): 1		F	3	6	90	8	188	500.000	
2080.20RK.2582	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Diamantina - MG								2.000.000	

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2080.20RK.3274	- Estudante matriculado (unidade): 2.000 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Angra dos Reis - RJ		F	4	6	90	8	188	2.000.000 500.000
2080.20RK.3365	- Estudante matriculado (unidade): 1 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Volta Redonda - RJ		F	4	6	90	8	188	500.000 700.000
2080.20RK.4027	- Estudante matriculado (unidade): 1 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Apucarana - PR		F	4	6	90	8	188	500.000
2080.20RK.4095	- Estudante matriculado (unidade): 1 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Cornélio Procópio - PR		F	3	6	90	8	188	200.000 900.000
2080.20RK.7134	- Estudante matriculado (unidade): 1 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Programa de Apoio às Artes (PROART) - No Estado do Rio de Janeiro		F	4	6	90	8	188	900.000 180.000
2080.20RK.7164	- Estudante matriculado (unidade): 1 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Setor de Antropologia Biológica do Museu Nacional - No Estado do Rio de Janeiro		F	3	6	90	8	188	180.000 1.000.000
2080.20RK.7166	- Estudante matriculado (unidade): 1 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Escola de Enfermagem - No Estado do Rio de Janeiro		F	4	6	90	8	188	300.000
2080.20RK.7168	- Estudante matriculado (unidade): 1 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Instituto Metr�pole Digital - No Estado do Rio Grande do Norte		F	3	6	90	8	188	700.000 210.387
2080.20RK.7170	- Estudante matriculado (unidade): 10 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Museu Nacional - No Estado do Rio de Janeiro		F	3	6	90	8	188	210.387 1.450.000
2080.20RK.7174	- Estudante matriculado (unidade): 15 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Campus Osasco - No Estado de S�o Paulo		F	4	6	90	8	188	556.000
2080.20RK.7176	- Estudante matriculado (unidade): 20 Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Aquisi�o de Equipamentos para a Orquestra Sinf�nica da UFF - No Estado do Rio de Janeiro		F	3	6	90	8	188	894.000 500.000
2080.20RL	Funcionamento de Institui�es Federais de Educa�o Profissional e Tecnol�gica	12 363							
2080.20RL.0001	Funcionamento de Institui�es Federais de Educa�o Profissional e Tecnol�gica - Nacional		F	4	6	90	8	188	400.000 180.000
2080.20RL.0011	- Estudante matriculado (unidade): 1 Funcionamento de Institui�es Federais de Educa�o Profissional e Tecnol�gica - No Estado de Rond�nia		F	4	6	90	8	188	180.000 1.500.000
2080.20RL.0012	- Estudante matriculado (unidade): 16.005 Funcionamento de Institui�es Federais de Educa�o Profissional e Tecnol�gica - No Estado do Acre		F	4	6	90	8	188	1.500.000 200.000
2080.20RL.0013	- Estudante matriculado (unidade): 20 Funcionamento de Institui�es Federais de Educa�o Profissional e Tecnol�gica - No Estado do Amazonas		F	4	6	90	8	188	200.000 2.075.766.078
2080.20RL.0014	- Estudante matriculado (unidade): 6.018 Funcionamento de Institui�es Federais de Educa�o Profissional e Tecnol�gica - No Estado de Roraima		F	3	2	90	8	100	300.000 44.958.530
2080.20RL.0015	- Estudante matriculado (unidade): 31.055 Funcionamento de Institui�es Federais de Educa�o Profissional e Tecnol�gica - No Estado do Par�		F	3	2	90	8	100	32.646.958
2080.20RL.0016	- Estudante matriculado (unidade): 6.495 Funcionamento de Institui�es Federais de Educa�o Profissional e Tecnol�gica - No Estado do Amap�		F	3	2	90	8	100	253.346
			F	3	2	90	8	250	54.000
			F	4	2	90	8	100	11.902.019
			F	3	2	90	8	280	102.207
			F	3	2	90	8	100	17.444.765
			F	3	2	90	8	100	12.937
			F	4	2	90	8	100	2.772.736
			F	3	2	91	8	100	259.129
			F	3	2	90	8	100	14.399.963
			F	3	2	90	8	100	47.227.917
			F	4	2	90	8	100	1.500.000
			F	3	2	91	8	100	1.316
			F	3	2	90	8	250	131.637
			F	3	2	90	8	100	45.594.964
			F	3	2	90	8	100	23.066.157
			F	3	2	90	8	100	17.627.820
			F	3	2	91	8	100	151.814
			F	3	2	90	8	250	263.375
			F	4	2	90	8	100	5.023.148
			F	4	2	90	8	100	56.667.243
			F	4	2	90	8	100	6.258.111
			F	3	2	90	8	100	46.669.409
			F	4	2	90	8	250	914.193
			F	3	2	91	8	100	287.250
			F	3	2	90	8	250	2.538.280
			F	3	2	90	8	100	21.501.112
			F	3	2	91	8	100	234.984
			F	3	2	90	8	250	798.448
			F	3	2	90	8	100	14.841.052

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2080.20RL. 0017	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Tocantins - Estudante matriculado (unidade): 12.000		F	4	2	90	8	100	5.626.628
									39.037.731
			F	3	2	91	8	100	249.904
			F	3	2	90	8	250	1.049.874
			F	4	2	90	8	100	4.102.026
			F	3	2	90	8	280	5.087
2080.20RL. 0021	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Maranhão - Estudante matriculado (unidade): 37.200		F	3	2	90	8	100	33.630.840
									82.020.158
			F	4	2	90	8	250	2.891.933
			F	3	2	90	8	250	300.000
			F	4	6	90	8	188	300.000
			F	3	2	91	8	100	610.906
2080.20RL. 0022	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Piauí - Estudante matriculado (unidade): 21.214		F	4	2	90	8	100	4.141.353
			F	3	2	90	8	100	73.775.966
									58.637.294
			F	3	2	91	8	250	19.554
			F	3	2	91	8	100	1.044.362
			F	3	2	90	8	250	1.014.982
2080.20RL. 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Ceará - Estudante matriculado (unidade): 45.002		F	3	2	90	8	100	56.123.396
			F	3	2	90	8	100	435.000
									92.046.142
			F	4	2	90	8	100	3.894.218
			F	3	6	90	8	188	200.000
			F	3	2	90	8	250	3.342.636
2080.20RL. 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte - Estudante matriculado (unidade): 35.297		F	3	2	90	8	100	83.572.024
			F	3	2	91	8	100	1.037.264
									84.798.446
			F	3	2	90	8	250	1.500.000
			F	3	2	90	8	100	75.809.660
			F	4	2	90	8	100	4.715.766
2080.20RL. 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba - Estudante matriculado (unidade): 32.453		F	4	2	90	8	250	2.529.140
			F	3	2	91	8	100	243.880
									68.309.349
			F	3	2	91	8	100	126.624
			F	3	2	90	8	250	4.492.440
			F	3	2	90	8	100	52.373.591
2080.20RL. 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Pernambuco - Estudante matriculado (unidade): 49.427		F	4	2	90	8	100	11.316.694
									84.030.897
			F	3	2	91	8	100	589.212
			F	4	2	90	8	100	5.308.587
			F	3	2	90	8	250	2.106.582
			F	3	2	90	8	100	75.894.615
2080.20RL. 0027	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Alagoas - Estudante matriculado (unidade): 25.225		F	4	2	90	8	250	77.000
			F	3	2	91	8	250	54.901
									58.274.290
			F	3	2	90	8	100	50.598.722
			F	4	2	90	8	100	5.862.393
			F	3	2	91	8	100	347.000
2080.20RL. 0028	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Sergipe - Estudante matriculado (unidade): 6.526		F	3	2	90	8	250	1.172.850
			F	4	2	90	8	250	293.325
									32.859.263
			F	3	2	90	8	100	27.720.129
			F	3	2	90	8	250	217.635
			F	3	2	91	8	100	279.130
2080.20RL. 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia - Estudante matriculado (unidade): 52.685		F	3	2	91	8	250	2.198
			F	3	2	91	8	250	4.640.171
									114.722.303
			F	3	2	91	8	100	591.162
			F	3	2	91	8	250	133.483
			F	4	2	90	8	100	4.863.010
2080.20RL. 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais - Estudante matriculado (unidade): 118.748		F	3	2	90	8	250	2.140.624
			F	3	6	90	8	188	1.100.000
			F	3	2	90	8	100	105.888.767
			F	3	2	90	8	280	5.257
									269.303.211
			F	4	2	90	8	250	2.023.287
	F	3	2	90	8	250	20.681.987		
	F	3	6	99	8	188	370.000		

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

		Recursos de todas as Fontes									
Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor		
2080.20RL.0032	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo		F	3	6	90	8	188	200.000		
			F	3	2	90	8	100	220.495.807		
			F	3	2	91	8	100	2.001.927		
			F	3	2	90	8	280	38.879		
			F	4	2	90	8	263	46.554		
			F	3	2	90	8	281	483.200		
			F	4	2	90	8	100	22.839.476		
			F	3	2	91	8	250	122.094		
										70.944.543	
			- Estudante matriculado (unidade): 29.500		F	3	2	90	8	250	2.621.618
			F	4	6	90	8	188	1.000.000		
			F	4	2	90	8	281	2.012.000		
			F	4	2	90	8	250	2.000.000		
			F	3	2	91	8	100	66.336		
			F	3	2	90	8	100	63.244.589		
								142.341.979			
2080.20RL.0033	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro		F	4	2	90	8	100	8.562.090		
			F	3	2	90	8	250	6.612.977		
			F	3	2	90	8	281	305.474		
			F	3	2	91	8	100	784.331		
			F	3	2	90	8	100	122.741.048		
			F	4	2	90	8	281	3.124.085		
			F	4	2	90	8	250	211.974		
									93.861.268		
		2080.20RL.0035	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de São Paulo		F	4	2	90	8	250	975.542
					F	4	2	90	8	100	1.490.000
	F			3	6	90	8	188	972.450		
	F			3	2	90	8	250	100.000		
	F			3	2	91	8	100	15.755		
	F			4	6	90	8	188	700.000		
	F			3	2	90	8	100	89.607.521		
									63.357.651		
2080.20RL.0041	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Paraná				F	3	2	90	8	250	4.407.776
					F	3	2	90	8	281	466.835
			F	3	2	90	8	100	49.625.520		
			F	4	2	90	8	281	45.000		
			F	4	2	90	8	100	7.535.390		
			F	3	2	90	8	280	206.090		
			F	4	6	90	8	188	500.000		
			F	3	2	91	8	100	571.040		
									120.512.090		
		2080.20RL.0042	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina		F	3	2	91	8	100	854.878
	F			3	6	90	8	188	200.000		
	F			4	2	90	8	100	15.416.624		
	F			3	2	90	8	100	101.201.074		
	F			3	2	90	8	250	2.639.514		
	F			4	2	90	8	250	200.000		
									149.197.665		
2080.20RL.0043	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul				F	4	2	90	8	250	2.161.682
					F	4	6	90	8	188	100.000
					F	3	2	90	8	100	125.907.890
			F	4	2	90	8	100	17.644.242		
			F	3	2	91	8	100	1.140.436		
			F	3	6	90	8	188	300.000		
			F	3	2	90	8	250	1.943.415		
									70.029.236		
		2080.20RL.0051	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso		F	3	2	91	8	100	539.983
					F	4	2	90	8	100	10.247.625
	F			3	2	90	8	250	2.002.849		
	F			3	2	90	8	280	55.863		
	F			3	2	90	8	100	55.742.930		
	F			4	2	90	8	250	939.986		
	F			4	2	90	8	263	500.000		
									96.586.431		
2080.20RL.0052	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Goiás				F	4	2	90	8	100	8.557.333
					F	3	2	90	8	250	2.440.367
			F	3	2	91	8	100	1.019.100		
			F	4	6	90	8	188	900.000		
			F	3	2	90	8	100	83.669.631		
									35.766.515		
		2080.20RL.0053	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Distrito Federal		F	3	2	90	8	100	83.669.631
											35.766.515

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	- Estudante matriculado (unidade):		F	3	2	90	8	250	68.208
			F	3	2	91	8	100	150.000
			F	4	2	90	8	100	5.673.069
			F	3	2	90	8	100	29.875.238
2080.20RL. 0054	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul								34.996.602
	- Estudante matriculado (unidade):		F	3	2	90	8	100	23.814.748
			F	4	2	90	8	100	10.704.689
			F	3	2	91	8	100	326.353
			F	4	2	90	8	250	50.000
			F	3	2	90	8	250	100.812
2080.20RL. 0170	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Sena Madureira - AC								350.000
	- Estudante matriculado (unidade):		F	4	6	90	8	188	150.000
			F	3	6	90	8	188	200.000
2080.20RL. 0172	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Xapuri - AC								300.000
	- Estudante matriculado (unidade):		F	4	6	90	8	188	250.000
			F	3	6	90	8	188	50.000
2080.20RL. 1883	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Lagarto - SE								300.000
	- Estudante matriculado (unidade):		F	4	6	90	8	188	300.000
2080.20RL. 3211	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Cachoeiro de Itapemirim - ES								100.000
	- Estudante matriculado (unidade):		F	4	6	90	8	188	100.000
2080.20RL. 3290	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Campos dos Goytacazes - RJ								200.000
	- Estudante matriculado (unidade):		F	3	6	90	8	188	200.000
2080.20RL. 4257	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Palmas - PR								100.000
	- Estudante matriculado (unidade):		F	3	6	90	8	188	100.000
2080.20RL. 4383	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Telêmaco Borba - PR								500.000
	- Estudante matriculado (unidade):		F	4	6	90	8	188	500.000
2080.20RL. 4798	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Caxias do Sul - RS								100.000
	- Estudante matriculado (unidade):		F	4	6	90	8	188	100.000
2080.20RL. 7044	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ - No Estado do Rio de Janeiro								500.000
	- Estudante matriculado (unidade):		F	4	6	90	8	188	300.000
			F	3	6	90	8	188	200.000
2080.20RL. 7046	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Campus Guarabira - No Estado da Paraíba								200.000
	- Estudante matriculado (unidade):		F	4	6	90	8	188	200.000
2080.20RL. 7048	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Reforma do Laboratório de Analítica do Campus Duque de Caxias - No Estado do Rio de Janeiro								100.000
	- Estudante matriculado (unidade):		F	3	6	90	8	188	100.000
2080.20RL. 7050	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Impermeabilização e Isolamento Térmico das Instalações do CIEP São Gonçalo - No Estado do Rio de Janeiro								117.290
	- Estudante matriculado (unidade):		F	3	6	90	8	188	117.290
2080.20RL. 7052	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Campus Avançado Tupã - No Estado de São Paulo								100.000
	- Estudante matriculado (unidade):		F	3	6	90	8	188	100.000
2080.20RN	Exames e Avaliações da Educação Básica	12 368							1.199.091.150
2080.20RM.0001	Exames e Avaliações da Educação Básica - Nacional								1.199.091.150
	- Pessoa avaliada (unidade):		F	3	2	90	8	108	923.000.000
			F	3	2	90	8	250	143.641.150
			F	3	2	91	8	100	1.150.000
			F	3	2	90	8	100	115.850.000
			F	4	2	30	8	250	1.100.000
			F	3	2	91	8	250	2.150.000
			F	3	2	30	8	250	12.200.000
2080.20RN	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação	12 364							115.852.589
2080.20RN.0001	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação - Nacional								115.852.589
	- Avaliação realizada (unidade):		F	3	2	91	8	100	580.000
			F	3	2	90	8	174	24.262.560
			F	3	2	90	8	100	91.010.029
2080.20RP	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica	12 368							881.660.097
2080.20RP. 0001	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Nacional								606.616.272
	- Projeto apoiado (unidade):		F	4	2	30	8	108	208.000.000
			F	3	2	40	8	108	7.500.000
			F	4	2	40	8	293	30.000.000
			F	4	2	30	8	142	5.000.000
			F	3	2	40	8	142	31.750.000
			F	3	2	30	8	100	401.627
			F	3	2	40	8	100	401.627

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
			F	4	2	40	8	108	97.000.000
			F	4	2	30	8	100	101.606.509
			F	4	2	40	8	100	1.606.509
			F	3	2	90	8	108	12.000.000
			F	3	2	30	8	108	23.750.000
			F	4	6	30	8	188	2.600.000
			F	4	2	40	8	142	85.000.000
2080.20RP. 0011	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de Rondônia								2.082.259
	- Projeto apoiado (unidade): 10		F	4	6	40	8	188	2.082.259
2080.20RP. 0012	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Acre								400.000
	- Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	30	8	188	400.000
2080.20RP. 0013	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Amazonas								700.000
	- Projeto apoiado (unidade): 2		F	4	6	40	8	188	700.000
2080.20RP. 0015	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Pará								2.915.000
	- Projeto apoiado (unidade): 22		F	4	6	40	8	188	2.315.000
			F	3	6	40	8	188	600.000
2080.20RP. 0016	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Amapá								250.000
	- Projeto apoiado (unidade): 8		F	4	6	30	8	188	100.000
			F	3	6	30	8	188	150.000
2080.20RP. 0021	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Maranhão								300.000
	- Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	50	8	188	300.000
2080.20RP. 0022	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Piauí								650.000
	- Projeto apoiado (unidade): 2		F	4	6	99	8	188	400.000
			F	4	6	40	8	188	250.000
2080.20RP. 0023	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Ceará								489.774
			F	4	6	99	8	188	489.774
2080.20RP. 0025	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado da Paraíba								1.300.000
	- Projeto apoiado (unidade): 5		F	4	6	40	8	188	1.300.000
2080.20RP. 0026	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de Pernambuco								3.850.000
	- Projeto apoiado (unidade): 17		F	4	6	99	8	188	2.000.000
			F	4	6	30	8	188	500.000
			F	3	6	99	8	188	600.000
			F	4	6	40	8	188	250.000
			F	3	6	30	8	188	500.000
2080.20RP. 0028	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de Sergipe								3.430.000
	- Projeto apoiado (unidade): 7		F	4	6	40	8	188	1.630.000
			F	3	6	40	8	188	1.800.000
2080.20RP. 0029	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado da Bahia								1.600.000
	- Projeto apoiado (unidade): 14		F	4	6	99	8	188	1.500.000
			F	4	6	40	8	188	100.000
2080.20RP. 0031	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de Minas Gerais								8.470.000
	- Projeto apoiado (unidade): 52		F	3	6	40	8	188	400.000
			F	3	6	99	8	188	2.100.000
			F	4	6	30	8	188	250.000
			F	4	6	40	8	188	2.020.000
			F	4	6	99	8	188	3.700.000
2080.20RP. 0032	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Espírito Santo								1.740.000
	- Projeto apoiado (unidade): 6		F	4	6	40	8	188	1.670.000
			F	3	6	40	8	188	70.000
2080.20RP. 0033	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro								7.150.000
	- Projeto apoiado (unidade): 121		F	4	6	99	8	188	2.300.000
			F	3	6	99	8	188	3.000.000
			F	4	6	40	8	188	1.850.000
2080.20RP. 0035	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de São Paulo								2.400.000
	- Projeto apoiado (unidade): 17		F	4	6	40	8	188	850.000
			F	4	6	30	8	188	100.000
			F	3	6	99	8	188	1.250.000
			F	3	6	40	8	188	200.000
2080.20RP. 0041	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Paraná								2.500.000
	- Projeto apoiado (unidade): 19		F	4	6	40	8	188	850.000
			F	4	6	99	8	188	1.650.000
2080.20RP. 0042	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de Santa Catarina								850.000
	- Projeto apoiado (unidade): 43		F	4	6	40	8	188	450.000
			F	4	6	99	8	188	400.000
2080.20RP. 0043	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul								6.760.000
	- Projeto apoiado (unidade): 16		F	4	6	99	8	188	1.000.000
			F	4	6	30	8	188	250.000
			F	4	6	40	8	188	5.280.000
			F	3	6	40	8	188	230.000
2080.20RP. 0051	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de Mato Grosso								300.000
	- Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	99	8	188	300.000
2080.20RP. 0053	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Distrito Federal								44.115.387
	- Projeto apoiado (unidade): 41		F	3	6	30	8	188	1.050.000
			F	4	7	30	8	188	40.000.000
			F	4	6	30	8	188	3.065.387
2080.20RP. 0054	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de Mato Grosso do Sul								5.260.387
	- Projeto apoiado (unidade): 2		F	3	6	40	8	188	5.260.387

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2080.20RP. 0173	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Porto Acre - AC - Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	30	8	188	150.000 150.000
2080.20RP. 0238	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Boa Vista - RR - Projeto apoiado (unidade): 100		F	4	7	30	8	188	30.841.550 18.000.000
			F	3	7	30	8	188	12.841.550
2080.20RP. 0260	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Ananindeua - PA - Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	250.000 250.000
2080.20RP. 0589	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Buriticupu - MA - Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	1.743.000 1.743.000
2080.20RP. 0619	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Fernando Falcão - MA - Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	1.000.000 1.000.000
2080.20RP. 0697	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Porto Rico do Maranhão - MA - Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	500.000 500.000
2080.20RP. 1194	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Caiçara do Norte - RN - Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	250.000 250.000
2080.20RP. 1366	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Bayeux - PB - Projeto apoiado (unidade): 2		F	4	6	99	8	188	300.000 300.000
2080.20RP. 1455	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Marizópolis - PB - Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	500.000 500.000
2080.20RP. 1615	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Correntes - PE - Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	1.000.000 1.000.000
2080.20RP. 1675	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Orobó - PE - Projeto apoiado (unidade): 1		F	3	6	40	8	188	500.000 500.000
2080.20RP. 1794	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Limoeiro de Anadia - AL - Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	2	30	8	100	7.219.891 7.219.891
2080.20RP. 1824	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Pindoba - AL - Projeto apoiado (unidade): 10		F	4	6	99	8	188	225.000 225.000
2080.20RP. 1840	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de São Miguel dos Campos - AL - Projeto apoiado (unidade): 10		F	4	6	99	8	188	225.000 225.000
2080.20RP. 1843	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Satuba - AL - Projeto apoiado (unidade): 8		F	4	6	99	8	188	225.000 225.000
2080.20RP. 2349	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Água Comprida - MG - Projeto apoiado (unidade): 10		F	4	6	40	8	188	100.000 100.000
2080.20RP. 2414	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Betim - MG - Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	300.000 300.000
2080.20RP. 2684	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Igarapé - MG - Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	700.000 700.000
2080.20RP. 2915	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Pedralva - MG - Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	250.000 250.000
2080.20RP. 3196	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Afonso Cláudio - ES - Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	420.000 300.000
			F	3	6	40	8	188	120.000
2080.20RP. 3205	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Atilio Vivacqua - ES - Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	330.000 330.000
2080.20RP. 3248	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Nova Venécia - ES - Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	150.000 150.000
2080.20RP. 3263	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de São Mateus - ES - Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	400.000 400.000
2080.20RP. 3274	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Angra dos Reis - RJ - Projeto apoiado (unidade): 3		F	4	6	40	8	188	750.000 750.000
2080.20RP. 3286	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Cachoeiras de Macacu - RJ - Projeto apoiado (unidade): 2		F	3	6	40	8	188	340.000 340.000
2080.20RP. 3303	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Itaguaí - RJ - Projeto apoiado (unidade): 1		F	3	6	40	8	188	250.000 250.000
2080.20RP. 3311	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Macuco - RJ - Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	300.000 300.000
2080.20RP. 3317	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Miguel Pereira - RJ - Projeto apoiado (unidade): 2		F	3	6	40	8	188	1.025.000 425.000
			F	4	6	40	8	188	600.000
2080.20RP. 3320	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Nilópolis - RJ - Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	970.774 970.774
2080.20RP. 3327	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Paty do Alferes - RJ - Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	1.000.000 1.000.000
2080.20RP. 3334	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Queimados - RJ		F	4	6	40	8	188	2.500.000 2.500.000

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2080.20RP. 3339	- Projeto apoiado (unidade): 3 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Rio das Flores - RJ		F	3	6	40	8	188	2.500.000
									260.000
2080.20RP. 3341	- Projeto apoiado (unidade): 1 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município do Rio de Janeiro - RJ		F	4	6	40	8	188	260.000
									300.000
2080.20RP. 3347	- Projeto apoiado (unidade): 1 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de São João da Barra - RJ		F	3	6	40	8	188	300.000
									500.000
2080.20RP. 3358	- Projeto apoiado (unidade): 1 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Tanguá - RJ		F	3	6	40	8	188	500.000
									500.000
2080.20RP. 3360	- Projeto apoiado (unidade): 1 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Trajano de Moraes - RJ		F	4	6	40	8	188	500.000
									700.000
2080.20RP. 3364	- Projeto apoiado (unidade): 2 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Vassouras - RJ		F	3	6	40	8	188	700.000
									400.000
2080.20RP. 3631	- Projeto apoiado (unidade): 1 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Itararé - SP		F	4	6	40	8	188	400.000
									300.000
2080.20RP. 3649	- Projeto apoiado (unidade): 1 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Jandira - SP		F	4	6	40	8	188	300.000
									400.000
2080.20RP. 3766	- Projeto apoiado (unidade): 1 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Paraibuna - SP		F	4	6	40	8	188	400.000
									300.000
2080.20RP. 3910	- Projeto apoiado (unidade): 1 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de São Bernardo do Campo - SP		F	4	6	40	8	188	300.000
									250.000
2080.20RP. 4039	- Projeto apoiado (unidade): 1 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Bandeirantes - PR		F	4	6	40	8	188	250.000
									1.200.000
2080.20RP. 4095	- Projeto apoiado (unidade): 4 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Cornélio Procopio - PR		F	4	6	40	8	188	1.200.000
									500.000
2080.20RP. 4104	- Projeto apoiado (unidade): 1 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Curitiba - PR		F	4	6	40	8	188	500.000
									350.000
2080.20RP. 4248	- Projeto apoiado (unidade): 1 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Nova Santa Bárbara - PR		F	4	6	40	8	188	350.000
									300.000
2080.20RP. 4533	- Projeto apoiado (unidade): 1 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Itá - SC		F	4	6	40	8	188	300.000
									250.387
2080.20RP. 5203	- Projeto apoiado (unidade): 1 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Anaurilândia - MS		F	4	6	40	8	188	250.387
									100.000
2080.20RP. 5208	- Projeto apoiado (unidade): 2 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Aral Moreira - MS		F	4	6	40	8	188	100.000
									1.200.000
2080.20RP. 5271	- Projeto apoiado (unidade): 4 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Sonora - MS		F	4	6	40	8	188	1.200.000
									250.000
2080.20RP. 5272	- Projeto apoiado (unidade): 10 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Tacuru - MS		F	4	6	40	8	188	250.000
									100.000
2080.20RP. 5275	- Projeto apoiado (unidade): 10 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Três Lagoas - MS		F	4	6	40	8	188	100.000
									400.000
2080.20RP. 5276	- Projeto apoiado (unidade): 10 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Vicentina - MS		F	4	6	40	8	188	400.000
									300.000
2080.20RP. 5404	- Projeto apoiado (unidade): 1 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Tangará da Serra - MT		F	4	6	40	8	188	300.000
									600.000
2080.20RP. 5561	- Projeto apoiado (unidade): 2 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Mineiros - GO		F	4	6	30	8	188	600.000
									539.387
2080.20RP. 5667	- Projeto apoiado (unidade): 1 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Paraíso das Águas - MS		F	4	6	40	8	188	539.387
									300.000
2080.20RP. 7234	- Projeto apoiado (unidade): 5 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Na Região Metropolitana de Macapá - No Estado do Amapá		F	4	6	40	8	188	300.000
									18.628.521
2080.20RP. 7276	- Projeto apoiado (unidade): 20 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Reforma de Escolas da Rede Pública de Ensino do DF - No Distrito Federal		F	4	7	30	8	188	18.628.521
									3.250.000
2080.20RP. 7298	- Projeto apoiado (unidade): 1 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Construção de Creches - No Distrito Federal		F	3	6	30	8	188	3.250.000
									5.240.000
2080.20RP. 7300	- Projeto apoiado (unidade): 2 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Centro de Ensino Fundamental nº 15 - Cidade do Gama - No Distrito Federal		F	4	6	30	8	188	5.240.000
									330.000
2080.20RP. 7302	- Projeto apoiado (unidade): 1 Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - EMEF Afonso Secco - No Município de Caxias do Sul - RS		F	4	6	30	8	188	330.000
									250.000
	- Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	200.000
			F	3	6	40	8	188	50.000

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2080.20RP. 7304	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Reforma no Prédio do Antigo Grupo Escolar Quintino Bocaiúva - No Município de Cachoeiras de Macacu - RJ - Projeto apoiado (unidade): 1		F	3	6	40	8	188	500.000
2080.20RP. 7306	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Escolas de Ensino Médio Armando Nogueira, Clícia Gadelha, Leôncio de Carvalho, Boa União, Santiago Dantas e Henrique Lima - No Estado do Acre - Projeto apoiado (unidade): 6		F	4	6	30	8	188	600.000
2080.20RP. 7308	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Custeio - No Município de Barão de Monte Alto - MG - Projeto apoiado (unidade): 4		F	3	6	40	8	188	850.000
2080.20RP. 7310	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Construção, Ampliação, Reforma e Adequação de Espaços Escolares, Aquisição de Equipamentos e Mobiliários - No Município de Capistrano - CE - Projeto apoiado (unidade): 5		F	4	6	40	8	188	300.000
2080.20RP. 7312	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Escola Municipal de Ensino Fundamental Desembargador Amorim Lima - No Município de São Paulo - SP - Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	1.000.000
			F	3	6	40	8	188	500.000
2080.20RP. 7314	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Reforma, Equipamentos e Serviços para Escolas - No Estado do Sergipe - Projeto apoiado (unidade): 33		F	4	7	30	8	188	69.628.521
			F	3	7	30	8	188	13.628.521
2080.20RP. 7316	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Em Instituições de Ensino - Na Região Metropolitana de Salvador - No Estado da Bahia - Projeto apoiado (unidade): 5		F	4	2	30	8	100	56.000.000
2080.20RP. 7318	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Construir e Equipar Escola de Ensino Médio, Integral e Profissionalizante - No Município de Teresina - PI - Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	2	30	8	100	3.897.634
2080.20RQ	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica	12 368							8.041.353
2080.20RQ.0001	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica - Nacional - Material distribuído (unidade): 184.985.771		F	3	2	90	8	108	1.900.000.000
			F	3	2	90	8	113	45.009.521
2080.20RU	Gestão Educacional e Articulação com os Sistemas de Ensino	12 368							1.854.990.479
2080.20RU.0001	Gestão Educacional e Articulação com os Sistemas de Ensino - Nacional - Ente federado apoiado (unidade): 6.860		F	3	2	90	8	142	2.000.000
			F	3	2	90	8	108	1.000.000
2080.20RW	Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							1.000.000
2080.20RW.0001	Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica - Nacional - Vaga ofertada (unidade): 109.973		F	3	2	30	8	108	250.000.000
			F	3	2	90	8	142	39.946.111
			F	3	2	30	8	293	55.751.407
			F	3	2	91	8	142	22.831.218
			F	3	2	91	8	142	6.172.133
			F	3	2	91	8	108	4.344.006
			F	3	2	90	8	108	45.398.061
			F	3	2	40	8	142	498.298
			F	3	2	50	8	142	11.964.454
			F	3	2	50	8	108	22.162.274
			F	3	2	40	8	108	520.118
			F	3	2	30	8	142	40.411.920
2080.20RX	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais	12 302							410.454.504
2080.20RX.0001	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - Nacional - Unidade apoiada (unidade): 48		S	3	2	90	8	100	301.205.420
			S	4	2	90	8	100	235.445.621
2080.20RX.0021	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Maranhão - Unidade apoiada (unidade): 25		S	4	7	90	8	188	65.759.799
2080.20RX.0022	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Piauí - Unidade apoiada (unidade): 1		S	4	2	90	8	100	10.000.000
2080.20RX.0027	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado de Alagoas - Unidade apoiada (unidade): 1		S	4	6	99	8	188	7.041.353
2080.20RX.0031	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado de Minas Gerais - Unidade apoiada (unidade): 1		S	4	6	90	8	188	1.500.000
2080.20RX.0032	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Espírito Santo - Unidade apoiada (unidade): 1		S	4	6	90	8	188	200.000
			S	4	2	90	8	280	7.049.517
			S	3	2	90	8	250	429.936
			S	3	2	91	8	100	6.549.784
2080.20RX.0033	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Rio de Janeiro - Unidade apoiada (unidade): 3		S	3	6	90	8	188	69.797
			S	4	6	90	8	188	300.000
2080.20RX.0035	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado de São Paulo								850.000
									200.000

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2080.20RX.0041	- Unidade apoiada (unidade): 1 Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Paraná		S	4	6	90	8	188	200.000 4.400.000
	- Unidade apoiada (unidade): 2		S	4	6	90	8	188	400.000
2080.20RX.0043	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Rio Grande do Sul		S	4	2	90	8	250	4.000.000 13.354.031
	- Unidade apoiada (unidade): 3		S	4	6	90	8	188	200.000
			S	4	2	90	8	263	13.510
			S	4	2	90	8	250	13.000.000
			S	4	2	90	8	296	140.521
2080.20RX.0052	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado de Goiás								20.800.000
	- Unidade apoiada (unidade): 3		S	4	7	90	8	188	20.000.000
			S	4	6	90	8	188	800.000
2080.20RX.0053	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Distrito Federal								500.000
	- Unidade apoiada (unidade): 1		S	4	6	90	8	188	500.000
2080.20RX.7014	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho - No Estado do Rio de Janeiro								250.000
	- Unidade apoiada (unidade): 1		S	4	6	90	8	188	250.000
2080.20RX.7044	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - Construção do Instituto da Mulher e da Criança (Unidade da Mulher e da Criança) - No Estado do Mato Grosso do Sul								20.000.000
	- Unidade apoiada (unidade): 1		S	4	2	90	8	188	12.783.236
			S	4	2	90	8	100	7.216.764
2080.20RX.7050	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - Hospital Escola São Francisco de Assis - No Estado do Rio de Janeiro								400.000
	- Unidade apoiada (unidade): 1		S	3	6	90	8	188	400.000
2080.20RX.7072	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - Hospital Universitário Gaffree e Guinle - No Estado do Rio de Janeiro								250.000
	- Unidade apoiada (unidade): 1		S	4	6	90	8	188	250.000
2080.20RX.7074	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira - No Estado do Rio de Janeiro								110.387
	- Unidade apoiada (unidade): 1		S	4	6	90	8	188	110.387
2080.20RX.7076	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado do Rio de Janeiro								22.043.796
	- Unidade apoiada (unidade): 2		S	4	2	90	8	100	22.043.796
2080.213M	<i>Apoio a Iniciativas de Valorização da Diversidade, de Promoção dos Direitos Humanos e de Inclusão</i>	12 368							1.000.000
2080.213M.0001	Apoio a Iniciativas de Valorização da Diversidade, de Promoção dos Direitos Humanos e de Inclusão - Nacional								1.000.000
	- Projeto apoiado (unidade): 3		F	3	2	90	8	142	1.000.000
2080.214V	<i>Apoio à Alfabetização, à Educação de Jovens e Adultos e a Programas de Elevação de Escolaridade, Com Qualificação Profissional e Participação Cidadã</i>	12 366							34.016.272
2080.214V.0001	Apoio à Alfabetização, à Educação de Jovens e Adultos e a Programas de Elevação de Escolaridade, Com Qualificação Profissional e Participação Cidadã - Nacional								34.016.272
	- Pessoa beneficiada (unidade): 13.710		F	3	2	40	8	100	34.016.272
2080.219U	<i>Apoio ao Funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica</i>	12 363							72.647.634
2080.219U.0001	Apoio ao Funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica - Nacional								68.000.000
	- Instituição apoiada (unidade): 49		F	4	2	90	8	100	33.000.000
			F	4	2	90	8	142	2.000.000
			F	3	2	90	8	142	33.000.000
2080.219U.0041	Apoio ao Funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica - No Estado do Paraná								300.000
	- Instituição apoiada (unidade): 1		F	4	6	90	8	188	300.000
2080.219U.3474	Apoio ao Funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica - No Município de Campinas - SP								200.000
	- Instituição apoiada (unidade): 1		F	4	6	90	8	188	200.000
2080.219U.3486	Apoio ao Funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica - No Município de Caragatatuba - SP								250.000
	- Instituição apoiada (unidade): 1		F	4	6	90	8	188	250.000
2080.219U.7000	Apoio ao Funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado da Bahia								3.897.634
	- Instituição apoiada (unidade): 2		F	4	2	90	8	100	3.897.634
2080.219V	<i>Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior</i>	12 364							264.285.804
2080.219V.0001	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - Nacional								234.016.272
	- Instituição apoiada (unidade): 20		F	4	2	90	8	100	110.000.000
			F	3	2	90	8	142	120.000.000
			F	3	2	90	8	100	4.016.272
2080.219V.0029	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - No Estado da Bahia								800.000
	- Instituição apoiada (unidade): 3		F	4	6	90	8	188	300.000
			F	3	6	90	8	188	500.000
2080.219V.0031	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - No								300.000

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	Estado de Minas Gerais								
2080.219V. 0033	- Instituição apoiada (unidade): 1 Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - No Estado do Rio de Janeiro		F	3	6	90	8	188	300.000 3.521.898
2080.219V. 0043	- Instituição apoiada (unidade): 4 Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - No Estado do Rio Grande do Sul		F	3	2	90	8	100	3.521.898 1.000.000
2080.219V. 7000	- Instituição apoiada (unidade): 2 Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - Universidade Federal do Oeste da Bahia - No Estado da Bahia		F	4	6	90	8	188	1.000.000 150.000
2080.219V. 7002	- Instituição apoiada (unidade): 1 Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - Universidade Federal do Sul da Bahia - No Estado da Bahia		F	3	6	90	8	188	150.000 150.000
2080.219V. 7004	- Instituição apoiada (unidade): 1 Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - Universidade Federal da Bahia - No Estado da Bahia		F	4	6	90	8	188	150.000 100.000
2080.219V. 7006	- Instituição apoiada (unidade): 1 Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - Campus de - São José dos Campos - SP		F	3	6	90	8	188	100.000 250.000
2080.219V. 7010	- Instituição apoiada (unidade): 1 Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - Instituto de Medicina Tropical - UFRN - No Estado do Rio Grande do Norte		F	4	6	90	8	188	250.000 100.000
2080.219V. 7012	- Instituição apoiada (unidade): 1 Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado do Pará		F	4	6	90	8	188	100.000 20.000.000
2080.219V. 7014	- Instituição apoiada (unidade): 5 Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - Custeio, Serviços, Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado da Bahia		F	4	7	90	8	188	20.000.000 3.897.634
	- Instituição apoiada (unidade): 4		F	3	2	90	8	100	1.948.817
			F	4	2	90	8	100	1.948.817
2080.2317	Acesso à Informação Científica e Tecnológica	12 573							391.397.058
2080.2317. 0001	Acesso à Informação Científica e Tecnológica - Nacional								391.397.058
	- Acesso realizado (milhar): 110.000		F	3	2	90	8	250	41.397.058
			F	3	2	90	8	100	350.000.000
2080.4000	Estudos e Pesquisas Educacionais e Socioeducativas	12 573							6.522.320
2080.4000. 0001	Estudos e Pesquisas Educacionais e Socioeducativas - Nacional								4.591.529
	- Estudo publicado (unidade): 38		F	3	2	90	8	100	4.566.369
			F	3	2	91	8	100	25.160
2080.4000. 0026	Estudos e Pesquisas Educacionais e Socioeducativas - No Estado de Pernambuco								1.930.791
	- Estudo publicado (unidade): 65		F	3	2	91	8	100	84.865
			F	3	2	90	8	100	1.845.926
2080.4014	Censo Escolar da Educação Básica	12 368							11.131.200
2080.4014. 0001	Censo Escolar da Educação Básica - Nacional								11.131.200
	- Censo realizado (unidade): 1		F	4	2	30	8	100	2.592.000
			F	3	2	30	8	100	6.239.200
			F	3	2	90	8	100	2.300.000
2080.4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais	12 302							287.697.601
2080.4086. 0001	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Nacional								110.019.671
	- Instituição beneficiada (unidade): 15		S	3	2	90	8	250	40.991.694
			S	4	2	90	8	100	10.478.817
			S	3	2	90	8	100	56.500.861
			S	3	2	90	8	280	2.048.299
2080.4086. 0013	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Amazonas								584.487
	- Instituição beneficiada (unidade): 1		S	3	2	90	8	250	40.000
			S	3	2	91	8	100	472.834
			S	4	2	90	8	250	71.653
2080.4086. 0015	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Pará								672.002
	- Instituição beneficiada (unidade): 1		S	4	2	90	8	250	80.000
			S	3	2	90	8	280	14.722
			S	3	2	91	8	100	6.770
			S	3	2	90	8	250	570.510
2080.4086. 0021	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Maranhão								643.284
	- Instituição beneficiada (unidade): 1		S	3	2	90	8	100	620.896
			S	3	2	90	8	250	22.388
2080.4086. 0022	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Piauí								28.137
	- Instituição beneficiada (unidade): 1		S	3	2	91	8	100	28.137
2080.4086. 0026	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Pernambuco								142.008
	- Instituição beneficiada (unidade): 1		S	3	2	90	8	250	120.148
			S	3	2	91	8	100	1.852
			S	4	2	90	8	250	20.008
2080.4086. 0027	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Alagoas								120.902
	- Instituição beneficiada (unidade): 1		S	3	2	91	8	100	1.197

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

<i>Programática</i>	<i>Programa/Ação/Produto/Localização</i>	<i>Funcional</i>	<i>Esf</i>	<i>GND</i>	<i>RP</i>	<i>Mod</i>	<i>IU</i>	<i>Fte</i>	<i>Valor</i>
2080.4086. 0028	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Sergipe		S	3	2	90	8	250	119.705 472.468
2080.4086. 0029	- Instituição beneficiada (unidade): 1 Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado da Bahia		S	3	2	90	8	100	472.468 2.062.978
	- Instituição beneficiada (unidade): 5		S	4	2	90	8	250	558.503
			S	3	2	91	8	100	76.358
			S	4	6	90	8	188	1.000.000
			S	3	2	90	8	250	428.117
2080.4086. 0031	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais								33.284.145
	- Instituição beneficiada (unidade): 3		S	3	2	90	8	100	15.000.000
			S	4	6	90	8	188	200.000
			S	3	2	91	8	100	1.812.741
			S	4	2	90	8	280	267.463
			S	3	2	90	8	280	416.281
			S	4	2	90	8	250	4.130.502
			S	3	2	90	8	250	11.457.158
2080.4086. 0033	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio de Janeiro								8.317.682
	- Instituição beneficiada (unidade): 23		S	3	2	90	8	100	4.886
			S	4	6	90	8	188	5.351.607
			S	4	6	99	8	188	330.000
			S	3	2	90	8	250	488.649
			S	3	6	90	8	188	1.150.000
			S	3	2	91	8	100	992.540
2080.4086. 0041	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Paraná								16.107.249
	- Instituição beneficiada (unidade): 2		S	3	2	50	8	250	8.234.791
			S	3	2	91	8	100	200.449
			S	3	2	90	8	250	7.672.009
2080.4086. 0042	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Santa Catarina								2.054.458
	- Instituição beneficiada (unidade): 1		S	3	2	90	8	250	1.634.117
			S	3	2	91	8	100	20.341
			S	4	2	90	8	250	400.000
2080.4086. 0043	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul								93.264.830
	- Instituição beneficiada (unidade): 5		S	4	6	90	8	188	200.000
			S	3	2	90	8	250	60.531.960
			S	3	2	91	8	100	836.493
			S	3	2	90	8	280	1.571.464
			S	3	2	91	8	250	2.241.530
			S	3	2	90	8	281	1.675.848
			S	3	2	90	8	100	26.187.535
			S	4	2	90	8	250	20.000
2080.4086. 0051	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Mato Grosso								348.590
	- Instituição beneficiada (unidade): 1		S	3	2	91	8	100	348.590
2080.4086. 0052	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Goiás								718.421
	- Instituição beneficiada (unidade): 3		S	3	2	91	8	100	182
			S	3	2	90	8	250	18.239
			S	4	6	90	8	188	700.000
2080.4086. 0053	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Distrito Federal								672.248
	- Instituição beneficiada (unidade): 1		S	3	2	91	8	100	672.248
2080.4086. 0054	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul								11.919.181
	- Instituição beneficiada (unidade): 1		S	3	2	91	8	100	281.457
			S	4	2	90	8	250	2.000.000
			S	3	2	90	8	281	30.000
			S	3	2	90	8	250	9.607.724
2080.4086. 0333	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Município de Oriximiná - PA								500.000
	- Instituição beneficiada (unidade): 20		S	4	6	90	8	188	500.000
2080.4086. 3165	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Município de Uberaba - MG								1.000.000
	- Instituição beneficiada (unidade): 4		S	3	6	90	8	188	1.000.000
2080.4086. 3166	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Município de Uberlândia - MG								500.000
	- Instituição beneficiada (unidade): 1		S	3	6	90	8	188	500.000
2080.4086. 3321	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Município de Niterói - RJ								300.000
	- Instituição beneficiada (unidade): 1		S	4	6	90	8	188	300.000
2080.4086. 3341	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Município do Rio de Janeiro - RJ								500.000
	- Instituição beneficiada (unidade): 1		S	3	6	90	8	188	500.000
2080.4086. 7018	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Instituto de								950.000

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira - No Estado do Rio de Janeiro								
	- Instituição beneficiada (unidade):		S	3	6	90	8	188	476.000
			S	4	6	90	8	188	474.000
2080.4086. 7036	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho - No Estado do Rio de Janeiro								1.100.000
	- Instituição beneficiada (unidade):		S	3	6	90	8	188	600.000
			S	4	6	90	8	188	500.000
2080.4086. 7046	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Departamento de Oftalmologia e Ciências Visuais - No Município de São Paulo - SP								500.000
	- Instituição beneficiada (unidade):		S	4	6	90	8	188	250.000
			S	3	6	90	8	188	250.000
2080.4086. 7058	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Hospital Universitário Onofre Lopes - No Estado do Rio Grande do Norte								200.000
	- Instituição beneficiada (unidade):		S	4	6	90	8	188	200.000
2080.4086. 7060	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Aquisição de Equipamentos para a Fisioterapia - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho - No Estado do Rio de Janeiro								200.000
	- Instituição beneficiada (unidade):		S	4	6	90	8	188	200.000
2080.4086. 7062	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Instituto de Neurologia Deolindo Couto - No Estado do Rio de Janeiro								400.000
	- Instituição beneficiada (unidade):		S	4	6	90	8	188	100.000
			S	3	6	90	8	188	300.000
2080.4086. 7064	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Centro de Testagem e Aconselhamento - No Estado do Rio de Janeiro								114.860
	- Instituição beneficiada (unidade):		S	4	6	90	8	188	114.860
2080.6344	Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior	12 364							2.300.000
2080.6344. 0001	Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior - Nacional								2.300.000
	- Ato regulatório publicado (unidade):		F	3	2	91	8	142	27.600
			F	3	2	90	8	142	2.272.400
2080.6380	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	12 363							20.957.858
2080.6380. 0001	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - Nacional								12.195.984
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	2	90	8	100	2.186.128
			F	3	2	90	8	142	2.000.000
			F	3	2	91	8	100	9.856
			F	4	2	90	8	142	8.000.000
2080.6380. 0022	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Piauí								440.000
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	2	90	8	100	440.000
2080.6380. 0026	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Pernambuco								800.000
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	2	90	8	100	800.000
2080.6380. 0031	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais								5.621.874
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	2	90	8	100	5.100.945
			F	4	2	90	8	100	520.929
2080.6380. 0032	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo								1.200.000
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	3	2	90	8	100	1.200.000
2080.6380. 0043	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul								600.000
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	4	6	90	8	188	250.000
			F	3	6	90	8	188	350.000
2080.6380. 1996	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Camaçari - BA								100.000
	- Iniciativa apoiada (unidade):		F	4	6	90	8	188	100.000
2080.6503	Censo da Educação Superior	12 364							1.080.000
2080.6503. 0001	Censo da Educação Superior - Nacional								1.080.000
	- Censo realizado (unidade):		F	3	2	90	8	100	1.080.000
2080.8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							957.780.207
2080.8282. 0011	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Rondônia								1.000.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	2	90	8	108	1.000.000
2080.8282. 0012	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre								2.500.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	6	90	8	188	980.000
			F	4	2	90	8	108	1.500.000
			F	3	6	90	8	188	20.000
2080.8282. 0013	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas								21.000.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	6	90	8	188	650.000
			F	4	2	90	8	108	20.000.000
			F	3	6	90	8	188	350.000
2080.8282. 0014	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima								12.354.250
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	3	2	90	8	100	3.421.700
			F	4	6	90	8	188	2.000.000

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2080.8282. 0015	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará		F	4	2	90	8	100	5.132.550
			F	3	6	90	8	188	300.000
			F	4	2	90	8	108	1.500.000
								14.307.811	
2080.8282. 0015	- Projeto viabilizado (unidade): 16		F	4	2	90	8	108	11.707.811
			F	4	2	90	8	100	1.500.000
			F	3	6	90	8	188	600.000
			F	4	6	90	8	188	500.000
									109.983.931
2080.8282. 0016	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá		F	3	2	90	8	108	3.015.876
			F	4	2	90	8	100	3.668.055
			F	4	6	90	8	188	3.300.000
			F	4	7	90	8	188	100.000.000
									14.024.145
2080.8282. 0017	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins		F	4	2	90	8	100	9.171.267
			F	4	2	90	8	108	2.238.486
			F	3	2	90	8	108	2.614.392
							14.024.145		
2080.8282. 0020	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste		F	4	2	90	8	100	2.000.000
			F	4	2	90	8	108	1.000.000
			F	3	2	90	8	108	2.000.000
							11.690.910		
2080.8282. 0021	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão		F	4	2	90	8	108	2.000.000
			F	3	2	90	8	100	2.694.235
			F	4	2	90	8	100	1.347.118
			F	3	2	90	8	108	5.649.557
									14.490.759
2080.8282. 0022	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí		F	3	2	90	8	108	14.490.759
								53.340.779	
2080.8282. 0023	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará		F	4	2	90	8	108	5.814.094
			F	3	2	90	8	108	36.793.322
			F	4	6	90	8	188	750.000
			F	3	2	90	8	100	3.968.334
			F	4	2	90	8	100	6.015.029
							6.687.192		
2080.8282. 0024	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte		F	4	6	90	8	188	500.000
			F	4	2	90	8	108	6.187.192
								34.941.239	
2080.8282. 0025	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba		F	3	6	90	8	188	215.000
			F	4	2	90	8	100	3.908.755
			F	4	6	90	8	188	1.100.000
			F	3	2	90	8	108	29.717.484
								5.031.092	
2080.8282. 0026	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco		F	4	2	90	8	108	4.831.092
			F	4	6	90	8	188	200.000
							23.203.631		
2080.8282. 0027	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Alagoas		F	4	6	90	8	188	2.560.000
			F	4	2	90	8	100	7.219.891
			F	3	2	90	8	108	10.495.653
			F	4	2	90	8	108	2.928.087
								5.733.680	
2080.8282. 0028	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Sergipe		F	4	2	90	8	108	3.643.680
			F	3	2	90	8	108	2.000.000
			F	4	6	90	8	188	90.000
						32.009.509			
2080.8282. 0029	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia		F	4	2	90	8	108	3.244.830
			F	4	6	90	8	188	1.980.387
			F	3	2	90	8	108	26.751.876
			F	3	2	91	8	108	32.416
								119.890.295	
2080.8282. 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais		F	4	2	90	8	250	9.431.416
			F	4	2	90	8	280	1.111.052
			F	4	2	90	8	100	20.361.747
			F	4	6	90	8	188	800.000
			F	4	2	90	8	263	355.308

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
			F	4	7	90	8	188	22.628.521
			F	3	2	90	8	108	44.185.193
			F	4	2	90	8	108	21.017.058
2080.8282. 0032	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo								7.845.651
	- Projeto viabilizado (unidade): 25		F	4	2	90	8	100	3.553.874
			F	4	2	90	8	108	3.371.777
			F	4	6	90	8	188	820.000
			F	3	6	90	8	188	100.000
2080.8282. 0033	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro								188.413.254
	- Projeto viabilizado (unidade): 20		F	4	2	90	8	108	2.235.079
			F	4	6	90	8	188	1.700.000
			F	3	2	90	8	108	158.699.654
			F	3	6	90	8	188	150.000
			F	4	7	90	8	188	25.628.521
2080.8282. 0035	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo								21.337.636
	- Projeto viabilizado (unidade): 42		F	4	2	90	8	250	584.194
			F	4	2	90	8	108	5.120.935
			F	3	2	90	8	108	5.024.995
			F	4	6	99	8	188	1.000.000
			F	4	2	90	8	100	9.607.512
2080.8282. 0040	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul								1.618.004
	- Projeto viabilizado (unidade): 1		F	4	2	90	8	108	1.618.004
2080.8282. 0041	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná								45.432.263
	- Projeto viabilizado (unidade): 31		F	4	2	90	8	100	5.545.137
			F	3	2	90	8	108	32.815.905
			F	4	2	90	8	108	6.671.221
			F	4	6	90	8	188	400.000
2080.8282. 0042	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina								19.812.282
	- Projeto viabilizado (unidade): 21		F	4	2	90	8	188	8.000.000
			F	4	2	90	8	100	3.134.403
			F	4	6	90	8	188	500.000
			F	3	2	90	8	100	1.123.426
			F	3	2	90	8	188	2.000.000
			F	4	2	90	8	108	4.904.453
			F	3	6	90	8	188	150.000
2080.8282. 0043	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul								49.656.669
	- Projeto viabilizado (unidade): 65		F	3	2	90	8	108	35.862.251
			F	4	2	90	8	108	9.173.118
			F	4	2	90	8	100	3.771.300
			F	4	6	90	8	188	600.000
			F	3	6	90	8	188	250.000
2080.8282. 0051	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso								1.500.000
	- Projeto viabilizado (unidade): 1		F	4	2	90	8	108	1.500.000
2080.8282. 0052	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás								21.196.113
	- Projeto viabilizado (unidade): 806		F	4	2	90	8	108	7.231.984
			F	4	6	90	8	188	1.910.387
			F	3	2	90	8	108	12.053.742
2080.8282. 0053	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal								17.001.821
	- Projeto viabilizado (unidade): 7		F	3	2	90	8	108	16.001.821
			F	4	6	90	8	188	1.000.000
2080.8282. 0054	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul								33.255.154
	- Projeto viabilizado (unidade): 30		F	3	2	90	8	108	11.935.800
			F	4	2	90	8	100	18.998.870
			F	3	2	91	8	108	484
			F	4	2	90	8	108	1.500.000
			F	3	6	90	8	188	820.000
2080.8282. 0166	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Rio Branco - AC								300.000
	- Projeto viabilizado (unidade): 1		F	4	6	90	8	188	270.000
			F	3	6	90	8	188	30.000
2080.8282. 0316	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Marabá - PA								1.350.000
	- Projeto viabilizado (unidade): 2		F	4	6	90	8	188	1.000.000
			F	3	6	90	8	188	350.000
2080.8282. 1392	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Campina Grande - PB								519.387
	- Projeto viabilizado (unidade): 1		F	4	6	90	8	188	519.387
2080.8282. 1491	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No								500.000

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	Município de Pombal - PB								
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	6	90	8	188	500.000
2080.8282. 1883	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Lagarto - SE								4.353.549
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	6	90	8	188	330.000
			F	4	2	90	8	100	4.023.549
2080.8282. 2313	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Teixeira de Freitas - BA								500.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	6	90	8	188	500.000
2080.8282. 3310	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Macaé - RJ								200.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	6	90	8	188	200.000
2080.8282. 3365	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Volta Redonda - RJ								200.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	6	90	8	188	200.000
2080.8282. 5027	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Porto Alegre - RS								250.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	6	90	8	188	250.000
2080.8282. 5066	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Santa Maria - RS								250.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	6	90	8	188	250.000
2080.8282. 7160	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Construção do Campus do Sertão - No Estado do Sergipe								20.000.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	7	90	8	188	20.000.000
2080.8282. 7170	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Campus São Raimundo Nonato - No Estado do Piauí								7.041.353
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	2	90	8	100	4.194.235
			F	3	2	90	8	100	2.847.118
2080.8282. 7236	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Centro Universitário Norte do Espírito Santo (Ceunes) – Campus São Mateus – no Estado do Espírito Santo								130.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	6	90	8	188	130.000
2080.8282. 7273	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Instituto Alberto Luiz de Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia - COPPE UFRJ - No Estado do Rio de Janeiro								3.000.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	6	90	8	188	1.500.000
			F	3	6	90	8	188	1.500.000
2080.8282. 7339	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Prédio do Memorial da Engenharia - No Estado de Pernambuco								150.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	3	6	90	8	188	150.000
2080.8282. 7341	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - IBqM - Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis - No Estado do Rio de Janeiro								400.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	6	90	8	188	400.000
2080.8282. 7343	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Instituto de Química - No Estado do Rio de Janeiro								300.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	6	90	8	188	300.000
2080.8282. 7345	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Centro de Pesquisa em Urologia - No Estado de São Paulo								500.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	6	90	8	188	500.000
2080.8282. 7347	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Campus Araranguá - No Estado de Santa Catarina								5.500.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	6	90	8	188	5.500.000
2080.8282. 7349	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Campus Passo Fundo - No Estado do Rio Grande do Sul								1.000.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	3	6	90	8	188	1.000.000
2080.8282. 7351	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Conclusão da Construção do Centro Integrado de Reabilitação no Município de Simão Dias - No Estado de Sergipe								1.500.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	6	90	8	188	1.500.000
2080.8282. 7353	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Campus de Pau dos Ferros - No Estado do Rio Grande do Norte								100.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	6	90	8	188	100.000
2080.8282. 7355	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Estudo na Aquicultura e Pesca - Campus de Presidente Médici - RO								1.000.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	6	90	8	188	1.000.000
2080.8282. 7357	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Implantação do Sistema de Educação à Distância no Polo de Três Rio - No Município de Três Rios - RJ								800.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	6	90	8	188	800.000
2080.8282. 7359	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Campus São Borja - No Estado do Rio Grande do Sul								150.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	4	6	90	8	188	150.000
2080.8282. 7361	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Instituto de Ciências Humanas e Sociais - ICHS - No Município de Volta Redonda - RJ								200.000
	- Projeto viabilizado (unidade):		F	3	6	90	8	188	200.000
2080.8282. 7365	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (CCJP) da Unirio - No Estado do Rio de Janeiro								400.000

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	Janeiro								
2080.8282. 7367	- Projeto viabilizado (unidade): 1 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Apoio à Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Campo Mourão - PR		F	4	6	90	8	188	400.000 750.000
2080.8282. 7369	- Projeto viabilizado (unidade): 1 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Campus da Praia Vermelha - Bairro Boa Viagem - No Município de Niterói - RJ		F	4	6	90	8	188	750.000 410.000
	- Projeto viabilizado (unidade): 1		F	3	6	90	8	188	225.000
2080.8282. 7371	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Rio Branco - AC		F	4	6	90	8	188	185.000 3.810.900
	- Projeto viabilizado (unidade): 10		F	3	2	90	8	100	1.143.270
2080.8282. 7373	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Campus de Porto Seguro - No Estado da Bahia		F	4	2	90	8	100	2.667.630 3.897.634
	- Projeto viabilizado (unidade): 2		F	4	2	90	8	100	3.897.634
2080.8282. 7375	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Hospital Universitário Veterinário de Xinguara - No Estado do Pará		F	4	2	90	8	100	4.059.314
2080.8652	- Projeto viabilizado (unidade): 2 Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363	F	4	2	90	8	100	4.059.314 32.250.000
2080.8652. 0013	Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amazonas								200.000
	- Escola apoiada (unidade): 1		F	4	6	30	8	188	200.000
2080.8652. 0016	Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amapá								200.000
	- Escola apoiada (unidade): 1		F	3	6	99	8	188	50.000
2080.8652. 0031	Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais		F	4	6	99	8	188	150.000 250.000
	- Escola apoiada (unidade): 5		F	3	6	40	8	188	250.000
2080.8652. 0035	Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de São Paulo								150.000
	- Escola apoiada (unidade): 1		F	3	6	30	8	188	150.000
2080.8652. 0041	Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Paraná								100.000
	- Escola apoiada (unidade): 1		F	4	6	30	8	188	100.000
2080.8652. 3314	Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Município de Maricá - RJ								400.000
	- Escola apoiada (unidade): 1		F	3	6	40	8	188	400.000
2080.8652. 7024	Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) - Na Escola Técnica Estadual de Teatro Martins Penna (ETET) - No Estado do Rio de Janeiro								700.000
	- Escola apoiada (unidade): 1		F	4	6	30	8	188	700.000
2080.8652. 7026	Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - ETEC - No Município de São José dos Campos - SP								250.000
	- Escola apoiada (unidade): 1		F	4	6	30	8	188	250.000
2080.8652. 7028	Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado do Rio Grande do Sul								30.000.000
	- Escola apoiada (unidade): 23		F	4	7	30	8	188	30.000.000
Projetos									
									786.342.259
2080.12KU	Apoio à implantação de Escolas para Educação Infantil	12 365							30.528.128
2080.12KU.0001	Apoio à implantação de Escolas para Educação Infantil - Nacional								30.200.000
	- Escola apoiada (unidade): 39		F	4	6	30	8	188	200.000
			F	4	3	40	8	113	30.000.000
2080.12KU.0011	Apoio à implantação de Escolas para Educação Infantil - No Estado de Rondônia								328.128
	- Escola apoiada (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	328.128
2080.14XN	Implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB	12 364							19.847.575
2080.14XN.0029	Implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB - No Estado da Bahia								19.847.575
	- Instituição implantada (% de execução física): 20		F	3	2	90	8	100	19.243.634
			F	3	2	90	8	250	383.362
			F	3	2	91	8	100	203.999
			F	3	2	90	8	280	16.580
2080.14XO	Implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA	12 364							18.410.190
2080.14XO.0015	Implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA - No Estado do Pará								18.410.190
	- Instituição implantada (% de execução física): 20		F	3	2	90	8	100	17.312.933
			F	3	2	90	8	280	29.146
			F	3	2	90	8	281	919.200
			F	3	2	90	8	250	148.911
2080.14XP	Implantação da Universidade Federal do Cariri - UFCA	12 364							22.967.921
2080.14XP.0023	Implantação da Universidade Federal do Cariri - UFCA - No Estado do Ceará								22.967.921
	- Instituição implantada (% de execução física): 10		F	4	2	90	8	100	1.500.000
			F	3	2	90	8	250	648.887
			F	3	2	90	8	100	20.812.545

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2080.14XQ	Implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFESBA	12 364	F	3	2	91	8	100	6.489
2080.14XQ.0029	Implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFESBA - No Estado da Bahia								15.692.995
	- Instituição implantada (% de execução física): 10		F	3	2	90	8	100	13.823.959
			F	3	2	91	8	250	2.420
			F	4	2	90	8	100	1.500.000
			F	3	2	91	8	100	147.000
			F	3	2	90	8	250	219.616
2080.148G	Construção de Prédios do Hospital de Clínicas de Porto Alegre	12 302							30.000.000
2080.148G.0043	Construção de Prédios do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - No Estado do Rio Grande do Sul								30.000.000
	- Prédio construído (% de execução física): 4		S	4	2	90	8	100	30.000.000
2080.15R2	Implantação do Novo Campus do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada por Organização Social (Lei 9637/98)	12 571							10.000.000
2080.15R2.0033	Implantação do Novo Campus do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada por Organização Social (Lei 9637/98) - No Estado do Rio de Janeiro								10.000.000
	- Unidade implantada (% de execução física): 10		F	4	2	50	8	100	10.000.000
2080.15R3	Apoio à Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							285.270.484
2080.15R3.0001	Apoio à Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior - Nacional								271.810.477
	- Projeto apoiado (unidade): 37		F	3	2	90	8	100	926.832
			F	3	2	90	8	142	58.500.000
			F	4	2	90	8	100	3.089.440
			F	4	2	90	8	142	209.294.205
2080.15R3.0015	Apoio à Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará								2.050.000
	- Projeto apoiado (unidade): 21		F	4	6	90	8	188	2.050.000
2080.15R3.0016	Apoio à Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá								3.650.000
	- Projeto apoiado (unidade): 2		F	4	6	90	8	188	3.500.000
			F	3	6	90	8	188	150.000
2080.15R3.0031	Apoio à Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais								1.173.149
	- Projeto apoiado (unidade): 4		F	3	6	90	8	188	923.149
			F	4	6	90	8	188	250.000
2080.15R3.0043	Apoio à Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul								400.000
	- Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	90	8	188	400.000
2080.15R3.1436	Apoio à Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de João Pessoa - PB								200.000
	- Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	90	8	188	200.000
2080.15R3.7000	Apoio à Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - No Estado da Bahia								200.000
	- Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	90	8	188	200.000
2080.15R3.7002	Apoio à Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior - Universidade Federal do Paraná - No Estado do Paraná								500.000
	- Projeto apoiado (unidade): 3		F	4	6	90	8	188	500.000
2080.15R3.7004	Apoio à Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior - Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) - No Estado do Mato Grosso								5.286.858
	- Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	2	90	8	100	5.286.858
2080.15R4	Apoio à Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							255.250.894
2080.15R4.0001	Apoio à Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Nacional								242.236.272
	- Projeto apoiado (unidade): 82		F	4	2	90	8	100	3.614.645
			F	4	2	90	8	142	238.220.000
			F	3	2	90	8	100	401.627
2080.15R4.0041	Apoio à Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Paraná								600.000
	- Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	90	8	188	600.000
2080.15R4.0574	Apoio à Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Município de Barra do Corda - MA								1.000.000
	- Projeto apoiado (unidade): 4		F	4	6	90	8	188	1.000.000
2080.15R4.0600	Apoio à Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Município de Caxias - MA								110.387
	- Projeto apoiado (unidade): 1		F	3	6	90	8	188	110.387
2080.15R4.5545	Apoio à Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Município de Jataí - GO								500.000
	- Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	90	8	188	500.000
2080.15R4.7000	Apoio à Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Ampliação do Campus - Colombo - PR								2.000.000
	- Projeto apoiado (unidade): 1		F	4	6	90	8	188	2.000.000
2080.15R4.7002	Apoio à Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - IFMT - No Estado do Mato Grosso								5.286.858
	- Projeto apoiado (unidade): 10		F	4	2	90	8	100	5.286.858
2080.15R4.7004	Apoio à Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado do Rio Grande do Sul								3.517.377

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	- Projeto apoiado (unidade): 3		F	4	2	90	8	100	3.517.377
2080.156X	Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Tocantins	12 302							12.213.384
2080.156X.0017	Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Tocantins - No Estado do Tocantins								12.213.384
	- Unidade com serviço implantado (% de execução): 100		S	4	2	90	8	100	7.213.384
			S	4	2	90	8	188	5.000.000
2080.7XE1	Reconstrução e Modernização do Museu Nacional	12 364							55.500.000
2080.7XE1.0033	Reconstrução e Modernização do Museu Nacional - No Estado do Rio de Janeiro								55.000.000
	- Projeto apoiado (%): 55		F	4	7	90	8	188	55.000.000
2080.7XE1.3341	Reconstrução e Modernização do Museu Nacional - No Município do Rio de Janeiro - RJ								500.000
	- Projeto apoiado (%): 1		F	4	6	90	8	188	500.000
2080.7XE2	Implantação do Hospital da Mulher	12 364							5.660.688
2080.7XE2.0024	Implantação do Hospital da Mulher - No Estado do Rio Grande do Norte								5.660.688
	- Projeto apoiado (%): 3		S	4	2	90	8	100	5.660.688
2080.7XE3	Construção do Hospital Universitário do Sertão (HUS)	12 364							25.000.000
2080.7XE3.1388	Construção do Hospital Universitário do Sertão (HUS) - No Município de Cajazeiras - PB								25.000.000
	- Área construída (% de execução física): 50		S	4	7	90	8	188	25.000.000
Operações Especiais									24.003.529.584
2080.0E36	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	12 847							15.248.832.774
2080.0E36.0001	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Nacional								15.248.832.774
			F	3	1	40	8	108	5.099.177.647
			F	3	1	40	8	100	4.050.122.017
			F	3	1	30	8	100	6.099.533.110
2080.0E53	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola	12 368							313.510.417
2080.0E53.0001	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - Nacional								27.844.572
	- Veículo adquirido (unidade): 246		F	4	2	40	8	108	20.000.000
			F	4	6	99	8	188	3.828.300
			F	4	2	40	8	100	4.016.272
2080.0E53.0015	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado do Pará								1.388.000
	- Veículo adquirido (unidade): 6		F	4	6	40	8	188	1.388.000
2080.0E53.0017	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado do Tocantins								69.500.000
	- Veículo adquirido (unidade): 278		F	4	7	30	8	188	69.500.000
2080.0E53.0021	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado do Maranhão								4.807.152
	- Veículo adquirido (unidade): 21		F	4	7	30	8	188	4.807.152
2080.0E53.0022	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado do Piauí								13.000.000
	- Veículo adquirido (unidade): 35		F	4	7	30	8	188	13.000.000
2080.0E53.0026	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de Pernambuco								28.521.000
	- Veículo adquirido (unidade): 201		F	4	6	99	8	188	250.000
			F	4	7	30	8	188	28.271.000
2080.0E53.0028	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de Sergipe								4.523.549
	- Veículo adquirido (unidade): 35		F	4	6	40	8	188	500.000
			F	4	2	30	8	100	4.023.549
2080.0E53.0029	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado da Bahia								24.000.000
	- Veículo adquirido (unidade): 103		F	4	7	30	8	188	24.000.000
2080.0E53.0031	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de Minas Gerais								3.300.000
	- Veículo adquirido (unidade): 17		F	4	6	99	8	188	600.000
			F	4	6	40	8	188	2.700.000
2080.0E53.0033	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado do Rio de Janeiro								200.000
	- Veículo adquirido (unidade): 1		F	4	6	99	8	188	200.000
2080.0E53.0035	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de São Paulo								200.000
	- Veículo adquirido (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	200.000
2080.0E53.0041	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado do Paraná								37.450.000
	- Veículo adquirido (unidade): 141		F	4	6	40	8	188	1.300.000
			F	4	6	99	8	188	150.000
			F	4	7	30	8	188	36.000.000
2080.0E53.0042	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de Santa Catarina								19.000.000
	- Veículo adquirido (unidade): 100		F	4	7	30	8	188	19.000.000
2080.0E53.0051	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de Mato Grosso								189.900

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2080.0E53. 0052	- Veículo adquirido (unidade): 1 Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de Goiás		F	4	7	30	8	188	189.900 45.500.774
	- Veículo adquirido (unidade): 220		F	4	7	30	8	188	43.000.000
2080.0E53. 0054	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de Mato Grosso do Sul		F	4	6	40	8	188	2.500.774 28.971.420
	- Veículo adquirido (unidade): 113		F	4	7	30	8	188	28.271.420
2080.0E53. 0234	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Município de Urucará - AM		F	4	6	40	8	188	700.000 400.000
2080.0E53. 0237	- Veículo adquirido (unidade): 1 Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Município de Alto Alegre - RR		F	4	6	40	8	188	400.000 310.000
2080.0E53. 1070	- Veículo adquirido (unidade): 1 Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Município de Ipu - CE		F	4	6	40	8	188	310.000 1.000.000
2080.0E53. 1567	- Veículo adquirido (unidade): 5 Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Município de Agrestina - PE		F	4	6	40	8	188	1.000.000 460.000
2080.0E53. 3294	- Veículo adquirido (unidade): 2 Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Município de Casimiro de Abreu - RJ		F	4	6	40	8	188	460.000 400.000
2080.0E53. 3518	- Veículo adquirido (unidade): 2 Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Município de Diadema - SP		F	4	6	40	8	188	400.000 170.000
2080.0E53. 4026	- Veículo adquirido (unidade): 1 Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Município de Antônio Olinto - PR		F	4	6	40	8	188	170.000 600.000
2080.0E53. 4694	- Veículo adquirido (unidade): 2 Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Município de Vargem Bonita - SC		F	4	6	40	8	188	600.000 250.000
2080.0E53. 4732	- Veículo adquirido (unidade): 1 Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Município de Bagé - RS		F	4	6	40	8	188	250.000 274.050
2080.0E53. 5227	- Veículo adquirido (unidade): 1 Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Município de Deodápolis - MS		F	4	6	40	8	188	274.050 250.000
2080.0E53. 5521	- Veículo adquirido (unidade): 2 Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Município de Heitoraf - GO		F	4	6	40	8	188	250.000 250.000
2080.0E53. 5537	- Veículo adquirido (unidade): 1 Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Município de Itapirapuã - GO		F	4	6	40	8	188	250.000 250.000
2080.0E53. 5573	- Veículo adquirido (unidade): 1 Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Município de Nazário - GO		F	4	6	40	8	188	250.000 250.000
2080.0E53. 5635	- Veículo adquirido (unidade): 1 Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Município de São Luís de Montes Belos - GO		F	4	6	40	8	188	250.000 250.000
2080.00OV	- Veículo adquirido (unidade): 1 <i>Apoio à Manutenção da Educação Infantil</i>	12 365	F	4	6	40	8	188	250.000 95.000.000
2080.00OW0001	Apoio à Manutenção da Educação Infantil - Nacional		F	3	2	40	8	100	95.000.000
2080.00O0	<i>Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica</i>	12 368							893.516.000
2080.00O0. 0001	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica - Nacional		F	3	2	90	8	100	273.370.000
	- Bolsa concedida (unidade): 286.913		F	3	2	90	8	108	620.146.000
2080.00PH	<i>Concessão de Bolsas e Auxílio Financeiro na Educação de Jovens e Adultos e em Programas de Elevação de Escolaridade Integrados à Qualificação Profissional e à Participação Cidadã</i>	12 366							40.000.000
2080.00PH. 0001	Concessão de Bolsas e Auxílio Financeiro na Educação de Jovens e Adultos e em Programas de Elevação de Escolaridade Integrados à Qualificação Profissional e à Participação Cidadã - Nacional		F	3	2	90	8	100	40.000.000 640.608.000
2080.00P1	<i>Apoio à Residência em Saúde</i>	12 364							640.608.000
2080.00P1. 0001	Apoio à Residência em Saúde - Nacional		S	3	2	90	8	186	200.000.000
			S	3	2	90	8	100	333.832.800
			S	3	2	91	8	142	25.201.788
			S	3	2	91	8	100	81.573.412
2080.00QC	<i>Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos</i>	12 364							101.681.960
2080.00QC.0001	Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos - Nacional		S	3	2	90	8	100	97.345.983
	- Bolsa concedida (unidade): 2.461		S	3	2	90	8	100	97.345.983 4.335.977
2080.00QC.0043	Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos - No Estado do Rio Grande do Sul		S	3	2	90	8	100	4.335.977
	- Bolsa concedida (unidade): 1.560		S	3	2	90	8	100	4.335.977 470.779.339
2080.00QH	<i>Concessão de bolsas no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao</i>	12 364							470.779.339

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies)								
2080.00QH.0001	Concessão de bolsas no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) - Nacional								470.779.339
	- Vaga ofertada (unidade): 11.000		F	3	2	91	8	144	470.779.339
2080.0048	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais	12 364							101.209.424
2080.0048. 0001	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Nacional								9.000.000
	- Entidade apoiada (unidade): 25		F	4	2	40	8	100	4.153.309
			F	3	2	30	8	100	2.302.683
			F	4	2	30	8	100	2.544.008
2080.0048. 0015	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado do Pará								750.000
	- Entidade apoiada (unidade): 3		F	4	6	30	8	188	600.000
			F	3	6	30	8	188	150.000
2080.0048. 0016	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado do Amapá								3.060.000
	- Entidade apoiada (unidade): 9		F	4	6	30	8	188	2.960.000
			F	3	6	30	8	188	100.000
2080.0048. 0025	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado da Paraíba								600.000
	- Entidade apoiada (unidade): 6		F	4	6	30	8	188	200.000
			F	4	6	99	8	188	200.000
			F	3	6	99	8	188	200.000
2080.0048. 0026	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado de Pernambuco								600.000
	- Entidade apoiada (unidade): 2		F	4	6	99	8	188	100.000
			F	3	6	99	8	188	500.000
2080.0048. 0027	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado de Alagoas								1.150.000
	- Entidade apoiada (unidade): 3		F	3	6	30	8	188	150.000
			F	4	6	30	8	188	1.000.000
2080.0048. 0029	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado da Bahia								1.650.000
	- Entidade apoiada (unidade): 1.006		F	4	6	30	8	188	750.000
			F	3	6	99	8	188	200.000
			F	4	6	99	8	188	700.000
2080.0048. 0031	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado de Minas Gerais								640.000
	- Entidade apoiada (unidade): 6		F	4	6	30	8	188	640.000
2080.0048. 0033	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado do Rio de Janeiro								1.000.000
	- Entidade apoiada (unidade): 11		F	4	6	99	8	188	700.000
			F	3	6	30	8	188	300.000
2080.0048. 0035	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado de São Paulo								500.000
	- Entidade apoiada (unidade): 4		F	4	6	99	8	188	350.000
			F	3	6	30	8	188	150.000
2080.0048. 0041	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado do Paraná								2.900.000
	- Entidade apoiada (unidade): 12		F	3	6	30	8	188	100.000
			F	4	6	30	8	188	1.200.000
			F	4	6	99	8	188	1.450.000
			F	3	6	99	8	188	150.000
2080.0048. 0043	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado do Rio Grande do Sul								650.000
	- Entidade apoiada (unidade): 17		F	3	6	99	8	188	300.000
			F	4	6	99	8	188	200.000
			F	4	6	30	8	188	150.000
2080.0048. 0051	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado de Mato Grosso								900.000
	- Entidade apoiada (unidade): 1		F	4	6	30	8	188	900.000
2080.0048. 0052	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado de Goiás								1.864.519
	- Entidade apoiada (unidade): 5		F	4	6	30	8	188	1.664.519
			F	4	6	99	8	188	200.000
2080.0048. 0600	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Município de Caxias - MA								110.387
	- Entidade apoiada (unidade): 1		F	4	6	30	8	188	110.387
2080.0048. 5512	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Município de Goiânia - GO								600.000
	- Entidade apoiada (unidade): 1		F	4	6	30	8	188	600.000
2080.0048. 7128	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade Estadual da Paraíba - No Estado da Paraíba								100.000
	- Entidade apoiada (unidade): 1		F	4	6	30	8	188	100.000
2080.0048. 7206	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade Estadual do Piauí (UESPI) - No Estado do Piauí								200.000
	- Entidade apoiada (unidade): 1		F	3	6	30	8	188	200.000
2080.0048. 7238	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) - No Estado do Rio Grande do Norte								200.000
	- Entidade apoiada (unidade): 2		F	4	6	30	8	188	200.000
2080.0048. 7274	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade Estadual de Goiás (UEG) - No Estado de Goiás								3.653.383
	- Entidade apoiada (unidade): 1		F	4	2	30	8	100	2.740.037
			F	3	2	30	8	100	913.346
2080.0048. 7286	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade Estadual Paulista (Unesp) - No Estado de São Paulo								300.000
	- Entidade apoiada (unidade): 1		F	4	6	30	8	188	300.000
2080.0048. 7322	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade Estadual do Maranhão (Uema) - No Estado do Maranhão								4.041.353
	- Entidade apoiada (unidade): 1		F	4	2	30	8	100	4.041.353
2080.0048. 7368	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade do Estado do								20.000.000

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	Rio Grande do Norte (UERN) – Campus Mossoró - No Estado do Rio Grande do Norte								
2080.0048. 7412	- Entidade apoiada (unidade): 1 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - No Estado do Rio de Janeiro		F	4	7	30	8	188	20.000.000 1.000.000
2080.0048. 7420	- Entidade apoiada (unidade): 1 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL) - No Estado de Alagoas		F	4	6	30	8	188	1.000.000 7.219.891
2080.0048. 7438	- Entidade apoiada (unidade): 1 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Construção do Prédio da Faculdade de Enfermagem da UNESP - No Município de Botucatu - SP		F	4	2	30	8	100	7.219.891 1.500.000
2080.0048. 7446	- Entidade apoiada (unidade): 1 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Petrolina - No Estado de Pernambuco		F	4	6	30	8	188	1.500.000 200.000
2080.0048. 7466	- Entidade apoiada (unidade): 1 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) - No Estado de Santa Catarina		F	4	6	99	8	188	200.000 250.000
2080.0048. 7470	- Entidade apoiada (unidade): 1 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade Estadual de Londrina - No Município de Londrina - PR		F	4	6	30	8	188	250.000 250.000
2080.0048. 7472	- Entidade apoiada (unidade): 4 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) - Campus de Franca - No Estado de São Paulo		F	4	6	30	8	188	250.000 250.000
2080.0048. 7474	- Entidade apoiada (unidade): 1 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade Estadual Paulista (UNESP)		F	3	6	30	8	188	250.000 150.000
2080.0048. 7476	- Entidade apoiada (unidade): 1 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) - No Município de Campos dos Goytacazes - RJ		F	4	6	30	8	188	150.000 200.000
2080.0048. 7478	- Entidade apoiada (unidade): 1 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - CEPED-FD - No Estado do Rio de Janeiro		F	3	6	30	8	188	200.000 500.000
2080.0048. 7482	- Entidade apoiada (unidade): 1 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade do Estado do Amazonas - No Estado do Amazonas		F	3	6	30	8	188	500.000 5.000.000
2080.0048. 7486	- Entidade apoiada (unidade): 1 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade Estadual do Piauí (UESPI) - Ampliação do Campus Torquato Neto em Teresina - No Estado do Piauí		F	4	2	30	8	100	5.000.000 15.000.000
2080.0048. 7488	- Entidade apoiada (unidade): 1 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado da Bahia		F	4	7	30	8	188	15.000.000 8.000.000
2080.0048. 7492	- Entidade apoiada (unidade): 4 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) - No Estado de Alagoas		F	4	7	30	8	188	8.000.000 7.219.891
2080.0487	- Entidade apoiada (unidade): 1 Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior		F	4	2	30	8	100	7.219.891 2.682.470.095
2080.0487. 0001	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior - Nacional	12 364							2.682.470.095
	- Bolsa concedida (unidade): 85.906		F	3	2	90	8	108	1.858.737.773
			F	3	2	91	8	100	24.657
			F	3	2	90	8	100	792.107.022
			F	3	2	30	8	100	8.400.614
			F	3	2	50	8	100	23.200.029
2080.0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	12 368							806.719.460
2080.0509. 0001	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Nacional								727.660.387
	- Iniciativa apoiada (unidade): 201.132		F	4	2	30	8	108	140.000.000
			F	3	2	30	8	142	210.000.000
			F	3	2	30	8	108	1.712.661
			F	3	6	99	8	188	5.000.000
			F	3	6	40	8	188	2.660.387
			F	3	2	90	8	293	30.000.000
			F	3	2	90	8	100	70.000.000
			F	3	2	90	8	108	185.287.339
			F	3	2	30	8	293	50.000.000
			F	3	2	40	8	148	33.000.000
2080.0509. 0015	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado do Pará								2.000.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 5		F	3	6	40	8	188	2.000.000
2080.0509. 0021	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado do Maranhão								4.000.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 24		F	3	6	99	8	188	4.000.000
2080.0509. 0023	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado do Ceará								1.000.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 10		F	3	7	30	8	188	1.000.000
2080.0509. 0024	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Norte								300.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	300.000
2080.0509. 0026	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado de Pernambuco								1.700.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 17		F	3	6	99	8	188	1.500.000

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
2080.0509. 0029	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado da Bahia		F	4	6	99	8	188	200.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 700		F	3	6	99	8	188	2.260.386
2080.0509. 0031	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado de Minas Gerais		F	4	6	30	8	188	2.260.386
	- Iniciativa apoiada (unidade): 10		F	3	6	99	8	188	800.000
2080.0509. 0033	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro		F	4	6	30	8	188	300.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 310		F	3	6	99	8	188	500.000
2080.0509. 0035	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado de São Paulo		F	3	6	99	8	188	2.000.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 9		F	4	6	40	8	188	2.000.000
2080.0509. 0041	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado do Paraná		F	4	6	30	8	188	1.250.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 8		F	3	6	40	8	188	250.000
2080.0509. 0043	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul		F	3	2	30	8	100	4.043.401
	- Iniciativa apoiada (unidade): 9		F	3	6	40	8	188	575.000
2080.0509. 0052	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado de Goiás		F	4	6	99	8	188	3.468.401
	- Iniciativa apoiada (unidade): 12		F	4	6	50	8	188	840.000
2080.0509. 0053	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Distrito Federal		F	4	6	99	8	188	40.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 10		F	3	6	30	8	188	700.000
2080.0509. 0599	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Carutapera - MA		F	4	6	50	8	188	100.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 15		F	3	6	90	8	188	800.000
2080.0509. 0637	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Igarapé Grande - MA		F	3	6	30	8	188	500.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 20		F	4	6	30	8	188	300.000
2080.0509. 0734	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de São Luís - MA		F	3	6	40	8	188	100.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 5		F	3	6	40	8	188	400.000
2080.0509. 0753	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Trizidela do Vale - MA		F	3	6	90	8	188	100.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 20		F	4	6	30	8	188	100.000
2080.0509. 0764	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Vitorino Freire - MA		F	3	6	30	8	188	200.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 4		F	3	6	40	8	188	300.000
2080.0509. 1070	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Ipu - CE		F	3	6	99	8	188	1.000.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 32		F	3	6	40	8	188	2.000.000
2080.0509. 1081	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Jaguaratama - CE		F	3	6	40	8	188	2.000.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 10		F	3	6	40	8	188	300.000
2080.0509. 1865	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Cedro de São João - SE		F	3	6	40	8	188	300.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	100.000
2080.0509. 3165	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Uberaba - MG		F	4	6	40	8	188	100.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 5		F	3	6	40	8	188	280.774
2080.0509. 3256	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Rio Novo do Sul - ES		F	3	6	40	8	188	280.774
	- Iniciativa apoiada (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	300.000
2080.0509. 3312	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Magé - RJ		F	4	6	40	8	188	300.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 1		F	3	6	40	8	188	2.170.744
2080.0509. 3316	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Mesquita - RJ		F	3	6	40	8	188	2.170.744
	- Iniciativa apoiada (unidade): 1		F	3	6	40	8	188	1.500.000
2080.0509. 3339	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Rio das Flores - RJ		F	3	6	40	8	188	1.500.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 1		F	3	6	40	8	188	500.000
2080.0509. 4657	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de São José - SC		F	3	6	40	8	188	500.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 1		F	3	6	40	8	188	1.400.000
2080.0509. 4891	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Guaporé - RS		F	3	6	40	8	188	1.400.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	150.000
2080.0509. 5120	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Sapiranga - RS		F	4	6	40	8	188	150.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 10		F	3	6	99	8	188	2.310.387
2080.0509. 5157	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Três Cachoeiras - RS		F	3	6	99	8	188	2.310.387
	- Iniciativa apoiada (unidade): 5		F	3	6	99	8	188	300.000
2080.0509. 5314	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Cuiabá - MT		F	3	6	99	8	188	300.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 35		F	3	6	40	8	188	4.700.000
2080.0509. 5557	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Matrinchã - GO		F	4	6	40	8	188	1.700.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	150.000
2080.0509. 7104	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Campos Realengo I - No Município do Rio de Janeiro - RJ		F	3	6	40	8	188	150.000
	- Iniciativa apoiada (unidade): 1		F	3	6	40	8	188	140.000
2080.0509. 7106	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Apoio à Implantação e		F	3	6	90	8	188	140.000
									250.000

Quadro 8C

Programação Referente à Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (CF Art.212)

LDO-2019, Anexo I, Inciso VIII

Valores em R\$ 1,00

		Recursos de todas as Fontes								
Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor	
	Manutenção de Escolas para Pessoas com Deficiência - No Município de Cambuci - RJ									
	- Iniciativa apoiada (unidade): 1		F	3	6	40	8	188	70.000	
			F	4	6	40	8	188	180.000	
2080.0509. 7108	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Escola de Ensino Especial Dom Bosco - No Município de Rio Branco - AC								200.000	
	- Iniciativa apoiada (unidade): 1		F	3	6	30	8	188	200.000	
2080.0509. 7110	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Fundação Pública Municipal de Educação - No Município de Niterói - RJ								2.930.000	
	- Iniciativa apoiada (unidade): 1		F	4	6	40	8	188	1.758.000	
			F	3	6	40	8	188	1.172.000	
2080.0509. 7112	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Escola de Tempo Integral na Região Metropolitana de Belém - No Estado do Pará								26.000.000	
	- Iniciativa apoiada (unidade): 4		F	4	7	30	8	188	26.000.000	
2080.0509. 7114	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Custeio, Reforma, Serviços, Equipamentos, Materiais Permanentes e Aquisição de Materiais - No Estado do Tocantins								9.213.381	
	- Iniciativa apoiada (unidade): 50		F	3	2	30	8	188	1.000.000	
			F	3	2	30	8	100	4.902.170	
			F	4	2	30	8	188	1.000.000	
			F	4	2	30	8	100	2.311.211	
2080.0515	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	12 847							1.889.202.115	
2080.0515. 0001	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica - Nacional								1.889.202.115	
	- Escola apoiada (unidade): 145.649		F	3	1	50	8	113	4.000.000	
			F	3	1	40	8	113	1.163.638.800	
			F	3	1	30	8	113	340.863.315	
			F	4	1	30	8	113	8.730.000	
			F	4	1	40	8	113	367.970.000	
			F	4	1	50	8	113	4.000.000	
2080.0969	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	12 368							720.000.000	
2080.0969. 0001	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica - Nacional								720.000.000	
			F	3	1	30	8	113	214.698.573	
			F	3	1	40	8	113	505.301.427	
0999	Reserva de Contingência								3.485.167.981	
	<i>Operações Especiais</i>								3.485.167.981	
0999.0Z00	Reserva de Contingência - Financeira	99 999							655.882.076	
0999.0Z00. 0001	Reserva de Contingência - Financeira - Nacional								655.882.076	
			F	1	0	91	8	100	655.882.076	
0999.0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	99 999							2.829.285.905	
0999.0Z01. 0001	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Nacional								2.829.285.905	
			F	1	1	90	8	100	2.829.285.905	
Total									101.325.772.060	

QUADRO 9A - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL, 2017-2019

Discriminação	Realizado 2017		LOA 2018		Reprogramação 2018		Aval 4º Bimestre		PLOA 2019		Substitutivo 2019	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. RECEITA TOTAL	1.383.081,6	21,1	1.462.652,3	20,4	1.482.180,5	21,4	1.485.986,4	21,6	1.574.860,9	21,2	1.574.860,9	21,2
I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	835.563,5	12,7	890.255,3	12,4	901.393,0	13,0	905.090,8	13,2	961.808,3	12,9	961.808,3	12,9
I.1.1. Imposto de Importação	32.426,5	0,5	38.411,4	0,5	42.246,5	0,6	43.533,6	0,6	47.057,3	0,6	47.057,3	0,6
I.1.2. IPI	48.032,5	0,7	52.322,1	0,7	58.434,4	0,8	57.767,0	0,8	62.208,4	0,8	62.208,4	0,8
I.1.3. Imposto sobre a Renda	339.840,9	5,2	352.436,3	4,9	353.296,2	5,1	354.295,9	5,1	375.707,8	5,1	375.707,8	5,1
I.1.4. IOF	34.983,5	0,5	38.134,0	0,5	36.914,4	0,5	36.763,7	0,5	39.719,0	0,5	39.719,0	0,5
I.1.5. COFINS	235.759,4	3,6	243.079,4	3,4	249.175,5	3,6	250.375,0	3,6	265.461,4	3,6	265.461,4	3,6
I.1.6. PIS/PASEP	62.560,6	0,9	65.159,1	0,9	66.338,4	0,9	66.322,9	0,9	71.251,3	1,0	71.251,3	1,0
I.1.7. CSLL	75.650,6	1,2	72.242,9	1,0	75.932,7	1,1	77.308,3	1,1	75.180,9	1,0	75.180,9	1,0
I.1.8. CIDE - Combustíveis	5.827,3	0,1	6.377,6	0,1	4.131,1	0,1	3.963,7	0,1	2.837,9	-	2.837,9	0,0
I.1.9. Outras administradas pela RFB	482,2	-	22.092,5	0,3	14.923,8	0,2	14.760,7	0,2	22.384,3	0,3	22.384,3	0,3
I.2. Incentivos Fiscais	(1.378,9)	-	-	-	(1,6)	-	(12,1)	(0,0)	-	-	-	-
I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS	374.784,8	5,7	405.337,6	5,7	392.499,6	5,7	390.548,8	5,7	419.812,3	5,6	419.812,3	5,6
I.3.1. Projeção Normal	360.883,5	5,5	393.790,7	5,5	378.835,8	5,5	377.194,6	5,5	409.838,4	5,5	409.838,4	5,5
I.3.2. Resarcimento de desonerações previdenciárias	13.901,4	0,2	11.546,9	0,2	13.663,8	0,2	13.354,1	0,2	9.973,9	0,1	9.973,9	0,1
I.4. Outras Receitas	174.112,2	2,7	166.459,4	2,3	188.289,4	2,7	190.358,9	2,8	193.240,4	2,6	193.240,4	2,6
I.4.1. Concessões e Permissões	32.106,5	0,5	18.894,4	0,3	23.114,0	0,3	23.190,8	0,3	15.630,5	0,2	15.630,5	0,2
I.4.2. Complemento do FGTS	5.208,0	0,1	5.459,7	0,1	5.598,8	0,1	5.604,2	0,1	5.984,8	0,1	5.984,8	0,1
I.4.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	13.707,3	0,2	15.932,6	0,2	13.928,6	0,2	13.914,9	0,2	14.680,6	0,2	14.680,6	0,2
I.4.4. Contribuição do Salário-Educação	20.091,7	0,3	21.691,7	0,3	20.908,7	0,3	20.728,0	0,3	21.622,2	0,3	21.622,2	0,3
I.4.5. Exploração de Recursos Naturais	36.039,7	0,5	44.907,8	0,6	58.831,9	0,8	60.361,9	0,9	73.295,9	1,0	73.295,9	1,0
I.4.6. Dividendos e Participações	5.517,1	0,1	6.782,0	0,1	7.923,6	0,1	7.097,2	0,1	7.489,3	0,1	7.489,3	0,1
I.4.7. Operações com ativos	1.127,4	-	2.529,7	-	5.180,7	0,1	5.197,0	0,1	1.157,4	-	1.157,4	0,0
I.4.8. Receita Própria (fontes 50 & 81)	13.457,8	0,2	14.389,3	0,2	14.502,6	0,2	14.747,9	0,2	14.843,2	0,2	14.843,2	0,2
I.4.9. Demais Receitas	46.856,9	0,7	35.872,2	0,5	38.300,5	0,6	39.517,0	0,6	38.536,5	0,5	38.536,5	0,5
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	228.474,8	3,5	244.220,2	3,4	256.079,4	3,7	255.947,7	3,7	275.157,9	3,7	275.157,9	3,7
II.1. Cide combustíveis	1.698,7	-	1.822,4	-	1.394,2	-	1.361,3	0,0	821,4	-	821,4	0,0
II.2. Exploração de Recursos Naturais	22.184,8	0,3	27.866,6	0,4	36.014,2	0,5	37.005,2	0,5	44.664,7	0,6	44.664,7	0,6
II.3. Contribuição do Salário Educação	12.018,8	0,2	13.015,0	0,2	12.545,2	0,2	12.436,8	0,2	12.973,3	0,2	12.973,3	0,2
II.4. FPE/FPM/PI-EE	183.123,0	2,8	191.128,7	2,7	196.496,7	2,8	195.327,9	2,8	207.071,4	2,8	207.071,4	2,8
II.5. Fundos Constitucionais	7.978,1	0,1	8.771,0	0,1	8.109,6	0,1	8.200,5	0,1	8.113,4	0,1	8.113,4	0,1
II.6. Demais	1.471,5	-	1.616,5	-	1.510,5	-	1.616,0	0,0	1.513,7	-	1.513,7	0,0
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.154.606,8	17,6	1.217.832,1	17,0	1.226.101,0	17,7	1.230.038,7	17,9	1.299.703,0	17,5	1.299.703,0	17,5
IV. DESPESAS	1.279.007,8	19,5	1.373.365,2	19,2	1.385.110,0	20,0	1.380.814,1	20,1	1.438.703,0	19,3	1.438.703,1	19,3
IV.1. Benefícios da Previdência	557.234,8	8,5	596.268,4	8,3	594.118,8	8,6	592.940,1	8,6	637.851,9	8,6	637.851,9	8,6
IV.2. Pessoal e Encargos Sociais	284.041,1	4,3	296.921,8	4,1	302.113,2	4,4	300.660,4	4,4	325.859,5	4,4	324.937,0	4,4
IV.3. Outras Desp. Obrigatórias	197.250,8	3,0	213.112,6	3,0	221.205,6	3,2	218.708,4	3,2	222.866,4	3,0	207.039,3	2,8
IV.3.1. abono e Seguro Desemprego	54.508,1	0,8	62.587,1	0,9	56.896,4	0,8	55.573,4	0,8	59.831,2	0,8	59.831,2	0,8
IV.3.2. Anistiados	180,8	-	275,2	-	275,2	-	275,2	0,0	275,2	-	275,2	0,0
IV.3.3. Benefícios de Legislação Especial e Indenizações (Poder Executivo)	571,5	-	723,9	-	723,9	-	724,0	0,0	894,8	-	894,8	0,0
IV.3.4. Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	53.744,2	0,8	55.958,8	0,8	56.029,0	0,8	56.306,9	0,8	60.234,3	0,8	60.234,3	0,8
IV.3.5. Complemento do FGTS	5.208,0	0,1	5.459,7	0,1	5.598,8	0,1	5.604,2	0,1	5.984,8	0,1	5.984,8	0,1
IV.3.6. Créditos Extraordinários	785,2	-	-	-	12.167,7	0,2	12.167,7	0,2	-	-	-	-
IV.3.7. Desoneração MP 540, 563 e 582	13.901,4	0,2	11.546,9	0,2	13.663,8	0,2	13.354,1	0,2	9.973,9	0,1	9.973,9	0,1
IV.3.8. Despesas Custeadas com Convênios/Doações (Poder Executivo)	312,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IV.3.9. Fabricação de Cédulas e Moedas	856,4	-	881,0	-	881,0	-	881,0	0,0	950,8	-	950,8	0,0
IV.3.10. Fundef / Fundeb - Complementação	13.070,9	0,2	14.054,3	0,2	13.814,7	0,2	13.814,7	0,2	15.248,8	0,2	15.248,8	0,2
IV.3.11. Fundo Constitucional do DF	1.458,0	-	1.655,3	-	1.655,3	-	1.655,3	0,0	1.634,9	-	1.634,9	0,0
IV.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPJ	12.060,4	0,2	14.888,3	0,2	14.885,1	0,2	14.854,9	0,2	13.317,6	0,2	13.267,0	0,2
IV.3.13. Lei Kandir (ICs nº 87/96 e 102/00)	3.860,4	0,1	1.920,0	-	1.920,0	-	1.920,0	0,0	-	-	-	-
IV.3.14. Reserva de Contingência	-	-	0,3	-	0,3	-	0,3	0,0	14.590,2	0,2	10,0	0,0
IV.3.15. Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.661,3	0,2	14.586,2	0,2	14.250,3	0,2	14.561,5	0,2	17.518,9	0,2	17.518,9	0,2
IV.3.16. Subsídios, Subvenções e Proagro	18.657,1	0,3	20.346,1	0,3	20.583,8	0,3	19.209,7	0,3	18.678,2	0,3	17.481,7	0,2
IV.3.17. Transferência a/a - Receitas Uso Recursos Hidricos	303,3	-	297,4	-	253,4	-	244,7	0,0	281,7	-	281,7	0,0
IV.3.18. Transferência Multas a/NEE (acórdão TCU nº 3.388/2012)	893,2	-	933,0	-	922,2	-	907,7	0,0	946,2	-	946,2	0,0
IV.3.19. Impacto Primário do FIES	6.218,0	0,1	5.282,9	0,1	4.968,6	0,1	4.936,8	0,1	2.505,1	-	2.505,1	0,0
IV.3.20. Financiamento de Campanha Eleitoral	-	-	1.716,2	-	1.716,2	-	1.716,2	0,0	-	-	-	-
IV.4. Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo	126.449,2	1,9	137.577,8	1,9	138.131,8	2,0	138.964,7	2,0	139.494,7	1,9	139.495,7	1,9
IV.5. aumento de capital de estatais (a partir de 2018)	-	-	5.626,1	0,1	4.650,0	0,1	4.650,0	0,1	10.163,0	0,1	10.214,8	0,1
IV.6. Despesas Discricionárias	114.031,8	1,7	123.858,6	1,7	124.890,5	1,8	124.890,5	1,8	102.467,4	1,4	119.164,4	1,6
V. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	124.400,9	(1,9)	(155.533,1)	(2,2)	(159.009,0)	(2,3)	(150.775,4)	(2,2)	(139.000,0)	(1,9)	(139.000,0)	(1,9)
V.1. Resultado do Tesouro	58.049,1	0,9	35.897,7	0,5	42.619,2	0,6	51.615,9	0,8	79.039,7	1,1	79.039,7	1,1
V.2. Resultado da Previdência Social	(182.450,0)	(2,8)	(190.930,8)	(2,7)	(201.619,2)	(2,9)	(202.391,3)	(2,9)	(218.039,7)	(2,9)	(218.039,7)	(2,9)
VI. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/ AJUSTE METODOLÓGICO	5.958,7	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VII. PRIMÁRIO ABAIXO DA LINHA (V+VI)	(118.442,2)	(1,8)	(155.533,1)	(2,2)	(159.009,0)	(2,3)	(150.775,4)	(2,2)	(139.000,0)	(1,9)	(139.000,0)	(1,9)
VIII. META OPS	(159.000,0)	(2,4)	(159.000,0)	(2,2)	(159.000,0)	(2,3)	(159.000,0)	(2,3)	(139.000,0)	(1,9)	(139.000,0)	(1,9)
IX. COMPENSAÇÃO DA META GOV CENTRAL NA LDO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
X. META OPS PARA CUMPRIMENTO DA LDO	(159.000,0)	(2,4)	(159.000,0)	(2,2)	(159.000,0)	(2,3)	(159.000,0)	(2,3)	(139.000,0)	(1,9)	(139.000,0)	(1,9)
XI. ESFORÇO NECESSÁRIO (+) / SOBRA DE RECURSOS (-) (X-VII)	(40.557,8)	(0,6)	(3.466,9)	-	-	-	(8.224,6)	(0,1)	-	-	-	-
XII. JUROS NOMINAIS	(340.907,3)	(5,2)	(272.614,0)	(3,8)	(280.967,2)	(4,1)	(280.967,2)	(4,1)	(325.398,2)	(4,4)	(325.398,2)	(4,4)
XIII. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (VII + XII)	(459.349,5)	(7,0)	(428.147,1)	(6,0)	(439.967,2)	(6,3)	(431.742,6)	(6,3)	(464.398,2)	(6,2)	(464.398,2)	(6,2)
XIV. RECEITAS FINANCEIRAS	1.198.712,4	18,3	2.044.368,7	28,5	2.044.368,7	29,5	2.044.368,7	29,7	1.687.348,4	22,7	1.687.348,4	22,7
XIV.1. Refinanciamento da Dívida	520											

**QUADRO 9B: DEMONSTRATIVO DA COMPATIBILIDADE DAS DESPESAS PRIMÁRIAS
ORÇAMENTÁRIAS COM NFGC E EC 95**

R\$ milhões

Discriminação	Despesas Primárias NFGC	Teto EC 95	
		Exclusões	Teto
Total Despesas Primárias	1.713.860,9	306.860,1	1.407.000,8
Despesas Primárias Orçamento (Total RPs primários)	1.702.174,5	307.452,6	1.394.721,9
Transferências para Estados e Municípios por Repartição de Receita	267.637,0	267.522,4	114,6
Pessoal e Encargos Sociais	326.858,3	12.507,9	314.350,4
Benefícios do RGPS	637.851,9		637.851,9
Outras despesas obrigatórias do Poder Executivo	343.879,3	16.883,7	326.995,6
Despesas Discricionárias do Poder Executivo	112.630,4	10.214,8	102.415,6
Demais Poderes (discricionárias e obrigatórias)	13.317,6	323,8	12.993,8
Ajustes Não Orçamentários	11.686,5	-592,5	12.279,0
Ajuste Caixa / Competência	-2.025,1	-592,5	-1.432,6
<i>Transferências para Estados e Municípios por Repartição de Receita</i>	<i>-592,5</i>	<i>-592,5</i>	<i>0,0</i>
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>-998,7</i>		<i>-998,7</i>
<i>Subsídios, Subvenções e Proagro</i>	<i>-433,8</i>		<i>-433,8</i>
Demais Operações que afetam o resultado primário	13.711,5	0,0	13.711,5
<i>Fabricação de cédulas e moedas</i>	<i>950,8</i>		<i>950,8</i>
<i>Subsídios aos fundos constitucionais</i>	<i>8.113,4</i>		<i>8.113,4</i>
<i>Operações Net Lending</i>	<i>2.142,3</i>		<i>2.142,3</i>
<i>Impacto primário das operações do FIES</i>	<i>2.505,1</i>		<i>2.505,1</i>

Quadro 10
Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão e
Unidade Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso X

Valores em R\$ 1,00

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
32	Ministério de Minas e Energia								16.250
202	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM								16.250
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)								16.250
0906 0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	28 844	F						16.250
0906.0284. 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional			2-JUR	0	90	0	144	16.250
52	Ministério da Defesa								2.365.212.803
111	Comando da Aeronáutica								956.449.608
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)								956.449.608
0906 0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	28 844	F						956.449.608
0906.0284. 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional			2-JUR	0	90	0	144	362.697.208
				6-AMT	0	90	0	143	593.752.400
131	Comando da Marinha								1.388.996.419
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)								1.388.996.419
0906 0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	28 844	F						1.388.996.419
0906.0284. 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional			2-JUR	0	90	0	144	1.388.996.419
				6-AMT	0	90	0	143	286.266.035
									1.102.730.384
232	Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM								19.766.776
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)								19.766.776
0905 0283	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna	28 843	F						19.766.776
0905.0283. 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna - Nacional			2-JUR	0	90	0	280	4.013.204
				6-AMT	0	90	0	280	15.753.572
56	Ministério das Cidades								10.826.816
202	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU								10.826.816
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)								10.826.816
0905 0283	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna	28 843	F						10.826.816
0905.0283. 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna - Nacional			2-JUR	0	90	0	144	10.826.816
74	Operações Oficiais de Crédito								305.900.000
101	Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda								305.900.000
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								305.900.000
0909 00QM	Assunção de Riscos das Operações de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001)	28 846	F						305.900.000
0909.00QM.0001	Assunção de Riscos das Operações de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001) - Nacional			2-JUR	0	90	0	144	282.300.000
				6-AMT	0	90	0	143	23.600.000
75	Dívida Pública Federal								1.422.153.155.474

Quadro 10
Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão e
Unidade Orçamentária

LDO-2019, Anexo I, Inciso X

Valores em R\$ 1,00

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda								1.422.153.155.474
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)								601.364.250.709
0905 0272	Dívidas Internas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assumidas pela União (Lei nº 8.727, de 1993)	28 843	F						939.749.750
0905.0272. 0001	Dívidas Internas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assumidas pela União (Lei nº 8.727, de 1993) - Nacional								939.749.750
				2-JUR	0	90	0	173	103.472.055
				6-AMT	0	90	0	173	836.277.695
0905 0455	Serviços da Dívida Pública Federal Interna	28 843	F						600.424.500.959
0905.0455. 0001	Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional								600.424.500.959
				2-JUR	0	90	0	144	336.623.520.708
				2-JUR	0	90	0	152	5.273.000.000
				6-AMT	0	90	0	100	86.156.256.286
				6-AMT	0	90	0	143	2.813.900.688
				6-AMT	0	90	0	152	21.092.000.000
				6-AMT	0	90	0	159	40.843.945.050
				6-AMT	0	90	0	162	6.965.041
				6-AMT	0	90	0	171	242.470.907
				6-AMT	0	90	0	173	21.559.149.211
				6-AMT	0	90	0	188	67.799.328.459
				6-AMT	0	90	0	197	7.489.262.214
				6-AMT	0	90	0	929	10.524.702.395
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)								32.808.711.097
0906 0425	Serviços da Dívida Pública Federal Externa	28 844	F						32.808.711.097
0906.0425. 0001	Serviços da Dívida Pública Federal Externa - Nacional								32.808.711.097
				2-JUR	0	90	0	144	29.547.494.911
				2-JUR	0	90	0	148	266.400.000
				6-AMT	0	90	0	143	2.994.816.186
0907	Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna								699.749.593.383
0907 0365	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna	28 841	F						699.749.593.383
0907.0365. 0001	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional								699.749.593.383
				6-AMT	0	90	0	143	699.749.593.383
0908	Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Externa								32.454.600.285
0908 0243	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa	28 842	F						32.454.600.285
0908.0243. 0001	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa - Nacional								32.454.600.285
				6-AMT	0	90	0	143	32.454.600.285
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								55.776.000.000
0909 00QE	Regularização de Obrigações Contingentes Reconhecidas pela União	28 846	F						152.000.000
0909.00QE. 0001	Regularização de Obrigações Contingentes Reconhecidas pela União - Nacional								152.000.000
				6-AMT	0	90	0	143	152.000.000
0909 00Q3	Assunção, Reconhecimento, Novação de Dívidas de Entidades Públicas e do Fundo de Compensação das Variações Salariais- FCVS	28 846	F						18.788.000.000
0909.00Q3. 0001	Assunção, Reconhecimento, Novação de Dívidas de Entidades Públicas e do Fundo de Compensação das Variações Salariais- FCVS - Nacional								18.788.000.000
				6-AMT	0	90	0	143	18.788.000.000
0909 0669	Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil (Lei Complementar nº 101, de 2000)	28 846	F						36.836.000.000
0909.0669. 0001	Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil (Lei Complementar nº 101, de 2000) - Nacional								36.836.000.000
				2-JUR	0	90	0	144	6.136.000.000
				6-AMT	0	90	0	144	30.700.000.000
Juros e Encargos da Dívida									378.896.007.187
Amortização da Dívida									1.045.939.104.156
TOTAL									1.424.835.111.343

Quadro 11 - Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social

R\$1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XI

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	RP	VALOR
RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL (A)				752.704.591.914
1.1.2.1.01.1.1	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL	174	P	368.299.206
1.1.2.1.01.1.2	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS	174	P	120.935
1.1.2.1.01.1.3	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	174	P	4.601.640
1.1.2.1.01.1.4	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	174	P	106.858
1.2.1.1.00.0.1	CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - PRINCIPAL	153	P	182.446.804.180
1.2.1.1.00.0.2	CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - MULTAS E JUROS	153	P	893.086.592
1.2.1.1.00.0.3	CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - DÍVIDA ATIVA	153	P	996.721.522
1.2.1.1.00.0.7	CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	153	P	133.449.418
1.2.1.2.00.0.1	CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - PRINCIPAL	140	P	29.267.331.522
1.2.1.2.00.0.2	CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - MULTAS E JUROS	140	P	205.136.779
1.2.1.2.00.0.3	CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - DÍVIDA ATIVA	140	P	146.788.597
1.2.1.2.00.0.7	CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	140	P	23.170.251
1.2.1.3.00.0.1	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL - PRINCIPAL	151	P	50.883.121.906
1.2.1.3.00.0.2	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL - MULTAS E JUROS	151	P	345.985.442
1.2.1.3.00.0.3	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL - DÍVIDA ATIVA	151	P	737.029.743
1.2.1.3.00.0.7	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	151	P	103.271.287
1.2.1.4.00.0.1	CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS - PRINCIPAL	154	P	398.470.922.973
1.2.1.4.00.0.2	CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS - MULTAS E JUROS	154	P	1.457.945.728
1.2.1.4.00.0.3	CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS - DÍVIDA ATIVA	154	P	6.795.212.329
1.2.1.4.00.0.4	CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	154	P	461.261.819
1.2.1.5.01.1.1	CPSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	156	P	10.708.258.703
1.2.1.5.01.1.2	CPSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - MULTAS E JUROS	156	P	1.633.991
1.2.1.5.01.2.1	CPSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO - PRINCIPAL	156	P	2.847.978.523
1.2.1.5.01.3.1	CPSS DO SERVIDOR CIVIL PENSIONISTAS - PRINCIPAL	156	P	723.471.602
1.2.1.5.01.4.1	CPSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO, POR SENTENÇA JUDICIAL - PRINCIPAL	156	P	191.762.685
1.2.1.5.01.5.1	CPSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO, POR SENTENÇA JUDICIAL - PRINCIPAL	156	P	194.489.922
1.2.1.5.01.6.1	CPSS DO SERVIDOR CIVIL PENSIONISTA, POR SENTENÇA JUDICIAL - PRINCIPAL	156	P	12.961.026
1.2.1.6.01.1.1	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - POLICIAIS MILITARES - PRINCIPAL	106	P	11.444.497
1.2.1.6.02.1.1	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - BOMBEIROS MILITARES - PRINCIPAL	106	P	9.377.453
1.2.1.7.01.1.1	CONTRIBUIÇÃO SOBRE A LOTERIA FEDERAL - PRINCIPAL	118	P	49.641.684
1.2.1.7.02.1.1	CONTRIBUIÇÃO SOBRE LOTERIAS ESPORTIVAS - PRINCIPAL	118	P	6.726.257
1.2.1.7.04.1.1	CONTRIBUIÇÃO SOBRE LOTERIAS DE NÚMEROS - PRINCIPAL	118	P	2.081.987.014
1.2.1.7.06.1.1	CONTRIBUIÇÃO SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICO - MODALIDADE FUTEBOL - PRINCIPAL	118	P	13.958.022
1.2.1.9.01.1.1	CONTRIBUIÇÃO SOBRE SORTEIOS REALIZADOS POR ENTIDADES FILANTRÓPICAS - PRINCIPAL	118	P	84.839
1.2.1.9.01.1.2	CONTRIBUIÇÃO SOBRE SORTEIOS REALIZADOS POR ENTIDADES FILANTRÓPICAS - MULTAS E JUROS	118	P	14.690
1.2.1.9.11.1.1	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS - PRINCIPAL	123	P	2.495.317.614
1.2.1.9.99.1.1	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PRINCIPAL	154	P	215.384.461
1.2.1.9.99.1.2	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - MULTAS E JUROS	154	P	9.515.027
1.2.1.9.99.1.3	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - DÍVIDA ATIVA	154	P	21.956.224
1.2.1.9.99.1.4	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	154	P	7.357.920
1.3.1.0.01.1.1	ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL	150	P	11.002.734
1.3.1.0.01.1.1	ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL	250	P	12.777.651
1.3.1.0.01.1.2	ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS - MULTAS E JUROS	250	P	126.412
1.3.1.0.02.1.1	CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DO DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS PÚBLICOS - PRINCIPAL	150	P	313.357
1.3.1.0.02.1.1	CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DO DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS PÚBLICOS - PRINCIPAL	250	P	4.932
1.3.2.1.00.1.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	180	F	4.166.922.390
1.3.2.1.00.1.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	280	F	24.810.877
1.3.2.1.00.2.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - PRINCIPAL	180	F	1.111.902.541
1.3.2.1.00.3.1	REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO-DESEMBOLSADOS - PRINCIPAL	180	F	463.532.037
1.3.2.1.00.3.1	REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO-DESEMBOLSADOS - PRINCIPAL	280	F	10.614.970
1.3.2.2.00.1.1	DIVIDENDOS - PRINCIPAL	150	P	27.290.495
1.3.4.1.02.4.1	ROYALTIES MÍNIMOS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE A PARTIR DE 3/12/2012 - QUALQUER SITUAÇÃO - PRINCIPAL	142	P	130.925.532
1.3.4.1.03.4.1	ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE A PARTIR DE 3/12/2012 - QUALQUER SITUAÇÃO - PRINCIPAL	142	P	261.851.063
1.3.6.0.01.1.1	CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS - PRINCIPAL	250	P	1.656.984.080
1.3.6.0.01.1.2	CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS - MULTAS E JUROS	250	P	1.114
1.5.0.0.00.1.1	RECEITA INDUSTRIAL - PRINCIPAL	250	P	287.658
1.6.1.0.01.1.1	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL	150	P	27.252
1.6.1.0.01.1.1	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL	250	P	26.687.086
1.6.1.0.02.1.1	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL	250	P	10.745.945
1.6.1.0.03.1.1	SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL	250	P	18.141
1.6.1.0.04.1.1	SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA - PRINCIPAL	250	P	713.915

Quadro 11 - Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social

R\$1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XI

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	RP	VALOR
1.6.3.0.01.1.1	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE - PRINCIPAL	150	P	1.090.946
1.6.3.0.01.1.1	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE - PRINCIPAL	250	P	318.766.638
1.6.3.0.02.1.1	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE SUPLEMENTAR DO SERVIDOR CIVIL - PRINCIPAL	150	P	8.959.083
1.6.3.0.02.1.1	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE SUPLEMENTAR DO SERVIDOR CIVIL - PRINCIPAL	250	P	24.600.000
1.6.3.0.02.1.2	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE SUPLEMENTAR DO SERVIDOR CIVIL - MULTAS E JUROS	150	P	2.979
1.6.3.0.02.2.1	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR DO MILITAR - PRINCIPAL	250	P	1.762.128.342
1.6.4.0.03.1.1	REMUNERAÇÃO SOBRE REPASSE PARA PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - PRINCIPAL	180	F	11.162.369.858
1.7.2.0.00.1.1	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	281	P	2.817.482
1.7.4.0.00.1.1	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS - PRINCIPAL	195	P	792.570
1.7.4.0.00.1.1	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS - PRINCIPAL	196	P	25.594.696
1.7.4.0.00.1.1	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS - PRINCIPAL	281	P	30.000
1.7.4.0.00.1.1	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS - PRINCIPAL	296	P	135.284
1.7.7.0.00.1.1	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - PRINCIPAL	196	P	1.217.255
1.7.7.0.00.1.1	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - PRINCIPAL	296	P	5.237
1.7.8.0.00.1.1	TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS - PRINCIPAL	194	P	2.793
1.9.1.0.01.1.1	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - PRINCIPAL	150	P	1.106.070
1.9.1.0.01.1.1	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - PRINCIPAL	154	P	24.348.490
1.9.1.0.01.1.1	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - PRINCIPAL	174	P	473.953.622
1.9.1.0.01.1.1	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - PRINCIPAL	250	P	22.388
1.9.1.0.01.1.3	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - DÍVIDA ATIVA	174	P	54.223.525
1.9.1.0.03.1.1	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DO SEGURO-DESEMPREGO E ABONO SALARIAL - PRINCIPAL	174	P	87.514.815
1.9.1.0.09.1.1	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - PRINCIPAL	150	P	374.581
1.9.1.0.09.1.1	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - PRINCIPAL	250	P	4.656.973
1.9.1.0.10.1.3	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE REGIME DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR - DÍVIDA ATIVA	174	P	52.837
1.9.1.0.11.1.1	MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ACESSÓRIA - PRINCIPAL	154	P	120.516.126
1.9.2.1.01.1.1	INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO - PRINCIPAL	150	P	2.796
1.9.2.1.01.1.1	INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO - PRINCIPAL	250	P	28.011
1.9.2.1.99.1.1	OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	250	P	1.280
1.9.2.2.02.1.1	RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS - PRINCIPAL	150	P	39.194.076
1.9.2.2.03.1.1	RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - PRINCIPAL	151	P	2.563.245
1.9.2.2.03.1.1	RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - PRINCIPAL	153	P	105.000.297
1.9.2.2.03.1.1	RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - PRINCIPAL	154	P	1.023.794.160
1.9.2.2.04.1.1	RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - PRINCIPAL	151	P	24.097
1.9.2.2.06.1.1	RESTITUIÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - PRINCIPAL	150	P	1.106.549.206
1.9.2.2.06.1.1	RESTITUIÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - PRINCIPAL	250	P	1.499.142
1.9.2.2.06.1.2	RESTITUIÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - MULTAS E JUROS	150	P	21.162.371
1.9.2.2.07.1.1	RESTITUIÇÃO DE PARCELAS DO SEGURO DESEMPREGO RECEBIDAS INDEVIDAMENTE - PRINCIPAL	140	P	71.549.370
1.9.2.2.99.1.1	OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	150	P	205.910.874
1.9.2.2.99.1.1	OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	250	P	383.250
1.9.2.3.01.1.1	RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE - PRINCIPAL	136	P	700.479.208
1.9.2.3.03.1.1	REVERSÃO DE GARANTIAS - PRINCIPAL	250	P	15.155
1.9.2.3.04.1.1	RESSARCIMENTO AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS - PRINCIPAL	154	P	17.862.353
1.9.2.3.99.1.1	OUTROS RESSARCIMENTOS - PRINCIPAL	250	P	39.494
1.9.3.0.02.1.1	ALIENAÇÃO DE BENS E MERCADORIAS APREENDIDOS - PRINCIPAL	139	P	79.353.200
1.9.3.0.02.1.2	ALIENAÇÃO DE BENS E MERCADORIAS APREENDIDOS - MULTAS E JUROS	139	P	128.109
1.9.3.0.02.2.1	ALIENAÇÃO DE BENS E MERCADORIAS ASSOCIADOS AO TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E DROGAS AFINS - PRINCIPAL	139	P	7.430.883
1.9.9.0.04.1.1	CONTRIBUIÇÃO AO MONTEPIO CIVIL - PRINCIPAL	117	P	330.150
1.9.9.0.08.1.1	PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT - PRINCIPAL	186	P	2.148.025.117
1.9.9.0.99.1.1	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL	250	P	1.298.272
1.9.9.0.99.1.2	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - MULTAS E JUROS	250	P	51.576.884
1.9.9.0.99.1.3	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA	150	P	1.355.561
1.9.9.0.99.1.4	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	150	P	696.002
1.9.9.0.99.1.4	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	154	P	5.812.543
2.2.1.3.00.1.1	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	263	P	896.728
2.2.2.0.00.1.1	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PRINCIPAL	150	P	35.976.530
2.2.2.0.00.1.2	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - MULTAS E JUROS	150	P	202.046
7.1.2.1.01.1.1	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	174	P	9.866
7.2.1.0.09.1.1	CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	140	P	35.569
7.2.1.0.09.1.2	CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - MULTAS E JUROS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	140	P	1.868
7.2.1.5.02.1.1	CPSS PATRONAL - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	169	F	21.235.427.331
7.2.1.5.02.1.2	CPSS PATRONAL - MULTAS E JUROS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	169	F	8.617.343
7.2.1.5.02.2.1	CPSS PATRONAL, POR SENTENÇA JUDICIAL - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	169	F	510.403.769
7.6.1.0.01.1.1	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	250	P	251.142

Quadro 11 - Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social

R\$1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XI

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	RP	VALOR
7.6.1.0.04.1.1	SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	250	P	493.030
7.6.3.0.01.1.1	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	150	P	1.500.000
7.6.3.0.01.1.1	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	250	P	8.326.774
7.9.1.0.01.1.1	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	174	P	12.708
7.9.9.0.02.1.1	APORTES PERIÓDICOS PARA COMPENSAÇÕES AO RGPS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	186	P	9.973.858.451
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ORÇAMENTO FISCAL (B)				303.534.207.033
	RECURSOS ORDINÁRIOS	100		28.760.790.572
	CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	113		4.154.693.011
	RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAP	132		9.499.843
	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	142		25.201.788
	TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	144		8.448.867.592
	RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	150		69.188.498
	TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	174		251.189.186
	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	176		406.666.046
	RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	180		15.286.606.722
	RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	186		214.550.000
	REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOIRO NACIONAL	188		7.645.574.537
	RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	250		3.267.682
	RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	263		1.715.969
	TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES - CONDICIONADOS	944		238.256.395.587
TOTAL (C) = (A + B)				1.056.238.798.947

Ação	Programa	Órgão	Valor
0581	Abono Salarial	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 Ministério do Trabalho 19.186.860.747
219E	Ações de Proteção Social Básica	2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 1.201.646.000
219F	Ações de Proteção Social Especial	2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 394.718.233
20K1	Adequação de Plataformas para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 33.880.000
2000	Administração da Unidade	2108 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	52000 Ministério da Defesa 19.500.000
		2109 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	26000 Ministério da Educação 40.745.670
		2110 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	25000 Ministério da Fazenda 14.212.989
		2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 Ministério da Saúde 937.496.218
		2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 264.747.570
		2131 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho	40000 Ministério do Trabalho 123.910.000
		216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
		2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 Ministério da Saúde 2.545.000
		2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 1.315.759
20YM	Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 28.000.000
6174	Análise da Qualidade de Produtos e Insumos de Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 10.824.000
8755	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 111.100.000
8758	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 321.000.000
8759	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 236.600.000
20IT	Aperfeiçoamento da disseminação de informações do PBF e do Cadastro Único.	2019 Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 6.520.000
8727	Aperfeiçoamento do Sistema de Informação para Saúde Suplementar	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 41.000.000
6516	Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 95.600.000
8458	Apoio à Agricultura Urbana	2069 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 2.150.000
00PI	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)	2080 Educação de qualidade para todos	26000 Ministério da Educação 4.154.693.011
1P95	Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Saneamento em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	2068 Saneamento Básico	56000 Ministério das Cidades 3.291.066

Ação	Programa	Órgão	Valor
10S5 Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	2068 Saneamento Básico	56000 Ministério das Cidades	33.789.874
20AG Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes	2068 Saneamento Básico	36000 Ministério da Saúde	11.320.000
1N08 Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	2068 Saneamento Básico	56000 Ministério das Cidades	178.416.153
10SC Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	2068 Saneamento Básico	56000 Ministério das Cidades	61.120.930
20Q8 Apoio à Implantação e Manutenção dos Sistemas de Saneamento Básico e Ações de Saúde Ambiental	2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 Ministério da Saúde	20.000.000
20NV Apoio à Implementação de Ações de Desenvolvimento do Setor Águas - INTERÁGUAS	2068 Saneamento Básico	56000 Ministério das Cidades	95.000
217U Apoio à Manutenção dos Polos de Academia da Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	50.034.000
20K7 Apoio à Modernização do Parque Produtivo Industrial da Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	105.872.600
8893 Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 Ministério do Desenvolvimento Social	100.082.000
00P1 Apoio à Residência em Saúde	2080 Educação de qualidade para todos	26000 Ministério da Educação	640.608.000
10SG Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios Críticos sujeitos a eventos recorrentes de inundações, enxurradas e alagamentos	2040 Gestão de Riscos e de Desastres	56000 Ministério das Cidades	113.276.859
8948 Apoio a Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural	2069 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 Ministério do Desenvolvimento Social	75.000.000
20AF Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	2068 Saneamento Básico	36000 Ministério da Saúde	8.094.000
218U Apoio ao Custeio de Despesas Institucionais de Entidades Representativas dos Entes Estaduais e Municipais no Âmbito da Saúde - Conass e Conasems	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	14.420.000
20K4 Apoio ao Sistema de Ética em Pesquisa com Seres Humanos	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	12.780.000
20K5 Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	9.317.387
4705 Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	5.535.000.000

Ação	Programa	Órgão	Valor
20TR	Apoio Financeiro Suplementar à Manutenção da Educação Infantil	2080 Educação de qualidade para todos	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 7.320.000
20YQ	Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS	2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 Ministério da Saúde 78.424.000
20Z3	Apoio Operacional ao Pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 Ministério do Trabalho 246.655
0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	01000 Câmara dos Deputados 1.765.764.912 02000 Senado Federal 2.055.923.469 03000 Tribunal de Contas da União 726.162.239 10000 Supremo Tribunal Federal 155.411.347 11000 Superior Tribunal de Justiça 367.377.400 12000 Justiça Federal 1.489.098.430 13000 Justiça Militar da União 218.106.626 14000 Justiça Eleitoral 971.100.196 15000 Justiça do Trabalho 4.694.760.926 16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios 495.298.091 17000 Conselho Nacional de Justiça 157.560 20000 Presidência da República 1.017.554.875 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 1.973.439.000 24000 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 1.885.843.193 25000 Ministério da Fazenda 11.707.277.500 26000 Ministério da Educação 15.697.499.343 28000 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 234.106.600 29000 Defensoria Pública da União 18.749.640 30000 Ministério da Justiça 290.654.832 32000 Ministério de Minas e Energia 175.093.100 34000 Ministério Público da União 742.247.536 35000 Ministério das Relações Exteriores 376.846.327 36000 Ministério da Saúde 9.553.786.400 37000 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União 203.775.000 39000 Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 3.299.004.771 40000 Ministério do Trabalho 1.865.167.000 42000 Ministério da Cultura 194.602.100 44000 Ministério do Meio Ambiente 644.540.000 47000 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 2.259.181.964 51000 Ministério do Esporte 3.939.000

Ação	Programa	Órgão	Valor
0181 Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	52000 Ministério da Defesa	3.353.341.381
		53000 Ministério da Integração Nacional	569.351.536
		54000 Ministério do Turismo	22.555.494
		55000 Ministério do Desenvolvimento Social	5.031.416.000
		56000 Ministério das Cidades	403.715
		59000 Conselho Nacional do Ministério Público	236.879
		63000 Advocacia-Geral da União	664.378.000
		73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	1.752.855.000
		81000 Ministério dos Direitos Humanos	13.000
		82000 Ministério da Segurança Pública	3.794.945.000
0397 Aposentadorias e Pensões do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC	0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	01000 Câmara dos Deputados	139.300.000
		02000 Senado Federal	21.948.868
8287 Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa em Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	33.578.000
2798 Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional	2069 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 Ministério do Desenvolvimento Social	275.671.885
20YE Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	5.296.700.000
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0550 Controle Externo	03000 Tribunal de Contas da União	33.709.860
		02000 Senado Federal	166.730.631
		01000 Câmara dos Deputados	124.970.952
		10000 Supremo Tribunal Federal	16.123.008
		13000 Justiça Militar da União	16.547.460
		16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	64.640.982
		11000 Superior Tribunal de Justiça	60.027.708
		12000 Justiça Federal	217.794.960
		14000 Justiça Eleitoral	121.636.905
		15000 Justiça do Trabalho	394.976.985
		34000 Ministério Público da União	132.041.225
		17000 Conselho Nacional de Justiça	3.657.082
		59000 Conselho Nacional do Ministério Público	1.229.180
		20000 Presidência da República	53.459.556
		60000 Gabinete da Vice-Presidência da República	60.000
2105 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		142.421.352

Ação	Programa	Órgão	Valor	
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	2106 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	24000 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	64.705.448
		2107 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura	42000 Ministério da Cultura	7.935.588
		2108 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	52000 Ministério da Defesa	3.089.006.025
		2109 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	26000 Ministério da Educação	701.854.780
		2110 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	25000 Ministério da Fazenda	226.763.160
		2111 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional	53000 Ministério da Integração Nacional	20.376.744
		2112 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Segurança Pública	30000 Ministério da Justiça	8.801.928
		2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 Ministério da Saúde	347.296.020
		2116 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades	56000 Ministério das Cidades	28.232.808
		2118 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores	35000 Ministério das Relações Exteriores	137.273.196
		2119 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	32000 Ministério de Minas e Energia	31.671.960
		2121 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	28000 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	8.816.484
		2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social	169.342.116
		2123 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte	51000 Ministério do Esporte	1.340.436
		2124 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	44000 Ministério do Meio Ambiente	20.071.848
		2125 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	47000 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	42.742.416
			73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	54.622.116
		2126 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	39000 Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	50.200.512
		2128 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo	54000 Ministério do Turismo	1.010.688
		2129 Prestação de Assistência Jurídica Gratuita pela Defensoria Pública da União	29000 Defensoria Pública da União	4.658.244
	2130 Programa de Gestão e Manutenção da Advocacia-Geral da União	63000 Advocacia-Geral da União	18.711.456	
	2131 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho	40000 Ministério do Trabalho	34.301.232	
	2133 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	37000 Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	6.213.984	
	2134 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Direitos Humanos	81000 Ministério dos Direitos Humanos	645.312	
	2135 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Segurança Pública	82000 Ministério da Segurança Pública	94.162.260	

Ação	Programa	Órgão	Valor
00FM Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	308.006.848
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	1.085.485.805
8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	49.147.734.888
4324 Atenção à Saúde de populações ribeirinhas e de áreas remotas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil e com o Exército Brasileiro	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	24.754.787
6217 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	928.400.000
4295 Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	1.350.000.000
8305 Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Patologias de Alta Complexidade da Mulher, da Criança e do Adolescente e em Doenças Infecciosas	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	101.884.221
4370 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	1.653.200.000
20TP Ativos Civis da União	2108 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	52000 Ministério da Defesa	120.217.186
	2109 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	26000 Ministério da Educação	8.230.668.674
	2110 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	25000 Ministério da Fazenda	21.948.968
	2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 Ministério da Saúde	8.524.461.151
	2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social	4.961.223.940
20QG Atuação Internacional do Ministério da Saúde	2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 Ministério da Saúde	8.000.000
2562 Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos	2061 Previdência Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social	9.000.000
2592 Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	2061 Previdência Social	25000 Ministério da Fazenda	5.836.977
20AI Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	28.000.000
20K3 Avaliação e Incorporação de Tecnologias de Saúde no Âmbito do SUS	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	16.200.000
2589 Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 Ministério do Desenvolvimento Social	7.000.000

Ação	Programa	Órgão	Valor
00IN Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez	2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 Ministério do Desenvolvimento Social	18.441.380.389
		93000 Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	15.000.000.000
00H5 Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade	2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 Ministério do Desenvolvimento Social	10.770.663.941
		93000 Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	15.000.000.000
0536 Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	01000 Câmara dos Deputados	100.032
		11000 Superior Tribunal de Justiça	47.520
		12000 Justiça Federal	20.004
		14000 Justiça Eleitoral	63.448
		15000 Justiça do Trabalho	357.511
		20000 Presidência da República	475.020
		22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	497.446
		24000 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	253.770
		25000 Ministério da Fazenda	42.113.720
		26000 Ministério da Educação	2.370.707
		28000 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	21.298
		30000 Ministério da Justiça	461.448
		32000 Ministério de Minas e Energia	275.616
		34000 Ministério Público da União	16.260
		36000 Ministério da Saúde	5.779.717
		39000 Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	15.181.596
		44000 Ministério do Meio Ambiente	209.218
		47000 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	676.512
		52000 Ministério da Defesa	2.491.377
		53000 Ministério da Integração Nacional	17.539
		55000 Ministério do Desenvolvimento Social	871.645.046
56000 Ministério das Cidades	25.159.982		
71000 Encargos Financeiros da União	172.582.464		
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	26.008		
81000 Ministério dos Direitos Humanos	147.168		

Ação	Programa	Órgão	Valor
0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	82000 Ministério da Segurança Pública 1.237.524
212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	2108 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	52000 Ministério da Defesa 19.059.264
		2109 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	26000 Ministério da Educação 485.273.680
		2110 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	25000 Ministério da Fazenda 670.140
		2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 Ministério da Saúde 615.918.123
		2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 261.478.030
0E82	Benefícios Previdenciários Rurais	2061 Previdência Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 132.551.130.712
0E81	Benefícios Previdenciários Urbanos	2061 Previdência Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 285.141.413.183
			93000 Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição 201.705.263.179
20YX	Cadastros Públicos na Área de Trabalho e Emprego	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 Ministério do Trabalho 16.475.000
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	2109 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	26000 Ministério da Educação 9.438.145
		2110 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	25000 Ministério da Fazenda 315.143
		2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 Ministério da Saúde 18.200.000
		2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 18.137.243
4245	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 Ministério do Trabalho 2.900.000
0531	Compensação Financeira entre Entidades de Previdência Federal, Estadual e Municipal	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	01000 Câmara dos Deputados 450.246
009W	Compensação Previdenciária	2061 Previdência Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 3.669.760.264
009K	Complementação de Aposentadorias e Pensões da Extinta RFFSA	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 625.352.600
6179	Comunicação e Informações para a Educação em Saúde e em Ciência e Tecnologia	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 26.970.000
00QC	Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos	2080 Educação de qualidade para todos	26000 Ministério da Educação 101.681.960
0354	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000)	2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	74000 Operações Oficiais de Crédito 5.000.000
5516	Conferências Nacionais de Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 30.000.000
215I	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN	2069 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 28.656.550
148G	Construção de Prédios do Hospital de Clínicas de Porto Alegre	2080 Educação de qualidade para todos	26000 Ministério da Educação 30.000.000
13DW	Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 161.680.000

Ação		Programa	Órgão	Valor
13DU	Construção do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde e Produção de Imunobiológicos da Fiocruz no Ceará	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	15.000.000
125H	Construção do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	600.000
7XE3	Construção do Hospital Universitário do Sertão (HUS)	2080 Educação de qualidade para todos	26000 Ministério da Educação	25.000.000
12L5	Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	32.856.700
14UF	Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes	2062 Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	81000 Ministério dos Direitos Humanos	25.530.000
00Q8	Contribuição à Organização Internacional de Desenvolvimento de Padrões de Terminologias em Saúde (IHTSDO - International Health Terminology Standards Development Organisation)	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	36000 Ministério da Saúde	2.050.000
0220	Contribuição à União Internacional contra o Câncer - UICC (MS)	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	36000 Ministério da Saúde	12.000
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	2108 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	52000 Ministério da Defesa	19.695.000
		2109 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	26000 Ministério da Educação	611.819.533
		2110 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	25000 Ministério da Fazenda	2.626.000
		2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 Ministério da Saúde	1.385.363.966
		2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social	947.986.000
00QB	Contribuição Voluntária à Agência Internacional de Pesquisa sobre Câncer (IARC - International Agency for Research on Cancer)	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	36000 Ministério da Saúde	4.500.000
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	25000 Ministério da Fazenda	60.000
			36000 Ministério da Saúde	140.000
			55000 Ministério do Desenvolvimento Social	225.000
2E87	Controle da população de animais em situações excepcionais (castração e atenção veterinária - LDO 2019, art. 41)	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	11.077.387
8617	Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações dos Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 Ministério do Trabalho	436.695
2B42	Cooperação Técnica Nacional e Internacional em Ciência e Tecnologia em Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	28.912.000
00N2	Cumprimento de Sentença Judicial - Instituto Aerus de Seguridade Social - Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	25000 Ministério da Fazenda	573.316.122
2294	Defesa Judicial da Previdência Social Básica	2061 Previdência Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social	30.000.000

Ação	Programa	Órgão	Valor
8648	Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde e Programas de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento do SUS	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 9.856.000
2B52	Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 16.000.000
217M	Desenvolvimento Integral na Primeira Infância - Criança Feliz	2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 377.525.000
20K0	Desenvolvimento Tecnológico e Inovação para a Prevenção e Vigilância de Doenças Transmissíveis e na Resposta às Emergências	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 3.100.000
8426	Desimobilização de Imóveis Não-operacionais do INSS	2061 Previdência Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 1.000.000
2792	Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos	2069 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 27.370.000
00NJ	Doação à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento - UNITAID	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	36000 Ministério da Saúde 30.000.000
20YD	Educação e Formação em Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 1.160.409.000
20GN	Educação Previdenciária e Financeira	2061 Previdência Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 1.000.000
8581	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 649.911.058
219G	Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 202.694.344
20YL	Estruturação de Academias da Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 10.577.000
8933	Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 209.618.908
8535	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 2.182.433.975
7690	Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 19.688.497
2E74	Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	2108 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	52000 Ministério da Defesa 7.300.000
20YY	Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 Ministério do Trabalho 2.877.199
2E79	Expansão e Consolidação da Atenção Básica (Política Nacional de Atenção Básica-PNAB)	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 125.000.000
6908	Fomento à Educação em Saúde Ambiental voltada à Promoção da Saúde	2068 Saneamento Básico	36000 Ministério da Saúde 12.400.000
20K2	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas Regionalizadas, com vistas à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde Ambiental	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 4.831.000
2B12	Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 Ministério do Trabalho 567.704
8708	Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 6.434.000
6182	Fortalecimento da Ouvidoria Geral do Sistema Único de Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 46.998.000
20T6	Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 19.752.500

Ação	Programa	Órgão	Valor
20YJ	Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 291.165.774
4815	Funcionamento das Unidades Descentralizadas	2131 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho	40000 Ministério do Trabalho 158.200.000
2593	Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social	2061 Previdência Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 989.929.067
2015	Funcionamento do Conselho de Recursos do Seguro Social	2061 Previdência Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 33.405.765
2016	Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 13.170.000
8249	Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social	2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 8.144.349
20EI	Funcionamento dos Escritórios Regionais da PREVIC	2061 Previdência Social	25000 Ministério da Fazenda 1.325.926
4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais	2080 Educação de qualidade para todos	26000 Ministério da Educação 287.697.601
8327	Gerenciamento, Execução e Análise de Procedimentos relativos ao Serviço Laboratorial de Referência Para o Controle de Doenças	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 16.780.000
20HR	Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social	2061 Previdência Social	25000 Ministério da Fazenda 135.000 55000 Ministério do Desenvolvimento Social 1.000.000
2563	Gestão da Melhoria Contínua	2061 Previdência Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 7.000.000
2564	Gestão de Cadastros para a Previdência Social	2061 Previdência Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 134.802.457
2C43	Gestão Participativa do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 Ministério do Trabalho 1.806.541
2553	Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 Ministério do Trabalho 14.668.998
10GD	Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com população até 50.000 Habitantes, Exclusivo em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	2068 Saneamento Básico	36000 Ministério da Saúde 179.085.548
10GE	Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com população até 50.000 Habitantes, Exclusivo em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	2068 Saneamento Básico	36000 Ministério da Saúde 204.188.200
7656	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos)	2068 Saneamento Básico	36000 Ministério da Saúde 104.480.000
10RM	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário na Área de Atuação da Codevasf	2068 Saneamento Básico	53000 Ministério da Integração Nacional 52.595.389
15EG	Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 500.000
14UO	Implantação de Centros de Desenvolvimento Tecnológico e de Produção de Insumos para o SUS	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 11.700.000

Ação	Programa	Órgão	Valor
3921	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 36.321.661
7652	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos em localidades urbanas de municípios com população até 50.000 habitantes	2068 Saneamento Básico	36000 Ministério da Saúde 68.250.000
7XE2	Implantação do Hospital da Mulher	2080 Educação de qualidade para todos	26000 Ministério da Educação 5.660.688
156X	Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Tocantins	2080 Educação de qualidade para todos	26000 Ministério da Educação 12.213.384
20QI	Implantação e Manutenção da Força Nacional de Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 2.390.000
3883	Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das águas pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de doenças e agravos em áreas endêmicas de malária	2068 Saneamento Básico	36000 Ministério da Saúde 17.990.000
10GG	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	2068 Saneamento Básico	36000 Ministério da Saúde 28.477.000
8739	Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 3.000.000
8721	Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da atenção à Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 40.000.000
20QH	Implementação da Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde	2069 Segurança Alimentar e Nutricional	36000 Ministério da Saúde 70.862.810
20YI	Implementação de Políticas de Atenção à Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 126.431.168
20AM	Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais	2083 Qualidade Ambiental	36000 Ministério da Saúde 1.980.000
214U	Implementação do Programa Mais Médicos	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 3.583.346.000
0055	Inativos e Pensionistas da Extinta via Férrea do Rio Grande do Sul - VIFER (Lei nº 3.887, de 1969)	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios 13.309.440
00QN	Inativos e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios 958.833.309
0054	Inativos e Pensionistas do Estado do Mato Grosso (Art. 27 da Lei Complementar nº 31, de 1977)	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios 24.804.000
20AL	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 2.480.000.000
20AB	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 275.006.000
20GD	Inclusão Produtiva Rural	2012 Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 35.650.000
2E90	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 2.675.991.440
2E89	Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 3.266.597.188

Ação	Programa	Órgão	Valor	
0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	47000 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	586.742.000
			52000 Ministério da Defesa	569.716.492
8636	Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	48.919.000
116V	Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS	2061 Previdência Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social	5.000.000
141J	Ligações Intradomiciliares de Esgotos Sanitários e Módulos Sanitários Domiciliares	2068 Saneamento Básico	53000 Ministério da Integração Nacional	5.886.912
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	1.500.000
20YS	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Copagamento	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	562.353.000
20YR	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	2.040.000.000
20JT	Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 Ministério do Trabalho	38.681.532
7674	Modernização de Unidades da Fundação Oswaldo Cruz	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	82.550.000
6881	Modernização e Desenvolvimento de Sistemas de Informação da FUNASA	2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 Ministério da Saúde	41.292.000
8753	Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação Estratégica em Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	7.000.000
20Q4	Operação do Canal Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	14.846.000
20SP	Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	37.765.040
20AH	Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	88.728.508
4907	Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social	2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social	20.000.000
00Q2	Pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	416.505.069
0179	Pensões Militares das Forças Armadas	0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	52000 Ministério da Defesa	20.685.521.220
00QD	Pensões Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara	0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	1.037.494.826
8315	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	168.810.774
6146	Pesquisa em Saúde e Avaliação de Novas Tecnologias para o SUS	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	79.180.000
20QF	Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas Biomédicas e em Medicina Tropical e Meio Ambiente	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	68.900.000
219A	Piso de Atenção Básica em Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	17.900.000.000
20Q7	Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Fiocruz	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	8.280.000
8715	Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	9.936.024

Ação	Programa	Órgão	Valor
20XT	Prestação de Serviços Médico-Hospitalares e de Ensino e Pesquisa do Hospital das Forças Armadas	2108 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	52000 Ministério da Defesa 51.500.000
2583	Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 53.000.000
2522	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 40.000.000
		2108 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	52000 Ministério da Defesa 1.989.514
4923	Produção e Disseminação de Informação e Conhecimento para Gestão de Políticas de Desenvolvimento Social	2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 8.715.500
20AE	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 1.810.000.000
4368	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da aquisição de medicamentos do Componente Estratégico	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 333.000.000
20GG	Promoção da Inclusão Produtiva de Famílias em Situação de Pobreza	2019 Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 30.000.000
210M	Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente	2062 Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	81000 Ministério dos Direitos Humanos 34.120.000
2784	Promoção do Consumo de Alimentos Adequados e Saudáveis	2069 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 1.400.000
218V	Promoção do Desenvolvimento Humano nos Diferentes Ciclos de Vida	2037 Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 14.400.118
210N	Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência	2063 Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	81000 Ministério dos Direitos Humanos 7.130.487
218Q	Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	2064 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	81000 Ministério dos Direitos Humanos 7.940.000
20IY	Promoção Internacional de Políticas e Ações de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 1.696.847
20YP	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena	2065 Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	36000 Ministério da Saúde 1.357.850.000
4641	Publicidade de Utilidade Pública	2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 Ministério da Saúde 312.200.000
		2122 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 20.000.000
4339	Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 31.000.000
20Z1	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 Ministério do Trabalho 22.271.854
2591	Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários	2061 Previdência Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social 42.000.000
20G8	Reestruturação dos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Prestados pelos Hospitais Universitários Federais (Financiamento Partilhado - REHUF)	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde 410.000.000
20RX	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais	2080 Educação de qualidade para todos	26000 Ministério da Educação 410.454.504
0Z00	Reserva de Contingência - Financeira	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	81000 Ministério dos Direitos Humanos 13.330.543
		0999 Reserva de Contingência	30000 Ministério da Justiça 7.430.883
			36000 Ministério da Saúde 239.114.272
			81000 Ministério dos Direitos Humanos 10.519.669

Ação	Programa	Órgão	Valor
0Z01 Reserva de Contingência Fiscal - Primária	0999 Reserva de Contingência	36000 Ministério da Saúde	34.468.380
6149 Residência de Profissionais de Saúde - SUS	2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	36000 Ministério da Saúde	24.000.000
7684 Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	2065 Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	36000 Ministério da Saúde	50.600.000
00H4 Seguro Desemprego	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 Ministério do Trabalho	40.644.326.351
0022 Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	26000 Ministério da Educação	10.250.000
		36000 Ministério da Saúde	25.148.264
0625 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	26000 Ministério da Educação	8.681.024
		55000 Ministério do Desenvolvimento Social	8.540.963.999
0005 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	26000 Ministério da Educação	18.249.821
		36000 Ministério da Saúde	279.640.497
		55000 Ministério do Desenvolvimento Social	7.721.416.362
8446 Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	2019 Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais	55000 Ministério do Desenvolvimento Social	550.770.000
2292 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários	2061 Previdência Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social	435.170.543
2585 Serviço de Reabilitação Profissional	2061 Previdência Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social	40.000.000
009T Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	2.977.427.968
4741 Sistema de Integração das Ações de Emprego, Trabalho e Renda	2071 Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	40000 Ministério do Trabalho	178.627.757
20HT Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC	2061 Previdência Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social	1.000.000
6414 Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único	2019 Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais	55000 Ministério do Desenvolvimento Social	12.479.999
20YN Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde)	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	488.553.611
212S Sustentabilidade e Fomento do Regime de Previdência Complementar	2061 Previdência Social	25000 Ministério da Fazenda	48.965
4405 Teleatendimento Previdenciário	2061 Previdência Social	55000 Ministério do Desenvolvimento Social	140.000.000
8442 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	2019 Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais	55000 Ministério do Desenvolvimento Social	22.933.787.592
		93000 Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	6.551.132.408
0C01 Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	47000 Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	127.519.944
		52000 Ministério da Defesa	13.960.932
8719 Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos	2015 Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000 Ministério da Saúde	75.200.000

Quadro 12 - Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

R\$ 1,00

LDO-2019, Anexo I, Inciso XII

Recursos de todas as fontes

Ação		Programa		Órgão		Valor
6138	Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados	2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	36000	Ministério da Saúde	16.000.000
TOTAL						1.056.238.798.947

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
01	Câmara dos Deputados	78.153.896
101	Câmara dos Deputados	37.245.316
0553	Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados	37.245.316
0553 4061	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política	37.245.316
0553 4061 5664	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Em Brasília - DF	37.245.316
901	Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	40.908.580
0553	Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados	40.908.580
0553 4061	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política	40.908.580
0553 4061 5664	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Em Brasília - DF	40.908.580
02	Senado Federal	32.444.470
101	Senado Federal	32.444.470
0551	Atuação Legislativa do Senado Federal	32.444.470
0551 4061	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política	32.444.470
0551 4061 5664	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Em Brasília - DF	32.444.470
03	Tribunal de Contas da União	49.661.174
101	Tribunal de Contas da União	49.661.174
0550	Controle Externo	49.661.174
0550 4018	Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	49.661.174
0550 4018 0001	Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais - Nacional	49.661.174
11	Superior Tribunal de Justiça	28.637.349
101	Superior Tribunal de Justiça	28.637.349
0568	Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça	28.637.349
0568 157V	Implantação e Modernização de Infraestruturas de Tecnologia da Informação	374.170
0568 157V 0001	Implantação e Modernização de Infraestruturas de Tecnologia da Informação - Nacional	374.170
0568 4236	Apreciação e Julgamento de Causas	28.263.179
0568 4236 5664	Apreciação e Julgamento de Causas - Em Brasília - DF	28.263.179
12	Justiça Federal	158.165.759
101	Justiça Federal de Primeiro Grau	99.029.869
0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	99.029.869
0569 151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe	43.516
0569 151W 0001	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Nacional	43.516
0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal	98.986.353
0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional	98.986.353
102	Tribunal Regional Federal da 1a. Região	14.644.797
0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	14.644.797
0569 151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe	1.536.007
0569 151W 6012	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO	1.536.007
0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal	13.108.790
0569 4257 6012	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO	13.108.790
103	Tribunal Regional Federal da 2a. Região	8.382.538
0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	8.382.538
0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal	8.382.538
0569 4257 6013	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ	8.382.538
104	Tribunal Regional Federal da 3a. Região	8.093.111
0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	8.093.111
0569 151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe	1.050.823
0569 151W 6014	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP	1.050.823
0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal	7.042.288
0569 4257 6014	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP	7.042.288
105	Tribunal Regional Federal da 4a. Região	6.175.400
0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	6.175.400
0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal	6.175.400
0569 4257 6015	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC	6.175.400
106	Tribunal Regional Federal da 5a. Região	21.840.044
0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	21.840.044
0569 151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe	1.590.044
0569 151W 6016	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE	1.590.044
0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal	20.250.000
0569 4257 6016	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE	20.250.000
14	Justiça Eleitoral	568.328.050
101	Tribunal Superior Eleitoral	428.303.014
0570	Gestão do Processo Eleitoral	428.303.014
0570 152B	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Eleitoral - PJe	5.513.730
0570 152B 0001	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Eleitoral - PJe - Nacional	5.513.730
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	60.090.419
0570 20GP 0001	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional	60.090.419
0570 4269	Pleitos Eleitorais	305.749.721
0570 4269 0001	Pleitos Eleitorais - Nacional	305.749.721
0570 7832	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor	56.949.144
0570 7832 0001	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor - Nacional	56.949.144
102	Tribunal Regional Eleitoral do Acre	2.170.115
0570	Gestão do Processo Eleitoral	2.170.115
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	2.170.115
0570 20GP 0012	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Acre	2.170.115

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
103	Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	2.233.895
0570	Gestão do Processo Eleitoral	2.233.895
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	2.233.895
0570 20GP 0027	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Alagoas	2.233.895
104	Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	5.183.546
0570	Gestão do Processo Eleitoral	5.183.546
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	5.183.546
0570 20GP 0013	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Amazonas	5.183.546
105	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	11.210.208
0570	Gestão do Processo Eleitoral	11.210.208
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	11.210.208
0570 20GP 0029	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado da Bahia	11.210.208
106	Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	3.248.735
0570	Gestão do Processo Eleitoral	3.248.735
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	3.248.735
0570 20GP 0023	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Ceará	3.248.735
107	Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	3.054.089
0570	Gestão do Processo Eleitoral	3.054.089
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	3.054.089
0570 20GP 0053	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Distrito Federal	3.054.089
108	Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	3.944.430
0570	Gestão do Processo Eleitoral	3.944.430
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	3.944.430
0570 20GP 0032	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Espírito Santo	3.944.430
109	Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	6.520.465
0570	Gestão do Processo Eleitoral	6.520.465
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	6.520.465
0570 20GP 0052	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Goiás	6.520.465
110	Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	5.942.572
0570	Gestão do Processo Eleitoral	5.942.572
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	5.942.572
0570 20GP 0021	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Maranhão	5.942.572
111	Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso	4.718.433
0570	Gestão do Processo Eleitoral	4.718.433
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	4.718.433
0570 20GP 0051	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso	4.718.433
112	Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	3.162.042
0570	Gestão do Processo Eleitoral	3.162.042
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	3.162.042
0570 20GP 0054	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso do Sul	3.162.042
113	Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	15.467.000
0570	Gestão do Processo Eleitoral	15.467.000
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	15.467.000
0570 20GP 0031	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Minas Gerais	15.467.000
114	Tribunal Regional Eleitoral do Pará	6.168.516
0570	Gestão do Processo Eleitoral	6.168.516
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	6.168.516
0570 20GP 0015	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Pará	6.168.516
115	Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	2.452.399
0570	Gestão do Processo Eleitoral	2.452.399
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	2.452.399
0570 20GP 0025	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado da Paraíba	2.452.399
116	Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	5.236.319
0570	Gestão do Processo Eleitoral	5.236.319
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	5.236.319
0570 20GP 0041	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Paraná	5.236.319
117	Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	5.907.539
0570	Gestão do Processo Eleitoral	5.907.539
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	5.907.539
0570 20GP 0026	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Pernambuco	5.907.539
118	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	4.372.571
0570	Gestão do Processo Eleitoral	4.372.571
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	4.372.571
0570 20GP 0022	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Piauí	4.372.571
119	Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	11.848.008
0570	Gestão do Processo Eleitoral	11.848.008
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	11.848.008
0570 20GP 0033	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio de Janeiro	11.848.008
120	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	2.753.804
0570	Gestão do Processo Eleitoral	2.753.804
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	2.753.804
0570 20GP 0024	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio Grande do Norte	2.753.804
121	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	5.545.092
0570	Gestão do Processo Eleitoral	5.545.092
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	5.545.092
0570 20GP 0043	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio Grande do Sul	5.545.092
122	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	937.432

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
0570	Gestão do Processo Eleitoral	937.432
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	937.432
0570 20GP 0011	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Rondônia	937.432
123	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	4.802.443
0570	Gestão do Processo Eleitoral	4.802.443
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	4.802.443
0570 20GP 0042	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Santa Catarina	4.802.443
124	Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	15.015.002
0570	Gestão do Processo Eleitoral	15.015.002
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	15.015.002
0570 20GP 0035	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de São Paulo	15.015.002
125	Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	2.118.083
0570	Gestão do Processo Eleitoral	2.118.083
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	2.118.083
0570 20GP 0028	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Sergipe	2.118.083
126	Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	2.909.496
0570	Gestão do Processo Eleitoral	2.909.496
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	2.909.496
0570 20GP 0017	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Tocantins	2.909.496
127	Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	1.373.851
0570	Gestão do Processo Eleitoral	1.373.851
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	1.373.851
0570 20GP 0014	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Roraima	1.373.851
128	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	1.728.951
0570	Gestão do Processo Eleitoral	1.728.951
0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	1.728.951
0570 20GP 0016	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Amapá	1.728.951
15	Justiça do Trabalho	260.634.363
101	Tribunal Superior do Trabalho	82.263.706
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	82.263.706
0571 2C73	Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	59.580.172
0571 2C73 0001	Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação - Nacional	59.580.172
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	22.683.534
0571 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional	22.683.534
102	Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro	18.660.076
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	18.660.076
0571 2191	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública	52.000
0571 2191 0033	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - No Estado do Rio de Janeiro	52.000
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	18.608.076
0571 4256 0033	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro	18.608.076
103	Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo	33.337.392
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	33.337.392
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	33.337.392
0571 4256 0035	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de São Paulo	33.337.392
104	Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais	6.957.011
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	6.957.011
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	6.957.011
0571 4256 0031	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Minas Gerais	6.957.011
105	Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul	14.543.208
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	14.543.208
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	14.543.208
0571 4256 0043	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Sul	14.543.208
106	Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia	5.998.941
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	5.998.941
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	5.998.941
0571 4256 0029	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Bahia	5.998.941
107	Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco	6.046.739
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	6.046.739
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	6.046.739
0571 4256 0026	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Pernambuco	6.046.739
108	Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará	5.168.727
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	5.168.727
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	5.168.727
0571 4256 0023	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Ceará	5.168.727
109	Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá	5.101.291
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	5.101.291
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	5.101.291
0571 4256 6017	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA	5.101.291
110	Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná	14.358.888
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	14.358.888
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	14.358.888
0571 4256 0041	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná	14.358.888
111	Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins	6.202.186
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	6.202.186
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	6.202.186
0571 4256 6018	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO	6.202.186
112	Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima	6.754.015

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII		Recursos de Todas as Fontes
Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	6.754.015
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	6.754.015
0571 4256 6019	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR	6.754.015
113	Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina	6.899.293
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	6.899.293
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	6.899.293
0571 4256 0042	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Santa Catarina	6.899.293
114	Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba	1.312.747
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	1.312.747
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	1.312.747
0571 4256 0025	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Paraíba	1.312.747
115	Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre	2.750.155
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	2.750.155
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	2.750.155
0571 4256 6020	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 14ª Região da Justiça do Trabalho - AC, RO	2.750.155
116	Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP	11.054.260
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	11.054.260
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	11.054.260
0571 4256 0035	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de São Paulo	11.054.260
117	Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão	3.177.976
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	3.177.976
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	3.177.976
0571 4256 0021	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Maranhão	3.177.976
118	Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo	5.155.872
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	5.155.872
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	5.155.872
0571 4256 0032	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Espírito Santo	5.155.872
119	Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás	4.333.476
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	4.333.476
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	4.333.476
0571 4256 0052	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás	4.333.476
120	Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas	4.361.502
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	4.361.502
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	4.361.502
0571 4256 0027	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Alagoas	4.361.502
121	Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe	4.994.246
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	4.994.246
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	4.994.246
0571 4256 0028	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Sergipe	4.994.246
122	Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte	3.384.626
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	3.384.626
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	3.384.626
0571 4256 0024	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Norte	3.384.626
123	Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí	2.540.161
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	2.540.161
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	2.540.161
0571 4256 0022	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Piauí	2.540.161
124	Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso	2.548.417
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	2.548.417
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	2.548.417
0571 4256 0051	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso	2.548.417
125	Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul	2.729.452
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	2.729.452
0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	2.729.452
0571 4256 0054	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso do Sul	2.729.452
16	Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	30.628.407
101	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	30.628.407
0567	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal	30.628.407
0567 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal	30.628.407
0567 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal	30.628.407
17	Conselho Nacional de Justiça	52.343.052
101	Conselho Nacional de Justiça	52.343.052
1389	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	52.343.052
1389 152A	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário - PJe	11.363.174
1389 152A 0001	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário - PJe - Nacional	11.363.174
1389 1K27	Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira	17.192.520
1389 1K27 0001	Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira - Nacional	17.192.520
1389 2B65	Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos	23.787.358
1389 2B65 0001	Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos - Nacional	23.787.358
20	Presidência da República	76.623.379
101	Presidência da República	13.391.501
2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República	13.391.501
2101 2000	Administração da Unidade	13.391.501
2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	13.391.501
118	Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	1.500.000
2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República	1.500.000
2101 2684	Ações de Inteligência	1.500.000

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII		Recursos de Todas as Fontes	
Programática	Programa/Ação/Localização		Valor
2101 2684 0001	Ações de Inteligência - Nacional		1.500.000
124	Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca		915.545
2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República		915.545
2101 2000	Administração da Unidade		915.545
2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		915.545
129	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário		8.000.000
2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República		8.000.000
2101 2000	Administração da Unidade		8.000.000
2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		8.000.000
201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA		31.281.074
2066	Reforma Agrária e Governança Fundiária		11.572.734
2066 219N	Governança Fundiária e Gerenciamento do Cadastro Rural		11.572.734
2066 219N 0001	Governança Fundiária e Gerenciamento do Cadastro Rural - Nacional		11.572.734
2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República		19.708.340
2101 2000	Administração da Unidade		19.708.340
2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		19.708.340
204	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI		535.259
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública		535.259
2038 217Z	Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP - Brasil e de outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital		535.259
2038 217Z 0001	Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP - Brasil e de outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital - Nacional		535.259
415	Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC		100.000
2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República		100.000
2101 2000	Administração da Unidade		100.000
2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		100.000
416	Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL		3.300.000
2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República		3.300.000
2101 2000	Administração da Unidade		1.300.000
2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		1.300.000
2101 20UA	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (Programa de Aceleração do Crescimento)		2.000.000
2101 20UA 0001	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (Programa de Aceleração do Crescimento) - Nacional		2.000.000
927	Fundo de Imprensa Nacional		17.600.000
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública		17.600.000
2038 2804	Edição, Produção, Divulgação e Distribuição de Publicações Oficiais		17.600.000
2038 2804 0001	Edição, Produção, Divulgação e Distribuição de Publicações Oficiais - Nacional		17.600.000
22	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		82.266.064
101	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta		53.550.860
2028	Defesa Agropecuária		3.346.256
2028 152L	Reforma, Ampliação e Modernização dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros)		1.217.179
2028 152L 0001	Reforma, Ampliação e Modernização dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros) - Nacional		1.217.179
2028 214W	Implementação da Defesa Agropecuária		2.119.077
2028 214W 0001	Implementação da Defesa Agropecuária - Nacional		2.119.077
2028 214Y	Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA		10.000
2028 214Y 0001	Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA - Nacional		10.000
2042	Pesquisa e Inovações para a Agropecuária		129.604
2042 20ZY	Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau		129.604
2042 20ZY 0001	Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau - Nacional		129.604
2077	Agropecuária Sustentável		1.000.000
2077 147S	Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico		500.000
2077 147S 0001	Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico - Nacional		500.000
2077 2161	Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas		500.000
2077 2161 0001	Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas - Nacional		500.000
2105	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		49.075.000
2105 2000	Administração da Unidade		49.075.000
2105 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		49.075.000
202	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA		25.500.000
2042	Pesquisa e Inovações para a Agropecuária		25.500.000
2042 15LH	Aquisição e Implantação de Sistema Integrado de Gestão		18.500.000
2042 15LH 0001	Aquisição e Implantação de Sistema Integrado de Gestão - Nacional		18.500.000
2042 20Y6	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária		6.900.000
2042 20Y6 0001	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária - Nacional		6.900.000
2042 8924	Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária		100.000
2042 8924 0001	Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária - Nacional		100.000
211	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB		2.765.204
2105	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		2.765.204
2105 2000	Administração da Unidade		2.765.204
2105 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		2.765.204
906	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira		450.000
2077	Agropecuária Sustentável		450.000
2077 20Y8	Desenvolvimento da Cafeicultura		450.000
2077 20Y8 0001	Desenvolvimento da Cafeicultura - Nacional		450.000
24	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações		163.256.341
101	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta		77.543.782
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação		22.637.890
2021 15P6	Ampliação e Modernização da Infraestrutura para o Estudo da Biodiversidade, Inovação Tecnológica e Sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às Mudanças Globais		480.000

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII		Recursos de Todas as Fontes	
Programática	Programa/Ação/Localização		Valor
2021 15P6 0001	Ampliação e Modernização da Infraestrutura para o Estudo da Biodiversidade, Inovação Tecnológica e Sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às Mudanças Globais - Nacional		480.000
2021 20UI	Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE		922.000
2021 20UI 0001	Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE - Nacional		922.000
2021 20UK	Ciência, Tecnologia e Inovação no Observatório Nacional - ON		3.210.000
2021 20UK 0001	Ciência, Tecnologia e Inovação no Observatório Nacional - ON - Nacional		3.210.000
2021 20UL	Ciência, Tecnologia e Inovação no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI		321.972
2021 20UL 0001	Ciência, Tecnologia e Inovação no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI - Nacional		321.972
2021 20UN	Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Tecnologia - INT		3.096.258
2021 20UN 0001	Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Tecnologia - INT - Nacional		3.096.258
2021 20UR	Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA		510.000
2021 20UR 0010	Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA - Na Região Norte		510.000
2021 20V7	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTIC		4.000.000
2021 20V7 0001	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTIC - Nacional		4.000.000
2021 4125	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Ciências Sociais e Naturais no Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG		203.632
2021 4125 0010	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Ciências Sociais e Naturais no Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG - Na Região Norte		203.632
2021 4126	Pesquisa e Desenvolvimento em Astrofísica e Astronomia no Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA		430.000
2021 4126 0001	Pesquisa e Desenvolvimento em Astrofísica e Astronomia no Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA - Nacional		430.000
2021 4128	Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM		372.800
2021 4128 0001	Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM - Nacional		372.800
2021 4139	Pesquisa e Desenvolvimento no Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC		9.091.228
2021 4139 0001	Pesquisa e Desenvolvimento no Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC - Nacional		9.091.228
2040	Gestão de Riscos e de Desastres		4.800.000
2040 20GB	Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN		4.800.000
2040 20GB 0001	Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN - Nacional		4.800.000
2050	Mudança do Clima		9.592.000
2050 20V9	Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)		1.271.000
2050 20V9 0001	Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE) - Nacional		1.271.000
2050 20VA	Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima		667.000
2050 20VA 0001	Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima - Nacional		667.000
2050 216W	Pesquisa, Desenvolvimento e Supercomputação para Previsão de Tempo e Clima		7.654.000
2050 216W 0001	Pesquisa, Desenvolvimento e Supercomputação para Previsão de Tempo e Clima - Nacional		7.654.000
2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações		40.513.892
2106 2000	Administração da Unidade		40.513.892
2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		40.513.892
201	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico		29.731.746
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação		901.746
2021 20US	Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores		901.746
2021 20US 0001	Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores - Nacional		901.746
2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações		28.830.000
2106 2000	Administração da Unidade		28.830.000
2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		28.830.000
204	Comissão Nacional de Energia Nuclear		14.132.794
2059	Política Nuclear		7.564.794
2059 20UW	Segurança Nuclear e Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas		2.930.000
2059 20UW 0001	Segurança Nuclear e Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas - Nacional		2.930.000
2059 20UX	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nucleares		4.504.794
2059 20UX 0001	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nucleares - Nacional		4.504.794
2059 215N	Prestação de Serviços Tecnológicos		80.000
2059 215N 0001	Prestação de Serviços Tecnológicos - Nacional		80.000
2059 2478	Produção e Fornecimento de Radiofármacos no País		50.000
2059 2478 0001	Produção e Fornecimento de Radiofármacos no País - Nacional		50.000
2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações		6.568.000
2106 2000	Administração da Unidade		6.568.000
2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		6.568.000
205	Agência Espacial Brasileira		9.744.500
2056	Política Espacial		7.344.500
2056 20V0	Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes Suborbitais e de Veículos Lançadores de Satélites, com a Infraestrutura Associada		20.000
2056 20V0 0001	Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes Suborbitais e de Veículos Lançadores de Satélites, com a Infraestrutura Associada - Nacional		20.000
2056 20VB	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial		2.730.500
2056 20VB 0001	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para o Setor Espacial - Nacional		2.730.500
2056 20VC	Desenvolvimento, Lançamento e Operação de Satélites, com a Infraestrutura Associada		4.594.000
2056 20VC 0001	Desenvolvimento, Lançamento e Operação de Satélites, com a Infraestrutura Associada - Nacional		4.594.000
2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações		2.400.000
2106 2000	Administração da Unidade		2.400.000
2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		2.400.000
206	Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB		578.337
2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações		578.337
2106 2000	Administração da Unidade		578.337
2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		578.337
207	Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP		3.739.000
2059	Política Nuclear		3.739.000
2059 20V1	Fabricação de Equipamentos Pesados para as Indústrias Nuclear e de Alta Tecnologia		3.739.000

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII		Recursos de Todas as Fontes	
Programática	Programa/Ação/Localização		Valor
2059 20V1 0001	Fabricação de Equipamentos Pesados para as Indústrias Nuclear e de Alta Tecnologia - Nacional		3.739.000
209	Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC		2.101.500
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação		2.101.500
2021 6432	Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores		2.101.500
2021 6432 0001	Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores - Nacional		2.101.500
211	Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL		25.684.682
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia		129.540
2025 2B68	Relações com os Usuários de Serviços de Telecomunicações		129.540
2025 2B68 0001	Relações com os Usuários de Serviços de Telecomunicações - Nacional		129.540
2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações		25.555.142
2106 2000	Administração da Unidade		25.555.142
2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		25.555.142
25	Ministério da Fazenda		2.232.620.438
101	Ministério da Fazenda - Administração Direta		343.444.400
2039	Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios		214.444.400
2039 2027	Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil		214.444.400
2039 2027 0001	Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil - Nacional		214.444.400
2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda		129.000.000
2110 2000	Administração da Unidade		129.000.000
2110 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		129.000.000
103	Secretaria da Receita Federal do Brasil		1.613.117.291
2024	Comércio Exterior		32.000.000
2024 153V	Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior		32.000.000
2024 153V 0001	Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior - Nacional		32.000.000
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública		1.000.000
2038 15FA	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Nacional de Notas Fiscais Eletrônicas		1.000.000
2038 15FA 0001	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Nacional de Notas Fiscais Eletrônicas - Nacional		1.000.000
2039	Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios		58.500.000
2039 15EH	Implantação de Sistemas Estratégicos para Gestão Tributária e Aduaneira		58.500.000
2039 15EH 0001	Implantação de Sistemas Estratégicos para Gestão Tributária e Aduaneira - Nacional		58.500.000
2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda		1.521.617.291
2110 20VF	Fortalecimento Institucional		46.000.000
2110 20VF 0001	Fortalecimento Institucional - Nacional		46.000.000
2110 20VG	Gestão dos Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais		1.475.617.291
2110 20VG 0001	Gestão dos Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - Nacional		1.475.617.291
104	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional		206.660.000
2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda		206.660.000
2110 2244	Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional		206.660.000
2110 2244 0001	Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional - Nacional		206.660.000
201	Banco Central do Brasil		37.841.729
2039	Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios		37.841.729
2039 2089	Gestão do Sistema de Informações Banco Central do Brasil - SISBACEN		37.769.729
2039 2089 0001	Gestão do Sistema de Informações Banco Central do Brasil - SISBACEN - Nacional		37.769.729
2039 2098	Formulação e Gerenciamento da Política Monetária, Cambial e de Crédito		72.000
2039 2098 0001	Formulação e Gerenciamento da Política Monetária, Cambial e de Crédito - Nacional		72.000
203	Comissão de Valores Mobiliários		7.452.919
2039	Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios		7.452.919
2039 20WU	Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários		7.452.919
2039 20WU 0001	Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários - Nacional		7.452.919
206	Superintendência Nacional de Previdência Complementar		8.828.706
2061	Previdência Social		5.523.266
2061 2592	Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar		5.523.266
2061 2592 0001	Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - Nacional		5.523.266
2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda		3.305.440
2110 2000	Administração da Unidade		3.305.440
2110 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		3.305.440
208	Superintendência de Seguros Privados		4.585.393
2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda		4.585.393
2110 2000	Administração da Unidade		4.585.393
2110 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		4.585.393
913	Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento		10.690.000
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública		680.000
2038 20VE	Promoção da Educação Fiscal		100.000
2038 20VE 0001	Promoção da Educação Fiscal - Nacional		100.000
2038 2250	Seleção, Formação e Desenvolvimento de Pessoas		580.000
2038 2250 0001	Seleção, Formação e Desenvolvimento de Pessoas - Nacional		580.000
2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda		10.010.000
2110 2000	Administração da Unidade		10.010.000
2110 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		10.010.000
26	Ministério da Educação		473.008.505
101	Ministério da Educação - Administração Direta		124.921.484
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		124.921.484
2109 2000	Administração da Unidade		124.921.484
2109 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal		124.921.484
104	Instituto Nacional de Educação de Surdos		1.627.400
2080	Educação de qualidade para todos		1.627.400

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2080 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	1.627.400
2080 20RI 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro	1.627.400
105	Instituto Benjamin Constant	2.755.420
2080	Educação de qualidade para todos	2.755.420
2080 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	2.755.420
2080 20RI 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro	2.755.420
201	Colégio Pedro II	3.753.304
2080	Educação de qualidade para todos	3.753.304
2080 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	3.753.304
2080 20RI 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro	3.753.304
230	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	690.000
2080	Educação de qualidade para todos	690.000
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	690.000
2080 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste	690.000
232	Universidade Federal da Bahia	4.141.584
2080	Educação de qualidade para todos	4.139.784
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2.538.714
2080 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	2.538.714
2080 8282	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior	1.601.070
2080 8282 0029	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	1.601.070
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	1.800
2109 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	1.800
2109 4572 0029	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Bahia	1.800
233	Universidade Federal do Ceará	4.935.457
2080	Educação de qualidade para todos	4.935.457
2080 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	40.000
2080 20GK 0023	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Ceará	40.000
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	3.295.457
2080 20RK 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará	3.295.457
2080 8282	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior	1.600.000
2080 8282 0023	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará	1.600.000
234	Universidade Federal do Espírito Santo	1.506.200
2080	Educação de qualidade para todos	1.506.200
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.506.200
2080 20RK 0032	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo	1.506.200
235	Universidade Federal de Goiás	7.377.804
2080	Educação de qualidade para todos	7.377.804
2080 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2.000
2080 20GK 0052	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Goiás	2.000
2080 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	97.800
2080 20RI 0052	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Goiás	97.800
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	5.946.020
2080 20RK 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	5.946.020
2080 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	100.000
2080 4002 0052	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Goiás	100.000
2080 8282	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior	1.231.984
2080 8282 0052	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	1.231.984
236	Universidade Federal Fluminense	495.842
2080	Educação de qualidade para todos	495.842
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	495.842
2080 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	495.842
238	Universidade Federal de Minas Gerais	3.318.132
2080	Educação de qualidade para todos	3.318.132
2080 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	500
2080 20GK 0031	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Minas Gerais	500
2080 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	15.664
2080 20RI 0031	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Minas Gerais	15.664
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	3.192.355
2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	3.192.355
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	109.613
2080 20RL 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	109.613
239	Universidade Federal do Pará	3.882.332
2080	Educação de qualidade para todos	3.877.332
2080 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	103.904
2080 20RI 0015	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Pará	103.904
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	3.508.528
2080 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	3.508.528
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	55.000
2080 20RL 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Pará	55.000
2080 8282	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior	209.900
2080 8282 0015	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	209.900
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	5.000
2109 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	5.000
2109 4572 0015	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Pará	5.000
240	Universidade Federal da Paraíba	247.995
2080	Educação de qualidade para todos	247.995
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	247.995

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2080 20RK 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba	247.995
241	Universidade Federal do Paraná	400.000
2080	Educação de qualidade para todos	400.000
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	400.000
2080 20RK 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná	400.000
242	Universidade Federal de Pernambuco	5.010.324
2080	Educação de qualidade para todos	5.010.324
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	5.010.324
2080 20RK 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco	5.010.324
243	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1.672.188
2080	Educação de qualidade para todos	1.672.188
2080 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	2.477
2080 20RI 0024	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Norte	2.477
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.657.651
2080 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte	1.657.651
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	8.974
2080 20RL 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte	8.974
2080 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	3.086
2080 4002 0024	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte	3.086
244	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2.700.000
2080	Educação de qualidade para todos	2.700.000
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2.700.000
2080 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	2.700.000
246	Universidade Federal de Santa Catarina	2.782.460
2080	Educação de qualidade para todos	2.782.460
2080 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	10.000
2080 20GK 0042	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Santa Catarina	10.000
2080 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	58.100
2080 20RI 0042	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Santa Catarina	58.100
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2.364.360
2080 20RK 0042	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina	2.364.360
2080 8282	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior	350.000
2080 8282 0042	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina	350.000
247	Universidade Federal de Santa Maria	3.590.000
2080	Educação de qualidade para todos	3.590.000
2080 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	60.000
2080 20GK 0043	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio Grande do Sul	60.000
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.000.000
2080 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	1.000.000
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.250.000
2080 20RL 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul	1.250.000
2080 8282	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior	1.280.000
2080 8282 0043	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	1.280.000
249	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	602.525
2080	Educação de qualidade para todos	602.525
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	43.755
2080 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	43.755
2080 8282	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior	558.770
2080 8282 0033	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	558.770
250	Fundação Universidade Federal de Roraima	720.000
2080	Educação de qualidade para todos	720.000
2080 8282	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior	720.000
2080 8282 0014	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima	720.000
252	Universidade Federal de Campina Grande	2.473.983
2080	Educação de qualidade para todos	2.473.983
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2.453.483
2080 20RK 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba	2.453.483
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	20.500
2080 20RL 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba	20.500
254	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	1.850.965
2080	Educação de qualidade para todos	1.850.965
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.850.965
2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	1.850.965
255	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	335.000
2080	Educação de qualidade para todos	335.000
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	335.000
2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	335.000
256	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	2.636.000
2080	Educação de qualidade para todos	2.636.000
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	2.636.000
2080 20RL 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	2.636.000
257	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	1.751.650
2080	Educação de qualidade para todos	1.751.650
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.751.650
2080 20RL 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	1.751.650
258	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	5.792.000
2080	Educação de qualidade para todos	5.792.000

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	4.992.000
2080 20RK 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná	4.992.000
2080 8282	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior	800.000
2080 8282 0041	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná	800.000
260	Universidade Federal de Alfenas	1.103.098
2080	Educação de qualidade para todos	1.103.098
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.103.098
2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	1.103.098
261	Universidade Federal de Itajubá	700.000
2080	Educação de qualidade para todos	700.000
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	700.000
2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	700.000
262	Universidade Federal de São Paulo	150.289
2080	Educação de qualidade para todos	150.289
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	150.289
2080 20RK 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	150.289
263	Universidade Federal de Lavras	2.610.732
2080	Educação de qualidade para todos	2.610.732
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2.610.732
2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	2.610.732
264	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	1.272.000
2080	Educação de qualidade para todos	1.272.000
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.272.000
2080 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte	1.272.000
266	Fundação Universidade Federal do Pampa	100.000
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	100.000
2109 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	100.000
2109 4572 0043	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Sul	100.000
268	Fundação Universidade Federal de Rondônia	350.000
2080	Educação de qualidade para todos	350.000
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	350.000
2080 20RK 0011	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Rondônia	350.000
269	Fundação Universidade do Rio de Janeiro	2.573.000
2080	Educação de qualidade para todos	2.573.000
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2.573.000
2080 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	2.573.000
270	Fundação Universidade do Amazonas	5.986.786
2080	Educação de qualidade para todos	5.986.786
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	5.986.786
2080 20RK 0013	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas	5.986.786
271	Fundação Universidade de Brasília	10.620.794
2080	Educação de qualidade para todos	10.620.794
2080 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	4.000
2080 20GK 0053	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Distrito Federal	4.000
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	10.616.794
2080 20RK 0053	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal	10.616.794
272	Fundação Universidade Federal do Maranhão	683.000
2080	Educação de qualidade para todos	683.000
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	683.000
2080 20RK 0021	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão	683.000
273	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	382.175
2080	Educação de qualidade para todos	382.175
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	82.175
2080 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	82.175
2080 8282	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior	300.000
2080 8282 0043	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	300.000
274	Universidade Federal de Uberlândia	3.088.803
2080	Educação de qualidade para todos	3.088.803
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	3.088.803
2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	3.088.803
275	Fundação Universidade Federal do Acre	2.224.060
2080	Educação de qualidade para todos	2.224.060
2080 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	64.060
2080 20RI 0012	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Acre	64.060
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2.160.000
2080 20RK 0012	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre	2.160.000
276	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	1.950.000
2080	Educação de qualidade para todos	1.950.000
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.950.000
2080 20RK 0051	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso	1.950.000
277	Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	687.306
2080	Educação de qualidade para todos	687.306
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	225.000
2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	225.000
2080 8282	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior	462.306
2080 8282 0031	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	462.306

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
278	Fundação Universidade Federal de Pelotas	990.000
2080	Educação de qualidade para todos	990.000
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	990.000
2080 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	990.000
279	Fundação Universidade Federal do Piauí	2.064.000
2080	Educação de qualidade para todos	2.064.000
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2.064.000
2080 20RK 0022	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí	2.064.000
280	Fundação Universidade Federal de São Carlos	2.290.000
2080	Educação de qualidade para todos	2.290.000
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2.290.000
2080 20RK 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	2.290.000
281	Fundação Universidade Federal de Sergipe	1.494.730
2080	Educação de qualidade para todos	1.494.730
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.494.730
2080 20RK 0028	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Sergipe	1.494.730
282	Fundação Universidade Federal de Viçosa	2.500.000
2080	Educação de qualidade para todos	2.500.000
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.500.000
2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	1.500.000
2080 8282	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior	1.000.000
2080 8282 0031	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	1.000.000
283	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	5.380.819
2080	Educação de qualidade para todos	5.380.819
2080 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	21.762
2080 20GK 0054	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Mato Grosso do Sul	21.762
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	5.311.545
2080 20RK 0054	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul	5.311.545
2080 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	47.512
2080 4002 0054	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul	47.512
284	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	1.000.000
2080	Educação de qualidade para todos	1.000.000
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.000.000
2080 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	1.000.000
285	Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	244.262
2080	Educação de qualidade para todos	244.262
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	244.262
2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	244.262
286	Fundação Universidade Federal do Amapá	2.846.056
2080	Educação de qualidade para todos	2.846.056
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.726.056
2080 20RK 0016	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá	1.726.056
2080 8282	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior	1.120.000
2080 8282 0016	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá	1.120.000
290	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	69.839.200
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	69.839.200
2109 2000	Administração da Unidade	69.839.200
2109 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal	69.839.200
291	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	40.200.000
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	40.200.000
2109 2000	Administração da Unidade	40.200.000
2109 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal	40.200.000
292	Fundação Joaquim Nabuco	848.000
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	848.000
2109 2000	Administração da Unidade	848.000
2109 2000 0026	Administração da Unidade - No Estado de Pernambuco	848.000
298	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	47.363.040
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	47.363.040
2109 2000	Administração da Unidade	47.363.040
2109 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal	47.363.040
350	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	1.581.617
2080	Educação de qualidade para todos	1.581.617
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.331.617
2080 20RK 0054	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul	1.331.617
2080 8282	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior	250.000
2080 8282 0054	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul	250.000
352	Fundação Universidade Federal do ABC	391.641
2080	Educação de qualidade para todos	391.641
2080 8282	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior	391.641
2080 8282 0035	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	391.641
372	Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná	636.597
2080	Educação de qualidade para todos	636.597
2080 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais	636.597
2080 4086 0041	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Paraná	636.597
373	Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco	13.000
2080	Educação de qualidade para todos	13.000
2080 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais	13.000

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2080 4086 0026	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Pernambuco	13.000
385	Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados	35.000
2080	Educação de qualidade para todos	35.000
2080 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais	35.000
2080 4086 0054	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul	35.000
386	Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago	150.000
2080	Educação de qualidade para todos	150.000
2080 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais	150.000
2080 4086 0042	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Santa Catarina	150.000
402	Instituto Federal de Alagoas	2.911.518
2080	Educação de qualidade para todos	2.911.518
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	2.911.518
2080 20RL 0027	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Alagoas	2.911.518
403	Instituto Federal do Amazonas	816.600
2080	Educação de qualidade para todos	816.600
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	816.600
2080 20RL 0013	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Amazonas	816.600
405	Instituto Federal do Ceará	768.252
2080	Educação de qualidade para todos	768.252
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	768.252
2080 20RL 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Ceará	768.252
406	Instituto Federal do Espírito Santo	1.000.000
2080	Educação de qualidade para todos	1.000.000
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.000.000
2080 20RL 0032	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo	1.000.000
407	Instituto Federal Goiano	2.174.546
2080	Educação de qualidade para todos	2.174.546
2080 20RG	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	295.122
2080 20RG 0052	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Goiás	295.122
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.342.677
2080 20RL 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Goiás	1.342.677
2080 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	536.747
2080 2994 0052	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Goiás	536.747
408	Instituto Federal do Maranhão	2.979.084
2080	Educação de qualidade para todos	2.979.084
2080 20RG	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	590.244
2080 20RG 0021	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Maranhão	590.244
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	2.388.840
2080 20RL 0021	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Maranhão	2.388.840
409	Instituto Federal de Minas Gerais	1.037.668
2080	Educação de qualidade para todos	1.037.668
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.037.668
2080 20RL 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	1.037.668
410	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	601.786
2080	Educação de qualidade para todos	601.786
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	601.786
2080 20RL 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	601.786
411	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	479.900
2080	Educação de qualidade para todos	479.900
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	479.900
2080 20RL 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	479.900
412	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	266.000
2080	Educação de qualidade para todos	266.000
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	266.000
2080 20RL 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	266.000
413	Instituto Federal do Triângulo Mineiro	1.186.413
2080	Educação de qualidade para todos	1.186.413
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.186.413
2080 20RL 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	1.186.413
414	Instituto Federal do Mato Grosso	1.862.805
2080	Educação de qualidade para todos	1.862.805
2080 20RG	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	400.000
2080 20RG 0051	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso	400.000
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.462.805
2080 20RL 0051	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso	1.462.805
415	Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	850.000
2080	Educação de qualidade para todos	850.000
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	600.000
2080 20RL 0054	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul	600.000
2080 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	250.000
2080 2994 0054	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul	250.000
416	Instituto Federal do Pará	1.618.074
2080	Educação de qualidade para todos	1.618.074
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.618.074
2080 20RL 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Pará	1.618.074
417	Instituto Federal da Paraíba	795.726

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII		Recursos de Todas as Fontes
Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2080	Educação de qualidade para todos	795.726
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	795.726
2080 20RL 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba	795.726
418	Instituto Federal de Pernambuco	7.314.705
2080	Educação de qualidade para todos	7.314.705
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	7.314.705
2080 20RL 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Pernambuco	7.314.705
419	Instituto Federal do Rio Grande do Sul	3.212.878
2080	Educação de qualidade para todos	3.212.878
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	3.212.878
2080 20RL 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul	3.212.878
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	21.000
2109 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	21.000
2109 4572 0043	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Sul	21.000
420	Instituto Federal Farroupilha	1.515.138
2080	Educação de qualidade para todos	1.515.138
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.515.138
2080 20RL 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul	1.515.138
421	Instituto Federal de Rondônia	949.015
2080	Educação de qualidade para todos	949.015
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	949.015
2080 20RL 0011	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Rondônia	949.015
422	Instituto Federal Catarinense	663.898
2080	Educação de qualidade para todos	663.898
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	663.898
2080 20RL 0042	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina	663.898
423	Instituto Federal de Sergipe	1.695.000
2080	Educação de qualidade para todos	1.695.000
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.695.000
2080 20RL 0028	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Sergipe	1.695.000
424	Instituto Federal do Tocantins	1.966.659
2080	Educação de qualidade para todos	1.966.659
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.966.659
2080 20RL 0017	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Tocantins	1.966.659
425	Instituto Federal do Acre	1.044.000
2080	Educação de qualidade para todos	1.044.000
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.044.000
2080 20RL 0012	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Acre	1.044.000
426	Instituto Federal do Amapá	599.923
2080	Educação de qualidade para todos	599.923
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	599.923
2080 20RL 0016	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Amapá	599.923
427	Instituto Federal da Bahia	890.098
2080	Educação de qualidade para todos	890.098
2080 20RG	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	417.680
2080 20RG 0029	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia	417.680
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	472.418
2080 20RL 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia	472.418
428	Instituto Federal de Brasília	2.206.450
2080	Educação de qualidade para todos	2.206.450
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	2.206.450
2080 20RL 0053	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Distrito Federal	2.206.450
429	Instituto Federal de Goiás	1.336.748
2080	Educação de qualidade para todos	1.336.748
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.336.748
2080 20RL 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Goiás	1.336.748
430	Instituto Federal do Sertão Pernambucano	836.088
2080	Educação de qualidade para todos	836.088
2080 20RG	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	500.000
2080 20RG 0026	Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Pernambuco	500.000
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	336.088
2080 20RL 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Pernambuco	336.088
431	Instituto Federal do Piauí	82.485
2080	Educação de qualidade para todos	82.485
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	57.485
2080 20RL 0022	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Piauí	57.485
2080 6380	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	25.000
2080 6380 0022	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Piauí	25.000
432	Instituto Federal do Paraná	2.214.940
2080	Educação de qualidade para todos	2.214.940
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	2.214.940
2080 20RL 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Paraná	2.214.940
433	Instituto Federal do Rio de Janeiro	2.214.400
2080	Educação de qualidade para todos	2.214.400
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	2.214.400
2080 20RL 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	2.214.400

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
434	Instituto Federal Fluminense	1.923.596
2080	Educação de qualidade para todos	1.923.596
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.923.596
2080 20RL 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	1.923.596
435	Instituto Federal do Rio Grande do Norte	1.000.000
2080	Educação de qualidade para todos	1.000.000
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.000.000
2080 20RL 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte	1.000.000
436	Instituto Federal Sul-rio-grandense	1.588.790
2080	Educação de qualidade para todos	1.588.790
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.588.790
2080 20RL 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul	1.588.790
437	Instituto Federal de Roraima	622.000
2080	Educação de qualidade para todos	622.000
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	622.000
2080 20RL 0014	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Roraima	622.000
439	Instituto Federal de São Paulo	3.910.000
2080	Educação de qualidade para todos	3.910.000
2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	3.910.000
2080 20RL 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de São Paulo	3.910.000
440	Universidade Federal da Fronteira Sul	230.000
2080	Educação de qualidade para todos	230.000
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	30.000
2080 20RK 0040	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul	30.000
2080 8282	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior	200.000
2080 8282 0040	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul	200.000
443	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	5.001.268
2080	Educação de qualidade para todos	5.001.268
2080 20RX	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais	4.299.794
2080 20RX 0001	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - Nacional	4.299.794
2080 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais	701.474
2080 4086 0001	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Nacional	701.474
447	Universidade Federal do Oeste da Bahia	200.000
2080	Educação de qualidade para todos	200.000
2080 14XN	Implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB	200.000
2080 14XN 0029	Implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB - No Estado da Bahia	200.000
449	Universidade Federal do Cariri	1.100.000
2080	Educação de qualidade para todos	1.100.000
2080 14XP	Implantação da Universidade Federal do Cariri - UFCA	600.000
2080 14XP 0023	Implantação da Universidade Federal do Cariri - UFCA - No Estado do Ceará	600.000
2080 8282	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior	500.000
2080 8282 0023	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará	500.000
450	Universidade Federal do Sul da Bahia	100.000
2080	Educação de qualidade para todos	100.000
2080 14XQ	Implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFESBA	100.000
2080 14XQ 0029	Implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFESBA - No Estado da Bahia	100.000
452	Universidade Federal de Catalão	898.000
2080	Educação de qualidade para todos	893.000
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	393.000
2080 20RK 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	393.000
2080 8282	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior	500.000
2080 8282 0052	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	500.000
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	5.000
2109 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	5.000
2109 4572 0052	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Goiás	5.000
453	Universidade Federal de Jataí	1.703.000
2080	Educação de qualidade para todos	1.700.000
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.200.000
2080 20RK 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	1.200.000
2080 8282	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior	500.000
2080 8282 0052	Reestruturação e Modernização das instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	500.000
2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	3.000
2109 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	3.000
2109 4572 0052	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Goiás	3.000
455	Universidade Federal do Delta do Parnaíba	300.000
2080	Educação de qualidade para todos	300.000
2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	300.000
2080 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste	300.000
28	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	155.397.799
101	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - Administração Direta	104.232.482
2024	Comércio Exterior	79.059.423
2024 153V	Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior	4.950.000
2024 153V 0001	Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior - Nacional	4.950.000
2024 20TT	Promoção do Desenvolvimento do Setor de Comércio e Serviços	13.762.828
2024 20TT 0001	Promoção do Desenvolvimento do Setor de Comércio e Serviços - Nacional	13.762.828
2024 20TU	Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior	60.346.595
2024 20TU 0001	Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior - Nacional	60.346.595

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2047	Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil	10.306.706
2047 15EW	Implantação de Sistema Integrado de Acesso a Serviços para Micro e Pequenas Empresas e Artesanato	4.218.160
2047 15EW 0001	Implantação de Sistema Integrado de Acesso a Serviços para Micro e Pequenas Empresas e Artesanato - Nacional	4.218.160
2047 210C	Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas e Artesanato	6.088.546
2047 210C 0001	Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas e Artesanato - Nacional	6.088.546
2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	14.866.353
2121 2000	Administração da Unidade	14.866.353
2121 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	14.866.353
202	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro	5.544.000
2079	Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	3.222.000
2079 214I	Desenvolvimento e disseminação da metrologia e avaliação da conformidade	2.000
2079 214I 0001	Desenvolvimento e disseminação da metrologia e avaliação da conformidade - Nacional	2.000
2079 214J	Fiscalização em Metrologia e Qualidade	3.220.000
2079 214J 0001	Fiscalização em Metrologia e Qualidade - Nacional	3.220.000
2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	2.322.000
2121 2000	Administração da Unidade	2.322.000
2121 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.322.000
203	Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	20.996.859
2079	Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	3.200.000
2079 6481	Disponibilização de acesso a bancos de dados de informações tecnológicas	3.200.000
2079 6481 0001	Disponibilização de acesso a bancos de dados de informações tecnológicas - Nacional	3.200.000
2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	17.796.859
2121 2000	Administração da Unidade	17.796.859
2121 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	17.796.859
233	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	24.624.458
2029	Desenvolvimento Regional e Territorial	10.000
2029 210K	Apoio ao Desenvolvimento de Programas e Projetos nas Áreas Científica, Tecnológica e de Inovação na Área de Atuação da Suframa	10.000
2029 210K 0010	Apoio ao Desenvolvimento de Programas e Projetos nas Áreas Científica, Tecnológica e de Inovação na Área de Atuação da Suframa - Na Região Norte	10.000
2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	24.614.458
2121 2000	Administração da Unidade	24.614.458
2121 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	24.614.458
29	Defensoria Pública da União	19.500.000
101	Defensoria Pública da União	19.500.000
2129	Prestação de Assistência Jurídica Gratuita pela Defensoria Pública da União	19.500.000
2129 2725	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão	19.500.000
2129 2725 0001	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão - Nacional	19.500.000
30	Ministério da Justiça	2.730.800
101	Ministério da Justiça - Administração Direta	400.000
2081	Justiça, Cidadania e Segurança Pública	400.000
2081 2017	Política Nacional de Justiça	400.000
2081 2017 0001	Política Nacional de Justiça - Nacional	400.000
202	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	1.730.800
2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.730.800
2112 2000	Administração da Unidade	1.730.800
2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.730.800
211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	600.000
2081	Justiça, Cidadania e Segurança Pública	600.000
2081 2807	Promoção e Defesa da Concorrência	600.000
2081 2807 0001	Promoção e Defesa da Concorrência - Nacional	600.000
32	Ministério de Minas e Energia	114.337.064
101	Ministério de Minas e Energia - Administração Direta	15.358.786
2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	15.358.786
2119 2000	Administração da Unidade	15.358.786
2119 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	15.358.786
202	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	1.242.000
2041	Geologia, Mineração e Transformação Mineral	1.242.000
2041 2B51	Gestão da Informação Geológica	1.242.000
2041 2B51 0001	Gestão da Informação Geológica - Nacional	1.242.000
265	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	50.087.680
2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	50.087.680
2119 2000	Administração da Unidade	50.087.680
2119 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	50.087.680
266	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	39.532.568
2033	Energia Elétrica	13.056.352
2033 2993	Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica	1.188.889
2033 2993 0001	Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica - Nacional	1.188.889
2033 2C42	Participação Pública na Agenda Regulatória do Setor Elétrico	1.261.000
2033 2C42 0001	Participação Pública na Agenda Regulatória do Setor Elétrico - Nacional	1.261.000
2033 4699	Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	2.082.028
2033 4699 0001	Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica - Nacional	2.082.028
2033 4703	Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica	2.669.704
2033 4703 0001	Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica - Nacional	2.669.704
2033 4880	Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica	5.854.731
2033 4880 0001	Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - Nacional	5.854.731
2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	26.476.216
2119 2000	Administração da Unidade	26.476.216

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2119 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	26.476.216
314	Empresa de Pesquisa Energética - EPE	7.443.967
2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	7.443.967
2119 2000	Administração da Unidade	7.443.967
2119 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	7.443.967
396	Agência Nacional de Mineração	672.063
2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	672.063
2119 2000	Administração da Unidade	672.063
2119 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	672.063
34	Ministério Público da União	71.100.206
101	Ministério Público Federal	56.862.780
0581	Defesa da Ordem Jurídica	56.862.780
0581 2549	Comunicação e Divulgação Institucional	1.500.750
0581 2549 0001	Comunicação e Divulgação Institucional - Nacional	1.500.750
0581 4264	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal	55.362.030
0581 4264 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal - Nacional	55.362.030
102	Ministério Público Militar	3.670.028
0581	Defesa da Ordem Jurídica	3.670.028
0581 4263	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar	3.670.028
0581 4263 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar - Nacional	3.670.028
103	Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	1.706.647
0581	Defesa da Ordem Jurídica	1.706.647
0581 4261	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	1.706.647
0581 4261 0053	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - No Distrito Federal	1.706.647
104	Ministério Público do Trabalho	7.540.862
0581	Defesa da Ordem Jurídica	7.540.862
0581 4262	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho	7.540.862
0581 4262 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho - Nacional	7.540.862
105	Escola Superior do Ministério Público da União	1.319.889
0581	Defesa da Ordem Jurídica	1.319.889
0581 20HP	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento	1.319.889
0581 20HP 0001	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento - Nacional	1.319.889
35	Ministério das Relações Exteriores	78.495.916
101	Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta	78.408.016
2118	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores	78.408.016
2118 2000	Administração da Unidade	78.408.016
2118 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	46.320.713
2118 2000 0002	Administração da Unidade - No Exterior	32.087.303
201	Fundação Alexandre de Gusmão	87.900
2082	Política Externa	87.900
2082 2367	Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil	87.900
2082 2367 0001	Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil - Nacional	87.900
36	Ministério da Saúde	645.305.870
201	Fundação Oswaldo Cruz	3.978.166
2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	830.000
2015 6179	Comunicação e Informações para a Educação em Saúde e em Ciência e Tecnologia	830.000
2015 6179 0001	Comunicação e Informações para a Educação em Saúde e em Ciência e Tecnologia - Nacional	830.000
2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	3.148.166
2115 2000	Administração da Unidade	3.148.166
2115 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro	3.148.166
210	Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO	5.000.000
2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	5.000.000
2015 6217	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	5.000.000
2015 6217 5027	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município de Porto Alegre - RS	5.000.000
212	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	79.500.204
2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	24.500.000
2015 8719	Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos	24.500.000
2015 8719 0001	Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos - Nacional	24.500.000
2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	55.000.204
2115 2000	Administração da Unidade	55.000.204
2115 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	55.000.204
213	Agência Nacional de Saúde Suplementar	42.000.000
2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	41.000.000
2015 8727	Aperfeiçoamento do Sistema de Informação para Saúde Suplementar	41.000.000
2015 8727 0001	Aperfeiçoamento do Sistema de Informação para Saúde Suplementar - Nacional	41.000.000
2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	1.000.000
2115 2000	Administração da Unidade	1.000.000
2115 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.000.000
901	Fundo Nacional de Saúde	514.827.500
2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	509.537.900
2015 20YN	Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde)	509.537.900
2015 20YN 0001	Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde) - Nacional	509.537.900
2065	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	5.289.600
2065 20YP	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena	5.289.600
2065 20YP 0001	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena - Nacional	5.289.600
37	Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	22.100.000

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
101	Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - Administração Direta	22.100.000
2081	Justiça, Cidadania e Segurança Pública	22.100.000
2081 2D58	Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição	22.100.000
2081 2D58 0001	Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição - Nacional	22.100.000
39	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	220.989.779
101	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta	23.355.440
2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	23.355.440
2126 2000	Administração da Unidade	23.355.440
2126 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	23.355.440
207	VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	10.775.008
2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	10.775.008
2126 15P7	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	2.275.008
2126 15P7 0001	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	2.275.008
2126 218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	8.500.000
2126 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	8.500.000
250	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	71.337.346
2087	Transporte Terrestre	14.394.458
2087 13EJ	Implantação do Centro Nacional de Supervisão Operacional - CNSO	4.000.000
2087 13EJ 5664	Implantação do Centro Nacional de Supervisão Operacional - CNSO - Em Brasília - DF	4.000.000
2087 2907	Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária	10.394.458
2087 2907 0001	Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária - Nacional	10.394.458
2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	56.942.888
2126 15P7	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	1.077.060
2126 15P7 0001	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	1.077.060
2126 2000	Administração da Unidade	26.366.074
2126 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	26.366.074
2126 218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	29.499.754
2126 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	29.499.754
251	Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	6.215.000
2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	6.215.000
2126 2000	Administração da Unidade	6.215.000
2126 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	6.215.000
252	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	84.748.178
2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	84.748.178
2126 15P7	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	8.973.000
2126 15P7 0001	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	8.973.000
2126 218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	75.775.178
2126 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	75.775.178
254	Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	20.500.000
2017	Aviação Civil	20.500.000
2017 2912	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil	20.500.000
2017 2912 0001	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil - Nacional	20.500.000
901	Fundo da Marinha Mercante - FMM	4.058.807
2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	4.058.807
2126 2000	Administração da Unidade	4.058.807
2126 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	4.058.807
40	Ministério do Trabalho	246.627.757
901	Fundo de Amparo ao Trabalhador	246.627.757
2071	Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	178.627.757
2071 4741	Sistema de Integração das Ações de Emprego, Trabalho e Renda	178.627.757
2071 4741 0001	Sistema de Integração das Ações de Emprego, Trabalho e Renda - Nacional	178.627.757
2131	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho	68.000.000
2131 2000	Administração da Unidade	68.000.000
2131 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	68.000.000
42	Ministério da Cultura	25.001.100
101	Ministério da Cultura - Administração Direta	1.400.000
2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura	1.400.000
2107 2000	Administração da Unidade	1.400.000
2107 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.400.000
202	Fundação Biblioteca Nacional - BN	2.226.850
2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura	2.226.850
2107 2000	Administração da Unidade	2.226.850
2107 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro	2.226.850
204	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	9.459.372
2027	Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento	20.133
2027 20ZH	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	20.133
2027 20ZH 0001	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro - Nacional	20.133
2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura	9.439.239
2107 2000	Administração da Unidade	9.439.239
2107 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	9.439.239
205	Fundação Nacional de Artes	2.056.505
2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura	2.056.505
2107 2000	Administração da Unidade	2.056.505
2107 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.056.505
206	Agência Nacional do Cinema	9.858.373
2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura	9.858.373
2107 2000	Administração da Unidade	9.858.373

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2107 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	9.858.373
44	Ministério do Meio Ambiente	179.640.501
101	Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta	34.000.000
2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	34.000.000
2124 2000	Administração da Unidade	34.000.000
2124 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	34.000.000
102	Serviço Florestal Brasileiro - SFB	3.000.000
2078	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	700.000
2078 20WB	Pesquisa e Informações Florestais	100.000
2078 20WB 0001	Pesquisa e Informações Florestais - Nacional	100.000
2078 20WC	Planejamento, Gestã e Fiscalização das Concessões Florestais	200.000
2078 20WC 0001	Planejamento, Gestã e Fiscalização das Concessões Florestais - Nacional	200.000
2078 20WD	Inventário Florestal Nacional	400.000
2078 20WD 0001	Inventário Florestal Nacional - Nacional	400.000
2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2.300.000
2124 2000	Administração da Unidade	2.300.000
2124 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.300.000
201	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	69.259.612
2050	Mudança do Clima	952.172
2050 214M	Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias	952.172
2050 214M 0001	Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias - Nacional	952.172
2078	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	2.664.560
2078 214O	Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade	2.664.560
2078 214O 0001	Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade - Nacional	2.664.560
2083	Qualidade Ambiental	16.175.380
2083 20WH	Avaliação de Periculosidade e Controle de Produtos, Substâncias Químicas e Resíduos Perigosos	320.000
2083 20WH 0001	Avaliação de Periculosidade e Controle de Produtos, Substâncias Químicas e Resíduos Perigosos - Nacional	320.000
2083 214N	Controle e Fiscalização Ambiental	6.959.968
2083 214N 0001	Controle e Fiscalização Ambiental - Nacional	6.959.968
2083 218R	Monitoramento Ambiental e Gestã da Informação sobre o Meio Ambiente e Educação Ambiental	5.467.295
2083 218R 0001	Monitoramento Ambiental e Gestã da Informação sobre o Meio Ambiente e Educação Ambiental - Nacional	5.467.295
2083 6925	Licenciamento Ambiental Federal	3.428.117
2083 6925 0001	Licenciamento Ambiental Federal - Nacional	3.428.117
2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	49.467.500
2124 2000	Administração da Unidade	49.467.500
2124 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	49.467.500
205	Agência Nacional de Águas - ANA	35.169.380
2084	Recursos Hídricos	34.007.380
2084 20WI	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos	34.007.380
2084 20WI 0001	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - Nacional	34.007.380
2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	1.162.000
2124 2000	Administração da Unidade	1.162.000
2124 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.162.000
206	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ	2.641.000
2078	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	13.000
2078 219K	Gestão das Coleções Vivas, do Patrimônio Histórico-Cultural e das Atividades de Disseminação do Conhecimento no Jardim Botânico do Rio de Janeiro	13.000
2078 219K 0033	Gestão das Coleções Vivas, do Patrimônio Histórico-Cultural e das Atividades de Disseminação do Conhecimento no Jardim Botânico do Rio de Janeiro - No Estado do Rio de Janeiro	13.000
2080	Educação de qualidade para todos	20.000
2080 4909	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente	20.000
2080 4909 0033	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente - No Estado do Rio de Janeiro	20.000
2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2.608.000
2124 2000	Administração da Unidade	2.608.000
2124 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro	2.608.000
207	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	35.570.509
2078	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	13.203.760
2078 20WM	Apoio à Criação, Gestã e Implementação das Unidades de Conservação Federais	13.203.760
2078 20WM 0001	Apoio à Criação, Gestã e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional	13.203.760
2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	22.366.749
2124 2000	Administração da Unidade	22.366.749
2124 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	22.366.749
47	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestã	459.016.747
101	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestã - Administração Direta	288.738.634
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestã Pública	84.689.994
2038 10M8	Desenvolvimento do Sistema de Gestã de Pessoas - SIGEPE.gov	16.723.517
2038 10M8 0001	Desenvolvimento do Sistema de Gestã de Pessoas - SIGEPE.gov - Nacional	16.723.517
2038 15NS	Implantação da Plataforma de Cidadania Digital	941.892
2038 15NS 0001	Implantação da Plataforma de Cidadania Digital - Nacional	941.892
2038 15OP	Estruturação do Governo Digital e de Serviços Compartilhados	47.035.038
2038 15OP 0001	Estruturação do Governo Digital e de Serviços Compartilhados - Nacional	47.035.038
2038 20U0	Gestã e Aprimoramento do Planejamento	100.000
2038 20U0 0001	Gestã e Aprimoramento do Planejamento - Nacional	100.000
2038 20U1	Aperfeiçoamento da Gestã Pública	6.689.781
2038 20U1 0001	Aperfeiçoamento da Gestã Pública - Nacional	6.689.781
2038 20U4	Gestã do Patrimônio Imobiliário da União	2.378.795
2038 20U4 0001	Gestã do Patrimônio Imobiliário da União - Nacional	2.378.795
2038 216Q	Aperfeiçoamento e Fortalecimento da Gestã de Pessoas	1.000.000

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2038 216Q 0001	Aperfeiçoamento e Fortalecimento da Gestão de Pessoas - Nacional	1.000.000
2038 8861	Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário	9.820.971
2038 8861 0001	Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário - Nacional	9.820.971
2125	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	204.048.640
2125 211Y	Gestão e Aprimoramento dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação	203.148.640
2125 211Y 0001	Gestão e Aprimoramento dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - Nacional	203.148.640
2125 4732	Estudos sobre Conjuntura Econômica e Investimentos Públicos	900.000
2125 4732 0001	Estudos sobre Conjuntura Econômica e Investimentos Públicos - Nacional	900.000
204	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	2.188.778
2125	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	2.188.778
2125 2000	Administração da Unidade	2.188.778
2125 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.188.778
205	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	162.081.546
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	121.571.470
2038 15DM	Integração do Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional	168.000
2038 15DM 0001	Integração do Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional - Nacional	168.000
2038 15MV	Atualização da Cobertura e da Produção Estatística e Geocientífica	447.910
2038 15MV 0001	Atualização da Cobertura e da Produção Estatística e Geocientífica - Nacional	447.910
2038 20U6	Pesquisas e Estudos Estatísticos	6.133.434
2038 20U6 0001	Pesquisas e Estudos Estatísticos - Nacional	6.133.434
2038 20U7	Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico	110.998.803
2038 20U7 0001	Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico - Nacional	110.998.803
2038 20U8	Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos	1.742.360
2038 20U8 0001	Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos - Nacional	1.742.360
2038 2230	Gestão da Documentação e Disseminação de Informações	2.080.963
2038 2230 0001	Gestão da Documentação e Disseminação de Informações - Nacional	2.080.963
2040	Gestão de Riscos e de Desastres	122.285
2040 15DN	Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais	122.285
2040 15DN 0001	Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais - Nacional	122.285
2080	Educação de qualidade para todos	85.529
2080 20U5	Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências	85.529
2080 20U5 0001	Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências - Nacional	85.529
2125	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	40.302.262
2125 2000	Administração da Unidade	40.302.262
2125 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	40.302.262
210	Fundação Escola Nacional de Administração Pública	6.007.789
2125	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	6.007.789
2125 2000	Administração da Unidade	6.007.789
2125 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	6.007.789
52	Ministério da Defesa	219.900.869
101	Ministério da Defesa - Administração Direta	28.759.555
2058	Defesa Nacional	18.159.555
2058 147F	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional	2.282.763
2058 147F 0001	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional - Nacional	2.282.763
2058 2055	 Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra	110.000
2058 2055 0001	Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra - Nacional	110.000
2058 20X4	Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM	5.197.429
2058 20X4 0001	Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM - Nacional	5.197.429
2058 20X5	Comando e Controle de Defesa Nacional	1.600.000
2058 20X5 0001	Comando e Controle de Defesa Nacional - Nacional	1.600.000
2058 219W	Interoperabilidade de Sistemas de Defesa	8.969.363
2058 219W 0001	Interoperabilidade de Sistemas de Defesa - Nacional	8.969.363
2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	10.600.000
2108 2000	Administração da Unidade	10.600.000
2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	10.600.000
111	Comando da Aeronáutica	1.400.000
2058	Defesa Nacional	1.400.000
2058 217W	Operação de Sistemas Espaciais de Observação da Terra	1.400.000
2058 217W 0001	Operação de Sistemas Espaciais de Observação da Terra - Nacional	1.400.000
121	Comando do Exército	69.231.440
2058	Defesa Nacional	68.039.040
2058 147F	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional	12.189.050
2058 147F 0001	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional - Nacional	12.189.050
2058 14T6	Implantação do Programa Estratégico de Proteção da Sociedade (PROTEGER)	1.900.000
2058 14T6 0001	Implantação do Programa Estratégico de Proteção da Sociedade (PROTEGER) - Nacional	1.900.000
2058 156M	Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro	1.975.631
2058 156M 0001	Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro - Nacional	1.975.631
2058 20XE	Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército	43.661.067
2058 20XE 0001	Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército - Nacional	43.661.067
2058 20XJ	Desenvolvimento Tecnológico do Exército	2.390.669
2058 20XJ 0001	Desenvolvimento Tecnológico do Exército - Nacional	2.390.669
2058 20XK	Logística Militar Terrestre	301.318
2058 20XK 0001	Logística Militar Terrestre - Nacional	301.318
2058 219D	Adequação de Organizações Militares	1.900.000
2058 219D 0001	Adequação de Organizações Militares - Nacional	1.900.000
2058 2A82	Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia	1.929.005
2058 2A82 0001	Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia - Nacional	1.929.005

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2058 4450	Aprestamento do Exército	1.080.000
2058 4450 0001	Aprestamento do Exército - Nacional	1.080.000
2058 8965	Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro	712.300
2058 8965 0001	Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro - Nacional	712.300
2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	1.192.400
2108 20XM	Prestação de Ensino Assistencial nos Colégios Militares	452.400
2108 20XM 0001	Prestação de Ensino Assistencial nos Colégios Militares - Nacional	452.400
2108 2866	Ações de Caráter Sigiloso	590.000
2108 2866 0001	Ações de Caráter Sigiloso - Nacional	590.000
2108 4641	Publicidade de Utilidade Pública	150.000
2108 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional	150.000
2108 131	Comando da Marinha	1.361.000
2108 2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	1.361.000
2108 2000	Administração da Unidade	680.000
2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	680.000
2108 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	681.000
2108 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	681.000
2108 211	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	150.000
2108 2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	150.000
2108 2000	Administração da Unidade	150.000
2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	150.000
2108 221	Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	500.000
2108 2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	500.000
2108 2000	Administração da Unidade	500.000
2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	500.000
2108 222	Fundação Osório	638.050
2108 2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	638.050
2108 2000	Administração da Unidade	203.050
2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	203.050
2108 20XS	Prestação de Ensino Assistencial na Fundação Osório	435.000
2108 20XS 0001	Prestação de Ensino Assistencial na Fundação Osório - Nacional	435.000
2108 232	Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	740.000
2108 2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	740.000
2108 2000	Administração da Unidade	740.000
2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	740.000
2108 902	Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	3.222.715
2108 2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	3.222.715
2108 2000	Administração da Unidade	1.483.715
2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.483.715
2108 20XT	Prestação de Serviços Médico-Hospitalares e de Ensino e Pesquisa do Hospital das Forças Armadas	1.739.000
2108 20XT 0001	Prestação de Serviços Médico-Hospitalares e de Ensino e Pesquisa do Hospital das Forças Armadas - Nacional	1.739.000
2108 911	Fundo Aeronáutico	93.842.765
2058	Defesa Nacional	93.842.765
2058 20SA	Manutenção e Adequação dos Sistemas Militares da Aeronáutica	14.450.000
2058 20SA 0001	Manutenção e Adequação dos Sistemas Militares da Aeronáutica - Nacional	14.450.000
2058 20XA	Aprestamento da Aeronáutica	916.100
2058 20XA 0001	Aprestamento da Aeronáutica - Nacional	916.100
2058 20XV	Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB	78.476.665
2058 20XV 0001	Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB - Nacional	78.476.665
2108 921	Fundo do Exército	19.911.508
2108 2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa	19.911.508
2108 2000	Administração da Unidade	19.911.508
2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	19.911.508
2108 931	Fundo Naval	143.836
2058	Defesa Nacional	143.836
2058 20XN	Aprestamento da Marinha	143.836
2058 20XN 0001	Aprestamento da Marinha - Nacional	143.836
2108 53	Ministério da Integração Nacional	40.675.928
2108 101	Ministério da Integração Nacional - Administração Direta	25.000.000
2108 2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional	25.000.000
2108 2000	Administração da Unidade	25.000.000
2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	25.000.000
2108 201	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	8.984.077
2108 2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional	8.984.077
2108 2000	Administração da Unidade	8.984.077
2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	8.984.077
2108 202	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	1.440.000
2108 2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional	1.440.000
2108 2000	Administração da Unidade	1.440.000
2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.440.000
2108 203	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	2.036.851
2108 2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional	2.036.851
2108 2000	Administração da Unidade	2.036.851
2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.036.851
2108 207	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	3.215.000
2108 2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional	3.215.000
2108 2000	Administração da Unidade	3.215.000

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2111 2000 0050	Administração da Unidade - Na Região Centro-Oeste	3.215.000
54	Ministério do Turismo	27.017.812
101	Ministério do Turismo - Administração Direta	27.017.812
2128	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo	27.017.812
2128 2000	Administração da Unidade	27.017.812
2128 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	27.017.812
55	Ministério do Desenvolvimento Social	678.327.024
101	Ministério do Desenvolvimento Social - Administração Direta	48.943.057
2019	Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais	9.232.274
2019 6414	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único	9.232.274
2019 6414 0001	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único - Nacional	9.232.274
2037	Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	11.582.000
2037 8893	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	11.582.000
2037 8893 0001	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Nacional	11.582.000
2061	Previdência Social	2.563.224
2061 2015	Funcionamento do Conselho de Recursos do Seguro Social	2.563.224
2061 2015 0001	Funcionamento do Conselho de Recursos do Seguro Social - Nacional	2.563.224
2069	Segurança Alimentar e Nutricional	2.683.750
2069 2151	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN	2.683.750
2069 2151 0001	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - Nacional	2.683.750
2122	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	22.881.809
2122 2000	Administração da Unidade	21.341.809
2122 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	21.341.809
2122 4907	Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social	1.000.000
2122 4907 0001	Ouvidoria Geral do Desenvolvimento Social - Nacional	1.000.000
2122 4923	Produção e Disseminação de Informação e Conhecimento para Gestão de Políticas de Desenvolvimento Social	540.000
2122 4923 0001	Produção e Disseminação de Informação e Conhecimento para Gestão de Políticas de Desenvolvimento Social - Nacional	540.000
201	Instituto Nacional do Seguro Social	629.383.967
2061	Previdência Social	599.973.000
2061 2292	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários	435.170.543
2061 2292 0001	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários - Nacional	435.170.543
2061 2564	Gestão de Cadastros para a Previdência Social	134.802.457
2061 2564 0001	Gestão de Cadastros para a Previdência Social - Nacional	134.802.457
2061 2593	Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social	30.000.000
2061 2593 0001	Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social - Nacional	30.000.000
2122	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social	29.410.967
2122 2000	Administração da Unidade	29.410.967
2122 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	29.410.967
56	Ministério das Cidades	102.621.026
101	Ministério das Cidades - Administração Direta	10.326.501
2116	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades	10.326.501
2116 2000	Administração da Unidade	10.326.501
2116 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	10.326.501
901	Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	92.294.525
2048	Mobilidade Urbana e Trânsito	92.294.525
2048 20YZ	Apoio ao Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Trânsito	92.294.525
2048 20YZ 0001	Apoio ao Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Trânsito - Nacional	92.294.525
59	Conselho Nacional do Ministério Público	5.888.972
101	Conselho Nacional do Ministério Público	5.888.972
2100	Aprimoramento do Ministério Público	5.888.972
2100 2549	Comunicação e Divulgação Institucional	114.714
2100 2549 0001	Comunicação e Divulgação Institucional - Nacional	114.714
2100 8010	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público	5.774.258
2100 8010 0001	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público - Nacional	5.774.258
60	Gabinete da Vice-Presidência da República	405.000
101	Gabinete da Vice-Presidência da República	405.000
2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República	405.000
2101 2000	Administração da Unidade	405.000
2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	405.000
63	Advocacia-Geral da União	9.213.644
101	Advocacia-Geral da União	9.213.644
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	8.205.236
2038 10TN	Implantação da Advocacia Pública Eletrônica e-AGU	8.205.236
2038 10TN 0001	Implantação da Advocacia Pública Eletrônica e-AGU - Nacional	8.205.236
2130	Programa de Gestão e Manutenção da Advocacia-Geral da União	1.008.408
2130 2674	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais	1.008.408
2130 2674 0001	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais - Nacional	1.008.408
81	Ministério dos Direitos Humanos	2.801.004
101	Ministério dos Direitos Humanos - Administração Direta	2.801.004
2134	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Direitos Humanos	2.801.004
2134 2000	Administração da Unidade	2.801.004
2134 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.801.004
82	Ministério da Segurança Pública	44.858.081
101	Ministério da Segurança Pública - Administração Direta	44.858.081

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

LDO - 2019, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

<i>Programática</i>	<i>Programa/Ação/Localização</i>	<i>Valor</i>
2081	Justiça, Cidadania e Segurança Pública	12.948.081
2081 8855	Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública	12.948.081
2081 8855 0001	Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública - Nacional	12.948.081
2135	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Segurança Pública	31.910.000
2135 2000	Administração da Unidade	31.910.000
2135 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	31.910.000
Total		7.658.724.146

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2019, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FP	RP	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1.0.0.0.00.00	Receitas Correntes			905.646.569.013	720.928.578.759	1.626.575.147.772
1.1.0.0.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			534.488.478.966	373.128.639	534.861.607.605
1.1.1.0.00.00	Impostos			526.157.487.028		526.157.487.028
1.1.1.1.00.00	Impostos sobre o Comércio Exterior			47.087.000.922		47.087.000.922
1.1.1.1.01.00	Imposto sobre a Importação			47.057.311.241		47.057.311.241
1.1.1.1.01.11	Imposto sobre a Importação - Principal	100	P	46.920.338.028		46.920.338.028
1.1.1.1.01.12	Imposto sobre a Importação - Multas e Juros	132	P	96.317.094		96.317.094
1.1.1.1.01.13	Imposto sobre a Importação - Dívida Ativa	100	P	15.066.860		15.066.860
1.1.1.1.01.17	Imposto sobre a Importação - Multas da Dívida Ativa	132	P	6.188.936		6.188.936
1.1.1.1.01.18	Imposto sobre a Importação - Juros da Dívida Ativa	132	P	19.400.323		19.400.323
1.1.1.1.02.00	Imposto sobre a Exportação			29.689.681		29.689.681
1.1.1.1.02.11	Imposto sobre a Exportação - Principal	100	P	16.753.752		16.753.752
1.1.1.1.02.12	Imposto sobre a Exportação - Multas e Juros	132	P	3.270.686		3.270.686
1.1.1.1.02.13	Imposto sobre a Exportação - Dívida Ativa	100	P	476.059		476.059
1.1.1.1.02.17	Imposto sobre a Exportação - Multas da Dívida Ativa	132	P	482.300		482.300
1.1.1.1.02.18	Imposto sobre a Exportação - Juros da Dívida Ativa	132	P	8.706.884		8.706.884
1.1.1.2.00.00	Impostos sobre o Patrimônio			1.435.683.484		1.435.683.484
1.1.1.2.01.00	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural			1.435.683.484		1.435.683.484
1.1.1.2.01.11	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal	102	P	1.217.176.068		1.217.176.068
1.1.1.2.01.12	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas e Juros	102	P	74.939.068		74.939.068
1.1.1.2.01.21	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal	100	P	67.620.893		67.620.893
1.1.1.2.01.22	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas e Juros	102	P	3.720.209		3.720.209
1.1.1.2.01.27	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas da Dívida Ativa	132	P	3.720.210		3.720.210
1.1.1.2.01.28	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Juros da Dívida Ativa	102	P	109.409		109.409
1.1.1.2.01.28	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas da Dívida Ativa	132	P	109.409		109.409
1.1.1.2.01.28	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Juros da Dívida Ativa	132	P	333.663		333.663
1.1.1.2.01.28	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas da Dívida Ativa	102	P	333.663		333.663
1.1.1.3.00.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza			375.707.203.357		375.707.203.357
1.1.1.3.01.00	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF			35.446.865.418		35.446.865.418
1.1.1.3.01.11	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	101	P	15.970.406.936		15.970.406.936
1.1.1.3.01.12	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas e Juros	100	P	16.622.260.281		16.622.260.281
1.1.1.3.01.13	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Dívida Ativa	101	P	675.000.054		675.000.054
1.1.1.3.01.17	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	132	P	702.551.077		702.551.077
1.1.1.3.01.18	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Juros da Dívida Ativa	101	P	443.813.399		443.813.399
1.1.1.3.02.00	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	100	P	461.928.231		461.928.231
1.1.1.3.02.11	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	101	P	95.823.596		95.823.596
1.1.1.3.02.12	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	132	P	99.734.764		99.734.764
1.1.1.3.02.13	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	101	P	183.920.068		183.920.068
1.1.1.3.02.17	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas da Dívida Ativa	132	P	191.427.012		191.427.012
1.1.1.3.02.18	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	101	P	136.141.212.012		136.141.212.012
1.1.1.3.03.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte			204.119.125.927		204.119.125.927
1.1.1.3.03.11	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	101	P	63.804.024.792		63.804.024.792
1.1.1.3.03.12	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	100	P	66.408.270.702		66.408.270.702
1.1.1.3.03.12	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	132	P	1.312.290.526		1.312.290.526
1.1.1.3.03.12	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	101	P	1.260.828.152		1.260.828.152
1.1.1.3.03.12	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	101	P	1.162.772.448		1.162.772.448
1.1.1.3.03.12	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	100	P	1.210.232.548		1.210.232.548
1.1.1.3.03.12	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	101	P	149.583.596		149.583.596
1.1.1.3.03.12	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	132	P	155.689.047		155.689.047
1.1.1.3.03.12	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	101	P	331.984.898		331.984.898
1.1.1.3.03.12	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	132	P	345.535.303		345.535.303
1.1.1.3.03.12	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	101	P	204.119.125.927		204.119.125.927
1.1.1.3.03.12	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	101	P	50.915.209.584		50.915.209.584
1.1.1.3.03.12	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	100	P	52.993.381.402		52.993.381.402
1.1.1.3.03.12	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	101	P	400.848.245		400.848.245
1.1.1.3.03.12	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros	132	P	417.209.396		417.209.396

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2019, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FUNTE	RP	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1.1.1.3.03.13	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Dívida Ativa	101	P	144.861.098		144.861.098
		100	P	150.773.798		150.773.798
1.1.1.3.03.17	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas da Dívida Ativa	101	P	17.634.051		17.634.051
		132	P	18.353.810		18.353.810
1.1.1.3.03.18	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Juros da Dívida Ativa	132	P	101.597.147		101.597.147
		101	P	97.612.947		97.612.947
1.1.1.3.03.21	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	101	P	27.655.043.628		27.655.043.628
		100	P	28.783.820.919		28.783.820.919
1.1.1.3.03.31	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	100	P	15.647.370.457		15.647.370.457
		101	P	15.033.748.085		15.033.748.085
1.1.1.3.03.41	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	101	P	5.753.414.066		5.753.414.066
		100	P	5.988.247.294		5.988.247.294
1.1.1.4.00.00	Impostos sobre a Produção, Circulação e Serviços			62.208.412.907		62.208.412.907
1.1.1.4.01.00	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI			62.208.412.907		62.208.412.907
1.1.1.4.01.11	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	101	P	2.793.070.271		2.793.070.271
		100	P	1.940.947.138		1.940.947.138
1.1.1.4.01.12	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Multas e Juros	132	P	2.126.755		2.126.755
		101	P	3.060.452		3.060.452
1.1.1.4.01.21	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	100	P	1.498.043.808		1.498.043.808
		101	P	2.155.721.578		2.155.721.578
1.1.1.4.01.31	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	100	P	2.026.230.302		2.026.230.302
		101	P	2.915.794.824		2.915.794.824
1.1.1.4.01.41	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	100	P	8.678.021.032		8.678.021.032
		101	P	12.487.883.923		12.487.883.923
1.1.1.4.01.42	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Multas e Juros	132	P	4.666.727		4.666.727
		101	P	6.715.533		6.715.533
1.1.1.4.01.51	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	100	P	10.863.276.221		10.863.276.221
		101	P	15.632.519.440		15.632.519.440
1.1.1.4.01.52	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	101	P	372.054.273		372.054.273
		132	P	258.546.190		258.546.190
1.1.1.4.01.53	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	101	P	200.293.640		200.293.640
		100	P	139.187.105		139.187.105
1.1.1.4.01.57	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	101	P	25.867.866		25.867.866
		132	P	17.975.974		17.975.974
1.1.1.4.01.58	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	132	P	76.428.041		76.428.041
		101	P	109.981.814		109.981.814
1.1.1.5.00.00	Impostos sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários			39.718.969.238		39.718.969.238
1.1.1.5.01.00	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF			39.718.969.238		39.718.969.238
1.1.1.5.01.11	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Ouro - Principal	119	P	35.158.970		35.158.970
1.1.1.5.01.21	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal	100	P	39.609.963.024		39.609.963.024
1.1.1.5.01.22	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas e Juros	132	P	67.393.687		67.393.687
1.1.1.5.01.23	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Dívida Ativa	100	P	4.880.373		4.880.373
1.1.1.5.01.27	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas da Dívida Ativa	132	P	487.118		487.118
1.1.1.5.01.28	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Juros da Dívida Ativa	132	P	1.086.066		1.086.066
1.1.1.9.00.00	Outros Impostos			217.120		217.120
1.1.1.9.01.00	Outros Impostos			217.120		217.120
1.1.1.9.01.13	Outros Impostos - Dívida Ativa	100	P	217.120		217.120
1.1.2.0.00.00	Taxas			8.330.991.938	373.128.639	8.704.120.577
1.1.2.1.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia			7.285.645.455	373.128.639	7.658.774.094
1.1.2.1.01.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização			4.593.876.542	373.128.639	4.967.005.181
1.1.2.1.01.11	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	100	P	1.481.385.408		1.481.385.408
		174	P	3.088.266.739	368.299.206	3.456.565.945
1.1.2.1.01.12	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	174	P	1.203.268	120.935	1.324.203
1.1.2.1.01.13	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	100	P	8.049.019		8.049.019
		174	P	14.179.400	4.601.640	18.781.040

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2019, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FUNTE	RP	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1.1.2.1.01.14	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	174	P	792.708	106.858	899.566
1.1.2.1.02.00	Taxas de Fiscalização das Telecomunicações			2.315.067.768		2.315.067.768
1.1.2.1.02.11	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Principal	100	P	38.245.217		38.245.217
		178	P	89.238.841		89.238.841
1.1.2.1.02.13	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Dívida Ativa	178	P	3.980		3.980
		100	P	1.706		1.706
1.1.2.1.02.14	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Dívida Ativa - Multas e Juros	178	P	6.332		6.332
1.1.2.1.02.21	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Principal	178	P	1.531.295.872		1.531.295.872
		100	P	656.269.659		656.269.659
1.1.2.1.02.23	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Dívida Ativa	178	P	4.313		4.313
		100	P	1.848		1.848
1.1.2.1.03.00	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos			41.660.803		41.660.803
1.1.2.1.03.11	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	186	P	23.330.050		23.330.050
		174	P	5.832.512		5.832.512
		100	P	12.498.241		12.498.241
1.1.2.1.04.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental			319.818.545		319.818.545
1.1.2.1.04.11	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	174	P	215.033.148		215.033.148
		100	P	92.157.063		92.157.063
1.1.2.1.04.13	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Dívida Ativa	174	P	8.839.834		8.839.834
		100	P	3.788.500		3.788.500
1.1.2.1.05.00	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura			15.221.797		15.221.797
1.1.2.1.05.11	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal	100	P	4.566.539		4.566.539
		174	P	10.655.258		10.655.258
1.1.2.2.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços			1.045.346.483		1.045.346.483
1.1.2.2.01.00	Taxas pela Prestação de Serviços			224.887.252		224.887.252
1.1.2.2.01.11	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	100	P	67.466.176		67.466.176
		175	P	157.421.076		157.421.076
1.1.2.2.02.00	Emolumentos e Custas Judiciais			820.459.231		820.459.231
1.1.2.2.02.11	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	100	P	245.585.680		245.585.680
		127	P	573.033.252		573.033.252
1.1.2.2.02.12	Emolumentos e Custas Judiciais - Multa e Juros	127	P	261.522		261.522
1.1.2.2.02.13	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa	100	P	370.782		370.782
		127	P	865.157		865.157
1.1.2.2.02.14	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa - Multa e Juros	127	P	342.838		342.838
1.2.0.0.00.00	Contribuições			191.528.923.964	692.970.562.242	884.499.486.206
1.2.1.0.00.00	Contribuições Sociais			177.673.668.261	692.970.562.242	870.644.230.503
1.2.1.1.00.00	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS			80.991.340.554	184.470.061.712	265.461.402.266
1.2.1.1.00.01	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal	100	P	78.191.487.506		78.191.487.506
		153	P		182.446.804.180	182.446.804.180
1.2.1.1.00.02	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Multas e Juros	153	P		893.086.592	893.086.592
		132	P	1.747.365.169		1.747.365.169
1.2.1.1.00.03	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Dívida Ativa	153	P		996.721.522	996.721.522
		100	P	427.166.366		427.166.366
1.2.1.1.00.07	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Multas da Dívida Ativa	153	P		133.449.418	133.449.418
1.2.1.1.00.08	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Juros da Dívida Ativa	132	P	625.321.513		625.321.513
1.2.1.2.00.00	Contribuição para o Programa de Integração Social e para Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP			41.608.814.395	29.642.427.149	71.251.241.544
1.2.1.2.00.01	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Principal	140	P	19.511.554.348	29.267.331.522	48.778.885.870
		100	P	20.905.236.802		20.905.236.802
1.2.1.2.00.02	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Multas e Juros	140	P	136.757.853	205.136.779	341.894.632
		132	P	668.293.528		668.293.528
1.2.1.2.00.03	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Dívida Ativa	100	P	104.848.997		104.848.997
		140	P	97.859.064	146.788.597	244.647.661
1.2.1.2.00.07	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Multas da Dívida Ativa	140	P	15.446.834	23.170.251	38.617.085
1.2.1.2.00.08	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Juros da Dívida Ativa	132	P	168.816.969		168.816.969
1.2.1.3.00.00	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSSL			23.111.468.750	52.069.408.378	75.180.877.128

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2019, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FUNTE	RP	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1.2.1.3.00.01	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal	100	P	21.807.052.246		21.807.052.246
		151	P		50.883.121.906	50.883.121.906
1.2.1.3.00.02	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Multas e Juros	132	P	788.778.769		788.778.769
		151	P		345.985.442	345.985.442
1.2.1.3.00.03	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Dívida Ativa	151	P		737.029.743	737.029.743
		100	P	315.869.890		315.869.890
1.2.1.3.00.07	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Multas da Dívida Ativa	151	P		103.271.287	103.271.287
1.2.1.3.00.08	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Juros da Dívida Ativa	132	P	199.767.845		199.767.845
1.2.1.4.00.00	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS				407.185.342.849	407.185.342.849
1.2.1.4.00.01	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	154	P		398.470.922.973	398.470.922.973
1.2.1.4.00.02	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Multas e Juros	154	P		1.457.945.728	1.457.945.728
1.2.1.4.00.03	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa	154	P		6.795.212.329	6.795.212.329
1.2.1.4.00.04	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Dívida Ativa - Multas e Juros	154	P		461.261.819	461.261.819
1.2.1.5.00.00	Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público - CPSS				14.680.556.452	14.680.556.452
1.2.1.5.01.00	CPSS do Servidor Civil				14.680.556.452	14.680.556.452
1.2.1.5.01.11	CPSS do Servidor Civil Ativo - Principal	156	P		10.708.258.703	10.708.258.703
1.2.1.5.01.12	CPSS do Servidor Civil Ativo - Multas e Juros	156	P		1.633.991	1.633.991
1.2.1.5.01.21	CPSS do Servidor Civil Inativo - Principal	156	P		2.847.978.523	2.847.978.523
1.2.1.5.01.31	CPSS do Servidor Civil Pensionistas - Principal	156	P		723.471.602	723.471.602
1.2.1.5.01.41	CPSS do Servidor Civil Ativo, por sentença judicial - Principal	156	P		191.762.685	191.762.685
1.2.1.5.01.51	CPSS do Servidor Civil Inativo, por sentença judicial - Principal	156	P		194.489.922	194.489.922
1.2.1.5.01.61	CPSS do Servidor Civil Pensionista, por sentença judicial - Principal	156	P		12.961.026	12.961.026
1.2.1.6.00.00	Contribuição para Fundos de Assistência Médica			8.923.693	20.821.950	29.745.643
1.2.1.6.01.00	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares			4.904.784	11.444.497	16.349.281
1.2.1.6.01.11	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal	106	P		11.444.497	11.444.497
		100	P	4.904.784		4.904.784
1.2.1.6.02.00	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares			4.018.909	9.377.453	13.396.362
1.2.1.6.02.11	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal	100	P	4.018.909		4.018.909
		106	P		9.377.453	9.377.453
1.2.1.7.00.00	Contribuições sobre Concursos de Prognósticos e Sorteios			922.419.848	2.152.312.977	3.074.732.825
1.2.1.7.01.00	Contribuição sobre a Loteria Federal			21.275.008	49.641.684	70.916.692
1.2.1.7.01.11	Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal	100	P	21.275.008		21.275.008
		118	P		49.641.684	49.641.684
1.2.1.7.02.00	Contribuição sobre Loterias Esportivas			2.882.681	6.726.257	9.608.938
1.2.1.7.02.11	Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal	118	P		6.726.257	6.726.257
		100	P	2.882.681		2.882.681
1.2.1.7.04.00	Contribuição sobre Loterias de Números			892.280.149	2.081.987.014	2.974.267.163
1.2.1.7.04.11	Contribuição sobre Loterias de Números - Principal	100	P	892.280.149		892.280.149
		118	P		2.081.987.014	2.081.987.014
1.2.1.7.06.00	Contribuição sobre Concursos de Prognóstico - Modalidade Futebol			5.982.010	13.958.022	19.940.032
1.2.1.7.06.11	Contribuição sobre Concursos de Prognóstico - Modalidade Futebol - Principal	118	P		13.958.022	13.958.022
		100	P	5.982.010		5.982.010
1.2.1.9.00.00	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas			31.030.701.021	2.749.630.775	33.780.331.796
1.2.1.9.01.00	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas			987.580	99.529	1.087.109
1.2.1.9.01.11	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	100	P	290.877		290.877
		118	P	593.873	84.839	678.712
1.2.1.9.01.12	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Multas e Juros	118	P	102.830	14.690	117.520
1.2.1.9.03.00	Contribuições Referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS			5.984.786.986		5.984.786.986

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2019, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	RP	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1.2.1.9.03.11	Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal	100 184	P P	1.778.953.622 4.150.891.784		1.778.953.622 4.150.891.784
1.2.1.9.03.21	Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal	100 184	P P	16.482.474 38.459.106		16.482.474 38.459.106
1.2.1.9.04.00	Contribuição Social do Salário-Educação			21.622.214.013		21.622.214.013
1.2.1.9.04.11	Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	113	P	21.337.224.320		21.337.224.320
1.2.1.9.04.12	Contribuição Social do Salário-Educação - Multas e Juros	113	P	34.592.445		34.592.445
1.2.1.9.04.13	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa	113	P	163.035.943		163.035.943
1.2.1.9.04.14	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa - Multas e Juros	113	P	87.361.305		87.361.305
1.2.1.9.05.00	Contribuição para o Ensino Aeroviário			237.251.138		237.251.138
1.2.1.9.05.11	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal	100 176	P P	71.175.341 166.075.797		71.175.341 166.075.797
1.2.1.9.06.00	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo			173.423.042		173.423.042
1.2.1.9.06.11	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal	176 100	P P	121.396.129 52.026.913		121.396.129 52.026.913
1.2.1.9.07.00	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais			13.361.972		13.361.972
1.2.1.9.07.11	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal	100 120	P P	4.008.592 9.353.380		4.008.592 9.353.380
1.2.1.9.08.00	Contribuição Industrial Rural			425.255.659		425.255.659
1.2.1.9.08.11	Contribuição Industrial Rural - Principal	100 176	P P	114.638.216 267.489.169		114.638.216 267.489.169
1.2.1.9.08.12	Contribuição Industrial Rural - Multas e Juros	176	P	4.569.730		4.569.730
1.2.1.9.08.13	Contribuição Industrial Rural - Dívida Ativa	176	P	17.632.743		17.632.743
1.2.1.9.08.14	Contribuição Industrial Rural - Dívida Ativa - Multas e Juros	100 176	P P	7.556.890 13.368.911		7.556.890 13.368.911
1.2.1.9.09.00	Adicional à Contribuição Previdenciária Rural			1.503.998.796		1.503.998.796
1.2.1.9.09.11	Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal	100 176	P P	451.199.639 1.052.799.157		451.199.639 1.052.799.157
1.2.1.9.11.00	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas			1.069.421.835	2.495.317.614	3.564.739.449
1.2.1.9.11.11	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	100 123	P P	1.069.421.835	2.495.317.614	1.069.421.835 2.495.317.614
1.2.1.9.99.00	Demais Contribuições Sociais				254.213.632	254.213.632
1.2.1.9.99.11	Outras Contribuições Sociais - Principal	154	P		215.384.461	215.384.461
1.2.1.9.99.12	Outras Contribuições Sociais - Multas e Juros	154	P		9.515.027	9.515.027
1.2.1.9.99.13	Outras Contribuições Sociais - Dívida Ativa	154	P		21.956.224	21.956.224
1.2.1.9.99.14	Outras Contribuições Sociais - Dívida Ativa - Multas e Juros	154	P		7.357.920	7.357.920
1.2.2.0.00.00	Contribuições Econômicas			13.855.255.703		13.855.255.703
1.2.2.0.02.00	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários			263.397.362		263.397.362
1.2.2.0.02.11	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal	100 132	P P	79.019.209 184.378.153		79.019.209 184.378.153
1.2.2.0.03.00	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas			716.285		716.285
1.2.2.0.03.11	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal	172 100	P P	463.083 198.464		463.083 198.464
1.2.2.0.03.12	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Multas e Juros	172	P	4.969		4.969
1.2.2.0.03.13	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa	172 100	P P	11.848 5.077		11.848 5.077
1.2.2.0.03.14	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa - Multas e Juros	172	P	32.844		32.844
1.2.2.0.04.00	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE			1.173.319.024		1.173.319.024
1.2.2.0.04.11	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal	100 130	P P	351.719.498 820.678.830		351.719.498 820.678.830
1.2.2.0.04.12	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Multas e Juros	130	P	3.233		3.233
1.2.2.0.04.13	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Dívida Ativa	130 100	P P	642.224 275.239		642.224 275.239

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2019, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FUNTE	RP	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1.2.2.0.05.00	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM			2.862.871.549		2.862.871.549
1.2.2.0.05.11	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	135	P	2.002.961.974		2.002.961.974
		100	P	858.412.274		858.412.274
1.2.2.0.05.12	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Multas e Juros	132	P	523.560		523.560
1.2.2.0.05.13	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	135	P	375.823		375.823
		100	P	161.067		161.067
1.2.2.0.05.14	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa - Multas e Juros	135	P	436.851		436.851
1.2.2.0.06.00	Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica			992.168.660		992.168.660
1.2.2.0.06.11	Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	172	P	694.515.223		694.515.223
		100	P	297.649.381		297.649.381
1.2.2.0.06.12	Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Multas e Juros	172	P	4.056		4.056
1.2.2.0.07.00	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior			3.659.408.753		3.659.408.753
1.2.2.0.07.11	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	100	P	1.086.329.215		1.086.329.215
		172	P	2.534.768.165		2.534.768.165
1.2.2.0.07.12	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Multas e Juros	172	P	6.182.761		6.182.761
1.2.2.0.07.13	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	100	P	5.159.454		5.159.454
		172	P	12.038.724		12.038.724
1.2.2.0.07.14	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa - Multas e Juros	172	P	14.930.434		14.930.434
1.2.2.0.08.00	Contribuição Relativa às Atividades de Importação e Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante - CIDE Combustíveis			2.837.907.869		2.837.907.869
1.2.2.0.08.11	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação - Principal	100	P	120.186.130		120.186.130
		111	P	444.068.002		444.068.002
1.2.2.0.08.21	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal	100	P	483.442.749		483.442.749
		111	P	1.786.241.517		1.786.241.517
1.2.2.0.08.22	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Multas e Juros	111	P	391.626		391.626
		132	P	958.810		958.810
1.2.2.0.08.23	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Dívida Ativa	100	P	237.947		237.947
		111	P	879.174		879.174
1.2.2.0.08.27	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Multas da Dívida Ativa	132	P	82.026		82.026
		111	P	33.503		33.503
1.2.2.0.08.28	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Juros da Dívida Ativa	111	P	402.052		402.052
		132	P	984.333		984.333
1.2.2.0.09.00	Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações			1.711.097.826		1.711.097.826
1.2.2.0.09.11	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal	172	P	777.414.618		777.414.618
		100	P	333.177.694		333.177.694
1.2.2.0.09.21	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal	172	P	420.353.860		420.353.860
		100	P	180.151.654		180.151.654
1.2.2.0.10.00	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública			154.814.472		154.814.472
1.2.2.0.10.11	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	100	P	46.426.131		46.426.131
		172	P	108.327.640		108.327.640
1.2.2.0.10.12	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Multas e Juros	172	P	60.701		60.701
1.2.2.0.11.00	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática			199.553.903		199.553.903
1.2.2.0.11.11	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	100	P	21.644.645		21.644.645
		172	P	50.504.173		50.504.173

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2019, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	RP	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1.2.2.0.11.21	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal	100 172	P P	38.221.526 89.183.559		38.221.526 89.183.559
1.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial			112.703.069.035	7.879.060.185	120.582.129.220
1.3.1.0.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado			2.204.179.843	24.225.086	2.228.404.929
1.3.1.0.01.00	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocupação			1.400.641.359	23.906.797	1.424.548.156
1.3.1.0.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	150 186 133 100 250	P P P P P	24.478.380 291.835.621 146.280 40.432.483 458.239.649	11.002.734	35.481.114 291.835.621 146.280 40.432.483 471.017.300
1.3.1.0.01.12	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	150 100 250 133	P P P P	9.895 35.026 494.989 57.084	126.412	9.895 35.026 621.401 57.084
1.3.1.0.01.21	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal	186 100 133	P P P	100.992.106 391.344.413 12.624.013		100.992.106 391.344.413 12.624.013
1.3.1.0.01.22	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Multas e Juros	133	P	24.868.847		24.868.847
1.3.1.0.01.23	Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	186 133 100	P P P	11.016.515 1.377.064 42.688.994		11.016.515 1.377.064 42.688.994
1.3.1.0.02.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos			787.341.621	318.289	787.659.910
1.3.1.0.02.11	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	150 250 186	P P P	1.374.721 20.980.960 764.979.237	313.357 4.932	1.688.078 20.985.892 764.979.237
1.3.1.0.02.12	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e Juros	133	P	6.703		6.703
1.3.1.0.99.00	Outras Receitas Imobiliárias			16.196.863		16.196.863
1.3.1.0.99.11	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	100	P	16.196.863		16.196.863
1.3.2.0.00.00	Valores Mobiliários			18.928.923.534	5.805.073.310	24.733.996.844
1.3.2.1.00.00	Juros e Correções Monetárias			17.925.369.466	5.777.782.815	23.703.152.281
1.3.2.1.00.11	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	280 180 293	F F F	4.708.012.154 4.770.260.963 132.831.218	24.810.877 4.166.922.390	4.732.823.031 8.937.183.353 132.831.218
1.3.2.1.00.21	Remuneração de Depósitos Especiais - Principal	180	F		1.111.902.541	1.111.902.541
1.3.2.1.00.31	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	180 280	F F		463.532.037 10.614.970	463.532.037 10.614.970
1.3.2.1.00.51	Juros de Títulos de Renda - Principal	280 180	F F	4.045.739 1.819.282.364		4.045.739 1.819.282.364
1.3.2.1.00.61	Juros sobre o Capital Próprio - Principal	197	P	6.490.937.028		6.490.937.028
1.3.2.2.00.00	Dividendos			809.287.204	27.290.495	836.577.699
1.3.2.2.00.11	Dividendos - Principal	250 197 150	P P P	5.228.882 804.037.661	27.290.495	5.228.882 804.037.661 27.290.495
1.3.2.2.00.12	Dividendos - Multas e Juros	197	P	20.661		20.661
1.3.2.3.00.00	Participações			194.266.864		194.266.864
1.3.2.3.00.11	Participações - Principal	197	P	194.266.864		194.266.864
1.3.3.0.00.00	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença			2.204.176.178		2.204.176.178
1.3.3.1.00.00	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte			203.869.894		203.869.894
1.3.3.1.01.00	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário			3.546.463		3.546.463
1.3.3.1.01.11	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	129	P	3.546.463		3.546.463
1.3.3.1.02.00	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário			200.323.431		200.323.431
1.3.3.1.02.11	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal	129	P	200.323.431		200.323.431
1.3.3.2.00.00	Delegação dos Serviços de Infraestrutura			1.374.909.477		1.374.909.477
1.3.3.2.01.00	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário			1.465.339		1.465.339
1.3.3.2.01.21	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios - Principal	129	P	1.465.339		1.465.339

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2019, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FUNTE	RP	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1.3.3.2.02.00	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário			202.765.620		202.765.620
1.3.3.2.02.11	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - Principal	129	P	202.765.620		202.765.620
1.3.3.2.03.00	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário			5.101.150		5.101.150
1.3.3.2.03.11	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal	129	P	5.101.150		5.101.150
1.3.3.2.04.00	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária			1.165.577.368		1.165.577.368
1.3.3.2.04.11	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal	129	P	1.165.577.368		1.165.577.368
1.3.3.3.00.00	Delegação dos Serviços de Telecomunicação			625.396.807		625.396.807
1.3.3.3.00.11	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Principal	178	P	494.717.210		494.717.210
1.3.3.3.00.12	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Multas e Juros	178	P	42.997		42.997
1.3.3.3.00.31	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Principal	178	P	35.330.516		35.330.516
1.3.3.3.00.41	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal	178	P	58.678.666		58.678.666
1.3.3.3.00.42	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Multas e Juros	178	P	89.495		89.495
1.3.3.3.00.61	Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal	129	P	119.918		119.918
1.3.3.3.00.91	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Principal	178	P	36.410.564		36.410.564
1.3.3.3.00.92	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Multas e Juros	178	P	7.441		7.441
1.3.4.0.00.00	Exploração de Recursos Naturais			85.049.079.759	392.776.595	85.441.856.354
1.3.4.1.00.00	Petróleo - Regime de Concessão			66.646.684.976	392.776.595	67.039.461.571
1.3.4.1.01.00	Outorga de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Regime de Concessão			279.647.281		279.647.281
1.3.4.1.01.21	Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal	129	P	279.647.281		279.647.281
1.3.4.1.02.00	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão			15.613.415.331	130.925.532	15.744.340.863
1.3.4.1.02.11	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	142	P	663.290.274		663.290.274
1.3.4.1.02.21	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	108	P	712.460.621		712.460.621
1.3.4.1.02.31	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	142	P	6.412.145.590		6.412.145.590
1.3.4.1.02.41	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	142	P	2.487.585.101	130.925.532	2.618.510.633
1.3.4.1.03.00	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão			15.251.900.428	261.851.063	15.513.751.491
1.3.4.1.03.11	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	108	P	73.914.654		73.914.654
1.3.4.1.03.21	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	142	P	517.402.579		517.402.579
1.3.4.1.03.31	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	108	P	1.423.010.880		1.423.010.880
1.3.4.1.03.41	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	142	P	5.692.043.519		5.692.043.519
1.3.4.1.04.00	Participação Especial pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão			35.501.721.936		35.501.721.936

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2019, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FUNTE	RP	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1.3.4.1.04.11	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	142	P	57.090.239		57.090.239
1.3.4.1.04.21	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	142	P	22.603.845.035		22.603.845.035
1.3.4.1.04.31	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	108	P	7.534.615.012		7.534.615.012
1.3.4.3.00.00	Petróleo - Regime de Partilha de Produção	142	P	5.306.171.650		5.306.171.650
1.3.4.3.02.00	Royalties pela Produção de Petróleo - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012			499.768.468		499.768.468
1.3.4.3.02.41	Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal	142	P	499.768.468		499.768.468
1.3.4.4.00.00	Exploração de Recursos Minerais			2.754.682.084		2.754.682.084
1.3.4.4.01.00	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral			90.561.602		90.561.602
1.3.4.4.01.11	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal	129	P	85.379.127		85.379.127
1.3.4.4.01.13	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Dívida Ativa	129	P	5.172.997		5.172.997
1.3.4.4.01.14	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Dívida Ativa - Multas e Juros	129	P	9.478		9.478
1.3.4.4.02.00	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais			2.664.120.482		2.664.120.482
1.3.4.4.02.11	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	141	P	2.640.682.992		2.640.682.992
1.3.4.4.02.13	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	141	P	23.437.490		23.437.490
1.3.4.5.00.00	Exploração de Recursos Hídricos			15.138.433.990		15.138.433.990
1.3.4.5.01.00	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos			81.533.121		81.533.121
1.3.4.5.01.11	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal	116	P	81.527.524		81.527.524
1.3.4.5.01.12	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Multas e Juros	116	P	5.597		5.597
1.3.4.5.02.00	Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica			12.200.000.000		12.200.000.000
1.3.4.5.02.11	Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica - Principal	929	P	12.200.000.000		12.200.000.000
1.3.4.5.03.00	Compensação Financeira com a Exploração de Recursos Hídricos			2.856.900.869		2.856.900.869
1.3.4.5.03.11	Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	134	P	988.524.922		988.524.922
1.3.4.5.03.21	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	134	P	1.668.192.810		1.668.192.810
1.3.4.6.00.00	Exploração de Recursos Florestais	183	P	200.183.137		200.183.137
1.3.4.6.01.00	Concessão de Florestas Nacionais			9.510.241		9.510.241
1.3.4.6.01.11	Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal	129	P	2.994.462		2.994.462
1.3.4.6.01.21	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	129	P	6.317.956		6.317.956
1.3.4.6.01.22	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	129	P	197.823		197.823
1.3.5.0.00.00	Exploração do Patrimônio Intangível			13.157		13.157
1.3.5.0.02.00	Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial			4.597		4.597
1.3.5.0.02.11	Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal	250	P	4.597		4.597
1.3.5.0.04.00	Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida			8.560		8.560
1.3.5.0.04.11	Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida - Principal	250	P	8.560		8.560
1.3.6.0.00.00	Cessão de Direitos			1.523.030.177	1.656.985.194	3.180.015.371
1.3.6.0.01.00	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos			1.523.030.177	1.656.985.194	3.180.015.371
1.3.6.0.01.11	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	100	P	1.157.391.851		1.157.391.851
		150	P	11.044.764		11.044.764
		250	P	354.593.562	1.656.984.080	2.011.577.642
1.3.6.0.01.12	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Multas e Juros	250	P		1.114	1.114

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2019, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FUNTE	RP	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1.3.9.0.00.00	Demais Receitas Patrimoniais			2.793.666.387		2.793.666.387
1.3.9.0.00.11	Demais Receitas Patrimoniais - Principal	250	P	6.399.582		6.399.582
1.3.9.1.00.00	Participação da União em Receita de Serviços			2.787.266.805		2.787.266.805
1.3.9.1.01.00	Participação da União em Receita de Concursos de Prognósticos e Sorteios			2.787.266.805		2.787.266.805
1.3.9.1.01.11	Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	118	P	30.422.595		30.422.595
1.3.9.1.01.21	Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	118	P	29.660.179		29.660.179
1.3.9.1.01.41	Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	118	P	2.685.770.117		2.685.770.117
1.3.9.1.01.61	Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	118	P	41.413.914		41.413.914
1.4.0.0.00.00	Receita Agropecuária			19.803.112		19.803.112
1.4.0.0.00.00	Receita Agropecuária			19.803.112		19.803.112
1.4.0.0.00.11	Receita Agropecuária - Principal	150	P	210.260		210.260
		250	P	19.574.320		19.574.320
1.4.0.0.00.12	Receita Agropecuária - Multas e Juros	250	P	18.532		18.532
1.5.0.0.00.00	Receita Industrial			1.482.964.769	287.658	1.483.252.427
1.5.0.0.00.00	Receita Industrial			1.482.964.769	287.658	1.483.252.427
1.5.0.0.00.11	Receita Industrial - Principal	108	P	257.655.000		257.655.000
		186	P	257.655.000		257.655.000
		250	P	882.049.923	287.658	882.337.581
		150	P	85.604.846		85.604.846
1.6.0.0.00.00	Receita de Serviços			41.112.765.633	13.316.110.185	54.428.875.818
1.6.1.0.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			3.501.689.763	38.192.339	3.539.882.102
1.6.1.0.01.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			2.028.893.753	26.714.338	2.055.608.091
1.6.1.0.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	150	P	1.134.532.891	27.252	1.134.560.143
		100	P	1.042.666		1.042.666
		250	P	893.228.524	26.687.086	919.915.610
1.6.1.0.01.12	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	250	P	89.672		89.672
1.6.1.0.02.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos			344.890.248	10.745.945	355.636.193
1.6.1.0.02.11	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	250	P	344.890.248	10.745.945	355.636.193
1.6.1.0.03.00	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização			662.433.711	18.141	662.451.852
1.6.1.0.03.11	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	250	P	620.087.373	18.141	620.105.514
		150	P	40.869.230		40.869.230
		178	P	1.432.027		1.432.027
1.6.1.0.03.13	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Dívida Ativa	250	P	45.081		45.081
1.6.1.0.04.00	Serviços de Informação e Tecnologia			465.472.051	713.915	466.185.966
1.6.1.0.04.11	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	100	P	4.727.356		4.727.356
		150	P	1.827.617		1.827.617
		250	P	441.856.309	713.915	442.570.224
1.6.1.0.04.12	Serviços de Informação e Tecnologia - Multas e Juros	250	P	17.060.769		17.060.769
1.6.2.0.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte			3.781.736.806		3.781.736.806
1.6.2.0.01.00	Serviços de Navegação			2.703.522.501		2.703.522.501
1.6.2.0.01.11	Serviços de Navegação - Principal	250	P	2.703.522.501		2.703.522.501
1.6.2.0.02.00	Serviços de Transporte			343.316.677		343.316.677
1.6.2.0.02.11	Serviços de Transporte - Principal	250	P	343.316.677		343.316.677
1.6.2.0.03.00	Serviços Portuários			480.735		480.735
1.6.2.0.03.11	Serviços Portuários - Principal	250	P	480.735		480.735
1.6.2.0.04.00	Serviços Aeroportuários			734.416.893		734.416.893
1.6.2.0.04.11	Tarifa Aeroportuária - Principal	250	P	203.018		203.018
1.6.2.0.04.31	Parcela da Tarifa de Embarque Internacional - Principal	186	P	734.213.875		734.213.875
1.6.3.0.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Saúde				2.115.547.988	2.115.547.988
1.6.3.0.01.00	Serviços de Atendimento à Saúde				319.857.584	319.857.584
1.6.3.0.01.11	Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	150	P		1.090.946	1.090.946
		250	P		318.766.638	318.766.638
1.6.3.0.02.00	Serviços de Assistência à Saúde de Servidores Cíveis e Militares				1.795.690.404	1.795.690.404
1.6.3.0.02.11	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Principal	250	P		24.600.000	24.600.000
		150	P		8.959.083	8.959.083

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2019, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTES	RP	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1.6.3.0.02.12	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Multas e Juros	150	P		2.979	2.979
1.6.3.0.02.21	Serviços de Assistência Médico-Hospitalar do Militar - Principal	250	P		1.762.128.342	1.762.128.342
1.6.4.0.00.00	Serviços e Atividades Financeiras			33.799.747.201	11.162.369.858	44.962.117.059
1.6.4.0.01.00	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros			33.327.125.527		33.327.125.527
1.6.4.0.01.11	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	171	F	242.470.907		242.470.907
		159	F	17.476.355.188		17.476.355.188
		180	F	1.488.969.013		1.488.969.013
		173	F	13.251.489.517		13.251.489.517
		160	F	28.611.615		28.611.615
		280	F	837.596.363		837.596.363
		166	F	1.598.630		1.598.630
1.6.4.0.01.12	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Multas e Juros	280	F	34.294		34.294
1.6.4.0.02.00	Concessão de Avais, Garantias e Seguros			472.621.674		472.621.674
1.6.4.0.02.11	Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal	150	P	387.150.003		387.150.003
1.6.4.0.02.12	Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Multas e Juros	150	P	85.471.671		85.471.671
1.6.4.0.03.00	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico				11.162.369.858	11.162.369.858
1.6.4.0.03.11	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal	180	F		11.162.369.858	11.162.369.858
1.6.9.0.00.00	Outros Serviços			29.591.863		29.591.863
1.6.9.0.99.00	Outros Serviços			29.591.863		29.591.863
1.6.9.0.99.11	Outros Serviços - Principal	250	P	29.591.863		29.591.863
1.7.0.0.00.00	Transferências Correntes			816.426.694	30.595.317	847.022.011
1.7.1.0.00.00	Transferências da União e de suas Entidades			665.506.147		665.506.147
1.7.1.0.00.11	Transferências da União e de suas Entidades - Principal	181	P	647.185.015		647.185.015
		281	P	18.321.132		18.321.132
1.7.2.0.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			36.340.017	2.817.482	39.157.499
1.7.2.0.00.11	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	181	P	15.644.925		15.644.925
		281	P	20.695.092	2.817.482	23.512.574
1.7.3.0.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades			5.849.859		5.849.859
1.7.3.0.00.11	Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	181	P	600.000		600.000
		281	P	5.249.859		5.249.859
1.7.4.0.00.00	Transferências de Instituições Privadas			108.730.671	26.552.550	135.283.221
1.7.4.0.00.11	Transferências de Instituições Privadas - Principal	181	P	38.846.943		38.846.943
		196	P		25.594.696	25.594.696
		195	P		792.570	792.570
		281	P	19.477.943	30.000	19.507.943
		296	P	38.170.000	135.284	38.305.284
		250	P	762.800		762.800
		186	P	11.472.985		11.472.985
1.7.7.0.00.00	Transferências de Pessoas Físicas				1.222.492	1.222.492
1.7.7.0.00.11	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	296	P		5.237	5.237
		196	P		1.217.255	1.217.255
1.7.8.0.00.00	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados				2.793	2.793
1.7.8.0.00.11	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal	194	P		2.793	2.793
1.9.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes			23.494.136.840	6.358.834.533	29.852.971.373
1.9.1.0.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			5.963.182.748	766.769.427	6.729.952.175
1.9.1.0.01.00	Multas Previstas em Legislação Específica			4.640.835.020	553.654.095	5.194.489.115
1.9.1.0.01.11	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	250	P	228.412.269	22.388	228.434.657
		150	P	40.055.614	1.106.070	41.161.684
		133	P	34.400.171		34.400.171
		132	P	1.001.356.705		1.001.356.705
		100	P	7.796.095		7.796.095
		154	P		24.348.490	24.348.490
		174	P	2.774.271.484	473.953.622	3.248.225.106
1.9.1.0.01.12	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	174	P	5.209.504		5.209.504
1.9.1.0.01.13	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	174	P	476.574.408	54.223.525	530.797.933
		133	P	53.705		53.705

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2019, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FUNTE	RP	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1.9.1.0.01.14	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	174	P	72.705.065		72.705.065
1.9.1.0.02.00	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações			109.261.265		109.261.265
1.9.1.0.02.11	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Principal	178	P	109.114.290		109.114.290
1.9.1.0.02.12	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Multas e Juros	178	P	145.879		145.879
1.9.1.0.02.13	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Dívida Ativa	178	P	1.096		1.096
1.9.1.0.03.00	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial				87.514.815	87.514.815
1.9.1.0.03.11	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal	174	P		87.514.815	87.514.815
1.9.1.0.04.00	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos			710.560.483		710.560.483
1.9.1.0.04.11	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal	174	P	679.809.939		679.809.939
1.9.1.0.04.12	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Multas e Juros	174	P	30.750.544		30.750.544
1.9.1.0.05.00	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica			182.304.149		182.304.149
1.9.1.0.05.11	Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica - Principal	174	P	181.176.490		181.176.490
1.9.1.0.05.12	Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica - Multas e Juros	174	P	78.183		78.183
1.9.1.0.05.13	Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica - Dívida Ativa	174	P	1.049.476		1.049.476
1.9.1.0.06.00	Multas por Danos Ambientais			229.461.169		229.461.169
1.9.1.0.06.11	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	174	P	229.329.945		229.329.945
1.9.1.0.06.21	Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal	174	P	131.224		131.224
1.9.1.0.07.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas			10.045.920		10.045.920
1.9.1.0.07.11	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal	100	P	10.045.920		10.045.920
1.9.1.0.08.00	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais			14.102.324		14.102.324
1.9.1.0.08.11	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	174	P	14.102.324		14.102.324
1.9.1.0.09.00	Multas e Juros Previstos em Contratos			66.612.418	5.031.554	71.643.972
1.9.1.0.09.11	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	100	P	36.179.973		36.179.973
		250	P	28.023.606	4.656.973	32.680.579
		132	P	92.710		92.710
		150	P	2.316.129	374.581	2.690.710
1.9.1.0.10.00	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar				52.837	52.837
1.9.1.0.10.13	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Dívida Ativa	174	P		52.837	52.837
1.9.1.0.11.00	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória				120.516.126	120.516.126
1.9.1.0.11.11	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal	154	P		120.516.126	120.516.126
1.9.2.0.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			4.979.103.217	3.296.058.385	8.275.161.602
1.9.2.1.00.00	Indenizações			112.096.077	32.087	112.128.164
1.9.2.1.01.00	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público			14.992	30.807	45.799
1.9.2.1.01.11	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	250	P	5.100	28.011	33.111
		150	P	9.892	2.796	12.688
1.9.2.1.02.00	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos			4.025.786		4.025.786
1.9.2.1.02.11	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal	100	P	4.016.662		4.016.662
1.9.2.1.02.12	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Multas e Juros	162	P	3.044		3.044
		133	P	6.080		6.080
1.9.2.1.03.00	Indenização por Sinistro			1.241.947		1.241.947
1.9.2.1.03.11	Indenização por Sinistro - Principal	250	P	1.241.947		1.241.947
1.9.2.1.99.00	Outras Indenizações			106.813.352	1.280	106.814.632
1.9.2.1.99.11	Outras Indenizações - Principal	150	P	508.658		508.658
		100	P	83.346.514		83.346.514
		250	P	22.958.180	1.280	22.959.460
1.9.2.2.00.00	Restituições			4.794.397.229	2.577.630.088	7.372.027.317

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2019, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FUNTE	RP	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1.9.2.2.01.00	Restituição de Convênios			384.240.916		384.240.916
1.9.2.2.01.11	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	129	P	8.766		8.766
1.9.2.2.01.21	Restituição de Convênios - Financeiras - Principal	180	F	384.232.150		384.232.150
1.9.2.2.02.00	Restituição de Benefícios Não Desembolsados			1.017.753	39.194.076	40.211.829
1.9.2.2.02.11	Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	250	P	1.017.753		1.017.753
1.9.2.2.03.00	Restituição de Benefícios Previdenciários	150	P		39.194.076	39.194.076
1.9.2.2.03.11	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	153	P		1.131.357.702	1.131.357.702
1.9.2.2.04.00	Restituição de Benefícios Assistenciais	154	P		105.000.297	105.000.297
1.9.2.2.04.11	Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal	151	P		2.563.245	2.563.245
1.9.2.2.06.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	154	P		1.023.794.160	1.023.794.160
1.9.2.2.06.11	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	250	P	17.528.770	1.499.142	19.027.912
1.9.2.2.06.12	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Multas e Juros	150	P	7.938.053	1.106.549.206	1.114.487.259
1.9.2.2.07.00	Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente	100	P	1.459.337.243		1.459.337.243
1.9.2.2.07.11	Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal	150	P		21.162.371	21.162.371
1.9.2.2.10.00	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais	140	P		71.549.370	71.549.370
1.9.2.2.10.11	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal	150	P	19.416.844		19.416.844
1.9.2.2.10.21	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal	186	P	4.107.909		4.107.909
1.9.2.2.12.00	Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados			2.696.952.932		2.696.952.932
1.9.2.2.12.11	Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal	186	P	674.238.233		674.238.233
1.9.2.2.99.00	Outras Restituições	100	P	2.022.714.699		2.022.714.699
1.9.2.2.99.11	Outras Restituições - Principal	250	P	203.856.809	206.294.124	410.150.933
1.9.2.3.00.00	Ressarcimentos	100	P	122.823.198		122.823.198
1.9.2.3.01.00	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência a Saúde	150	P	4.922.089	205.910.874	210.832.963
1.9.2.3.01.11	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência a Saúde - Principal	250	P	76.111.522	383.250	76.494.772
1.9.2.3.02.00	Ressarcimento de Custos			72.609.911		72.609.911
1.9.2.3.02.11	Ressarcimento de Custos - Principal	175	P	2.769.483		2.769.483
1.9.2.3.03.00	Reversão de Garantias	100	P	69.840.428		69.840.428
1.9.2.3.03.11	Reversão de Garantias - Principal	250	P		15.155	15.155
1.9.2.3.04.00	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS				17.862.353	17.862.353
1.9.2.3.04.11	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	154	P		17.862.353	17.862.353
1.9.2.3.99.00	Outros Ressarcimentos				39.494	39.494
1.9.2.3.99.11	Outros Ressarcimentos - Principal	250	P		39.494	39.494
1.9.3.0.00.00	Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público			578.937.106	86.912.192	665.849.298
1.9.3.0.01.00	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público			19.792.366		19.792.366
1.9.3.0.01.11	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público - Principal	150	P	19.792.366		19.792.366
1.9.3.0.02.00	Alienação de Bens Apreendidos			157.123.702	86.912.192	244.035.894
1.9.3.0.02.11	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	139	P	119.029.801	79.353.200	198.383.001
1.9.3.0.02.12	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Multas e Juros	250	P	297.910		297.910
		100	P	4.019.139		4.019.139
		150	P	26.153.806		26.153.806
		139	P	192.163	128.109	320.272

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2019, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	RP	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1.9.3.0.02.21	Alienação de Bens e Mercadorias Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins - Principal	139	P	7.430.883	7.430.883	14.861.766
1.9.3.0.04.00	Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos			402.021.038		402.021.038
1.9.3.0.04.11	Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal	186	P	402.021.038		402.021.038
1.9.9.0.00.00	Demais Receitas Correntes			11.972.913.769	2.209.094.529	14.182.008.298
1.9.9.0.04.00	Contribuição ao Montepio Civil				330.150	330.150
1.9.9.0.04.11	Contribuição ao Montepio Civil - Principal	117	P		330.150	330.150
1.9.9.0.05.00	Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior			472.943.732		472.943.732
1.9.9.0.05.11	Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal	186	P	471.460.566		471.460.566
1.9.9.0.05.12	Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Multas e Juros	186	P	1.483.166		1.483.166
1.9.9.0.06.00	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios			19.446.163		19.446.163
1.9.9.0.06.11	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal	100	P	19.446.163		19.446.163
1.9.9.0.08.00	Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT			238.669.457	2.148.025.117	2.386.694.574
1.9.9.0.08.11	Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal	186	P	238.669.457	2.148.025.117	2.386.694.574
1.9.9.0.09.00	Prestação de Contas Eleitorais			3.534.158		3.534.158
1.9.9.0.09.11	Prestação de Contas Eleitorais - Principal	100	P	3.534.158		3.534.158
1.9.9.0.10.00	Reserva Global de Reversão			24.043.558		24.043.558
1.9.9.0.10.11	Reserva Global de Reversão - Principal	150	P	24.043.558		24.043.558
1.9.9.0.12.00	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência			702.716.711		702.716.711
1.9.9.0.12.11	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal	186	P	702.716.711		702.716.711
1.9.9.0.99.00	Outras Receitas			10.511.559.990	60.739.262	10.572.299.252
1.9.9.0.99.11	Outras Receitas - Primárias - Principal	186	P	472.128		472.128
		100	P	9.197.835.826		9.197.835.826
		250	P	50.613.829	1.298.272	51.912.101
		150	P	4.496.551		4.496.551
1.9.9.0.99.12	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	150	P	450.128		450.128
		132	P	225.724.789		225.724.789
		100	P	229.846.588		229.846.588
		250	P	637.796	51.576.884	52.214.680
1.9.9.0.99.13	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	250	P	5.820.291		5.820.291
		150	P	1.176.134	1.355.561	2.531.695
		100	P	280.298.001		280.298.001
1.9.9.0.99.14	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	174	P	38.386		38.386
		154	P		5.812.543	5.812.543
		150	P	402.062	696.002	1.098.064
		133	P	12.153.748		12.153.748
		100	P	405.824.045		405.824.045
		250	P	23.967.265		23.967.265
1.9.9.0.99.23	Outras Receitas - Financeiras - Dívida Ativa	180	F	71.802.423		71.802.423
2.0.0.0.00.00	Receitas de Capital			1.597.235.064.217	37.075.304	1.597.272.139.521
2.1.0.0.00.00	Operações de Crédito			1.417.657.385.751		1.417.657.385.751
2.1.1.0.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno			1.405.432.640.906		1.405.432.640.906
2.1.1.1.00.00	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno			1.405.432.640.906		1.405.432.640.906
2.1.1.1.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	144	F	409.187.519.484		409.187.519.484
		944	F	248.915.621.661		248.915.621.661
2.1.1.1.00.21	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal	143	F	747.311.062.387		747.311.062.387
2.1.1.1.00.31	Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal	164	F	18.437.374		18.437.374
2.1.2.0.00.00	Operações de Crédito - Mercado Externo			12.224.744.845		12.224.744.845
2.1.2.1.00.00	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo			10.065.814.620		10.065.814.620
2.1.2.1.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo - Principal	144	F	5.076.249.375		5.076.249.375
2.1.2.1.00.21	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo - Principal	143	F	4.989.565.245		4.989.565.245

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2019, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	RP	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
2.1.2.2.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo			2.158.930.225		2.158.930.225
2.1.2.2.00.11	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	149 148	F F	1.674.734.969 484.195.256		1.674.734.969 484.195.256
2.2.0.0.00.00	Alienação de Bens			1.512.510.841	37.075.304	1.549.586.145
2.2.1.0.00.00	Alienação de Bens Móveis			1.427.811.294	896.728	1.428.708.022
2.2.1.2.00.00	Alienação de Estoques			1.402.006.092		1.402.006.092
2.2.1.2.01.00	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM			1.400.000.000		1.400.000.000
2.2.1.2.01.11	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal	160	F	1.400.000.000		1.400.000.000
2.2.1.2.04.00	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ			2.006.092		2.006.092
2.2.1.2.04.11	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal	150	P	1.703.852		1.703.852
2.2.1.2.04.13	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Dívida Ativa	150	P	302.240		302.240
2.2.1.3.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes			25.805.202	896.728	26.701.930
2.2.1.3.00.11	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	163 263	P P	1.372.552 24.432.650	896.728	1.372.552 25.329.378
2.2.2.0.00.00	Alienação de Bens Imóveis			84.699.547	36.178.576	120.878.123
2.2.2.0.00.11	Alienação de Bens Imóveis - Principal	162 263	P P	6.961.997 38.102.441		6.961.997 38.102.441
		163	P	39.367.720		39.367.720
		150	P		35.976.530	35.976.530
2.2.2.0.00.12	Alienação de Bens Imóveis - Multas e Juros	150 263	P P		202.046	202.046
				267.389		267.389
2.3.0.0.00.00	Amortização de Empréstimos			45.121.944.320		45.121.944.320
2.3.0.0.00.00	Amortização de Empréstimos			45.121.944.320		45.121.944.320
2.3.0.0.02.00	Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito			83.735.554		83.735.554
2.3.0.0.02.11	Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal	159	F	83.735.554		83.735.554
2.3.0.0.03.00	Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios			9.509.718.992		9.509.718.992
2.3.0.0.03.11	Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal	159 173	F F	262.309.548 9.247.409.444		262.309.548 9.247.409.444
2.3.0.0.05.00	Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito			1.341.072.319		1.341.072.319
2.3.0.0.05.11	Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal	160 159	F F	1.335.048.326 6.023.993		1.335.048.326 6.023.993
2.3.0.0.06.00	Amortização de Empréstimos Contratuais			27.912.198.415		27.912.198.415
2.3.0.0.06.11	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	159 280 166 180	F F F F	23.015.520.767 241.096.353 34.984.284 4.620.597.011		23.015.520.767 241.096.353 34.984.284 4.620.597.011
				5.091.628.309		5.091.628.309
2.3.0.0.07.00	Amortização de Financiamentos					
2.3.0.0.07.11	Amortização de Financiamentos - Principal	280 166 180	F F F	955.101.828 12.670.400 4.078.639.242		955.101.828 12.670.400 4.078.639.242
2.3.0.0.07.12	Amortização de Financiamentos - Multas e Juros	280 166	F F	44.538.586 678.253		44.538.586 678.253
2.3.0.0.80.00	Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES			1.183.590.731		1,183.590.731
2.3.0.0.80.11	Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal	280	F	1.183.590.731		1,183.590.731
2.4.0.0.00.00	Transferências de Capital			58.741.380		58.741.380
2.4.1.0.00.00	Transferências da União e de suas Entidades			8.977.273		8.977.273
2.4.1.0.00.11	Transferências da União e de suas Entidades - Principal	181 281	P P	6.464.273 2.513.000		6.464.273 2.513.000
2.4.2.0.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			22.634.914		22.634.914
2.4.2.0.00.11	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	181 281	P P	21.419.504 1.215.410		21.419.504 1.215.410
2.4.3.0.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades			24.256.000		24.256.000
2.4.3.0.00.11	Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	181 281	P P	21.400.000 2.856.000		21.400.000 2.856.000
2.4.4.0.00.00	Transferências de Instituições Privadas			2.873.193		2.873.193
2.4.4.0.00.11	Transferências de Instituições Privadas - Principal	281 296	P P	1.873.193 1.000.000		1.873.193 1.000.000
2.9.0.0.00.00	Outras Receitas de Capital					132.884.481.925

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2019, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	RP	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
2.9.2.0.00.00	Resultado do Banco Central			132.864.881.925		26.365.000.000
2.9.2.0.00.21	Resultado do Banco Central - Demais Operações - Principal	152	F	26.365.000.000		26.365.000.000
2.9.3.0.00.00	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro			91.239.875.203		91.239.875.203
2.9.3.0.00.11	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal	188	F	91.239.875.203		91.239.875.203
2.9.9.0.00.00	Demais Receitas de Capital			15.279.606.722		15.279.606.722
2.9.9.0.00.11	Demais Receitas de Capital - Principal	180	F	15.279.606.722		15.279.606.722
7.0.0.0.00.00	Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias			250.712.985	31.738.937.851	31.989.650.836
7.1.0.0.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias			1.799.901	9.866	1.809.767
7.1.1.0.00.00	Impostos - Operações Intraorçamentárias			599.592		599.592
7.1.1.3.00.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - Operações Intraorçamentárias			597.868		597.868
7.1.1.3.03.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Operações Intraorçamentárias			597.868		597.868
7.1.1.3.03.12	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	132 101	P P	157.390 151.220		157.390 151.220
7.1.1.3.03.31	IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	100 101	P P	16.182 15.545		16.182 15.545
7.1.1.3.03.41	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	100 101	P P	131.341 126.190		131.341 126.190
7.1.1.4.00.00	Impostos sobre a Produção - Operações Intraorçamentárias			1.724		1,724
7.1.1.4.01.00	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Operações Intraorçamentárias			1,724		1,724
7.1.1.4.01.52	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	132 101	P P	707 1.017		707 1.017
7.1.2.0.00.00	Taxas - Operações Intraorçamentárias			1.200.309	9.866	1.210.175
7.1.2.1.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Operações Intraorçamentárias			1.083.526	9.866	1.093.392
7.1.2.1.01.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Operações Intraorçamentárias			1.083.526	9.866	1.093.392
7.1.2.1.01.11	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	174 100	P P	755.507 328.019	9.866	765.373 328.019
7.1.2.2.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Operações Intraorçamentárias			116.783		116.783
7.1.2.2.02.00	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias			116.783		116.783
7.1.2.2.02.11	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias	127 100	P P	81.748 35.035		81.748 35.035
7.2.0.0.00.00	Contribuições - Operações Intraorçamentárias			83.935	21.754.485.880	21.754.569.815
7.2.1.0.00.00	Contribuições Sociais - Operações Intraorçamentárias			56.450	21.754.485.880	21.754.542.330
7.2.1.0.09.00	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Operações Intraorçamentárias			56.450	37.437	93.887
7.2.1.0.09.11	Contribuições para os Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Principal - Operações Intraorçamentárias	140 100	P P	23.712 25.405	35.569	59.281 25.405
7.2.1.0.09.12	Contribuições para os Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	132 140	P P	6.087 1.246	1.868	6.087 3.114
7.2.1.5.00.00	Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público - CPSS - Operações Intraorçamentárias				21.754.448.443	21.754.448.443
7.2.1.5.02.00	CPSS Patronal - Operações Intraorçamentárias				21.754.448.443	21.754.448.443
7.2.1.5.02.11	CPSS Patronal - Principal - Operações Intraorçamentárias	169	F		21.235.427.331	21.235.427.331
7.2.1.5.02.12	CPSS Patronal - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	169	F		8.617.343	8.617.343
7.2.1.5.02.21	CPSS Patronal, por sentença judicial - Principal - Operações Intraorçamentárias	169	F		510.403.769	510.403.769

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2019, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FUNTE	RP	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
7.2.2.0.00.00	Contribuições Econômicas - Operações Intraorçamentárias			27.485		27.485
7.2.2.0.10.00	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Operações Intraorçamentárias			27.485		27.485
7.2.2.0.10.11	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	172	P	19.239		19.239
		100	P	8.246		8.246
7.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias			3.232.224		3.232.224
7.3.1.0.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado - Operações Intraorçamentárias			3.121.626		3.121.626
7.3.1.0.01.00	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmio, Tarifas de Ocupação - Operações Intraorçamentárias			2.033.392		2.033.392
7.3.1.0.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	250	P	685.125		685.125
		150	P	1.348.267		1.348.267
7.3.1.0.02.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Operações Intraorçamentárias			1.088.234		1.088.234
7.3.1.0.02.11	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	1.088.234		1.088.234
7.3.3.0.00.00	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença - Operações Intraorçamentárias			110.598		110.598
7.3.3.3.00.00	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Operações Intraorçamentárias			110.598		110.598
7.3.3.3.00.41	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal - Operações Intraorçamentárias	178	P	110.598		110.598
7.5.0.0.00.00	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			131.192.484		131.192.484
7.5.0.0.00.00	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			131.192.484		131.192.484
7.5.0.0.00.11	Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	119.052.401		119.052.401
		250	P	12.140.083		12.140.083
7.6.0.0.00.00	Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias			17.608.474	10.570.946	28.179.420
7.6.1.0.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Operações Intraorçamentárias			17.608.474	744.172	18.352.646
7.6.1.0.01.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Operações Intraorçamentárias			15.366.350	251.142	15.617.492
7.6.1.0.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	250	P	14.781.359	251.142	15.032.501
		150	P	584.991		584.991
7.6.1.0.02.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Operações Intraorçamentárias			23.651		23.651
7.6.1.0.02.11	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal - Operações Intraorçamentárias	250	P	23.651		23.651
7.6.1.0.03.00	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Operações Intraorçamentárias			1.103.145		1.103.145
7.6.1.0.03.11	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	250	P	1.103.145		1.103.145
7.6.1.0.04.00	Serviços de Informação e Tecnologia - Operações Intraorçamentárias			1.115.328	493.030	1.608.358
7.6.1.0.04.11	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal - Operações Intraorçamentárias	250	P	1.115.328	493.030	1.608.358
7.6.3.0.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Saúde - Operações Intraorçamentárias				9.826.774	9.826.774
7.6.3.0.01.00	Serviços de Atendimento à Saúde - Operações Intraorçamentárias				9.826.774	9.826.774
7.6.3.0.01.11	Serviços de Atendimento à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P		1.500.000	1.500.000
		250	P		8.326.774	8.326.774
7.9.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias			96.795.967	9.973.871.159	10.070.667.126
7.9.1.0.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais - Operações Intraorçamentárias				12.708	12.708
7.9.1.0.01.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Operações Intraorçamentárias				12.708	12.708
7.9.1.0.01.11	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal - Operações Intraorçamentárias	174	P		12.708	12.708
7.9.2.0.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Operações Intraorçamentárias			96.795.967		96.795.967

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2019, Art. 9º, inciso III, alínea "a"

Valores em R\$ 1,00

Recursos de todas as Fontes						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	RP	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
7.9.2.1.00.00	Indenizações - Operações Intraorçamentárias			5.725		5.725
7.9.2.1.99.00	Outras Indenizações - Operações Intraorçamentárias			5.725		5.725
7.9.2.1.99.11	Outras Indenizações - Principal - Operações Intraorçamentárias	250	P	5.725		5.725
7.9.2.2.00.00	Restituições - Operações Intraorçamentárias			96.790.242		96.790.242
7.9.2.2.06.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Operações Intraorçamentárias			790.242		790.242
7.9.2.2.06.11	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal - Operações Intraorçamentárias	100	P	790.242		790.242
7.9.2.2.99.00	Outras Restituições - Operações Intraorçamentárias			96.000.000		96.000.000
7.9.2.2.99.11	Outras Restituições - Principal - Operações Intraorçamentárias	250	P	96.000.000		96.000.000
7.9.9.0.00.00	Demais Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias				9.973.858.451	9.973.858.451
7.9.9.0.02.00	Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Operações Intraorçamentárias				9.973.858.451	9.973.858.451
7.9.9.0.02.11	Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias	186	P		9.973.858.451	9.973.858.451
8.0.0.0.00.00	Receitas de Capital - Operações Intraorçamentárias			6.372.365.694		6.372.365.694
8.1.0.0.00.00	Operações de Crédito - Operações Intraorçamentárias			6.372.365.694		6.372.365.694
8.1.1.0.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno - Operações Intraorçamentárias			6.372.365.694		6.372.365.694
8.1.1.1.00.00	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Operações Intraorçamentárias			6.372.365.694		6.372.365.694
8.1.1.1.00.21	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias	143	F	6.372.365.694		6.372.365.694
<i>Total das Receitas Primárias(P)</i>				860.850.941.681	714.009.990.798	1.574.860.932.479
<i>Total das Receitas Financeiras(F)</i>				1.648.653.770.228	38.694.601.116	1.687.348.371.344
<i>Total Geral</i>				2.509.504.711.909	752.704.591.914	3.262.209.303.823

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

1.1.1.1.01.1.1. - Imposto sobre a Importação - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 150, §1º, e 153, I e § 1º;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art.19 a 22;
Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, I - para alíquota específica;
Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, II, e 17 a 21 - para alíquota ad valorem;
Código Civil/2002, arts. 1.204 e 1.263, e art. 2º, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 - para produtos abandonados ou apreendidos.

Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

1.1.1.1.02.1.1. - Imposto sobre a Exportação - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, II; e
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 23 a 28. Vale lembrar que parte do art. 26 (alteração da base de cálculo) não foi recepcionada pela atual Constituição.

1.1.1.4.01.4.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

1.1.1.2.01.1.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º, III;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 29 a 31;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003;
Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e
Lei no 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

1.1.1.4.01.5.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

1.1.1.2.01.2.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º, III;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 29 a 31;
Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e
Lei no 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

1.1.1.3.01.1.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.
Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995;
Lei no 11.119, de 25 de maio de 2005;
Lei no 11.311, de 13 de junho de 2006;
Lei no 11.482, de 31 de maio de 2007; e
Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008

1.1.1.5.01.1.1. - Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Ouro - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, § 5º.

1.1.1.3.02.1.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.1.1.5.01.2.1. - Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, V e § 1º;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 63 a 66; e
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003.

1.1.1.3.03.1.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999;
Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995;
Lei no 11.119, de 25 de maio de 2005;
Lei no 11.311, de 13 de junho de 2006;
Lei no 11.482, de 31 de maio de 2007; e
Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008

1.1.1.9.01.1.1. - Outros Impostos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).

1.1.1.3.03.2.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.

1.1.1.3.03.3.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999;
Decreto no 5.533, 06 de setembro de 2005.

1.1.1.3.03.4.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.

1.1.2.1.01.1.1. - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal

Amparo Legal:

Qualquer lei específica que estabeleça o pagamento da taxa, como: Lei Complementar nº 89, de 1997; Lei nº 6.815, de 1980; Lei nº 7.940, de 1989, art. 1º; Lei nº 9.017, de 1995, art. 17; Lei nº 9.427, de 1996, arts. 12 e 13; Lei nº 9.716, de 1998, art. 3º; Lei nº 9.765, de 1998, art. 1º; Lei nº 9.782, de 1999, art. 23 a 26; Lei nº 9.933, de 1999, arts. 11 e 11-A; Lei nº 9.960, de 2000, art. 1º; Lei nº 9.961, de 2000, art. 18 a 23; Lei nº 10.826, de 2003, art. 11; Lei nº 10.834, de 2003, art. 1º; Lei nº 10.870, de 2004; Lei nº 10.893 de 2004, art. 37; Lei nº 12.154, de 2009; Lei nº 12.249, de 2010, art. 48; Lei nº 12.995, de 2014, arts. 13, 26, parágrafo único, e 27; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 50.

1.1.1.4.01.1.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

1.1.2.1.02.1.1. - Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, art. 2º, Alínea f) e art. 6º

1.1.1.4.01.2.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

1.1.2.1.02.2.1. - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Principal

Amparo Legal:

Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966, art. 2º, Alínea f) e art. 6º

1.1.2.1.03.1.1. - Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal

Amparo Legal:

art. 76 do ADCT
Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, arts. 16 a 21.

1.1.2.1.04.1.1. - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, art. 17-B e 17-G;
Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000; e
Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.

1.1.2.1.05.1.1. - Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, art. 6º.
LEI Nº 13.502, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017, Art. 12, § 3º.

1.1.1.4.01.3.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;

1.1.2.2.01.1.1. - Taxas pela Prestação de Serviços - Principal

Amparo Legal:

Art. 69 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964;
Art. 79 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;
Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1966; e
Decreto-Lei nº 115 de 25 de janeiro de 1967.

1.1.2.2.02.1.1. - Emolumentos e Custas Judiciais - Principal

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

<p>Amparo Legal: Lei no 9.289, de 4 de julho de 1996 e Constituição Federal, art. 98, § 2º.</p>	<p>1.2.1.2.12.1.1. - Contribuição para o PIS/Pasep sobre a folha de salários - Cooperativas - Principal</p>
<p>1.1.3.0.00.1.1. - Contribuição de Melhoria - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 9º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 145, inciso III, da Constituição Federal; e Arts. 81 e 82 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional.</p>	<p>1.2.1.2.49.1.1. - Contribuição para o PIS/Pasep - Parcelamentos - Principal</p>
<p>1.2.1.0.06.3.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Civis - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.</p>
<p>Amparo Legal: Leis específicas dos entes federados que possuem Fundo</p>	<p>1.2.1.3.00.0.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal</p>
<p>1.2.1.0.06.9.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Outros Beneficiários - Principal</p>	<p>Amparo Legal: CF art. 195, I, c. Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988; Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (Art. 17).</p>
<p>Amparo Legal: Leis específicas dos entes federados que possuem Fundo</p>	<p>1.2.1.3.01.1.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - SIMPLES - Principal</p>
<p>1.2.1.1.00.0.1. - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Alínea "c" do inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 1º da Lei nº 7.689, de 15/12/1988.</p>
<p>Amparo Legal: CF art. 195, I, b LC nº 70, de 30 de Dezembro de 1991, art. 1º. Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003; Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004; Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004; Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; LC nº 123, de 14 de dezembro de 2006</p>	<p>1.2.1.3.02.1.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Pessoas Jurídicas Não Financeiras - Principal</p>
<p>1.2.1.1.01.1.1. - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Alínea "c" do inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 1º da Lei nº 7.689, de 15/12/1988.</p>
<p>Amparo Legal: Alínea b, inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 1º da Lei Complementar nº 70, de 30/12/1991; Art. 3º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.3.03.1.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Entidades Financeiras, de Seguros Privados e de Capitalização - Principal</p>
<p>1.2.1.1.02.1.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento - SIMPLES - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Alínea "c" do inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 1º da Lei nº 7.689, de 15/12/1988.</p>
<p>Amparo Legal: Alínea b, inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 1º da Lei Complementar nº 70, de 30/12/1991; Art. 3º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.3.49.1.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Principal</p>
<p>1.2.1.1.49.1.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento - Parcelamentos - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.</p>
<p>Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.</p>	<p>1.2.1.3.99.1.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Demais Contribuintes - Principal</p>
<p>1.2.1.2.00.0.1. - Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Alínea "c" do inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 1º da Lei nº 7.689, de 15/12/1988.</p>
<p>Amparo Legal: Lei Complementar no 7, de 7 de setembro de 1970; Lei Complementar no 8, de 3 de dezembro de 1970; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, I; Lei no 9.715, de 25 de novembro de 1998; Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004; Lei no 10.925, de 23 de julho de 2004; Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005; Decreto no 5.630, de 22 de dezembro de 2005; Decreto no 5.881, de 31 de agosto de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; e Decreto no 6.127, de 18 de junho de 2007.</p>	<p>1.2.1.4.00.0.1. - Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal</p>
<p>1.2.1.2.01.1.1. - Contribuição para o PIS/PASEP sobre o faturamento - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Constituição Federal, art. 167, XI combinado com o art. 195, caput, incisos I e II; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999; e Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 3º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002</p>	<p>1.2.1.4.01.1.1. - Contribuição Previdenciária da Empresa - Principal</p>
<p>1.2.1.2.02.1.1. - Contribuição para o PIS/PASEP sobre o faturamento - SIMPLES - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 3º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.4.02.1.1. - Contribuição Previdenciária do Empregador Doméstico - Principal</p>
<p>1.2.1.2.03.1.1. - Contribuição para o PIS/Pasep sobre a folha de salários - Templos de qualquer culto - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 9º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.4.03.1.1. - Contribuição Previdenciária do Empregado - Principal</p>
<p>1.2.1.2.04.1.1. - Contribuição para o PIS/Pasep sobre a folha de salários - Partidos Políticos - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 9º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.4.03.2.1. - Contribuição Previdenciária do Empregado Doméstico - Principal</p>
<p>1.2.1.2.05.1.1. - Contribuição para o PIS/Pasep sobre a folha de salários - Instituições de educação e de assistência social - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 9º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.4.03.3.1. - Contribuição Previdenciária do Contribuinte Individual - Principal</p>
<p>1.2.1.2.06.1.1. - Contribuição para o PIS/Pasep sobre a folha de salários - Instituições Filantrópicas - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 9º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.4.03.4.1. - Contribuição Previdenciária do Trabalhador Avulso - Principal</p>
<p>1.2.1.2.07.1.1. - Contribuição para o PIS/Pasep sobre a folha de salários - Sindicatos, federações e confederações - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 9º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.4.03.5.1. - Contribuição Previdenciária do Segurado Especial - Principal</p>
<p>1.2.1.2.08.1.1. - Contribuição para o PIS/Pasep sobre a folha de salários - Serviços sociais autônomos - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 9º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.4.04.1.1. - Contribuição Previdenciária do Segurado Facultativo - Principal</p>
<p>1.2.1.2.09.1.1. - Contribuição para o PIS/Pasep sobre a folha de salários - Conselhos Profissionais - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Art. 195 da Constituição Federal de 1988; Art. 11 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 9º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.4.49.1.1. - Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Parcelamentos - Principal</p>
<p>1.2.1.2.10.1.1. - Contribuição para o PIS/Pasep sobre a folha de salários - Fundações Privadas - Principal</p>	<p>Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 9º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.5.01.1.1. - CPSS do Servidor Civil Ativo - Principal</p>
<p>1.2.1.2.11.1.1. - Contribuição para o PIS/Pasep sobre a folha de salários - Condomínio de Proprietários de Imóveis - Principal</p>	<p>Amparo Legal: CF/88, art. 40; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 4º.</p>
<p>Amparo Legal: Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Art. 9º do Decreto nº 4.524, de 17/12/2002.</p>	<p>1.2.1.5.01.2.1. - CPSS do Servidor Civil Inativo - Principal</p>
	<p>Amparo Legal:</p>

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

CF/88, art. 40;
Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 5º.

1.2.1.5.01.3.1. - CPSS do Servidor Civil Pensionistas - Principal

Amparo Legal:
CF/88, art. 40;
Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.01.4.1. - CPSS do Servidor Civil Ativo, por sentença judicial - Principal

Amparo Legal:
CF/88, art. 40;
Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.01.5.1. - CPSS do Servidor Civil Inativo, por sentença judicial - Principal

Amparo Legal:
CF/88, art. 40;
Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.01.6.1. - CPSS do Servidor Civil Pensionista, por sentença judicial - Principal

Amparo Legal:
CF/88, art. 40;
Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.02.1.1. - CPSS Patronal - Principal

Amparo Legal:
CF/88, art. 40;
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 8º.;
Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, art. 2º

1.2.1.5.02.2.1. - CPSS Patronal, por sentença judicial - Principal

Amparo Legal:
CF/88, art. 40;
Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.6.01.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal

Amparo Legal:
Art. 33 da Lei nº 10.486, de 04/07/2002.

1.2.1.6.01.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:
Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.

1.2.1.6.02.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal

Amparo Legal:
Art. 33 da Lei nº 10.486, de 04/07/2002.

1.2.1.6.02.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:
Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.

1.2.1.6.03.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Cívicos - Principal

Amparo Legal:
Leis específicas dos entes federados que possuem o Fundo.

1.2.1.6.03.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Cívicos - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:
Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.

1.2.1.6.04.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Outros Beneficiários - Principal

Amparo Legal:
Leis específicas dos entes federados que possuem o Fundo.

1.2.1.6.04.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Outros Beneficiários - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:
Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.

1.2.1.7.01.1.1. - Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal

Amparo Legal:
Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967;
LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII;
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII;
Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, II, Parágrafo único, e);
Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, art. 2º, I; Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, art. 3º, I, a);
Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.

1.2.1.7.01.2.1. - Contribuição sobre a Loteria Federal - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:
Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.

1.2.1.7.02.1.1. - Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal

Amparo Legal:
Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969;
LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994;
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II, 8º, I, III e IV, 56, VI;
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º;
Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II;
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11, II, Parágrafo Único, e), art. 26, §1º;
Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.

1.2.1.7.02.2.1. - Contribuição sobre Loterias Esportivas - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:
Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.

1.2.1.7.03.1.1. - Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969;
LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994;
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II, 8º, I, III e IV, 56, VI;
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º;
Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II;
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11, II, Parágrafo Único, e), art. 26, §1º;
Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008;
Lei nº 9.092, de 12 de setembro de 1995, art. 1º;
Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, arts. 1º e 2º

1.2.1.7.03.2.1. - Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:
Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.

1.2.1.7.04.1.1. - Contribuição sobre Loterias de Números - Principal

Amparo Legal:
Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967;
LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII;
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII;
Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II;
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, II, Parágrafo único, e);
Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, art. 2º, I; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II e 56., VI e §1º;
Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.

1.2.1.7.04.2.1. - Contribuição sobre Loterias de Números - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:
Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.

1.2.1.7.05.1.1. - Contribuição sobre Loteria Instantânea - Principal

Amparo Legal:
Decreto nº 99.268, de 31 de maio de 1990, arts. 1º e 2º;
LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII;
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII;
Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II;
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, II, Parágrafo único, e);
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II e 56., VI e §1º;
Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.

1.2.1.7.05.2.1. - Contribuição sobre a Loteria Instantânea - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:
Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.

1.2.1.7.06.1.1. - Contribuição sobre Concursos de Prognóstico - Modalidade Futebol - Principal

Amparo Legal:
Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967;
Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, art. 2º;
Decreto nº 6.187, de 14 de agosto de 2007, arts. 1º e 3º;
LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII;
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII;
Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II;
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, II, Parágrafo único, e);
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II e 56., VI e §1º;
Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.

1.2.1.7.06.2.1. - Contribuição sobre Concursos de Prognóstico - Modalidade Futebol - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:
Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.

1.2.1.9.01.1.1. - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal

Amparo Legal:
LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994;
Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971;
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII;
Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971;
Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, art. 6º;
Portaria nº 88, de 28 de setembro de 2000.

1.2.1.9.01.2.1. - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:
Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.02.1.1. - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Principal

Amparo Legal:
CF art. 8º, IV;
Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, art. 589, I, d) e II, e);
Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996, art. 4º.
Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008.

1.2.1.9.02.2.1. - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:
Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.03.1.1. - Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal

Amparo Legal:
Lei Complementar nº 110, de 20 de junho de 2001; Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001.

1.2.1.9.03.2.1. - Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal

Amparo Legal:
Lei Complementar nº 110, de 20 de junho de 2001; Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001.

1.2.1.9.03.3.1. - Contribuições Referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:
Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.04.1.1. - Contribuição Social do Salário-Educação - Principal

Amparo Legal:
CF art. 212, §5º.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei no. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, art. 15. Lei no. 9.766, de 18 de dezembro de 1998	no 3.000, de 26 de março de 1999.
1.2.1.9.04.2.1. - Contribuição Social do Salário-Educação - Parcelamentos - Principal	1.2.2.0.02.1.1. - Contribuição de Lojas Francas, Entrepostos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal
Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.	Amparo Legal: Decreto-Lei no 1.437, de 17 de dezembro de 1975; Decreto-Lei no 1.455, de 1976, art. 9º e 22º; Decreto no 4.543, de 26 de dezembro de 2002; Portaria do Ministério da Fazenda no 204, de 22 de agosto de 1996; e Instrução Normativa/SRF no 180, de 24 de julho de 2002.
1.2.1.9.05.1.1. - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal	1.2.2.0.03.1.1. - Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal
Amparo Legal: - Decreto-Lei nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, arts. 1º, 2º e 3º; - Decreto-Lei nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, art. 1º.	Amparo Legal: Lei no 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e Decreto no 96.993, de 17 de outubro de 1988.
1.2.1.9.05.2.1. - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Parcelamento - Principal	1.2.2.0.04.1.1. - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal
Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.	Amparo Legal: Inciso II do art. 32 da MP no 2.228-1, de 2001, além dos arts. 33, 35, 36, 38, 47 e 48, e do Anexo I da referida MP; Arts. 2º a 4º, da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Arts. 27 e 40 da Lei no 12.485 de 12 de setembro de 2011; e Art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
1.2.1.9.06.1.1. - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal	1.2.2.0.05.1.1. - Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal
Amparo Legal: Decreto-Lei no. 828, de 5 de setembro de 1969, art. 1º.; Decreto no. 968, de 29 de outubro de 1996, art. 1º. e art. 2º., I	Amparo Legal: Decreto-Lei no 2.404, de 23 de dezembro de 1987, art. 1º.; Lei no 10.893, de 13 de julho de 2004, art. 3º. e art. 17; Lei no 9.432, de 8 de janeiro de 1997, arts. 13 e 14; Decreto no. 8.257, de 29 de maio de 2014.
1.2.1.9.06.2.1. - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Parcelamento - Principal	1.2.2.0.06.1.1. - Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal
Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.	Amparo Legal: Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000; Decreto no 3.867, de 16 de julho de 2001; Lei no 10.848, de 2004; Lei no 12.111, de 9 de dezembro de 2009; e Decreto no 7.204, de 8 de junho de 2010.
1.2.1.9.07.1.1. - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal	1.2.2.0.07.1.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal
Amparo Legal: Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991; e Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VII.	Amparo Legal: Lei no 10.168, de 29 de dezembro de 2000; e Decreto no 4.195, de 11 de abril de 2002.
1.2.1.9.07.2.1. - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Parcelamentos - Principal	1.2.2.0.08.1.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação - Principal
Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.	Amparo Legal: Emenda Constitucional no 33 de 11 de dezembro de 2001; Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004; Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001; Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; Lei no 10.866, de 4 de maio de 2004.
1.2.1.9.08.1.1. - Contribuição Industrial Rural - Principal	1.2.2.0.08.2.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal
Amparo Legal: Decreto-Lei no. 1.146, de 31 de dezembro de 1970, arts. 1º. ao 5º.; Lei no. 7.231, de 23 de Outubro de 1984, art. 3º.; (legislações anteriores: Lei no. 2.613, de 23 de Setembro de 1955; Lei no. 4.863, de 29 de novembro de 1965; e Decreto-Lei no. 582, de 15 de maio de 1969)	Amparo Legal: Emenda Constitucional no 33, de 11 de dezembro de 2001; Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004; Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001; Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e Lei no 10.866, de 4 de maio de 2004.
1.2.1.9.08.2.1. - Contribuição Industrial Rural - Parcelamentos - Principal	1.2.2.0.09.1.1. - Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal
Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.	Amparo Legal: Lei no 9.998 de 17 de agosto de 2000; e Decreto no 3.624, de 05 de dezembro de 2000.
1.2.1.9.09.1.1. - Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal	1.2.2.0.09.2.1. - Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal
Amparo Legal: Lei Complementar no. 11, de 25 de maio de 1971, art. 1º. e art. 15, II; Decreto-Lei no. 1.146, de 31 de dezembro de 1970, arts. 1º. ao 5º.; Lei no. 7.231, de 23 de Outubro de 1984, art. 3º.; (legislações anteriores: Lei no. 2.613, de 23 de Setembro de 1955; Lei no. 4.863, de 29 de novembro de 1965; e Decreto-Lei no. 582, de 15 de maio de 1969)	Amparo Legal: Lei no 10.052, de 28 de novembro de 2000; e Decreto no 3.737, de 30 de janeiro de 2001.
1.2.1.9.09.2.1. - Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Parcelamentos - Principal	1.2.2.0.10.1.1. - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal
Amparo Legal: Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.	Amparo Legal: Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008
1.2.1.9.10.1.1. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Principal	1.2.2.0.11.1.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal
Amparo Legal: Arts. 74, 75 e 80, inciso I, 84 e 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, modificada pela Lei nº 9.539, de 12 de dezembro de 1997; Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006; e Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007.	Amparo Legal: Lei no. 8.387 de 30 de dezembro de 1991, art. 2º. §§ 3º. e 4º, inciso II.; Decreto no. 6.008, de 29 de dezembro de 2006, art. 5º.
1.2.1.9.10.2.1. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Parcelamentos - Principal	1.2.2.0.11.2.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal
Amparo Legal: Esta natureza é agregadora. Verificar os códigos de natureza de receita específicos.	Amparo Legal: Lei no. 8.248 de 23 de outubro de 1991, art. 11. § 1º.; Decreto no. 6.008, de 29 de dezembro de 2006, art. 5º.
1.2.1.9.11.1.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	1.2.2.0.99.1.1. - Outras Contribuições Econômicas - Principal
Amparo Legal: Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960; Medida Provisória nº 2.215, de 31 de agosto de 2001; Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002; e Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.	Amparo Legal: Legislação específica.
1.2.1.9.11.2.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Parcelamentos - Principal	1.2.3.0.01.1.1. - Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal
Amparo Legal: Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.	Amparo Legal: Lei no 8.029, de 12 de abril de 1990; Lei no 8.029, de 1990; Lei no 8.154, de 1990; Lei no 8.154, de 28 de dezembro de 1990; Lei no 8.212, de 1991; Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei no 8.315, de 23 de dezembro de 1991; Lei no 8.540 de 22 de dezembro de 1992; Lei no 8.706, de 14 de setembro de 1993; Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; Lei no 9.528, de 10 de dezembro de 1997; Lei no 9.601, de 21 de janeiro de 1998; Lei no 10.256, de 9 de julho de 2001; Medida Provisória no 2.168, de 24 de agosto de 2001; Decreto no 60.466, de 1967; Decreto-Lei no 1.861, de 1981; Decreto-Lei no 2.318, de 1986; Decreto-Lei no 4.048, de 1946;
1.2.1.9.99.1.1. - Outras Contribuições Sociais - Principal	
Amparo Legal: Legislação específica.	
1.2.1.9.99.2.1. - Demais Contribuições Sociais - Parcelamentos - Principal	
Amparo Legal: Legislação específica.	
1.2.2.0.01.1.1. - Contribuição para o Programa de Integração Nacional - PIN - Principal	
Amparo Legal: Art. 5º e 6º do Decreto-Lei no 1.106, de 16 de junho de 1970; Art. 2º da Lei no 8.167, de 16 de janeiro de 1991; Art. 13 da Lei no 10.177, de 15 de janeiro de 2001; e Arts. 599 e 602 do Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.	
1.2.2.0.01.2.1. - Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA - Principal	
Amparo Legal: Art. 5º e 6º do Decreto-Lei no 1.106, de 16 de junho de 1970; Art. 2º da Lei no 8.167, de 16 de janeiro de 1991; Art. 13 da Lei no 10.177, de 15 de janeiro de 2001; e Arts. 599 e 602 do Decreto	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto-Lei no 8.621, de 1946;
Decreto-Lei no 9.403, de 1946;
Decreto-Lei no 9.853, de 1946.

CF, art. 21, inciso XII, alínea "d";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.

1.3.1.0.01.1.1. - Aluguéis e Arrendamentos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º;
Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946;
Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987;
Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;
Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e
Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.

1.3.3.1.03.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Metroviário - Principal

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "d";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.

1.3.1.0.01.2.1. - Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal

Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:
- Decreto Lei nº 2.398/87, art. 6-B (introduzido pelo art. 27 da Lei nº 13.240, de 30/Dez/2015)

LEGISLAÇÃO GENÉRICA (patrimônio imobiliário)
- Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 (Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências);
- Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993 (Dispõe sobre a cessão de uso e a administração de imóveis residenciais de propriedade da União a agentes políticos e servidores públicos federais, e dá outras providências.);
- Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 (dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União);
- Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001 (Regulamenta a Lei no 9.636); e

1.3.1.0.02.1.1. - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei no 271, de 28 de fevereiro de 1967;
Código Civil, art. 1.370;
Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993;
Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998;
Art. 18, § 5º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;
Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000;
Art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002;
Arts. 28 e 29 do Decreto nº 4.541, de 23 de dezembro de 2002;
Portaria Interministerial MP-MMA no 436, de 2 de dezembro de 2009; e
Art. 12, § 2º, do Decreto no 7.154, de 9 de abril de 2010.

1.3.3.1.04.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aquaviário - Principal

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "d";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.

1.3.3.1.05.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aeroviário - Principal

Amparo Legal:

Código reservado.
CF, art. 21, inciso XII, alínea "c";
Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973.

1.3.3.2.014.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para o Setor Privado - Principal

Amparo Legal:

Arts. 21, inciso XII, 22, inciso IX, e 178 da Constituição Federal;
Arts. 12, inciso I, 13, inciso I, 14, inciso I, alínea "a" e § 3º, 24, inciso III, 28, inciso II, alínea "c", 34-A e 77, inciso II, da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001.

1.3.3.2.012.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios - Principal

Amparo Legal:

Lei no 9.277, de 10 de maio de 1996, arts. 1º e 3º.

1.3.3.2.02.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - Principal

Amparo Legal:

Código reservado. Receita inexistente

1.3.3.2.03.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal

Amparo Legal:

Ainda não há.

1.3.3.2.04.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, art. 63, inciso III.

1.3.3.3.00.1.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Principal

Amparo Legal:

Art. 2º, alínea "c", e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
Art. 48 da Lei nº 9.472, de 16 julho de 1997;
Art. 6º, inciso II, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e
Art. 2º, inciso VII, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.3.3.3.00.2.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Atividade Ordenadora no Regime Privado - Principal

Amparo Legal:

Art. 2º, alínea "d", e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
Art. 48 da Lei nº 9.472, de 16 julho de 1997;
Art. 6º, inciso II, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e
Art. 2º, inciso VII, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.3.3.3.00.3.1. - Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Principal

Amparo Legal:

Arts. 6, alínea "d", 32 e 33, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962;
Art. 2º, alínea "c", e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
Arts. 48 e 211 da Lei nº 9.472, de 16 julho de 1997;
Art. 6º, inciso II, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e
Art. 2º, inciso VII, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.3.3.3.00.4.1. - Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal

Amparo Legal:

Art. 2º, alínea "e", e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
Art. 48 da Lei nº 9.472, de 16 julho de 1997;
Art. 6º, inciso II, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e
Art. 2º, inciso VII, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.3.3.3.00.5.1. - Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal

Amparo Legal:

Arts. 2º e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
Arts. 48, 51, 170, 171 e 172 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;
Arts. 1º, inciso I, e 2º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000.

1.3.3.3.00.6.1. - Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal

Amparo Legal:

Art. 71, 87, 98, 136, § 2º, 168, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; e
Arts. 5º e 6º, inciso III, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000.

1.3.3.3.00.7.1. - Concessão de Licenças e Autorizações da Agência Espacial Brasileira - Principal

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.3.3.3.00.9.1. - Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Principal

Amparo Legal:

Arts. 2º e 3º da Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966;
Art. 48 da Lei no 9.472, de 16 julho de 1997;
Art. 6º, inciso II, da Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000; e
Art. 2º, inciso VII, da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.3.3.1.02.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "e";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Esta natureza é agregadora. Verificar os códigos de natureza de receita específicos.

1.3.3.99.1.1. - Outras Delegações de Serviços Públicos - Principal

Amparo Legal:
Registra receitas decorrentes da delegação para prestação de serviços públicos não abarcadas por códigos específicos.

1.3.4.1.01.1.1. - Bônus de Assinatura do Contrato de Concessão - Principal

Amparo Legal:
Arts. 45 e 46 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

1.3.4.1.01.2.1. - Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal

Amparo Legal:
Arts. 45, inciso IV, e 51 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

1.3.4.1.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal

Amparo Legal:
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48, inciso I (com a redação da Lei 12.734, de 2012); e
Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012.

1.3.4.1.02.2.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal

Amparo Legal:
Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 3º e art. 2º, III.

1.3.4.1.02.3.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal

Amparo Legal:
Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013.

1.3.4.1.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal

Amparo Legal:
Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, I e §3º.

1.3.4.1.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal

Amparo Legal:
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso I (com redação da Lei 12.734/2012);
Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III.

1.3.4.1.03.2.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal

Amparo Legal:
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso II (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III e art. 3º.

1.3.4.1.03.3.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal

Amparo Legal:
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, II (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III, e art. 3º.

1.3.4.1.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal

Amparo Legal:
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49 (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, I, e §3º.

1.3.4.1.04.1.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal

Amparo Legal:
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2º (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;

1.3.4.1.04.2.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal

Amparo Legal:
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2º (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III.

1.3.4.1.04.3.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal

Amparo Legal:
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2º (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III.

1.3.4.1.04.4.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal

Amparo Legal:
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2º (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, I, e §3º.

1.3.4.2.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:
Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §1º.

1.3.4.2.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:
Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §1º; e
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, incisos I e II.

1.3.4.2.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:
Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §2º.

1.3.4.2.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:
Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §2º; e
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, incisos I e II.

1.3.4.3.01.1.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela da União - Principal

Amparo Legal:
Constituição Federal, arts. 20, § 1º, e 177, incisos I a IV;
Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 46;
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, arts. 20, inciso XII, 10, inciso III, alínea "f", 15, inciso IX, 29, inciso XX, 42, inciso II e § 2º, e 49, inciso I.

1.3.4.3.01.2.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela do Fundo Social - Principal

Amparo Legal:
- Constituição Federal, arts. 20, § 1º, e 177, incisos I a IV;
- Inciso II do art. 49 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

1.3.4.3.01.3.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela da Empresa Gestora do Contrato

Amparo Legal:
- Constituição Federal, arts. 20, § 1º, e 177, incisos I a IV;
- Alínea "f" do inciso III do art. 10 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

1.3.4.3.02.1.1. - Royalties pela Produção de Petróleo em Terra - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:
Inciso I do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

1.3.4.3.02.4.1. - Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:
Inciso II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Inciso I do art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013.

1.3.4.4.01.1.1. - Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal

Amparo Legal:
Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989; Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990 (Art. 6º); Lei no 8.876, de 2 de maio de 1994.

1.3.4.4.02.1.1. - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 c/c Decreto nº 1, de 1991. Repartição de recursos estabelecida pelo art. 2º, §2º, da Lei nº 8.001, de 1990 (com atualizações efetuadas pelo art. 2º da Lei nº 13.540, de 2017)

1.3.4.5.01.1.1. - Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal

Amparo Legal:
- Lei no 9.984 de 17 de julho de 2000, art. 4º, inciso IX e § 6º, e art. 20, inciso II;
- Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, arts. 12, 20 e 22.

1.3.4.5.02.1.1. - Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica - Principal

Amparo Legal:
CF/88, art. 176;
Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995;
Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;

1.3.4.5.03.1.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal

Amparo Legal:
- Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;
- Lei no 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º;
- Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 12, inciso IV e art. 20;
- Item III do Anexo C do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de março de 1973, bem como documentos interpretativos subsequentes.

1.3.4.5.03.2.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;
Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, art. 17;
Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 22, e
Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, art. 3º.

1.3.4.5.03.3.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Prorrogação de Outorga - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;
Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, art. 2º, caput e § 1º-A.

1.3.4.6.01.1.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso I.

1.3.4.6.01.2.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso II

1.3.4.6.02.1.1. - Outras Concessões Florestais - Valor Mínimo - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, inciso I

1.3.4.6.02.2.1. - Outras Concessões Florestais - Demais Valores - Principal

Amparo Legal:
Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, inciso II

1.3.4.6.99.1.1. - Custos de Edital de Concessão Florestal - Principal

Amparo Legal:
Lei no 11.284, de 02 de março de 2006; Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º).

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

1.3.4.6.99.2.1. - Contratos de Transição de Concessão Florestal - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006; Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º).

1.3.4.6.99.3.1. - Supressão Vegetal no Interior das Florestas Nacionais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;
Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006;
Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;
Decreto nº 5.975, de 30 de novembro de 2006;
Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008;
Instrução Normativa ICMBio nº 9, de 28 de abril de 2010.

1.3.4.9.01.1.1. - Compensações Ambientais - Principal

Amparo Legal:

Art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

1.3.4.9.99.1.1. - Outras Delegações para Exploração de Recursos Naturais - Principal

Amparo Legal:

Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 3 de 26 de abril de 2006.

1.3.5.0.01.1.1. - Outorga de Direito de Uso ou de Exploração de Criação Protegida - Instituição Científica e Tecnológica - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

1.3.5.0.02.1.1. - Direito de Uso de Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009;
Art. 10, da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009;
Inciso VI, do art. 23 do Decreto nº 6.845, de 7 de maio de 2009;
Instrução Normativa nº 1, do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, de 15 de abril de 2013;
Legislação aplicável aos direitos de uso de imagem e reprodução.

1.3.5.0.03.1.1. - Royalties pela Exploração do Patrimônio Genético ou Conhecimento Tradicional Associado - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal de 1988, art. 225, § 1º, II e § 4º;
Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015

1.3.5.0.04.1.1. - Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.973, de 2004, art. 6º, e Decreto nº 5.563, arts. 6º e 19.

1.3.6.0.01.1.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal de 1988, art. 37, XXI;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

1.3.9.0.00.1.1. - Demais Receitas Patrimoniais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

1.3.9.1.01.1.1. - Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal

Amparo Legal:

Art. 14 da Medida Provisória 841, de 11 de junho de 2018.

1.3.9.1.01.2.1. - Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal

Amparo Legal:

Art. 17 da Medida Provisória 841, de 11 de junho de 2018.

1.3.9.1.01.4.1. - Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal

Amparo Legal:

Art. 15 da Medida Provisória 841, de 11 de junho de 2018.

1.3.9.1.01.5.1. - Participação da União em Receita de Loteria Instantânea - Principal

Amparo Legal:

Art. 18 da Medida Provisória 841, de 11 de junho de 2018.

1.3.9.1.01.6.1. - Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal

Amparo Legal:

Art. 16 da Medida Provisória 841, de 11 de junho de 2018.

1.4.0.0.00.1.1. - Receita Agropecuária - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.5.0.0.00.1.1. - Receita Industrial - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.6.1.0.01.1.1. - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.6.1.0.02.1.1. - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 37, caput e inciso II, e 208, inciso V; e
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 44, inciso II, e 51.

1.6.1.0.03.1.1. - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 173 e 174, caput;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, arts. 7º, 15, 16, 20, 22 e 38;
Decreto-Lei nº 2.056, de 19 de agosto de 1983;
Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, arts. 2º, alínea j, e 3º;
Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973;
Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, arts. 8º, 32 e 55;
Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996;
Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, art. 6º;
Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999;
Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 6º, inciso II;
Lei nº 10.743, de 30 de julho de 2003;
Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, art. 2º, inciso VII;
Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010;
Decreto nº 98.812, de 9 de janeiro de 1990;
Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, arts. 7º, 32 e 89;
Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998, art. 3º;
Decreto nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013;
Resolução CONTRAN nº 5, de 23 de janeiro de 1998; e
Resolução CONTRAN nº 282, de 26 de junho de 2008.

1.6.1.0.04.1.1. - Serviços de Informação e Tecnologia - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.6.2.0.01.1.1. - Serviços de Navegação - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 8º;
Decreto nº 86.864, de 21 de janeiro de 1982;
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012;
Decreto-Lei nº 34, de 18 de novembro de 1966, art. 14, § 3º;
Decreto-Lei nº 1.023, de 21 de outubro de 1969; e
Decreto nº 70.198, de 24 de fevereiro de 1972.

1.6.2.0.02.1.1. - Serviços de Transporte - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.6.2.0.03.1.1. - Serviços Portuários - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Lei nº 4.860, de 26 de novembro de 1965; e
Lei nº 12.615, de 5 de junho de 2013.

1.6.2.0.04.1.1. - Tarifa Aeroportuária - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 3º;
Decreto nº 89.121, de 6 de dezembro de 1983.

1.6.2.0.04.2.1. - Adicional sobre Tarifa Aeroportuária - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 3º;
Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989;
Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012.

1.6.2.0.04.3.1. - Parcela da Tarifa de Embarque Internacional - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999;
Art. 63 da Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011; e
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012.

1.6.3.0.01.1.1. - Serviços de Atendimento à Saúde - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; e
Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

1.6.3.0.02.1.1. - Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 230;
Decreto nº 4.978, de 3 de fevereiro de 2004;
Portaria MPOG/SRH nº 1.983, de 5 de dezembro de 2006, arts. 12 e 15.

1.6.3.0.02.2.1. - Serviços de Assistência Médico-Hospitalar do Militar - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea "e";
Medida Provisória nº 2.215-10 de 31 de agosto de 2001, arts. 15, incisos II e III, e 25;
Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986, art. 13.

1.6.4.0.01.1.1. - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 173 e 239, § 1º;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990;
Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996;
Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e
Legislação correlata.

1.6.4.0.02.1.1. - Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 5.000, de 24 de maio de 1966;
Arts. 16 e 17 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966;
Art. 1º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979;
Art. 5º-A da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992;
Arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997; e
Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.

1.6.4.0.03.1.1. - Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal

Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Constituição Federal, art. 239, caput e § 1º;
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

1.6.9.0.99.1.1. - Outros Serviços - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1o e 4o.

1.7.1.0.00.1.1. - Transferências da União e de suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.2.0.00.1.1. - Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.3.0.00.1.1. - Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.4.0.00.1.1. - Transferências de Instituições Privadas - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.5.0.00.1.1. - Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.6.0.00.1.1. - Transferências do Exterior - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.7.0.00.1.1. - Transferências de Pessoas Físicas - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.8.0.00.1.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.9.1.0.01.1.1. - Multas Previstas em Legislação Específica - Principal

Amparo Legal:

Qualquer lei específica que determine aplicação de multa de caráter punitivo, como: Art. 86, da Lei nº 8.666/93, combinado com as Leis nº 5.172, 6.830 e 4.320. Decreto Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967; Lei no 6.276 de 1º de dezembro de 1975. Decreto no 1.832, de 4 de março de 1996. Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998. Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, art. 77, inciso V. Decreto-Lei no 2.056 de 19 de agosto de 1983; Lei no 8.934 de 18 de novembro de 1994; Decreto no 1.800 de 30 de janeiro de 1996. Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967; e Lei no 6.276, de 1º de dezembro de 1975. Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Art. 22, inciso V; art. 25, inciso III; art. 31, inciso I; art. 31, inciso II). Decreto-Lei nº. 62.934, de 2 de julho de 1968 (Art. 54, inciso I; inciso II; inciso III; inciso IV; inciso V; inciso VI; inciso VII; inciso VIII; inciso IX; inciso X; inciso XI; inciso XII; inciso XIII; inciso XIV; inciso XV; art. 56, art. 66). Lei nº. 7.805, de 1989. Decreto nº. 69.885, de 31 de dezembro, de 1971. Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943 (CLT); Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, Art. 11. Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro 1962. Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003; Decreto no 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Lei no 4.375, de 17 de agosto de 1964; Decreto no 57.654, de 20 de janeiro de 1966. Lei no 4.737, de 15 de julho de 1965; Lei no 9.096, de 19 de setembro de 1995. Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980; Decreto no 86.715, de 10 de dezembro de 1981. Lei no 7.565, de 19 de dezembro de 1986; Lei no 9.614, de 5 de março de 1998; Lei no 11.182, de 27 de setembro de 2005. Lei no 10.209, de 24 de março de 2001, e suas alterações; Decreto no 3.525, de 26 de junho de 2000. Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991; Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976; Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998. Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 15, inciso V. Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997; Decreto no 2.613, de 3 de junho de 1998; Decreto no 6.366, de 30 de janeiro de 2008; Lei no 11.705, de 19 de junho de 2008. Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997. Lei no 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Lei no 9.933, de 20 de dezembro de 1999. Lei no 9.966, de 28 de abril de 2000; e Lei nº 11.771, de 17 de agosto de 2008

1.9.1.0.02.1.1. - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Principal

Amparo Legal:

Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997; Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997; Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000; Medida Provisória no 2.228, de 6 de setembro de 2001; e Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.9.1.0.03.1.1. - Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal

Amparo Legal:

Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990 (Art. 25).

1.9.1.0.04.1.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal

Amparo Legal:

Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985, arts. 11 e 13; Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989; e Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

1.9.1.0.05.1.1. - Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica - Principal

Amparo Legal:

Art. 13 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002;
Arts. 28 e 29 do Decreto no 4.541, de 23 de dezembro de 2002; e
Decreto no 2.335, de 6 de outubro de 1997.

1.9.1.0.06.1.1. - Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal

Amparo Legal:

Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981;
Lei no 7.797, de 10 de julho de 1989;
Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e
Decreto no 6.514, de 22 de julho de 2008, art. 13.

1.9.1.0.06.2.1. - Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal

Amparo Legal:

Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981;
Lei no 7.754, de 14 de abril de 1989;
Lei no 7.797, de 10 de julho de 1989; e
Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

1.9.1.0.07.1.1. - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

1.9.1.0.08.1.1. - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal

Amparo Legal:

- Inciso V do art. 2º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994;
- Art. 83 da Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008;
- Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, Código do Processo Civil; e
- Art. 265 e outros do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

1.9.1.0.09.1.1. - Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

1.9.1.0.10.1.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001; Lei 12.154, de 23 de Dezembro de 2009, art. 11, inciso IV. Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, Arts. 22 a 26.

1.9.1.0.11.1.1. - Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal

Amparo Legal:

Arts. 17 e 35 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil;
Arts. 23 e 24, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
Arts. 68 e 92 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
Art. 22 e 125-A, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997; e
Art. 283 do Decreto nº 3048, de 6 de maio de 1999.

1.9.1.0.12.1.1. - Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Principal

Amparo Legal:

Lei no 10.357, de 27 de dezembro de 2001, art. 21.

1.9.1.0.13.1.1. - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Processos Administrativos de Responsabilização - Principal

Amparo Legal:

Lei no 12.846, de 2013, Art. 6o, inciso I.

1.9.1.0.13.2.1. - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência - Principal

Amparo Legal:

Lei no 12.846, de 2013, art. 16, §2o.

1.9.2.1.01.1.1. - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal

Amparo Legal:

Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002; e Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

1.9.2.1.02.1.1. - Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 § único da Lei nº 9.636/98.

1.9.2.1.03.1.1. - Indenização por Sinistro - Principal

Amparo Legal:

Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (Arts. 757 a 802).

1.9.2.1.99.1.1. - Outras Indenizações - Principal

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

1.9.2.2.01.1.1. - Restituição de Convênios - Primárias - Principal

Amparo Legal:

Lei no 4.320, de 17 de março de 1964;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966;
Parágrafo único do art. 8o da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF;
Parágrafo único do art. 12, do Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007.

1.9.2.2.01.2.1. - Restituição de Convênios - Financeiras - Principal

Amparo Legal:

Lei no 4.320, de 17 de março de 1964;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966;

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

	Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; Parágrafo único do art. 12, do Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007.		
1.9.2.2.02.1.1. - Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	Amparo Legal: Parágrafo único do art.15 da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; Art. 38 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	1.9.2.3.04.1.1. - Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	Amparo Legal: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, arts. 120 e 121; e Constituição Federal de 1988, art. 114, VI.
1.9.2.2.03.1.1. - Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	Amparo Legal: Arts. 154, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.	1.9.2.3.99.1.1. - Outros Ressarcimentos - Principal	Amparo Legal: Qualquer dispositivo legal que determine ressarcimentos não previstos nos itens anteriores, como, por exemplo, o art. 64 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.
1.9.2.2.04.1.1. - Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal	Amparo Legal: Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993; Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007.	1.9.3.0.01.1.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público - Principal	Amparo Legal: - Art. 45, § 3º, do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; - Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; - Art. 7º, § 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998; - Arts 134 a 138 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008; - Demais dispositivos da legislação especial.
1.9.2.2.05.1.1. - Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares - Principal	Amparo Legal: Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; e Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	1.9.3.0.02.1.1. - Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	Amparo Legal: Arts. 23 a 32 do Decreto-Lei no 1.455, de 7 de abril de 1976;art. 59 da Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002;arts. 104 e 105 do Decreto-Lei no 37, de 18 de novembro de 1966;art. 1o do Decreto-Lei no 2.411, de 21 de janeiro de 1988;art. 83, inciso II da Lei no 7.450 de 23 de dezembro de 1985; eart. 27 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991. Lei no 7.805, de 20 de julho de 1989;Decreto no 98.830, de 15 de janeiro de 1990; eLei no 8.212, de 1991, art. 27, inciso VII. - Quando se tratar de bem Mineralário, Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, Art. 19, VIII: constitui receita da ANM.
1.9.2.2.06.1.1. - Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	Amparo Legal: Arts. 38 e 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	1.9.3.0.02.2.1. - Alienação de Bens e Mercadorias Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins - Principal	Amparo Legal: Constituição Federal, Art. 243, Parágrafo Único;Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;Lei no 9.813, de 03 de março de 1998 (Art 7o);Lei no 10.357, de 27 de dezembro de 2001;Lei no 11.343, de 23 de agosto de 2006. Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 28, de 13 de setembro de 2006.
1.9.2.2.07.1.1. - Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal	Amparo Legal: Art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil.Artigos 3º, 7º e 8º, da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.Código Processo Civil.	1.9.3.0.03.1.1. - Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor) - Principal	Amparo Legal: Lei nº 2.313, de 3 de setembro de 1954; e Decreto nº 40.395, de 21 de novembro de 1956.
1.9.2.2.08.1.1. - Restituição de Garantias Prestadas - Principal	Amparo Legal: Decreto nº 3.937, de 15 de setembro de 1997 e Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.	1.9.3.0.04.1.1. - Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal	Amparo Legal: Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, inciso II.
1.9.2.2.09.1.1. - Restituição de Recursos de Fomento - Principal	Amparo Legal: Art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; Art. 2º, inciso VI, última parte, da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Art. 6º da Medida Provisória no 2.183-56, de 24 de agosto de 2001; Art. 12 do Decreto no 6.672, de 2 de dezembro de 2008; Demais dispositivos legais que tratem da restituição de recursos de fomento.	1.9.3.0.05.1.1. - Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos - Principal	Amparo Legal: A específica decisão judicial ou de Tribunal Administrativo que haja determinado o reconhecimento do ingresso do recurso.
1.9.2.2.10.1.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal	Amparo Legal: Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Lei no 10.454, de 13 de maio de 2002; Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, arts. 4º e 5º, inciso VI; Lei no 7.505, de 2 de julho de 1986; e Decreto no 5.761, de 27 de abril de 2006.	1.9.9.0.01.1.1. - Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS - Principal	Amparo Legal: Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
1.9.2.2.10.2.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal	Amparo Legal: Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Lei no 10.454, de 13 de maio de 2002; Lei no 8.685, de 20 de julho de 1993, art. 5º; Lei no 7.505, de 2 de julho de 1986; e Decreto no 6.304, de 12 de dezembro de 2007.	1.9.9.0.02.1.1. - Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Principal	Amparo Legal: Arts. 7º a 9º da Lei no 12.546, de 2011.
1.9.2.2.11.1.1. - Restituição Decorrente da Aplicação Irregular de Recursos Eleitorais - Principal	Amparo Legal: Lei nº 9.096/1995, art. 30 e seguintes; Lei nº 9.504/1997, art. 30, 30-A e 105; Resolução TSE nº 21.841, de 22 de junho de 2004, art. 34; Resolução TSE nº 23.432, de 30.12.2014, art. 62, I, b e §§ 1º e 2º; e Resolução TSE nº 23.406, de 27.2.2014, art. 57, parágrafo único.	1.9.9.0.03.1.1. - Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal	Amparo Legal: Art. 40, da Constituição Federal;Lei no 9.796, de 5 de maio de 1999; Lei no 9.783, de 28 de janeiro de 1999;Decreto no 3.112, de 6 de julho de 1999; eDecreto no 3.217 de 22 de outubro de 1999.
1.9.2.2.12.1.1. - Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal	Amparo Legal: Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017 Resolução CJF-RES-2016/00405, de 9 de junho de 2016, artigos 45 a 47	1.9.9.0.04.1.1. - Contribuição ao Montepio Civil - Principal	Amparo Legal: Decreto-Lei nº 9.595, de 16 de agosto de 1946; Lei nº 3.058, de 22 de dezembro de 1956; Lei nº 4.477, de 12 de novembro de 1964; Lei nº 4.493, de 24 de novembro de 1964; Art. 53 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966; e Lei nº 6.554, de 21 de agosto de 1978.
1.9.2.2.99.1.1. - Outras Restituições - Principal	Amparo Legal: Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993; Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007. Decreto nº 3.964, de 10 de outubro de 2001, art. 2º e Lei nº 8.080, de 1990, § 4º, art. 33, em decorrências de auditorias.	1.9.9.0.05.1.1. - Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal	Amparo Legal: Lei no 9.019, de 30 de março de 1995, e suas alterações. Medida Provisória no 2.158, de 24 de agosto de 2001; e Lei no 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Decreto no 1.488, de 11 de maio de 1995 (Art. 8º, Inciso II); com as alterações do Decreto nº 1.936, de 20 de junho de 1996.
1.9.2.3.01.1.1. - Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência a Saúde - Principal	Amparo Legal: Lei no 9656, de 3 de junho de 1998;Medida Provisória no 2.177, de 24 de agosto de 2001, e alterações; eResolução - RDC no 18, de 30 de março de2000.	1.9.9.0.06.1.1. - Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal	Amparo Legal: Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Arts. 14, 15, 17 e 18 do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011; Anexo I, item 5, da Portaria Interministerial nº 229, de 28 de maio de 2012; ou Legislação específica a respeito de outros programas de concessão de subvenções ou subsídios governamentais.
1.9.2.3.02.1.1. - Ressarcimento de Custos - Principal	Amparo Legal: Leis que determinem o ressarcimento de custos, como: Art. 12 da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001; Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1999, art. 41-B-A CRESCIDO PELO ART. 3º DA Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998. STF E STJ;Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004	1.9.9.0.07.1.1. - Disponibilidades de Recursos do Fundo Social - Principal	Amparo Legal: Arts. 47 a 60 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.
1.9.2.3.03.1.1. - Reversão de Garantias - Principal	Amparo Legal: Art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Arts. 1º e 7º do Decreto-Lei nº 1.737, de dezembro de 1979.	1.9.9.0.08.1.1. - Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal	Amparo Legal: Parágrafo único do art. 78 da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997; e parágrafo único do art.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

27 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

1.9.9.0.09.1.1. - Prestação de Contas Eleitorais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, art. 38;
Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 2007;
Art. 24 da Resolução TSE nº 23.217, de 2 de março de 2010; e
Art. 13 da Resolução TSE nº 23.348, de 18 de agosto de 2011.

1.9.9.0.10.1.1. - Reserva Global de Reversão - Principal

Amparo Legal:

Art. 40, § 6º, da Lei no 5.655, de 20 de maio de 1971;
Art. 9º da Lei no 8.631, de 4 de março de 1993; e
Decreto no 774, de 18 de março de 1993.

1.9.9.0.11.1.1. - Variação Cambial - Principal

Amparo Legal:

Art. 9º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.

1.9.9.0.12.1.1. - Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, art. 1º;
Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, art. 3º, parágrafo único.

1.9.9.0.12.2.1. - Ônus de Sucumbência - Principal

Amparo Legal:

Arts. 82 a 97 do Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

1.9.9.0.13.1.1. - Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal

Amparo Legal:

- Lei Complementar nº 124, de 2007, art. 6º, inciso II;
- Lei Complementar nº 125, de 2007, art. 6º, inciso II; e
- Lei Complementar nº 129, de 2009, art. 7º, inciso II.

1.9.9.0.14.1.1. - Outras Receitas Administradas pela RFB - Principal

Amparo Legal:

Não se aplica.

1.9.9.0.99.1.1. - Outras Receitas - Primárias - Principal

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

1.9.9.0.99.2.1. - Outras Receitas - Financeiras - Principal

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

2.1.1.1.00.1.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e
Decreto no 9.292, de 23 de fevereiro de 2018.

2.1.1.1.00.2.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (LRF); Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e
Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.

2.1.1.1.00.3.1. - Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal - Art. 184; Lei no 4.504, de 30 de novembro de 1964, e suas alterações; Decreto no 95.714, de 10 de fevereiro de 1988; e Decreto no 578, de 24 de junho de 1988.

2.1.1.2.00.1.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000

2.1.1.3.00.1.1. - Empréstimos Compulsórios - Principal

Amparo Legal:

Art. 148 da Constituição Federal

2.1.1.9.00.1.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000

2.1.2.1.00.1.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.

2.1.2.1.00.2.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.

2.1.2.2.00.1.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.

2.1.2.9.00.1.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.

2.2.1.1.00.1.1. - Alienação de Títulos Mobiliários - Principal

Amparo Legal:

Arts. 17 a 19 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990.

2.2.1.2.01.1.1. - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal

Amparo Legal:

Arts. 60, 81 e 82 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Arts. 60, 81 e 82 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.

2.2.1.2.02.1.1. - Alienação de Estoques Comerciais Destinados a Programas Sociais - Principal

Amparo Legal:

Decreto no 4.514, de 13 de dezembro de 2002

2.2.1.2.03.1.1. - Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - Principal

Amparo Legal:

Art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.

2.2.1.2.04.1.1. - Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal

Amparo Legal:

Lei Agrícola no 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e
Portaria Interministerial MF/MAPA no 38, de 9 de março de 2004

2.2.1.3.00.1.1. - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal

Amparo Legal:

Arts. 17 a 19 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990.

2.2.2.0.00.1.1. - Alienação de Bens Imóveis - Principal

Amparo Legal:

Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 44;
Lei nº 13.240/2015, art. 1º, §§1º e 2º; art. 8º; art. 18, parágrafo único; art. 20, § 1º;
Lei nº 8.025/1990, arts. 1º e 12.
Lei nº 9.636/1998, art. 24, 29 e 45.

2.2.2.0.00.1.5. - Alienação de Bens Imóveis - Multas

Amparo Legal:

Lei nº 9.636/98, art. 37, parágrafo único, inciso I.

2.2.2.0.00.2.1. - Alienação de Bens Imóveis, Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - Principal

Amparo Legal:

Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 44, combinado com a Lei nº 13.240/2015, art. 18, caput.

2.2.2.0.00.2.5. - Alienação de Bens Imóveis, Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - Multa

Amparo Legal:

Lei nº 9.636/98, art. 37, parágrafo único, inciso I.

2.2.3.0.00.1.1. - Alienação de Bens Intangíveis - Principal

Amparo Legal:

Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 2º e 4º.

2.3.0.0.01.1.1. - Amortização de Empréstimos - BEA/BIB - Principal

Amparo Legal:

Resolução do Senado Federal no 20, de 1991; Portarias MF nos 211, de 1995 e 167, de 1997 BEA; e Resolução do Senado Federal no 96, de 1993; Portarias MF nos 208, de 1995 e 166, de 1997 - BIB.

2.3.0.0.02.1.1. - Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei no 1.928, de 18 de fevereiro de 1982; Decreto-Lei no 2.169, de 29 de outubro de 1984; Lei Complementar no 101, de 5 de maio de 2000; e Contratos específicos.

2.3.0.0.03.1.1. - Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal

Amparo Legal:

Lei no 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2.3.0.0.04.1.1. - Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo - Principal

Amparo Legal:

Resolução do Senado Federal no 98, de 1992, alterada pelas Resoluções nos 90 e 132, ambas de 1993.

2.3.0.0.05.1.1. - Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal

Amparo Legal:

Decreto nº 94.442, de 12 de junho de 1987.

2.3.0.0.06.1.1. - Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal

Amparo Legal:

Lei no 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2.3.0.0.07.1.1. - Amortização de Financiamentos - Principal

Amparo Legal:

Lei no 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2.3.0.0.80.1.1. - Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal

Amparo Legal:

Lei no 10.260, de 12 julho de 2001

2.4.1.0.00.1.1. - Transferências da União e de suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	Constituição Federal, art. 153, II; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 23 a 28. Vale lembrar que parte do art. 28 (alteração da base de cálculo) não foi recepcionada pela atual Constituição.
2.4.2.0.00.1.1. - Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	7.1.1.2.01.1.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º, III; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 29 a 31; Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e Lei no 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.
2.4.3.0.00.1.1. - Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	7.1.1.2.01.2.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º, III; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 29 a 31; Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e Lei no 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.
2.4.4.0.00.1.1. - Transferências de Instituições Privadas - Principal	7.1.1.3.01.1.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	Amparo Legal: Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999. Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995; Lei no 11.119, de 25 de maio de 2005; Lei no 11.311, de 13 de junho de 2006; Lei no 11.482, de 31 de maio de 2007; e Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008
2.4.5.0.00.1.1. - Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal	7.1.1.3.02.1.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	Amparo Legal: Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.
2.4.6.0.00.1.1. - Transferências do Exterior - Principal	7.1.1.3.03.1.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	Amparo Legal: Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999; Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995; Lei no 11.119, de 25 de maio de 2005; Lei no 11.311, de 13 de junho de 2006; Lei no 11.482, de 31 de maio de 2007; e Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008
2.4.7.0.00.1.1. - Transferências de Pessoas Físicas - Principal	7.1.1.3.03.2.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	Amparo Legal: Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.
2.4.8.0.00.1.1. - Transferências Provenientes de Depósito Não Identificados - Principal	7.1.1.3.03.3.1. - IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	Amparo Legal: Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999; Decreto no 5.533, 06 de setembro de 2005.
2.9.1.0.00.1.1. - Integralização do Capital Social - Principal	7.1.1.3.03.4.1. - IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	Amparo Legal: Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.
2.9.2.0.00.1.1. - Resultado do Banco Central - Operações com Reservas e Derivativos Cambiais - Principal	7.1.1.4.01.1.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008.	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51; Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001; Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004; Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002; Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005; Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006; Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006; Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.
2.9.2.0.00.2.1. - Resultado do Banco Central - Demais Operações - Principal	7.1.1.4.01.2.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008.	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51; Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001; Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004; Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002; Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005; Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006; Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006; Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.
2.9.3.0.00.1.1. - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal	7.1.1.4.01.3.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 9.027, de 12 de abril de 1995; Instrução Normativa STN nº 4, de 31 de julho de 1998; Medida Provisória no 2.179, de 24 de agosto de 2001; e Lei no 11.803, de 5 de novembro de 2008.	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51; Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001; Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004; Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002; Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005; Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006; Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006; Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.
2.9.4.0.00.1.1. - Resgate de Títulos do Tesouro - Principal	
Amparo Legal: Lei no 9.491, de 9 de setembro de 1997; Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; Decreto no 1.019, de 23 de dezembro de 1993; Decreto no 1.068, de 2 de março de 1994; e Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.	
2.9.9.0.00.1.1. - Demais Receitas de Capital - Principal	
Amparo Legal: Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	
7.1.1.1.01.1.1. - Imposto sobre a Importação - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 150, §1º, e 153, I e § 1º; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 19 a 22; Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, I - para alíquota específica; Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, II, e 17 a 21 - para alíquota ad valorem; Código Civil/2002, arts. 1.204 e 1.263, e art. 2º, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 - para produtos abandonados ou apreendidos.	
7.1.1.1.02.1.1. - Imposto sobre a Exportação - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal:	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

7.1.1.4.01.4.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;
 Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
 Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
 Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
 Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
 Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
 Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
 Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
 Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
 Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
 Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
 Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
 Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
 Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

7.1.1.4.01.5.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;
 Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
 Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
 Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
 Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
 Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
 Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
 Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
 Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
 Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
 Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
 Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
 Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
 Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

7.1.1.5.01.1.1. - Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Ouro - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, § 5º.

7.1.1.5.01.2.1. - Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, V e § 1º;
 Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 63 a 66; e
 Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003.

7.1.1.9.01.1.1. - Outros Impostos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).

7.1.2.1.01.1.1. - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Qualquer lei específica que estabeleça o pagamento da taxa, como: Lei Complementar nº 89, de 1997; Lei nº 6.815, de 1980; Lei nº 7.940, de 1989, art. 1º; Lei nº 9.017, de 1995, art. 17; Lei nº 9.427, de 1996, arts. 12 e 13; Lei nº 9.716, de 1998, art. 3º; Lei nº 9.765, de 1998, art. 1º; Lei nº 9.782, de 1999, art. 23 a 26; Lei nº 9.933, de 1999, arts. 11 e 11-A; Lei nº 9.960, de 2000, art. 1º; Lei nº 9.961, de 2000, art. 18 a 23; Lei nº 10.826, de 2003, art. 11; Lei nº 10.834, de 2003, art. 1º; Lei nº 10.870, de 2004; Lei nº 10.893 de 2004, art. 37; Lei nº 12.154, de 2009; Lei nº 12.249, de 2010, art. 48; Lei nº 12.995, de 2014, arts. 13, 26, parágrafo único, e 27; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 50.

7.1.2.1.02.1.1. - Taxa de Fiscalização de Instalação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966, art. 2º. Alínea f) e art. 6º

7.1.2.1.02.2.1. - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966, art. 2º. Alínea f) e art. 6º

7.1.2.1.03.1.1. - Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, arts. 16 a 21.

7.1.2.1.04.1.1. - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, art. 17-B e 17-G;
 Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000; e
 Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.

7.1.2.1.05.1.1. - Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei no. 221, de 28 de fevereiro de 1967, art. 6º.
 Lei no. 10.683, de 28 de maio de 2003, art. 27, § 13.

7.1.2.2.01.1.1. - Taxas pela Prestação de Serviços - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 69 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964;
 Art. 79 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;
 Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1966; e
 Decreto-lei nº 115 de 25 de janeiro de 1967.

7.1.2.2.02.1.1. - Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1966 e Constituição Federal, art. 98, § 2º.

7.1.3.0.00.1.1. - Contribuição de Melhoria - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 145, inciso III, da Constituição Federal; e
 Arts. 81 e 82 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional.

7.2.1.0.01.1.1. - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF art. 195, I, b

LC nº 70, de 30 de Dezembro de 1991, art. 1º.
 Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003;
 Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001;
 Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004;
 Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004;
 Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005;
 LC nº 123, de 14 de dezembro de 2006

7.2.1.0.02.1.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF art. 195, I, c.
 Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988;
 Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995;
 Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001;
 Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002;
 Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e
 Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (Art. 17).

7.2.1.0.03.1.1. - Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, caput, incisos I e II;
 Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
 Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999; e
 Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

7.2.1.0.05.1.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960;
 Medida Provisória nº 2.215, de 31 de agosto de 2001;
 Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002; e
 Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.

7.2.1.0.06.1.1. - Contribuição para a Assistência Médico-Hospitalar dos Policiais Militares do Distrito Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 33.

7.2.1.0.06.2.1. - Contribuição para a Assistência Médico-Hospitalar dos Bombeiros Militares do Distrito Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 33.

7.2.1.0.07.1.1. - Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967;
 LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII;
 Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII;
 Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, II, Parágrafo único, e);
 Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, art. 2º, I; Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, art. 3º, I, a);
 Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.

7.2.1.0.07.2.1. - Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969;
 LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994;
 Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II, 8º, I, III e IV, 56, VI;
 Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º;
 Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II;
 Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11, II, Parágrafo Único, e), art. 26, §1º;
 Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.

7.2.1.0.07.3.1. - Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969;
 LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994;
 Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II, 8º, I, III e IV, 56, VI;
 Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º;
 Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II;
 Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11, II, Parágrafo Único, e), art. 26, §1º;
 Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008;
 Lei nº 9.092, de 12 de setembro de 1995, art. 1º;
 Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, arts. 1º e 2º

7.2.1.0.07.4.1. - Contribuição sobre Loterias de Números - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967;
 LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII;
 Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII;
 Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II;
 Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, II, Parágrafo único, e);
 Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, art. 2º, I; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II e 56., VI e §1º;
 Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.

7.2.1.0.07.5.1. - Contribuição sobre Loteria Instantânea - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto nº 99.268, de 31 de maio de 1990, arts. 1º e 2º;
 LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII;
 Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII;
 Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II;
 Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, II, Parágrafo único, e);
 Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II e 56., VI e §1º;
 Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.

7.2.1.0.07.6.1. - Contribuição sobre Concursos de Prognóstico - Modalidade Futebol - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967;
 Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, art. 2º;
 Decreto nº 6.187, de 14 de agosto de 2007, arts. 1º e 3º;
 LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII;
 Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII;
 Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II;
 Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, II, Parágrafo único, e);
 Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II e 56., VI e §1º;
 Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.

7.2.1.0.08.1.1. - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Amparo Legal:

LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994;
Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971;
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII;
Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971;
Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, art. 6º;
Portaria nº 88, de 28 de setembro de 2000.

7.2.1.0.09.1.1. - Contribuições para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 7, de 7 de setembro de 1970; Lei Complementar no 8, de 3 de dezembro de 1970; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, I; Lei no 9.715, de 25 de novembro de 1998; Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004; Lei no 10.925, de 23 de julho de 2004; Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005; Decreto no 5.630, de 22 de dezembro de 2005; Decreto no 5.881, de 31 de agosto de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; e Decreto no 6.127, de 18 de junho de 2007.

7.2.1.0.10.1.1. - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF art. 80, IV;
Decreto-Lei no. 5.452, de 1o. de maio de 1943, art. 589, IV;
Lei no. 9.322, de 5 de dezembro de 1996, art. 4o.
Lei no. 11.648, de 31 de março de 2008.

7.2.1.0.11.1.1. - Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 110, de 20 de junho de 2001; Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990; Lei no 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e Decreto no 3.914, de 11 de setembro de 2001.

7.2.1.0.11.2.1. - Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 110, de 20 de junho de 2001; Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990; Lei no 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e Decreto no 3.914, de 11 de setembro de 2001.

7.2.1.0.12.1.1. - Contribuição Social do Salário-Educação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF art. 212, §5o.
Lei no. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, art. 15.
Lei no. 9.766, de 18 de dezembro de 1998

7.2.1.0.13.1.1. - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF art. 212, §5o.
Lei no. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, art. 15.
Lei no. 9.766, de 18 de dezembro de 1998

7.2.1.0.14.1.1. - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei no. 828, de 5 de setembro de 1969, art. 1o.;
Decreto no. 968, de 29 de outubro de 1996, art. 1o. e art. 2o., I

7.2.1.0.15.1.1. - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Esta natureza é agregadora. Verificar os códigos de natureza de receita específicos.

7.2.1.0.16.1.1. - Contribuição Industrial Rural - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei no. 1.146, de 31 de dezembro de 1970, arts. 1o. ao 5o.; Lei no. 7.231, de 23 de Outubro de 1984, art. 3o.; (legislações anteriores: Lei no. 2.613, de 23 de Setembro de 1955; Lei no. 4.863, de 29 de novembro de 1965; e Decreto-Lei no. 582, de 15 de maio de 1969)

7.2.1.0.17.1.1. - Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no. 11, de 25 de maio de 1971, art. 1o. e art. 15, II; Decreto-Lei no. 1.146, de 31 de dezembro de 1970, arts. 1o. ao 5o.; Lei no. 7.231, de 23 de Outubro de 1984, art. 3o.; (legislações anteriores: Lei no. 2.613, de 23 de Setembro de 1955; Lei no. 4.863, de 29 de novembro de 1965; e Decreto-Lei no. 582, de 15 de maio de 1969)

7.2.1.0.18.1.1. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 74, 75 e 80, inciso I, 84 e 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003;
Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, modificada pela Lei nº 9.539, de 12 de dezembro de 1997;
Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006; e
Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007.

7.2.1.0.99.1.1. - Outras Contribuições Sociais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Legislação específica.

7.2.1.5.01.1.1. - CPSS do Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF/88, art. 40; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 4º.

7.2.1.5.01.2.1. - CPSS do Servidor Civil Inativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF/88, art. 40;
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 5º.

7.2.1.5.02.1.1. - CPSS Patronal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF/88, art. 40;
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 8º;
Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, art. 2º

7.2.1.5.02.2.1. - CPSS Patronal, por sentença judicial - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF/88, art. 40;
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

7.2.2.0.01.1.1. - Contribuição para o Programa de Integração Nacional - PIN - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 5o e 6o do Decreto-Lei no 1.106, de 16 de junho de 1970; Art. 2o da Lei no 8.167, de 16 de janeiro de 1991; Art. 13 da Lei no 10.177, de 15 de janeiro de 2001; e Arts. 599 e 602 do Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.

7.2.2.0.01.2.1. - Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 5o e 6o do Decreto-Lei no 1.106, de 16 de junho de 1970; Art. 2o da Lei no 8.167, de 16 de janeiro de 1991; Art. 13 da Lei no 10.177, de 15 de janeiro de 2001; e Arts. 599 e 602 do Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.

7.2.2.0.02.1.1. - Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei no 1.437, de 17 de dezembro de 1975;
Decreto-Lei no 1.455, de 1976, art. 9o e 22o;
Decreto no 4.543, de 26 de dezembro de 2002;
Portaria do Ministério da Fazenda no 204, de 22 de agosto de 1996; e
Instrução Normativa/SRF no 180, de 24 de julho de 2002.

7.2.2.0.03.1.1. - Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e
Decreto no 96.993, de 17 de outubro de 1988.

7.2.2.0.04.1.1. - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Inciso II do art. 32 da MP no 2.228-1, de 2001, além dos arts. 33, 35, 36, 38, 47 e 48, e do Anexo I da referida MP;
Arts. 2o a 4o, da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006;
Arts. 27 e 40 da Lei no 12.485 de 12 de setembro de 2011; e
Art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

7.2.2.0.05.1.1. - Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei no 2.404, de 23 de dezembro de 1987, art. 1o.; Lei no 10.893, de 13 de julho de 2004, art. 3o. e art. 17; Lei no 9.432, de 8 de janeiro de 1997, arts. 13 e 14; Decreto no. 8.257, de 29 de maio de 2014.

7.2.2.0.06.1.1. - Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000; Decreto no 3.867, de 16 de julho de 2001; Lei no 10.848, de 2004; Lei no 12.111, de 9 de dezembro de 2009; e Decreto no 7.204, de 8 de junho de 2010.

7.2.2.0.07.1.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 10.168, de 29 de dezembro de 2000; e Decreto no 4.195, de 11 de abril de 2002.

7.2.2.0.08.1.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Emenda Constitucional no 33 de 11 de dezembro de 2001;
Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004;
Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001;
Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002;
Lei no 10.866, de 4 de maio de 2004.

7.2.2.0.08.2.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Emenda Constitucional no 33, de 11 de dezembro de 2001;
Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004;
Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001;
Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e
Lei no 10.866, de 4 de maio de 2004.

7.2.2.0.09.1.1. - Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.998 de 17 de agosto de 2000; e
Decreto no 3.624, de 05 de dezembro de 2000.

7.2.2.0.09.2.1. - Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 10.052, de 28 de novembro de 2000; e
Decreto no 3.737, de 30 de janeiro de 2001.

7.2.2.0.10.1.1. - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008

7.2.2.0.11.1.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no. 8.387 de 30 de dezembro de 1991, art. 2o. §§ 3o. e 4o.; Decreto no. 6.008, de 29 de dezembro de 2006, art. 5o.

7.2.2.0.11.2.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no. 8.248 de 23 de outubro de 1991, art. 11. § 1o.; Decreto no. 6.008, de 29 de dezembro de 2006, art. 5o.

7.2.2.0.99.1.1. - Outras Contribuições Econômicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Legislação específica.

7.2.3.0.01.1.1. - Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 8.029, de 12 de abril de 1990;
Lei no 8.029, de 1990;
Lei no 8.154, de 1990;
Lei no 8.154, de 28 de dezembro de 1990;

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

<p>Lei no 8.212, de 1991; Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei no 8.315, de 23 de dezembro de 1991; Lei no 8.540 de 22 de dezembro de 1992; Lei no 8.706, de 14 de setembro de 1993; Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; Lei no 9.528, de 10 de dezembro de 1997; Lei no 9.601, de 21 de janeiro de 1998; Lei no 10.256, de 9 de julho de 2001; Medida Provisória no 2.168, de 24 de agosto de 2001; Decreto no 60.466, de 1967; Decreto-Lei no 1.861, de 1981; Decreto-Lei no 2.318, de 1986; Decreto-Lei no 4.048, de 1946; Decreto-Lei no 8.621, de 1946; Decreto-Lei no 9.403, de 1946; Decreto-Lei no 9.853, de 1946.</p>	<p>Amparo Legal: CF, art. 21, inciso XII, alínea "e"; Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I; Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998; Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.</p>
<p>7.3.1.0.01.1.1. - Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.3.3.1.02.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946; Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987; Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores; Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.</p>	<p>Amparo Legal: CF, art. 21, inciso XII, alínea "d"; Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I; Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998; Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.</p>
<p>7.3.1.0.01.2.1. - Foros, Laudêmio e Tarifas de Ocupação - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.3.3.1.04.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aquaviário - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, art. 27; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946; Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987; Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores; Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.</p>	<p>Amparo Legal: CF, art. 21, inciso XII, alínea "d"; Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I; Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998; Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.</p>
<p>7.3.1.0.02.1.1. - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.3.3.1.05.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aeroaviário - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Decreto-Lei no 271, de 28 de fevereiro de 1967; Código Civil, art. 1.370; Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998; Art. 18, § 5º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000; Art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; Arts. 28 e 29 do Decreto nº 4.541, de 23 de dezembro de 2002; Portaria Interministerial MP-MMA no 436, de 2 de dezembro de 2009; e Art. 12, § 2º, do Decreto no 7.154, de 9 de abril de 2010.</p>	<p>Amparo Legal: Arts. 21, inciso XII, 22, inciso IX, e 178 da Constituição Federal; Arts. 12, inciso I, 13, inciso I, 14, inciso I, alínea "a" e § 3º, 24, inciso III, 28, inciso II, alínea "c", 34-A e 77, inciso II, da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001.</p>
<p>7.3.1.0.09.1.1. - Outras Receitas Imobiliárias - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.3.3.2.01.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para o Setor Privado - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.</p>	<p>Amparo Legal: Código reservado. CF, art. 21, inciso XII, alínea "c"; Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973.</p>
<p>7.3.2.1.00.1.1. - Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.3.3.2.01.2.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal; Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996; e Legislação específica para cada caso.</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 9.277, de 10 de maio de 1996, arts. 1º e 3º.</p>
<p>7.3.2.1.00.2.1. - Remuneração de Depósitos Especiais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.3.3.2.02.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal; Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996; e Legislação específica para cada caso.</p>	<p>Amparo Legal: Código reservado. Receita inexistente</p>
<p>7.3.2.1.00.3.1. - Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.3.3.2.03.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal; Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996; e Legislação específica para cada caso.</p>	<p>Amparo Legal: Ainda não há.</p>
<p>7.3.2.1.00.4.1. - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.3.3.2.04.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, arts. 1º, § único, e 6º, inciso IV; e Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922, de 25 de novembro de 2010.</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, art. 63, inciso III.</p>
<p>7.3.2.1.00.5.1. - Juros de Títulos de Renda - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.3.3.3.00.1.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal e Normativos da CVM e Banco Central.</p>	<p>Amparo Legal: Art. 2º, alínea "c", e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Art. 48 da Lei nº 9.472, de 16 julho de 1997; Art. 6º, inciso II, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Art. 2º, inciso VII, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.</p>
<p>7.3.2.1.00.6.1. - Juros sobre o Capital Próprio - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.3.3.3.00.2.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Atividade Ordenadora no Regime Privado - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995; Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997; e Decreto no 2.673, de 16 de julho de 1998.</p>	<p>Amparo Legal: Art. 2º, alínea "d", e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Art. 48 da Lei nº 9.472, de 16 julho de 1997; Art. 6º, inciso II, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Art. 2º, inciso VII, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.</p>
<p>7.3.2.2.00.1.1. - Dividendos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.3.3.3.00.3.1. - Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.</p>	<p>Amparo Legal: Arts. 6, alínea "d", 32 e 33, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962; Art. 2º, alínea "c", e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Arts. 48 e 211 da Lei nº 9.472, de 16 julho de 1997; Art. 6º, inciso II, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Art. 2º, inciso VII, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.</p>
<p>7.3.2.3.00.1.1. - Participações - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.3.3.3.00.4.1. - Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.</p>	<p>Amparo Legal: Art. 2º, alínea "e", e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Art. 48 da Lei nº 9.472, de 16 julho de 1997; Art. 6º, inciso II, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Art. 2º, inciso VII, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.</p>
<p>7.3.2.9.00.1.1. - Outros Valores Mobiliários - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.3.3.3.00.5.1. - Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal e Normativos da CVM e Banco Central.</p>	<p>Amparo Legal: Arts. 2º e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Arts. 48, 51, 170, 171 e 172 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; Arts. 1º, inciso I, e 2º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000.</p>
<p>7.3.3.1.01.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.3.3.3.00.6.1. - Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.</p>	<p>Amparo Legal: Art. 71, 87, 98, 136, § 2º, 168, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; e Arts. 5º e 6º, inciso III, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000.</p>
<p>7.3.3.1.01.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.3.3.3.00.7.1. - Concessão de Licenças e Autorizações da Agência Espacial Brasileira - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.</p>	<p>Amparo Legal: Vide código de receita principal.</p>
<p>7.3.3.1.01.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.3.3.3.00.9.1. - Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.</p>

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

<p>Amparo Legal: Arts. 2o e 3o da Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; Art. 48 da Lei no 9.472, de 16 julho de 1997; Art. 6o, inciso II, da Lei no 9.988, de 17 de agosto de 2000; e Art. 2o, inciso VII, da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006.</p>	<p>7.3.4.2.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.3.9.01.1.1. - Demais Delegações de Serviços Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5o, §1o;</p>
<p>Amparo Legal: Esta natureza é agregadora. Verificar os códigos de natureza de receita específicos.</p>	<p>7.3.4.2.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.3.9.99.1.1. - Outras Delegações de Serviços Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5o, §1o; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, incisos I e II.</p>
<p>Amparo Legal: Registra receitas decorrentes da delegação para prestação de serviços públicos não abarcadas por códigos específicos.</p>	<p>7.3.4.2.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.01.1.1. - Bônus de Assinatura do Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5o, §2o.</p>
<p>Amparo Legal: Arts. 45 e 46 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.</p>	<p>7.3.4.2.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.01.2.1. - Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5o, §2o; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, incisos I e II.</p>
<p>Amparo Legal: Arts. 45, inciso IV, e 51 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.</p>	<p>7.3.4.3.01.1.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 20, § 1o, e 177, incisos I a IV; Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 46; Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, arts. 2o, inciso XII, 10, inciso III, alínea "f", 15, inciso IX, 29, inciso XX, 42, inciso II e § 2o, e 49, inciso I.</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48, inciso I (com a redação da Lei 12.734, de 2012); e Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012.</p>	<p>7.3.4.3.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra - Partilha de Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.02.2.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Inciso I do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o; Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 3o e art. 2o, III.</p>	<p>7.3.4.3.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.02.3.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Inciso I do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Inciso I do art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013.</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o; Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013.</p>	<p>7.3.4.4.01.1.1. - Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989;Lei nº. 8.001, de 13 de março de 1990 (Art. 6º);Lei no 8.876, de 2 de maio de 1994.</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o; Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013.</p>	<p>7.3.4.4.02.1.1. - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.02.5.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 2o ;Lei no 8.001, de 13 de março de 1990; e Lei no 9.993, de 24 de julho de 2000.</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o; Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, I e §3o.</p>	<p>7.3.4.5.01.1.1. - Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 9.984 de 17 de julho de 2000; § 6o, inciso IX, art. 4o;Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997; eLei no 9.984, de 17 de julho de 2000.</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso I (com redação da 12.734/2012); Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, III.</p>	<p>7.3.4.5.02.1.1. - Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.03.2.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Constituição Federal, Art. 20, VIII e 176, §1o;Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995;Lei no 9.427, de 26 de dezembro de 1996;Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002;Lei no 10.762, de 11 de novembro de 2003;Lei no 10.848, de 15 de março de 2004; eLei no 11.488, de 15 de junho de 2007.</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso II (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, III e art. 3o.</p>	<p>7.3.4.5.03.1.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.03.3.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989;Lei no 8.001, de 13 de março de 1990; Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997;Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998; e Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, II (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, III, e art. 3o.</p>	<p>7.3.4.5.03.2.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.04.1.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989;Lei no 8.001, de 13 de março de 1990; Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997;Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998; e Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, I (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, I, e §3o.</p>	<p>7.3.4.6.01.1.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.04.2.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso I.</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, II (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, III, e art. 3o.</p>	<p>7.3.4.6.01.2.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.04.3.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso II.</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2o (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;</p>	<p>7.3.4.6.02.1.1. - Outras Concessões Florestais - Valor Mínimo - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.04.4.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, inciso I</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2o (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;</p>	<p>7.3.4.6.02.2.1. - Outras Concessões Florestais - Demais Valores - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.04.5.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, inciso II</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2o (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, I, e §3o.</p>	<p>7.3.4.6.99.1.1. - Custos de Edital de Concessão Florestal - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.04.6.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 11.284, de 02 de março de 2006;Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6o e 7o).</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2o (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, III.</p>	<p>7.3.4.6.99.2.1. - Contratos de Transição de Concessão Florestal - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>7.3.4.1.04.7.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000;Lei no 11.284, de 02 de março de 2006;Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6o e 7o).</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2o (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, I, e §3o.</p>	<p>7.3.4.6.99.3.1. - Supressão Vegetal no Interior das Florestas Nacionais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Amparo Legal: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2009; Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012; Decreto nº 5.975, de 30 de novembro de 2006; Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008; Instrução Normativa ICMBio nº 9, de 28 de abril de 2010.	Constituição Federal, art. 173; Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º; Lei nº 4.860, de 26 de novembro de 1965; e Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013.
7.3.4.9.01.1.1. - Compensações Ambientais - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.6.2.0.04.1.1. - Tarifa Aeroportuária - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 36 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2009.	Amparo Legal: Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 3º; Decreto nº 89.121, de 6 de dezembro de 1983.
7.3.4.9.99.1.1. - Outras Delegações para Exploração de Recursos Naturais - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.6.2.0.04.2.1. - Adicional sobre Tarifa Aeroportuária - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 3 de 26 de abril de 2006.	Amparo Legal: Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 3º; Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012.
7.3.5.0.01.1.1. - Outorga de Direito de Uso ou de Exploração de Criação Protegida - Instituição Científica e Tecnológica - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.6.2.0.04.3.1. - Parcela da Tarifa de Embarque Internacional - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Decreto no 5.563, de 11 de outubro de 2005.	Amparo Legal: Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999; Art. 63 da Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011; e Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012.
7.3.5.0.02.1.1. - Direito de Uso de Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.6.3.0.01.1.1. - Serviços de Atendimento à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 11.904, de 14 de janeiro de 2009; Art. 10, da Lei no 11.906, de 20 de janeiro de 2009; Inciso VI, do art. 23 do Decreto no 6.845, de 7 de maio de 2009; Instrução Normativa no 1, do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, de 15 de abril de 2013; Legislação aplicável aos direitos de uso de imagem e reprodução.	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º; Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990; e Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990.
7.3.6.0.01.1.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.6.3.0.02.1.1. - Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Constituição Federal de 1988, art. 37, XXI; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.	Amparo Legal: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 230; Decreto nº 4.978, de 3 de fevereiro de 2004; Portaria MPOG/SRH nº 1.983, de 5 de dezembro de 2006, arts. 12 e 15.
7.3.9.0.00.1.1. - Demais Receitas Patrimoniais - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.6.3.0.02.2.1. - Serviços de Assistência Médico-Hospitalar do Militar - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.	Amparo Legal: Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea "e"; Medida Provisória nº 2.215-10 de 31 de agosto de 2001, arts. 15, incisos II e III, e 25; Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986, art. 13.
7.4.0.0.00.1.1. - Receita Agropecuária - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.6.4.0.01.1.1. - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.	Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 173 e 239, § 1º; Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º; Lei no 8.019, de 11 de abril de 1990; Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990; Lei no 9.365, de 16 de dezembro de 1996; Lei no 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e Legislação correlata.
7.5.0.0.00.1.1. - Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.6.4.0.02.1.1. - Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.	Amparo Legal: Lei nº 5.000, de 24 de maio de 1966; Arts. 16 e 17 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; Art. 1º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979; Art. 5º-A da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992; Arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997; e Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.
7.6.1.0.01.1.1. - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.6.4.0.03.1.1. - Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 239, caput e § 1º; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.
7.6.1.0.02.1.1. - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.6.9.0.99.1.1. - Outros Serviços - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 37, caput e inciso II, e 208, inciso V; e Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 44, inciso II, e 51.	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.
7.6.1.0.03.1.1. - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.7.1.0.00.1.1. - Transferências da União e de suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 173 e 174, caput; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º; Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, arts. 7º, 15, 16, 20, 22 e 38; Decreto-Lei nº 2.056, de 19 de agosto de 1983; Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, arts. 2º, alínea j, e 3º; Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973; Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, arts. 8º, 32 e 55; Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996; Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, art. 6º; Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999; Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 6º, inciso II; Lei nº 10.743, de 30 de julho de 2003; Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, art. 2º, inciso VII; Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; Decreto nº 98.812, de 9 de janeiro de 1990; Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, arts. 7º, 32 e 89; Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998, art. 3º; Decreto nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013; Resolução CONTRAN nº 5, de 23 de janeiro de 1998; e Resolução CONTRAN nº 282, de 26 de junho de 2008.	Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.
7.6.1.0.04.1.1. - Serviços de Informação e Tecnologia - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.7.2.0.00.1.1. - Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.	Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.
7.6.2.0.01.1.1. - Serviços de Navegação - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.7.3.0.00.1.1. - Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 8º; Decreto nº 86.864, de 21 de janeiro de 1982; Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012; Decreto-Lei nº 34, de 18 de novembro de 1966, art. 14, § 3º; Decreto-Lei nº 1.023, de 21 de outubro de 1969; e Decreto nº 70.198, de 24 de fevereiro de 1972.	Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.
7.6.2.0.02.1.1. - Serviços de Transporte - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.7.4.0.00.1.1. - Transferências de Instituições Privadas - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.	Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.
7.6.2.0.03.1.1. - Serviços Portuários - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.7.5.0.00.1.1. - Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal:	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

<p>Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.</p>	<p>do Processo Civil; e Art. 265 e outros do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.</p>
<p>7.7.6.0.00.1.1. - Transferências do Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.1.0.09.1.1. - Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.</p>	<p>Amparo Legal: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.</p>
<p>7.7.7.0.00.1.1. - Transferências de Pessoas Físicas - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.1.0.10.1.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.</p>	<p>Amparo Legal: Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001; Lei 12.154, de 23 de Dezembro de 2009, art. 11, inciso IV. Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, Arts. 22 a 26.</p>
<p>7.7.8.0.00.1.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.1.0.11.1.1. - Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.</p>	<p>Amparo Legal: Arts. 17 e 35 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; Arts. 23 e 24, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; Arts. 68 e 92 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Art. 22 e 125-A, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997; e Art. 283 do Decreto nº 3048, de 6 de maio de 1999.</p>
<p>7.9.1.0.01.1.1. - Multas Previstas em Legislação Específica - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.1.01.1.1. - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Qualquer lei específica que determine aplicação de multa de caráter punitivo, como: Art. 86, da Lei nº 8.666/93, combinado com as Leis nº 5.172, 6.830 e 4.320, que regulamentam o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Decreto Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967; eLei no 6.276 de 1º de dezembro de 1975. Decreto no 1.832, de 4 de março de 1996. Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998. Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, art. 77, inciso V. Decreto-Lei no 2.056 de 19 de agosto de 1983;Lei no 8.934 de 18 de novembro de 1994; eDecreto no 1.800 de 30 de janeiro de 1996. Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967; eLei no 6.276, de 1º de dezembro de 1975. Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Art. 22, inciso V; art. 25, inciso III; art. 31, inciso I; art. 31, inciso II).Decreto-Lei nº. 62.934, de 2 de julho de 1968 (Art. 54, inciso I; inciso II; inciso III; inciso IV; inciso V; inciso VI; inciso VII; inciso VIII; inciso IX; inciso X; inciso XI; inciso XII; inciso XIII; inciso XIV; inciso XV; art. 56. art. 66).Lei nº. 7.805, de 1989.Decreto nº. 69.885, de 31 de dezembro, de 1971. Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT);Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, Art. 11. Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro 1962. Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003; Decreto no 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Lei no 4.375, de 17 de agosto de 1964; eDecreto no 57.654, de 20 de janeiro de 1966. Lei no 4.737, de 15 de julho de 1965; eLei no 9.096, de 19 de setembro de 1995. Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980; eDecreto no 86.715, de 10 de dezembro de 1981. Lei no 7.565, de 19 de dezembro de 1986;Lei no 9.614, de 5 de março de 1998; eLei no 11.182, de 27 de setembro de 2005.Lei no 10.209, de 24 de março de 2001, e suas alterações; eDecreto no 3.525, de 26 de junho de2000.Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991; Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976; Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998. Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 15, inciso V. Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997;Decreto no 2.613, de 3 de junho de 1998;Decreto no 6.366, de 30 de janeiro de 2008; eLei no 11.705, de 19 de junho de 2008. Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997. Lei no 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Lei no 9.933, de 20 de dezembro de 1999. Lei no 9.966, de 28 de abril de 2000; eLei nº</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002; eLei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973.</p>
<p>7.9.1.0.02.1.1. - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.1.02.1.1. - Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997;Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997;Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966;Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000;Medida Provisória no 2.228, de 6 de setembro de 2001; eLei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006.</p>	<p>Amparo Legal: Art. 10 § único da Lei nº 9.636/98.</p>
<p>7.9.1.0.03.1.1. - Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.1.03.1.1. - Indenização por Sinistro - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990 (Art. 25).</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (Arts. 757 a 802).</p>
<p>7.9.1.0.04.1.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.1.99.1.1. - Outras Indenizações - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985, arts. 11 e 13; Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989; e Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.</p>	<p>Amparo Legal: Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.</p>
<p>7.9.1.0.05.1.1. - Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.2.01.1.1. - Restituição de Convênios - Primárias - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Art. 13 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002; Arts. 28 e 29 do Decreto no 4.541, de 23 de dezembro de 2002; e Decreto no 2.335, de 6 de outubro de 1997.</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; Parágrafo único do art. 12, do Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007.</p>
<p>7.9.1.0.06.1.1. - Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.2.01.1.1. - Restituição de Convênios - Financeiras - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei no 7.754, de 14 de abril de 1989; Lei no 7.797, de 10 de julho de 1989; Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e Decreto no 6.514, de 22 de julho de 2008, art. 13.</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; Parágrafo único do art. 12, do Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007.</p>
<p>7.9.1.0.06.2.1. - Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.2.02.1.1. - Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei no 7.754, de 14 de abril de 1989; Lei no 7.797, de 10 de julho de 1989; Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e Decreto no 6.514, de 22 de julho de 2008, art. 13.</p>	<p>Amparo Legal: Parágrafo único do art. 15 da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; Art. 38 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.</p>
<p>7.9.1.0.07.1.1. - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.2.03.1.1. - Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.</p>	<p>Amparo Legal: Arts. 154, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.</p>
<p>7.9.1.0.08.1.1. - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>7.9.2.2.04.1.1. - Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
<p>Amparo Legal: Art. 83 da Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008; Inciso V do art. 2º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994; Arts. 14, § único, 18 a 35, 161 e 196, e outros da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código</p>	<p>Amparo Legal: Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993; Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007.</p>
	<p>7.9.2.2.05.1.1. - Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
	<p>Amparo Legal: Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; e Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</p>
	<p>7.9.2.2.06.1.1. - Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
	<p>Amparo Legal: Arts. 38 e 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.</p>
	<p>7.9.2.2.07.1.1. - Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
	<p>Amparo Legal: Art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil.Artigos 3º, 7º e 8º, da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980.Código Processo Civil.</p>
	<p>7.9.2.2.08.1.1. - Restituição de Garantias Prestadas - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
	<p>Amparo Legal: Decreto nº 3.937, de 15 de setembro de 1997 e Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.</p>
	<p>7.9.2.2.09.1.1. - Restituição de Recursos de Fomento - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
	<p>Amparo Legal: Art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; Art. 2º, inciso VI, última parte, da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Art. 6º da Medida Provisória no 2.183-56, de 24 de agosto de 2001; Art. 12 do Decreto no 6.672, de 2 de dezembro de 2008; Demais dispositivos legais que tratem da restituição de recursos de fomento.</p>
	<p>7.9.2.2.10.1.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal - Operações Intraorçamentárias</p>
	<p>Amparo Legal: Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006;</p>

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

<p>Art. 61 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Lei no 10.454, de 13 de maio de 2002; Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, arts. 4º e 5º, inciso VI; Lei no 7.505, de 2 de julho de 1986; e Decreto no 5.761, de 27 de abril de 2006.</p> <p>7.9.2.2.10.2.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Lei no 10.454, de 13 de maio de 2002; Lei no 8.685, de 20 de julho de 1993, art. 5º; Lei no 7.505, de 2 de julho de 1986; e Decreto no 6.304, de 12 de dezembro de 2007.</p> <p>7.9.2.2.99.1.1. - Outras Restituições - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993; Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007. Decreto nº 3.964, de 10 de outubro de 2001, art. 2º e Lei nº 8.080, de 1990, § 4º, art. 33, em decorrências de auditorias.</p> <p>7.9.2.3.01.1.1. - Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência a Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9656, de 3 de junho de 1998; Medida Provisória no 2.177, de 24 de agosto de 2001, e alterações; e Resolução - RDC no 18, de 30 de março de 2000.</p> <p>7.9.2.3.02.1.1. - Ressarcimento de Custos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Leis que determinem o ressarcimento de custos, como: Art. 12 da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001; Lei nº 8.038, de 28 de maio de 199, art. 41-B-A CRESCIDO PELO ART. 3º DA Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998. STF E STJ; Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004</p> <p>7.9.2.3.03.1.1. - Reversão de Garantias - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Arts. 1º e 7º do Decreto-Lei nº 1.737, de dezembro de 1979.</p> <p>7.9.2.3.04.1.1. - Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, arts. 120 e 121; e Constituição Federal de 1988, art. 114, VI.</p> <p>7.9.2.3.99.1.1. - Outros Ressarcimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Qualquer dispositivo legal que determine ressarcimentos não previstos nos itens anteriores, como, por exemplo, o art. 64 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.</p> <p>7.9.3.0.01.1.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: - Art. 7º, § 1º, da Lei no 9.613, de 1998; - Art. 45, § 3º, do Decreto-Lei no 2.848, de 1940 - Código Penal, com redação dada pelo art. 1º da Lei no 9.714, de 1998; e - Demais dispositivos da legislação especial.</p> <p>7.9.3.0.02.1.1. - Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Arts. 23 a 32 do Decreto-Lei no 1.455, de 7 de abril de 1976; art. 59 da Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002; arts. 104 e 105 do Decreto-Lei no 37, de 18 de novembro de 1966; art. 1º do Decreto-Lei no 2.411, de 21 de janeiro de 1988; art. 83, inciso II da Lei no 7.450 de 23 de dezembro de 1985; e art. 27 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991. Lei no 7.805, de 20 de julho de 1989; Decreto no 98.830, de 15 de janeiro de 1990; e Lei no 8.212, de 1991, art. 27, inciso VII.</p> <p>7.9.3.0.02.2.1. - Alienação de Bens e Mercadorias Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Constituição Federal, Art. 243, Parágrafo Único; Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei no 9.613, de 03 de março de 1998 (Art 7º); Lei no 10.357, de 27 de dezembro de 2001; Lei no 11.343, de 23 de agosto de 2006. - Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 28, de 13 de setembro de 2006.</p> <p>7.9.3.0.03.1.1. - Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor) - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 2.313, de 3 de setembro de 1954; e Decreto nº 40.395, de 21 de novembro de 1956.</p> <p>7.9.3.0.04.1.1. - Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, inciso II.</p> <p>7.9.3.0.05.1.1. - Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos - Operações Intraorçamentárias - Principal</p> <p>Amparo Legal: A específica decisão judicial ou de Tribunal Administrativo que haja determinado o reconhecimento do ingresso do recurso.</p> <p>7.9.9.0.01.1.1. - Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.</p> <p>7.9.9.0.02.1.1. - Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Arts. 7º a 9º da Lei no 12.546, de 2011.</p> <p>7.9.9.0.03.1.1. - Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Art. 40, da Constituição Federal; Lei no 9.796, de 5 de maio de 1999; Lei no 9.783, de 28 de janeiro de 1999; Decreto no 3.112, de 6 de julho de 1999; e Decreto no 3.217 de 22 de outubro de 1999.</p>	<p>7.9.9.0.04.1.1. - Contribuição ao Montepio Civil - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Decreto-Lei nº 9.595, de 16 de agosto de 1946; Lei nº 3.058, de 22 de dezembro de 1956; Lei nº 4.477, de 12 de novembro de 1964; Lei nº 4.493, de 24 de novembro de 1964; Art. 53 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966; e Lei nº 6.554, de 21 de agosto de 1978.</p> <p>7.9.9.0.05.1.1. - Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.019, de 30 de março de 1995, e suas alterações. Medida Provisória no 2.158, de 24 de agosto de 2001; e Lei no 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Decreto no 1.488, de 11 de maio de 1995 (Art. 8º, Inciso II); com as alterações do Decreto nº 1.936, de 20 de junho de 1996.</p> <p>7.9.9.0.06.1.1. - Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Arts. 14, 15, 17 e 18 do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011; Anexo I, item 5, da Portaria Interministerial nº 229, de 28 de maio de 2012; ou Legislação específica a respeito de outros programas de concessão de subvenções ou subsídios governamentais.</p> <p>7.9.9.0.07.1.1. - Disponibilidades de Recursos do Fundo Social - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Arts. 47 a 60 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.</p> <p>7.9.9.0.08.1.1. - Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Parágrafo único do art. 78 da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997; e parágrafo único do art. 27 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p> <p>7.9.9.0.09.1.1. - Prestação de Contas Eleitorais - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, art. 38; Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 2007; Art. 24 da Resolução TSE nº 23.217, de 2 de março de 2010; e Art. 13 da Resolução TSE nº 23.348, de 18 de agosto de 2011.</p> <p>7.9.9.0.10.1.1. - Reserva Global de Reversão - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Art. 4º, § 6º, da Lei no 5.655, de 20 de maio de 1971; Art. 9º da Lei no 8.631, de 4 de março de 1993; e Decreto no 774, de 18 de março de 1993.</p> <p>7.9.9.0.11.1.1. - Variação Cambial - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Art. 9º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.</p> <p>7.9.9.0.12.1.1. - Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969; Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975; Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988.</p> <p>7.9.9.0.12.2.1. - Ônus de Sucumbência - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Arts. 82 a 97 do Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.</p> <p>7.9.9.0.13.1.1. - Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: - Lei Complementar nº 124, de 2007, art. 6º, inciso II; - Lei Complementar nº 125, de 2007, art. 6º, inciso II; e - Lei Complementar nº 129, de 2009, art. 7º, inciso II.</p> <p>7.9.9.0.99.1.1. - Outras Receitas - Primárias - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.</p> <p>7.9.9.0.99.2.1. - Outras Receitas - Financeiras - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.</p> <p>8.1.1.1.00.1.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001</p> <p>8.1.1.1.00.2.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (LRF); Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.</p> <p>8.1.1.1.00.3.1. - Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Constituição Federal - Art. 184; Lei no 4.504, de 30 de novembro de 1964, e suas alterações; Decreto no 95.714, de 10 de fevereiro de 1988; e Decreto no 578, de 24 de junho de 1980.</p> <p>8.1.1.2.00.1.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias</p> <p>Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000</p>
---	--

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

8.1.1.3.00.1.1. - Empréstimos Compulsórios - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 148 da Constituição Federal

8.1.1.9.00.1.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000

8.1.2.1.00.1.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.

8.1.2.1.00.2.1.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.

8.1.2.2.00.1.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.

8.1.2.9.00.1.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.

8.2.1.1.00.1.1. - Alienação de Títulos Mobiliários - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 17 a 19 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990.

8.2.1.2.01.1.1. - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPm - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 60, 81 e 82 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Arts. 60, 81 e 82 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.

8.2.1.2.02.1.1. - Alienação de Estoques Comerciais Destinados a Programas Sociais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 4.514, de 13 de dezembro de 2002

8.2.1.2.03.1.1. - Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.

8.2.1.2.04.1.1. - Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Agrícola no 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e Portaria Interministerial MF/MAPA no 38, de 9 de março de 2004

8.2.1.3.00.1.1. - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 17 a 19 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990.

8.2.2.0.00.1.1. - Alienação de Bens Imóveis - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 24 a 29 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990.

8.2.3.0.00.1.1. - Alienação de Bens Intangíveis - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 2o e 4o.

8.3.0.0.01.1.1. - Amortização de Empréstimos - BEA/BIB - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Resolução do Senado Federal no 20, de 1991; Portarias MF nos 211, de 1995 e 167, de 1997 BEA; e Resolução do Senado Federal no 96, de 1993; Portarias MF nos 208, de 1995 e 166, de 1997 - BIB.

8.3.0.0.02.1.1. - Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei no 1.928, de 18 de fevereiro de 1982; Decreto-Lei no 2.169, de 29 de outubro de 1984; Lei Complementar no 101, de 5 maio de 2000; e Contratos específicos.

8.3.0.0.03.1.1. - Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997.

8.3.0.0.04.1.1. - Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Resolução do Senado Federal no 98, de 1992, alterada pelas Resoluções nos 90 e 132, ambas de 1993.

8.3.0.0.05.1.1. - Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto nº 94.442, de 12 de junho de 1987.

8.3.0.0.06.1.1. - Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997.

8.3.0.0.07.1.1. - Amortização de Financiamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997.

8.3.0.0.80.1.1. - Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 10.260, de 12 julho de 2001

8.4.1.0.00.1.1. - Transferências da União e de suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

8.4.2.0.00.1.1. - Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

8.4.3.0.00.1.1. - Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

8.4.4.0.00.1.1. - Transferências de Instituições Privadas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

8.4.5.0.00.1.1. - Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

8.4.6.0.00.1.1. - Transferências do Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

8.4.7.0.00.1.1. - Transferências de Pessoas Físicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

8.4.8.0.00.1.1. - Transferências Provenientes de Depósito Não Identificados - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

8.9.1.0.00.1.1. - Integralização do Capital Social - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

8.9.2.0.00.1.1. - Resultado do Banco Central - Operações com Reservas e Derivativos Cambiais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008.

8.9.2.0.00.2.1. - Resultado do Banco Central - Demais Operações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008.

8.9.3.0.00.1.1. - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.027, de 12 de abril de 1995; Instrução Normativa STN nº 4, de 31 de julho de 1998; Medida Provisória no 2.179, de 24 de agosto de 2001; e Lei no 11.803, de 5 de novembro de 2008.

8.9.4.0.00.1.1. - Resgate de Títulos do Tesouro - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.491, de 9 de setembro de 1997;
Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001;
Decreto no 1.019, de 23 de dezembro de 1993;
Decreto no 1.068, de 2 de março de 1994; e
Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.

8.9.9.0.00.1.1. - Demais Receitas de Capital - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - NORMAS GERAIS

Lei	13.707	14/08/2018	11.947	16/06/2009	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. (Itens de despesas obrigatórias)
Lei	13.487	06/10/2017	11.943	28/05/2009	Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997, e 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão.
Lei	13.397	21/12/2016	11.482	31/05/2007	Altera a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019.
Emenda Constitucional Atos do Congresso Nacional	95	15/12/2016	53	19/12/2006	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. (Limites individualizados de despesas primárias)
Emenda Constitucional Atos do Congresso Nacional	93	08/09/2016	53	19/12/2006	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios. (DRU 2016 - 2023)
Decreto	8.759	10/05/2016	11.350	05/10/2006	Regulamenta a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019.
Decreto	8.670	12/02/2016	11.345	14/09/2006	Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2016 e dá outras providências.
Lei	13.255	14/01/2016	11.107	06/04/2005	Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016.
Lei	13.249	13/01/2016	10.893	13/07/2004	Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019.
Decreto	8.632	30/12/2015	10.881	09/06/2004	Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2016 das empresas estatais federais, e dá outras providências.
Emenda Constitucional Atos do Congresso Nacional	86	26/02/2015	10.880	09/06/2004	Altera os arts. 165, 166 e 198 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica. (Orçamento Impositivo de emendas individuais)
Lei	12.855	02/09/2013	10.836	09/01/2004	Institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços. (Item de despesas obrigatórias)
Lei	12.783	11/01/2013	10.821	18/12/2003	Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária; altera as Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 10.848, de 15 de março de 2004; revoga dispositivo da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993; e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias)
Lei	12.546	14/12/2011	10.821	18/12/2003	Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona; altera as Leis nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, nº 10.865, de 30 de abril de 2004, nº 11.508, de 20 de julho de 2007, nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, nº 11.491, de 20 de junho de 2007, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga o art. 1º da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, e o art. 6º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, nos termos que especifica; e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias - Compensação ao FRGPS)
Lei	12.257	15/06/2010	10.821	18/12/2003	Concede auxílio especial e bolsa especial aos dependentes dos militares das Forças Armadas falecidos no terremoto de janeiro de 2010 na República do Haiti. (Item de despesas obrigatórias)
Lei	12.249	11/06/2010	10.779	25/11/2003	Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolifera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - RE-PENEC; ... (Item de despesas obrigatórias - Remissão de dívidas decorrentes de operações de crédito rural)
Lei	12.058	13/10/2009	10.708	31/07/2003	Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2009, ... e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias - Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa-Família - IGD)
Lei					Autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE; altera o § 4º do art. 1º da Lei nº 11.805, de 6 de novembro de 2008; dispõe sobre a utilização do excesso de arrecadação e do superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional; altera o art. 1º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, as Leis nos 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 10.848, de 15 de março de 2004, 3.890-A, de 25 de abril de 1961, 10.847, de 15 de março de 2004, e 10.438, de 26 de abril de 2002; e autoriza a União a repassar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES recursos captados junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD. (Desvinculação permanente do superávit financeiro para amortização da dívida pública federal)
Lei					Efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física; dispõe sobre a redução a 0 (zero) da alíquota da CPMF nas hipóteses que menciona; altera as Leis nºs 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.128, de 28 de junho de 2005, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 10.260, de 12 de julho de 2001, 6.194, de 19 de dezembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.432, de 8 de janeiro de 1997, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 8.402, de 8 de janeiro de 1992, 6.094, de 30 de agosto de 1974, 8.884, de 11 de junho de 1994, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.706, de 14 de setembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 11.119, de 25 de maio de 2005, 11.311, de 13 de junho de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e do Decreto-Lei nº 2.433, de 19 de maio de 1988; e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias)
Emenda Constitucional Atos do Congresso Nacional					Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Itens de despesas obrigatórias - FUNDEB)
Lei					Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. (Itens de despesas obrigatórias)
Lei					Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.522, de 19 de julho de 2002; e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias)
Lei					Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.
Lei					Dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias)
Lei					Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias)
Lei					Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias)
Lei					Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias)
Lei					Concede indenização, a título de reparação de danos, às famílias das vítimas do acidente de Alcântara e à família do subtenente do Exército Alcir José Tomasi. (Item de despesas obrigatórias)
Lei					Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. (Item de despesas obrigatórias)
Lei					Institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações. (Item de despesas obrigatórias - Programa "De Volta para Casa")

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	10.700	09/07/2003	Decreto-Lei	200	25/02/1967
Altera as Leis nºs 10.420, de 10 de abril de 2002, e 10.674, de 16 de maio de 2003, e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias - Seguro-Saíra)			Dispõe sobre a organização da Administração Federal.		
Lei	10.700	09/06/2003	Lei	4.320	17/03/1964
Altera as Leis nos 10.420, de 10 de abril de 2002, e 10.674, de 16 de maio de 2003, e dá outras providências.			Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.		
Lei	10.663	27/12/2002	Decreto	9.334	05/04/2018
Institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF, para atender o disposto no inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal. (Item de despesas obrigatórias)			Institui o Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas - Planafe.		
Lei	10.608	20/12/2002	Decreto	9.109	27/07/2017
Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar o pagamento de seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo. (Item de despesas obrigatórias)			Regulamenta a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.		
Lei	10.604	17/12/2002	Decreto	9.098	18/07/2017
Dispõe sobre recursos para subvenção a consumidores de energia elétrica da Subclasse Baixa Renda, dá nova redação aos arts. 27 e 28 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. (Itens de despesas obrigatórias)			Altera o Decreto nº 8.929, de 9 de dezembro de 2016, que regulamenta a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural, e dá outras providências.		
Emenda Constitucional Atos do Congresso Nacional	32	11/09/2001	Decreto	9.075	06/06/2017
Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências. (Regulamenta a edição de medida provisória)			Dispõe sobre a composição e as competências da Comissão de Financiamentos Externos.		
Medida Provisória	2.179	24/08/2001	Decreto	9.056	24/05/2017
Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil, e dá outras providências. (Recolhimento do Resultado Positivo e pagamento do Resultado Negativo do Banco Central)			Regulamenta a Lei Complementar nº 156/2016, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao equilíbrio fiscal, e altera o Decreto nº 8.616/2015, que regulamenta o disposto na Lei Complementar nº 148/2014, e no art. 2º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.		
Medida Provisória	2.170	23/08/2001	Decreto	9.053	15/05/2017
Dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências.			Remaneja Funções Comissionadas Técnicas - FCT para a Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap e dá outras providências.		
Lei Complementar	110	29/06/2001	Decreto	9.049	12/05/2017
Institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias)			Regulamenta a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa das Forças Armadas, para a Aeronáutica e dispõe sobre as promoções dos aspirantes a oficial e dos oficiais temporários do Comando da Aeronáutica.		
Portaria Interministerial Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e Secretaria do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	163	04/05/2001	Decreto	9.047	10/05/2017
Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências (Estabelece as classificações da receita e da despesa para aplicação a todos os entes da Federação).			Altera o Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados, as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional - SIN, e dá outras providências.		
Portaria Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1	19/02/2001	Decreto	9.048	10/05/2017
Dispõe sobre a classificação orçamentária por fontes de recursos.			Altera o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, que regulamenta o disposto na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e as demais disposições legais que regulam a exploração de portos organizados e de instalações portuárias.		
Lei	10.180	06/02/2001	Decreto	9.042	02/05/2017
Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo.			Altera o Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, que define critérios para cálculo e cobrança das participações governamentais de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, aplicáveis às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.		
Lei	10.179	06/01/2001	Decreto	9.041	02/05/2017
Dispõe sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, consolidando a legislação em vigor sobre a matéria. (Cobertura de déficit orçamentário)			Regulamenta a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre o direito de preferência da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras atuar como operadora nos consórcios formados para exploração e produção de blocos a serem contratados sob o regime de partilha de produção.		
Lei Complementar	101	04/05/2000	Decreto	9.037	26/04/2017
Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências - LRF.			Altera o Decreto nº 8.943, de 27 de dezembro de 2016.		
Portaria Ministério de Orçamento e Gestão	42	14/04/1999	Decreto	9.030	12/04/2017
Atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata a Lei nº 4.320/1964; estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais.			Remaneja Funções Comissionadas Técnicas - FCT para o Ministério do Turismo e dá outras providências.		
Lei	9.530	10/12/1997	Decreto	9.029	10/04/2017
Dispõe sobre a utilização dos dividendos e do superávit financeiro de fundos e de entidades da Administração Pública Federal indireta, e dá outras providências.			Altera o Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, da Presidência da República, o Decreto nº 4.993, de 18 de fevereiro de 2004, que cria o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG, o Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017.		
Lei	9.424	24/12/1996	Decreto	9.021	31/03/2017
Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.			Altera o Decreto nº 5.497, de 21 de julho de 2005, que dispõe sobre o provimento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 1 a 4, por servidores de carreira, no âmbito da administração pública federal.		
Lei Complementar	61	26/12/1989	Decreto	9.019	30/03/2017
Estabelece normas para a participação dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, relativamente às exportações. (Item de despesas obrigatórias)			Altera o Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, para dispor sobre a desconstrução de energia de reserva mediante realização de mecanismo competitivo.		
Constituição Federal de 1988		05/10/1988			
Constituição da República Federativa do Brasil.					
Decreto	93.872	23/12/1986			
Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	8.999	07/03/2017	Decreto	8.882	19/10/2016
Torna sem efeito o Decreto n 8.997, de 3 março de 2017, que altera o Decreto n 4.732, de 10 de junho de 2003, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, e o Decreto n 4.993, de 18 de fevereiro de 2004, que cria o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações.			Promulga o Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia no Campo da Luta Contra o Crime Organizado e Outras Modalidades Delituosas, firmado em Brasília, em 9 de outubro de 2006.		
Decreto	8.996	02/03/2017	Decreto	8.856	26/09/2016
Dispõe sobre a execução do Quinquagésimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35 (52PA-ACE35), firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e a República do Chile.			Promulga o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República da Libéria, firmado em Monróvia, em 29 de maio de 2009.		
Decreto		13/02/2017	Decreto	8.842	29/08/2016
Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.			Promulga o texto da Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Tributária emendada pelo Protocolo de 1º de junho de 2010, firmada pela República Federativa do Brasil em Cannes, em 3 de novembro de 2011.		
Decreto	8.988	13/02/2017	Decreto		24/08/2016
Dispõe sobre a execução do Quinquagésimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35 (59PA-ACE35), firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e a República do Chile.			Autoriza o aumento do Capital Social da Empresa de Planejamento e Logística S.A.		
Decreto	8.986	09/02/2017	Decreto	8.839	17/08/2016
Dispõe sobre o saldo remanescente das autorizações para provimento de cargos, empregos e funções constantes do Anexo V à Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015 - Lei Orçamentária Anual de 2015, e do Anexo V à Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016 - Lei Orçamentária Anual de 2016.			Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão sobre Cooperação Econômica e Comercial, firmado em Brasília, em 28 de maio de 2009.		
Decreto	8.979	01/02/2017	Decreto	8.838	17/08/2016
Dispõe sobre a execução do Quinquagésimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35 (58PA-ACE35), firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e a República do Chile.			Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e ao Estatuto de suas Forças, firmado em Paris, em 29 de janeiro de 2008.		
Decreto	8.976	24/01/2017	Decreto	8.832	04/08/2016
Dispõe sobre a execução do Centésimo Vigésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 (124PA-ACE18), firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai.			Transfere a cumulatividade da Embaixada do Brasil em Mogadíscio, República Democrática Somali, para a Embaixada do Brasil em Nairóbi, República do Quênia.		
Decreto		17/01/2017	Decreto	8.828	02/08/2016
Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem no sistema penitenciário brasileiro.			Altera o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.		
Decreto	8.957	16/01/2017	Decreto	8.813	18/07/2016
Altera o Decreto nº 2.233, de 23 de maio de 1997, que dispõe sobre os setores das atividades econômicas excluídos das restrições previstas no art. 39 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962.			Promulga Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Brasil e o Suriname, firmado em 2005.		
Decreto	8.960	16/01/2017	Decreto	8.800	06/07/2016
Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para o Estabelecimento de Regime Especial Transfronteiriço de Bens de Subsistência entre as localidades de Oiapoque (Brasil) e St. Georges de l'Oyapock (França), firmado em Brasília, em 30 de julho de 2014.			Dispõe sobre a execução, no país, da Resolução 2216/2015, das Nações Unidas sobre atos de ameaça à paz no Iêmen.		
Decreto	8.959	16/01/2017	Decreto	8.799	06/07/2016
Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Relativo à Cooperação Transfronteiriça em Matéria de Socorro de Emergência, firmado em Paris, em 11 de dezembro de 2012.			Dispõe sobre a execução, no país, da Resolução 2253/2015, do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre terrorismo.		
Decreto	8.948	29/12/2016	Decreto	8.801	06/07/2016
Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.			Dispõe sobre a execução, no país, da Resolução 2262/2016, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que renova o regime de sanções aplicáveis à República Centro-Africana.		
Decreto	8.939	21/12/2016	Decreto	8.802	06/07/2016
Altera o Decreto nº 8.795, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre a realização, no exercício de 2016, de despesas inscritas em restos a pagar não processados.			Dispõe sobre a execução, no país, da Resolução 2266/2016, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que estende o regime de sanções aplicáveis ao Iêmen.		
Decreto	8.934	19/12/2016	Portaria Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	45	26/08/2015
Altera o Decreto n 8.928, de 9 de dezembro de 2016, que autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem na Região Metropolitana do Município de Recife, Estado de Pernambuco.			Dispõe sobre o desdobramento da classificação por natureza de receita para aplicação no âmbito da União.		
Decreto	8.937	19/12/2016	Portaria Conjunta Secretária de Gestão de Pessoas e Secretária de Orçamento Federal	2	30/11/2012
Dispõe sobre a execução do Sexto Protocolo Adicional ao Apêndice II do Acordo de Complementação Econômica nº 55 (6PA-Ap-II-ACE55), firmado entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos.			Pagamento de vantagens concedidas administrativamente classificadas como despesas de exercícios anteriores relativas a pessoal.		
Decreto	8.933	16/12/2016	Decreto	825	28/05/1993
Aprova o Programa de Dispendios Globais - PDG para 2017 das empresas estatais federais, e dá outras providências.			Utilização de créditos orçamentários aprovados na LOA e sobre a descentralização orçamentária.		
Decreto	8.908	22/11/2016	ADMINISTRAÇÃO		
Promulga o Protocolo Complementar para o Desenvolvimento Conjunto do CBERS - 4A entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China ao Acordo Quadro sobre Cooperação em Aplicações Específicas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior, firmado em Brasília, 19 de maio de 2015.			Decreto	9.441	04/07/2018
			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
			Decreto	9.435	02/07/2018
			Regulamenta o disposto no art. 10 da Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, quanto à designação e à atuação dos servidores integrantes do quadro da Agência Brasileira de Inteligência para prestar serviço no exterior e dispõe sobre a retribuição no exterior, nos termos estabelecidos na Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972.		
			Decreto	9.417	20/06/2018
			Transfere a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher da Secretaria de Governo da Presidência da República para o Ministério dos Direitos Humanos.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	13.681	18/06/2018	Decreto	9.191	01/11/2017
Disciplina o disposto nas Emendas Constitucionais n os 60, de 11 de novembro de 2009, 79, de 27 de maio de 2014, e 98, de 6 de dezembro de 2017; dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados dos ex-Territórios Federais, integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998; e dá outras providências.			Estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado.		
Decreto	9.410	13/06/2018	Decreto	9.169	16/10/2017
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.			Dispõe sobre a Junta de Execução Orçamentária.		
Decreto	9.373	11/05/2018	Lei	13.485	02/10/2017
Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.			Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre a revisão da dívida previdenciária dos Municípios pelo Poder Executivo federal; altera a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999; e dá outras providências.		
Decreto	9.360	07/05/2018	Lei	13.483	21/09/2017
Aprova as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e altera o Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007, para reduzir a alocação de cargos em comissão na inventariação na Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA.			Institui a Taxa de Longo Prazo (TLP); dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo da Marinha Mercante (FMM) e sobre a remuneração dos financiamentos concedidos pelo Tesouro Nacional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); altera as Leis n os 8.019, de 11 de abril de 1990, 9.365, de 16 de dezembro de 1996, 10.893, de 13 de julho de 2004, e 10.849, de 23 de março de 2004; e dá outras providências.		
Decreto	9.330	05/04/2018	Decreto	9.154	06/09/2017
Transfere a Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República para a Secretaria-Geral da Presidência da República, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE e altera o Decreto nº 9.038, de 28 de abril de 2017, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria-Geral da Presidência da República.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Lei	13.631	01/03/2018	Decreto	9.149	28/08/2017
Dispõe sobre a contratação, o aditamento, a repactuação e a renegociação de operações de crédito, a concessão de garantia pela União e a contratação com a União realizadas com fundamento nas Leis Complementares nºs 156, de 28 de dezembro de 2016, e 159, de 19 de maio de 2017, e sobre a realização de termos aditivos a contratos de refinanciamento celebrados com a União com fundamento na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014.			Cria o Programa Nacional de Voluntariado, institui o Prêmio Nacional do Voluntariado e altera o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.		
Decreto	9.291	21/02/2018	Decreto	9.144	22/08/2017
Regulamenta a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para estabelecer a sistemática de cálculo e apropriação da taxa de administração a que fazem jus os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento.			Dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.		
Decreto	9.287	15/02/2018	Decreto	9.137	21/08/2017
Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Governo da Presidência da República e remaneja cargos em comissão.		
Decreto	9.227	06/12/2017	Decreto	9.122	09/08/2017
Regulamenta a Lei n o 12.855, de 2 de setembro de 2013, que institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, quanto à carreira e aos cargos do Ministério da Fazenda.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Direitos Humanos, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Lei	13.529	04/12/2017	Decreto	9.112	28/07/2017
Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas; altera a Lei n o 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada na administração pública, a Lei n o 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e a Lei n o 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF).			Dispõe sobre a participação nos Conselhos de Supervisão de que trata o art. 6 o da Lei Complementar n º 159, de 19 de maio de 2017, até a criação dos seus cargos em comissão e altera o Decreto n º 6.573, de 19 de setembro de 2008, que reduz as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a importação e a comercialização de álcool, inclusive para fins carburantes.		
Lei	13.529	04/12/2017	Decreto	9.109	27/07/2017
Dispõe sobre a participação da União em fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas; altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada na administração pública, a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF).			Regulamenta a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.		
Decreto	9.203	22/11/2017	Decreto	9.104	24/07/2017
Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e transforma e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.		
Lei	13.502	01/11/2017	Decreto	9.099	18/07/2017
Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera a Lei n o 13.334, de 13 de setembro de 2016; e revoga a Lei n o 10.683, de 28 de maio de 2003, e a Medida Provisória n o 768, de 2 de fevereiro de 2017.			Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático.		
Decreto	9.085	29/06/2017	Lei	13.464	10/07/2017
Dispõe sobre a competência da Suframa p/ regular e controlar a importação e o ingresso de mercadorias, com incentivos fiscais, nas áreas que especifica, e institui taxas de controle e serviços.			Altera a remuneração de servidores de ex-Territórios e de servidores públicos federais; reorganiza cargos e carreiras; estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões; altera diversas Leis além de outras providências.		
Decreto	9.083	28/06/2017	Lei	13.463	06/07/2017
Altera o Decreto n 8.975, de 24 de janeiro de 2017, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente.			Dispõe sobre os recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais.		
Decreto	9.085	29/06/2017	Decreto	9.085	29/06/2017
Altera o Decreto n 8.975, de 24 de janeiro de 2017, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente.			Altera o Decreto n 8.975, de 24 de janeiro de 2017, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente.		
Decreto	9.083	28/06/2017	Decreto	9.083	28/06/2017
Altera o Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999, que estabelece a sistemática de "metas para a inflação" como diretriz para fixação do regime de política monetária.			Altera o Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999, que estabelece a sistemática de "metas para a inflação" como diretriz para fixação do regime de política monetária.		
Lei	13.451	16/06/2017	Lei	13.451	16/06/2017
Dispõe sobre a competência da Suframa p/ regular e controlar a importação e o ingresso de mercadorias, com incentivos fiscais, nas áreas que especifica, e institui taxas de controle e serviços.			Dispõe sobre a competência da Suframa p/ regular e controlar a importação e o ingresso de mercadorias, com incentivos fiscais, nas áreas que especifica, e institui taxas de controle e serviços.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	13.448	05/06/2017	Decreto	9.005	14/03/2017
Estabelece diretrizes gerais para prorrogação e relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei n.º 13.334, de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário da administração pública federal, e altera a Lei n.º 10.233, de 5 de junho de 2001, e a Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.			Approva a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Decreto	9.060	26/05/2017	Decreto	9.005	14/03/2017
Altera o Decreto n.º 8.877, de 18 de outubro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, remaneja cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS.			Approva a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Lei Complementar	159	19/05/2017	Decreto	9.003	13/03/2017
Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares no 101, de 4 de maio de 2000, e no 156, de 28 de dezembro de 2016.			Approva a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Fazenda, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Decreto	9.054	17/05/2017	Decreto	9.000	08/03/2017
Approva as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão da Assessoria Especial do Presidente da República e dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Gabinete Pessoal do Presidente da República.			Approva a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas - FCPE		
Decreto	9.052	15/05/2017	Decreto	8.998	06/03/2017
Dispõe sobre o processo de inventariança do Fundo Nacional de Desenvolvimento.			Altera o Decreto n.º 8.722, de 27 de abril de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.		
Decreto	9.046	05/05/2017	Decreto	8.995	02/03/2017
Dispõe sobre as condições para a contratação plurianual de obras, bens e serviços, no âmbito do Poder Executivo federal.			Altera o Decreto n.º 7.392/2010, que aprova a Estrutura Regimental, o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Advocacia-Geral da União e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Procuradoria-Geral Federal, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.		
Decreto	9.038	26/04/2017	Decreto	8.994	01/03/2017
Approva as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Governo e da Secretaria-Geral da Presidência da República, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Approva o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Decreto	9.038	26/04/2017	Decreto	8.993	23/02/2017
Approva as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Governo e da Secretaria-Geral da Presidência da República, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Altera o Decreto n.º 4.663, de 2 de abril de 2003, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.		
Decreto	9.035	20/04/2017	Lei	13.416	23/02/2017
Approva a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, remaneja cargos em comissão, substitui cargos em comissão DAS por FCPE e transforma cargos em comissão.			Autoriza o Banco Central do Brasil a adquirir papel-moeda e moeda metálica fabricados fora do País por fornecedor estrangeiro.		
Decreto	9.031	12/04/2017	Decreto	8.991	20/02/2017
Approva a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Altera o Decreto n.º 8.894, de 3 de novembro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.		
Decreto	9.017	30/03/2017	Decreto	8.992	20/02/2017
Altera o Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.			Approva a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.		
Decreto	9.016	29/03/2017	Decreto	8.990	15/02/2017
Altera o Decreto n.º 7.392, de 13 de dezembro de 2010, que aprova a Estrutura Regimental, o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Advocacia Geral da União e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Procuradoria-Geral Federal, e remaneja cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS.			Altera o Decreto n.º 8.489, de 10 de julho de 2015, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.		
Decreto	9.015	29/03/2017	Decreto	8.989	14/02/2017
Altera o Decreto n.º 8.947, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a extinção de cargos em comissão, funções de confiança e Gratificações Temporárias de Atividade em Escola de Governo.			Altera o Decreto n.º 99.684, de 8 de novembro de 1990, que aprova o Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para dispor sobre normas regulamentares do saque da conta vinculada do referido Fundo.		
Decreto	9.011	23/03/2017	Decreto	8.987	13/02/2017
Approva a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Approva o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB, substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Decreto	9.010	23/03/2017	Decreto	8.985	08/02/2017
Approva o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, remaneja cargos em comissão, substitui cargos em comissão DAS por FCPE e revoga o Decreto n.º 7.778, de 27 de julho de 2012.			Approva a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Decreto	9.007	20/03/2017			
Approva a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.					
Decreto	9.006	16/03/2017			
Prorroga a vacatio legis do Decreto n.º 8.894/2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho, e do Decreto n.º 9.003/2017, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Fazenda.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	8.982	06/02/2017	Decreto	8.952	09/01/2017
Altera o Decreto nº 8.297/2014, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Biblioteca Nacional, e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Altera o Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.		
Decreto	8.978	01/02/2017	Lei Complementar	157	29/12/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Altera a Lei Complementar 116 (31/jul/2003) (Lei do Imp. Sobre Serviços de Qq. Natureza), a Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e a Lei Complem. 63/1990, e dá outras providências.		
Decreto	8.980	01/02/2017	Decreto	8.949	29/12/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração Nacional, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.		
Decreto	8.977	30/01/2017	Decreto	8.949	29/12/2016
Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Decreto	8.973	24/01/2017	Decreto	8.950	29/12/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.		
Decreto	8.974	24/01/2017	Decreto	8.946	28/12/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, remaneja cargos em comissão e função de confiança e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Decreto		
Decreto	8.974	24/01/2017	Altera o Decreto nº 8.877/2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.		
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, remaneja cargos em comissão e função de confiança e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Lei Complementar	156	28/12/2016
Decreto	8.974	24/01/2017	Cria Plano de Auxílio a Estados e DF (req. Fiscal); altera a Lei Compl. 148 (25/nov/14), a Lei 9.496/97, a Medida Provisória 2.192-70 (24/ago/01), a Lei 8.727/93, e a L. Compl. 101 (4/mai/00).		
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Decreto	8.947	28/12/2016
Decreto	8.975	24/01/2017	Dispõe sobre a extinção de cargos em comissão, funções de confiança e Gratificações Temporárias de Atividade em Escola de Governo e altera o Decreto nº 8.862/2016, que dispõe sobre remanejamento, temporário, de cargo em comissão DAS da Secretaria de Gestão do MPDG para a Casa Civil da Presidência da República.		
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do GrupoDireção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Decreto	8.943	27/12/2016
Decreto	8.967	23/01/2017	Altera o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.		
Altera o Decreto nº 8.425/2015, sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira, e o Decreto nº 8.424/2015, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente.			Decreto	8.945	27/12/2016
Decreto	8.968	23/01/2017	Regulamenta, no âmbito da União, a Lei n 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		
Altera o Decreto nº 8.644, de 21 de janeiro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo e substitui cargos em comissão DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Decreto	8.941	26/12/2016
Decreto	8.965	19/01/2017	Altera o Decreto no 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2016.		
Altera o Decreto nº 6.382, de 27 de fevereiro de 2008, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Decreto	8.933	16/12/2016
Decreto	8.962	17/01/2017	Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2017 das empresas estatais federais, e dá outras providências.		
Altera o Decreto nº 8.894, de 3 de novembro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Lei	13.371	14/12/2016
Decreto	8.961	16/01/2017	Altera a remuneração de servidores públicos; estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões; e dá outras providências.		
Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2017 e dá outras providências.			Decreto	8.931	14/12/2016
Decreto	8.956	12/01/2017	Altera os Anexos I e II ao Decreto nº 8.632, de 30 de dezembro de 2015, que aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2016 das empresas estatais federais.		
Altera o Decreto nº 6.317/ 2007, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Decreto	8.932	14/12/2016
Decreto	8.955	11/01/2017	Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Lei	13.370	12/12/2016
			Altera a Lei 8.112/90, p/ dar o direito a horário especial ao servidor públ. federal que tenha ente ou dependente com deficiência de qq. natureza e p/ revogar a exigência de compens. de horário.		
			Decreto	8.929	09/12/2016
			Regulamenta os arts. 1º, 2º, 3º e 13 da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural e altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.		
			Decreto	8.927	08/12/2016
			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do GrupoDireção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	8.927	08/12/2016	Decreto	8.895	03/11/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Altera o Decreto nº 4.650/2003, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.		
Decreto	8.926	08/12/2016	Decreto	8.894	03/11/2016
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Decreto	8.923	30/11/2016	Lei Complementar	155	27/10/2016
Altera o Decreto nº 7.142, de 29 de março de 2010, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, remaneja cargos em comissão e substitui cargos DAS por FCPE.			Altera a Lei Compl. 123 (14/dez/06), p/ simplificar a apuração do imposto devido pelo Simples Nacional; altera as Leis 9.613/98, 12.512/11, e 7.998/90; e revoga dispositivo da Lei n. 8.212/91.		
Decreto	8.915	24/11/2016	Decreto	8.889	26/10/2016
Altera a vigência dos convênios e dos contratos de repasse, com execução de objeto iniciada, celebrados entre os órgãos e as entidades da administração pública federal com os órgãos e as entidades da administração pública municipal.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Casa Civil da Presidência da República, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por FCPE.		
Decreto	8.913	23/11/2016	Lei	13.351	25/10/2016
Altera o Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Comando do Exército, do Ministério da Defesa, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão por FCPE.			Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União ao Estado do Rio de Janeiro para auxiliar nas despesas com Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro decorrentes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016.		
Decreto	8.911	22/11/2016	Decreto	8.886	24/10/2016
Altera o Decreto nº 5.980, de 6 de dezembro de 2006, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Alexandre de Gusmão e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Decreto	8.909	22/11/2016	Decreto	8.881	19/10/2016
Altera o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, remaneja funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Altera o Decreto nº 5.037, de 7 de abril de 2004, que aprova Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional de Artes e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Decreto	8.910	22/11/2016	Decreto	8.878	19/10/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Altera o Decreto nº 6.853, de 15 de maio de 2009, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Cultural Palmares e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.		
Decreto	8.904	17/11/2016	Decreto	8.879	19/10/2016
Altera o Decreto nº 6.845/ 2009, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Altera o Decreto nº 8.829, de 3 de agosto de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Esporte, e remaneja cargos em comissão.		
Decreto	8.905	17/11/2016	Decreto	8.883	19/10/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Agência Brasileira de Inteligência, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Altera o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2016 das empresas estatais federais, aprovado pelo Decreto nº 8.632, de 30 de dezembro de 2015, e dá outras providências.		
Decreto	8.900	10/11/2016	Decreto	8.877	18/10/2016
Altera o Decreto nº 5.417/2005, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Comando da Marinha, do Ministério da Defesa, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal - FCPE.		
Decreto	8.901	10/11/2016	Decreto	8.873	11/10/2016
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Saúde, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Altera o Decreto nº 8.648, de 28 de janeiro de 2016, que dispõe sobre a inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND do serviço público de Loteria Instantânea Exclusiva - LOTEX, instituído pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, e da Caixa Instantânea S.A.		
Decreto	8.902	10/11/2016	Decreto	8.874	11/10/2016
Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.			Regulamenta as condições para aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, para efeito do disposto no art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e revoga o Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.		
Lei	13.358	07/11/2016	Lei	13.346	10/10/2016
Institui o Biênio da Matemática 2017-2018 Gomes de Sousa, em homenagem à Olimpíada Internacional de Matemática 2017 e ao Congresso Internacional de Matemáticos 2018, eventos sediados no Brasil.			Dispõe sobre a extinção de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e a criação de funções de confiança denominadas Funções Comissionadas do Poder Executivo.		
Decreto	8.896	04/11/2016	Lei	13.347	10/10/2016
Altera o Decreto nº 8.275/2014, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, remaneja funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.			Limita o reajuste das receitas patrimoniais decorrentes da atualização da planta de valores, para cálculo do valor do domínio pleno do terreno, referido no § 1º, art. 1º, Dec.-Lei 2.398/87).		
Lei	13.353	03/11/2016	Decreto	8.871	06/10/2016
Altera a Lei Complement. 70/91, as Leis 9.532/97, e 8.894/94, e a Medida Provisória 2.158-35 (24ago2001), p/ conceder remissão, anistia e isenções tributárias à ABL, à ABI e ao IHGB; dá out. provid.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Minas e Energia, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS por FCPE.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	8.868	04/10/2016	Decreto	8.829	03/08/2016
<p>Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Agência Espacial Brasileira, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.</p>			<p>Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Esporte, remaneja cargos em comissão, substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores-DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.</p>		
Decreto	8.867	03/10/2016	Lei	13.320	27/07/2016
<p>Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Nacional de Saúde, remaneja cargos em comissão, substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores-DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.</p>			<p>Altera o quadro de pessoal e o plano de carreira do Tribunal de Contas da União, definidos pela Lei 10.356/2001.</p>		
Decreto	8.866	03/10/2016	Lei	13.321	27/07/2016
<p>Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, remaneja cargos em comissão, substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por FCPE e revoga o Decreto nº 7.899/ 2013.</p>			<p>Altera o soldo e o escalonamento vertical dos militares das Forças Armadas, constantes da Lei 11.784/2008.</p>		
Lei	13.341	29/09/2016	Decreto	8.817	21/07/2016
<p>Altera as Leis 10.683/2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890/2008, e revoga a Medida Provisória 717/2016.</p>			<p>Aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Relações Exteriores.</p>		
Decreto	8.864	29/09/2016	Decreto	8.818	21/07/2016
<p>Altera o Decreto n 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2016.</p>			<p>Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.</p>		
Decreto	8.859	26/09/2016	Lei	13.315	20/07/2016
<p>Altera o Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2016.</p>			<p>Dispõe sobre a incidência do imposto de renda nos casos que especifica.</p>		
Decreto	8.853	22/09/2016	Decreto	8.791	29/06/2016
<p>Altera o Decreto nº 7.574, de 29 de setembro de 2011, que regulamenta o processo de determinação e exigência de créditos tributários da União, o processo de consulta sobre a aplicação da legislação tributária federal e outros processos que especifica, sobre matérias administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.</p>			<p>Dispõe sobre o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a Estrutura Regimental do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.</p>		
Decreto	8.854	22/09/2016	Decreto	8.785	10/06/2016
<p>Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, remaneja funções gratificadas, substitui cargos em comissão DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE e revoga o Decreto nº 8.686, de 4 de março de 2016.</p>			<p>Dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão do Grupo-DAS, de FG e de Gratificações Temporárias de Atividade em Escola de Governo para a Secretaria de Gestão do MP.</p>		
Decreto	8.850	20/09/2016	Decreto	8.765	10/05/2016
<p>Altera o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança da Secretaria de Governo da Presidência da República, constante do Anexo II ao Decreto n 8.579, de 26 de novembro de 2015, para ampliar os cargos destinados a ex-Presidentes da República, e revoga o Decreto n 8.796, de 30 de junho de 2016.</p>			<p>Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.</p>		
Decreto	8.852	20/09/2016	Decreto		09/05/2016
<p>Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.</p>			<p>Convoca a 3ª Conferência Nacional de Educação - CONAE.</p>		
Lei	13.334	13/09/2016	Decreto	8.734	02/05/2016
<p>Cria o Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências.</p>			<p>Aprova o Regulamento para o Quadro Complementar de Oficiais do Exército (R-41).</p>		
Decreto	8.848	12/09/2016	Decreto	8.722	27/04/2016
<p>Altera o Decreto nº 6.275/2007, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, remaneja funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por FCPE.</p>			<p>Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.</p>		
Decreto	8.849	12/09/2016	Decreto	8.726	27/04/2016
<p>Altera o Decreto nº 7.139/2010, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, remaneja funções gratificadas e substitui cargos em comissão DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.</p>			<p>Regulamenta a Lei 13.019/2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.</p>		
Decreto	8.841	25/08/2016	Decreto	8.713	15/04/2016
<p>Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal - FCPE.</p>			<p>Regulamenta a Lei 10.304/2001, no que se refere à transferência ao Amapá de terras da União.</p>		
Decreto	8.836	15/08/2016	Lei	13.266	05/04/2016
<p>Altera o Decreto nº 8.627/2015, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Turismo, remaneja cargos em comissão, substitui cargos em comissão DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal - FCPE.</p>			<p>Extingue e transforma cargos públicos; altera a Lei 10.683/2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.</p>		
Decreto	8.830	04/08/2016	Lei	13.264	01/04/2016
<p>Altera o Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, que aprova o Estatuto da Caixa Econômica Federal.</p>			<p>Dispõe sobre a transformação de cargos vagos no Quadro Permanente da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; e sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.</p>		
			Lei	13.265	01/04/2016
			<p>Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, e isenção de tributos sobre a importação de equipamentos e materiais esportivos.</p>		
			Decreto	8.701	31/03/2016
			<p>Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e altera o Decreto nº 5.069/2004, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca.</p>		
			Lei	13.259	16/03/2016
			<p>Altera a legislação tributária e regulamenta o inciso XI do art. 156 da Lei 5.172/1966 - Código Tributário Nacional.</p>		
			Decreto	8.688	09/03/2016
			<p>Dispõe sobre a cooperação para implementação e execução de programas e ações de interesse público entre a Administração Pública federal e os serviços sociais autônomos que especifica.</p>		
			Decreto	8.687	04/03/2016
			<p>Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério dos Transportes.</p>		
			Decreto	8.666	10/02/2016
			<p>Cria a Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais - Cipo, que irá consolidar e acompanhar as contribuições a Organismos Internacionais, e dá outras providências.</p>		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	8.663	03/02/2016	Decreto	8.365	24/11/2014
Apróva a Estrutura Regimetal e o Quadro Demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratific. do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e remaneja cargos em comissão.			Dispõe sobre a opção para a inclusão em quadro em extinção da União e institui a Comissão Especial dos ex-Territórios Federais.		
Decreto	8.659	29/01/2016	Lei	13.029	24/09/2014
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Cria cargos em comissão e funções de confiança no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.		
Decreto	8.644	21/01/2016	Decreto	8.297	15/08/2014
Apróva a Estrutura Regimetal e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo e remaneja cargos em comissão.			Apróva a Estrutura Regimetal do Ministério da Cultura e o Estatuto da Biblioteca Nacional.		
Lei	13.254	13/01/2016	Lei	13.019	31/07/2014
Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos lícitos, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País.			Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a adm. pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.		
Decreto	8.627	30/12/2015	Decreto	8.283	03/07/2014
Apróva a Estrutura Regimetal do Min. do Turismo, altera o Decreto 6.705/2008 que dispõe sobre o Conselho Nacional de Turismo e remaneja cargos em comissão.			Apróva a Estrutura Regimetal da Agência Nacional do Cinema - ANCINE.		
Decreto	8.617	29/12/2015	Decreto	8.275	27/06/2014
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Apróva a Estrutura Regimetal da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.		
Decreto	8.616	29/12/2015	Decreto	8.276	27/06/2014
Regulamenta o disposto na Lei Complementar 148 e no art. 2º da Lei 9.496/1997 para dispor sobre a dívida dos Estados e Municípios com a União.			Apróva a Estrutura Regimetal da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.		
Lei	13.202	08/12/2015	Decreto	8.277	27/06/2014
Institui o Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT; autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor das taxas que indica e dá outras providências.			Apróva a Estrutura Regimetal da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.		
Lei	13.197	01/12/2015	Decreto	8.267	18/06/2014
Altera a Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, para transformar em cargos de nível superior os cargos da Carreira Policial Civil do Distrito Federal.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Decreto	8.578	26/11/2015	Lei	12.986	02/06/2014
Apróva a Estrutura Regimetal do MP e dispõe sobre a criação da Comissão de Transição e Inventariança da Extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.			Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH.		
Lei	13.195	25/11/2015	Lei	12.980	28/05/2014
Estabelece que a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias SA (ABGF) se encarregará da gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) até a completa liquidação das obrigações deste.			Trata do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC e dá outras providências.		
Lei	13.174	21/10/2015	Decreto	8.254	26/05/2014
Alega a Lei 9394/1996 para incluir, entre as finalidades da educação superior, seu envolvimento com a educação básica.			Dispõe sobre o Quadro Especial de Terceiros-Sargentos e Segundos-Sargentos do Exército.		
Decreto	8.535	01/10/2015	Lei	12.973	13/05/2014
Dispõe sobre a contratação de serviços de instituições financeiras pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.			Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre o IRPJ, à CSLL, ao PIS/Pasep e à Cofins e dá outras providências.		
Decreto	8.509	25/08/2015	Decreto	8.227	22/04/2014
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência voluntária.		
Decreto	8.489	10/07/2015	Decreto	8.173	26/12/2013
Apróva a Estrutura Regimetal do DNIT e altera as estruturas regimentais do Ministério da Fazenda e da Secretaria da Micro e Pequena Empresa.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Lei	13.139	26/06/2015	Lei	12.857	02/09/2013
Dispõe sobre o parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União e dá outras providências.			Cria cargos nas áreas de infraestrutura, meio ambiente, comércio exterior, nos quadros da Suframa, da Anvisa, da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Nacional de Auditoria do SUS.		
Decreto	8.439	29/04/2015	Lei	12.855	02/09/2013
Delega competência ao Ministro de Estado do Meio Ambiente para a prática dos atos que especifica.			Institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos.		
Decreto	8.423	30/03/2015	Lei	12.856	02/09/2013
Regulamenta os critérios para a progressão funcional e a promoção na carreira de Especialista em Meio Ambiente.			Transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei 11.355, de 2006, e dá outras providências.		
Decreto	8.415	27/02/2015	Lei	12.846	01/08/2013
Regulamenta a aplicação do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - Reintegra.			Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.		
Decreto		28/01/2015	Decreto	8.032	25/06/2013
Institui Grupo de Trabalho Interministerial para Acompanhamento de Gastos Públicos do Governo Federal.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Lei	13.092	12/01/2015	Lei	12.823	05/06/2013
Dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República.			Dispõe sobre os cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo.		
Lei Complementar	148	25/11/2014	Decreto	8.022	31/05/2013
Altera a Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - que normatiza as finanças públicas e a responsabilidade fiscal, dispõe sobre contratos de refinanciamento de dívidas com a União e dá outras providências.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
			Decreto	7.991	24/04/2013
			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
			Decreto	7.980	08/04/2013
			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	7.973	28/03/2013	Decreto	7.436	03/02/2011
Aprova o Estatuto da Caixa Econômica Federal - CEF e dá outras providências.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Ministério da Defesa.		
Decreto	7.937	19/02/2013	Decreto	7.430	17/01/2011
Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar do Ministério do Meio Ambiente.			Dispõe sobre a transferência do Arquivo Nacional e do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Justiça.		
Decreto	7.893	24/01/2013	Decreto Legislativo	277	20/12/2010
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Fixa o subsídio para Presidente, o Vice-Presidente e os Ministros de Estado.		
Decreto	7.868	19/12/2012	Decreto	7.392	13/12/2010
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Aprova a Estrutura Regimental da Advocacia-Geral da União.		
Decreto	7.836	09/11/2012	Decreto	7.294	06/09/2010
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Dispõe sobre a Política de Mobilização Nacional e Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB.		
Decreto	7.804	13/09/2012	Lei	12.314	16/08/2010
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.		
Decreto	7.799	12/09/2012	Decreto	7.255	04/08/2010
Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação IBGE, e do MPOG.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário.		
Lei	12.682	09/07/2012	Lei	12.277	30/06/2010
Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.			Dispõe sobre a remuneração de diversos cargos da Administração Pública Federal.		
Lei	12.666	14/06/2012	Decreto	7.221	29/06/2010
Autoriza a União a conceder subvenção econômica para operações de microcrédito produtivo orientado para a estocagem de álcool combustível e dá outras providências.			Dispõe sobre a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal durante o processo de transição governamental.		
Decreto	7.745	05/06/2012	Decreto	7.212	15/06/2010
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.		
Decreto	7.724	16/05/2012	Decreto	7.211	11/06/2010
Dispõe sobre o acesso a informações previsto na Constituição.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Decreto	7.655	23/12/2011	Decreto	7.203	04/06/2010
Regulamenta a Lei no 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.			Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.		
Lei	12.529	30/11/2011	Decreto	7.191	31/05/2010
Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências.			Dispõe sobre a lotação de 2.400 cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.		
Decreto	7.579	11/10/2011	Decreto	7.187	27/05/2010
Dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF, do Poder Executivo Federal.			Aprova a Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República, no tocante às competências da Imprensa Nacional.		
Decreto		15/09/2011	Decreto	7.174	12/05/2010
Institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto.			Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela Administração Pública Federal.		
Lei	12.453	21/07/2011	Decreto	7.166	05/05/2010
Constitui fonte adic. de recursos ao BNDES, dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal e dá outras providências.			Cria o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil, institui seu Comitê Gestor.		
Decreto	7.515	08/07/2011	Decreto	7.157	09/04/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Decreto	7.474	10/05/2011	Decreto	7.133	19/03/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.			Regulamenta os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento das mesmas.		
Decreto	7.469	04/05/2011	Decreto	7.125	03/03/2010
Cria a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE; institui o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Lei	12.402	02/05/2011	Decreto	7.069	20/01/2010
Regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizarem contratações de pessoas jurídicas e físicas.			Dispõe sobre a Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa.		
Decreto	7.465	25/04/2011	Decreto	7.062	13/01/2010
Dispõe sobre a Estrutura Regimental da Secretaria de Relações Institucionais e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.			Dispõe sobre o remanejamento de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS.		
Decreto	7.462	19/04/2011	Decreto	7.025	07/12/2009
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Decreto	7.442	17/02/2011	Lei	12.094	19/11/2009
Transfere a Secretaria de Administração e a Secretaria de Controle Interno da Casa Civil para a Secretaria-Geral da Presidência da República.			Dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura.		
			Decreto	6.958	14/09/2009
			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	6.944	21/08/2009	Decreto	5.355	25/01/2005
Estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos.			Dispõe sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, para pagamento de despesas.		
Lei	11.958	26/06/2009	Lei	11.094	13/01/2005
Transforma a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura.			Dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras.		
Decreto	6.852	15/05/2009	Lei	11.079	30/12/2004
Estabelece norma temporária sobre progressão funcional e promoção dos servidores da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho e dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, e dá outras providências.			Institui normas gerais para contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública.		
Decreto	6.834	30/04/2009	Lei	11.077	30/12/2004
Aprova a Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa.			Trata da capacitação e competitividade do setor de informática e automação.		
Lei	11.907	02/02/2009	Lei	11.033	21/12/2004
Dispõe sobre a reestruturação dos cargos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Grupo DACTA, da Carreira de Tecnologia Militar e de várias carreiras na Administração Pública Federal.			Altera a tributação do mercado financeiro e de capitais, institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária REPORTO e dá outras providências.		
Lei Complementar	129	08/01/2009	Lei	10.954	29/09/2004
Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, estabelece sua natureza jurídica, objetivos e área de atuação.			Institui o Auxílio Emergencial Financeiro para atendimento à população atingida por desastres, residentes nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência.		
Decreto	6.657	20/11/2008	Lei	10.925	23/07/2004
Dispõe sobre a remuneração dos empregados anistiados que retornarem ao serviço na administração pública federal direta, autárquica e fundacional.			Reduz as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários e dá outras providências.		
Lei	11.805	06/11/2008	Lei	10.910	15/07/2004
Constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.			Reestrutura a remuneração dos cargos das carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social, Auditoria-Fiscal do Trabalho e dá outras providências.		
Lei	11.784	22/09/2008	Lei	10.887	18/06/2004
Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE e institui sistemática para avaliação de desempenho dos servidores da Administração Pública Federal.			Dispõe sobre regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, Estados e Municípios.		
Lei	11.692	10/06/2008	Lei	10.871	20/05/2004
Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem.			Dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das Agências Reguladoras.		
Decreto	6.062	16/03/2007	Lei	10.865	30/04/2004
Institui o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação - PRO-REG.			Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público.		
Decreto	6.025	22/01/2007	Decreto	4.942	30/12/2003
Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e seu Comitê Gestor.			Regulamenta o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação no âmbito do regime da previdência complementar.		
Lei Complementar	124	03/01/2007	Lei	10.833	29/12/2003
Institui a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos e área de competência.			Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.		
Lei Complementar	125	03/01/2007	Decreto	4.939	29/12/2003
Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos e áreas de atuação.			Dispõe sobre a execução de atividades de administração de pessoal, material, patrimônio e serviços gerais relativas à manutenção dos órgãos.		
Decreto	5.992	19/12/2006	Decreto	4.915	12/12/2003
Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da Administração Federal.			Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA.		
Lei	11.357	19/10/2006	Lei	10.769	19/11/2003
Cria o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE.			Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras no âmbito da Administração Pública Federal.		
Lei	11.356	19/10/2006	Lei Complementar	116	31/07/2003
Dispõe sobre cargos e carreiras na Administração Pública Federal e sobre a criação dos Planos Especiais de Cargos da SUFRAMA e da EMBRATUR.			Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.		
Decreto	5.751	12/04/2006	Lei	10.698	02/07/2003
Aprova a Estrutura Regimental do Comando do Exército do Ministério da Defesa.			Dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal.		
Lei	11.284	02/03/2006	Lei	10.552	13/11/2002
Institui na estrutura do Ministério do Meio Ambiente - MMA o Serviço Florestal Brasileiro - SFB.			Autoriza o Poder Executivo a contratar para a União operação de crédito interno e a dar garantias a entidades da administração federal indireta, a Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.		
Decreto	5.707	23/02/2006	Lei	10.559	13/11/2002
Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.			Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que dispõe sobre o regime do anistiado político.		
Lei	11.110	25/04/2005	Decreto	4.293	02/07/2002
Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPPO e dá outras providências.			Dispõe sobre a Carreira de Especialista em Meio Ambiente.		
Decreto	5.417	13/04/2005	Lei	10.480	02/07/2002
Aprova a Estrutura Regimental do Comando da Marinha, do Ministério da Defesa.			Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União e cria a Procuradoria-Geral Federal.		
			Lei	10.420	10/04/2002
			Cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício Seguro-Safra para os agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estagem, nas regiões que especifica.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	4.122	13/02/2002	Lei	9.608	18/02/1998
Aprova o regulamento da Agência Nacional de Transporte Aquaviários-ANTAQ.			Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências		
Lei	10.410	11/01/2002	Lei Complementar	93	04/02/1998
Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente.			Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências.		
Decreto	4.037	29/11/2001	Lei	9.532	10/12/1997
Dispõe sobre o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações.			Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.		
Decreto	4.010	12/11/2001	Decreto	2.346	10/10/1997
Dispõe sobre a liberação de recursos para pagamento dos servidores públicos federais.			Consolida normas de procedimentos a serem observados pela Administração Pública Federal em razão de decisões judiciais.		
Decreto	3.947	01/10/2001	Decreto	2.338	07/10/1997
Dispõe sobre a estrutura do Comando do Exército.			Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações.		
Decreto	3.887	16/08/2001	Lei	9.496	11/09/1997
Dispõe sobre o Auxílio-Alimentação destinado aos servidores civis ativos da Administração Pública Federal.			Estabelece critérios para a consolidação e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que específica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.		
Lei	10.177	12/01/2001	Decreto	2.272	09/07/1997
Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste e dá outras providências.			Dispõe sobre a instituição do Programa do Acompanhamento Gerencial de Gastos e Avaliação Institucional no âmbito da Administração Pública Federal.		
Decreto	3.725	10/01/2001	Decreto	2.258	20/06/1997
Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.			Institui o Programa de Racionalização das Unidades Descentralizadas do Governo Federal, e dá outras providências.		
Lei Complementar	105	10/01/2001	Lei	9.430	27/12/1996
Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.			Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.		
Lei	9.962	22/02/2000	Lei	9.393	19/12/1996
Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração Federal.			Dispõe sobre o imposto sobre a propriedade territorial rural - ITR, sobre o pagamento da dívida representada por títulos da dívida agrária e dá outras providências.		
Lei	9.850	26/10/1999	Decreto	2.076	20/11/1996
Dispõe sobre o número de cargos de Natureza Especial da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.			Regulamenta o Programa de Desligamento Voluntário dos servidores civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional.		
Decreto	3.151	23/08/1999	Lei	9.250	26/12/1995
Disciplina a prática dos atos de extinção e de declaração de desnecessidade de cargos públicos.			Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.		
Lei	9.808	20/07/1999	Lei	9.249	26/12/1995
Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.			Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.		
Decreto	3.048	06/05/1999	Lei	9.028	12/04/1995
Aprova o Regulamento da Previdência Social.			Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União em caráter emergencial e provisório.		
Decreto	3.035	27/04/1999	Lei	9.019	30/03/1995
Delega competência aos Ministros de Estado e ao Advogado-Geral da União para praticar ato que menciona e dá outras providências.			Dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no acordo antidumping e no acordo de subsídios e direitos compensatórios, e dá outras providências.		
Decreto	3.029	16/04/1999	Lei	8.987	13/02/1995
Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.			Dispõe sobre o Regime de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos previsto no Art 175 da Constituição Federal.		
Lei	9.790	23/03/1999	Lei	8.981	20/01/1995
Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, trata do Termo de Parceria e dá outras providências.			Altera a legislação tributária Federal e dá outras providências.		
Lei	9.784	29/01/1999	Lei	8.884	11/07/1994
Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.			Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências.		
Decreto	2.880	15/12/1998	Decreto	1.094	23/03/1994
Regulamenta o Auxílio-Transporte dos servidores e empregados públicos da Administração Federal.			Dispõe sobre o Sistema de Serviços Gerais - SISG.		
Lei	9.710	19/11/1998	Decreto	1.091	21/03/1994
Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e das Outras Providências.			Dispõe sobre procedimentos a serem observados por empresas controladas direta ou indiretamente pela União.		
Lei	9.649	27/05/1998	Lei	8.745	09/12/1993
Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.			Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.		
Lei	9.650	27/05/1998	Decreto	980	11/11/1993
Dispõe sobre o plano de carreira dos servidores do Banco Central do Brasil.			Dispõe sobre a cessão de uso e a administração de imóveis residenciais de propriedade da União a agentes políticos e servidores públicos federais, e dá outras providências.		
Lei	9.636	15/05/1998	Lei	8.730	10/11/1993
Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.			Estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.		
Lei	9.613	03/03/1998			
Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	8.676	13/07/1993	Decreto	94.664	23/07/1987
Dispõe sobre a política de remuneração dos servidores públicos civis e militares da Administração Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.			Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987.		
Lei	8.666	21/06/1993	Lei Complementar	55	10/07/1987
Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.			Declara não sujeitas à contribuição incidente sobre o produto rural para o custeio do ProRural, as indústrias pesqueiras.		
Decreto	715	29/12/1992	Lei	7.210	11/07/1984
Delega ao Ministro de Estado do Trabalho competência para aprovar os orçamentos gerais do (SESI), do (SESC), do (SENAI) e do (SENAC).			Institui a Lei de Execução Penal, que tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.		
Lei	8.490	19/11/1992	Decreto-Lei	1.876	15/07/1981
Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.			Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e dá outras providências.		
Lei	8.460	17/09/1992	Decreto-Lei	1.678	22/02/1979
Concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências.			Necessidade de autorização expressa do Presidente da República para empresas públicas ou sociedades de economia mista sob o controle da União proceder o aumento de capital, mediante subscrição de ações em dinheiro.		
Lei	8.448	21/07/1992	Lei Complementar	8	03/12/1970
Regulamenta a remuneração mensal de servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional, de qualquer dos Poderes da União.			Institui o programa de formação do patrimônio do servidor público-PASEP		
Lei	8.436	25/06/1992	Decreto-Lei	1.023	21/10/1969
Institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para Estudantes Carentes.			Dispõe sobre a tarifa de utilização de faróis e dá outras providências.		
Lei	8.429	02/06/1992	Decreto-Lei	900	29/09/1969
Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito.			Altera disposições do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.		
Lei	8.422	13/05/1992	Decreto-Lei	115	25/01/1967
Dispõe sobre a organização de ministérios de Minas e Energia, Ministério dos Transportes e das Comunicações, da Previdência Social do Ministério do Trabalho e da Administração.			Aprova o regimento de custas da justiça do distrito federal.		
Lei	8.402	08/01/1992	Lei	5.172	25/10/1966
Restabelece os incentivos fiscais que menciona e dá outras providências.			Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.		
Lei	8.383	30/12/1991	AGRICULTURA		
Institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.			Decreto	9.221	06/12/2017
Decreto	322	01/11/1991	Regulamenta a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que institui o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.		
Dispõe sobre a realização de despesa de pessoal em órgãos e entidades da Administração Federal, bem assim em fundações públicas.			Decreto	9.226	06/12/2017
Lei	8.159	08/01/1991	Regulamenta a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, que institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, quanto à Carreira de Auditor Fiscal Federal Agropecuário.		
Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.			Lei	13.465	11/07/2017
Lei	8.112	11/12/1990	Dispõe sobre: regularização fundiária (rural, urbana e da Amazônia Legal), créditos aos assentados da reforma agrária, alienação de imóveis da União, altera divs. leis e dá outras providências.		
Decreto	99.244	10/05/1990	Lei	13.340	28/09/2016
Dispõe sobre a reorganização e o funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos ministérios e dá outras providências.			Autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural; altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e dá outras providências.		
Lei	8.029	12/04/1990	Lei	13.331	01/09/2016
Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal.			Altera a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre certificados, garantias e letras, agropecuários e do agronegócio, e dá outras providências.		
Lei	8.032	12/04/1990	Decreto	8.764	10/05/2016
Dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação, e dá outras providências.			Institui o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais e regulamenta o disposto no art. 41 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que trata do sistema de registros públicos eletrônico.		
Decreto	99.202	04/04/1990	Lei	13.158	04/08/2015
Expede normas complementares relativas à extinção dos órgãos da Administração Pública Federal.			Institui entre os objetos do crédito rural, estímulos à substituição do sistema de pecuária extensivo pelo sistema intensivo, e ao desenvolvimento do sistema orgânico de produção agropecuária.		
Lei	7.995	09/01/1990	Decreto	8.473	22/06/2015
Dispõe sobre a remuneração de servidores civis do Poder Executivo, na Administração Direta e nas autarquias, e dá outras providências.			Estabelece, no âmbito da Administração Pública Federal, o percentual mínimo para a compra de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações.		
Lei	7.827	27/09/1989	Lei	13.001	20/06/2014
Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, que institui o FNO, o FNE e o FCO, e dá outras providências (Item de despesas obrigatórias)			Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, e dá outras providências.		
Lei	7.709	22/12/1988	Decreto	8.252	26/05/2014
Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço prestado à Administração Federal pelos servidores da Carreira de Orçamento.			Institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural -Anater.		
Lei	7.689	15/12/1988	Lei Complementar	145	15/05/2014
Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas e dá outras providências.			Dispõe sobre o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra.		
Decreto-Lei	2.398	21/12/1987			
Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e dá outras providências.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	8.236	05/05/2014	Lei	11.959	29/06/2009
Dispõe sobre a organização, o funcionamento, a execução e as exigências indispensáveis à eficiência do registro genealógico de animais domésticos no País.			Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.		
Decreto	8.178	27/12/2013	Lei	11.775	17/09/2008
Autoriza a concessão de rebate em operações de crédito rural sob o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural Familiar.			Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário.		
Lei	12.873	24/10/2013	Decreto	6.323	27/12/2007
Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o regime diferenciado de contratações públicas - RDC.			Dispõe sobre a agricultura orgânica.		
Lei	12.844	19/07/2013	Decreto	6.268	22/11/2007
Trata do Benefício Garantia-Safra e de outros benefícios, auxílios e estímulos à regularização de dívidas oriundas do crédito rural, regula a compra, venda e transporte de ouro e dá outras providências.			Regulamenta a Lei 9.972/2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.		
Lei	12.806	07/05/2013	Lei	11.515	28/08/2007
Autoriza para a safra 2011/2012 o pagamento de valor adicional ao Benefício Garantia-Safra, de que trata a Lei n. 10.420 e dá outras providências.			Trata sobre medidas de defesa sanitária animal.		
Lei	12.805	29/04/2013	Decreto	6.010	03/01/2007
Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.			Dispõe sobre o remanejamento de Funções Comissionadas Técnicas - FCT para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.		
Decreto	7.978	02/04/2013	Decreto	5.996	20/12/2006
Autoriza a concessão de bônus de adimplência para operações de crédito rural contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.			Dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAP.		
Decreto	7.977	02/04/2013	Lei	11.344	08/09/2006
Dispõe sobre o aporte de recursos da União de que trata a Medida Provisória nº 610, de 2 de abril de 2013, e sobre a ampliação do valor adicional do benefício Garantia-Safra.			Estende a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária-GDATFA, aos Fiscais Agropecuários Federais.		
Decreto	7.920	15/02/2013	Lei	11.326	24/07/2006
Cria o Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos - CIEP, com objetivo de definir as condições para aquisição e liberação de estoques públicos de alimentos.			Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.		
Decreto	7.794	20/08/2012	Decreto	5.474	22/06/2005
Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.			Dispõe sobre o Programa de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - PROFROTA.		
Decreto	7.775	04/07/2012	Lei	11.090	07/01/2005
Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, e dá outras providências.			Trata do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.		
Decreto	7.599	07/11/2011	Decreto	5.053	22/04/2004
Promulga o Acordo Internacional do Cacau, assinado pelo Governo Brasileiro, no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1964.			Aprova o Regulamento de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os Fabriquem ou Comerciem, e dá outras providências.		
Decreto	7.372	26/11/2010	Lei	10.849	23/03/2004
Autoriza o uso de suprimentos de fundos em peculiaridades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.			Cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - Profrota Pesqueira.		
Decreto	7.351	03/11/2010	Decreto	4.962	22/01/2004
Dispõe sobre a concessão de rebates sobre os financiamentos de custeio e investimento, ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.			Dispõe sobre o Comitê Gestor do Garantia-Safra.		
Decreto	7.339	20/10/2010	Decreto	4.954	14/01/2004
Dispõe sobre a remissão, rebate para liquidação e desconto adicional para liquidação de dívidas rurais de que tratam os arts. 69 a 72 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.			Aprova o Regulamento da Lei nº 6.894/1980, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes ou biofertilizantes destinados à agricultura.		
Lei Complementar	137	26/08/2010	Lei	10.831	23/12/2003
Autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural.			Dispõe sobre a agricultura orgânica.		
Decreto	7.215	15/06/2010	Lei	10.696	02/07/2003
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.			Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.		
Decreto	7.077	26/01/2010	Decreto	4.623	21/03/2003
Concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais.			Dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Agrícola - CNPA e o Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC.		
Lei	12.188	11/01/2010	Decreto	4.514	13/12/2002
Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PRONATER.			Aprova o estatuto social da companhia de abastecimento - CONAB.		
Decreto	7.048	23/12/2009	Decreto	4.157	12/03/2002
Dispõe sobre a agricultura orgânica.			Dispõe de mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio.		
Decreto	6.981	13/10/2009	Decreto	3.993	30/10/2001
Dispõe sobre a atuação conjunta dos ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.			Dispõe sobre o Programa de Arrendamento Rural para a Agricultura Familiar.		
Decreto	6.961	17/09/2009	Decreto	3.991	30/10/2001
Dispõe sobre o estabelecimento de normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro.			Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.		
			Medida Provisória	2.168	24/08/2001
			Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP.		
			Lei	10.186	12/02/2001
			Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	9.973	29/05/2000	Lei	13.439	27/04/2017
Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.			Cria o Programa Cartão Reforma e dá outras providências.		
Lei	9.972	25/05/2000	Lei	13.342	03/10/2016
Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.			Altera a Lei 11.350/06, p/ dispor sobre carreira de: Agentes Comunit. de Saúde e Ag. de Combate às Endemias, e a Lei 11.977/09, p/ dispor sob. priorit. desses no Prg. Minha Casa, M. Vida (PMCMV).		
Decreto	3.262	25/11/1999	Decreto	8.805	07/07/2016
Autoriza a concessão de subvenção econômica, sob a forma de equalização de preços, ao amparo da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.			Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto no 6.214, de 26 de setembro de 2007.		
Lei	9.445	14/03/1997	Decreto	8.805	07/07/2016
Concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais.			Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto no 6.214, de 26 de setembro de 2007.		
Lei	9.362	13/12/1996	Decreto	8.794	29/06/2016
Dispõe sobre medidas reguladoras do abastecimento do mercado interno de produtos do setor sucroalcooleiro.			Altera o Decreto 5.209/2004, que regulamenta a Lei 10.836/2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto 7.492/2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria, e dá outras providências.		
Lei	9.321	05/12/1996	Decreto	8.440	29/04/2015
Dispensa a comprovação de regularidade do recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) para fins de financiamento ao amparo do PRONAF.			Altera o Decreto no 7.775, de 4 de julho de 2012, que dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos.		
Decreto	2.025	09/10/1996	Lei	13.065	30/12/2014
Dispensa o registro de que trata o artigo 39 do Decreto 58.380, de 10 de maio de 1966, no caso de financiamentos ao amparo do PRONAF.			Concede auxílio e bolsa especial de educação aos dependentes dos militares da Marinha do Brasil falecidos no acidente ocorrido em 2012 na Estação Antártica Comandante Ferraz - EACF.		
Decreto	949	05/10/1993	Decreto	8.242	23/05/2014
Dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária.			Dispõe sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social e os procedimentos de isenção das contribuições para a seguridade social.		
Lei	8.629	25/02/1993	Decreto		07/10/2013
Regulamenta e disciplina disposições relativas à reforma agrária, previstas no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.			Dispõe sobre a prestação de serviços de assistência à saúde para os servidores ou empregados ativos, aposentados, pensionistas, bem como para seus respectivos grupos familiares definidos.		
Lei	8.540	22/12/1992	Decreto	7.943	05/03/2013
Dispõe sobre a contribuição do empregador rural para a seguridade social e determina outras providências.			Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.		
Lei	8.315	23/12/1991	Lei	12.722	03/10/2012
			Dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil e trata dos programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida.		
Lei	8.171	17/01/1991	Decreto	7.775	04/07/2012
Dispõe sobre a política agrícola.			Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, e dá outras providências.		
Decreto	92.797	19/06/1986	Decreto	7.721	16/04/2012
Mantém, sob nova denominação, o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau e dá outras providências.			Dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego.		
Lei	7.291	19/12/1984	Decreto	7.636	07/12/2011
Dispõe sobre as atividades da Equideocultura no país.			Dispõe sobre o apoio financeiro da União a Estados, DF e Municípios destinado ao aprimoramento dos serviços com base no Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social.		
Decreto	90.639	10/12/1984	Lei	12.483	08/09/2011
Mantém, sob nova denominação, o Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau e dá outras providências.			Trata de normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas.		
Lei	7.231	23/10/1984	Lei	12.435	06/07/2011
Transfere competência do INCRRA para o ministério da agricultura.			Dispõe sobre a organização da Assistência Social.		
Decreto-Lei	1.899	21/12/1981	Lei	12.429	20/06/2011
Institui taxas relativas a atividades agropecuárias de competência do Ministério da Agricultura e dá outras providências.			Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos, para assistência humanitária internacional.		
Lei	6.894	16/12/1980	Decreto	7.492	02/06/2011
Dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura, e dá outras providências.			Institui o Plano Brasil Sem Miséria.		
Decreto	58.605	14/06/1966	Decreto	7.443	23/02/2011
Dispõe sobre a atualização dos valores das multas previstas na legislação especial e econômica canavieira, na forma do art. 42, da Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965.			Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.		
Lei	4.504	30/11/1964	Decreto	7.405	23/12/2010
Dispõe sobre o Estatuto da Terra.			Institui o Programa Pró-Catador.		
Decreto	55.286	30/11/1964	Decreto	7.342	26/10/2010
Estabelece as normas gerais para a regulamentação da Lei 4.504 - Estatuto da Terra, e dá outras providências.			Institui o cadastro socioeconômico para registro da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica e cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico.		
ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO					
Lei	9.491	09/09/1997	Decreto	7.332	19/10/2010
Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei 8.031/1990 e dá outras providências.			Dispõe sobre o Programa Bolsa Família.		
ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Lei	13.650	11/04/2018	Decreto	7.334	19/10/2010
Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, na área de saúde, de que trata o art. 4º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009; e altera as Leis nº s 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.429, de 2 de junho de 1992.			Institui o Censo do Sistema Único de Assistência Social - Censo SUAS.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	7.300	14/09/2010	Decreto	4.327	08/08/2002
Dispõe sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social.			Dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS para instituições de saúde e altera o Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.		
Decreto	7.234	19/07/2010	Lei	10.310	22/11/2001
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.			Dispõe sobre a complementação pela União dos recursos necessários ao pagamento de bônus aos consumidores residenciais de energia elétrica.		
Decreto	7.215	15/06/2010	Medida Provisória	2.206	06/09/2001
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.			Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: "Bolsa-Alimentação".		
Lei	12.219	31/03/2010	Medida Provisória	2.225	04/09/2001
Dispõe sobre a celebração de convênios da União com os Estados e o Distrito Federal visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas.			Fica instituído o Sistema Nacional Antidrogas, constituído por órgãos nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal.		
Lei	12.212	20/01/2010	Lei	10.219	11/04/2001
Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica.			Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola".		
Decreto	7.053	23/12/2009	Lei	10.170	29/12/2000
Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.			Dispensa as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária nos casos citados.		
Lei	12.101	27/11/2009	Decreto	3.518	20/06/2000
Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social.			Regulamenta o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas.		
Decreto	6.959	15/09/2009	Decreto	3.156	27/08/1999
Trata do Programa de Aquisição de Alimentos.			Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas.		
Lei	11.942	28/05/2009	Lei	9.807	13/07/1999
Altera a Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência.			Institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a testemunhas Ameaçadas, e dá outras providências.		
Lei	11.888	24/12/2008	Lei	9.656	03/06/1998
Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.			Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.		
Decreto	6.308	14/12/2007	Lei	9.604	05/02/1998
Dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social e dá outras providências.			Dispõe sobre a prestação de contas de aplicação de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social.		
Lei	11.530	24/10/2007	Decreto	1.817	12/02/1996
Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.			Dispõe sobre o processo de eleição dos representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social, e dá outras providências.		
Decreto	6.214	26/09/2007	Lei	8.742	07/12/1993
Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso.			Dispõe sobre a organização da Assistência Social.		
Lei	11.096	13/01/2005	Lei	8.689	27/07/1993
Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI e regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior.			Trata da extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS.		
Lei	11.053	29/12/2004	Lei	7.758	24/04/1989
Dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e dá outras providências.			Dispõe sobre a Gratificação Extraordinária dos servidores da Justiça do Trabalho e dá outras providências.		
Decreto	5.209	17/09/2004	Lei	6.179	11/12/1974
Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.			Institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, e dá outras providências. (Itens de despesas obrigatórias - RMV por idade e por invalidez)		
Decreto	5.085	19/05/2004	Lei Complementar	11	25/05/1971
Define as ações continuadas de assistência social.			Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.		
Lei	10.845	05/03/2004	Lei Complementar	7	07/09/1970
Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência.			Institui o programa de integração social.		
Decreto	5.003	04/03/2004			
Dispõe sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, e dá outras providências.					
Decreto	4.978	03/02/2004			
Dispõe sobre a assistência à saúde do servidor.					
Lei	10.836	09/01/2004			
Cria o programa bolsa família e dá outras providências.					
Lei	10.689	13/06/2003			
Cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação-PNAA.					
Decreto	4.584	05/02/2003			
Institui o Serviço Social Autônomo de Promoção de Exportações do Brasil - APEX-Brasil.					
Lei	10.637	30/12/2002			
Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).					
			CIÊNCIA E TECNOLOGIA		
			Decreto	9.283	07/02/2018
			Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.		
			Lei	13.536	15/12/2017
			Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção.		
			Decreto	8.638	15/01/2016
			Institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	13.243	11/01/2016	Decreto	3.915	12/09/2001
Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e dá outras providências.			Institui o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do setor espacial.		
Emenda Constitucional	85	26/02/2015	Medida Provisória	2.200	24/08/2001
Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.			Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.		
Lei	12.954	05/02/2014	Medida Provisória	2.186	23/08/2001
Cria o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas e altera a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.			Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia.		
Lei	12.715	17/09/2012	Decreto	3.874	19/07/2001
Institui diversos programas sociais.			Destina ao setor de ciência e tecnologia, recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.		
Decreto	7.642	13/12/2011	Decreto	3.866	16/07/2001
Institui o Programa Ciência sem Fronteiras.			Destina recursos da compensação financeira pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia.		
Lei	12.507	11/10/2011	Decreto	3.867	16/07/2001
Trata do Programa de Inclusão Digital, tablet PC produzido no País.			Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.		
Lei	12.269	21/06/2010	Lei	10.176	11/01/2001
Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública e sobre redistribuição de servidores para a SUFRAMA e para a EMBRATUR.			Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação.		
Decreto	7.204	08/06/2010	Lei	9.993	24/07/2000
Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.			Destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia.		
Decreto	7.022	02/12/2009	Lei	9.991	24/07/2000
Estabelece medidas organizacionais para dar suporte ao processo de implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.			Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.		
Lei	12.096	24/11/2009	Lei	9.994	24/07/2000
Autoriza a concessão de subvenção econômica ao BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica.			Institui o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor Espacial.		
Decreto	6.986	20/10/2009	Lei	9.765	17/12/1998
Dispõe sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.			Institui taxa de licenciamento, controle e fiscalização de materiais nucleares e radioativos e suas instalações.		
Decreto	6.938	13/08/2009	Decreto	1.791	15/01/1996
Dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, e dá outras providências.			Institui, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas - CONAPA.		
Decreto	6.234	11/10/2007	Decreto	949	05/10/1993
Estabelece critérios para a fruição dos incentivos decorrentes do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD.			Dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária.		
Decreto	6.095	24/04/2007	Lei	8.691	28/07/1993
Estabelece diretrizes para o processo de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET.			Dispõe sobre o Plano de Carreira para a área de Ciência e Tecnologia.		
Lei	11.355	19/10/2006	Lei	8.248	23/10/1991
Dispõe sobre plano de carreiras em diversas áreas da Administração Pública, Previdência, Saúde, Trabalho, Ciência e Tecnologia.			Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação.		
Decreto	5.798	07/06/2006	Lei	8.010	29/03/1990
Regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica.			Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica.		
Decreto	5.602	06/12/2005	COMÉRCIO E SERVIÇOS		
Regulamenta o Programa de Inclusão Digital.			Decreto	8.925	30/11/2016
Lei	11.105	24/03/2005	Altera o Decreto nº 3.937, de 25 de setembro de 2001, que regulamenta a Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o Seguro de Crédito à Exportação.		
Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados - OGM.			Lei	13.311	11/07/2016
Lei	10.973	02/12/2004	Institui, nos termos do art. 182 da CF, normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de revistas.		
Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, bem como cria as Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTS.			Lei	13.311	11/07/2016
Lei	10.964	28/10/2004	Institui, nos termos do art. 182 da CF, normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de revistas.		
Estende aos cientistas e pesquisadores a isenção tributária relativa a bens destinados à pesquisa científica e tecnológica.			Lei	13.286	10/05/2016
Lei	10.860	14/04/2004	Dispõe sobre a responsabilidade civil de notários e registradores, alterando o art. 22 da Lei 8.935, de 18 de novembro de 1994.		
Dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Semi-Árido - INSA do Ministério da Ciência e Tecnologia.			Lei	13.166	01/10/2015
Decreto	4.195	11/04/2002	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2014, com o objetivo de fomentar as exportações do País.		
Institui mecanismos de financiamento para programas de ciência e tecnologia.			Decreto	8.264	05/06/2014
Decreto	4.157	12/03/2002	Trata das medidas de esclarecimento ao consumidor quanto à carga tributária incidente sobre mercadorias e serviços.		
Dispõe de mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio.			Lei	12.974	15/05/2014
			Dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	8.186	17/01/2014	Decreto	5.713	02/03/2006
Estabelece a aplicação de margens de preferência normal e adicional para aquisição de licenciamento de uso de programas de computador e serviços correlatos.			Dispõe sobre os bens e serviços amparados pelo Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPEs.		
Decreto	7.994	24/04/2013	Decreto	5.712	02/03/2006
Aprova o Plano Nacional de Turismo 2013-2016.			Regulamenta o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPEs.		
Decreto	7.983	08/04/2013	Lei	11.281	20/02/2006
Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.			Dispõe sobre o seguro de crédito à exportação; autoriza cobranças judiciais e extrajudiciais de créditos da União, no exterior, decorrentes de sub-rogações de garantias de seguro de crédito à exportação.		
Decreto	7.962	15/03/2013	Lei	11.196	21/11/2005
Dispõe sobre a contratação no comércio eletrônico.			Instituiu o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - Repes, nos termos desta Lei, Programa de Inclusão digital.		
Decreto	7.963	15/03/2013	Decreto	4.732	10/06/2003
Institui o Plano Nacional de Consumo e Cidadania e cria a Câmara Nacional das Relações de Consumo.			Dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, do Conselho de Governo.		
Decreto	7.888	15/01/2013	Decreto	4.584	05/02/2003
Estabelece a exigência de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais nas ações de mobilidade urbana integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.			Institui o Serviço Social Autônomo de Promoção de Exportações do Brasil - APEX-Brasil.		
Lei	12.741	08/12/2012	Lei	10.636	30/12/2002
Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor.			Dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE e cria o Fundo Nacional de Infra-Estrutura - FNIT.		
Decreto	7.708	02/04/2012	Lei	10.438	26/04/2002
Institui a Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio e as Notas Explicativas da mesma.			Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial e recomposição tarifária.		
Lei	12.587	03/01/2012	Lei	10.312	27/11/2001
Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).			Dispõe sobre a incidência das Contribuições para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.		
Decreto	7.381	02/12/2010	Lei	10.276	10/09/2001
Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.			Dispõe sobre o ressarcimento das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e para a Seguridade Social.		
Decreto	7.373	26/11/2010	Decreto		21/08/2001
Cria o Conselho Gestor do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte - PDSRT.			Cria, no âmbito da CAMEX - Câmara de Comércio Exterior, o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual, disciplina sua composição e funcionamento, e dá outras providências.		
Decreto	7.358	17/11/2010	Decreto	3.865	13/07/2001
Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS e cria sua Comissão Gestora Nacional.			Estabelece requisito para contratação de serviços de certificação digital pelos órgãos públicos federais e da outras providências.		
Lei	12.270	24/06/2010	Lei	10.202	20/02/2001
Dispõe sobre medidas de suspensão de concessões ou outras obrigações do País relativas aos direitos de propriedade intelectual e outros.			Trata da política energética nacional.		
Lei	12.269	21/06/2010	Lei	9.847	26/10/1999
Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública e sobre redistribuição de servidores para a SUFRAMA e para a EMBRATUR.			Dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.		
Decreto	7.004	09/11/2009	Lei	9.818	23/08/1999
Trata do plano de desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte - PDSRT do meio- ambiente.			Cria o Fundo de Garantia à Exportação - FGE, e dá outras providências.		
Lei	12.007	29/07/2009	Lei	9.529	10/12/1997
Dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados.			Dispõe sobre exportação indireta e dá outras providências.		
Decreto	6.705	19/12/2008	Lei	9.478	06/08/1997
Dispõe sobre o Conselho Nacional de Turismo.			Dispõe sobre a Política Energética Nacional, Monopólio do Petróleo, o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo.		
Decreto	6.654	20/11/2008	Lei	9.322	05/12/1996
Aprova o Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações prestado no regime público.			Dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais, remunerados, de recursos das disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.		
Lei	11.771	17/09/2008	Lei	8.934	18/11/1994
Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.			Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.		
Decreto	6.505	04/07/2008	Lei	8.181	28/03/1991
Aprova o Regulamento Simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens pela Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC.			Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR.		
Lei	11.637	28/12/2007	Lei	8.078	11/09/1990
Dispõe sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos e do Selo de Qualidade Nacional de Turismo.			Dispõe sobre a Proteção do Consumidor.		
Decreto	6.187	14/08/2007	Lei	7.966	22/12/1989
Institui o concurso de prognóstico denominado Timemania.			Autoriza a negociação ou troca de Certificados de Investimentos.		
Lei Complementar	123	14/12/2006	Decreto	94.007	09/02/1987
Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências.			Dispõe sobre o pagamento de despesas no Exterior.		
Decreto	5.820	29/06/2006	Decreto-Lei	2.056	19/08/1983
Dispõe sobre a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) e dá outras providências.			Dispõe sobre a retribuição dos serviços de registro do comércio.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	6.704	26/10/1979	Decreto	6.689	11/12/2008
Dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências.			Aprova o Estatuto Social da Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC e revoga o art. 4o do Decreto no 6.246, 24 de outubro de 2007.		
Decreto-Lei	1.118	10/08/1970	Decreto	6.654	20/11/2008
Dispõe sobre medidas fiscais de estímulo à exportação.			Aprova o Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações prestado no regime público.		
COMUNICAÇÃO					
Lei	13.417	01/03/2017	Decreto	6.555	08/09/2008
Altera a Lei 11.652/08, dos serviços de radiodifusão pública do Poder Executivo; autoriza-o a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC; altera a Lei 5.070/66 p/ dispor sobre a matéria.			Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências.		
Decreto	8.777	11/05/2016	Decreto	6.505	04/07/2008
Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal.			Aprova o Regulamento Simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens pela Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC.		
Decreto	8.777	11/05/2016	Lei	11.652	07/04/2008
Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal.			Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo, cria a Empresa Brasil de Comunicação - EBC.		
Decreto	8.776	11/05/2016	Decreto	6.246	24/10/2007
Institui o Programa Brasil Inteligente.			Cria a Empresa Brasil de Comunicação - EBC, aprova seu Estatuto e dá outras providências.		
Decreto	8.776	11/05/2016	Lei	11.484	31/05/2007
Institui o Programa Brasil Inteligente.			Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital.		
Decreto	8.771	11/05/2016	Decreto	5.820	29/06/2006
Regulamenta a Lei n 12.965, de 23 de abril de 2014, para tratar sobre o tráfego, provedores, transparência e fiscalização, referentes ao uso da Internet no Brasil.			Dispõe sobre a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) e dá outras providências.		
Decreto	8.771	11/05/2016	Decreto	5.102	11/06/2004
Regulamenta a Lei n 12.965, de 23 de abril de 2014, para tratar sobre o tráfego, provedores, transparência e fiscalização, referentes ao uso da Internet no Brasil.			Dispõe sobre o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD.		
Lei	13.116	20/04/2015	Decreto	4.901	26/11/2003
Estabelece norma gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações.			Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD.		
Lei	12.965	23/04/2014	Lei	10.703	18/07/2003
Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.			Dispõe sobre o cadastramento de usuários de telefones celulares pré-pagos.		
Decreto	8.184	17/01/2014	Decreto	4.733	10/06/2003
Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação.			Dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações.		
Decreto	8.135	04/11/2013	Lei	10.415	21/03/2002
Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.			Cria o cargo de Secretário de Estado de Comunicação de Governo.		
Decreto	7.921	15/02/2013	Decreto	3.896	23/08/2001
Regulamenta a aplicação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPUBL.			Dispõe sobre a regência dos serviços de telecomunicações.		
Lei	12.715	17/09/2012	Decreto	3.753	19/02/2001
Institui diversos programas sociais.			Aprova o Plano de Metas para a Universalização de Serviços de Telecomunicações nas escolas públicas de Ensino Profissionalizante.		
Lei	12.686	18/07/2012	Decreto	3.624	05/10/2000
Normatiza a divulgação de documentos institucionais produzidos em língua estrangeira, nos sites e portais da Internet mantidos por órgãos e entidades públicos.			Dispõe sobre a regulamentação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST.		
Lei	12.527	18/11/2011	Lei	9.691	22/07/1998
Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal.			Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações.		
Lei	12.507	11/10/2011	Decreto	2.592	15/05/1998
Trata do Programa de Inclusão Digital, tablet PC produzido no País.			Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público.		
Lei	12.485	12/09/2011	Lei	9.472	16/07/1997
Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências.			Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações.		
Decreto	7.512	30/06/2011	Lei	9.295	19/07/1996
Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU.			Dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização, sobre o órgão regulador e dá outras providências.		
Decreto	7.379	01/12/2010	Lei	7.680	02/12/1988
Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal.			Altera valores da taxa de fiscalização da instalação dos Serviços de Telecomunicações.		
Decreto	7.175	12/05/2010	Decreto-Lei	2.186	20/12/1984
Institui o Programa Nacional de Banda Larga - PNBL.			Institui o Imposto sobre Serviços de Comunicações, e dá outras providências.		
Decreto	6.868	04/06/2009	Lei	6.650	23/05/1979
Institui o Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (ProTIC) e dispõe sobre a composição de seu Comitê Gestor.			Dispõe sobre a criação, na Presidência da República, da Secretaria de Comunicação Social, altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.		
COMUNICAÇÕES					
Lei	13.417	01/03/2017	Lei	11.652	07/04/2008
Altera a Lei 11.652/08, dos serviços de radiodifusão pública do Poder Executivo; autoriza-o a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC; altera a Lei 5.070/66 p/ dispor sobre a matéria.			Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo, cria a Empresa Brasil de Comunicação - EBC.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

CULTURA

Decreto			5.520	24/08/2005	Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC, e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura.
Decreto	9.411	18/06/2018			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cultura, remaneja cargos em comissão e funções de confiança para o Ministério da Cultura e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.
Decreto	9.238	15/12/2017			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.
Lei	13.307	06/07/2016			Dispõe sobre a forma de divulgação das atividades, bens ou serviços resultantes de projetos esportivos e culturais e de produções audiovisuais e artísticas financiados com recursos públicos.
Lei	13.307	06/07/2016			Dispõe sobre a forma de divulgação das atividades, bens ou serviços resultantes de projetos esportivos e culturais e de produções audiovisuais e artísticas financiados com recursos públicos.
Lei	13.196	01/12/2015			Dispõe sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) e sobre os Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines).
Decreto	8.469	22/06/2015			Regulamenta a Lei nº 9.610, de 1998, e a Lei nº 12.853, de 2013, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais.
Lei	13.018	22/07/2014			Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências.
Lei	12.933	26/12/2013			Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência, e jovens, comprovadamente carentes em espetáculos culturais e esportivos.
Decreto	8.084	26/08/2013			Institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale cultura.
Lei	12.853	14/08/2013			Dispõe sobre a gestão coletiva de direitos autorais, altera, revoga e acrescenta dispositivos à Lei n 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.
Decreto	7.729	25/05/2012			Regulamenta "Programa Cinema Perto de Você" e dá outras providências.
Decreto	7.414	30/12/2010			Dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras.
Decreto	7.387	09/12/2010			Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística.
Lei	12.343	02/12/2010			Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIC.
Lei	12.323	15/09/2010			Cria cargos no Quadro de Pessoal Permanente da Agência Nacional de Cinema - ANCINE
Lei	11.906	20/01/2009			Cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.
Decreto	6.630	04/11/2008			Dispõe sobre o Programa Mais Cultura.
Lei	11.646	10/03/2008			Estende aos Municípios com menos de 100.000 habitantes, benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema.
Decreto	6.299	12/12/2007			Destina recursos para o financiamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades audiovisuais.
Decreto	6.177	01/08/2007			Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005.
Lei	11.233	22/12/2005			Institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural - GEAC.
Lei	11.070	30/12/2004			Altera os Programas Brasil Patrimônio Cultural e Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação .
Lei	10.753	30/10/2003			Institui a Política Nacional do Livro.
Decreto	4.858	13/10/2003			Dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho Superior do Cinema, e dá outras providências.
Decreto	4.456	04/11/2002			Estabelece as competências do Ministério da Cultura e da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, com relação aos projetos audiovisuais.
Lei	10.454	13/05/2002			Dispõe sobre remissão da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica - CONDECINE.
Lei	10.413	12/03/2002			Determina o tombamento dos bens culturais das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização.
Medida Provisória	2.228	06/09/2001			Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria a ANCINE e o FUNCINES, institui o PRODECINE e dá outras providências.
Decreto	3.891	17/08/2001			Fixa o valor absoluto do limite global das deduções do Imposto sobre a Renda devido, relativas a doações e a patrocínios em favor de projetos culturais e a incentivos à atividade audiovisual.
Decreto	3.551	04/08/2000			Cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, e Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.
Lei	9.610	19/02/1998			Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais.
Lei	9.394	20/12/1996			Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional - Lei Darcy Ribeiro.
Decreto	1.095	23/03/1994			Fixa os limites individuais máximos para dedução aplicáveis às pessoas físicas e jurídicas e o valor absoluto do limite global de deduções.
Lei	8.685	20/07/1993			Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual
Decreto	567	11/06/1992			Dispõe sobre controle da autenticidade de cópias de obras audiovisuais em videograma, postas em comércio.
Lei	8.313	23/12/1991			Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC.
Decreto	99.492	03/09/1990			Constitui as Fundações Instituto Brasileiro de Arte e Cultura - IBAC, Biblioteca Nacional - BN e o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC.
Decreto	96.993	17/10/1988			Dispõe sobre as atividades da equideocultura no país.
Lei	7.505	02/07/1986			Dispõe sobre benefícios fiscais concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.
Lei	7.291	19/12/1984			Dispõe sobre as atividades da Equideocultura no país.
DEFESA NACIONAL					
Decreto			9.210	29/11/2017	Dispõe sobre a qualificação de empreendimento público federal na área da defesa relativo à Gestão de Rede de Comunicação Integrada do Comando da Aeronáutica para execução por meio de parceria com o setor privado.
Lei			13.458	26/06/2017	Altera a Lei 11.482 (31/mai/2007), p/ prorrogar a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) previsto na Lei 9.432 (8/jan/1997). Altera outras leis.
Decreto			8.826	29/07/2016	Promulga o Acordo entre o Brasil e a República da Sérvia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, firmado em 2010.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	13.319	25/07/2016	Lei	12.257	15/06/2010
Extingue o Adicional de Tarifa Aeroportuária; amplia a participação estrangeira na aviação civil; altera diversas leis; autoriza lançamentos compensatórios no Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC.			Concede auxílio especial e bolsa especial aos dependentes dos militares das Forças Armadas falecidos no terremoto de janeiro de 2010 na República do Haiti.		
Lei	13.319	25/07/2016	Decreto	7.018	27/11/2009
Extingue o Adicional de Tarifa Aeroportuária; amplia a participação estrangeira na aviação civil; altera diversas leis; autoriza lançamentos compensatórios no Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC.			Aprova a Estrutura Regimental do Comando da Marinha, do Ministério da Defesa.		
Decreto	8.793	29/06/2016	Decreto	6.883	25/06/2009
Fixa a Política Nacional de Inteligência.			Dispõe sobre o ensino na Marinha.		
Decreto	8.756	10/05/2016	Decreto	6.854	25/05/2009
Dispõe sobre a atribuição de infraestrutura aeroportuária à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, e dá outras providências.			Dispõe sobre o Regulamento da Reserva da Aeronáutica.		
Decreto	8.758	10/05/2016	Decreto	6.703	18/12/2008
Regulamenta a Lei 7.565/1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica, para estabelecer procedimentos a serem observados com relação a aeronaves suspeitas ou hostis durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.			Aprova a Estratégia Nacional de Defesa.		
Decreto	8.733	02/05/2016	Lei	11.458	19/03/2007
Regulamenta a gratificação de representação de que trata a Medida Provisória n. 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.			Autoriza o Ministério da Defesa a efetuar contratação de pessoal, imprescindível ao controle do tráfego aéreo.		
Decreto	8.494	24/07/2015	Lei	11.279	09/02/2006
Torna pública a denúncia do Tratado entre o Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara, firmado em 2003.			Dispõe sobre o ensino na Marinha.		
Lei	13.133	15/06/2015	Lei	11.182	27/09/2005
Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para explicitar a obrigatoriedade do uso e da manutenção de sinalizadores ou balizadores aéreos de obstáculos.			Cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.		
Decreto	8.432	09/04/2015	Lei	10.893	13/07/2004
Restringe o uso de aeronaves do Comando da Aeronáutica em deslocamentos para o local de domicílio.			Dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM.		
Lei	13.109	25/03/2015	Lei	10.834	29/12/2003
Dispõe sobre a licença à gestante, medidas de proteção à maternidade para militares grávida e a licença paternidade, no âmbito das Forças Armadas.			Dispõe sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas.		
Decreto	8.422	20/03/2015	Lei	10.744	09/10/2003
Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Hospital das Forças Armadas.			Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos.		
Lei	13.065	30/12/2014	Decreto	4.801	06/08/2003
Concede auxílio e bolsa especial de educação aos dependentes dos militares da Marinha do Brasil falecidos no acidente ocorrido em 2012 na Estação Antártica Comandante Ferraz - EACF.			Cria a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.		
Decreto	8.135	04/11/2013	Decreto	4.307	18/07/2002
Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.			Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas.		
Decreto	8.122	16/10/2013	Lei	10.486	04/07/2002
Regulamenta o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa.			Dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal e dá outras providências.		
Decreto	7.957	12/03/2013	Decreto	4.244	22/05/2002
Institui o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente e regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental.			Dispõe sobre o transporte aéreo, no País, de autoridades em aeronave do Comando da Aeronáutica.		
Decreto	7.760	19/06/2012	Decreto	4.179	02/04/2002
Regulamenta a Gratificação de Desempenho de Atividade do Tribunal Marítimo, de que trata o art. 3º da Lei no 11.319, de 6 de julho de 2006.			Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico.		
Lei	12.598	21/03/2012	Medida Provisória	2.215	31/08/2001
Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa.			Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas.		
Decreto	7.554	15/08/2011	Medida Provisória	2.215	31/08/2001
Dispõe sobre a coordenação das atividades públicas nos aeroportos e institui a Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias.			Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. (Itens de despesas obrigatórias)		
Decreto	7.438	11/02/2011	Decreto	3.665	20/11/2000
Estabelece princípios e diretrizes para criação e elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional.			Dá nova redação ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105).		
Decreto	7.424	05/01/2011	Decreto	2.963	24/02/1999
Dispõe sobre a transferência do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa.			Regulamenta o Auxílio-Transporte dos militares federais.		
Lei Complementar	136	25/08/2010	Lei	9.657	03/06/1998
Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, cria o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e dá outras providências.			Cria, no âmbito das Forças Armadas, a Carreira de Tecnologia Militar, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar, os cargos que menciona, e dá outras providências.		
			Lei	9.614	05/03/1998
			Modifica o Código Brasileiro de Aeronáutica, para incluir hipótese de destruição de aeronave.		
			Decreto	2.299	13/08/1997
			Regulamenta, no âmbito do Ministério da Aeronáutica, o regime de contratação dos Auxiliares Locais, no exterior.		
			Decreto	2.153	20/02/1997
			Estabelece e organiza as Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais da Marinha e dispõe sobre as áreas de jurisdição dos Comandos de Distritos Navais.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	2.040	21/10/1996	Decreto	9.293	26/02/2018
Aprova o Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças do Exército.			Concede indenização a família de pessoa desaparecida ou morta em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988.		
Decreto	1.786	11/01/1996	Decreto	9.278	05/02/2018
Delega competência ao Ministro da Aeronáutica para despachar pedidos de autorização formulados por empresas de transporte aéreo estrangeiras para continuar com suas atividades no Brasil.			Regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade e regula sua expedição.		
Decreto	1.339	20/12/1994	Decreto	9.223	06/12/2017
Regulamenta o regime jurídico dos auxiliares locais no âmbito do Ministério da Marinha, estendendo às Forças Armadas.			Institui a Rede Brasil Mulher.		
Lei	8.617	04/01/1993	Lei	13.456	26/06/2017
Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros.			Altera o Programa de que trata a Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015, para denominá-lo Programa Seguro-Emprego e para prorrogar seu prazo de vigência.		
Lei	8.239	04/10/1991	Lei	13.445	24/05/2017
Dispõem sobre a prestação de Serviço Alternativo ao Serviço Militar Obrigatório.			Institui a Lei de Migração.		
Lei	8.183	11/04/1991	Lei	13.444	11/05/2017
Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional.			Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN).		
Lei	7.565	19/12/1986	Lei	13.427	30/03/2017
Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.			Altera a Lei 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), p/ que o Sistema Único de Saúde, organize atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.		
Lei	7.565	19/12/1986	Lei	13.420	13/03/2017
Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.			Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) p/ incentivar a formação técnico-profissional juvenil em atividades desportivas e relacionados a eventos esportivos e dá outras providências.		
Lei	7.150	02/12/1983	Lei	13.412	29/12/2016
Fixa os efetivos do Exército em tempo da paz.			Dispõe sobre a remuneração dos cargos de Natureza Especial de Defensor e de Subdefensor Público-Geral Federal e sobre o subsídio da Defensoria Pública da União; altera o Anexo I da Lei 11.526/07.		
Lei	6.880	09/12/1980	Lei	13.409	28/12/2016
Dispõe sobre o Estatuto dos militares (Item de despesas obrigatórias).			Altera a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.		
Lei	6.009	26/12/1973	Lei	13.345	10/10/2016
Dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias - SISCEAB)			Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, e dá outras providências.		
Decreto	71.733	18/01/1973	Decreto	8.869	05/10/2016
Dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior.			Institui o Programa Criança Feliz.		
Lei	5.809	10/10/1972	Decreto	8.816	20/07/2016
Dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior.			Regulamenta a Lei nº 13.284, de 10 de maio de 2016, para dispor sobre a reserva de assentos para pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.		
Lei	5.651	11/12/1970	Decreto	8.816	20/07/2016
Dispõe sobre a venda de bens, pelo Ministério do Exército, e aplicação do produto da operação em empreendimentos de assistência social.			Regulamenta a Lei nº 13.284, de 10 de maio de 2016, para dispor sobre a reserva de assentos para pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.		
Decreto	57.654	20/01/1966	Lei	13.306	04/07/2016
Regulamenta a lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964), retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965.			Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de fixar em cinco anos a idade máxima para o atendimento na educação infantil.		
Lei	4.617	15/04/1965	Lei	13.306	04/07/2016
Cria o Fundo do Exército.			Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de fixar em cinco anos a idade máxima para o atendimento na educação infantil.		
Lei	4.375	17/08/1964	Lei	13.300	23/06/2016
Dispõe sobre o Serviço Militar.			Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.		
DIREITO DA CIDADANIA					
Decreto	9.451	26/07/2018	Lei	13.289	20/05/2016
Regulamenta o art. 58 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência.			Dispõe sobre o Selo Empresa Solidária com a Vida e dá outras providências.		
Decreto	9.450	24/07/2018	Lei	13.277	29/04/2016
Institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, voltada à ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional, e regulamenta o § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o disposto no inciso XXI do caput do art. 37 da Constituição e institui normas para licitações e contratos da administração pública firmados pelo Poder Executivo federal.			Institui o dia 7 de abril como o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola.		
Lei	13.684	21/06/2018	Decreto	8.724	27/04/2016
Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências.			Institui o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos e cria o seu Conselho Deliberativo, no âmbito do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.		
Decreto	9.306	15/03/2018	Decreto	8.537	05/10/2015
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude, instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.			Regulamenta a Lei 12.852/2013, e a Lei nº 12.933/2013, para dispor sobre o benefício da meia-entrada e sobre a reserva de vagas a jovens de baixa renda no sistema de transporte interestadual.		
Decreto	9.296	01/03/2018	Lei	13.112	30/03/2015
Regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência.			Altera a Lei 6.015/1973, para permitir à mulher, em igualdade de condições, proceder ao registro de nascimento do filho.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	13.111	25/03/2015	Lei	12.845	01/08/2013
Dispõe sobre a obrigatoriedade de os empresários que comercializam veículos automotores informarem ao comprador o valor dos tributos, multas e taxas incidentes sobre a venda.			Dispõe sobre o atendimento obrigatório integral de pessoas em situação de violência sexual.		
Lei	13.106	17/03/2015	Lei	12.817	05/06/2013
Dispõe sobre a Lei nº 8.069/1990, que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou a adolescente.			Dispõe sobre a ampliação da idade limite de crianças e adolescentes que compõem as unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família.		
Lei	13.105	16/03/2015	Lei Complementar	142	08/05/2013
Institui Código de Processo Civil.			Trata sobre a aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral da previdência Social - RGPS.		
Lei	13.058	22/12/2014	Decreto	7.988	17/04/2013
Dispõe sobre a Guarda compartilhada e sua aplicação.			Trata do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência.		
Lei	13.046	01/12/2014	Decreto	7.963	15/03/2013
Dispõe que os Conselhos tutelares tenham em seus quadros, profissionais capacitados a reconhecer e reportar aos conselhos suspeitas ou ocorrências de maus tratos com crianças e adolescentes.			Institui o Plano Nacional de Consumo e Cidadania e cria a Câmara Nacional das Relações de Consumo.		
Lei	13.031	24/09/2014	Decreto	7.959	13/03/2013
Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de local ou serviço habilitado ao uso por pessoas com ostomia, denominado Símbolo Nacional de Pessoa Ostomizada.			Dispõe sobre o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.		
Lei	13.010	26/06/2014	Decreto	7.958	13/03/2013
Altera a Lei no 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou degradante.			Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.		
Lei	13.005	25/06/2014	Decreto	7.943	05/03/2013
Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE.			Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.		
Lei Complementar	146	25/06/2014	Lei	12.687	18/07/2012
Estende a estabilidade provisória à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.			Trata da gratuidade na emissão da carteira de identidade no caso que menciona.		
Decreto	8.264	05/06/2014	Decreto	7.775	04/07/2012
Trata das medidas de esclarecimento ao consumidor quanto à carga tributária incidente sobre mercadorias e serviços.			Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, e dá outras providências.		
Decreto	8.243	23/05/2014	Decreto	7.747	05/06/2012
Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS			Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI.		
Lei	12.962	08/04/2014	Decreto		05/06/2012
Assegura a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade.			Institui o Comitê de Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e de Segurança Alimentar para a População Indígena.		
Lei	12.961	04/04/2014	Lei	12.594	18/01/2012
Trata da destruição de drogas apreendidas.			Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.		
Lei	12.960	27/03/2014	Decreto	7.626	24/11/2011
Altera a Lei no 9.394/1996 - diretrizes e bases da educação -, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.			Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.		
Lei	12.955	05/02/2014	Lei	12.528	18/11/2011
Estabelece prioridade de tramitação aos processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica.			Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.		
Lei	12.933	26/12/2013	Decreto	7.612	17/11/2011
Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência, e jovens, comprovadamente carentes em espetáculos culturais e esportivos.			Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.		
Decreto	8.166	23/12/2013	Lei	12.483	08/09/2011
Trata sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.			Trata de normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas.		
Lei	12.899	18/12/2013	Lei	12.461	26/07/2011
Dispõe sobre a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos de transporte coletivo.			Trata da notificação compulsória dos atos de violência praticados contra o idoso atendido em serviço de saúde.		
Lei	12.895	18/12/2013	Lei	12.414	09/06/2011
Trata da obrigação dos hospitais de todo o País em manter aviso informando sobre o direito da parturiente a acompanhante.			Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.		
Lei	12.896	18/12/2013	Lei	12.416	09/06/2011
Trata da vedação da exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos, assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde.			Dispõe sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil.		
Decreto	8.136	05/11/2013	Lei	12.418	09/06/2011
Aprova o regulamento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Sinapir.			Trata da reserva aos idosos de pelo menos 3% das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.		
Lei	12.852	05/08/2013	Lei	12.415	09/06/2011
Dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas da juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.			Trata do Estatuto da Criança e do Adolescente.		
Lei	12.847	02/08/2013	Decreto	7.492	02/06/2011
Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.			Institui o Plano Brasil Sem Miséria.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	12.382	25/02/2011	Lei	10.639	09/01/2003
Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo.			Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.		
Decreto		03/02/2011	Decreto	4.564	01/01/2003
Institui procedimentos para assegurar a proteção integral das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.			Dispõe sobre doações, define o órgão gestor do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e o funcionamento do seu Conselho Consultivo.		
Decreto	7.426	07/01/2011	Decreto	4.412	07/10/2002
Dispõe sobre a transferência da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD, para o Ministério da Justiça.			Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, e dá outras providências.		
Decreto	7.395	22/12/2010	Decreto	4.228	13/05/2002
Estabelece a remuneração para as contratações temporárias voltadas a atividades de assistência à saúde para comunidades indígenas.			Institui o Programa Nacional de Ações Afirmativas.		
Decreto	7.393	15/12/2010	Lei	10.289	20/09/2001
Dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.			Institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata.		
Decreto	7.388	09/12/2010	Lei	10.288	20/09/2001
Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD.			Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o jus postulandi, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista.		
Lei	12.288	20/07/2010	Lei	9.836	23/09/1999
Institui o Estatuto da Igualdade Racial.			Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde indígena.		
Decreto	7.179	20/05/2010	Decreto	3.156	27/08/1999
Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.			Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas.		
Lei	12.227	12/04/2010	Lei	9.240	22/12/1995
Cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.			Ratifica o Fundo de Imprensa Nacional, o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.		
Lei	12.219	31/03/2010	Decreto	1.196	14/07/1994
Dispõe sobre a celebração de convênios da União com os Estados e o Distrito Federal visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas.			Dispõe sobre a gestão e administração do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA.		
Lei	12.213	20/01/2010	Lei	8.242	12/10/1991
Institui o Fundo Nacional do Idoso.			Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.		
Decreto	7.053	23/12/2009	Decreto	99.519	11/09/1990
Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.			Institui a Comissão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania.		
Decreto	7.037	21/12/2009	Lei	8.069	13/07/1990
Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3.			Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.		
Lei	12.127	17/12/2009	Lei	7.853	24/10/1989
Cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.			Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e disciplina a atuação do Ministério Público.		
Lei	12.007	29/07/2009	Lei	6.015	31/12/1973
Dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados.			Dispõe sobre os registro públicos.		
Lei	12.008	29/07/2009	EDUCAÇÃO		
Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.			Decreto	9.432	29/06/2018
Decreto	6.861	27/05/2009	Regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica.		
Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais.			Lei	13.634	20/03/2018
Lei	11.693	11/06/2008	Cria a Universidade Federal de Catalão, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás.		
Transforma o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.			Lei	13.635	20/03/2018
Decreto	6.044	12/02/2007	Cria a Universidade Federal de Jataí, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás.		
Define prazo para a elaboração do Plano Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos e dá outras providências.			Lei	13.637	20/03/2018
Lei	11.343	23/08/2006	Cria a Universidade Federal de Rondonópolis, por desmembramento de campus da Universidade Federal de Mato Grosso.		
Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad.			Decreto	9.305	13/03/2018
Decreto	5.167	03/08/2004	Dispõe sobre a composição e as competências do Conselho de Participação do Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies e trata da integralização de cotas do Fundo Garantidor do Fies pela União.		
Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de propostas e outros instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher.			Lei	13.530	07/12/2017
Lei	10.858	13/04/2004	Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, diversas leis ordinárias sobre o FIES, e dá outras providências.		
Autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento.			Decreto	9.204	23/11/2017
Decreto	5.030	31/03/2004	Institui o Programa de Inovação Educação Conectada e dá outras providências.		
Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de propostas e outros instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher.			Lei	13.425	30/03/2017
Lei	10.741	01/10/2003	Estabelece diretrizes contra incêndio e a desastres em estabelecim., edific. e áreas de reunião de público; altera as Leis 8.078/1990, e 10.406/2002 - Código Civil; e dá outras provid.		
Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.					
Lei	10.714	13/08/2003			
Determina que seja disponibilizado, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	13.415	16/02/2017	Lei	12.960	27/03/2014
Altera as Leis 9.394/96 (educ. nacional), e 11.494/07 (FUNDEB), a CLT, (DL 5.452/43), e o DL 236/67; revoga a Lei 11.161/05; e institui a Política p/ Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.			Altera a Lei no 9.394/1996 - diretrizes e bases da educação -, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.		
Lei	13.409	28/12/2016	Lei	12.881	12/11/2013
Altera a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.			Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.		
Lei	13.366	01/12/2016	Lei	12.858	09/09/2013
Altera as Leis nºs 10.260, de 12 de julho de 2001, que "dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências", para atribuir às instituições de ensino responsabilidade parcial pela remuneração dos agentes operadores do Fundo, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para vedar a concessão de tutela antecipada que tenha por objeto a autorização para o funcionamento de curso de graduação por instituição de educação superior .			Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural.		
Lei	13.348	10/10/2016	Lei	12.801	24/04/2013
Altera as Leis nºs 12.722, de 3 de outubro de 2012, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta de educação infantil, para incluir as crianças beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC e as crianças com deficiência e estabelecer novas regras de repasse do apoio financeiro, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que "Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências".			Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.		
Lei	13.278	02/05/2016	Lei	12.799	10/04/2013
Altera o § 6 do art. 26 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte.			Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior.		
Lei	13.277	29/04/2016	Decreto	7.948	12/03/2013
Institui o dia 7 de abril como o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola.			Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G.		
Lei	13.234	29/12/2015	Lei	12.772	28/12/2012
Altera a Lei no 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, de alunos com altas habilidades ou superdotação.			Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, sobre outras carreiras do magistério e dá outras providências.		
Decreto	8.619	29/12/2015	Lei	12.722	03/10/2012
Dispõe sobre o apoio financeiro à educação infantil, por conta do FNDE e do MDS, para o atendimento em creches de crianças cadastradas, cujas famílias estejam na Bolsa Família.			Dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil e trata dos programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida.		
Decreto	8.587	11/12/2015	Decreto	7.806	17/09/2012
Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF e altera o Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010.			Regulamenta os critérios e procedimentos para a progressão dos servidores da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.		
Lei	13.168	06/10/2015	Decreto	7.790	15/08/2012
Altera a Lei no 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.			Dispõe sobre financiamento do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES.		
Decreto	8.495	27/07/2015	Lei	12.695	25/07/2012
Autoriza a integralização de cotas no Fundo de Garantia de Operações de Crédito Executivo.			Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas e contempla com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo.		
Lei	13.006	26/06/2014	Lei	12.688	18/07/2012
Altera a Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica.			Autoriza a Eletrobras a adquirir o controle acionário da Celg Distribuição SA, institui o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) e dá outras providências.		
Lei	13.010	26/06/2014	Decreto	7.750	08/06/2012
Altera a Lei no 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou degradante.			Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional - REICOMP.		
Lei	13.005	25/06/2014	Decreto	7.626	24/11/2011
Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE.			Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.		
Lei	12.989	06/06/2014	Decreto	7.611	17/11/2011
Reabre o prazo para requerimento da moratória e do parcelamento previstos no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies).			Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.		
Decreto	8.260	29/05/2014	Decreto	7.589	26/10/2011
Dispõe sobre o banco de professor-equivalente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o quadro de lotação dos cargos dos níveis de classificação "C", "D" e "E".			Institui, no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-Tec Brasil, com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância.		
Lei	12.982	28/05/2014	Lei	12.513	26/10/2011
Determina o provimento de alimentação escolar adequada aos alunos portadores de estado ou de condição de saúde específica.			Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e dispõe sobre a organização da Seguridade Social.		
Decreto	8.241	21/05/2014	Decreto	7.562	15/09/2011
Dispõe sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio.			Dispõe sobre a Comissão Nacional de Residência Médica.		
Decreto	8.240	21/05/2014	Lei	12.487	15/09/2011
Regulamenta os convênios e os critérios de habilitação de empresas.			Institui, no âmbito do Ministério da Educação, o plano especial de recuperação das redes físicas das escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais afetadas por desastres.		
			Decreto	7.559	01/09/2011
			Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências.		
			Lei	12.425	17/06/2011
			Dispõe sobre a admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições federais de ensino, respeitados os limites e as condições fixados.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	12.416	09/06/2011	Lei	11.029	15/09/2009
Dispõe sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil.			Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.		
Decreto	7.485	18/05/2011	Lei	12.014	06/08/2009
Dispõe sobre a constituição de banco de professor-equivalente das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação e regulamenta a admissão de professor substituto.			Dispõe sobre as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.		
Decreto	7.416	30/12/2010	Lei	11.988	27/07/2009
Dispõe sobre a concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária.			Cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o País, e dá outras providências.		
Decreto	7.397	22/12/2010	Lei	11.947	16/06/2009
Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e dispõe sobre a sua gestão.			Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola na educação básica.		
Decreto	7.385	08/12/2010	Decreto	6.861	27/05/2009
Institui o Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UNA-SUS.			Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais.		
Decreto	7.352	04/11/2010	Lei	11.892	29/12/2008
Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.			Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.		
Decreto	7.338	20/10/2010	Decreto	6.629	04/11/2008
Dispõe sobre a integralização de cotas no Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC.			Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem.		
Lei	12.306	06/08/2010	Lei	11.740	16/07/2008
Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal e institui o Programa Especial de Fortalecimento do Ensino Médio.			Cria cargos efetivos, no âmbito do Ministério da Educação, destinados a instituições federais de educação profissional e tecnológica e de ensino superior.		
Decreto	7.243	26/07/2010	Lei	11.738	16/07/2008
Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional - RECOMPE.			Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.		
Decreto	7.234	19/07/2010	Decreto	6.494	30/06/2008
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.			Dispõe sobre o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Pro-Infância.		
Decreto	7.233	19/07/2010	Lei	11.507	20/07/2007
Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária.			Institui o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE para os servidores que participarem de processos de avaliação realizados pelo INEP ou pela Fundação CAPES.		
Decreto	7.219	24/06/2010	Decreto	6.091	24/04/2007
Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID.			Define e divulga os parâmetros anuais de operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.		
Lei	12.260	21/06/2010	Decreto	6.094	24/04/2007
Reconhece a responsabilidade do Estado brasileiro pela destruição, no ano de 1964, da sede da União Nacional dos Estudantes - UNE.			Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.		
Lei	12.249	11/06/2010	Decreto	6.096	24/04/2007
Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC.			Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.		
Lei	12.244	24/05/2010	Decreto	6.092	24/04/2007
Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.			Regulamenta o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE.		
Decreto	7.114	19/02/2010	Lei	11.352	11/10/2006
Dá nova redação a dispositivos que regulamentam o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE.			Dispõe sobre a criação de cargos no âmbito do Ministério da Educação.		
Decreto	7.083	27/01/2010	Decreto	5.840	13/07/2006
Dispõe sobre o Programa Mais Educação.			Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.		
Decreto	7.082	27/01/2010	Lei	11.273	06/02/2006
Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF.			Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.		
Lei	12.189	12/01/2010	Lei	11.180	23/09/2005
Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.			Autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI e institui o Programa de Educação Tutorial - PET.		
Decreto	7.022	02/12/2009	Lei	11.129	30/06/2005
Estabelece medidas organizacionais para dar suporte ao processo de implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.			Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude.		
Lei	12.089	11/11/2009	Lei	11.096	13/01/2005
Proíbe que uma mesma pessoa ocupe 2 (duas) vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior.			Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI e regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior.		
Lei	12.061	27/10/2009	Lei	11.091	12/01/2005
Assegura o acesso de todos os interessados ao ensino médio público.			Dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação.		
Decreto	6.986	20/10/2009	Decreto	5.274	18/11/2004
Dispõe sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.			Institui o Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste, e dá outras providências.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	5.154	23/07/2004		
Regulamenta as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências.				
Lei	10.908	15/07/2004		
Institui Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo e Técnico-Marítimo às Instituições Federais de Ensino - GEAT e dá outras providências.				
Lei	10.880	09/06/2004		
Trata da instituição de programas de transporte escolar, do apoio a sistemas de ensino para educação de jovens e adultos e do repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado.				
Lei	10.870	19/05/2004		
Institui a Taxa de Avaliação in loco das instituições de educação superior e dos cursos de graduação.				
Lei	10.861	14/04/2004		
Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.				
Lei	10.836	09/01/2004		
Cria o programa bolsa família e dá outras providências.				
Decreto	4.875	11/11/2003		
Institui o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior no âmbito do Ministério da Educação.				
Lei	10.639	09/01/2003		
Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.				
Decreto	4.313	24/07/2002		
Regulamenta o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação - "Bolsa Escola".				
Decreto	4.281	25/06/2002		
Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental.				
Lei	10.429	24/04/2002		
Institui o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem - Profae.				
Decreto	4.123	13/02/2002		
Regulamenta o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem - PROFAE.				
Lei	10.260	12/07/2001		
Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.				
Lei	10.219	11/04/2001		
Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola".				
Lei	10.172	09/01/2001		
Aprova o Plano Nacional de Educação.				
Decreto	3.276	06/12/1999		
Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica.				
Lei	9.766	19/12/1998		
Altera a legislação que rege o salário-educação.				
Decreto	2.406	27/11/1997		
Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica.				
Lei	9.394	20/12/1996		
Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional - Lei Darcy Ribeiro.				
Lei	8.958	20/12/1994		
Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.				
Lei	8.948	08/12/1994		
Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica.				
Decreto	977	10/11/1993		
Dispõe sobre a assistência Pré-Escolar destinada aos dependentes dos servidores públicos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.				
Lei	8.479	06/11/1992		
Cria a Secretaria Nacional de Projetos Educacionais Especiais e dá outras providências.				
			ENERGIA	
			Decreto	9.403 07/06/2018
			Regulamenta a Medida Provisória nº 838, de 30 de maio de 2018, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel.	
			Decreto	9.355 25/04/2018
			Estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a cessão de direitos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, na forma estabelecida no art. 29, no art. 61, caput e § 1º, e art. 63, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no art. 31 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.	
			Lei	13.575 26/12/2017
			Cria a Agência Nacional de Mineração (ANM); extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); altera as Leis nºs 11.046, de 27 de dezembro de 2004, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e revoga a Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, e dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração).	
			Decreto	9.187 01/11/2017
			Regulamenta a prorrogação das concessões de geração de energia termelétrica de que trata a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e dá outras providências.	
			Lei	13.365 29/11/2016
			Altera a Lei 12.351/2010, p/ facultar à Petrobras a preferência p/ atuar como operador e possuir participação mínima de 30% nos consórcios p/ exploração de blocos em regime de partilha de prod.	
			Lei	13.360 17/11/2016
			Altera leis que dispõem sobre os serviços e as concessionárias de energia elétrica (geração, transmissão e distribuição), incentivos, parcerias (PPI), a ELETROBRÁS e a ANEEL e dá outras provid.	
			Decreto	8.893 01/11/2016
			Dispõe sobre os empreendimentos do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI que serão tratados como prioridade nacional nos setores de energia e de mineração.	
			Decreto	8.876 13/10/2016
			Altera o Decreto nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que regulamenta o pagamento da compensação financeira instituída pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.	
			Decreto	8.828 02/08/2016
			Altera o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.	
			Decreto	8.792 29/06/2016
			Altera o Decreto nº 7.891/2013, que regulamenta a Lei nº 12.783/2013, para dispor sobre os custos de serviços e equipamentos indispensáveis à realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016.	
			Lei	13.299 21/06/2016
			Altera a legislação que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e dá outras providências.	
			Lei	13.280 03/05/2016
			Altera a Lei nº 9.991/2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética.	
			Decreto	8.637 15/01/2016
			Institui o Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural.	
			Lei	13.203 08/12/2015
			Dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica e dá outras providências.	
			Lei	13.182 03/11/2015
			Autoriza a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco e a Furnas Centrais Elétricas a participar, respectivamente, do Fundo de Energia do Nordeste e do Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste.	
			Lei	13.173 21/10/2015
			Dispõe sobre autorização para a realização de obras e serviços necessários ao fornecimento de energia elétrica temporária para os Jogos Rio 2016 e dá outras providências.	
			Decreto	8.461 02/06/2015
			Regulamenta a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica.	
			Lei	13.081 02/01/2015
			Dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis e dá outras providências.	
			Lei	13.033 24/09/2014
			Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado com o consumidor final e dá outras providências.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	8.221	01/04/2014	Decreto	7.204	08/06/2010
Dispõe sobre a criação da Conta no Ambiente de Contratação Regulada destinada a cobrir, despesas incorridas pelas concessionárias de energia elétrica nos casos especificados.			Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.		
Decreto	8.079	20/08/2013	Decreto	7.183	24/05/2010
Regulamenta o pagamento de subvenção econômica aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar e às unidades industriais produtoras de etanol combustível da região Nordeste.			Dispõe acordo entre o Brasil e a Alemanha sobre o Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas.		
Decreto	8.063	01/08/2013	Decreto	7.154	09/04/2010
Cria a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA, aprova o seu Estatuto Social, e dá outras providências.			Autoriza a instalação de sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica em unidades de conservação de uso sustentável.		
Lei	12.783	11/01/2013	Decreto	7.129	11/03/2010
Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária.			Regulamenta a comercialização de energia elétrica e o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.		
Lei	12.688	18/07/2012	Lei	12.212	20/01/2010
Autoriza a Eletrobras a adquirir o controle acionário da Celg Distribuição SA, institui o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) e dá outras providências.			Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica.		
Decreto	7.520	08/07/2011	Lei	12.111	09/12/2009
Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", para o período de 2011 a 2014.			Dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados.		
Decreto	7.521	08/07/2011	Decreto	6.902	20/07/2009
Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica e dá outras providências.			Institui o Conselho Diretor do Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - CDFGEE.		
Decreto	7.506	27/06/2011	Lei	11.943	28/05/2009
Promulga o Acordo por Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em 1º de setembro de 2009.			Autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE.		
Decreto	7.464	25/04/2011	Decreto	6.415	28/03/2008
Dispõe sobre a prorrogação dos mandatos dos atuais membros do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.			Dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, de empreendimentos de transmissão de energia elétrica integrantes da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.		
Decreto	7.403	23/12/2010	Lei	11.097	13/01/2005
Estabelece regra para destinação das parcelas de Royalties e da participação especial devidas a União em função da produção de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos em áreas do Pré-Sal.			Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira.		
Lei	12.351	22/12/2010	Decreto	5.177	12/08/2004
Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal.			Dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.		
Decreto	7.402	22/12/2010	Decreto	5.163	30/07/2004
Dispõe sobre concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico.			Regulamenta a comercialização de energia elétrica e o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.		
Decreto	7.355	05/11/2010	Decreto	5.070	06/05/2004
Dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados e as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional - SIN.			Determina à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a promoção e o acompanhamento dos processos de licitação.		
Decreto	7.342	26/10/2010	Lei	10.848	15/03/2004
Institui o cadastro socioeconômico para registro da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica e cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico.			Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica.		
Decreto	7.324	05/10/2010	Decreto	4.932	23/12/2003
Dispõe sobre o Programa Luz para Todos.			Dispõe sobre a delegação de competências à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.		
Decreto	7.317	28/09/2010	Lei	10.762	11/11/2003
Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica e dá outra providência.			Dispõe sobre a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica.		
Decreto	7.320	28/09/2010	Decreto	4.873	11/11/2003
Regulamenta a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC.			Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS" e dá outras providências.		
Lei	12.304	02/08/2010	Lei	10.636	30/12/2002
Cria a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo.			Dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE e cria o Fundo Nacional de Infra-Estrutura - FNIT.		
Decreto	7.246	28/07/2010	Lei	10.453	13/05/2002
Dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados, as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional - SIN, e dá outras providências.			Dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo - GLP e dá outras providências.		
Lei	12.276	30/06/2010	Lei	10.438	26/04/2002
Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros Hidrocarbonetos.			Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial e recomposição tarifária.		
Lei	12.249	11/06/2010	Decreto	4.131	14/02/2002
Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC.			Dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal.		
			Lei	10.312	27/11/2001
			Dispõe sobre a incidência das Contribuições para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.		
			Lei	10.310	22/11/2001
			Dispõe sobre a complementação pela União dos recursos necessários ao pagamento de bônus aos consumidores residenciais de energia elétrica.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	10.295	17/10/2001	Lei	7.886	20/11/1989
Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia.			Dispõe sobre a autorização de pesquisa, as concessões de lavra, os manifestos de minas, as licenças e demais títulos atributivos de direitos minerários, e dá outras providências.		
Medida Provisória	2.209	29/08/2001	Lei	7.805	18/07/1989
Autoriza a União a criar a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE.			Cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências.		
Medida Provisória	2.198	24/08/2001	Decreto-Lei	2.432	17/05/1988
Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.			Institui a Reserva Nacional de Compensação de Remuneração das concessionárias de serviços públicos de energia elétrica - RENCOR.		
Decreto	3.874	19/07/2001	Lei	5.655	20/05/1971
Destina ao setor de ciência e tecnologia, recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.			Dispõe sobre a remuneração legal do investimento dos concessionários de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências.		
Decreto	3.867	16/07/2001	Decreto	62.934	02/07/1968
Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.			Aprova o Regulamento do Código de Mineração.		
Lei	10.202	20/02/2001	ESPORTE		
Trata da política energética nacional.			Decreto	9.299	05/03/2018
Decreto	3.739	31/01/2001	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Autoridade de Governança do Legado Olímpico e altera o Decreto nº 8.829, de 3 de agosto de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Esporte.		
Dispõe sobre o cálculo da tarifa atualizada de referência para compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.			Lei	13.474	23/08/2017
Lei	9.993	24/07/2000	Transforma a Autoridade Pública Olímpica (APO) na Autoridade de Governança do Legado Olímpico (Aglo); altera a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; revoga a Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011; e dá outras providências.		
Destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia.			Decreto	8.792	29/06/2016
Lei	9.991	24/07/2000	Altera o Decreto nº 7.891/2013, que regulamenta a Lei nº 12.783/2013, para dispor sobre os custos de serviços e equipamentos indispensáveis à realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016.		
Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.			Lei	13.284	10/05/2016
Lei	9.847	26/10/1999	Dispõe sobre as medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e aos eventos relacionados, que serão realizados no Brasil.		
Dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis.			Decreto	8.642	19/01/2016
Decreto	2.705	03/08/1998	Dispõe sobre Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT, criada pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, e dá outras providências.		
Define critérios para cobrança das participações governamentais aplicáveis às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.			Lei	13.173	21/10/2015
Decreto	2.655	02/07/1998	Dispõe sobre autorização para a realização de obras e serviços necessários ao fornecimento de energia elétrica temporária para os Jogos Rio 2016 e dá outras providências.		
Regulamenta o Mercado Atacadista de Energia Elétrica, define as regras de organização do Operador Nacional do Sistema Elétrico, de que trata a Lei nº 9.648/1998, e dá outras providências.			Lei	13.161	31/08/2015
Lei	9.648	27/05/1998	Altera legislação que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016 e dá outras providências.		
Altera dispositivos de Lei e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS.			Lei	13.155	04/08/2015
Decreto	2.335	06/10/1997	Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol, cria a Loteria Exclusiva - LOTEX.		
Constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e aprova sua Estrutura Regimental.			Decreto	8.463	05/06/2015
Lei	9.478	06/08/1997	Regulamenta as medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 de que trata a Lei 12.780/2013, altera o Decreto 7.578/2011 e dá outras providências.		
Dispõe sobre a Política Energética Nacional, Monopólio do Petróleo, o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo.			Lei	13.051	08/12/2014
Lei	9.427	26/12/1996	Trata das penalidades aos bolsistas que violarem as regras antidoping.		
Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e disciplina o regime das concessões de serviços públicos de Energia Elétrica.			Decreto	7.984	08/04/2013
Lei	9.314	14/11/1996	Institui normas gerais sobre desporto.		
Altera o Código de Mineração, os regimes de aproveitamento das substâncias minerais e dá outras providências.			Lei	12.780	09/01/2013
Lei	9.074	07/07/1995	Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016.		
Estabelece regras para outorga e prorrogações das Concessões e Permissões de Serviços Públicos.			Decreto	7.560	08/09/2011
Decreto	774	18/03/1993	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos da Administração Pública federal quanto às ações do Poder Executivo federal no âmbito da Autoridade Pública Olímpica - APO.		
Dispõe sobre a Fixação dos Níveis das Tarifas para o Serviço Público de Energia Elétrica.			Lei	12.462	04/08/2011
Lei	8.631	04/03/1993	Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC.		
Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica e extingue o regime de remuneração garantida.			Lei	12.395	16/03/2011
Decreto	1	11/01/1991	Trata das normas gerais sobre desporto e da Bolsa-Atleta e cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva.		
Regulamenta o pagamento da compensação financeira, e dá outras providências.			Decreto	7.319	28/09/2010
Decreto	98.812	09/01/1990	Trata da aplicação do Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol - RECOM.		
Dispõe sobre o regime de permissão de lavra garimpeira e extingue o regime de matrícula.					
Lei	7.990	28/12/1989			
Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural para fins de geração de energia elétrica.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	12.299	27/07/2010	Lei	10.907	15/07/2004
Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas.			Institui a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo da Advocacia-Geral da União - GEATA.		
Lei	12.035	01/10/2009	Lei	10.771	21/11/2003
Institui o Ato Olímpico, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.			Dispõe sobre a criação de cargos efetivos de Membros do Ministério Público da União.		
Decreto	6.180	03/08/2007	Lei	10.477	27/06/2002
Trata dos incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.			Dispõe sobre a remuneração dos membros do Ministério Público da União.		
Lei	11.438	29/12/2006	Decreto	2.839	06/11/1998
Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.			Dispõe sobre o cadastramento, controle e acompanhamento integrado das ações judiciais e o cumprimento das respectivas decisões pelos órgãos da Advocacia-Geral da União.		
Lei	10.891	09/07/2004	Lei	9.469	10/07/1997
Fica instituída a Bolsa-Atleta, destinada aos atletas praticantes do desporto de rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas.			Dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta.		
Decreto	4.960	19/01/2004	Lei Complementar	80	12/01/1994
Cria a Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espectáculos Esportivos - CONSEGUE.			Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.		
Lei	9.615	24/03/1998	Lei Complementar	75	20/05/1993
Institui normas gerais sobre desporto.			Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.		
Lei	7.755	21/04/1989	Lei Complementar	64	18/05/1990
Fixa a Capital da República como sede do Conselho Nacional de Desportos.			Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.		
Lei	7.752	14/04/1989	Decreto-Lei	2.268	13/03/1985
Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto sobre a renda e outros tributos, concedidos ao desporto amador.			Dispõe sobre a remuneração dos membros do Ministério Público Federal.		
Decreto	68.703	03/06/1971			
Regulamenta a aplicação dos Recursos da Loteria Esportiva.					
Decreto-Lei	594	27/05/1969			
Institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências.					
ESSENCIAL À JUSTIÇA					
Lei	13.316	20/07/2016	Lei	13.317	20/07/2016
Dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as do Conselho Nacional do Ministério Público; fixa sua remuneração; e revoga a Lei 11.415/2006.			Altera dispositivos da Lei n 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências.		
Lei	13.316	20/07/2016	Lei	13.317	20/07/2016
Dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as do Conselho Nacional do Ministério Público; fixa sua remuneração; e revoga a Lei 11.415/2006.			Altera dispositivos da Lei n 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências.		
Lei	13.151	28/07/2015	Emenda Constitucional Atos do Congresso Nacional	92	12/07/2016
Dispõe sobre a finalidade das fundações, sobre o prazo para manifestações do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias e a remuneração dos seus dirigentes.			Altera a Constituição Federal para explicitar o TST como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros e modificar-lhe a competência.		
Lei	13.032	24/09/2014	Emenda Constitucional Atos do Congresso Nacional	92	12/07/2016
Cria o quadro de pessoal da Escola Superior do Ministério Público da União.			Altera a Constituição Federal para explicitar o TST como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros e modificar-lhe a competência.		
Lei	12.412	31/05/2011	Lei	13.165	29/09/2015
Dispõe sobre o Quadro de Pessoal e a Estrutura Organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.			Altera a legislação eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina.		
Decreto	7.392	13/12/2010	Decreto	8.465	08/06/2015
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.			Dispõe sobre os critérios de arbitragem para dirimir litígios no âmbito do setor portuário.		
Lei	12.321	08/09/2010	Lei	13.129	26/05/2015
Dispõe sobre a criação de cargos e funções nos Quadros de Pessoal dos ramos do Ministério Público da União.			Amplia o âmbito de aplicação da arbitragem e dispõe sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral e dá outras providências.		
Lei Complementar	132	07/10/2009	Lei	13.091	12/01/2015
Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências.			Dispõe sobre o subsídio de Ministros do Supremo Tribunal Federal.		
Lei	11.967	06/07/2009	Decreto	8.380	24/12/2014
Dispõe sobre a estrutura organizacional e funcional do Conselho Nacional do Ministério Público.			Concede indulto natalino e comutação de penas, e dá outras providências.		
Decreto	5.989	19/12/2006	Lei	13.057	22/12/2014
Dispõe sobre o remanejamento de Funções Comissionadas Técnicas - FCT para a Advocacia-Geral da União - AGU.			Cria cargos de provimento efetivo, em comissão e funções comissionadas no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF.		
Lei	11.358	19/10/2006	Lei	13.028	24/09/2014
Dispõe sobre a remuneração dos cargos das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União, Procurador Federal e Defensor Público da União, e dá outras providências.			Dispõe sobre a criação de funções comissionadas e de cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.		
Lei	10.909	15/07/2004	Lei	12.771	28/12/2012
Dispõe sobre a reestruturação das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, de Advogado da União, de Procurador Federal, de Procurador do Banco Central do Brasil e de Defensor Público da União.			Dispõe sobre o subsídio mensal de Ministro do Supremo Tribunal Federal.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	12.762	27/12/2012	Lei	12.000	29/07/2009
Dispõe sobre a criação de 3 (três) varas federais no Estado do Amapá e sobre a criação de cargos nos Quadros de Pessoal da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça.			Cria cargos de Juiz do Trabalho Substituto e de Analista Judiciário no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, e dá outras providências.		
Lei	12.478	02/09/2011	Lei	11.979	08/07/2009
Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências.			Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e dá outras providências.		
Lei	12.476	02/09/2011	Lei	11.877	19/12/2008
Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, cria Varas do Trabalho com sua jurisdição e dá outras providências.			Dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.		
Lei	12.481	02/09/2011	Lei	11.758	28/07/2008
Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e dá outras providências.			Dispõe sobre a criação e a transformação de cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências.		
Lei	12.482	02/09/2011	Lei	11.697	13/06/2008
Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências.			Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, regularam o funcionamento dos serviços notariais e de registro no Distrito Federal.		
Lei	12.479	02/09/2011	Lei	11.416	15/12/2006
Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região e dá outras providências.			Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.		
Lei	12.480	02/09/2011	Lei	11.382	06/12/2006
Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região e dá outras providências.			Trata do Código de Processo Civil, relativos ao processo de execução e a outros assuntos.		
Lei	12.474	02/09/2011	Decreto	5.480	30/06/2005
Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.			Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.		
Lei	12.475	02/09/2011	Lei	10.697	02/07/2003
Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.			Dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais.		
Lei	12.439	07/07/2011	Lei	10.406	10/01/2002
Cria Cargos em Comissão e Funções Comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e dá outras providências.			Institui o Código Civil.		
Lei	12.434	30/06/2011	Lei	10.358	27/12/2001
Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.			Código de Processo Civil, relativos ao processo de conhecimento.		
Lei	12.420	15/06/2011	Lei	10.357	27/12/2001
Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e dá outras providências.			Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, ou que determinem dependência física ou psíquica.		
Lei	12.273	24/06/2010	Lei	10.288	20/09/2001
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.			Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o jus postulandi, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista.		
Lei	12.262	21/06/2010	Decreto	3.917	13/09/2001
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.			Dispõe sobre limites para despesa com pessoal para o Ministério Público e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e ex-Territórios.		
Lei	12.263	21/06/2010	Lei	10.259	12/07/2001
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e dá outras providências.			Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.		
Lei	12.251	11/06/2010	Lei	9.756	17/12/1998
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.			Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito dos tribunais.		
Lei	12.252	11/06/2010	Decreto	9.307	23/09/1996
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.			Dispõe sobre a arbitragem.		
Lei	12.250	11/06/2010	Lei	9.289	04/07/1996
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.			Dispõe sobre as custas devidas a União, na Justiça Federal de Primeiro e Segundos Graus.		
Decreto	7.121	03/03/2010	Lei	8.953	13/12/1994
Inclui o Ministério da Justiça na composição do Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor.			Altera dispositivos do Código de Processo Civil relativos ao processo de execução.		
Lei	12.106	07/12/2009	Lei	8.038	28/05/1990
Cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas.			Institui normas procedimentais para processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.		
Lei	12.027	09/09/2009	Lei	6.811	08/07/1980
Cria cargos de juiz do trabalho substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com sede em São Paulo.			Dispõe sobre a destinação da taxa judiciária.		
Lei	12.022	27/08/2009	Lei	4.737	15/07/1965
Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região e dá outras providências.			Institui o Código Eleitoral.		
Lei	11.999	29/07/2009	FUNÇÃO LEGISLATIVA		
Altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região; cria cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas no seu Quadro de Pessoal; e dá outras providências.			Lei	13.323	28/07/2016
			Reajusta a remuneração dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	13.323	28/07/2016	Lei	13.123	20/05/2015
Reajusta a remuneração dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados.			Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.		
Lei	13.302	27/06/2016	Lei	13.081	02/01/2015
Reajusta a remuneração dos servidores do Senado Federal e disciplina o pagamento de parcelas remuneratórias devidas a esses servidores.			Dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis e dá outras providências.		
Lei	13.107	24/03/2015	Decreto	8.375	11/12/2014
Dispõe sobre fusão de partidos políticos.			Define a Política Agrícola para Florestas Plantadas.		
Lei	12.777	28/12/2012	Decreto	8.235	05/05/2014
Altera o Plano de Carreira dos Servidores da Câmara dos Deputados.			Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal e institui o Programa Mais Ambiente Brasil.		
Lei	12.779	28/12/2012	Lei	12.954	05/02/2014
Ficam reajustadas em 15,8% (quinze inteiros e oito décimos por cento), as Tabelas de Vencimentos Básicos dos Servidores ocupantes de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do Senado Federal.			Cria o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas e altera a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.		
Decreto Legislativo	276	20/12/2010	Decreto	8.127	22/10/2013
Fixa o subsídio para os membros do congresso Nacional.			Institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, e dá outras providências.		
Lei	12.256	15/06/2010	Decreto	8.099	04/09/2013
Reestrutura a remuneração dos cargos de natureza especial, altera a tabela de fatores da Gratificação de Atividade Legislativa devida aos servidores efetivos da Câmara dos Deputados.			Dispõe sobre a transferência de centros especializados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.		
Lei	11.169	02/09/2005	Lei	12.854	26/08/2013
Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal da Câmara dos Deputados.			Fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas.		
Decreto	5.001	02/03/2004	Lei	12.805	29/04/2013
Dispõe sobre o Sistema de Acompanhamento Legislativo - SIAL.			Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.		
Lei	10.697	02/07/2003	Decreto	7.957	12/03/2013
Dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais.			Institui o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente e regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental.		
Decreto	4.596	17/02/2003	Decreto	7.830	17/10/2012
Dispõe sobre o Sistema de Acompanhamento Legislativo - SIAL.			Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas gerais aos Programas de Regularização Ambiental.		
Lei	9.506	30/10/1997	Lei	12.678	25/06/2012
Extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC.			Dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia.		
Lei	9.504	30/09/1997	Lei	12.651	25/05/2012
Estabelece normas para as eleições.			Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.		
Lei	9.096	17/09/1995	Lei Complementar	140	08/12/2011
Dispõe sobre partidos políticos.			Fixa normas, relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora.		
Lei	8.443	16/07/1992	Lei	12.512	14/10/2011
Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União.			Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.		
Lei	7.675	04/10/1988	Decreto	7.572	28/09/2011
Atribui ao Tribunal de Contas da União a fiscalização da aplicação pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios das transferências de recursos federais.			Dispõe sobre o Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde.		
GESTÃO AMBIENTAL			Decreto	7.535	26/07/2011
Lei	13.452	19/06/2017	Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - Água para Todos.		
Altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental Rio Branco.			Decreto	7.404	23/12/2010
Lei	13.335	14/09/2016	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Internacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística reversa.		
Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão dos prazos de inscrição no Cadastro Ambiental Rural e adesão ao Programa de Regularização Ambiental.			Decreto	7.402	22/12/2010
Decreto	8.764	10/05/2016	Dispõe sobre a parcela referida no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, paga por titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico. (Item de despesas obrigatórias)		
Institui o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais e regulamenta o disposto no art. 41 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que trata do sistema de registros públicos eletrônico.			Decreto	7.390	09/12/2010
Lei	13.233	29/12/2015	Dispõe sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMCM.		
Obriga, nas hipóteses que especifica, a veiculação de mensagem de advertência sobre o risco de escassez e de incentivo ao consumo moderado de água.			Decreto	7.378	01/12/2010
Decreto	8.505	20/08/2015	Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - Macro-ZEE da Amazônia Legal.		
Dispõe sobre o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, instituído no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.			Decreto	7.341	22/10/2010
Lei	13.156	04/08/2015	Trata da regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal.		
Modifica a redação do § 2º do art. 5º da Lei 7797/1989, que criou o Fundo Nacional de Meio Ambiente.			Decreto	7.340	21/10/2010
Lei	13.153	30/07/2015	Institui o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS do Xingu.		
Institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos e prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	12.334	20/09/2010	Lei	9.985	18/07/2000
Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos.			Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.		
Decreto		15/09/2010	Lei	9.984	17/07/2000
Institui o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado - PPCerrado.			Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.		
Lei	12.305	02/08/2010	Lei	9.966	28/04/2000
Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.			Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas.		
Lei	12.187	29/12/2009	Lei	9.795	27/04/1999
Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC.			Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.		
Decreto Legislativo	899	01/12/2009	Lei	9.605	12/02/1998
Aprova a Proposta de Participação do Brasil na Quarta Recomposição dos Recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global - Global Environment Facility - GEF.			Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.		
Decreto	7.008	12/11/2009	Decreto	2.119	13/01/1997
Institui a Operação Arco Verde, no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal.			Dispõe sobre o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e sobre a sua Comissão de Coordenação.		
Decreto	6.981	13/10/2009	Lei	9.433	08/01/1997
Dispõe sobre a atuação conjunta dos ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.			Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.		
Decreto	6.874	05/06/2009	Lei	8.746	09/12/1993
Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF.			Cria mediante transformação, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal.		
Decreto	6.565	15/09/2008	Decreto	99.274	06/06/1990
Dispõe sobre as doações recebidas por instituições financeiras controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento.			Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.		
Decreto	6.514	22/07/2008	Lei	7.797	10/07/1989
Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente.			Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.		
Decreto	6.515	22/07/2008	Lei	7.735	22/02/1989
Institui no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, os Programas de Segurança Ambiental Guarda Ambiental Nacional e Corpo de Guarda-Parques e dá outras providências.			Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.		
Decreto	6.511	17/07/2008	Lei	7.347	24/07/1985
Dispõe sobre prevenção da poluição marinha causada pelo alijamento no mar de resíduos e outras matérias.			Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente.		
Decreto	6.469	30/05/2008	Lei	6.803	02/06/1980
Autoriza a redução da área de reserva legal para até 50% no Estado do Acre.			Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição.		
Decreto		30/05/2008	HABITAÇÃO		
Institui a Comissão Gestora do Plano Amazônia Sustentável - CGPAS.			Lei	13.439	27/04/2017
Lei	11.516	28/08/2007	Cria o Programa Cartão Reforma e dá outras providências.		
Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.			Lei	13.342	03/10/2016
Lei	11.428	22/12/2006	Altera a Lei 11.350/06, p/ dispor sobre carreira de: Agentes Comunit. de Saúde e Ag. de Combate às Endemias, e a Lei 11.977/09, p/ dispor sob. priorit. desses no Prg. Minha Casa, M. Vida (PMCMV).		
Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e dá outras providências.			Decreto	8.764	10/05/2016
Decreto	5.995	19/12/2006	Institui o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais e regulamenta o disposto no art. 41 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que trata do sistema de registros públicos eletrônico.		
Institui o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - SGIB.			Lei	13.169	06/10/2015
Decreto	5.746	05/04/2006	Altera legislação tributária e dá outras providências.		
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, institui e regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN.			Lei	12.868	15/10/2013
Decreto	5.577	08/11/2005	Dispõe sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).		
Institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado - Programa Cerrado Sustentável.			Decreto	7.499	16/06/2011
Decreto	4.340	22/08/2002	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.		
Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.			Lei	12.424	16/06/2011
Decreto	3.939	26/09/2001	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.		
Dispõe sobre a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM).			Lei	12.418	09/06/2011
Medida Provisória	2.186	23/08/2001	Trata da reserva aos idosos de pelo menos 3% das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.		
Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia.			Lei	12.409	25/05/2011
Lei	10.165	27/12/2000	Autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte-DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados.		
Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.			Lei	12.112	09/12/2009
			Dispõe sobre as regras e procedimentos sobre locação de imóvel urbano.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	11.977	07/07/2009	Decreto	6.234	11/10/2007
Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.			Estabelece critérios para a fruição dos incentivos decorrentes do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD.		
Lei	11.888	24/12/2008	Decreto	6.233	11/10/2007
Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.			Estabelece critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS.		
Lei	11.578	26/11/2007	Lei	11.484	31/05/2007
Dispõe sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH.			Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital.		
Lei	11.124	16/06/2005	Lei	11.437	28/12/2006
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.			Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE.		
Decreto	5.435	26/04/2005	Decreto	5.353	24/01/2005
Define os limites relativos ao programa de Arrendamento Residencial.			Dispõe sobre a competência, composição, funcionamento e estruturação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial - CNDI.		
Decreto	5.345	18/01/2005	Lei	11.080	30/12/2004
Dispõe sobre contratos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH.			Autoriza o Poder Executivo a instituir Serviço Social Autônomo denominado Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, e dá outras providências.		
Lei	10.998	15/12/2004	Decreto	4.925	19/12/2003
Altera o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social.			Institui o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural - PROMINP, e dá outras providências.		
Lei	10.931	02/08/2004	Lei	10.256	09/07/2001
Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário.			Dispõe sobre a contribuição devida pela agroindústria como sendo produtor rural pessoa jurídica.		
Lei	10.840	11/02/2004	Lei	9.933	20/12/1999
Cria o Programa Especial de Habitação Popular - PEHP.			Dispõe sobre as competências do Conmetro e do Inmetro e institui a Taxa de Serviços Metrologicos.		
Lei	10.188	12/02/2001	Decreto	2.851	30/11/1998
Cria o Programa de Arrendamento Residencial.			Dispõe sobre programas de amparo à pesquisa científica e tecnológica aplicados à indústria do petróleo, e dá outras providências.		
Lei	10.150	21/12/2000	Lei	9.314	14/11/1996
Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS e dá outras providências.			Altera o Código de Mineração, os regimes de aproveitamento das substâncias minerais e dá outras providências.		
Lei	8.692	28/07/1993	Lei	9.279	14/05/1996
Define planos de reajustamento dos encargos mensais e dos saldos devedores nos contratos de financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.			Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.		
Lei	8.004	14/03/1990	Decreto	949	05/10/1993
Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.			Dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária.		
Decreto	97.548	01/03/1989	Decreto	98.812	09/01/1990
Dispõe sobre a atualização monetária dos saldos devedores de contratos no âmbito dos Sistemas Financeiros da Habitação e do Saneamento - SFH e SFS.			Dispõe sobre o regime de permissão de lavra garimpeira e extingue o regime de matrícula.		
Lei	6.748	10/12/1979	Lei	7.805	18/07/1989
Reduz a exigência de documentação aos pretendentes a aquisição das unidades habitacionais pelo Sistema Financeiro de Habitação.			Cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências.		
INDÚSTRIA					
Lei	12.996	18/06/2014	Lei	6.567	24/09/1978
Institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR - AUTO.			Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica.		
Decreto	8.122	16/10/2013	Decreto	56.798	27/08/1965
Regulamenta o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa.			Regulamenta o Fundo Agro-industrial de Reversão - FUNAR - criado pelo art. 120 do Estatuto da Terra.		
Lei	12.794	02/04/2013	Decreto	9.260	29/12/2017
Dispõe sobre a contribuição previdenciária de empresas dos setores industriais e de serviços e dá outras providências.			Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, altera o Decreto nº 8.688, de 9 de março de 2016, e o Decreto nº 8.854, de 22 de setembro de 2016, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por FCPE.		
Lei	12.715	17/09/2012	INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS		
Institui diversos programas sociais.			Decreto		
Lei	12.546	14/12/2011	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, altera o Decreto nº 8.688, de 9 de março de 2016, e o Decreto nº 8.854, de 22 de setembro de 2016, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por FCPE.		
Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras e dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados à indústria automotiva.			JUSTIÇA ELEITORAL		
Decreto	7.451	11/03/2011	Lei	13.538	15/12/2017
Regulamenta o Regime Especial para a Indústria Aeroespacial Brasileira.			Cria, no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE).		
Lei	12.249	11/06/2010	MEIO AMBIENTE		
Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC.			Decreto		
Lei	11.529	22/10/2007	Regulamenta o art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e complementa os art. 16 e art. 17 do Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 e dá outras providências.		
Dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

Decreto	9.424	26/06/2018	Decreto	3.993	30/10/2001
Regulamenta o inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a concessão de créditos de instalação de projetos de assentamento aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.			Dispõe sobre o Programa de Arrendamento Rural para a Agricultura Familiar.		
Lei	13.465	11/07/2017	Decreto	3.991	30/10/2001
Dispõe sobre: regularização fundiária (rural, urbana e da Amazônia Legal), créditos aos assentados da reforma agrária, alienação de imóveis da União, altera divs. leis e dá outras providências.			Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.		
Lei	13.331	01/09/2016	Lei	10.186	12/02/2001
Altera a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre certificados, garantias e letras, agropecuários e do agronegócio, e dá outras providências.			Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos.		
Decreto	8.764	10/05/2016	Lei	9.973	29/05/2000
Institui o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais e regulamenta o disposto no art. 41 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que trata do sistema de registros públicos eletrônico.			Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.		
Lei	13.001	20/06/2014	Decreto-Lei	1.989	28/12/1982
Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, e dá outras providências.			Dispõe sobre contribuição devida ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA.		
Lei	12.897	18/12/2013	Lei	5.868	12/12/1972
Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e dá outras providências.			Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural.		
Decreto	7.747	05/06/2012	Decreto-Lei	1.179	06/07/1971
Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI.			Institui o Programa PROTERRA e altera a legislação do imposto de renda relativa a incentivos fiscais.		
Lei	12.512	14/10/2011	Decreto	55.891	31/03/1965
Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.			Regulamenta o Estatuto da Terra.		
Decreto	7.352	04/11/2010	Lei	4.504	30/11/1964
Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.			Dispõe sobre o Estatuto da Terra.		
Lei Complementar	137	26/08/2010	Decreto	55.286	30/11/1964
Autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural.			Estabelece as normas gerais para a regulamentação da Lei 4.504 - Estatuto da Terra, e dá outras providências.		
Decreto	7.215	15/06/2010	PREVIDÊNCIA SOCIAL		
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.			Decreto	9.447	16/07/2018
Lei	12.188	11/01/2010	Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e aos dependentes da Previdência Social no ano de 2018.		
Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PRONATER.			Lei	13.457	26/06/2017
Decreto	6.874	05/06/2009	Altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial; e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.		
Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF.			Decreto	8.820	22/07/2016
Decreto	6.830	27/04/2009	Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e aos dependentes da Previdência Social no ano de 2016.		
Dispõe sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União arrecadadas pelo INCRA, no âmbito da Amazônia Legal.			Decreto	8.820	22/07/2016
Decreto	6.672	02/12/2008	Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e aos dependentes da Previdência Social no ano de 2016.		
Trata do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, instituído no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária.			Lei	13.152	29/07/2015
Lei	11.481	31/05/2007	Dispõe sobre a política de valorização do salário-mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, para o período de 2016 a 2019.		
Dá nova redação a dispositivos de leis e decretos que preveem medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União.			Decreto	8.443	30/04/2015
Lei	11.446	05/01/2007	Institui o Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social.		
Dispõe sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar.			Lei	13.063	30/12/2014
Lei	11.090	07/01/2005	Isenta o aposentado e o pensionista inválido, beneficiários do Regime Geral de Previdência Social - RGPS de se submeterem a exame médico-pericial após completarem 60 anos de idade.		
Trata do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.			Decreto	8.373	11/12/2014
Lei	11.076	30/12/2004	Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências.		
Trata do Sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.			Decreto	8.292	04/08/2014
Decreto	4.892	25/11/2003	Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e dependentes da Previdência Social no ano de 2014.		
Cria o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, e dá outras providências.			Decreto	8.064	02/08/2013
Lei	10.550	13/11/2002	Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e dependentes da Previdência Social, no ano de 2013.		
Dispõe sobre a estruturação da Carreira de Perito Federal Agrário, a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário e da Gratificação Especial de Perito Federal Agrário.			Lei	12.810	15/05/2013
			Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências.		
			Lei Complementar	142	08/05/2013
			Trata sobre a aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral da previdência Social - RGPS.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	7.862	08/12/2012	Lei	10.855	01/04/2004
Delega competência aos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Defesa para disciplinar o cadastramento dos aposentados e dos pensionistas da União.			Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária.		
Decreto	7.808	20/09/2012	Lei	10.666	08/05/2003
Cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - Funpresp-Exe, dispõe sobre sua vinculação no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.			Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências.		
Lei	12.618	30/04/2012	Lei	10.483	03/07/2002
Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo e dá outras providências.			Dispõe sobre a estruturação da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho.		
Lei	12.513	26/10/2011	Lei	10.355	26/12/2001
Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e dispõe sobre a organização da Seguridade Social.			Dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.		
Decreto	7.533	21/07/2011	Decreto	3.914	11/09/2001
Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e dependentes da Previdência Social, no ano de 2011.			Dispõe sobre a regulamentação das contribuições sociais.		
Lei	12.438	06/07/2011	Medida Provisória	2.187	24/08/2001
Dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS.			Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social.		
Lei	12.254	15/06/2010	Medida Provisória	2.187	24/08/2001
Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social.			Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social.		
Decreto	7.151	09/04/2010	Lei Complementar	108	29/05/2001
Aprova o Estatuto Social da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV.			Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dá outras providências.		
Decreto	7.123	03/03/2010	Lei Complementar	109	29/05/2001
Dispõe sobre o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e sobre a Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC, e dá outras providências.			Dispõe sobre o regime de previdência complementar.		
Lei	12.154	23/12/2009	Decreto	3.788	11/04/2001
Dispõe sobre a Superintendência Nacional de Previdência Complementar-PREVIC e sobre o seu pessoal.			Institui o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP.		
Lei	11.720	20/06/2008	Lei	10.099	19/12/2000
Trata sobre o bloqueio do pagamento de benefício da previdência social.			Regulamenta o disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, definindo obrigações de pequeno valor para a Previdência Social.		
Lei	11.665	29/04/2008	Lei	9.876	26/11/1999
Modifica a data de pagamento dos benefícios da previdência social.			Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, e o cálculo do benefício.		
Lei	11.543	13/11/2007	Decreto	3.112	06/07/1999
Cria cargos na área da Previdência, Saúde e Trabalho e extingue cargos no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.			Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes da previdência dos servidores da União e dá outras providências.		
Decreto	6.131	21/06/2007	Lei	9.796	05/05/1999
Dispõe sobre a fixação de exercício de Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil no Ministério da Previdência Social, e dá outras providências.			Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.		
Lei	11.488	15/06/2007	Lei	9.717	27/11/1998
Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI e dá outras providências.			Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento de regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, e dá outras providências.		
Lei	11.457	16/03/2007	Decreto	2.173	05/03/1997
Dispõe sobre a Administração Tributária Federal e dá outras providências.			Aprova o regulamento da organização e do custeio da seguridade social.		
Decreto	6.019	22/01/2007	Decreto	894	16/08/1993
Institui o Fórum Nacional da Previdência Social.			Dispõe sobre a dedução de recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, para amortização de dívidas junto à Previdência Social.		
Lei	11.354	19/10/2006	Lei	8.689	27/07/1993
Autoriza o Poder Executivo, na forma e condições estipuladas, a pagar valores devidos aos anistiados políticos e dá outras providências.			Trata da extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS.		
Lei	11.302	10/05/2006	Lei	8.647	13/04/1993
Dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.			Dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão, ao regime de Previdência Social.		
Lei	11.098	13/01/2005	Lei	8.212	24/07/1991
Atribui ao Ministério da Previdência Social competências relativas à arrecadação, fiscalização, lançamento e normatização de receitas previdenciárias, e dá outras providências.			Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.		
Lei	11.053	29/12/2004	Lei	8.213	24/07/1991
Dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e dá outras providências.			Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.		
Lei	11.051	29/12/2004	Lei	6.887	10/12/1980
Dispõe sobre o desconto de crédito na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e da Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins não cumulativas e dá outras providências.			Modifica a legislação da Previdência Social Urbana.		
Lei	10.876	02/06/2004	Lei	6.439	01/09/1977
Cria a Carreira de pericia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS.			Institui o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social.		
			Lei	6.125	04/11/1974
			Autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	4.589	11/12/1964	Lei	12.429	20/06/2011
Extingue a comissão de imposto sindical, a comissão técnica de orientação sindical e cria órgãos no Ministério do Trabalho e Emprego.			Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos, para assistência humanitária internacional.		
RELAÇÕES EXTERIORES					
Lei	13.445	24/05/2017	Decreto	7.484	18/05/2011
Institui a Lei de Migração.			Promulga a Decisão do Conselho do Mercado Comum - CMC no 33/04, que cria o Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul - FEM, aprovada em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.		
Decreto	8.826	29/07/2016	Decreto	7.460	14/04/2011
Promulga o Acordo entre o Brasil e a República da Sérvia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, firmado em 2010.			Dispõe sobre a execução no Território Nacional da Resolução no 1970, de 26 de fevereiro de 2011 e dá outras providências.		
Decreto	8.814	18/07/2016	Decreto	7.448	03/03/2011
Promulga a Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo - SALVAGE-89, firmada pelo Brasil, em Londres, em 1989.			Institui o Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste.		
Decreto	8.812	18/07/2016	Decreto	7.362	22/11/2010
Promulga o Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Guiné, firmado em 2011.			Dispõe sobre a execução da Decisão CMC no 01/10 "Regulamento do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL", de 2 de agosto de 2010.		
Decreto	8.811	18/07/2016	Lei	12.292	20/07/2010
Promulga o Acordo entre o Brasil e o Zimbábue sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático.			Autoriza o Poder Executivo a realizar doação para a reconstrução de Gaza.		
Decreto	8.742	04/05/2016	Lei	12.270	24/06/2010
Dispõe sobre os atos notariais e de registro civil do serviço consular brasileiro e da dispensa de legalização no Brasil das assinaturas e atos emanados das autoridades consulares brasileiras.			Dispõe sobre medidas de suspensão de concessões ou outras obrigações do País relativas aos direitos de propriedade intelectual e outros.		
Decreto	8.501	18/08/2015	Decreto	7.183	24/05/2010
Promulga a Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, firmada em Nova Iorque, em 30 de agosto de 1961.			Dispõe acordo entre o Brasil e a Alemanha sobre o Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas.		
Decreto	8.503	18/08/2015	Lei	12.117	14/12/2009
Promulga acordo com a Organização Internacional para as Migrações referente à Posição Legal, Privilégios e Imunidades da Organização no Brasil.			Trata da autorização à União para doar recursos à República de Moçambique para a primeira fase de instalação de fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos.		
Decreto	8.502	18/08/2015	Decreto Legislativo	899	01/12/2009
Promulga o Acordo entre o Governo do Brasil e o Governo da Alemanha sobre Cooperação em Matéria de Defesa, firmado em Berlim, em 8 de novembro de 2010.			Aprova a Proposta de Participação do Brasil na Quarta Recomposição dos Recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global - Global Environment Facility - GEF.		
Decreto	8.494	24/07/2015	Decreto	6.675	03/12/2008
Torna pública a denúncia do Tratado entre o Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara, firmado em 2003.			Promulga o Acordo sobre Cooperação Financeira (2000/2001) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, firmado em Brasília, em 2003.		
Decreto	8.137	06/11/2013	Decreto	6.594	06/10/2008
Promulga o texto da Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 63/10, Alto Representante-Geral do MERCOSUL, aprovada em Foz do Iguaçu, em 16 de dezembro de 2010.			Institui o Programa Mercosul Social e Participativo.		
Decreto	8.095	04/09/2013	Decreto	6.196	22/08/2007
Promulga o Acordo sobre a Isenção de Vistos para seus Respetivos Nacionais entre a República Federativa do Brasil e República da Sérvia, firmado em Belgrado, em 20 de junho de 2010.			Dispõe sobre a execução do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica entre os Governos do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e dos Estados Unidos Mexicanos.		
Decreto	8.003	15/05/2013	Lei	11.440	29/12/2006
Promulga o Acordo entre o Governo do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos.			Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, e dá outras providências.		
Decreto	7.668	11/01/2012	Decreto	5.991	19/12/2006
Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, firmado em Brasília, em 4 de abril de 2007.			Dispõe sobre a execução do Quadragésimo Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica que aprova o Programa de Ação MERCOSUL Livre de Febre Aftosa.		
Decreto	7.610	17/11/2011	Lei	11.281	20/02/2006
Dispõe sobre a execução no Território Nacional adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, que especifica duas novas práticas para a aplicação das medidas seletivas.			Dispõe sobre o seguro de crédito à exportação; autoriza cobranças judiciais e extrajudiciais de créditos da União, no exterior, decorrentes de sub-rogações de garantias de seguro de crédito à exportação.		
Decreto	7.606	17/11/2011	Decreto	5.637	26/12/2005
Trata de sanções contra indivíduos, grupos, empreendimentos e entidades da Al-Qaeda e a ela associados.			Dispõe sobre a vigência das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum e das Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul que menciona.		
Decreto	7.597	01/11/2011	Lei	11.029	21/12/2004
Promulga o Acordo de Coprodução Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, firmado em Nova Délhi, em 4 de junho de 2007.			Autoriza a União a fornecer equipamentos e auxílio técnico aos países africanos, no combate à praga de gafanhotos.		
Decreto	7.545	02/08/2011	Lei	10.937	12/08/2004
Promulga a Convenção Relativa à Admissão Temporária, conhecida como Convenção de Istambul, celebrada em 26 de junho de 1990.			Dispõe sobre a remuneração dos militares, a serviço da União, integrantes de contingente armado de força multinacional empregada em operações de paz, junto a organismo internacional.		
Decreto	7.527	18/07/2011	Decreto	5.151	22/07/2004
Estabelece zona de exclusão no espaço aéreo da Jamahiriya Árabe da Líbia e prevê, entre outras disposições, o reforço do embargo de armas, e dá outras providências.			Dispõe sobre procedimentos para fins de celebração de atos de cooperação técnica a serem observados por órgãos públicos e entidades da Administração Pública Federal.		
Decreto	7.506	27/06/2011	Decreto		25/05/2004
Promulga o Acordo por Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em 1º de setembro de 2009.			Dispõe sobre acréscimo de parágrafo único ao art. 2º do Decreto de 10 de maio de 2004, que cria Grupo de Trabalho Interministerial para analisar os procedimentos de integração e incorporação das normas aprovadas no âmbito do MERCOSUL.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto		10/05/2004			
Cria Grupo de Trabalho Interministerial para analisar procedimentos de integração e incorporação das normas do MERCOSUL, que dispensam a aprovação do Congresso Nacional, e dá outras providências.					
Lei	10.466	29/05/2002			
Dispõe sobre o Programa Grande Fronteira do Mercosul.					
Lei	9.818	23/08/1999			
Cria o Fundo de Garantia à Exportação - FGE, e dá outras providências.					
Lei	9.529	10/12/1997			
Dispõe sobre exportação indireta e dá outras providências.					
Decreto	1.983	14/08/1996			
Institui o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro - PROMASP.					
Lei	8.829	22/12/1993			
Cria no Serviço Exterior as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria.					
Decreto	86.715	10/12/1981			
Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências.					
Lei	6.704	26/10/1979			
Dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências.					
SANEAMENTO					
Lei	13.329	01/08/2016			
Altera a Lei nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico - REISB.					
Lei	13.329	01/08/2016			
Altera a Lei nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico - REISB.					
Lei	13.308	06/07/2016			
Altera a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007 que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, determinando a manutenção preventiva das redes de drenagem pluvial.					
Lei	13.308	06/07/2016			
Altera a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007 que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, determinando a manutenção preventiva das redes de drenagem pluvial.					
Decreto	8.211	21/03/2014			
Altera o Decreto nº 7.217/2010, que regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.					
Lei	12.954	05/02/2014			
Cria o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas e altera a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.					
Decreto	8.141	20/11/2013			
Dispõe sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico - PNSB, institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do PNSB e dá outras providências.					
Decreto	8.127	22/10/2013			
Institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, e dá outras providências.					
Lei	12.862	17/09/2013			
Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, com o objetivo de incentivar a economia no consumo de água.					
Decreto	7.535	26/07/2011			
Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - Água para Todos.					
Lei	12.334	20/09/2010			
Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos.					
Decreto	7.217	21/06/2010			
Regulamenta a Lei nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências.					
Lei	11.445	05/01/2007			
Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.					
Decreto	4.871	06/11/2003			
Dispõe sobre a instituição dos Planos de Áreas para o combate à poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, e dá outras providências.					
			9.984	17/07/2000	
Lei Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.					
			9.966	28/04/2000	
Lei Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas.					
			1.675	13/10/1995	
Decreto Dispõe sobre o Programa de Ação Social em Saneamento - PROSEGE.					
			97.548	01/03/1989	
Decreto Dispõe sobre a atualização monetária dos saldos devedores de contratos no âmbito dos Sistemas Financeiros da Habitação e do Saneamento - SFH e SFS.					
SAÚDE					
			9.245	20/12/2017	
Decreto Institui a Política Nacional de Inovação Tecnológica na Saúde.					
			13.479	05/09/2017	
Lei Cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos (Pro-Santas Casas) para atender instituições filantrópicas e sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS).					
			13.427	30/03/2017	
Lei Altera a Lei 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), p/ que o Sistema Único de Saúde, organize atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.					
			13.410	28/12/2016	
Lei Altera a Lei 11.903, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos.					
			13.411	28/12/2016	
Lei Altera a Lei 6.360/76 (vigilância sanitária de medicamentos, cosméticos e outros), e a Lei 9.782/99 (define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a ANVISA, e dá transp. a processos).					
			13.362	23/11/2016	
Lei Altera a Lei n 11.664/08 (ações de saúde de prevenção e tratamento dos cânceres femininos, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS), para assegurar o atendimento às mulheres com deficiência.					
			13.342	03/10/2016	
Lei Altera a Lei 11.350/06, p/ dispor sobre carreira de: Agentes Comunit. de Saúde e Ag. de Combate às Endemias, e a Lei 11.977/09, p/ dispor sob. priorit. desses no Prg. Minha Casa, M. Vida (PMCMV).					
			13.301	27/06/2016	
Lei Dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do vírus da zika.					
			8.662	01/02/2016	
Decreto Dispõe sobre a adoção de medidas rotineiras de prevenção e eliminação de focos do mosquito Aedes aegypti, no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.					
			8.587	11/12/2015	
Decreto Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF e altera o Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010.					
			8.474	22/06/2015	
Decreto Dispõe sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias.					
			13.127	26/05/2015	
Lei Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para eximir as entidades de autogestão da obrigação de constituir pessoa jurídica independente.					
			13.031	24/09/2014	
Lei Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de local ou serviço habilitado ao uso por pessoas com ostomia, denominado Símbolo Nacional de Pessoa Ostomizada.					
			12.994	17/06/2014	
Lei Institui piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.					
			12.961	04/04/2014	
Lei Trata da destruição de drogas apreendidas.					
			12.895	18/12/2013	
Lei Trata da obrigação dos hospitais de todo o País em manter aviso informando sobre o direito da parturiente a acompanhante.					
			12.896	18/12/2013	
Lei Trata da vedação da exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos, assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	12.880	12/11/2013	Decreto		06/12/2010
Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir tratamentos entre as coberturas obrigatórias.			Institui o Grupo Executivo Interministerial de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional (GEIESPII).		
Decreto	8.126	22/10/2013	Decreto	7.272	25/08/2010
Dispõe sobre a emissão do registro único e da carteira de identificação para os médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.			Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN e estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.		
Lei	12.871	22/10/2013	Decreto	7.235	19/07/2010
Institui o Programa Mais Médicos e dá outras providências.			Regulamenta a concessão de indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida.		
Decreto		07/10/2013	Lei	12.269	21/06/2010
Dispõe sobre a prestação de serviços de assistência à saúde para os servidores ou empregados ativos, aposentados, pensionistas, bem como para seus respectivos grupos familiares definidos.			Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública e sobre redistribuição de servidores para a SUFRAMA e para a EMBRATUR.		
Lei	12.858	09/09/2013	Decreto	7.186	27/05/2010
Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural.			Dispõe sobre o Adicional por Plantão Hospitalar - APH.		
Lei	12.842	10/07/2013	Decreto	7.121	03/03/2010
Dispõe sobre o exercício da Medicina.			Inclui o Ministério da Justiça na composição do Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor.		
Decreto	8.040	08/07/2013	Decreto	7.082	27/01/2010
Institui o Comitê Gestor e o Grupo Executivo do Programa Mais Médicos e dá outras providências.			Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF.		
Decreto	7.988	17/04/2013	Lei	12.190	13/01/2010
Trata do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência.			Concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida.		
Decreto	7.958	13/03/2013	Lei	12.117	14/12/2009
Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.			Trata da autorização à União para doar recursos à República de Moçambique para a primeira fase de instalação de fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos.		
Decreto		05/06/2012	Lei	12.116	10/12/2009
Institui o Comitê de Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e de Segurança Alimentar para a População Indígena.			Institui o Dia Nacional de Luta contra o Câncer de Mama.		
Decreto	7.695	06/03/2012	Decreto	7.003	09/11/2009
Institui o Comitê Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalentes - CNCMB.			Regulamenta a concessão de licença para tratamento de saúde do servidor da Administração Federal.		
Lei Complementar	141	13/01/2012	Decreto	6.833	29/04/2009
Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. (Regulamenta a E.C. nº 29, de 2000)			Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor.		
Decreto	7.646	21/12/2011	Lei	11.903	14/01/2009
Dispõe sobre a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS e sobre o processo administrativo para incorporação, exclusão e alteração de tecnologias em saúde pelo SUS.			Dispõe sobre o rastreamento da produção e do consumo de medicamentos por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados.		
Decreto	7.616	17/11/2011	Decreto	6.286	05/12/2007
Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde - FN-SUS.			Institui o Programa Saúde na Escola - PSE.		
Decreto	7.562	15/09/2011	Lei	11.387	14/12/2006
Dispõe sobre a Comissão Nacional de Residência Médica.			Autoriza a União a efetuar contribuição à Organização Mundial da Saúde - OMS, destinada à Compra de Medicamentos contra a AIDS, malária e tuberculose.		
Lei	12.466	24/08/2011	Lei	11.355	19/10/2006
Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.			Dispõe sobre plano de carreiras em diversas áreas da Administração Pública, Previdência, Saúde, Trabalho, Ciência e Tecnologia.		
Lei	12.438	06/07/2011	Lei	11.343	23/08/2006
Dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS.			Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad.		
Decreto	7.508	28/06/2011	Lei	11.123	07/06/2005
Dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa.			Cria, na Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para lotação no Ministério da Saúde, os cargos que menciona; institui a Gratificação de Incentivo à Prestação de Assistência Integral e Saúde - GIPAS.		
Lei	12.401	28/04/2011	Decreto	5.090	20/05/2004
Dispõe sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.			Institui o programa Farmácia Popular do Brasil.		
Decreto	7.395	22/12/2010	Lei	10.858	13/04/2004
Estabelece a remuneração para as contratações temporárias voltadas a atividades de assistência à saúde para comunidades indígenas.			Autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento.		
Decreto	7.385	08/12/2010	Lei	10.850	25/03/2004
Institui o Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UNA-SUS.			Atribui competências à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.		
			Decreto	4.978	03/02/2004
			Dispõe sobre a assistência à saúde do servidor.		
			Lei	10.741	01/10/2003
			Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.		
			Decreto		01/08/2003
			Cria a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	10.429	24/04/2002	Lei	8.142	28/12/1990
Institui o Auxílio-Aluno no âmbito do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem - Profae.			Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS.		
Decreto	4.044	06/12/2001	Lei	8.080	19/09/1990
Dá nova organização ao Conselho de Saúde Suplementar.			Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e para a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.		
Decreto	3.964	10/10/2001	Decreto	92.512	02/04/1986
Dispõe sobre o Fundo Nacional de Saúde e dá outras providências.			Estabelece normas, condições de atendimento e indenizações para a assistência médico-hospitalar ao militar e seus dependentes, e dá outras providências.		
Decreto	3.934	20/09/2001	Lei	6.437	20/08/1977
Aprova o regulamento do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado a saúde, "Bolsa - Alimentação".			As infrações à legislação sanitária federal, ressalvadas as previstas expressamente em normas especiais, serão punidas, alternativa ou cumulativamente, conforme as penalidades desta lei.		
Lei	10.289	20/09/2001	Lei	6.360	23/09/1976
Institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata.			Dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências.		
Medida Provisória	2.206	06/09/2001	Lei	5.026	14/06/1966
Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: "Bolsa-Alimentação".			Estabelece normas gerais para a instituição e execução de campanhas de saúde pública exercidas ou promovidas pelo Ministério da Saúde.		
Medida Provisória	2.177	24/08/2001	SEGURANÇA PÚBLICA		
Dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde.			Lei	13.675	11/06/2018
Lei	10.216	06/04/2001	Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.		
Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais.			Lei	13.608	10/02/2018
Lei	10.191	14/02/2001	Dispõe sobre o serviço telefônico de recebimento de denúncias e sobre recompensa por informações que auxiliem nas investigações policiais; e altera o art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prover recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para esses fins.		
Dispõe sobre a aquisição de produtos para a implementação de ações de saúde no âmbito do Ministério da Saúde.			Decreto	9.224	06/12/2017
Decreto	3.745	05/02/2001	Regulamenta a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, que institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, quanto à carreira e aos cargos do Departamento de Polícia Federal.		
Institui o Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde.			Decreto	9.228	06/12/2017
Lei	9.961	28/01/2000	Regulamenta a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, que institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, quanto à carreira e aos cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.		
Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.			Lei	13.444	11/05/2017
Decreto	3.327	05/01/2000	Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN).		
Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.			Lei	13.361	23/11/2016
Lei	9.836	23/09/1999	Altera a Lei nº 11.473/2007, que dispõe sobre a cooperação federativa no âmbito da segurança pública.		
Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde indígena.			Decreto	8.903	16/11/2016
Decreto	3.156	27/08/1999	Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução.		
Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas.			Lei	13.344	06/10/2016
Lei	9.782	26/01/1999	Dispõe sobre tráfico de pessoas e atenção às vítimas; altera a Lei 6.815/80 e o Decreto-Lei 3.689/41 (Código de Processo Penal); altera e revoga dispositivos do Decreto-Lei 2.848/40 (Cód. Penal).		
Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.			Decreto	8.793	29/06/2016
Lei	9.656	03/06/1998	Fixa a Política Nacional de Inteligência.		
Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.			Lei	13.167	06/10/2015
Decreto	2.383	12/11/1997	Estabelece critérios para a separação de presos nos estabelecimentos penais.		
Dispõe sobre a concessão, no âmbito do Poder Executivo, dos benefícios com assistência à saúde dos servidores.			Lei	13.124	21/05/2015
Lei	9.434	04/02/1997	Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional.		
Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.			Lei	13.104	09/03/2015
Lei	9.313	13/11/1996	Altera o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos.		
Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS. (Item de despesas obrigatórias)			Lei	13.064	30/12/2014
Decreto	2.018	01/10/1996	Altera a nomenclatura do cargo de Agente Penitenciário que compõem a Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, que passa a ser denominados Agente Policial de Custódia.		
Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.					
Lei	9.294	15/07/1996			
Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.					
Decreto	1.651	28/09/1995			
Regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde.					
Decreto	1.232	30/08/1994			
Dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal.					
Lei	8.853	04/02/1994			
Atribui competência ao Ministro de Estado da Saúde para praticar atos ad referendum da Junta Deliberativa do Fundo Nacional de Saúde.					
Lei	8.689	27/07/1993			
Trata da extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	13.060	22/12/2014	Decreto	5.289	29/11/2004
Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos Agentes de Segurança Pública em todo o território nacional.			Disciplina a organização para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública.		
Lei	13.034	28/10/2014	Decreto	4.960	19/01/2004
Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Policial Federal e sobre a remuneração da Carreira de Perito Federal Agrário.			Cria a Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos - CONSEGUE.		
Lei	13.022	08/08/2014	Lei	10.826	22/12/2003
Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.			Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição.		
Lei	12.962	08/04/2014	Lei	10.446	08/05/2002
Assegura a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade.			Trata de infrações penais de repercussão interestadual ou internacional.		
Lei	12.961	04/04/2014	Decreto	3.505	13/06/2000
Trata da destruição de drogas apreendidas.			Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.		
Decreto	8.075	14/08/2013	Decreto	2.613	03/06/1998
Dispõe sobre o Conselho Gestor do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas.			Trata do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET, e dá outras providências.		
Decreto	7.845	14/11/2012	Lei	9.602	21/01/1998
Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.			Dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências.		
Lei	12.720	27/09/2012	Lei	9.503	23/09/1997
Dispõe sobre o crime de extermínio de seres humanos.			Institui o Código de Trânsito Brasileiro.		
Lei	12.681	04/07/2012	Decreto	2.295	04/08/1997
Institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP.			Dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.		
Lei	12.608	10/04/2012	Decreto	1.983	14/08/1996
Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.			Institui o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro - PROMASP.		
Decreto	7.443	23/02/2011	Lei	9.266	18/03/1996
Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.			Reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração dos cargos que as integram e dá outras providências.		
Decreto	7.413	30/12/2010	Lei	9.264	07/02/1996
Dispõe sobre a estrutura, composição, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP.			Dispõe sobre o desmembramento e a reorganização da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, fixa remuneração de seus cargos e dá outras providências.		
Decreto	7.257	04/08/2010	Decreto	1.507	30/05/1995
Regulamenta o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC.			Cria a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, e dá outras providências.		
Lei	12.245	24/05/2010	Decreto	1.093	23/03/1994
Altera dispositivos da Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios.			Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), e dá outras providências.		
Decreto	7.179	20/05/2010	Lei Complementar	79	07/01/1994
Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.			Cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências.		
Decreto	7.168	05/05/2010	Lei	8.137	27/12/1990
Dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita (PNAVSEC).			Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.		
Lei	12.106	07/12/2009	Lei	8.072	25/07/1990
Cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas.			Dispõe sobre os crimes hediondos e determina outras providências.		
Decreto	6.490	19/06/2008	Lei	7.474	08/05/1986
Dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.			Dispõe sobre medidas de segurança aos ex-Presidentes da República, e dá outras providências.		
Lei	11.671	08/05/2008	Decreto-Lei	2.251	02/07/1985
Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.			Dispõe sobre a criação da Carreira Policial Federal e fixa os valores de seus vencimentos.		
Decreto	6.381	27/02/2008	Lei	7.289	18/12/1984
Dispõe sobre medidas de segurança aos ex-Presidentes da República, e dá outras providências.			Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal.		
Lei	11.530	24/10/2007	Decreto	89.056	24/11/1983
Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.			Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros e estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas de vigilância e transporte de valores.		
Lei	11.473	10/05/2007	Lei	7.102	20/06/1983
Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.			Estabelece Normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte.		
Decreto	5.978	04/12/2006	Lei	6.149	02/07/1977
Instituiu o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro - PROMASP.			Dispõe sobre a segurança do transporte metroviário e dá outras providências.		
Lei	11.343	23/08/2006			
Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

TRABALHO

Decreto			8.166	23/12/2013	Trata sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.
Decreto	29/01/2018				Dispõe sobre o limite máximo anual para as despesas com o Programa Seguro-Emprego.
Decreto		9.255	29/12/2017		Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.
Decreto		9.225	06/12/2017		Regulamenta a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, que institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, quanto à Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho.
Lei		13.467	13/07/2017		Altera a CLT (DL 5.452, 1/mai/1943), e as Leis 6.019, de 3/jan/1974, 8.036, de 11/mai/1990, e 8.212, de 24/jul/1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.
Lei		13.456	26/06/2017		Altera o Programa de que trata a Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015, para denominá-lo Programa Seguro-Emprego e para prorrogar seu prazo de vigência.
Lei		13.446	25/05/2017		Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dispôr sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.
Lei		13.420	13/03/2017		Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) p/ incentivar a formação técnico-profissional juvenil em atividades desportivas e relacionados a eventos esportivos e dá outras providências.
Lei		13.415	16/02/2017		Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
Lei		13.342	03/10/2016		Altera a Lei 11.350/06, p/ dispôr sobre carreira de: Agentes Comunit. de Saúde e Ag. de Combate às Endemias, e a Lei 11.977/09, p/ dispôr sob. priorit. desses no Prg. Minha Casa, M. Vida (PMCMV).
Decreto		8.618	29/12/2015		Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.
Lei		13.134	16/06/2015		Dispõe sobre o Programa do Seguro Desemprego, o Abono Salarial e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).
Decreto		8.465	08/06/2015		Dispõe sobre os critérios de arbitragem para dirimir litígios no âmbito do setor portuário.
Lei Complementar		150	01/06/2015		Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico.
Decreto		8.443	30/04/2015		Institui o Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social.
Decreto		8.424	31/03/2015		Regulamenta a concessão do benefício de seguro-desemprego ao pescador profissional que exerça sua atividade, exclusiva e ininterrupta, de forma artesanal, individual ou em regime de economia familiar.
Decreto		8.381	29/12/2014		Dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.
Decreto		8.373	11/12/2014		Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências.
Lei		13.015	21/07/2014		Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho.
Lei Complementar		146	25/06/2014		Estende a estabilidade provisória à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.
Decreto					Institui o Programa de Cultura do Trabalhador e cria o vale cultura.
Lei		12.832	20/06/2013		Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa.
Decreto		7.944	06/03/2013		Promulga a Convenção nº 151 e a Recomendação nº 159 da Organização Internacional do Trabalho sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública, firmadas em 1978.
Decreto		7.943	05/03/2013		Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.
Decreto		7.721	16/04/2012		Dispõe sobre o condicionamento do recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego.
Decreto		7.674	20/01/2012		Dispõe sobre o Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público Federal - SISRT.
Lei		12.594	18/01/2012		Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.
Lei		12.513	26/10/2011		Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e dispõe sobre a organização da Seguridade Social.
Lei		12.440	07/07/2011		Institui a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
Lei		12.437	06/07/2011		Dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.
Lei		12.405	16/05/2011		Dispõe sobre a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.
Lei		12.382	25/02/2011		Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo.
Decreto				24/11/2010	Cria a Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar.
Lei		12.014	06/08/2009		Dispõe sobre as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.
Lei		11.718	20/06/2008		Acrescenta artigo que cria o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo, e dá outras providências.
Lei		11.355	19/10/2006		Dispõe sobre plano de carreiras em diversas áreas da Administração Pública, Previdência, Saúde, Trabalho, Ciência e Tecnologia.
Lei		10.888	24/06/2004		Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2004.
Lei		10.779	25/11/2003		Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.
Decreto				31/07/2003	Cria a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE.
Decreto		4.796	29/07/2003		Institui o Fórum Nacional do Trabalho.
Decreto		4.552	27/12/2002		Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho.
Lei		10.483	03/07/2002		Dispõe sobre a estruturação da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho.
Lei		10.288	20/09/2001		Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o jus postulandi, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Decreto	3.914	11/09/2001	Lei	12.587	03/01/2012
Dispõe sobre a regulamentação das contribuições sociais.			Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).		
Medida Provisória	2.164	24/08/2001	Lei	12.409	25/05/2011
Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências. (Item de despesas obrigatórias)			Autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte-DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados.		
Decreto	3.745	05/02/2001	Lei	12.404	04/05/2011
Institui o Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde.			Autoriza a criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV.		
Lei	10.101	19/12/2000	Lei	12.379	06/01/2011
Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa.			Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação - SNV.		
Lei	9.719	27/11/1998	Lei	12.271	24/06/2010
Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário e institui multas pela inobservância de seus preceitos.			Autoriza o Poder Executivo a doar 3 aeronaves T-27 TUCANO à República do Paraguai.		
Lei	9.601	21/01/1998	Lei	12.247	27/05/2010
Dispõe sobre contrato de trabalho por prazo determinado.			Dispõe sobre o Plano Nacional de Viação e sobre a Relação Descritiva do Sistema Hidroviário Nacional.		
Lei	9.322	05/12/1996	Decreto	7.132	19/03/2010
Dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais, remunerados, de recursos das disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.			Dispõe sobre a concessão de indenização de transporte aos servidores públicos da Administração Pública Federal.		
Decreto	1.590	10/08/1995	Lei	11.879	19/12/2008
Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal.			Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.		
Lei	8.036	11/05/1990	Decreto	6.550	27/08/2008
Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.			Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte - CONIT.		
Lei	7.998	11/01/1990	Decreto	6.256	13/11/2007
Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências (Item de despesas obrigatórias)			Dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, do Trem de Alta Velocidade - TAV.		
Decreto	97.936	10/07/1989	Lei	11.314	03/07/2006
Institui o Cadastro Nacional do Trabalhador.			Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre e cria a ANTT, a ANTAQ, e o DENIT.		
Lei	6.554	21/08/1978	Lei	11.171	02/09/2005
Dispõe sobre novas inscrições de magistrados federais no montepio civil da união e dá outras providências.			Dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT e dá outras providências.		
Lei Complementar	11	25/05/1971	Lei	10.744	09/10/2003
Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.			Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos.		
Lei	4.589	11/12/1964	Lei	10.636	30/12/2002
Extingue a comissão de imposto sindical, a comissão técnica de orientação sindical e cria órgãos no Ministério do Trabalho e Emprego.			Dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE e cria o Fundo Nacional de Infra-Estrutura - FNIT.		
TRANSPORTE					
Lei	13.689	05/07/2018	Lei	10.560	13/11/2002
Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.			Dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às empresas de transporte aéreo, e dá outras providências.		
Lei	13.406	26/12/2016	Lei	10.453	13/05/2002
Altera o art. 24 da Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para estender o prazo exigido para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana e para sua compatibilização com o plano diretor municipal.			Dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo - GLP e dá outras providências.		
Lei	13.298	20/06/2016	Medida Provisória	2.217	04/09/2001
Estabelece a reincorporação pela União dos trechos de rodovias federais transferidos aos Estados e ao Distrito Federal por força da Medida Provisória n 82, de 7 de dezembro de 2002.			Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre.		
Decreto	8.465	08/06/2015	Lei	10.233	05/06/2001
Dispõe sobre os critérios de arbitragem para dirimir litígios no âmbito do setor portuário.			Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria a ANTT, a ANTAQ, e o DNIT.		
Lei	12.998	18/06/2014	Lei	10.209	23/03/2001
Dispõe sobre remuneração das Carreiras e dos Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, de diversas Carreiras e do Plano Especial de Cargos do DNIT.			Institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário.		
Decreto	8.134	28/10/2013	Decreto	3.525	26/06/2000
Estrutura a Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. para a execução das atividades de desenvolvimento dos sistemas de transporte ferroviário e aprova o Estatuto Social da empresa.			Regulamenta a implementação do Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências.		
Decreto	8.033	27/06/2013	Decreto	3.184	27/09/1999
Regula a exploração de portos organizados e de instalações portuárias.			Dispõe sobre a concessão de indenização de transporte aos servidores públicos da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União.		
Lei	12.815	05/06/2013	Decreto	2.809	22/10/1998
Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.			Dispõe sobre a aquisição e utilização de passagens aéreas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.		
			Decreto	2.521	20/03/1998
			Dispõe sobre a exploração, mediante permissão e autorização, de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2019, Art. 8º, inciso IV

Lei	9.611	19/02/1998	Lei	12.424	16/06/2011
Dispõe sobre o Transporte Multimodal de Cargas.			Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.		
Lei	9.537	11/12/1997	Decreto	7.341	22/10/2010
Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional.			Trata da regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal.		
Lei	9.432	08/01/1997	Lei	12.112	09/12/2009
Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário.			Dispõe sobre as regras e procedimentos sobre locação de imóvel urbano.		
Lei Complementar	87	13/09/1996	Lei	11.977	07/07/2009
Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e dá outras providências.			Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.		
Lei	9.277	10/05/1996	Lei	11.952	25/06/2009
Autoriza a União a delegar aos municípios, estados da Federação e ao Distrito Federal a administração e exploração de rodovias e portos federais.			Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União.		
Decreto	1.832	04/03/1996	Lei	10.257	10/07/2001
Aprova o Regulamento dos Transportes Ferroviários.			Estabelece diretrizes gerais da política urbana.		
Lei	9.074	07/07/1995	Lei	8.245	18/10/1991
Estabelece regras para outorga e prorrogações das Concessões e Permissões de Serviços Públicos.			Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.		
Decreto	1.333	08/12/1994	Lei	6.766	19/12/1979
Dispõe sobre a descentralização da administração de portos, hidrovias eclusas.			Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.		
Decreto	1.007	13/12/1993	Decreto-Lei	271	28/02/1967
Dispõe sobre as contribuições compulsórias devidas ao Serviço Social do Transporte - SEST e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT e dá outras providências.			Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do Loteador, concessão de uso e espaço aéreo.		
Lei	8.706	14/09/1993			
Dispõe sobre a criação do Serviço Social do Transporte - SEST e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT.					
Decreto	99.188	17/03/1990			
Dispõe sobre contenção de despesas na administração pública federal, e dá outras providências.					
Decreto	98.973	21/02/1990			
Aprova o Regulamento do Transporte Ferroviário de Produtos Perigosos.					
Lei	7.597	14/04/1987			
Dispõe sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, bem como sobre o Fundo da Marinha Mercante.					
Lei	7.102	20/06/1983			
Estabelece Normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte.					
Lei	5.917	10/09/1973			
Aprova o Plano Nacional de Viação.					
Lei	5.908	20/08/1973			
Autoriza o poder executivo a transformar o grupo de estudos para a integração da política de transportes em empresa pública.					
Decreto-Lei	832	08/09/1969			
Regula a Política Nacional de Viação Ferroviária, fixa atribuições para o Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF) e dá outras providências.					
Decreto-Lei	615	09/06/1969			
Institui o Fundo Federal de Desenvolvimento Ferroviário e dá outras providências.					
URBANISMO					
Lei	13.406	26/12/2016			
Altera o art. 24 da Lei 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para estender o prazo exigido para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana e para sua compatibilização com o plano diretor municipal.					
Decreto	8.764	10/05/2016			
Institui o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais e regulamenta o disposto no art. 41 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que trata do sistema de registros públicos eletrônico.					
Lei	13.089	12/01/2015			
Institui o Estatuto da Metrôpole.					
Decreto	7.888	15/01/2013			
Estabelece a exigência de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais nas ações de mobilidade urbana integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.					
Lei	12.587	03/01/2012			
Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).					